



## NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

**DA CENTRALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA À ATUALIDADE DA LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**

Camila Ferracini Origuéla, Estevan Leopoldo de Freitas Coca e Lorena Izá Pereira

**QUESTÃO AGRÁRIA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA**

Raimundo Pires Silva e Helena Carvalho De Lorenzo

**MONOCULTURA E CONCENTRAÇÃO DA TERRA: EFEITOS DA EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL**

José Giacomo Baccarin, Jonatan Alexandre de Oliveira e Gláucia Elisa Mardegan

**O LEGADO DA CONCENTRAÇÃO DE TERRA NO BRASIL E SEUS EFEITOS SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR: O CASO DA PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOLAS DO MPA**

Suenia Cibeli Ramos Almeida

**ESTRUTURA AGRÁRIA E A DINÂMICA DA DISPUTA TERRITORIAL NO QUILOMBO CAFUNDÓ – SP – BRASIL**

Lucas Bento da Silva e Marcelo Rodrigues Mendonça

**VIOLÊNCIAS REAIS E SIMBÓLICAS NOS CONFLITOS AGRÁRIOS BRASILEIROS E A ATUAÇÃO ESTATAL**

Ana Maria de Carvalho e José do Carmo Alves Siqueira

**A REFORMA AGRÁRIA NOS CICLOS POLÍTICOS DO BRASIL (1995-2019)**

Renata Cattelan, Marcelo Lopes de Moraes e Roger Alexandre Rossoni

**AS RELAÇÕES PRODUTIVAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS**

Fabiano Greter Moreira

**DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E SUAS RELAÇÕES COM A AGROBIODIVERSIDADE EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA**

Fabio Frattini Marchetti, João Dagoberto Santos e Paulo Eduardo Moruzzi Marques

**AGROECOLOGIA E AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO: MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS**

Marcelo Gomes Justo

**AGROECOLOGY AND URBAN AGRICULTURE IN THE CITY OF SÃO PAULO: SOCIO-SPATIAL AND SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS**

Marcelo Gomes Justo

**AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE AS PERSPECTIVAS DE PERMANÊNCIA E CONTINUIDADE DO GRUPO AGROECOLÓGICO DO REMANSO – CANGUÇU/RS**

Queli Rejane da Silva Konzgen e Jussara Mantelli

**POLÍTICAS AMBIENTAIS COMO CAMINHO PARA O ACESSO A TERRA: UMA ESTRATÉGIA EFICAZ PARA A TERRITORIALIDADE DE COMUNIDADES TRADICIONAIS?**

Carina Inserra Bernini

**A EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA E AS DISPUTAS DE CLASSE NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO DE FORMAÇÕES PIONEIRAS INSTITUÍDAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Gabriel Troilo e Maria Nalva Rodrigues de Araújo

**EDUCAÇÃO PARA “LAVRAR A LIBERDADE”: TRABALHO, SINDICALISMO RURAL E EDUCAÇÃO POPULAR EM AFUÁ-PA (1989-1994)**

Higor Pereira

**NOTAS PARA UMA CRÍTICA GEOGRÁFICA DAS IDEOLOGIAS: A MODERNIDADE TRUNCADA E A VERTIGEM DO PROGRESSO NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**

Thiago Araujo Santos, Joser Cleyton Neves e Aliucha de Melo

**DO GLOBAL AO LOCAL: AS SINGULARIDADES DO CONTROLE DO TERRITÓRIO NO PARAGUAI**

Lorena Izá Pereira

**IMPACTOS DA CULTURA DA SOJA NO ÊXODO RURAL NA ARGENTINA (1990 – 2017)**

Gabriel Horacio Galván e Dinalva Donizete Ribeiro

**AO MEU IRMÃO, O CAMPONÊS**

Élisée Reclus

**A QUESTÃO DE GÊNERO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA: ENTREVISTA COM ROSA ESTER ROSSINI**

Ana Rute do Vale

Set./Dez.  
2020



**PANDEMIA E AGRONEGÓCIO: DOENÇAS INFECCIOSAS, CAPITALISMO E CIÊNCIA**

Allan Rodrigo de Campos Silva

# **Revista NERA nº. 55**

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

## **EDITORES**

**Camila Ferracini Origuéla  
Estevan Leopoldo de Freitas Coca  
Lorena Izá Pereira**

## **CONSELHO EDITORIAL**

**Antonio Augusto Rossotto Ioris  
Bernardo Mançano Fernandes  
Eduardo Paulon Girardi  
Hannah Wittman  
Wendy Wolford**

**NERA**  
**Núcleo de Estudos,**  
**Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**  
**2020**

## Revista NERA (RNERA) nº. 55

### EDITORES

Camila Ferracini Origuéla  
Estevan Leopoldo de Freitas Coca  
Lorena Izá Pereira

### CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris  
Bernardo Mançano Fernandes  
Eduardo Paulon Girardi  
Wendy Wolford  
Hannah Wittman

### CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)  
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)  
Ana Carolina Gonçalves Leite – UFPE (Recife, PE, Brasil)  
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)  
Ana Rute do Vale – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)  
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)  
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)  
Carolina Russo Simon – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)  
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)  
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)  
Débora Assumpção e Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)  
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)  
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)  
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)  
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)  
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)  
Fábio Teixeira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)  
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)  
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)  
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)  
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)  
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)  
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)  
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)  
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)  
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)  
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)  
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)  
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)  
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)  
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)  
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)  
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)  
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)  
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)  
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)  
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)  
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)  
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)  
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)  
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)  
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)  
Luiz Jardim de Moraes Wanderley – UFF (Niterói, RJ, Brasil)  
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)  
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)  
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)  
Maria Clara Salim Cerqueira – UFMG (Belo Horizonte, Brasil)  
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)  
Mateus de Almeida Prado Sampaio – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)  
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)

Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)  
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)  
 Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)  
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)  
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)  
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)  
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)  
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)  
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)  
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)  
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)  
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)  
 Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)  
 Valdemar João Wesz Junior – UNILA (Foz do Iguaçu, PR, Brasil)  
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)  
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)  
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)  
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)  
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

#### CAPA

Lucas Pauli – USP (São Paulo, Brasil)

### Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



#### Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
1999 – interrompida	2015 – ano 18, nº 29
2000 – ano 3, nº. 3	2016 – ano 19, nº 30
2001 – interrompida	2016 – ano 19, nº31
2002 – interrompida	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2003 – interrompida	2016 – ano 19, nº33
2004 – ano 7, nº. 4	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 5	2017 – ano 20, nº35
2005 – ano 8, nº. 6	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº37
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº 40
2007 – ano 10, nº. 11	2018 – ano 21, nº 41
2008 – ano 11, nº. 12	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 13	2018 – ano 21, nº 43
2009 – ano 12, nº. 14	2018 – ano 21, nº 44
2009 – ano 12, nº. 15	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 16	2019 – ano 22, nº 46
2010 – ano 13, nº. 17	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 18	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 19	2019 – ano 22, nº 49
2012 – ano 15, nº. 20	2019 – ano 22, nº 50
2012 – ano 15, Dossiê	2020 – ano 23, nº 51
2012 – ano 15, nº. 21	2020 – ano 23, nº 52 – Dossiê
2013 – ano 16, nº. 22	2020 – ano 23, nº 53
2013 – ano 16, nº. 23	2020 – ano 23, nº 54
2014 – ano 17, nº. 24	2020 – ano 23, nº 55
2014 – ano 17, nº. 25	Quadrimestral
2015 – ano 18, nº 26, Dossiê	ISSN 1806-6755
2015 – ano 18, nº 27	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

#### ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil  
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19

Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: [revistanera@fct.unesp.br](mailto:revistanera@fct.unesp.br)



## Sumário

	<b>DA CENTRALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA À ATUALIDADE DA LUTA PE TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL</b>
9	FROM THE CENTRALITY OF THE AGRARIAN QUESTION TO THE CURR STRUGGLE FOR LAND AND LAND REFORM IN BRAZIL  DE LA CENTRALIDAD DE LA CUESTIÓN AGRARIA A LA ACTUAL LUCHA POR LA TIERRA Y LA REFORMA AGRARIA EN BRASIL  <b>Camila Ferracini Origuéla, Estevan Leopoldo de Freitas Coca e Lorena Izá Pereira</b>
	<b>QUESTÃO AGRÁRIA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA</b>
21	AGRARIAN QUESTION: A NECESSARY DISCUSSION  CUESTIÓN AGRARIA: UNA DISCUSIÓN NECESARIA  <b>Raimundo Pires Silva e Helena Carvalho De Lorenzo</b>
	<b>MONOCULTURA E CONCENTRAÇÃO DA TERRA: EFEITOS DA EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL</b>
38	MONOCULTURE AND LAND CONCENTRATION – EFFECTS OF SUGARCANE EXPANSION ON AGRICULTURAL LAND STRUCTURE IN THE STATE OF SÃO PAULO, BRAZIL  MONOCULTIVO Y CONCENTRACIÓN DE LA TIERRA: EFECTOS DE LA EXPANSIÓN DE LA CAÑA DE AZÚCAR EN LA ESTRUCTURA DE LA TIERRA DEL ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL  <b>José Giacomo Baccarin, Jonatan Alexandre de Oliveira e Gláucia Elisa Mardegan</b>
	<b>O LEGADO DA CONCENTRAÇÃO DE TERRA NO BRASIL E SEUS EFEITOS SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR: O CASO DA PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS DO MPA</b>
63	THE LEGACY OF LAND CONCENTRATION IN BRAZIL AND ITS EFFECTS ON FOOD SOVEREIGNTY: THE CASE OF MPA’S CREOLE SEED PRODUCTION  EL LEGADO DE LA CONCENTRACIÓN DE TIERRA EN BRASIL Y SUS EFECTOS SOBRE LA SOBERANÍA ALIMENTARIA: EL CASO DE LA PRODUCCIÓN DE SEMILLAS CRIOLLAS DEL MPA  <b>Suenia Cibeli Ramos Almeida</b>
	<b>ESTRUTURA AGRÁRIA E A DINÂMICA DA DISPUTA TERRITORIAL NO QUILOMBO CAFUNDÓ – SP – BRASIL</b>
91	AGRARIAN STRUCTURE AND THE DYNAMICS OF THE TERRITORIAL

DISPUTE IN THE QUILOMBO CAFUNDÓ – SP – BRAZIL

ESTRUCTURA AGRARIA Y DINÁMICA DE DISPUTA TERRITORIAL EN QUILOMBO CAFUNDÓ - SP - BRASIL

**Lucas Bento da Silva e Marcelo Rodrigues Mendonça**

**VIOLÊNCIAS REAIS E SIMBÓLICAS NOS CONFLITOS AGRÁRIOS BRASILEIROS E A ATUAÇÃO ESTATAL**

111

REAL AND SYMBOLIC VIOLENCE IN BRAZILIAN AGRARIAN CONFLICTS AND STATE ACTION

VIOLENCIA REAL Y SIMBÓLICA EN CONFLICTOS AGRARIOS BRASILEÑOS Y ACCIÓN ESTATAL

**Ana Maria de Carvalho e José do Carmo Alves Siqueira**

**A REFORMA AGRÁRIA NOS CICLOS POLÍTICOS DO BRASIL (1995-2019)**

138

AGRARIAN REFORM IN POLITICAL CYCLES OF BRAZIL (1995-2019)

REFORMA AGRARIA EN LOS CICLOS DE BRASIL (1995-2019)

**Renata Cattelan, Marcelo Lopes de Moraes e Roger Alexandre Rossoni**

**AS RELAÇÕES PRODUTIVAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS**

165

THE PRODUCTIVE RELATIONS IN THE RURAL SETTLEMENTS OF THE MUNICIPALITY OF NOVA ANDRADINA/MS

LAS RELACIONES PRODUCTIVAS EN LOS ASENTAMIENTOS RURALES DEL MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA/MS

**Fabiano Greter Moreira**

**DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E SUAS RELAÇÕES COM A AGROBIODIVERSIDADE EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA**

191

SOCIOECONOMIC FACTORS AND THEIR RELATIONSHIPS WITH AGROBIODIVERSITY IN AREAS OF AGRARIAN REFORM IN BRAZIL

DYNAMIQUES SOCIO-ECONOMIQUES ET LEURS RELATIONS AVEC L'AGROBIODIVERSITE DANS LES ZONES DE REFORME AGRAIRE AU BRESIL

**Fabio Frattini Marchetti, João Dagoberto Santos e Paulo Eduardo Moruzzi Marques**

218

**AGROECOLOGIA E AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO: MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS**

AGROECOLOGY AND URBAN AGRICULTURE IN SAO PAULO CITY:  
SOCIOSPACIAL AND SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS

AGROECOLOGÍA Y AGRICULTURA URBANA EN LA CIUDAD DE SAO  
PAULO: MOVIMIENTOS SOCIOESPACIALES Y SOCIOTERRITORIALES

**Marcelo Gomes Justo**

218

AGROECOLOGY AND URBAN AGRICULTURE IN SAO PAULO CITY:  
SOCIOSPACIAL AND SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS

**Marcelo Gomes Justo**

**AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA  
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE AS PERSPECTIVAS DE  
PERMANÊNCIA E CONTINUIDADE DO GRUPO AGROECOLÓGICO DO  
REMANSO – CANGUÇU/RS**

243

SOCIAL AND ECONOMIC REPRODUCTION STRATEGIES OF FAMILY  
FARMING: A STUDY ON THE PERMANENCE AND CONTINUITY  
PERSPECTIVES OF THE AGROECOLOGICAL GROUP OF REMANSO –  
CANGUÇU/RS

LAS ESTRATEGIAS DE REPRODUCCIÓN SOCIAL Y ECONÓMICA DE LA  
AGRICULTURA FAMILIAR: UN ESTUDIO SOBRE LAS PERSPECTIVAS DE  
PERMANENCIA Y CONTINUIDAD DEL GRUPO AGROECOLÓGICO DO  
REMANSO – CANGUÇU/RS

**Queli Rejane da Silva Konzgen e Jussara Mantelli**

**POLÍTICAS AMBIENTAIS COMO CAMINHO PARA O ACESSO A TERRA:  
UMA ESTRATÉGIA EFICAZ PARA A TERRITORIALIDADE DE COMUNIDADE  
TRADICIONAIS?**

269

ENVIRONMENTAL POLICIES A WAY TO ACCESS TO LAND: AN EFFECTIVE  
STRATEGY FOR THE TERRITORIALITY OF TRADITIONAL COMMUNITIES?

LAS POLÍTICAS AMBIENTALES COMO UNA FORMA DE ACCEDER A LA  
TIERRA: ¿UNA ESTRATEGIA EFECTIVA PARA LA TERRITORIALIDAD DE  
LAS COMUNIDADES TRADICIONALES?

**Carina Inserra Bernini**

**A EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA E AS DISPUTAS DE CLASSE NO  
ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO DE FORMAÇÕES PIONEIRAS  
INSTITUÍDAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

294

EDUCATION IN AGROECOLOGY AND CLASS DISPUTES IN HIGHER  
EDUCATION: A CASE STUDY OF PIONEER TRAINING INSTITUTED IN  
BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES

EDUCACIÓN EN AGROECOLOGÍA Y DISPUTAS DE CLASE EN  
EDUCACIÓN SUPERIOR: UN ESTUDIO DE CASO DE CAPACITACIÓN

PIONERA INSTITUIDA EN UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEÑAS

**Gabriel Troilo e Maria Nalva Rodrigues de Araújo**

**EDUCAÇÃO PARA “LAVRAR A LIBERDADE”: TRABALHO, SINDICALISMO RURAL E EDUCAÇÃO POPULAR EM AFUÁ-PA (1989-1994)**

322

EDUCATION TO “WORK OUT FREEDOM”: WORK, RURAL UNIONISM AND POPULAR EDUCATION IN AFUÁ-PA (1989-1994)

ÉDUCATION POUR «TRAVAILLER LA LIBERTÉ»: TRAVAIL, SYNDICALISME RURAL ET ÉDUCATION POPULAIRE À AFUÁ-PA (1989-1994)

**Higor Pereira e Sidney Lobato**

**NOTAS PARA UMA CRÍTICA GEOGRÁFICA DAS IDEOLOGIAS: A MODERNIDADE TRUNCADA E A VERTIGEM DO PROGRESSO NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**

343

NOTES FOR A GEOGRAPHICAL CRITIQUE OF IDEOLOGIES: TRUNCATED MODERNITY AND THE VERTIGO OF PROGRESS IN THE TRÊS LAGOAS CITY

NOTAS PARA UNA CRÍTICA GEOGRÁFICA DE LAS IDEOLOGÍAS: MODERNIDAD TRUNCADA Y EL VÉRTIGO DEL PROGRESO EN EL MUNICIPIO DE TRÊS LAGOAS-MS

**Thiago Araujo Santos, Joser Cleyton Neves e Aliucha de Melo**

**DO GLOBAL AO LOCAL: AS SINGULARIDADES DO CONTROLE DO TERRITÓRIO NO PARAGUAI**

362

FROM GLOBAL TO LOCAL: THE SINGULARITIES OF TERRITORY CONTROL IN PARAGUAY

DE LO GLOBAL A LO LOCAL: LAS SINGULARIDADES DEL CONTROL DEL TERRITORIO EN PARAGUAY

**Lorena Izá Pereira**

**IMPACTOS DA CULTURA DA SOJA NO ÊXODO RURAL NA ARGENTINA (1990 – 2017)**

383

IMPACTS OF SOY CULTIVATION ON RURAL EXODUS IN ARGENTINA (1990 2017)

IMPACTOS DEL CULTIVO DE SOJA EN EL ÊXODO RURAL EN ARGENTINA (1990 – 2017)

**Gabriel Horacio Galván e Dinalva Donizete Ribeiro**

**AO MEU IRMÃO, O CAMPONÊS**

402

**Élisée Reclus**

409 **A QUESTÃO DE GÊNERO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA: ENTREVISTA COM ROSA ESTER ROSSINI**

**Ana Rute do Vale**

427 **PANDEMIA E AGRONEGÓCIO: DOENÇAS INFECCIOSAS, CAPITALISMO E CIÊNCIA**

**Allan Rodrigo de Campos Silva**

**COMPÊNDIO DE AUTORES**

432 COMPENDIUM AUTHORS

COMPENDIO DE AUTORES

**COMPÊNDIO DE EDIÇÕES**

464 COMPENDIUM EDITIONS

COMPENDIO EDICIONES

# **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil**

**Camila Ferracini Origuéla**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.  
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca**

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.  
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

**Lorena Izá Pereira**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.  
e-mail: iza.pereira@unesp.br

## **Resumo**

A questão agrária brasileira é complexa e heterogênea, o que possibilita o despertar de diferentes interpretações - paradigmas, teorias, conceitos, ideologias e, até mesmo, políticas de desenvolvimento. Ao longo dessa apresentação, a questão agrária é interpretada como uma contradição estrutural do modo de produção capitalista que expropria, (re)cria e subordina o trabalho familiar camponês. Com o intuito de romper com as relações de sujeição ao capital, os camponeses, principalmente aqueles organizados em movimentos socioterritoriais, estão construindo práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias. A agroecologia e a proposta de soberania alimentar da Via Campesina são alguns exemplos. Todavia, essas práticas e propostas estão diretamente relacionadas à luta pela terra e reforma agrária. Isso porque elas são fundamentais para a existência e resistência da agricultura camponesa.

**Palavras-chave:** Questão agrária; camponês; luta pela terra; reforma agrária.

## **From the centrality of the agrarian question to the current struggle for land and land reform in Brazil**

### **Abstract**

The Brazilian agrarian question is complex and heterogeneous, which allows for the awakening of different interpretations - paradigms, theories, concepts, ideologies and even development policies. Throughout this presentation, the agrarian question is interpreted as a structural contradiction of the capitalist mode of production that expropriates and subordinates peasants. In order to break with the relationships of subjection to capital, peasants, especially those organized in socio-territorial movements, are building autonomous and emancipatory socio-territorial practices. Via Campesina's agroecology and food sovereignty proposal are some examples. However, these practices and proposals are directly related to the struggle for land and land reform. This is because they are fundamental to the existence and resistance of peasant agriculture.

**Keywords:** Agrarian question; peasant; struggle for land; land reform.

## **De la centralidad de la cuestión agraria a la actual lucha por la tierra y la reforma agraria en Brasil**

## Resumen

El tema de la cuestión agraria brasileño es complejo y heterogéneo, lo que permite el despertar de diferentes interpretaciones: paradigmas, teorías, conceptos, ideologías e incluso políticas de desarrollo. A lo largo de esta presentación, la cuestión agraria se interpreta como una contradicción estructural del modo de producción capitalista que expropia, (re) crea y subordina el trabajo familiar campesino. Para romper la relación de subordinación al capital, los campesinos, especialmente los organizados en movimientos socioterritoriales, están construyendo prácticas socioterritoriales autónomas y emancipadoras. La propuesta de agroecología y Soberanía Alimentaria de la Via Campesina son algunos ejemplos. Sin embargo, estas prácticas y propuestas están directamente relacionadas con la lucha por la tierra y la reforma agraria. Esto se debe a que son fundamentales para la existencia y resistencia de la agricultura campesina.

**Palabras clave:** Cuestión agraria; campesino; lucha por la tierra; reforma agraria.

## Introdução

A edição 55 da Revista NERA, assim como as anteriores, apresenta artigos, tradução, resenha e entrevista que abordam temáticas que corroboram a centralidade da questão agrária nas discussões sobre o campo e, ao mesmo tempo, atualiza os debates em torno dessa problemática não só no Brasil, mas na América Latina. Partindo desses elementos, torna-se cada vez mais necessário reforçar a compreensão da questão agrária enquanto um problema estrutural causado pelo desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista na agricultura (OLIVEIRA, 1991). Em consonância com essa abordagem, tem-se a necessidade e, mais do que nunca, a atualidade da reforma agrária no Brasil. É por intermédio da reforma agrária que os camponeses com pouca ou sem terra podem ter acesso à terra de vida e trabalho. Nesse sentido, a academia e os movimentos socioterritoriais não podem perder de vista essas questões em suas análises sobre a realidade agrária. Temáticas como agroecologia e soberania alimentar, por exemplo, são intrínsecas à agricultura camponesa. Sem reforma agrária e sem desconcentração da propriedade da terra, a agricultura camponesa enfrenta sérias dificuldades de existência, permanência e desenvolvimento.

A agricultura camponesa é responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pela população em geral. Logo, a questão agrária e, principalmente, a reforma agrária é de interesse de todos, do campo e da cidade. Nas palavras de Martins (1994, p. 12-13), “na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”. Os artigos da atual edição contribuem, justamente, com esse debate. Como alguns artigos abordaram, um dos principais pilares da questão agrária no Brasil é a concentração fundiária. Esta, por sua vez, contribui com a expansão do agronegócio, ocasionando conflitos agrários, injustiças

ambientais, além da desterritorialização e subordinação do campesinato. Contudo, os camponeses lutam para ter acesso à terra ou permanecerem nela e produzirem alimentos. Com o intuito de debater e aprofundar algumas dessas questões, esta apresentação está estruturada em duas seções. Na primeira seção, a discussão realizada se deu em torno da centralidade da questão agrária nas análises sobre o campo e a atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. Na segunda e última seção, os artigos, a tradução, a entrevista e a resenha que compõem o número 55 da Revista NERA foram brevemente apresentados aos leitores.

### **Questão agrária, luta pela terra e reforma agrária no Brasil**

O objetivo dessa seção é analisar a centralidade da questão agrária nas discussões sobre o campo, enfatizando a atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil, visto que ambas são fundamentais para a existência e resistência da agricultura camponesa. O intuito é construir um debate que abranja algumas das temáticas abordadas pelos artigos publicados nessa edição, enfatizando elementos estruturais e conjunturais da realidade agrária. A questão agrária é um problema estrutural engendrado pelo desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista na agricultura (OLIVEIRA, 1991). Do ponto de vista geográfico, a territorialização do capital monopolista na agricultura produz a des(re)territorialização do campesinato. Já a monopolização do território pelo capital monopolista produz a subordinação do campesinato através da renda da terra. Ambos os processos geram o que Fernandes (2010) denomina conflitualidade, o movimento de des(re)territorialização de diferentes relações sociais no campo, a capitalista e a camponesa, gerando conflitos e disputas territoriais. Nesse ínterim, os camponeses sem-terra construíram uma importante estratégia de acesso da terra, a ocupação. De acordo com Fernandes (2000), a ocupação da terra é uma das principais formas de acesso à terra de vida e trabalho e, conseqüentemente, de (re)criação do campesinato no Brasil.

Após o acesso à terra, na maioria das vezes, os camponeses são reinseridos na produção capitalista das relações não capitalistas de produção (MARTINS, 1981). Isso quer dizer que, na circulação das mercadorias o capital continua se apropriando do trabalho camponês. E, no processo de produção de alimentos, os camponeses também estão cada vez mais dependentes do capital, sobretudo do pacote tecnológico do agronegócio. De acordo com Roos (2016), a territorialidade do agronegócio se manifesta nos territórios camponeses quando esses sujeitos aderem ao cultivo de *commodities*, que necessita da intensa utilização de sementes industrializadas e agrotóxicos, ou aos sistemas de integração de empresas do agronegócio. Todavia, como a subordinação e a dependência não são processos lineares, os camponeses resistem através de práticas socioterritoriais autônomas



e emancipatórias. É o que Origuéla (2019) denomina resistências territoriais. Ou seja, resistências baseadas na construção de territorialidades cada vez mais autônomas não só na produção, mas também na comercialização de alimentos agroecológicos. Com a produção agroecológica, os camponeses constroem uma relação de coprodução com a natureza (PLOEG, 2008), rompendo com relações de sujeição ao capital industrial, sobretudo. Ademais, o processamento desses alimentos, quando necessário, acontece em agroindústrias instaladas nas propriedades ou comunidades camponesas, inclusive em assentamentos rurais, e a comercialização em mercados populares, como feiras, cestas agroecológicas e lojas da reforma agrária.

Essas práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias aproximam os camponeses da natureza, da cultura local e regional, de outros camponeses com a organização de grupos gestores, associações, cooperativas e agroindústrias, e dos trabalhadores do campo e da cidade com os mercados populares. Dessa forma, os camponeses garantem o que a Via Campesina denomina soberania alimentar, o direito a alimentação, a produção de alimentos, a políticas agrícolas definidas pelos camponeses, além do respeito à diversidade produtiva e cultural, ao comércio justo, equitativo e sustentável (FORÚM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007). No entanto, é preciso entender que a soberania alimenta depende tanto da (re)criação do campesinato mediante a implantação de assentamentos rurais como da autonomia da agricultura camponesa, para que essa possa produzir alimentos agroecológicos para o autoconsumo e a comercialização, abastecendo, dessa forma, a população em geral. Por isso, a luta pela terra e reforma agrária nunca foram tão atuais. Elas devem ser o alicerce da proposta de soberania alimentar. Somente a luta pela terra e reforma agrária podem garantir o acesso à terra e a construção de políticas públicas que garantam a autonomia camponesa na produção e comercialização de alimentos.

O problema é que reforma agrária não faz parte da agenda política do atual governo. Aliás, nos últimos anos a política de reforma agrária foi completamente abandonada. E não há perspectivas de que ela ganhe prioridade caso os movimentos socioterritoriais não se organizem para pressionar o Estado a agir nesse sentido. Além disso, quando essa política esteve na pauta dos governos, seu principal objetivo não foi cumprido, que é a desconcentração da propriedade da terra. A reforma agrária que aconteceu no país esteve atrelada à resolução de conflitos fundiários, regularização da posse de povos tradicionais, colonização (principalmente durante a Ditadura Militar) ou pressão política exercida pelos movimentos socioterritoriais, sobretudo pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A execução de uma chamada reforma agrária parcial se deve ao fato de os governos não entenderem a agricultura camponesa como outro modelo de desenvolvimento do campo, mas sim como parte do modelo hegemônico, o

agronegócio (FERNANDES, 2013). Por esse motivo, a reforma agrária é um desafio, visto que, além de não resolver a questão fundiária, as políticas públicas voltadas para o campo contribuem com a dependência e a subordinação do campesinato ao capital.

Mediante tal cenário, os movimentos socioterritoriais camponeses possuem dois grandes desafios. O primeiro é lutar para que a reforma agrária volte a fazer parte das agendas governamentais. E o segundo, de que a política de reforma agrária esteja aliada à proposta de soberania alimentar da Via Campesina. Em outras palavras, é necessário que o acesso à terra seja seguido de políticas públicas que garantam a autonomia dos camponeses na produção e comercialização de alimentos, valorizando os conhecimentos camponeses, a relação de coprodução com a natureza e as culturas locais e regionais.

Em um cenário decorrente da pandemia da COVID-19, que desde março assola o globo, observa-se novamente a importância da reforma agrária, uma vez que a agricultura saudável, promovida por meio da segurança e soberania alimentar pode ser o remédio para a doença. Ao mesmo tempo, em decorrência da pandemia, há um agravamento da situação alimentar em todo o mundo. Segundo a OXFAM Brasil (2020) a projeção é cerca de 12.000 podem morrer de fome diariamente até o final de 2020 devido aos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia. A FAO, na publicação anual *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*, informou que antes da pandemia, em 2019, quase 690.000.000 de pessoas (8,9% da população global) estavam subnutridos. Segundo o mesmo documento, as projeções preliminares é de que 83.000.000 a 132.000.000 de pessoas passam a integrar o grupo de subnutridos. É importante pensarmos na alimentação como causa e efeito da pandemia, uma vez que o vírus pode apresentar consequências mais graves a população subnutrida. Neste contexto, a reforma agrária se coloca, ainda mais, como necessária para pensarmos um mundo pós-pandêmico.

## **Sobre os artigos**

O número 55 da Revista NERA é composto por dezesseis artigos que abordam diferentes temáticas relacionadas à questão agrária no Brasil, na Argentina e no Paraguai. A edição também traz a tradução do artigo “Ao meu irmão, o camponês” de Élisée Reclus, realizada por Sergio Aparecido Nabarro, a resenha da obra “Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência”, de Rob Wallace, realizada por Allan Rodrigo de Campos Silva, e a entrevista com a professora Rosa Ester Rossini, realizada pela docente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal) Ana Rute do Vale. Os artigos publicados na edição 55 analisam a relação entre a expansão de monocultura e a concentração fundiária, os conflitos agrários brasileiros, a reforma agrária nos ciclos políticos do país, as relações

produtivas em assentamentos rurais, a agroecologia e a agricultura urbana, entre outros assuntos relevantes e atuais. Ainda que a diversidade de temáticas abordadas seja ampla, problemas históricos e estruturais perpassam vários dos artigos presentes nessa edição, como a concentração da propriedade da terra, corroborando com a centralidade da questão agrária nas análises sobre o campo.

O primeiro artigo da edição 55 é “Questão agrária: uma discussão necessária” de Raimundo Pires Silva e Helena Carvalho de Lorenzo. No texto os autores abordaram os aspectos essenciais da questão agrária brasileira, como a distribuição desigual e a concentração da terra, o agronegócio, o conflito fundiário, o acesso à terra, a agricultura camponesa e a soberania ambiental e alimentar. Os autores concluíram que a realidade agrária brasileira, sob a hegemonia do agronegócio, exacerba a questão agrária, visto que é a sua manutenção que constrói as condições necessárias para a expansão do agronegócio na atualidade. Dentre essas condições, os autores destacaram a apropriação da terra e dos recursos naturais a partir da concentração fundiária, a pilhagem dos recursos naturais, a diáspora camponesa, indígena e quilombola, a diminuição e a superexploração do trabalho humano e, por último, a manutenção de estoques de terras improdutivas e devolutas impedindo o acesso dessas terras pelos camponeses com pouca ou sem terra.

No artigo “Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do estado de São Paulo, Brasil”, os autores José Giacomo Baccarin, Jonatan Alexandre de Oliveira e Gláucia Elisa Mardegan analisaram os impactos da expansão e mudanças tecnológicas canavieiras sobre a estrutura fundiária do estado de São Paulo, no período de 1975 a 2006. De acordo com os autores, a expansão da atividade canavieira, principalmente de 1996 a 2006, ocorreu acompanhada do aumento de importância de estabelecimentos muito grandes e da concentração fundiária, sendo essa última a menos impactada, pois os empresários expandiram seus canaviais mais pelo arrendamento do que pela aquisição de terras. Dentre as causas concentradoras da expansão canavieira, os autores assinalaram a forte integração vertical entre usinas de açúcar e etanol e lavoura canavieira e a ampliação da mecanização da colheita de cana, dificultando a permanência de pequenos e médios fornecedores nessa atividade.

O terceiro artigo, intitulado “O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA”, de autoria de Suenia Cibeli Ramos Almeida, teve como objetivo analisar como injustiças socioambientais foram instaladas e perpetuadas à luz da experiência do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) com a produção de sementes crioulas e convencionais operacionalizada, no período de 2004 a 2014, no estado de Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada entre 2015 e 2016 com camponeses, dirigentes do MPA, pesquisadores e gestores envolvidos no processo por meio de entrevistas e visitas *in loco*. Ao longo do

texto, a autora apresenta como a expropriação dos recursos naturais, econômicos e políticos cooperaram com a exclusão dos camponeses das políticas de apoio a novas alternativas de produção ecologicamente sustentáveis, neste caso, a produção de sementes crioulas. A autora concluiu que a perda de agrobiodiversidade, no caso dos sistemas agroalimentares camponeses com a substituição de sementes crioulas por sementes transgênicas e híbridas, deve ser entendida não só como um efeito das injustiças socioambientais, mas, sobretudo, como resultado de um legado histórico do conflito socioambiental fundador da concentração de terra no Brasil.

No artigo “Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó – SP- Brasil”, os autores Lucas Bento da Silva e Marcelo Rodrigues Mendonça analisaram a luta pela terra, tomando como referência a estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial, no Quilombo Cafundó, localizado no estado de São Paulo. A partir do debate sobre conflitualidade e estrutura agrária, os autores abordaram os processos de desterritorialização e reterritorialização do Quilombo Cafundó, analisando a pressão pela qual o quilombo vem passando com a territorialização de empresas e do monocultivo de eucalipto.

No artigo “Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal”, os autores Ana Maria de Carvalho e José do Carmo Alves Siqueira abordaram como melhorar a eficácia das políticas públicas de apoio ao cumprimento dos direitos constitucionais da população rural, ou urbana, especialmente aquela organizada em movimentos sociais do campo. Para isso, os autores se basearam na relação de causalidade entre as violências real e simbólica aplicadas aos conflitos agrários brasileiros. De acordo com os autores, as políticas públicas são um dos meios de maior eficácia para reduzir desigualdades. Contudo, é preciso ir além, havendo monitoramento e acompanhamentos das políticas públicas, buscando assim a sua efetividade. Também é preciso criar mecanismos para que a população rural possa se empoderar através da educação e do conhecimento, rompendo, sobretudo, com as formas simbólicas de manutenção do poder.

O artigo “A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)” dos autores Renata Cattelan, Marcelo Lopes de Moraes e Roger Alexandre Rossoni aborda as ações dos governos no que se refere à política de reforma agrária no país. Os autores iniciaram a análise no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), depois analisaram os governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), concluindo o texto no governo Jair Messias Bolsonaro, analisando, inclusive, suas perspectivas futuras (2019-2022). Segundo os autores, nos governos abordados foram efetuadas tentativas de iniciar uma política de reordenamento agrário, contudo não atenderam às necessidades da questão agrária. Todavia, os autores enfatizaram que se

quer aconteceu uma reforma agrária no Brasil, pois as ações desses governos foram paliativas visando conter conflitos agrários, reduzir os conflitos ideológicos e atenuar as tensões da expectativa dos movimentos sociais e dos sem-terra.

Fabiano Greter Moreira elaborou o artigo “As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS”, objetivando analisar as perspectivas dos processos de produção dos assentados e como as relações produtivas ocorrem dentro e fora dos lotes. O município estudado possui quatro Projetos de Assentamentos (Teijin, Casa Verde, São João e Santa Olga). De acordo com o autor, as relações produtivas nesses assentamentos rurais estão relacionadas às diversas condições e estratégias de sobrevivência construídas pelos assentados. São relações de produção com características particulares, variando conforme alguns fatores, como as aptidões de cada assentado em seu lote. Porém, pode-se afirmar que a produção de leite está presente em todos os assentamentos, sendo uma das principais fontes de renda nos lotes.

No artigo “Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária”, os autores Fabio Frattini Marchetti, João Dagoberto Santos e Paulo Eduardo Moruzzi-Marques analisaram as características socioeconômicas de assentamentos rurais no Extremo Sul da Bahia e no Pontal do Paranapanema, São Paulo, com foco na agrobiodiversidade associada à mandioca. De acordo com os autores, desde a Revolução Verde a agrobiodiversidade mundial vem diminuindo significativamente. Mesmo assim, existem condições propícias para a circulação e manutenção de agrobiodiversidade em assentamentos rurais de reforma agrária. Contudo, diferentes fatores impactam o nível da agrobiodiversidade manejada. No caso da mandioca, a diversidade de variedades é claramente maior nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia, em comparação com aquela encontrada nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Segundo os autores, as dimensões explicativas estão diretamente relacionadas às questões socioeconômicas, culturais e de organização interna dos assentamentos, em cada região.

No artigo “Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais”, Marcelo Gomes Justo analisa a produção orgânica e agroecológica na cidade de São Paulo, no contexto da discussão sobre transição agroecológica. O autor apresenta uma série de dados e informações importantes sobre a produção orgânica e agroecológica na cidade. Contudo, o autor ressalta que a ação combinada de movimentos socioespaciais e socioterritoriais é necessária para a expansão da agroecologia em São Paulo. Segundo ele, a agroecologia precisa ser entendida pelo conjunto de movimentos socioespaciais e socioterritoriais no campo e na cidade. O que engloba diferentes espaços e territórios, como os assentamentos de reforma agrária tipo

Comunas da Terra, as hortas comunitárias, as associações de produtores orgânicos e as terras indígenas.

Queli Rejane da Silva Konzgen e Jussara Mantelli elaboraram o artigo “As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do Grupo Agroecológico do Remanso – Canguçu/RS”, cujo objetivo foi identificar as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelo Grupo Agroecológico do Remanso, no município de Canguçu/RS, para sua permanência e continuidade. As principais estratégias identificadas pelas autoras são a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural, que ocorrem de maneira inter-relacionada, ou seja, ao mesmo tempo e com certo grau de dependência. Entretanto, de acordo com as autoras, ainda que o Grupo Agroecológico do Remanso apresente estrutura e organização, existem alguns desafios que precisam ser enfrentados, como a falta de mão de obra nas unidades familiares, o que dificulta a expansão da produção agroecológica e a própria reprodução da agricultura familiar.

No artigo “Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?”, a autora Carina Inserra Bernini discute como o estabelecimento de Unidades de Conservação tende a substituir as políticas agrárias, analisando as contradições que emergem da mediação do acesso ao território tradicional pela conservação ambiental, além de defender que esta tendência vem se constituindo, ao mesmo tempo, em uma estratégia para a manutenção da estrutura agrária brasileira.

No artigo “A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: um estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras”, Gabriel Troilo e Maria Nalva Rodrigues de Araújo analisaram os tensionamentos produzidos pela inserção da educação em agroecologia no ensino superior, por meio da investigação feita com propostas pioneiras de cursos inseridas em duas universidades públicas do país, o Curso de Tecnologia em Agroecologia da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no assentamento Contestado, Lapa, Paraná, projeto implementado pelo Movimento Sem Terra (MST) em articulação com a articulação internacional La Via Campesina; e o Curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), campus de Araras, projeto implementado por um conjunto de docentes da área de agrárias da própria universidade. Os autores concluíram que existe uma tendência em adaptar as formações à lógica de mercado, por meio do modelo de ensino tecnicista e empreendedor predominante nas ciências agrárias. Mas, como contra hegemonia a essa tendência, a educação em agroecologia estrutura uma proposta de formação mais humana e crítica, com projetos de curso que enfrentam o modelo dominante

e tem o desafio de produzir conhecimento e formar profissionais necessários à transição agroecológica da produção.

O artigo “Educação para ‘lavrar a liberdade’: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994)” de autoria de Higor Pereira e Sidney Lobato abordou as conexões entre as práticas pedagógicas utilizadas na formação das escolas comunitárias e as lutas encampadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os resultados mostraram a relação entre o projeto educacional popular fomentado pela CPT e as pautas do sindicato local relativas à luta pela terra e ao rompimento com o sistema de exploração dos trabalhadores pelos proprietários rurais. Ademais, concluiu-se que o projeto educacional estudado transcendeu os limites de suas pretensões mais imediatas, tornando-se fator de mudanças profundas na visão de mundo dos ribeirinhos afuaenses.

No artigo “Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS”, os autores Thiago Araujo Santos, Joser Cleyton Neves e Aliucha de Melo apresentaram uma reflexão sobre o caráter espacial do município de Três Lagoas, buscando evidenciar as ideologias geográficas que acompanham os processos sociais em curso, ao longo do tempo. De acordo com os autores, os resultados mostraram que sob a superfície do discurso do progresso encontram-se as linhas perenes de uma modernidade truncada, comum num país periférico e marcado pela recorrência de iniciativas restauradoras e acordos “pelo alto”.

No artigo “Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai”, a autora Lorena Izá Pereira aborda as singularidades do controle do território no Paraguai, apresentando as dinâmicas e contradições deste processo para a discussão. De acordo com a autora, o controle do território consiste em um processo de domínio de terras, de territórios e de seus benefícios, que ocorre tanto via territorialização como via territorialidade. Todavia, o controle do território não é único em todo o globo, pois é resultado de dinâmicas gerais (globais), particulares (nacionais/regionais) e singulares (locais) em interação. No caso do Paraguai, a autora identificou três regimes de controle do território desde 1870 (final da Guerra da Tríplice Aliança) até a atualidade. O primeiro regime ocorreu entre 1870 e 1950, o segundo entre a década de 1950 e meados da década de 1990 e o terceiro regime tem início nos anos 1990 e perdura até os dias atuais.

No artigo “Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990-2017)”, os autores Gabriel Horacio Galván e Dinalva Donizete Ribeiro analisaram a relação entre a expansão da cultura da soja na e a redução da população no campo argentino. De acordo com os autores, o aumento da área cultivada com soja pressionou a população do campo rumo às cidades. Assim, a expansão da fronteira agrícola é um elemento importante, ainda

que não o único, para explicar os processos do êxodo rural na Argentina e outras contradições inerentes ao modelo agropecuário adotado pelo país.

A obra “Ao meu irmão, o camponês” de autoria de Élisée Reclus, foi traduzida por Sergio Aparecido Nabarro. Élisée Reclus foi um geógrafo francês que se destacou pelo seu pensamento anarquista. A tradução desse trabalho contribui com as discussões dos pesquisadores interessados nos estudos sobre o campesinato. Já em “A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini”, Ana Rute do Vale entrevistou uma das geógrafas que mais se destaca nos estudos da questão de gênero na geografia brasileira, especialmente, com relação à trabalhadora rural dos canaviais paulista. A partir da entrevista é possível entender a trajetória pessoal da entrevistada desde a sua chegada à graduação em Geografia na Universidade de São Paulo (USP), onde desenvolveu sua carreira de docente e pesquisadora, até a escolha metodológica nas pesquisas sobre gênero, além do machismo no meio acadêmico. Por último, na resenha da obra “Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência”, de Rob Wallace, realizada por Allan Rodrigo de Campos Silva, é possível compreender que as origens da pandemia de COVID-19, assim como diversas outras epidemias dos últimos anos, residem na globalização das práticas predatórias do agronegócio, mais especificamente na pecuária intensiva.

Desejamos a todos(as) uma ótima leitura!

## Referências

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. SPOSITO, Eliseu Savério; SANT’ANNA NETO, João Lima. **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 505-560.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração de Nyélény**, Selingue/Malí, 2007.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) Report 2020**. Roma: FAO, 2020.



ORIGUÉLA, C. F. **Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2019. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OXFAM BRASIL. **O vírus da fome**: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto. São Paulo: OXFAM Brasil, 2020.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

ROOS, D. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista NERA**, ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

---

### Como citar este artigo

---

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

---

## Questão agrária: uma discussão necessária

**Raimundo Pires Silva**

Universidade de Araraquara (UNIARA) - Araraquara, São Paulo, Brasil.  
e-mail: raimundo.bombрил@gmail.com

**Helena Carvalho De Lorenzo**

Universidade de Araraquara (UNIARA) - Araraquara, São Paulo, Brasil.  
e-mail: helenadelorenzo@gmail.com

### Resumo

A questão agrária vem sendo profundamente distorcida pela visão neoliberal, que se fundamenta na economia do agronegócio articulada à economia global de commodities. No contraponto, este texto propõe uma discussão mais ampla, considerando aspectos essenciais do problema agrário brasileiro. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma análise de natureza qualitativa, fundamentada em fonte secundária e em literatura específica.

**Palavras-chave:** Estrutura agrária; agronegócio; conflito fundiário; soberania alimentar; soberania ambiental.

### Agrarian question: a necessary discussion

#### Abstract

The agrarian question has been deeply distorted by the neoliberal vision, which is based on the economics of agribusiness articulated the global commodity economy. In contrast, this paper proposes a broader discussion, considering key aspects of the Brazilian agrarian problem. From a methodological point of view, this is an analysis of a qualitative nature, based on a secondary source and on specific literature.

**Keywords:** Agrarian structure; agribusiness; land conflict; food sovereignty; environmental sovereignty.

### Cuestión agraria: una discusión necesaria

#### Resumen

La cuestión agraria viene siendo profundamente distorsionada por la visión neoliberal, que se fundamenta en la economía del agronegocio articulada a la economía global de comoditas. En el contrapunto, este texto propone una discusión más amplia, considerando aspectos esenciales del problema agrario brasileño. Desde el punto de vista metodológico se trata de un análisis de naturaleza cualitativa, fundamentada en fuente secundaria y en literatura específica.

**Palabras clave:** Estructura agraria; agronegocio; conflicto de tierras; soberanía alimentaria; soberanía ambiental.

## **Introdução**

Nos dias atuais, as visões conservadoras de governo consideram a realidade agrária nacional apenas pela ótica da propriedade privada, sendo caudatárias a economia do agronegócio articulada a economia global do capital financeiro e das trades comerciais de alimento. Os interesses multinacionais associados ao neoliberalismo estatal buscam incessantemente mercantilizar e privatizar a terra. Os recursos da natureza e os territórios rurais, nos quais populações vivem, produzem e trabalham, vão sendo, cada vez mais, subjugados aos interesses do capital portador de juros.

As consequências de tal estratégia em favor de uma economia política do agronegócio evidenciam na agenda nacional a questão agrária, com: a manutenção da remota estrutura fundiária desigual e concentrada; o conflito agrário; e a desestruturação do trabalho rural, da economia camponesa e dos direitos constitucionais dos povos indígenas e quilombolas; como também, a delapidação dos recursos ambientais, a multiplicação dos conflitos fundiários e subtração de alimentos.

O objetivo do presente artigo é o de repor significado da questão agrária para nação. Trata-se de uma análise de natureza qualitativa, fundamentada em algumas fontes secundárias, apresentada de forma sucinta.

## **Estrutura agrária: distribuição desigual e concentração da terra**

A ação do capital autorregulado, internacional e financeiro no território rural vem mantendo a estrutura fundiária do país concentrada. Segundo Tavares (2000) a apropriação privada e concentrada da terra é uma das especificidades marcantes de acumulação patrimonial da riqueza. A expansão histórica do agronegócio sobre áreas ocupadas pela ótica patriarcal-patrimonialista foi ambígua e de caráter conciliatório, pois atendidos os interesses do capital, o possível antagonismo apropriação da terra versus capital foi contido (CANO, 2010).

Na tabela 1, pode-se observar que entre 2006 a 2017 houve um crescimento do número de grandes estabelecimentos com mais de 1000 ha aumentou 16,3 milhões de ha. No extremo oposto, os pequenos estabelecimentos com até 10 ha aumentaram apenas 190 mil ha. Os de 100 a 500 ha, estrato fundiário que abarca médios produtores e parte da agricultura familiar integrada ao modelo hegemônico de produção (aquela que destina o excedente para mercado), diminuíram 1,4 milhões de ha.

**Tabela 1 - Distribuição fundiária, 2006/2017**

grupos de área (ha)	2006		2017		2006		2017	
	est. (nº)	área (ha)	est. (nº)	área (ha)	est. (%)	área (%)	est. (%)	área (%)
até 10	2.477.151	7.798.777	2.543.778	7.989.114	50,3	2,3	50,9	2,3
10 a 50	1.580.718	34.410.635	1.585.966	36.854.206	32,1	10,9	31,8	10,5
50 a 100	390.882	26.483.343	393.949	26.929.140	7,9	7,9	7,9	7,7
100 a 500	370.130	75.603.795	365.453	74.164.629	7,5	22,7	7,3	21,2
500 a 1000	54.158	37.240.391	54.683	37.864.983	1,1	11,2	1,1	10,8
mais de 1000	47.578	150.143.096	50.865	166.451.258	1,0	45,0	1,0	47,5

Fonte: IBGE, 2006; 2017

Em 2017 a concentração fundiária permaneceu desigual, quadro pouco alterado em relação a 2006. Enquanto os estabelecimentos até 10 ha perfaziam 50,9% do total de estabelecimentos ocupando 2,3% da área total, os estabelecimentos mais de 1000 ha inteiravam 1% do total de estabelecimentos distribuídos 47,5% da área total. A distribuição dos estabelecimentos aponta para um cenário de elevada concentração fundiária e, portanto, depreende-se a emergência de um processo de reforma agrária.

No período entre anos de 2006 e de 2017, demonstrou que o número de estabelecimentos classificados como da agricultura familiar diminuiu em cerca de 9,5%, em termos absolutos 469 mil sumiram do território nacional, enquanto, houve um incremento de estabelecimentos patronais na ordem de 35% (IBGE, 2017).

O Censo Agropecuário de 2017 mostra, também, um cenário de minifúndios, as áreas abaixo da menor fração mínima de parcelamento (FMP) perfaziam cerca de 1,6 milhões de estabelecimentos (33% do total). Esses produtores de áreas abaixo do módulo fiscal<sup>1</sup> não tem recursos (reconhecidos pelo fato de não produzirem excedente ou fazê-lo em proporções reduzidas) para comprar nem arrendar a terra, a forma de acesso é demandar ao Estado pelo instituto da reforma agrária (IBGE, 2017).

Do ponto de vista da produtividade, o estudo do IPEA (2016), detectou no Cadastro do INCRA, em 2015, uma situação de improdutividade que afetava desde pequenas, médias até grandes propriedades, demonstrando que apenas 10% dos imóveis rurais, distribuídos em 33% da área total, estavam em condições de produtivos, ou seja, 90% imóveis ocupando 2/3 das terras do país não estariam cumprindo sua função social. Descontando os imóveis pequenos e médios, que não poderiam ser desapropriados para fins de reforma agrária<sup>2</sup>, restavam os imóveis classificados como grandes e improdutivos. Assim, do total de 240,8 milhões de hectares que estavam nas condições de improdutivos, 143,8 milhões de hectares (59%) eram passíveis de desapropriação por interesse social para fins de Reforma

<sup>1</sup>O módulo fiscal foi definido pela Lei 6.746/1979, e varia em cada município. O cálculo é feito pelo INCRA e a tabela dos módulos fiscais está disponível em <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em 12/08/2018.

<sup>2</sup> A Lei de Terras (nº8629/1993) estabeleceu como objeto de reforma agrária via desapropriação por interesse social somente a grande propriedade improdutiva.

Agrária, como determinado pela Constituição de 1988, nos termos dos artigos sobre a função social da propriedade e a Reforma Agrária, e a Lei de Terras/1993 (IPEA, 2016).

Esse estudo (IPEA, 2016) mostra, ainda, que o território produtivo incorporado pelo agronegócio foi desproporcionalmente menor que o território improdutivo remanescente. A expansão constrangida do agronegócio se conforma como um dos elementos essenciais na estratégia simultânea de captura da renda agrícola e da renda fundiária pelos proprietários de territórios improdutivos; contíguos aos espaços da efetiva produção. A forma da captura da renda de terra se dá com elevação do seu preço, decorrente da elevação da renda (ou do lucro) agrícola. O ganho patrimonial incide sobre o estoque de terra produtiva e improdutiva, sancionado de fato pela política fundiária de governo contrapondo o cumprimento da função social da propriedade (DELGADO, 2009).

Sobre a gestão fundiária do território nacional cabe ressaltar que há um espaço territorial que o Censo Agropecuário não registra a forma de ocupação, denominadas áreas com ocupações distinta das demais, em outras palavras, a margem dos estabelecimentos rurais e de outras áreas que o IBGE identifica.

Considerando que o censo agropecuário de 2017 mostrou que a área dos estabelecimentos agropecuários se distribuíam em 41,1% da área territorial do país, e tomando como base os dados de quanto ocupam as outras áreas identificadas pelo Censo Agropecuário de 2006<sup>3</sup>, se pode inferir que em 2017 34,2% do território nacional era áreas com ocupações distinta das demais, algo entorno de 291,2 milhões de ha do território nacional. Ou seja, quase um terço das terras do país, aparentemente terra devoluta, sem qualquer controle do Estado, possivelmente foram griladas por grandes posses ou ocupadas por pequenas posses, no entanto, não pertencentes a quem as cercou. Portanto, um estoque de terras que, pela Constituição de 1988, deveriam ser destinadas à reforma agrária e a regularização fundiária.

Nas regiões Norte e Nordeste concentram um grande estoque de áreas devolutas. Os estabelecimentos agropecuários nortistas ocupavam somente 14,3% de seu território e os nordestinos ocupavam 45%. Nas regiões do Centro-oeste, Sudeste e Sul os estabelecimentos ocupavam 69%, 64% e 75%, respectivamente.

O Atlas da Agropecuária Brasileira, Imaflora (2019), revelou dados sobre a ocupação dos 850 milhões hectares do território nacional:

- As terras privadas ocupam a maior parte do território nacional, 44% e as terras públicas 36%.

---

<sup>3</sup> Para cálculo tomou como base as proporções (%) de outras ocupações as explicitadas no censo agropecuário de 2006: as terras indígenas (14,7%); unidades de conservação ambientais (8,5%); zonas urbanas (0,2%) e superfícies aquáticas (1,3%).

- Das terras brasileiras, apenas 3% são formados por cidades, infraestrutura e corpos d'água. As grandes fazendas (maiores que 15 módulos fiscais), ocupam, isoladamente, a maior parte do país (22% do Brasil ou 182 milhões de ha). Já os assentamentos rurais ocupam apenas 5% (ou 41 milhões de ha).
- As terras indígenas cobrem 13% (112 milhões de ha) do território e as unidades de conservação, 11% (93 milhões de ha), contribuindo para a proteção das riquezas socioambientais do país.
- Uma área equivalente a 3 vezes a área do Paraguai (17% do território ou 141 milhões de ha) tem domínio ou propriedade desconhecido pelo Estado brasileiro – terras devolutas.
- Situação fundiária do Brasil são em grande parte devidas às informações imprecisas e as sobreposições entre diferentes categorias fundiárias, que alcançam 354 milhões de ha. Nem terras públicas ou privadas escapam do problema: sobreposições entre as terras públicas representam 48% do total sobreposto (171 milhões de ha). Entre as terras públicas e privadas, as sobreposições significam 50% (176 milhões de ha). As sobreposições entre terras privadas representam apenas 2% (7 milhões de ha).

A Constituição vigente legitima o direito à propriedade, entretanto, estabelece que este direito está submetido ao princípio múltiplo da função social (Art 5, item XXIII e Art. 186 da Constituição), como também estabelece outros ditames: terras produtivas, terras improdutivas, terras destinadas a proteção ambiental, terras indígenas e quilombolas, terras de marinha, terras de fronteira e terras devolutas (DELGADO, 2017). Sendo que, a Constituição condicionou que as terras improdutivas fossem passíveis à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e que as devolutas deveriam ser discriminadas e regularizadas, definindo o que é público ou privado. As terras públicas sem interesse da União deveriam ser destinadas à reforma agrária; e quando fossem ocupadas por pequena posse regularizadas. Como determinou a regularização das terras dos quilombolas e indígenas.

Assim, ao se protelar a resolução do ordenamento fundiário e a reforma agrária de uma fração territorial significativa de áreas improdutivas e devolutas, ainda presentes no cenário agrário do país, se omite à nação a forma de como está sendo apropriado o território nacional e o uso de seus recursos ambientais, assim como, mantém-se o descaso dos poderes executivo, legislativo e judicial com a ocupação do território nacional.

## **Agronegócio**

Nos anos vindouros do século XX, o Estado brasileiro preocupa-se basicamente com a formulação de uma política protecionista industrial, fundada a fomentar o desenvolvimento industrial a partir da substituição das importações, pela via do incentivo à plena utilização da capacidade produtiva instalada. O crescimento econômico de predominância urbano industrial sobre o agrário, o campo passou então para um papel de fornecedor de matérias primas e de mão de obra para indústria, entretanto, a industrialização acontece sem alterar as relações de poder e de produção existentes no rural brasileiro.

À vista disso, se compôs um processo de urbanização e se constituiu condições para as transformações dos meios de produção agrícola, sobretudo ao latifúndio, estimuladas na expansão do crédito subsidiado e na aquisição de insumos modernos, cujas ofertas aumentaram.

O papel diretor do Estado na economia agrícola hegemônica foi crucial. Isto requereu a construção de um aparato fiscal e financeiro regulador da distribuição da renda e da riqueza entre as elites agrárias, e destas com setor externo. Como a exclusão das demandas sociais de sindicatos e de outras representações de trabalhadores rurais, pequenos produtores familiares, posseiros, indígenas e quilombolas concorrentes àquelas que constituíram a modernização.

O conveniente foi que a terra rural (privadas ou griladas) e os recursos naturais (solo, biodiversidade e água) foram apropriados pelo capital (latifundiário, industrial e financeiro) envolvido na economia global, com apoio das políticas públicas governamentais. Esse pacto agrário converteu o Estado num verdadeiro lócus de conciliação dos interesses convergentes das classes hegemônicas, e tudo mais, principalmente, as inquietações e implicações sociais, fundiárias e ambientais ficaram à margem.

Esse pacto envolveu três ordens de fatores estruturais: apropriação e a concentração da terra e dos recursos naturais; relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central, por intermédio de sua representação política; e o caráter dependente ou associado da burguesia nacional ao capitalismo financeiro internacional, como foi apontado por TAVARES (2000).

A tríade do pacto agrário promoveu a modernização da agricultura e a aprofundou também a valorização do latifúndio com ou sem progresso técnico e com o domínio da propriedade ou da grilagem.

Mas, a expansão do agronegócio foi restringida, as áreas modernas convivem com latifúndios improdutivos, quer dizer, o agronegócio se conformou com a estratégia simultânea de captura da renda fundiária de áreas improdutivas contíguas aos espaços da efetiva produção agrícola moderna. Esta convivência entre áreas produtivas e improdutivas ocorria com a elevação do seu preço (captura da renda de terra), decorrente da elevação da renda (ou do lucro) agrícola. O ganho patrimonial incidu sobre o estoque de terra produtiva

e improdutiva, sancionado de fato pela política fundiária de governo contrapondo o cumprimento do preceito constitucional da função social da propriedade (DELGADO, 2009).

A ocupação fundiária pelo agronegócio latifundiário se justifica e está latente (como sempre esteve) no conceito terra vazia, desocupada ou disponível, resultando numa concepção (implícita ou explícita) de que são terras sem destinação econômica e social, nas quais os conflitos sociais são tacitamente ignorados ou relegados. As estratégias do agronegócio se materializam através da negação de direitos territoriais de povos e comunidades que ocupam e vivem no campo; as formas históricas de apropriação e uso da terra perdem a sua função social e agrária, sendo contrapostas a uma necessidade universal de acumulação via espoliação (SAUER et al, 2012).

Atualmente, lógica da finança globalizada capturou o aparato primário do agronegócio para fins de proporcionar tanto a expansão das atividades financeiras-rentistas quanto a proliferação das atividades dos grandes conglomerados multinacionais. Esta expansão dos mercados globais de commodities impeliu uma reorganização do agronegócio, rumo as vantagens comparativas, reduzindo vínculos com a indústria. Esse processo gerou uma acumulação de capital, tendo por efeito causal a demanda externa do capital financeiro, e não mais o circuito do progresso técnico à acumulação de capital criando a demanda interna e externa (DELGADO, 2010; DELGADO, 2012).

A forma contemporânea do capital de autorregulação e de suas relações econômicas internacionais, desde anos 1970, foi desmontando a atividade coordenadora do Estado na gestão econômica pelo desdobramento de estratégias de localização e de divisão do trabalho, expondo a nação à mercê das tensões geradas nos mercados financeiros.

Entretanto, segundo Poulantzas (1977); Mascaró (2013), mesmo diante dessa fragilização relativa, o Estado não perdeu seu papel de plexo condensador da reprodução do capital. Ainda, que as decisões de investimento tenham sido transladas do Estado para capital financeiro internacional, o Estado continua a conformar e a garantir a dinâmica do capital, em termos de: garantia do direito à propriedade, exigibilidades contratuais, e garantia da ordem interna para desenvolvimento do capital.

O conveniente de agora é que a propriedade da terra passou a representar, segundo Dias; Lima (2019), uma saída para viável à crise estrutural da acumulação capitalista e uma oportunidade de dar continuidade à rentabilidade do capital financeiro. O capital financeiro global demanda da privatização da terra e de seus recursos associados, quer dizer, da titulação.

Os governos pós impeachment de 2016, em termos de política agrária, se conformaram em sintonia com a hegemonia neoliberal de mercantilizar e de privatizar a terra. Em suas ações as evidências de uma hegemonia política da economia do agronegócio vão se conformando nas políticas de crédito rural e de liberações de novos



agrotóxicos; e no enfraquecimento do que o regime fundiário constitucional (o princípio múltiplo função social da propriedade, e ainda, dos preceitos normativos da reforma agrária e da regularização fundiária).

Houve também desconstituição do aparato institucional das políticas para a reforma agrária e agricultura familiar. No governo anterior se extinguiu o MDA e editou a MPV 759 (Lei nº 13.465, de 2017) que estabeleceu as condições para a privatização das terras dos assentados, e para a legitimação das terras da União (inclusive 'grilos') sem as condicionalidades socioambientais antes requeridas pela Lei nº 13.001/2014 (MATTEI, 2018).

As principais ações do governo atual mostram-se em sintonia fina com o projeto de mercantilizar e privatizar a terra iniciada pelo antecessor (TEIXEIRA, 2019):

- A política de desconstrução institucional na temática agrária tem início no 1º dia de governo. Por meio da Medida Provisória nº 870 de 1º de janeiro (Lei nº 13.844, de 2019) se extinguiu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar vinculada à Presidência, e transferiu as suas atribuições na reforma agrária, agricultura familiar, e na regularização das terras indígenas e quilombolas, justamente ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Objetivamente as medidas traduziram a decisão de confinar, nos limites da cerca dos ruralistas, todas as competências sobre essas áreas que confrontam os interesses do agronegócio.
- Foi decretada a paralisação e mesmo a reversão de medidas nas temáticas indígena, quilombola e da reforma agrária, e assegurada a inserção plena da 'agricultura familiar' na lógica do agronegócio.

Com essa configuração institucional, ao arpejo dos preceitos constitucionais, o governo atual vem sacramentando a demarcação zero de terras indígenas e quilombolas; e na reforma agrária, a titulação ora curso e a ventilar propostas, como a de reversão de áreas desapropriadas, divulgadas na mídia.

Em vista à mercantilização da terra rural, o governo atual, editou a Medida Provisória (MP) Nº 892 de 01/10/2019, promulgando a criação do Fundo de Aval Fraternal (FAF) e a Cédula Imobiliária Rural (CIR). O FAF possibilita que através da garantia solidária seja possível a renegociação de dívidas de crédito. Para operacionalizá-lo os produtores devem formar uma associação. O aval solidário poderá ser realizado pelos produtores associados ou por outros agentes da cadeia de produção, bancos, fornecedores, trades de comercialização, entre outros.

Esta MP também institui a afetação de propriedade, ou seja, o desmembramento da propriedade para efeito de garantias do crédito, e não mais do total. Com o

desmembramento do imóvel será emitida a CIR, a qual poderá ser negociada no mercado de títulos e valores imobiliários.

Além disso, a MP possibilita que a Cédula do Produtor Rural (CPR) e os títulos financeiros do agronegócio possam ser referenciados em moeda estrangeira. Quer dizer, quando o produtor vender seu produto para uma trading qualquer poderá emitir uma CPR e captar recurso fora do país.

Tais instrumentos editados na MP 892/2017 aportam a lógica financeira sobre o ativo terra, e isto, pode vir a fomentar um mercado deslocado da realidade concreta, possibilitando ganhos especulativos com a oscilação dos preços das commodities e da terra.

No quesito de privatizar a terra, o governo atual busca editar uma Medida Provisória regulamentar a questão da grilagem por meio da autorregulação fundiária, ou seja, através de uma autodeclaração da posse, adicionada de um georreferenciamento da mesma.

A aprovação de tais MP's pelo Congresso Nacional expõe o rural brasileiro aos interesses imperativos do capital portador de juros, ficando a nação à margem de tais acontecimentos especulativos sobre o patrimônio fundiário do país.

## **Conflito fundiário e o acesso à terra**

A concentração fundiária, como mostram diversos estudos agrários e demográficos, tem sido o efeito e a causa da pobreza rural e do êxodo rural, além de ser a base do conflito e da violência do campo.

O conflito fundiário em grandes áreas de terras improdutivas ou devolutas, segue sendo um elemento marcante e constante da realidade agrária nacional, como mostram os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), intitulado Conflitos no Campo Brasil. Os dados da CPT (CPT, 2018) mostram que, em 2018, cerca de 958,9 mil pessoas foram envolvidas em conflito fundiário. Os dados reiteraram outras modalidades de conflito, como, por exemplo, por acesso à água, contra grandes projetos de mineração e energia com impacto social, ambiental e fundiário. Além disso, houve o protagonismo indígena e quilombola na luta pela demarcação de suas terras.

Contudo, o conflito se arrefeceu de certa maneira entre 2003 e 2010 devido a expansão do número de famílias assentadas (Tabela 2). Entre 2003 e 2006, ocorreu um fluxo significativo de assentamento de novas famílias, situação que se inverte pós 2007/2008, com a queda do número de famílias beneficiadas em projetos de assentamento, com leve aumento em 2013 e 2014. Nos anos seguintes esta situação de crescimento se inverte, com queda significativa no número de famílias assentadas, a partir de 2015. A ocorrência de conflitos apresenta uma tendência paradoxal em relação ao número de

famílias beneficiadas com a criação de assentamentos, ou seja, um movimento invertido: assim que começa a diminuir a tendência de famílias beneficiadas, aumenta a ocorrência de conflitos.

**Tabela 2 - Número de famílias assentadas e de homicídios/conflitos, 2003 a 2016**

Anos	Famílias assentadas	Conflitos	Homicídios
2003	36301	1640	72
2004	81254	1801	39
2005	127506	1881	39
2006	136358	1657	39
2007	67535	1558	28
2008	70157	1170	28
2009	55498	1184	26
2010	55498	1186	25
2011	22021	1363	29
2012	23075	1364	36
2013	30239	1266	34
2014	32019	1286	36
2015	26335	1217	50
2016	1680	1536	61

Fonte: CPT (2017).

No ano de 2018, 2.307 famílias foram expulsas pelo setor privado e 11.225 pelo Estado, através de ordens de despejo, um número bem acima da média de 795 entre os anos 2015 e 2018. (CPT, 2018). O crescimento das ocorrências de conflito por terra pós 2015 preocupa, pois, essa violência social vem contra a ocupação e a posse de camponeses com pouca terra ou sem-terra, quilombolas e indígenas – populações submetidas a expulsão, despejo, destruição de bens e ações de pistoleiros.

Os dados da CPT (2017; 2018) sugerem, que desde 2016, uma nova postura institucional de governo, marcada por certa indiferença aos conflitos, seja por não de regularização fundiária de áreas devolutas e públicas, seja não da realização de assentamentos rurais em áreas improdutivas ou devolutas.

Diante desse quadro recessivo de resolução de conflitos, há que se ressaltar, que no país nunca houve uma Reforma Agrária de fato, para fins de alterar a estrutura agrária vigente, assim, a desigualdade fundiária permanece inalterada. O que foi feito foram ações distintas, pontuais e específicas de promoção de assentamentos rurais em propriedades privadas desapropriadas ou em áreas públicas, ou de regularização de pequenos posseiros, quilombolas e indígenas em áreas devolutas ou públicas, onde se conformou o conflito fundiário.

Os projetos de assentamento rural e de regularização fundiária de pequenas posses, quilombolas e indígenas criados até então, consistiram em uma ação de governo pós conflito fundiário, de natureza agrária, socioeconômica e ambiental, mediante mudança no regime de posse e uso de uma determinada área, segundo a Constituição/1988, o Estatuto da Terra (Lei nº 4504/68) e a Lei de Terras nº 8629/1993.

Em sua luta pelo acesso à terra como um direito social, o indígena, o quilombola e o camponês sem-terra ou com pouca terra clamam à sociedade e ao Estado uma mudança do processo fundiário que os marginalizou da terra. Uma exigência do cumprimento da função social da propriedade, e um contraponto a especulação mercantil e a grilagem de terra.

## **Trabalho humano e a subsistência camponesa**

O padrão de vida dos trabalhadores se define a partir de condições reais e concretas do trabalho, correlacionado ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto deles, nas condições históricas e sociais dadas no país (MARINI, 1966).

As mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo, desde 1970, num contexto de crise do capitalismo e de globalização econômica sob hegemonia do capital financeiro autorregulado, resultaram fenômenos sociais, geopolíticos e econômicos de distribuição e reprodução do capital que vem afetando de sobremaneira a sobrevivência dos trabalhadores (HARVEY, 2011).

As condições de vida dos trabalhadores não se limitam mais às questões nacionais de reprodução do capital, mas também, precisam ser explicadas por circunstâncias internacionais (MARINI, 1966). Muitos desses trabalhadores, sem alternativas para arquitetar e descobrir estratégias para o enfrentamento dessa realidade, que permeia o mundo capitalista em frequente transformação tecnológica, comercial e financeira passam a vivenciar a proletarização passiva (destruição das formas de trabalho e subsistência), conceito de OFFE (1985)

O incremento atual de modernização e inovação agrícola, associados à concentração da propriedade, aponta para a diminuição das oportunidades de emprego para trabalhadores rurais. A restrição da ocupação da força de trabalho humana envolvida na produção de commodities face ao padrão tecnológico exprime uma baixa e cadente relação capital-trabalho na agricultura do agronegócio (DELGADO, 2009). As relações de trabalho que se estabelecem na produção agropecuária parecem configurar, segundo Delgado (2009), uma superexploração, seja pela imposição de jornadas excessivas, seja pelo manejo de agrotóxicos nocivos à saúde humana, seja pelas relações de precária contratação de trabalhadores.

As formas das relações de trabalho, em uma economia estagnada, caminhando para uma depressão, como ora se apresenta a economia brasileira, decorrente de políticas macroeconômicas do atual governo, acentuam precariedade do padrão de vida da massa da população rural.

Os dados do censo agropecuário de 2017 apontam que a população ocupada no meio rural diminuiu de 16,5 milhões em 2006 para 15,0 milhões em 2017.

A tabela 3 mostra que nos últimos anos o número do pessoal ocupado no agronegócio vem diminuindo, principalmente nos setores da agropecuária (-16,1%) e da indústria (-5,6%).

**Tabela 3: Pessoal ocupado no agronegócio por setor e no Brasil, 2012 a 2018**

Mercado de Trabalho	Pessoal ocupado						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agronegócio	19.608.846	19.465.161	19.244.697	19.120.376	18.535.102	18.231.655	18.206.283
Insumos	174.902	185.291	230.627	233.958	198.746	224.581	221.366
Agropecuária	9.959.511	9.753.779	9.151.903	9.087.138	8.957.006	8.418.141	8.353.440
Indústria	4.066.219	3.975.850	4.176.137	4.126.252	3.782.880	3.860.849	3.839.267
Serviços	5.408.214	5.550.242	5.686.030	5.673.028	5.596.470	5.728.084	5.792.210
Brasil	89.496.407	90.764.124	92.111.790	92.142.301	90.383.848	90.647.050	91.860.465
Agronegócio/Brasil	21,9%	21,4%	20,9%	20,8%	20,5%	20,1%	19,8%

Fonte: CEPEA (2018).

No que diz respeito à distribuição da mão de obra entre setores do agronegócio em 2018, nota-se a concentração do número de ocupados na produção agropecuária (45,88%), seguida dos serviços (31,81%), indústria (21,09%) e insumos (1,22%). Em relação ao total do pessoal ocupado no país, o peso do agronegócio vem decrescendo em relação ao total ocupado.

O CEPEA (2018) ao avaliar a mão de obra do agronegócio em termos de posição na ocupação, verificou continuidade na tendência de elevação no número de empregado sem carteira assinada, observada nos últimos anos. De fato, o montante de ocupados nesta situação passou de 3,0 milhões em 2017 para 3,12 milhões em 2018. Sendo que, o maior nível de informalidade do setor continuou presente no setor primário. O levantamento do CEPEA (2018) apontou, ainda, que a ocupação de trabalhadores sem instrução continuou em queda, entre 2017 e 2018, diminuiu 11,4%.

Por outro lado, a agricultura camponesa, aquela delinea uma diversidade constitutiva e produtiva de um contingente significativo de famílias distribuídas no território nacional; vivendo em situação de subsistência (não gerar excedente, ou fazê-lo em proporções reduzidas), ocupando estabelecimentos precários, sendo descartadas pela expansão do agronegócio. A disparidade economia camponesa não se reduz apenas em aspectos produção, implica e impõe um desafio à incorporação da massa populacional deste setor a situação de direitos sociais e agrários.

A estrutura fundiária permanece inalterada no tempo, de tal modo que o antigo nunca foi mudado e a maioria dos pequenos produtores rurais, assentados, posseiros, quilombolas se encontram dissociados do padrão de acumulação do agronegócio, sendo privados de

uma situação de direitos, ou seja, sob um sistema que perpetua a pobreza rural e a questão urbana (êxodo rural).

O desemprego estrutural agrário e a economia camponesa acenam para a necessidade do aumento de programas sociais e agrários, paradoxalmente o “mainstream” neoliberal estatal aponta para a diminuição dos gastos sociais, autorregulação do agronegócio e a privatização da terra rural. Atualmente, se assiste que as possibilidades de uma inserção no sistema produtivo por parte dos camponeses e trabalhadores rurais excluídos é cada vez mais remota. O agronegócio gera a ampliação de uma massa de trabalhadores desocupados e de camponeses descartados do novo processo de modernização técnica da agropecuária. Esta situação grave e complexa em termos demográficos e agrários repõe na pauta a exclusão agrária. No âmbito político do atual governo trata-se, por ora, de um caminho sem volta.

### **Subtração da soberania ambiental e alimentar**

Empresas transnacionais, capital financeiro, grandes proprietários de terra, agroindústrias controlam a produção e a circulação de commodities em contexto local e global. Essa articulação se modela em grandes extensões de monoculturas, uso intensivo de insumos químicos, biológicos e mecânicos, exploração abusiva da força de trabalho com apoio estatal, via crédito rural e produção científica e tecnológica da pesquisa agropecuária.

O agronegócio busca incessantemente a mercantilização de bens tangíveis: terra e os recursos naturais (terra, água e biodiversidade), com uma produção agrícola em larga escala, com base na monocultura e no uso intensivo de máquinas e equipamentos, de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes híbridas, transgênicas e mutagênicas. Além disso, há que se ressaltar seu intento de mercantilizar os bens intangíveis, como a redução das emissões de carbono, através da viabilização do mercado de carbono.

Esta lógica produtiva, ao aumentar a produtividade do trabalho agrícola, remete a uma produção, praticamente, sem a vida humana. Acrescente-se, ainda, uma exploração ambiental aviltante como forma de aumentar a rentabilidade da lavoura, sem nenhum controle, causando todo tipo de degradação do meio ambiente, destruindo a estrutura, a fertilidade natural do solo e seus micro-organismos, contaminando as águas superficiais e dos lençóis freáticos, e a atmosfera.

De acordo IPAM (2019<sup>1</sup>; 2019), este ano a derrubada da floresta amazônica ganhou força, entre agosto de 2018 e julho de 2019, foram derrubados 9.762 quilômetros quadrados, o que representou um crescimento de 30%, um cenário que que não se percebe

há uma década, é o índice mais alto desde 2008. O instituto mostrou, ainda, que 35% do desmatamento ocorrido na Amazônia neste período foi registrado em áreas não-designadas e sem informação, ou seja, devolutas<sup>4</sup>. Em relação a recente temporada de fogo na região amazônica, o instituto mostrou que as propriedades privadas responderam por 33% dos focos de calor registrados na região até agora, em seguida vieram as áreas sem destinação fundiária específica, que somaram 30% dos focos de calor, e 20% apenas em florestas públicas não destinadas. Em termos fundiários, isto significa um forte indicativo da conjunção do desmatamento e do fogo com grilagem de terras.

O relatório do seminário nacional do SISAN realizado em 2014 (MDS, 2014) expôs o impacto da economia do agronegócio para consumo alimentar: contaminação dos recursos hídricos e da terra; contaminação e morte de agricultores por manuseio de agrotóxico; consumo de alimentos transgênicos sem o conhecimento dos males que causam à saúde; falta de informação para a população sobre os riscos da utilização dos agrotóxicos/transgênicos, entre outros em rota contradita aos objetivos do SISAN, em termos de sustentabilidade ambiental e do DHAA (Direito Humano a Alimentação Adequada). Como promove a subtração da cultura produtiva dos povos rurais dos biomas do território nacional

A redução produtiva do agronegócio em poucos produtos, com ênfase na expansão do cultivo de grãos (soja e milho) e da produção de carne, impactou a produção de comida em termos de volume e área cultivada. Tomando como exemplo a produção de arroz e feijão, entre as safras de 2003/2004 e 2015/2016, houve uma redução tanto no volume produzido, de -18,2% e -15,6%, como de área plantada, de -48,7% e -28,2%, respectivamente (CONAB, 2019).

A contemporaneidade da acumulação do capital do agronegócio vem restringindo a possibilidade da soberania ambiental e alimentar na formulação aos imperativos de sua reprodução local e internacional.

## **Considerações finais**

A realidade agrária brasileira, sob a hegemonia do agronegócio de commodities, acentua a remota questão agrária. Por sua vez, o atual governo, que vem trazendo para a agenda política nacional propostas regressivas do ponto de vista dos direitos econômicos, sociais e ambientais para povos rurais, com consequências para nação. Pois, haveria na

---

<sup>4</sup> Os números baseiam-se no Prodes, sistema oficial de monitoramento do desmatamento na Amazônia, divulgado ontem pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), e divididos por categoria fundiária pelo IPAM.

manutenção da questão agrária, engendrada pelo passado colonial e pelo subdesenvolvimento (PRADO JR, 1979; FURTADO, 1986), as condições necessárias para a expansão contemporânea do agronegócio de commodities: a apropriação da terra e dos recursos naturais sob arbítrio da concentração fundiária; a pilhagem dos recursos naturais (solo, biodiversidade, água, e, conseqüentemente, do clima); a diáspora camponesa, quilombola e indígena com desconstrução de seus territórios; a diminuição e superexploração do trabalho humano; e a manutenção de grandes estoques de terra de terras improdutivas e devolutas impedindo o acesso dos camponeses com pouca terra ou sem-terra.

O governo ao incentivar a especulação do agronegócio latifundiário desconsidera em linguagem direta, a perda irreversível de patrimônios da nação: solos, biomas, rios, patrimônios genéticos, aquíferos e trabalho humano, todos convertidos em *commodities* com aval e ação do Estado.

O conveniente agora é que o capital busca incessantemente a terra como mercadoria. A terra (privada ou grilada) representa uma alternativa à crise estrutural da acumulação capitalista e uma oportunidade de rentabilidade do capital portador de juros. Em linguagem direta, o ativo terra rural significa para o capital financeiro uma oportunidade no mercado financeiro.

A atual tendência de política fundiária de mercantilizar as terras (privadas e griladas e de domínio público), caudatária a economia do agronegócio articulada a especulação global, recoloca o país como alvo de processos de colonização, só que agora sob hegemonia do capital financeiro e das grandes trades, a despeito da questão agrária.

Por outro lado, a ação da sociedade civil foi secundarizada da arena política nacional, com dificuldades de resistência aos desmandos recessivos do governo, o povo rural está paralisado e atônito, com lutas esparsas intrincadas na dinâmica de acumulação do capital, sob jugo da repressão e violência.

## Referências

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Texto para discussão**, n.º 177, maio. UNICAMP. Campinas/SP, 2010.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro**, v 1, nº 4. ESALQ/USP. Piracicaba/SP, 2018.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (). **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia/GO, 2017.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia/GO, 2018.



CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Serie histórica de safras. Disponível em <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?limitstart=0>, 2019.

DELGADO, G C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L et al.(org) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. IPEA. Brasília/DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. Editora UFRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2010.

\_\_\_\_\_. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_. Questão agrária hoje. In: DELGADO; G C; PEREIRA, S M P P (org). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. MDA. Brasília/DF, 2017.

DIAS, A; LIMA, T. Aquisição transnacional de terras: peculiaridades e continuidades de uma novidade velha. In **LIMA; OLIVEIRA (org) Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva**. Recife: FASA, 2019.

FURTADO, C. **Análise do Modelo Brasileiro**. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro/RJ, 1986.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. Ed. Boitempo. São Paulo/SP, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário. 2007. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>

IPAM – INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. 35% do desmatamento na Amazônia é grilagem, indica análise do IPAM. Artigo 20/11/2019. Disponível em <https://ipam.org.br/35-do-desmatamento-na-amazonia-e-grilagem-indica-analise-do-ipam/>.

IPAM – INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. Amazônia em chamas: onde está o fogo. **Nota técnica**, 2019<sup>1</sup>. Disponível em <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/09/NT-Fogo-Amazo%CC%82nia-Fundia%CC%81ria-2019.pdf>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário. 2007. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>

IMAFLORA – INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA. O atlas da agropecuária brasileira. 2019. Disponível em <https://imaflora.blogspot.com/2019/07/atlas-da-agropecuaria-brasileira-revela.html>, acesso em 07/07/2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desenvolvimento Rural. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. v. 24. IPEA. Brasília/DF, 2016.

MARÉS, C F. Função Social da Propriedade. In **SONDA et al (org), Reforma agrária e meio ambiente: teoria prática no estado do Paraná**. Curitiba: ITCG, 2010.

MASCARO, A. **Estado e forma política**. Ed. Boitempo. São Paulo/SP, 2013.

MARINI, R M. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. **Cuestiones contemporáneas**, Tomo 4. UNAM-EI. Caballito/ME, 1996.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2. João Pessoa: DGEOC/CCEN/UFPB, 2018.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Seminário Nacional do SISAN**. Brasília, MDS, 2014.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. Ed. Brasiliense. São Paulo/SP, 1985.

POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise de Estado. In Poulantzas **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PRADO JR, C. **Questão agrária no Brasil**. Ed. Brasiliense. São Paulo/SP, 1979.

SAUER, S et al. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural – SOBER**, v 50, nº3, 2012 – disponível em [www.revistasober.org.br](http://www.revistasober.org.br), visitada em julho de 2013.

TAVARES, M C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, M. C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. Ed. Fund. Perseu Abramo. São Paulo/SP, 2000.

TEIXEIRA, G. **O Governo Bolsonaro e os desmontes nas políticas para o agrário: um resumo**. Texto enviado por correio eletrônico. Recebido em 08/09/ 2019.

---

## Sobre os autores

---

**Raimundo Pires Silva** – Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-2402-4595>

**Helena Carvalho De Lorenzo** – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. **Orcid** - <https://orcid.org/0000-0002-7744-0157>

---

## Como citar este artigo

---

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. Questão agrária: uma discussão necessária. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

---

## Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Raimundo Pires Silva** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados e análise; o segundo autor **Helena Carvalho De Lorenzo**, pela análise.

Recebido para publicação em 30 de maio de 2019.

Devolvido para a revisão em 01 de junho de 2019.

Aceito para a publicação em 19 de dezembro de 2019.

---

# **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil**

**José Giacomo Baccarin**

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Jaboticabal, São Paulo, Brasil  
e-mail: baccarin@fcav.unesp.br

**Jonatan Alexandre de Oliveira**

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Rio Claro, São Paulo, Brasil  
e-mail: jonatan.oliveira@unesp.br

**Gláucia Elisa Mardegan**

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Rio Claro, São Paulo, Brasil  
e-mail: glaumardegan@gmail.com

## **Resumo**

Teve-se como objetivo estudar os impactos da expansão e mudanças tecnológicas canavieiras sobre a estrutura fundiária do estado de São Paulo, de 1975 a 2006. As edições do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística constituíram a principal fonte de dados, procurando-se explorar, de forma não convencional, relações entre variáveis de posse, uso e tamanho dos estabelecimentos agropecuários. A expansão canvieira, em especial de 1996 a 2006, veio acompanhada do aumento de importância de estabelecimentos muito grandes e concentração da posse da terra agrícola. A concentração da propriedade foi menos impactada, pois os empresários expandiram seus canaviais mais pelo arrendamento do que pela aquisição de terras. Entre as causas concentradoras da expansão canvieira apontou-se a forte integração vertical entre usinas de açúcar e etanol e lavoura canvieira, não comum em outras atividades que perderam área em São Paulo. Adicionalmente, a ampliação da mecanização da colheita de cana dificultou a permanência de pequenos e médios fornecedores na atividade canvieira.

**Palavras-chave:** Estrutura agrária; mecanização agrícola; posse da terra.

## **Monoculture and land concentration – effects of sugarcane expansion on agricultural land structure in the State of São Paulo, Brazil**

### **Abstract**

The impacts of expansion and technological changes on sugarcane plantations on the agricultural land structure in São Paulo state from 1975 to 2006 were studied. The Agricultural Census editions of the Brazilian Institute of Geography and Statistics were the main source of data, which were analyzed by non-conventional method. The expansion of sugarcane from 1996 to 2006 was accompanied by an increase in the participation of very large agricultural establishments and also the concentration of agricultural land ownership. The concentration of land ownership was less impacted, as entrepreneurs expanded their cane fields more by renting than by acquiring land. Among the main causes of sugarcane expansion were the strong vertical integration between sugar and ethanol factories and sugarcane plantations, not common in other activities that lost ground in São Paulo. In addition, the expansion of the mechanization of the sugarcane harvest made it difficult for small and medium suppliers to stay in sugarcane production.

**Keywords:** Land structure, agricultural mechanization, land tenure.

## **Monocultivo y concentración de la tierra: efectos de la expansión de la caña de azúcar en la estructura de la tierra del estado de São Paulo, Brasil**

### **Resumen**

El objetivo fue estudiar los impactos de la expansión de la caña de azúcar y los cambios tecnológicos en la estructura de la tierra del estado de São Paulo, de 1975 a 2006. Las ediciones del Censo Agrícola del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística fueron la principal fuente de datos. Intentamos explorar, de manera poco convencional, las relaciones entre las variables de propiedad, uso y tamaño de los establecimientos agrícolas. La expansión de la caña de azúcar, especialmente de 1996 a 2006, estuvo acompañada por la creciente importancia de establecimientos muy grandes y la concentración de la tenencia de la tierra agrícola. La concentración de la propiedad se vio menos afectada a medida que los empresarios expandieron sus campos de caña de azúcar más mediante el arrendamiento que la adquisición de tierras. Entre las causas concentradoras de la expansión de la caña de azúcar estaba la fuerte integración vertical entre las plantas de azúcar y etanol y las plantaciones de caña de azúcar, que no es común en otras actividades que perdieron área en São Paulo. Además, la mayor mecanización de la cosecha de caña de azúcar dificultaba que los pequeños y medianos proveedores se mantuvieran en la actividad de la caña de azúcar.

**Palabras-clave:** Estructura agraria; mecanización agrícola; tenencia de la tierra.

### **Introdução**

Ao deixar a região mais próxima ao litoral do estado de São Paulo em direção ao oeste, dificilmente um viajante não se surpreenda com os chamados mares de cana-de-açúcar, em torno das agroindústrias sucroalcooleiras, e que se espalham pelo interior paulista. Esta cultura é cultivada em grandes áreas, em forma de monocultura, deixando pouco espaço para outros cultivos, como o de algumas leguminosas, plantadas temporariamente nas áreas de renovação dos canaviais.

Entre 1994 e 2014, a área de cana em São Paulo passou de 2,6 milhões hectares (ha) para 6,8 milhões ha, enquanto a área com outras lavouras caía de 4,1 milhões ha para 3,1 milhões ha e a de pastagens, de 10,7 milhões ha para 6,8 milhões ha (IEA, 2016). Em 2012, praticamente 60% do cultivo de cana no Brasil localizava-se em São Paulo (IBGE, 2013).

Ainda que fique explícito que a paisagem agrícola paulista é fortemente marcada pelos mares de cana, daí não se pode, imediatamente, inferir que isto seja acompanhado de grande concentração da terra agrícola. Para tanto é necessário que se debruce sobre as estatísticas, especialmente dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) e se considerem aspectos históricos, econômicos e gerenciais do crescimento de empresas sucroalcooleiras e canavieiras.

Entre os históricos, ressalte-se o controle direto sobre grande parte do cultivo canavieiro que os usineiros (nome comum dos proprietários de agroindústrias de açúcar e etanol) vêm exercendo ao longo dos séculos. No quesito concorrencial, merece destaque a recente expansão da mecanização do plantio e colheita da cana, dificultando a permanência na atividade de pequenos e médios agricultores.

Neste artigo estabelecem-se duas hipóteses: a) a recente expansão canavieira sobre outras atividades agropecuárias tendeu a aumentar a concentração fundiária no estado de São Paulo, que já era muito alta e, b) esta concentração tendeu a ser mais expressiva na posse ou exploração do que na propriedade da terra agrícola.

O objetivo principal, com base nos dados dos censos agropecuários de 1975 a 2006, em especial os últimos 10 anos, é estudar os impactos da expansão e mudanças tecnológicas canavieiras sobre a estrutura fundiária paulista. Paralelamente, propõe-se estabelecer uma análise não convencional dos dados censitários, explorando os cruzamentos entre variáveis de posse, tamanho e uso da terra, contribuindo para instrumentalizar o estudo de realidades agrárias de outros estados e do ocorrido entre 2006 e 2017, data esta de realização do último censo agropecuário no Brasil, mas cuja publicação ainda não estava disponível quando da redação do presente artigo.

Na segunda seção faz-se uma abordagem histórica e conceitual, que procura justificar a adoção das hipóteses citadas. A terceira expõe o método de uso e interpretação dos dados dos censos agropecuários. Na quarta são apresentadas as evidências empíricas que testam as hipóteses estabelecidas. Por fim, algumas considerações finais fecham o artigo.

## **Formas de exploração e concentração da terra agrícola**

Para Berstein (2011), a apropriação e a distribuição da terra entre agricultores não se mostram homogêneas entre os países capitalistas. Aspectos históricos, de formação e intervenção pública na propriedade da terra, de dotação de recursos naturais, demográficos, de composição da exploração agropecuária e de ciclos econômicos, fazem com que se observem realidades nacionais com diferentes tamanhos médios e níveis de concentração dos estabelecimentos agropecuários, bem como formas diversas na exploração agropecuária da terra, diretamente pelo seu proprietário ou por terceiro. Há situações em

que a força de trabalho familiar predomina, ao contrário de outras em a relação de trabalho típica é a assalariada.

Stinchcombe (1972), com base em diversos momentos históricos e países e não considerando a produção exclusiva para subsistência, propõe uma tipologia para as empresas agrícolas. Aborda o sistema senhorial ou “hacienda”, em que o grande proprietário permite, em pequenas áreas, o cultivo de subsistência por moradores de suas terras, com os mesmos ficando à disposição para realizar trabalhos na grande exploração comercial da propriedade. Considera também o arrendamento familiar, em que o grande proprietário não explora diretamente suas terras, mas as arrenda, em troca do pagamento em dinheiro ou espécie, a pequenos agricultores que utilizam, basicamente, a força de trabalho familiar nas lides agrícolas. Um terceiro tipo seria o da pequena propriedade familiar independente ou não sujeita ao pagamento do aluguel da terra. Por fim, o autor considera dois tipos de grande propriedade com uso de trabalho assalariado, o de grandes lavouras, em que o número de trabalhadores é alto, ao contrário da estância, dedicada à pecuária extensiva. O autor não considera (ou não explicita) o caso em que grandes empresas alugam terras de terceiros, que se poderia denominar de grande arrendamento ou arrendamento capitalista.

Na abordagem clássica de Marx (1982), com base na realidade britânica do século XIX, considera-se a existência de três classes agrárias, os proprietários da terra, que recebiam a renda da terra, os grandes arrendatários, que administravam a exploração da terra e recebiam os lucros e os trabalhadores, assalariados pelos arrendatários. Há nesta construção nítida separação social entre proprietário e empresário agrícola, que possibilita explorar com mais nitidez o duplo sentido econômico da terra, um o de ser um patrimônio, que permite a obtenção de renda anual, além de servir como poupança ou reserva de valor. Ao mesmo tempo, a terra permite a exploração agropecuária, proporcionando receitas que cobrem custos de produção, inclusive os da força de trabalho, e geram lucro para o empresário. A renda da terra, sua valorização patrimonial e o lucro da atividade agropecuária, dependendo do arranjo social, podem ser auferidos pelo mesmo agente econômico ou divididos entre o proprietário da terra e aquele que obtém a concessão para seu uso.

Outros estudiosos, muitos de tradição marxista, contudo, formularam análises com mais nuances, destacando a importância (algumas vezes, predominante) da produção camponesa, baseada no trabalho familiar, em diversas realidades agrárias de países capitalistas. Não se alongando neste ponto, as revisões e análises de Graziano da Silva & Stolcke (1981) e Goodman et al (1990) mostram que alguns autores entendiam que, com o tempo, a relação tipicamente capitalista (assalariada), explícita ou implicitamente, se estenderia da indústria para a agricultura, enquanto outros propugnavam que o capitalismo

na agricultura se desenvolveria preservando diferentes “formas de produção”, inclusive as familiares ou camponesas.

Um corolário deste debate diz respeito à possibilidade de aumento da participação de grandes estabelecimentos na área agrícola, baseado em vantagens técnicas e financeiras de escala. Para Goodman et al (1990) não é consensual que exista economia técnica de escala na agricultura, devido a especificidades que dificultam a organização da produção agropecuária aos moldes fabris, em especial a diferença entre tempo de trabalho e produção, o que impõe alguma ociosidade de recursos produtivos no ciclo de produção (vide também Georgescu-Roegen, 1970).

A isto se junta a sazonalidade de cultivo de grande parte das lavouras, limitando um fluxo produtivo contínuo ao longo do ano, o caráter atomizado da produção e a perecibilidade ou alto custo de armazenamento dos produtos, levando os agricultores a conviverem com preços flexíveis e, às vezes, abaixo dos custos de produção (DELGADO, 2001).

A partir dessas e outras condições, como a meticulosidade de algumas atividades laborais primárias, pode-se supor que a agricultura em pequena escala, com as etapas produtivas sendo executadas não sequencialmente, mas em jornadas de trabalho não padronizadas, por membros da família do agricultor, teria capacidade de apresentar custos médios competitivos com os do grande estabelecimento, em que a relação assalariada é majoritária. Ou de assimilar mais facilmente as quedas de preços agrícolas, posto que o apelo pelo lucro seria menor entre os pequenos agricultores, mais motivados em garantir a subsistência de suas famílias (CHAYANOV, 1981).

Contudo, em especial a partir de meados do século XX, não se pode olvidar que a tecnologia vem influenciando naquelas especificidades agropecuárias, diminuindo as limitações impostas pela natureza ao controle do processo produtivo pelo capital. Entre as mudanças técnicas, podem ser citadas as da genética vegetal e animal, que diminuem ciclos produtivos, permitem o plantio em diferentes condições de solo e climáticas e estendem os meses de safra; a adubação mineral; o arraçoamento com fundamentos bioquímicos e a criação estabulada de animais; o controle químico de pragas e doenças; o uso de irrigação; o plantio em casas de vegetação etc.

Particularmente, a intensificação da tecnologia mecânica promove diminuição da necessidade de força de trabalho, mesmo naquelas etapas produtivas em que, em algum momento, chegou a parecer impossível substituir a habilidade humana, em especial na colheita de vários produtos. Comumente, o aumento da potência, precisão e área trabalhada de tratores e colhedoras estimula a expansão do tamanho de estabelecimentos agropecuários, via compra ou arrendamento de novas áreas.

Ao mesmo tempo, o avanço do liberalismo comercial, o progresso tecnológico e expansão das vias e meios de transporte, com redução de seus custos, e a industrialização e aprimoramento de formas de conservação de alimentos aumentam a abrangência dos mercados, elevando a concorrência entre regiões agrícolas, não raramente, situadas em diferentes continentes. Com isto, as condições de produção e reprodução de comunidades agrárias de determinados países, antes mais dependentes de fatores locais, sofrem fortes influências de fatores externos, como a capacidade de outros países produzirem mais abundantemente e com custos e preços menores.

Ainda que não seja apenas pela existência de economias técnicas de escala, mas também por outras razões, o fato é que as análises empíricas das agriculturas de países desenvolvidos, desde algumas décadas, têm mostrado o fortalecimento de estabelecimentos agropecuários de maior porte. Dados apresentados por Goodman et al (1990) indicam que os estabelecimentos maiores que 50 ha passaram de 3,5% da área total agrícola europeia, em 1960, para 42,6%, em 1977. Nos Estados Unidos da América (EUA), as fazendas grandes proporcionavam 23,2% da renda líquida agrícola total, em 1969, valor que passou para 86,6%, em 1981.

Análise mais recente, feita pela União Europeia (UE, 2018, pag. 23), mostra que, entre 2005 e 2016, todas as classes de área dos estabelecimentos agropecuários da União Europeia, com uma única exceção, perderam participação no número e área total dos estabelecimentos, acima de 20% para aqueles abaixo de 10 ha. A exceção se deu na classe acima de 100 ha, cuja participação aumentou 15% na área e 20% no número de estabelecimentos.

Para os EUA, o United States Department of Agriculture (USDA, 2017) traz informações sobre a rentabilidade, em 2016, de seus estabelecimentos agropecuários, de diferentes portes financeiros. Entre 54% e 77% dos quatro tipos do que se chama Small Family Farms (com renda bruta anual de até US\$ 350 mil) operariam na zona de alto risco financeiro, valor este abaixo de 40% no caso da Midsize Family Farms (renda entre US\$ 350 mil e US\$ 1 milhão) e próximo a 30% na Large-scale Family Farms (renda acima de US\$ 1 milhão). Os responsáveis pelas Small Family Farms tinham a maior parte dos seus rendimentos originada de atividades fora do estabelecimento, como salários urbanos, aposentadorias e transferências sociais, enquanto nas Midsize esta dependência era de 36% e na Large-scale, de 4% a 15%. Com isto, pode-se afirmar que os estabelecimentos agropecuários maiores apresentam maior competitividade econômica nos EUA, favorecendo a elevação da concentração da terra e renda setoriais. Não obstante, rendas obtidas fora da atividade agropecuária tornam os menores estabelecimentos mais resistentes à incorporação pelos maiores.



No caso do Brasil, seu marco legal considera como da agricultura familiar o estabelecimento que não ultrapasse quatro módulos fiscais, além de atender outros critérios. O tamanho do módulo fiscal equivale à menor extensão de terra que, nas condições sociais médias, garantiria o sustento de uma família. O Censo Agropecuário 2006 constatou que os familiares representavam 84% dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários brasileiros, ocupando 24% de sua área e gerando 74% da sua ocupação e 38% da sua renda bruta (IBGE, 2009).

A grande participação no número e pequena na área da agricultura familiar indica que existe alta concentração da posse da terra no Brasil e seus estados. Em São Paulo, em 1940, 77,6% dos estabelecimentos agropecuários eram menores que 50 ha e detinham 17,7% da área, enquanto 0,9% dos estabelecimentos eram maiores que 1.000 ha, com 32,8% da área. Em 1996, estes números eram, respectivamente, 73,0% e 15,0%, para os pequenos estabelecimentos e 1,0% e 27,4%, para os grandes, (IBGE, 1950, 1998), revelando manutenção da alta concentração fundiária.

Em termos da concessão da terra a terceiros, a literatura cita casos como os dos “foreiros”, moradores de grandes propriedades canavieiras no Nordeste, que tinham autorização para pequenos plantios de subsistência e ficavam disponíveis para exercer atividades laborais, em momentos de maior exigência de mão-de-obra, no plantio e colheita da cana (ANDRADE, 1979). Também se discorre sobre a parceria agrícola, em que o proprietário concede parte de sua área para exploração direta por agricultores familiares, mediante o pagamento de parcela da produção, meia, terça ou quarta parte, em dependência de como se repartam os gastos na lavoura.

Kageyama (1979) mostra que reveses econômicos podem resultar em crescimento de pequenos estabelecimentos. Assim, na crise cafeeira de 1929/30, os grandes proprietários de terra em São Paulo deixaram de explorar parte de suas terras, via venda, ou, mais significativamente, via concessão para parceiros. Em 1920, 2,9% do número e 2,6% da área dos estabelecimentos agropecuários em São Paulo estavam sob o controle de arrendatários ou parceiros, valores que se elevaram para, respectivamente, 26,5% e 8,6%, em 1940 (IBGE, 1923, 1950).

Em período mais recente, após 1960, a parceria agrícola se revelou comum em lavouras anuais com grande necessidade de mão-de-obra, como algodão, arroz, cebola e feijão. Em muitos casos, autores como D’Incao (1975) e Krein & Stravinski (2009) entendem que, na tentativa de se isentar dos direitos trabalhistas, grandes proprietários usavam a parceria como um disfarce de uma relação que, de fato, era assalariada. Se um disfarce ou parceria real, o que caracterizava o parceiro era explorar pequena área agrícola sob a forte subordinação ao proprietário da terra.

Ainda que com menor citação na literatura, podem-se encontrar exemplos do grande arrendamento na agricultura brasileira. Para o período 1944/45 a 1978/79, Beskow (1986) informa que, em média, 66,1% da área de arroz no Rio Grande do Sul foram cultivados em terras arrendadas. No mais das vezes, os arrendadores eram criadores extensivos de gado bovino e ovino, que procuravam, na cessão de terras, um rendimento adicional, importante especialmente nos momentos de baixa de preços da carne. Por sua vez, os arrendatários eram de grande porte, com capital originário, muitas vezes, de atividades comerciais do arroz. O que lhes permitia, aliás, a realização de investimentos na sistematização topográfica do terreno irrigado, construção de açudes, aquisição de bombas de recalque de água e maquinário agrícola, além do pagamento da renda da terra e gastos com o cultivo de arroz.

Outros exemplos de arrendamento de grandes áreas, atualmente, se encontram na soja, eucalipto e cana-de-açúcar, caso este que será tratado com mais detalhes no próximo item.

### **Apropriação e concentração da terra em áreas canavieiras**

De início, considera-se a existência de dois tipos de empresas canavieiras, dos agricultores que se dedicam apenas às atividades agrícolas - os fornecedores de cana - e das usinas que, além do etanol e açúcar, produzem parte considerável da cana usada como matéria prima em suas indústrias. Na safra 2007/08, das 284,3 milhões de toneladas (t) de cana processadas em São Paulo, 58,2% foram da chamada cana própria (das usinas) e 41,8% vieram de fornecedores. Nas 153 usinas pesquisadas, a área média de cana processada foi de 21.557,0 ha, com a área média de cana própria de 12.628,1 ha e a de fornecedores, de apenas 55,7 ha (CONAB, 2008). Fica claro, portanto, que são empresas de porte e capacidade competitiva muito diferentes.

A forte integração vertical para trás, da transformação industrial e cultivo de cana, tem sido associada a características agronômicas desta lavoura, que precisa ser imediatamente processada após cortada, permitir cortes por cinco ou mais anos na mesma área, de forma a amortizar seus altos custos de instalação, e apresenta baixa relação valor-peso, implicando que os canaviais não devam estar distantes além de 50 Km das usinas. Contudo, julga-se que são condições histórico-estruturais brasileiras que explicam por que a situação local foge do padrão de outros países, como a Austrália (CONAB, 2008). Neste e em outros países, quase todo o fornecimento de cana, em tempo, por alguns anos e originada de áreas próximas, é garantido via contratos entre agroindustriais e agricultores (BACCARIN et al., 2008).

Autores como Ramos (1999) e Vian (2003) informam que, ao longo da história brasileira, os donos de engenho ou usina comumente também administravam o cultivo da maior parte dos canaviais. Quase sempre a legislação brasileira respaldou tal situação, como o Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1941, que estabeleceu que uma usina pode produzir até 60% da cana que processe. E mesmo esta obrigação, de adquirir apenas a menor parte da cana de fornecedores, nem sempre é cumprida, via subterfúgios jurídicos, como a separação entre empresa industrial e agrícola, de propriedade de membros da mesma família, ou a consideração como fornecedor de quem, de fato, é sócio da usina (BACCARIN et al., 2008).

Em outras cadeias agroindustriais, como bovinocultura de corte e leite, suinocultura, avicultura de corte, soja, milho e outros grãos, essa integração vertical é diminuta ou inexistente. Nos casos da citricultura e silvicultura ela tende a se assemelhar à sucroalcooleira. Levando em conta o tamanho médio das áreas de cana administradas diretamente pelas usinas e sabendo que a expansão canavieira recente em São Paulo se deu, especialmente, sobre áreas com pastagens e outras lavouras, pode-se supor que ela tenha impactado fortemente na distribuição local da posse da terra, com aumento da importância de estabelecimentos de porte muito grande.

Entre as vantagens da integração vertical, citem-se a maior segurança no recebimento da matéria-prima agrícola e possibilidade de exercer maior influência no preço pago aos fornecedores. Além disso, ao deter grandes áreas de terras, o usineiro tende a se beneficiar de vantagens de escala, tecnológicas ou financeiras. Contudo, não se devem desconsiderar as desvantagens, como a imobilização de grande volume de capital em terras agrícolas, para garantir a produção própria de cana, reduzindo a capacidade de investimento agroindustrial. Isto, na prática, é muito amenizado via substituição da compra pelo arrendamento de terras, cujos contratos duram de cinco a seis anos, que é a média do ciclo de um canavial. Corriqueiramente, estes contratos são renovados várias vezes, com o proprietário da área deixando de exercer, ao longo dos anos, a função social de agricultor e se transformando em um locador fundiário.

Dados coletados entre usinas que administravam próximo a 90% dos canaviais de São Paulo indicam que elas dependiam em 20% de terras próprias e 80% de terras arrendadas para produção de cana, na safra 2009/10, enquanto que entre os fornecedores a proporção era de 50% para cada caso (SÃO PAULO, 2016).

Em comparação a grãos e bovinocultura à pasto, o cultivo de cana proporciona volume financeiro maior/área e paga valores mais altos nos arrendamentos. Segundo Pinto (2018), entre 2000 e 2015, o preço de arrendamento para cultivo de cana em São Paulo foi superior em 40% ou mais do que nas lavouras de soja, amendoim e milho. Este é um importante atrativo para pequenos e médios proprietários alugarem suas terras para o

cultivo canavieiro, o que, adicionalmente, possibilita deixar de incorrer nos riscos produtivos e de preços da agropecuária e, ao mesmo tempo, se dedicar a outras atividades laborais nas cidades.

Ao pensar em retomar o gerenciamento da atividade agrícola, depois de ter concedido vários contratos de arrendamento, o pequeno ou médio agricultor se deparará com barreiras, como o fato de sua área se apresentar desprovida de cercas e outras benfeitorias e ter sido manejada de maneira a facilitar apenas o cultivo de cana. Além disto, se deparará com a necessidade de realizar investimentos consideráveis em novo maquinário agrícola. O envolvimento com outras atividades econômicas na cidade é outro ponto a dificultar a volta às lides agrícolas, em especial para os descendentes, filhos e netos, dos proprietários que fizeram os primeiros contratos de cessão de suas terras para as usinas e grandes fornecedores de cana.

Entre os fornecedores, há os que administram, com maquinário, insumos e equipe próprios, todas as etapas do cultivo canavieiro, o que se poderia chamar de fornecedor integral. Há também os parciais que gerenciam o plantio e os tratos culturais, entregando a chamada “cana em pé” para a usina realizar sua colheita. Em alguns casos, o plantio também deixa de ser feito pelo fornecedor e, em casos extremos, inclusive os tratos culturais. Assim as usinas aumentam o controle das áreas ao seu redor, às vezes sem o controle direto da sua gestão, o que pode ser relacionado com o conceito de territorialização dos monopólios, conforme definido por Oliveira (2012).

Outro aspecto é a conjuntura vivida pelas empresas sucroalcooleiras. No presente século, entre 2001 e 2009, viveu-se a chamada “febre” dos combustíveis renováveis, como o etanol, coincidente com a manutenção de preços altos do açúcar. Isto levou ao rápido crescimento da estrutura produtiva e produção sucroalcooleira, inclusive com entrada de novos grupos econômicos. Em São Paulo, a produção de cana passou de 176 milhões t, em 2001, para 362 milhões t, em 2009 (CONAB, 2017). Por conseguinte, o preço pago/t de cana e o valor do aluguel das terras destinadas ao seu cultivo cresceram (PINTO, 2018), o que tendeu a fortalecer os laços econômicos de usineiros com fornecedores de cana e arrendadores. De 2010 a 2016, com quedas nos preços do etanol e açúcar, a produção de cana cresceu pouco, atingindo 400 milhões t, em 2016 (CONAB, 2017). Neste período, o preço de arrendamento continuou aumentando, mas em ritmo menor do que anteriormente, conforme Pinto (2018).

Este mesmo autor mostra que o arrendamento representava próximo a 10% do custo operacional “caixa” (sem depreciação, remuneração do capital e empresário), em 2000, superando 22%, em 2015, em terras arrendadas por usinas em São Paulo. Ainda que não se disponha desta informação, pode-se supor que a elevação da participação do

aluguel da terra no custo de produção foi maior em regiões com muitas usinas instaladas e que disputaram as terras ao seu redor entre si.

Outra questão a ser destacada são as mudanças tecnológicas na lavoura canavieira, com o plantio e a colheita, antes semi mecanizados, passando para totalmente mecanizados, a partir dos meados dos anos 1990. Particularmente no caso do corte, sua mecanização, de 1997 a 2006, evoluiu de 18% para 40% (PAES, 2007), alcançando, conforme Fredo et al. (2015), 85% dos canaviais de São Paulo, em 2013.

A aquisição de uma colhedora de cana e do comboio de máquinas, veículos e equipamentos associado envolve algo próximo a R\$ 2,0 milhões (BACCARIN, 2016). Além disto, levando em conta parâmetros da safra 2007/08, a CONAB (2008) estimou que uma colhedora podia operar 1.229,5 ha de cana/safra. Tais valores mostram as dificuldades que a imensa maioria dos fornecedores paulistas, com área média de 55,7 ha de cana, teria de mecanizar a colheita de seus canaviais e se manter na atividade, ainda que lhe restasse a possibilidade de alugar ou comprar a máquina em condomínio com outros agricultores. A mecanização trouxe também a interrupção de alguns contratos de arrendamento, especialmente com aqueles proprietários com áreas mais inclinadas e estreitas, fatos que dificultam a operação das colhedoras.

Há outro aspecto da mecanização que afetou a competitividade das empresas do setor. Em 2007, o número de colhedoras mais que dobrou entre empresas sucroalcooleiras de São Paulo, com a quantidade de máquinas vendidas neste ano jamais sendo alcançado nos anos seguintes (SÃO PAULO, 2016). Esta mecanização abrupta, em vários casos, se deu com aumento do endividamento empresarial e com diminuição da produção de cana/área, em especial nos canaviais mais antigos, com disposição de talhões e variedades de cana não adequadas às colhedoras. Houve também necessidade de maiores investimentos nas instalações industriais de usinas, para receber a cana em tolete, da colheita mecânica, em lugar do colmo inteiro, da colheita manual.

Quando os preços setoriais começaram a cair, após 2009, os problemas operacionais e financeiros das empresas se agudizaram, levando várias a encerrarem suas atividades. Dados da UNICA (2017) mostram que, de 2007/08 a 2010/11, o número de usinas no Centro-Sul do Brasil aumentou em 60 unidades, enquanto de 2011/12 e 2016/17, caiu em 51 unidades. Frise-se que usinas pioneiras, com níveis mais altos de mecanização em 2007, tiveram mais capacidade de resistir à conjuntura adversa dos últimos anos.

Para os arrendadores e fornecedores de cana, os problemas financeiros de usinas significaram atrasos ou não recebimento pela cana entregue ou área arrendada. Ou seja, houve estremecimento nos laços econômicos dos usineiros com fornecedores e arrendadores de terra, pelo menos em algumas regiões e grupos econômicos.

Em suma, pode-se dizer que a aceleração da mecanização canavieira trouxe efeitos concentradores, por dificultar a permanência do setor de pequenos e médios fornecedores e arrendadores e por acentuar a concorrência entre grandes empresas, com muitas deixando o setor, quando a conjuntura piorou, e outras apresentando pequeno dinamismo, perdendo participação na produção setorial.

Uma abordagem mais geral que não foi explorada no presente trabalho, mas que deve ser mencionada, é aquela que diz respeito a movimentos mais amplos e abstratos da acumulação do capital. Isto pode ser encontrado em tese de Pitta (2016), que, ente outros pontos, aborda o aporte de novos investimentos no ramo sucroalcooleiro até 2008, sob a lógica da reprodução fictícia do capital.

Neste ponto, pode-se especular com algumas situações provavelmente ocorridas nas áreas canavieiras paulistas e que poderão ser testadas em trabalhos futuros, com os dados do Censo Agropecuário 2017. Em regiões onde a produção canavieira se destinava a abastecer apenas uma agroindústria, seu fechamento ou diminuição de capacidade de pagamento pode ter levado à redução da concentração da posse da terra e ampliação da diversidade produtiva, mesmo considerando as dificuldades apontadas, dos arrendadores retomarem as atividades de agricultor. Por outro lado, em regiões com área agrícola disputada entre várias usinas, o fechamento ou menor dinamismo de uma ou mais pode ter elevado ainda mais os indicadores de concentração fundiária, pois suas áreas podem ter sido absorvidas por outras usinas, mais dinâmicas e que aumentaram sua capacidade industrial.

## **Materiais e métodos**

Usam-se informações do Instituto de Economia Agrícola (IEA) de São Paulo, relativas à área canavieira, e, especialmente, dados dos censos agropecuários de 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006, realizados pelo IBGE. Nas três edições iniciais, a área recenseada em São Paulo girava em torno de 20 milhões ha, enquanto em 1995/96 e 2006, este valor caiu para próximo a 17 milhões ha.

O censo agropecuário levanta informações do estabelecimento agropecuário, um conceito de exploração ou posse da terra. Entende-se que a forma como se delimita o estabelecimento subestima a concentração da posse da terra e, no caso aqui estudado, o real controle sobre a terra exercido por grupos sucroalcooleiros. Veja-se a definição de estabelecimento agropecuário no Censo 2006, que é praticamente a mesma desde 1975:

É toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. [...] tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda [...] As áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo setor censitário, utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho, etc.) e os mesmos recursos humanos (o mesmo pessoal), e, também, desde que estivessem subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. [...] O estabelecimento que se estendia por mais de um setor censitário foi recenseado no setor onde estivesse localizada a sua sede [ou, na ausência desta,] no setor onde estivesse situada a maior parte de sua área. (IBGE, 2009, p. 41 e 42)

Não se determina que o estabelecimento deva ser formado exclusivamente por áreas contínuas, como no Censo 1970. Mas se afirma que áreas não contínuas de um estabelecimento devem estar no mesmo setor censitário, dividir recursos humanos e técnicos e sob a mesma administração, que pode ser de um preposto contratado pelo produtor. Como bastam duas áreas de um mesmo produtor, contínuas ou não, terem administradores diversos para serem consideradas dois estabelecimentos, a conceituação do IBGE dissimula o real controle de grupos econômicos sobre a terra agrícola. Em contato com servidores deste Instituto, obteve-se a informação que uma mesma usina pode declarar informações individualizadas de muitos estabelecimentos sob o seu controle, em alguns casos mais de uma centena deles (BACCARIN, 2016).

Ao se pensar em critério diferente do IBGE, poder-se-ia considerar como um único estabelecimento a soma de todas as parcelas de terra (próprias ou arrendadas) com cana sob o controle de cada usineiro, mesmo que se empregassem gerentes agrícolas, recursos materiais e humanos diversos e não estando no mesmo setor censitário. Se operacionalizável, este conceito alternativo revelaria maior concentração da posse terra em áreas canavieiras do que a calculada a partir dos dados censitários.

Dentro do limite do conceito do IBGE, se confronta a importância da área canavieira com variáveis de distribuição e controle da posse da terra, como área média dos estabelecimentos, importância daqueles muito grandes, acima de 1.000 ha, e do arrendamento e parceria agrícola. Neste caso deve-se distinguir a quantidade de terra sob o controle de cada tipo de produtor (proprietário, parceiro, arrendatário, ocupante ou assentado de reforma agrária) e aquela sob cada condição legal, propriedade, arrendamento, parceria ou ocupação. Acontece que um produtor classificado como proprietário, além das terras próprias, pode contar, no mesmo estabelecimento, com terras arrendadas, tomadas em parceria ou ocupadas. Outros tipos de produtores também podem manter áreas sob diferentes condições legais.

Há também diferença entre produtor e responsável pelo estabelecimento. Os cinco tipos de produtores acima citados podem gerir diretamente seu estabelecimento, assumindo a função de responsável pelo mesmo. Mas pode acontecer de o gerenciamento ser repassado para um administrador, que seria a sexta categoria de responsável considerada pelo IBGE.

Além das análises para o Estado todo, outras, específicas para 2006, são feitas comparando-se as realidades das 16 Regiões Administrativas (RA) de São Paulo, as quinze que aparecem na Figura 1 (adiante) e mais Itapeva, que, em 2015, foi desmembrada, ao sul, da RA Sorocaba. O censo agropecuário não disponibiliza informações agregadas por RA, tornando necessário o levantamento para cada município e a agregação posterior para cada RA. Com isto foi possível considerar, para 2006, a RA de Itapeva, que formalmente só foi criada nove anos após.

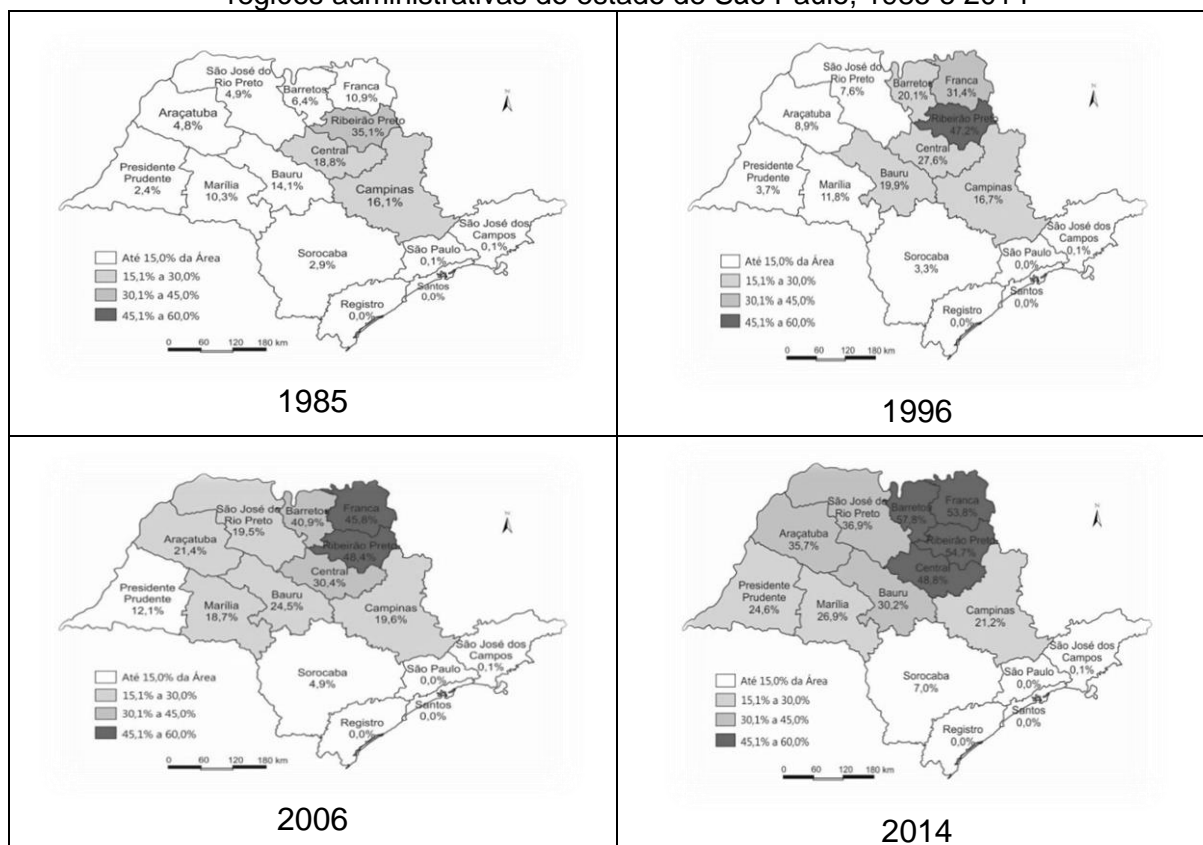
### **Avanço canavieiro e impactos na estrutura fundiária em São Paulo**

Depois de uma fase de amplo predomínio do café, até 1930, e outra com maior dispersão produtiva, de 1930 a 1975, a partir desta data, quando foi criado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), a lavoura canavieira tendeu a predominar no uso da área agrícola paulista (BACCARIN, 2016). De acordo com o IEA (1977, 2016), em 1975, a cana ocupava 932 mil ha em São Paulo e passou para 1.765 mil ha, em 1983, 89,4% a mais. Isto teve continuidade de 1983 e 2014, com a cana ultrapassando 6,0 milhões ha, substituindo áreas de outras lavouras e de pastagem.

Outro aspecto da expansão canavieira é seu espraiamento pelo Estado. Em 1976, 66% de sua área estavam localizados nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRA) de Campinas e Ribeirão Preto (IEA, 1977). Destas regiões, o cultivo de cana se espalhou em direção ao oeste de São Paulo. A Figura 1 mostra o crescimento, após 1985, da importância da área canavieira nas RA, regionalização oficial que substituiu as DIRA. Em algumas regiões, praticamente, não há cultivo de cana, podendo ser chamadas de não canavieiras. São elas a Baixada Santista, Registro, São José dos Campos e São Paulo. Das regiões tradicionais, o crescimento foi diminuto em Campinas e muito forte em Ribeirão Preto, saindo de 35,1% da área local, em 1985, para mais da metade, em 2014. As regiões vizinhas, Franca, Barretos e Central, também registraram algo semelhante, de forma que, em 2014, a cana ocupava mais de 50% de seus territórios. Também fica clara a expansão da cultura para o oeste paulista. Em 2014, as RA de Bauru, Araçatuba e São José do Rio Preto tinham mais que 30% de suas áreas tomadas pelos canaviais e em Marília e Presidente Prudente este valor estava próximo a 25%.



**Figura 1 – Participação porcentual da área de cana-de-açúcar na área agrícola das regiões administrativas do estado de São Paulo, 1985 e 2014**



Fonte: IEA, 2016.

### Impactos na distribuição da posse da terra

A Tabela 1 mostra que, entre 1975 e 1995/96, houve leve queda de participação na área dos estabelecimentos pequenos (abaixo de 50 ha) e queda pouco mais significativa dos muito grandes (acima de 1.000 ha). Em contrapartida, os estabelecimentos médios (50 a 100 ha), médio-grandes (100 a 200 ha) e grandes (200 a 1.000 ha) elevaram levemente sua participação na área. Já de 1995/96 a 2006, dois fatos chamam a atenção, o crescimento de 5,6% na participação dos pequenos no número e o aumento de 9,0% de participação dos muito grandes na área total dos estabelecimentos, enquanto as faixas intermediárias perdiam participação.

Segundo Hoffmann e Ney (2010), o Índice de Gini da distribuição da posse da terra entre estabelecimentos paulistas passou de 0,760, em 1995/96, para 0,803, em 2006, ao mesmo tempo, que a participação na área dos 5% maiores ia de 52,7% para 60,6%, indicadores que apontam elevação de concentração da posse da terra. Para esses autores, a expansão do número de pequenos estabelecimentos se deveu ao aumento de sítios e

chácaras de recreio e descanso, de propriedade de moradores das cidades, com ocupação principal em atividades industriais e de serviços.

**Tabela 1 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários paulistas e respectivas áreas de acordo com classes de área, em mil ha, e participação porcentual, 1975 -2006**

Class e (ha)	Ite m	1975		1980		1985		1995/96		2006	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
0 a 50	No.	211.980	76,2	207.150	75,9	214.163	76,0	158.913	73,0	177.204	78,6
	Área	3.259	15,9	3.145	15,6	3.235	16,0	2.603	15,0	2.537	15,0
50 a 100	No.	29.094	10,5	28.776	10,5	29.798	10,6	25.599	11,8	20.688	9,2
	Área	2.073	10,1	2.053	10,2	2.126	10,5	1.822	10,5	1.468	8,7
100 a 200	No.	17.977	6,5	17.836	6,5	18.670	6,6	16.258	7,5	13.036	5,8
	Área	2.516	12,2	2.504	12,4	2.623	13,0	2.285	13,2	1.834	10,8
200 a 1.000	No.	16.400	5,9	16.681	6,1	16.637	5,9	14.904	6,8	12.429	5,5
	Área	6.589	32,1	6.663	33,0	6.630	32,8	5.904	34,0	4.942	29,1
Mais 1.000	No.	2.680	1,0	2.602	1,0	2.590	0,9	2.086	1,0	2.093	0,9
	Área	6.118	29,8	5.796	28,7	5.630	27,8	4.756	27,4	6.174	36,4
Total	No.	278.131	100	273.045	100	281.858	100	217.760	100	225.450	100
	Área	20.556	100	20.161	100	20.245	100	17.369	100	16.955	100

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009).

Por sua vez, julga-se que o crescimento da participação na área dos muito grandes estabelecimentos encontra uma explicação, ainda que não exclusiva, na forma como se deu a forte expansão da área de cana, entre 1995/96 e 2006. Na Tabela 2 observa-se que a distribuição da área de reflorestamento entre os estabelecimentos de diferentes grupos de área pouco se alterou de 1995/96 a 2006, com os estabelecimentos muito grandes mantendo participação de mais de 60%. Na pastagem, os estabelecimentos muito grandes mantiveram sua participação na área, enquanto a participação dos pequenos aumentou.

**Tabela 2 - Distribuição porcentual de terras com diversos usos entre estabelecimentos de diferentes grupos de áreas de São Paulo, 1995/96 e 2006**

Grupo (ha)	Cana		Out. Lavouras		Reflorestamento		Pastagem		Total	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
0-50	7,1	5,7	24,9	17,1	5,3	6,5	14,3	19,1	15,0	15,0
50-100	6,5	4,6	13,4	8,8	4,0	4,1	11,2	11,2	10,5	8,7
100-200	9,7	7,0	14,6	10,7	5,2	5,9	14,5	13,4	13,2	10,8
200-1000	29,0	18,3	31,4	29,2	24,7	23,3	37,4	34,3	34,0	29,1
+1000	47,7	64,4	15,6	34,2	60,7	60,1	22,6	22,1	27,4	36,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE (2009).

Nas outras lavouras e na cana, em detrimento das outras faixas, a participação dos muitos grandes estabelecimentos na área cultivada elevou-se significativamente, de 1995/96 a 2006, respectivamente, em 18,6 e 16,7 pontos percentuais. No caso canavieiro, quase metade de seu cultivo se concentrava em estabelecimentos acima de 1.000 ha, em 1995/96,

valor que passou para quase 2/3, em 2006, quando apenas 17,3% da cana eram cultivados em estabelecimentos abaixo de 200 ha. Entende-se que isto teve efeito mais forte na concentração da posse da terra do que o originado de outras lavouras, que tiveram menor dinamismo produtivo, conforme já comentado.

Os dados censitários permitem também calcular que, ao contrário do que se estabelece no senso comum, em 2006, a participação da área de pastagem na área dos estabelecimentos paulistas acima de 1.000 ha era de 25%, significativamente menor que nos outros grupos de área, inclusive nos pequenos, próximo a 50% (IBGE, 2009). Isto indica que as oportunidades de crescimento oriundas das condições de mercado e de políticas públicas, entre elas as do complexo sucroalcooleiro, fortaleceram a importância dos muito grandes estabelecimentos na agricultura paulista, em relação aos pequenos e das faixas intermediárias. Até por isto os estabelecimentos abaixo de 1.000 ha contavam, em termos relativos, com maiores áreas de pastagem que os muito grandes, supondo que a manutenção de pastagem, em parte, signifique a priorização de ganhos imobiliários aos agropecuários.

### Concentração fundiária entre as regiões administrativas

A Tabela 3 mostra a importância relativa da área de cana e outras informações de estrutura fundiária nas 16 RA de São Paulo.

**Tabela 3** - Importância porcentual, em ordem crescente, da área com cana e indicadores de estrutura fundiária, RA do estado de São Paulo, 2006

Região Administrativa	% Área de Cana	Área Média (ha)	% Estab. + 1.000 há	% ArParc CT	% ArParc CP
Baixada Santista	0,0	91,5	60,5	2,0	1,7
Registro	0,0	67,4	33,7	2,0	1,8
São Paulo	0,0	27,7	45,4	14,8	14,3
São José dos Campos	0,2	56,9	21,8	11,4	7,0
Itapeva	1,7	73,9	34,6	12,8	6,1
Sorocaba	7,4	59,7	36,5	12,6	7,6
Presidente Prudente	9,9	80,4	40,7	12,6	8,4
Marília	15,3	86,1	32,6	16,3	8,6
Araçatuba	15,8	89,5	35,9	14,9	6,9
São José do Rio Preto	17,4	56,3	20,4	15,2	9,0
Campinas	18,5	51,6	33,1	18,0	6,5
Bauru	23,8	109,5	41,0	19,9	12,2
Central	31,0	91,2	43,8	24,2	14,6
Barretos	41,6	110,8	41,6	26,4	12,7
Franca	41,7	110,9	41,0	33,8	12,5
Ribeirão Preto	47,0	152,9	64,3	35,7	11,8

Fonte: IBGE (2009). Obs.: % ArParc CT = porcentual de terras arrendadas ou em parceira - condição da terra; % ArParc CP = porcentual de terras com arrendatários e parceiros - condição do produtor.

Considerando apenas as 11 RA com área de cana acima de 5%, um ajuste estatístico mostra relação linear positiva entre a importância porcentual da área de cana (variável independente) e a média dos estabelecimentos ( $y = 6,5371x + 51,584$ ), com um coeficiente de determinação moderado, de 0,5316. Também é positiva a relação linear da área de cana com a importância relativa de estabelecimentos acima de 1.000 ha ( $y = 1,8477x + 28,079$ ), com baixo coeficiente de determinação, de 0,3366. Ou seja, quanto maior era a participação da cana na área local, em 2006, maior tendia a ser a área média e a presença de estabelecimentos muito grandes nas RA, embora os valores dos coeficientes de determinação encontrados não sejam altos.

### Apropriação da terra em face à expansão canavieira

Tomando como correta a associação apontada na Tabela 2, entre crescimento de importância dos muitos grandes estabelecimentos e expansão canavieira, de 1995/96 e 2006, resta a indagação de como os usineiros ou grande fornecedores conseguiram elevar o tamanho de seus estabelecimentos, via compra ou aluguel de terras? Considerando-se a condição do produtor, a Tabela 4 mostra que houve elevação da participação dos arrendatários e parceiros na área dos estabelecimentos agropecuários, de 1975 e 1985, em detrimento dos proprietários. Contudo, isto não se manteve após 1985 e a importância dos proprietários voltou a crescer.

**Tabela 4** - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários paulistas, de acordo com a condição do produtor, em mil ha, estado de São Paulo, 1975-2006

Ano	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Outro*	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
1975	18.821,6	91,6	948,5	4,6	377,6	1,8	408,0	2,0
1980	18.064,8	89,6	1.162,7	5,8	539,3	2,7	394,3	2,0
1985	17.596,1	86,9	1.500,3	7,4	680,3	3,4	468,6	2,3
1996	15.665,7	90,2	1.170,2	6,7	363,1	2,1	170,2	1,0
2006	15.240,0	89,9	1.158,4	6,8	347,7	2,1	208,8	1,2

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009). \*Até 1996 esta coluna registra os ocupantes, em 2006 também os assentados.

Isto não significou redução da área sob o arrendamento/parceria, como mostra a Tabela 5. Entre 1975 e 1985, a porcentagem de área nesta condição cresceu junto com a expansão de pouco mais de 1,0 milhão ha da área de cana; de 1985 a 1995/96, houve estabilização na área de arrendamento/parceria com crescimento menor da área de cana, de 430 mil ha; e de 1995/96 a 2006, o porcentual de área sob o arrendamento/parceria voltou a se expandir expressivamente, quando a área de cana cresceu 921 mil ha (IBGE,

1979, 1989, 1998, 2009). Por sua vez, as áreas registradas como propriedade perderam 9,1 pontos percentuais de participação na área total, entre 1975 e 2006.

**Tabela 5** - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários paulistas, de acordo com a condição legal de seu uso, em mil ha, estado de São Paulo, 1975-2006

Ano	Propriedade		Arrendamento		Parceria		Outra*	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
1975	18.516,9	90,1	1.186,1	5,8	411,8	2,0	440,8	2,1
1980	17.608,6	87,3	1.498,9	7,4	611,8	3,0	441,6	2,2
1985	17.056,6	84,2	1.903,4	9,4	775,3	3,8	510,0	2,5
1996	14.951,8	86,1	1.663,1	9,6	567,1	3,3	187,2	1,1
2006	13.729,4	81,0	2.223,6	13,1	768,8	4,5	223,2	1,3

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009). \*Até 1996 esta coluna registra os ocupantes, em 2006 também os assentados.

Adicionalmente, pode-se informar que, em 1975, os proprietários dependiam de 98,4% de terras de sua propriedade, 1,4% em arrendamento/parceria e 0,2% ocupadas. Em 2006, respectivamente, estes valores passaram para, 90,1%, 9,8% e 0,1%. Enquanto em 1975, 17,0% das terras em arrendamento/parceria estavam nas mãos de proprietários, em 2006 este porcentual alcançara 49,7% (IBGE, 1979, 2009). Cada vez mais, foram os proprietários que passaram a alugar terras de terceiros para aumento de suas áreas exploradas.

É importante se atentar para o fato de que em um mesmo estabelecimento agropecuário podem existir terras em diferentes condições legais, propriedade, arrendamento etc. Aliás, daí deriva a diferença entre as tabelas 4 e 5, os proprietários praticamente mantiveram sua importância na exploração dos estabelecimentos paulistas, mas acrescentaram às suas terras próprias, outras alugadas junto a terceiros.

Outra inferência passível de ser obtida dos dados censitários é que os novos parceiros e arrendatários não são pequenos, nem subordinados aos proprietários da terra. Assim, em 1975, da área com produtores parceiros/arrendatários, apenas 7,7% eram geridas por administradores, número que saltou para incríveis 73,7%, em 2006. No mesmo período, na área dos proprietários, a importância dos administradores cresceu de 18,7% para 42,7%, o que é significativo, embora menos expressivo do que no primeiro caso (IBGE, 1979, 2009). Uma provável explicação para o aumento da participação dos administradores seria a elevação do absenteísmo dos produtores. Entretanto, julga-se mais procedente outra explicação, a de um mesmo empresário agrícola, como um usineiro ou grande fornecedor de cana, passar a controlar vários estabelecimentos, necessitando da contratação de administradores para tanto.

A Tabela 6 mostra que os parceiros paulistas, em 2006, assemelhavam-se só no nome àqueles de 1975. Nesta data, os parceiros eram de pequeno porte, com área média de 11,7 ha. Esta foi aumentando, atingindo 33,7 ha, em 1996, para depois dar um grande

salto, passando para 130,8 ha, em 2006, bem mais que os 78,9 ha dos proprietários e os 75,2 ha de área média de todos os estabelecimentos paulistas. Com menor intensidade, algo semelhante aconteceu com a área dos arrendatários.

**Tabela 6** - Área média dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com a condição do produtor, em ha, estado de São Paulo, 1975-2006

Ano	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Outro*	Total
1975	94,5	32,1	11,7	23,5	73,8
1980	96,6	39,8	13,4	23,6	73,8
1985	89,8	49,2	18,3	25,3	71,8
1996	87,5	62,8	33,7	17,9	79,7
2006	78,9	70,9	130,8	15,7	75,2

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009). \*Até 1996 esta coluna registra os ocupantes, em 2006 também os assentados.

Entende-se que, em 1975, a maioria dos parceiros se caracterizava por acessar pequena área de terra, usar a força de trabalho familiar e apresentar forte submissão ao proprietário rural, que lhe cedia a terra. Estes “parceirinhos” foram tendo, cada vez mais, dificuldades de conseguirem permissão para plantar em terras de terceiros. Ao mesmo tempo, em especial na fase final do período analisado, foi aumentando a importância de parceiros de grande porte, que, em grande parte, gerenciam indiretamente suas terras, através de administradores.

Na verdade, fortaleceu-se na agricultura paulista, particularmente na área canavieira, a presença de grandes arrendatários de terras que, por questões tributárias, preferem assinar um contrato de parceria, mas sob o qual não guardam qualquer relação de submissão social e administrativa ao proprietário da área<sup>1</sup>.

O efeito do aumento de participação da área com cana (variável independente) sobre o acréscimo do arrendamento/parceira nas RA fica evidenciado, ao se proceder mais dois ajustes estatísticos, com base na Tabela 3. À medida que cresce a participação da área de cana, aumenta a participação de agricultores arrendatários/parceiros na área dos estabelecimentos ( $y = 0,6178x + 6,3748$ ), com coeficiente de determinação de 0,5597, bem como a importância da área arrendada ou em parceria ( $y = 0,6178x + 6,3748$ ), com coeficiente alto de determinação, de 0,8835. Por conseguinte, é possível associar fortemente o aumento da importância do arrendamento agrícola em São Paulo à expansão da lavoura canavieira.

O uso de terras sob o arrendamento/parceria para se produzir parte considerável da cana própria das usinas aparece como opção diante da maior rigidez da estrutura da propriedade do que da posse da terra, com os proprietários resistindo à venda de seu

<sup>1</sup> A vantagem tributária da parceria beneficia diretamente o proprietário da terra, que obtém isenção de 80% no Imposto de Renda, o que não aconteceria se recebesse como arrendador. Os usineiros ou grandes fornecedores não deixam de se beneficiar dessa situação, pois conseguem arrendar terras, ainda que disfarçadamente, por valores mais baixos do que se não houvesse tal vantagem tributária.

patrimônio, justamente através da concessão de seu uso a terceiros. Outra razão de se preferir o arrendamento/parceria estaria na opção de grupos sucroalcooleiros, diante de outras opções de investimento, não usarem grande volume de capital no acúmulo do patrimônio imobiliário. Relembrem-se os dados que apontam que 50%, no caso de fornecedores, e 80%, no caso das usinas, de terras cultivadas com cana são arrendadas (SÃO PAULO, 2016).

Tomando-se por base a contribuição teórica de Oliveira (2012), pode-se dizer que a monopolização do território na região canavieira paulista se fortaleceu nos últimos anos, ainda que o instrumento básico empregado pelos usineiros e grandes fornecedores não tenha sido a compra, mas sim o aluguel de terras.

O crescimento significativo do grande arrendamento na agricultura paulista, entre 1995/96 e 2006, é um indicativo, ainda que indireto, de que a concentração da posse ou exploração da terra cresceu além da concentração da propriedade da terra.

## **Considerações finais**

Através de vários indicadores de origem censitária agropecuário comprovou-se que a expansão da lavoura canavieira em São Paulo, entre 1995/96 e 2006, reforçou a participação de estabelecimentos agropecuários acima de 1.000 ha e foi decisiva para elevação da concentração da terra agrícola paulista.

A grande associação entre importância da área canavieira e participação de áreas sob arrendamento/parceria aponta que o crescimento do estabelecimento canavieiro se baseou mais no aluguel do que na aquisição de terras de terceiro. Ou seja, impactou mais na concentração da posse do que na propriedade da terra.

Os grandes parceiros presentes na agricultura paulista, em 2006, não se assemelham aos pequenos parceiros subordinados aos proprietários, predominantes em 1975. Aqueles são, relativamente, de grande porte, usam o contrato de parceria para disfarçar uma relação de arrendamento e, no mais das vezes, gerem as áreas alugadas com auxílio de administradores.

Também se apontou que a forma como o IBGE delimita o estabelecimento agropecuário, alguns subterfúgios jurídicos e a existência de fornecedores de cana que dependem das usinas para executarem parte ou todas as etapas do ciclo agrícola são fatores que levam a supor que, de fato, a concentração da terra sob os canaviais seja ainda mais acentuada que aquela constatada a partir dos dados censitários.

Em termos conceituais, o domínio exercido pelas usinas sucroalcooleiras sob o território ao seu redor se adequam tanto ao conceito de territorialização dos monopólios como ao da monopolização dos territórios, conforme os formula Oliveira (2012).

Entre as causas dos efeitos concentradores da expansão canavieira indicou-se uma característica histórica de sua estrutura produtiva, qual seja a forte integração vertical entre usinas e lavoura canavieira, o que não é o padrão das outras atividades que perderam área no estado de São Paulo. Adicionalmente, as mudanças tecnológicas aceleradas a partir de 1996, em especial a mecanização do corte de cana, dificultaram a permanência de pequenos e médios fornecedores de cana, contribuíram para o fechamento de algumas usinas e estimularam a concentração da posse da terra.

Sugere-se que em continuidade, com os dados do Censo Agropecuário de 2017 disponíveis, se compare os resultados aqui alcançados com os observados de 2006 a 2017, distinguindo-se as regiões em que a área de cana se manteve ou se expandiu daquelas em que houve diminuição, sob o impacto do fechamento de usinas da cana. Outra sugestão é que se realizem análises comparativas de concentração da posse, com os dados censitários, e da propriedade da terra, a partir dos cadastros de imóveis rurais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

## Referências

ANDRADE, M. C de. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. 115 p.

BACCARIN, J. G. **A indústria abarca a cana-de-açúcar e corta rente o trabalho volante: mudanças tecnológicas recentes na lavoura canavieira e impactos na ocupação agrícola no estado de São Paulo**. 2016. 188 f. Tese de Livre Docência, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Jaboticabal (SP), 2016.

BACCARIN, J. G. & ALVES, F. J. da C. Etanol da cana-de-açúcar: considerações sobre o meio ambiente e a ocupação agrícola. **Cadernos do CEAM** - Energia e Biomassa. Brasília: Universidade de Brasília, v. 8, n. 33, pg. 111-148, 2008.

BERSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 165p.

BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura** – evolução e situação atual da economia de arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC, Brasília: CNPq, 1986.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLCKE, V. (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). **Perfil do setor do açúcar e do álcool no Brasil** - situação de novembro de 2007 a abril de 2008. Brasília: CONAB, 2008.



CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). **Safras** - cana-de-açúcar, séries históricas. Disponível em [http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&Pagina\\_objc msconteudos =2#A\\_objc msconteudos](http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&Pagina_objc msconteudos =2#A_objc msconteudos). Acesso em 25 de outubro de 2017.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas Públicas no Brasil**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS. 2001. Pag. 15 a 52.

D'INCAO, M. C. **O boia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes. 1975. 154 p.

FREDO, C. et al. Mecanização na colheita da cana-de-açúcar atinge 84,8% na safra agrícola 2013/14. São Paulo, IEA, **Análise e Indicadores do Agronegócio**, v. 10, n. 2, fevereiro de 2015.

GEORGESCU-ROEGEN, N. Uma análise crítica da função de produção neoclássica - o processo de produção na indústria e na agricultura. **Revista de Teoria e Pesquisa Econômica**, 1: 11- 35, 1970.

GOODMAN, D.; SORJ, B. & WILKINSON, J. **Agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1990. 192 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. & STOLCKE, V. (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981. 185 p.

HOFFMANN, R. & NEY, M. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**, grandes regiões e unidades da federação (1970 a 2006). Brasília: MDA. 2010. 108 p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Recenseamento de 1920**. Volume 3, Parte 1, Agricultura, 1923. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6452.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2015.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agrícola do Estado de São Paulo de 1940**. Série Regional, Parte XVII, Tomo 3, V Recenseamento Geral do Brasil (1 de setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1950.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1975**. Série Regional, Volume I, Tomo 17. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário de 1980 - São Paulo**. Série Regional, Volume 2, Tomo 3, Número 19, 1ª. Parte, IX Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/46/ca\\_1980\\_v2\\_t3\\_n19\\_p1\\_sp.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/46/ca_1980_v2_t3_n19_p1_sp.pdf). Acesso 14 janeiro 2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário de 1985 - São Paulo**. Número 21. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca\\_1985\\_n21\\_sp.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n21_sp.pdf). Acesso 14 de janeiro de 2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995-96**. Número 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário de 2006 - São Paulo**. Número 19. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Segunda Apuração.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE. 2013.

IEA (Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo). **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 7, n.7, julho 1977.

IEA (Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo). **Banco de dados**. Disponível em <http://www.iaea.sp.gov.br>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

KAGEYAMA, Â. A. **Crise e estrutura agrária – a agricultura paulista na década de 30**. 1979. 159 f. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1979.

KREIN, J. D. & STRAVINSKI, B. Relações de trabalho, regulação e conflitos. In: BUAINAIN, M. & DEDECCA, C. S. **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. Brasília: IICA, 2009. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 8. Pag. 355-386.

MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: DIFEL, Livro I, Vol. 2, Cap. XXIII. 1982. P. 712-827. 7ª. Edição.

OLIVEIRA, A. U. de. A mundialização da agricultura brasileira. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. **Anais...** Bogotá, 7 a 11 de maio de 2012.

PAES, L. A. Dias. Áreas de expansão do cultivo da cana. In: MACEDO, I. de C. (Org.). **A energia da cana-de-açúcar – doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e sua sustentabilidade**. São Paulo: UNICA, 2007. P 125-133. (2ª. Edição).

PINTO, R. **Arrendamento e parceria agrícola tornaram-se um grande vilão no Estado de São Paulo**. Disponível em <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1150229>. Acesso em 12 de dezembro de 2018.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999. (Economia e Planejamento - Teses e Pesquisas).

SÃO PAULO, Estado de (Secretaria do Meio Ambiente). **Etanol Verde - fechamento safra 2014/15**. São Paulo/SEMA, 2016 Disponível em [http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/files/2015/05/Balan%C3%A7o-da-safra-14\\_15-Dados-Preliminares.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/files/2015/05/Balan%C3%A7o-da-safra-14_15-Dados-Preliminares.pdf). Acesso 9 abril de 2016.

SCTINCHCOMBE, A. L. Classes sociais e meio rural. In: SZMRECSÁNYI, T. & QUEDA, O. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Editora Nacional, 1972. Pags. 49 a 69.

UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar). **Relatório final safra 2016/2017 - Região Centro-Sul do Brasil**. Disponível em <http://www.unicadata.com.br/listagem.php?idMn=95>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

UE (European Union). **Agriculture, forestry and fishery statistic - 2018 edition**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018. 200 p.

USDA (United States Department of Agriculture). **America's diverse family farms 2017. Economic Information Bulletin**, Washington: USDA, n. 185, December 2017.

VIAN, C. E. de F. **Agroindústria canavieira - estratégias competitivas e modernização**. Campinas (SP): Editora Átomo, 2003. 216 p.

---

## Sobre os autores

---

**José Giacomo Baccarin** - Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Jaboticabal. Mestrado em Economia Agrária pela Universidade de São Paulo, campus de Piracicaba. Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Livre Docente em

Desenvolvimento Agroindustrial e Política Agrícola pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, campus de Jaboticabal. Professor Adjunto do Departamento de Economia, Administração e Educação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal (UNESP). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-8120-3621>

**Jonatan Alexandre de Oliveira** – Graduação em geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro. **Orcid** - <https://orcid.org/0000-0002-2326-5912>

**Gláucia Elisa Mardegan** - Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). **Orcid** - <https://orcid.org/0000-0003-4469-2427>

---

### Como citar este artigo

---

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **José Giacomo Baccarin** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico conceitual; o segundo autor **Jonatan Alexandre de Oliveira**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e o terceiro **Gláucia Elisa Mardegan**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 04 de novembro de 2019.  
Devolvido para a revisão em 02 de junho de 2020.  
Aceito para a publicação em 08 de julho de 2020.

---

# **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA**

**Suenia Cibeli Ramos Almeida**

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – Brasília, Distrito Federal, Brasil  
e-mail: suenia.almeida@embrapa.br

## **Resumo**

A perda da agrobiodiversidade, representada pela substituição das sementes crioulas por sementes transgênicas e híbridas nos sistemas agroalimentares dos camponeses, pode ser caracterizada como um efeito não apenas de injustiças socioambientais atuais, mas, sobretudo, resultado de um legado histórico do conflito socioambiental fundador da concentração de terra no Brasil. Este artigo objetiva analisar como essas injustiças socioambientais foram instaladas e perpetuadas à luz da experiência do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA/Brasil) com a produção de sementes crioulas e convencionais, no período de 2004 a 2014, no estado de Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada entre 2015 e 2016 com camponeses, dirigentes do MPA, pesquisadores e gestores envolvidos no processo por meio de entrevistas e visitas *in loco*. Desse processo pode-se concluir que o legado da concentração de terra no país permanece como um dos principais conflitos socioambientais atuais, aprofundado por uma matriz tecnológica excludente que mantém e reforça os condicionantes para uma injustiça socioambiental no campo.

**Palavras-chave:** Justiça socioambiental; Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); soberania alimentar.

## **The legacy of land concentration in Brazil and its effects on food sovereignty: the case of MPA's creole seed production**

### **Abstract**

The loss of agrobiodiversity represented by the substitution of seeds for transgenic and hybrid seeds in the agro-food systems of the peasants can be characterized as an effect not only of current socio-environmental injustices, but also because of a historical legacy of the socioenvironmental conflict founding land concentration in the Brazil. This article aims to analyze how these socioenvironmental injustices are installed and perpetuated in the light of the experience of the Small Farmers Movement (MPA / Brazil) with the production of conventional and creole seeds, operated from 2004 to 2014 in the state of Santa Catarina. Field research was conducted in the period of 2015 and 2016 with peasants, MPA leaders, researchers and managers involved in the process through interviews and on-site visits in the experience. From this process it can be concluded that the legacy of the concentration of land in the country remains one of the main current socio-environmental conflicts, deepened by an excluding technological matrix that maintains and reinforces the conditions for a socio-environmental injustice in the countryside.

**Keywords:** Environmental justice; Small Farmers Movement/MPA/Brazil; food sovereignty.

## **El legado de la concentración de tierra en Brasil y sus efectos sobre la soberanía alimentaria: el caso de la producción de semillas criollas del MPA**

### **Resumen**

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 23, n. 55, pp. 63-90	Set.-Dez./2020	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	-------------------------	----------------	-----------------

La pérdida de la agrobiodiversidad, representada por la sustitución de las semillas criollas por semillas transgénicas e híbridas en los sistemas agroalimentarios de los campesinos, puede ser caracterizada como un efecto no sólo de injusticias socioambientales actuales, sino, sobre todo como resultado de un legado histórico del conflicto socioambiental fundador de la concentración de tierra en Brasil. Este artículo tiene como objetivo analizar cómo estas injusticias socioambientales fueron instaladas y perpetuadas a la luz de la experiencia del Movimiento de Pequeños Agricultores (MPA / Brasil) con la producción de semillas criollas y convencionales operadas, durante el período de 2004 a 2014, en el estado de Santa Catarina. La investigación de campo fue realizada en el período de 2015 a 2016 con campesinos, dirigentes del MPA, investigadores y gestores involucrados en el proceso, por medio de entrevistas y visitas in situ en la experiencia. De este proceso se puede concluir que: el legado de la concentración de tierra en el país permanece como uno de los principales conflictos socioambientales actuales, profundizado por una matriz tecnológica excluyente que mantiene y refuerza los condicionantes para una injusticia socioambiental en el campo.

**Palabras-claves:** Justicia socioambiental; Movimiento de Pequeños Agricultores MPA/Brasil; soberanía alimentaria.

## Introdução

O processo de expropriação das sementes dos camponeses já vem de longa data, como descrito por Kloppenburg (2004), e se traduz primariamente pela captura das sementes pela ciência do melhoramento de plantas, por meio do que ficou conhecido como sementes híbridas. A apropriação e transformação das sementes dos camponeses em mercadoria por intermédio de uma engenharia tanto no campo do melhoramento de plantas vegetais quanto no direito de propriedade possibilitou o empacotamento da semente e sua ampla comercialização pelo projeto da revolução verde, ampliado pelo desenvolvimento da engenharia genética que permitiu não apenas alcançar aumento de produtividade, mas, sobretudo, redesenhou a agricultura para além de suas fronteiras. Esse processo adaptou as variedades para que pudessem suportar altas cargas de insumos (adubos químicos e agrotóxicos), e também modificou a arquitetura das plantas para possibilitar a mecanização, substituindo os trabalhadores rurais e camponeses por máquinas.

Essa aliança entre a ciência e a indústria foi a porta de entrada para o avanço das multinacionais do setor de sementes. Tal cenário hoje se expressa nas relações sociais, econômicas e políticas no país por meio da concentração de terra, renda, poder e mando e, na mesma medida, expropria riquezas e produz um rastro de pobreza, conflitos, degradações e injustiças socioambientais.

No campo dos processos legais, as grandes indústrias sementeiras vêm progressivamente capturando o direito de guardar e replantar as sementes, uma prática secular dos camponeses; o direito de compartilhar, receber e trocar sementes de outros camponeses, que fundamenta a possibilidade de aumentar a diversidade genética; e o

direito de usar as sementes e gerar novas variedades. Foi esse processo que garantiu, nas últimas décadas, a continuidade da hegemonia e expropriação do território.

A disputa por legitimidade, tanto dos formatos de coleta como do armazenamento e conservação envolveu, nos últimos anos, uma diversidade de atores estatais, organizações não governamentais, instituições internacionais, instituições científicas, sociedade civil e movimentos sociais, produzindo um legado de práticas, seja do ponto de vista do arcabouço jurídico, da articulação em rede e novas organizações do movimento camponês em nível internacional, seja quanto a experimentações e inovações sociais e locais produzidas pelos camponeses e coordenadas por diferentes atores sociais para fazer frente a esse avanço.

O presente trabalho objetiva analisar como essas injustiças socioambientais foram instaladas e perpetuadas à luz da experiência do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA/Brasil) com a produção de sementes crioulas e convencionais operacionalizada, no período de 2004 a 2014, no estado de Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada entre 2015 e 2016 com camponeses, dirigentes do MPA, pesquisadores e gestores envolvidos no processo por meio de entrevistas e visitas *in loco*.

Partindo da leitura do legado da concentração da terra no Brasil, buscarei demonstrar como a contínua expropriação dos recursos naturais, econômicos e políticos colaboraram para a exclusão dos camponeses das políticas de apoio a novas alternativas de produção ecologicamente sustentáveis, neste caso, a produção de sementes crioulas e varietais. O texto apresenta uma leitura do processo histórico que deu legitimidade a esse legado e, na sequência, apresenta a experiência do MPA na produção de sementes crioulas, buscando refletir sobre os condicionantes estruturais que a afetaram.

## **Injustiça socioambiental e concentração da terra**

O acesso ao recurso terra tornou-se um dos principais conflitos socioambientais, histórico e hodierno, fundador da crescente desigualdade social no campo, decorrente do modelo excludente e profundamente injusto que deu forma à sociedade brasileira. Delgado (2017) afirma que foi a transformação da terra em mercadoria que deu base aos valores que nortearam a formação da estrutura fundiária no país.

Esse processo de tornar os recursos naturais, em peculiar a terra, primeiro em propriedade particular e depois em meio de produção (RIBEIRO, 1991), foi possível pelo processo de produção capitalista que, em nosso país, teve configurações bastante singulares, como assinalado por Martins (1979). Produtos do processo de expansão capitalista europeia, ex-colônia de Portugal, a oligarquia agrária e o moderno agronegócio dos dias atuais, durante os últimos séculos, desenvolveram uma capacidade inventiva no

que concerne à criação de instrumentos normativos que cerceiam o acesso aos recursos fundiários e territoriais aos pobres do campo.

De acordo com Martins (1981), a história de constituição do campesinato no país é uma história de retirantes, de migração intensa, provocada pela constante e contínua expropriação e exploração de famílias inteiras, submetidas a regimes e formatos de trabalho, seja como agregados dos coronéis do Nordeste, seja no regime de colonato nas fazendas de café, como pequenos proprietários colonos no sul ou posseiros na Amazônia, assim como nos dias atuais, nas “modernas” fazendas dos empresários do agronegócio, cobrindo atividades exigentes em mão de obra, geralmente, com contratos temporários. Inovações sociais que permeiam a perpetuação de um poder senhorio, proprietário não apenas dos instrumentos de produção, mas sobretudo, do poder político de captura – mando, controle, institucionalização e favorecimento – do Estado brasileiro.

Os camponeses, eterno retirantes, resistem incansavelmente numa luta de reinvenção – muitas vezes às margens, por dentro e alimentando o próprio capital que o expropria – deixando sua marca nos rincões deste país, como parte do processo contraditório do sistema capitalista (MARTINS, 1981). Isso só foi possível pela engenharia montada por meio dos instrumentos jurídicos criados a partir de 1850, com a instituição da Lei de Terras, que impediu não apenas o acesso à terra aos milhares de escravos negros saídos do regime escravocrata, como também aos novos trabalhadores “livres” trazidos da Europa para substituí-los. Esse processo foi intensificado um século depois, pelo Estatuto da Terra, de 1965, que abortou o sonho de uma reforma agrária que poderia ter democratizado a estrutura fundiária no país (FERNANDES, 2012; MARTINS, 1979, 1981, 2000).

Segundo Martins (1979), o que assegurou a concentração da terra no país, após o fim do sistema das Sesmarias<sup>1</sup>, utilizadas para a ocupação da colônia, foi uma legislação elaborada e implementada após o término do sistema escravocrata, que assegurou a elite oligárquica de então assenhorar-se do território nacional e, ao mesmo tempo, viabilizar a imigração de mão de obra barata, impossibilitando assim que outros sujeitos (ex-escravos negros e indígenas, os agregados das fazendas e pobres imigrantes que aqui chegaram) pudessem usufruir das riquezas de seu próprio trabalho porque, desde então, foram obrigados e submetidos a regimes de trabalho e expropriação similares aos sistemas de servidão experimentados em outras sociedades estamentais. Conforme Martins (1981, p. 5) “O colono continuou a fazer exatamente o mesmo que o escravo fazia, mudando apenas a

---

<sup>1</sup> Primeiro regime de terras adotado no país, foi extinto formalmente em 17/07/1822. No intervalo de quase 30 anos, o país conviveu sem regulamentação jurídica. Em 1850, foi aprovada a Lei de número 601 – Euzébio de Queiroz – de 18/09/1850 que dispôs sobre as terras devolutas do Império e formas de regularizações, aquisições e concessões (SILVA, 1997).

forma social da organização do trabalho, do trabalho coletivo do eito para o trabalho familiar”.

Assim, com o fim do período escravocrata, foi instalada no país a Lei de Terras, datada de 1850, que institucionalizou a propriedade privada e impediu que ex-escravos e imigrantes – supostamente livres – tivessem acesso aos recursos naturais, mais especificamente à terra. Para acessar a terra, que a oligarquia obteve de forma gratuita, foram obrigados a trabalharem nas fazendas de café para pagamento de dívidas adquiridas no processo de migração e, quando possível, economizarem recursos para a aquisição de um pedaço de terra que, pela nova lei, só seria possível por meio da compra (MARTINS, 1979).

Martins (1989) identifica nesse movimento de expansão do capital no país o processo que deu origem ao campesinato brasileiro. Dessa maneira, ele carrega na sua identidade marcas dessa instituição. Assim descreve o autor:

[...] o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações [...ambos...] são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra. (MARTINS, 1989, p. 17)

Logicamente, esse ator – social e político – foi tomando forma nos séculos de descaso do Estado brasileiro, com que o campesinato em formação foi se constituindo e se transformando, tornando o legado (da expulsão) da concentração fundiária da terra em uma luta política com conteúdo e visibilidade social através das organizações políticas que conseguiram organizar no longo percurso de espera ativa – porque envolve uma história de lutas e conflitos – pelo acesso à terra. Assim, a luta pela terra como conteúdo político transformou-se, desde a década de 1950 - 1960, na luta pela reforma agrária, sendo transformada pela elite econômica e política da época em um novo instituto jurídico, denominado de Estatuto da Terra – Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964 – durante o primeiro governo da ditadura militar (MARTINS, 1981; SILVA, 1997; FERNANDES, 2012; MATTEI, 2017).

O Estatuto da Terra, que supostamente seria um instrumento para a realização da democratização desse bem no campo brasileiro, trouxe elementos que, da perspectiva legal, deveriam estruturar esse processo tanto do ponto de vista de valores fundamentais como de parâmetros operacionais para sua realização. Contudo, o que aconteceu largamente foi a regularização e a concessão das terras devolutas e das grandes áreas de possessões irregulares, ou seja, de grandes latifúndios irregulares para facilitar a distribuição de



recursos financeiros por meio de crédito subsidiado, isenções e financiamentos para operacionalizar o pacote da revolução verde (SILVA, 1997).

Essa foi uma das formas largamente utilizadas para transformar grandes latifúndios improdutivos no que hoje conhecemos como o moderno agronegócio. Ainda que o agronegócio de hoje não se restrinja apenas a esses antigos latifúndios, na medida em que muitas das áreas pertencentes ao Estado brasileiro foram concedidas nesse período a empresas multinacionais para implementarem o modelo agroexportador (FERNANDES, 2012).

Junto com o golpe civil e militar, o Estatuto da Terra e o processo de modernização da agricultura – que incluiu a mecanização agrícola – o uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes melhoradas, o processo de expulsão dos camponeses foi acelerado com o deslocamento de milhares de famílias camponesas não só para os projetos de colonização na Amazônia, mas, sobretudo, para as favelas das cidades do país. Portanto, o que se verificou nesse período foi a “grilagem especializada”, conforme cunhou Silva (1997), em seu estudo sobre esse processo, cujo legado histórico teve como base a apropriação privilegiada (alienação ou concessão) e a legitimação jurídica e formal questionável, na maioria das vezes ilegítima, na formação da propriedade privada desde a instauração da Lei de Terras, considerado o marco zero dessa atividade no país.

Desse processo, resultam os dados atuais da concentração fundiária no país que, de acordo com Fernandes (2012), é medido pelo índice de Gini, e corresponde a 0,854. Do total dos 5.175.489 estabelecimentos rurais, 805.587, ou seja, 15,6% estão sob o domínio de empresas nacionais e multinacionais, que concentram 249.690.940 hectares de terra, representando uma área de 76% das terras do país (FERNANDES, 2012). Essa concentração vem aumentando desde 2003, segundo Oxfam Brasil (2016).

A agricultura camponesa, representada por minifúndios – pequenas e médias propriedades – perfaz o total de 4.367.902 estabelecimentos, ocupando uma área de 24,3% (80 milhões de hectares) da área total (FERNANDES, 2012). Os minifúndios representam 65% desse universo e detêm 8% da área total; 48,3 milhões de hectares que corresponde ao público majoritariamente organizado pelo MPA (CADONÁ, 2004; IPEA, 2011). Essa configuração expressa a desigualdade contínua que os camponeses experienciam desde o processo de colonização do país, passando por diversas fases de consolidação do capitalismo no campo (MARTINS, 1979, 1981). Além de concentrarem terra, concentram riqueza, poder político e expropriação socioambiental, produzindo as desigualdades como legado histórico que se atualizam, em conformidade com a economia política da época, permanentemente com o apoio do Estado, fortemente cooptado e personificado historicamente por esse setor da sociedade nacional.

Ainda de acordo com Fernandes (2012), essa desigualdade no acesso à terra tem implicações e dela derivam outros impedimentos tais como: o acesso a um maior volume de recursos para o crédito e custeio para estruturar a produção, bem como apoiar os processos de comercialização; o acesso ao poder político e oportunidades para influenciar o desenho de políticas públicas que apoiem, em patamares similares ao que recebe historicamente o modelo agroexportador de commodities-mercadorias, a produção camponesa no país e seu enraizamento no território; e a imposição de um modelo padronizado de fazer agricultura baseado na monocultura, no uso de agroquímicos e na expropriação da autonomia camponesa. Dados do IBGE (2009) confirmam essas constatações do crédito destinado ao setor, 13% foram destinados para a agricultura camponesa e 87% para o agronegócio, os quais são responsáveis, respectivamente, por 38% e 62% do valor bruto da produção (FERNANDES, 2017).

Dessa forma, a desigualdade no acesso à terra se reproduz na captura da riqueza que é produzida no território expressa na distribuição desigual da renda. Assim afirma Fernandes (2012, p. 13):

[...] em 3.775.826 estabelecimentos, vivem aproximadamente 11.3 milhões de pessoas que conseguem ficar com a ridícula soma de 4.03% da riqueza produzida e que as famílias de 2.014.567 estabelecimentos têm receita anual de até meio salário mínimo. A maioria dos estabelecimentos que fica com a menor parte da riqueza é da agricultura familiar.

Não é por acaso que a pobreza no país concentra-se largamente no meio rural, conforme dados do Programa Brasil sem Miséria (SAUER; FRANÇA, 2012). Apesar dessa realidade, são os camponeses que historicamente abastecem e alimentam a população brasileira, conforme demonstram os dados do censo agropecuário 2006, registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que confirma que as culturas que modelam a dieta alimentar dos ricos e pobres deste país – tais como feijão, arroz, mandioca, café, milho, etc. – é abastecida pela agricultura camponesa, que também contribui na composição dos produtos da pauta de exportação comercializados no mercado externo, tais como frango, laranja, café, fumo entre outros, seja na composição da produção propriamente ou como mão de obra temporária nas atividades de colheita e tratos culturais nas fazendas do agronegócio.

Mesmo assim, por conta de o poder econômico capturar o poder político, as políticas agrícolas são desenhadas de modo a favorecer e impor o modelo agroexportador no território nacional, tornando-se um dos fatores que impulsionam o modelo desigual de estruturação da sociedade brasileira. Por outro lado, distribui os custos a sociedade em virtude da elisão fiscal (OXFAM BRASIL, 2016; 2017).

A despeito do país ter uma porção de terra cultivada de cerca de 300 milhões de hectares, 35% de todo o território nacional, o valor arrecadado com o Imposto Territorial Rural (ITR) representa menos de 0,06% do total arrecadado pelo Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, há uma porção enorme de subsídios destinados aos proprietários de terra, e de maneira extremamente concentrada: apenas 9% dos estabelecimentos acessam 70% de todos os recursos públicos destinados à produção agropecuária (p. 49)

Do ponto de vista da elisão fiscal há um conjunto de Leis<sup>2</sup> que “protegem” e favorecem o agronegócio tanto no âmbito federal quanto no âmbito dos estados cujo território ele ocupa majoritariamente. Como afirma Fernandes (2012), quem ocupa o território determina o modelo de desenvolvimento de agricultura e pecuária que vai prevalecer nesses espaços. Nesse sentido, ainda que a Constituição de 1988 tenha previsto o uso socioambiental da terra, o que se vê é o espraiamento de um modelo quase unívoco das paisagens do país, ocupado por bois e monocultura. Dos 329,9 milhões de hectares, 48,1% (158,8 milhões de hectares) são ocupadas por pastagens naturais e plantadas, sendo que 18% do território nacional estão concentrados pela atividade pecuária, enquanto as culturas abarcam 59,8 milhões de hectares (SILVA et al., 2011).

Todas as tentativas de distribuição de terras no país resultaram das lutas dos camponeses por meio de ocupações, marchas, negociações e várias formas de pressão organizadas e coordenadas pelos movimentos sociais do campo, com papel preponderante do MST. De acordo com Fernandes (2017), as reformas dos últimos governos, a saber, FHC, Lula e Dilma, não corresponderam a projetos, nem desses governos, nem concebidos pelos movimentos sociais, e são produtos da correlação de força na sociedade. Mais que isso: “A reforma agrária atual não é somente uma luta contra o latifúndio, é também uma luta contra o agronegócio. O latifúndio impede o campesinato de se territorializar, o agronegócio o destrói” (FERNANDES, 2017, p. 248).

Aqui se trata claramente da distribuição desigual dos recursos socioambientais, incluindo as desigualdades de renda, de acesso aos recursos naturais ou serviços ambientais, e principalmente os conflitos decorrentes desse processo (MCMICHAEL, 2013; MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Assim conceitua Martínez-Alier:

Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais,

---

<sup>2</sup> Lei Kandir (nº 87 de 13.09.1996) isenta produtos primários e industriais semielaborados da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços/ICMS; Lei nº 10.925 de 23.07.2004 – alíquota zero para as contribuições de PIS-PASEP e CONFINS na importação e sobre a receita bruta da venda no mercado interno de insumos – adubos, agrotóxicos, sementes, etc (SILVA, 1997; PELAEZ et al., 2015).

culturais, econômicos, políticos e tecnológicos (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 113).

O ecologismo dos pobres ou movimento pela justiça ambiental (MARTÍNEZ-ALIER, 2007) deu visibilidade a outros tipos de valoração e interesses, que não fossem exclusivamente as de base monetária ou econômica, sobretudo aqueles valores relacionados às formas de sustento e de modos de vida e sobrevivência, a soberania alimentar; aos direitos humanos e direitos territoriais comunitários e aos direitos relacionados ao patrimônio cultural de um povo, como seus lugares sagrados. Esses tipos de valoração entram em disputa nos conflitos socioambientais, não apenas pelo acesso a recursos naturais e serviços ambientais necessários a sobrevivência de homens e mulheres que compartilham contextos sociais em processos crescentes e intensos de empobrecimento material, mas também por direitos territoriais secularmente adquiridos.

A leitura do processo histórico da formação da estrutura agrária brasileira reforça a principal tese do movimento por justiça ambiental que desde o princípio buscam demonstrar que:

[...] sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recaí, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 12)

Assim, ao tratar de soberania alimentar, há que se considerar aspectos tanto da questão histórica da concentração da propriedade da terra quanto questionar o atual modelo predatório de ocupação desse espaço que recebe amplo apoio e legitimidade por parte do Estado e de parcela da sociedade nacional, expropriando terra, vida e trabalho. Na atualidade, há novos desafios para o enfrentamento dessa questão, portanto: “A reforma agrária não pode se ater à reivindicação das terras improdutivas sem colocar em questão o caráter socialmente perverso e ambientalmente predatório das terras produtivas” (SAMPAIO JÚNIOR, 2017, p. 155). Isso por que:

A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, são as paisagens e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. (POLANYI, 2012, p. 199)

A questão agrária permanece não resolvida no país e vem incorporando novos elementos na contemporaneidade, como, por exemplo, o ambiental, transformando-a num problema socioambiental e de soberania (MARTINS, 2000; SAUER; FRANÇA, 2012; MATTEI, 2017; DELGADO, 2017).

De acordo com Edelman et al. (2014), o paradigma da soberania alimentar, cunhada pela Via Campesina, relançou vários aspectos críticos com relação aos sistemas alimentares em curso para além do debate da oferta adequada e suficiente de alimentos para os povos com uma ampla agenda, cuja ação está centrada em seis princípios guias, quais sejam: alimentar as pessoas; valorizar quem produz os alimentos; desenvolver sistemas alimentares locais; controle e acesso aos recursos naturais às populações locais e trabalhar respeitando a natureza. Dessa forma, o movimento traz para si a construção de uma nova forma de pensar a soberania alimentar por meio da criação de alternativas que substituam o sistema de agricultura atual que vê o alimento como mercadoria (CHAIFETZ; JAGGER, 2014).

Wittman (2011) questiona se o conceito não reivindica uma nova estrutura de direitos relacionada à alimentação e a natureza. A autora ainda sugere que, subjacente a essa abordagem, está uma nova estrutura de direitos à alimentação e uma nova cidadania agrária, na medida em que pressupõe a existência do direito a escolher, e não apenas ter acesso ao alimento. Sobretudo, escolher o que, como e onde produzir e comercializar os alimentos que consomem, estabelecendo o espaço local, onde produtores e consumidores vivem, como o território para a realização da soberania alimentar. A maior parte dos camponeses que compõem o movimento provém de países com histórias seculares no desenvolvimento da agricultura. Nesse sentido, não há como “negociar” seus modos de vida.

Nessa medida, compreendo que o ecologismo dos pobres e a justiça ambiental restabelecem, a partir da noção de conflito, o cerne do debate ambiental contemporâneo, pois, sem visibilizar o conflito ou os conflitos, as causas e as raízes do problema ambiental provavelmente jamais serão explicitadas. Portanto, para recontar a narrativa da soberania alimentar a partir das experimentações do MPA, desvendar os conflitos ecológicos distributivos que os envolvem compõe um de seus repertórios fundadores, na medida em que a luta pela soberania alimentar existe na proporção da existência desses conflitos.

## **O caso do MPA em Santa Catarina**

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) está organizado atualmente em 17 estados da Federação, agregando camponeses e suas organizações, tais como associações, cooperativas e sindicatos. O surgimento do movimento está intrinsecamente relacionado com as mobilizações que ocorreram durante a grande seca, no ano de 1996, no Rio Grande do Sul, que reuniu mais de 30.000 camponeses em acampamentos. Durante o

2º Congresso dos Trabalhadores Rurais, ocorrido em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, em 1997, nasce o MPA (CADONÁ, 2004).

O movimento parte da crítica ao modelo de produção tecnológica atual, concebido na chamada “Revolução Verde” que tem no tripé sementes melhoradas – adubos químicos – agrotóxicos a subordinação da agricultura à indústria, a substituição de trabalhadores por máquinas e o desenvolvimento de monocultivos para exportação sua fundamentação, explicitado e discutido no documento intitulado “Plano Camponês”.

O plano tem em sua base conceitual os seguintes elementos: camponeses, sistema de produção camponês, agroecologia e alimergia. A soberania alimentar estrutura-se a partir desses elementos, que fundamentam e garantem a permanência dos camponeses no território. Esse último entendido como o espaço historicamente ocupado pelos camponeses. A produção de alimentos necessariamente tem que ser produzida localmente porque está vinculada a um modo de vida, a cultura de um povo, respeitando o equilíbrio ambiental (MPA, 2012). Tal soberania liga-se ainda às demais soberanias, a saber; hídrica, energética, genética e do território. É ela que vai garantir a permanência do modo camponês de viver e de produzir.

Desde 1996, o MPA desenvolve uma série de atividades em torno da soberania genética que envolve o resgate, manutenção e conservação, melhoramento, produção e distribuição de sementes crioulas, envolvendo as famílias camponesas e as comunidades inserida nos territórios, a partir do Plano Nacional de Sementes. Esse plano avança no sentido de massificar o acesso ao acervo de sementes crioulas disponíveis, tanto pelas famílias camponesas, quanto pelas comunidades. Ao dinamizar esse processo, objetivando constituir um polo de resistência ao avanço dos transgênicos nos sistemas de produção dos camponeses, o MPA inovou ao instalar a Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) Crioulas, no município de São Miguel do Oeste. Assim, o MPA construiu uma experiência singular, tornando-se referência para fazer frente à perda crescente da biodiversidade e, sobretudo, da memória biocultural do campesinato nacional. Considerada a maior Planta de Produção de Sementes crioulas em mãos dos camponeses na América Latina, a experiência com a implantação da UBS teve início pelo estado de Santa Catarina, no município de São Miguel do Oeste, administrada pela cooperativa Oestebio (COOPERATIVA, 2014).

Dos estabelecimentos agropecuários do estado de Santa Catarina, 87% são caracterizados como propriedades da agricultura familiar, ocupando uma área de 43,79% da área total (STOFFEL, 2012). São Miguel do Oeste, um dos 295 municípios do estado, está localizado na mesorregião denominada Oeste Catarinense, uma das regiões de maior concentração da agricultura familiar do estado, desenvolvendo uma agricultura e pecuária bastante diversificada (BUAINAIN et al., 2004). Esse município foi colonizado por migrantes

provenientes do estado do Rio Grande do Sul, representando uma das últimas fronteiras agrícolas desse estado, conhecida como fronteira Oeste, na década de 1920.

A mesorregião do Oeste Catarinense concentra a maior parte da população rural de Santa Catarina (34%), que pertence à agricultura familiar e camponesa, como também a produção dos principais produtos agrícolas do estado, tais como carne bovina (49,4%), produção de frangos (77,9%), produção de suínos (77,2%), bem como a produção leiteira, o fumo e as culturas do milho e do feijão. Essa é uma região onde houve forte incentivo para a agricultura familiar e camponesa se integrarem à agroindústria de suínos e aves por meio do “Pronafinho”, com o uso do aval solidário. Assim, muitos desses camponeses plantam milho e fumo para abastecerem a agroindústria.

Quase 90% (88,3%) das propriedades rurais do estado de Santa Catarina possuem até 50 hectares e ocupam 40% da área do seu território, sendo que há o predomínio de minifúndios com propriedades que variam entre 1 a 10 hectares, distribuídos em 5,5% da área total do estado. Além disso, o território possui uma topografia bastante acidentada, comportando diversas e diferentes situações. Nesse sentido, Marcondes (2016) considera essa característica, dentre outras, ao avaliar o baixo interesse do capital na aquisição dessas terras para implantação de grandes lavouras e a contínua resistência camponesa em permanecer na agricultura, mesmo com poucos recursos de terra disponíveis.

Veja abaixo a distribuição do recurso terra (Tabela 1) conforme a classificação do IBGE nas categorias minifúndios, pequenas propriedades, médias propriedades e grandes propriedades nos municípios onde estão localizados os camponeses que participavam da rede de multiplicadores da Oestebio. Dados extraídos do Cadastro Ambiental Rural, com valores próximos às informações coletadas pelo IBGE e reunidas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) (2017).

**Tabela 1** – Distribuição de terra nos municípios da rede de multiplicadores do projeto de sementes do MPA, no estado de Santa Catarina, Brasil

Município	Número de propriedades (classificado a partir dos módulos fiscais)					Percentual do total das propriedades				
	Minif.	Peq. Prop.	Méd. Prop.	Gdes. Prop.	Total	Minif.	Peq. Prop.	Méd. Prop.	Gdes. Prop.	Total
Abelardo Luz	588	293	86	27	994	59%	29%	9%	3%	100%
Água Doce	445	326	102	91	964	46%	34%	11%	9%	100%
Águas de Chapecó	3	472	280	32	787	0%	60%	36%	4%	100%
Anchieta	14	569	546	169	1298	1%	44%	42%	13%	100%
Bandeirante	635	106	6	0	747	85%	14%	1%	0%	100%
Barra Bonita	496	84	1	0	581	85%	14%	0%	0%	100%
Bela Vista do Toldo	725	181	15	9	930	78%	19%	2%	1%	100%
Belmonte	489	119	0	0	608	80%	20%	0%	0%	100%
Bom Jesus do Oeste	531	19	0	0	550	97%	3%	0%	0%	100%
Brunópolis	407	188	42	8	645	63%	29%	7%	1%	100%

Caibí	891	158	3	0	1052	85%	15%	0%	0%	100%
Campo Erê	590	213	48	10	861	69%	25%	6%	1%	100%
Campos Novos	1456	621	167	26	2270	64%	27%	7%	1%	100%
Canoinhas	1591	404	73	22	2090	76%	19%	3%	1%	100%
Caxambu do Sul	570	92	0	1	663	86%	14%	0%	0%	100%
Chapecó	1451	285	35	3	1774	82%	16%	2%	0%	100%
Coronel Martins	264	73	0	0	337	78%	22%	0%	0%	100%
Correia Pinto	329	194	61	18	602	55%	32%	10%	3%	100%
Cunha Porã	1453	187	1	1	1642	88%	11%	0%	0%	100%
Cunhataí	392	35	0	0	427	92%	8%	0%	0%	100%
Curitibanos	633	262	105	17	1017	62%	26%	10%	2%	100%
Descanso	1464	329	6	0	1799	81%	18%	0%	0%	100%
Dionísio Cerqueira	1263	249	33	1	1546	82%	16%	2%	0%	100%
Faxinal dos Guedes	352	229	16	3	600	59%	38%	3%	1%	100%
Flor do Sertão	489	47	0	0	536	91%	9%	0%	0%	100%
Formosa do Sul	453	149	1	0	603	75%	25%	0%	0%	100%
Fraiburgo	406	283	44	16	749	54%	38%	6%	2%	100%
Frei Rogério	270	78	7	1	356	76%	22%	2%	0%	100%
Galvão	284	88	4	1	377	75%	23%	1%	0%	100%
Guaraciaba	1644	347	7	0	1998	82%	17%	0%	0%	100%
Guarujá do Sul	513	85	2	0	600	86%	14%	0%	0%	100%
Guatambu	546	167	15	1	729	75%	23%	2%	0%	100%
Iporã do Oeste	1030	181	3	1	1215	85%	15%	0%	0%	100%
Iraceminha	1106	237	1	0	1344	82%	18%	0%	0%	100%
Irati	362	119	2	0	483	75%	25%	0%	0%	100%
Irineópolis	583	322	29	3	937	62%	34%	3%	0%	100%
Itaiópolis	1081	716	79	10	1886	57%	38%	4%	1%	100%
Itapiranga	1664	212	1	0	1877	89%	11%	0%	0%	100%
Jardinópolis	291	97	0	0	388	75%	25%	0%	0%	100%
Lajeado Grande	297	56	1	0	354	84%	16%	0%	0%	100%
Lebon Regis	189	201	112	33	535	35%	38%	21%	6%	100%
Mafra	1672	579	98	27	2376	70%	24%	4%	1%	100%
Major Vieira	1000	284	22	4	1310	76%	22%	2%	0%	100%
Maravilha	1240	107	0	0	1347	92%	8%	0%	0%	100%
Modelo	524	72	2	0	598	88%	12%	0%	0%	100%

Continua

Tabela 1 – Continuação.

Município	Número de propriedades (classificado a partir dos módulos fiscais)					Percentual do total das propriedades				
	Minif.	Peq. Prop.	Méd. Prop.	Gdes. Prop.	Total	Minif.	Peq. Prop.	Méd. Prop.	Gdes. Prop.	Total
Mondaí	1232	164	1	0	1397	88%	12%	0%	0%	100%
Monte Carlo	173	50	7	7	237	73%	21%	3%	3%	100%
Monte Castelo	296	173	42	13	524	56%	33%	8%	2%	100%
Nova Erechim	268	45	0	0	313	86%	14%	0%	0%	100%
Guatambu	546	167	15	1	729	75%	23%	2%	0%	100%
Iporã do Oeste	1030	181	3	1	1215	85%	15%	0%	0%	100%
Nova Itaberaba	516	115	0	0	631	82%	18%	0%	0%	100%
Novo Horizonte	397	195	1	0	593	67%	33%	0%	0%	100%
Palma Sola	668	186	4	3	861	78%	22%	0%	0%	100%
Palmitos	1236	176	0	1	1413	87%	12%	0%	0%	100%
Papanduvás	748	295	56	10	1109	67%	27%	5%	1%	100%
Paraíso	808	139	3	0	950	85%	15%	0%	0%	100%
Passos Maia	170	126	26	14	336	51%	38%	8%	4%	100%
Pinhalzinho	617	95	0	0	712	87%	13%	0%	0%	100%



Pinheiro Preto	185	76	0	0	261	71%	29%	0%	0%	100%
Planalto Alegre	316	65	0	0	381	83%	17%	0%	0%	100%
Ponte Alta	118	92	46	17	273	43%	34%	17%	6%	100%
Ponte Serrada	195	159	26	17	397	49%	40%	7%	4%	100%
Princesa	560	53	1	0	614	91%	9%	0%	0%	100%
Rio das Antas	326	265	14	4	609	54%	44%	2%	1%	100%
Rio Negrinho	315	240	73	33	661	48%	36%	11%	5%	100%
Riqueza	1068	156	2	0	1226	87%	13%	0%	0%	100%
Romelândia	893	316	12	0	1221	73%	26%	1%	0%	100%
Saltinho	674	214	12	1	901	75%	24%	1%	0%	100%
Santa Cecília	90	90	66	35	281	32%	32%	23%	12%	100%
Santa Helena	377	76	0	0	453	83%	17%	0%	0%	100%
Santa Terezinha	683	591	34	9	1317	52%	45%	3%	1%	100%
Santa Terezinha do Progresso	593	119	6	0	718	83%	17%	1%	0%	100%
São Bernardino	360	100	12	1	473	76%	21%	3%	0%	100%
São Carlos	1100	127	0	0	1227	90%	10%	0%	0%	100%
São Cristovão do Sul	126	84	28	15	253	50%	33%	11%	6%	100%
São Domingos	816	302	8	0	1126	72%	27%	1%	0%	100%
São João do Oeste	909	129	0	0	1038	88%	12%	0%	0%	100%
São José do Cedro	1618	196	1	0	1815	89%	11%	0%	0%	100%
São José do Cerrito	778	346	52	7	1183	66%	29%	4%	1%	100%
São Lourenço do Oeste	1151	393	11	0	1555	74%	25%	1%	0%	100%
São Miguel da Boa Vista	414	63	0	0	477	87%	13%	0%	0%	100%
São Miguel do Oeste	1268	160	7	0	1435	88%	11%	0%	0%	100%
Saudades	1250	151	1	0	1402	89%	11%	0%	0%	100%
Serra Alta	375	54	0	0	429	87%	13%	0%	0%	100%
Sul Brasil	529	141	1	0	671	79%	21%	0%	0%	100%
Tangará	607	459	22	5	1093	56%	42%	2%	0%	100%
Tigrinhos	525	26	3	2	556	94%	5%	1%	0%	100%

Continua

Tabela 1 – Continuação.

Município	Número de propriedades (classificado a partir dos módulos fiscais)					Percentual do total das propriedades				
	Minif.	Peq. Prop.	Méd. Prop.	Gdes. Prop.	Total	Minif.	Peq. Prop.	Méd. Prop.	Gdes. Prop.	Total
Timbó Grande	224	154	36	5	419	53%	37%	9%	1%	100%
Tunápolis	725	97	0	0	822	88%	12%	0%	0%	100%
União do Oeste	413	64	0	0	477	87%	13%	0%	0%	100%
Vargem	375	99	15	2	491	76%	20%	3%	0%	100%
Videira	671	444	12	0	1127	60%	39%	1%	0%	100%
Xaxim	946	240	5	0	1191	79%	20%	0%	0%	100%

Fonte: IBGE, 2006; CAR, 2017. Elaborado por Sato, 2017.

Nota geral – Foram utilizadas as seguintes abreviações: Minif.= minifúndios; Peq. Prop.= pequena propriedade; Méd. Prop.= média propriedade; Gdes Prop.= grande propriedade.

Ainda que ocupando áreas pequenas e integradas, os camponeses mantêm em suas propriedades um roçado policultivado com culturas como cana de açúcar, milho, feijão, leguminosas, entre outras, que compõem a cesta alimentar da família. Também há a

presença de pequenos animais, com predomínio do gado de leite para abastecimento da agroindústria do leite que, nos últimos anos, tem apresentado um crescimento significativo, ocupando a 5ª posição no ranking da bacia leiteira nacional (EPAGRI, 2017).

Por ser uma região próxima aos cultivos de grãos para exportação, como milho e soja – tanto pelos estados vizinhos Paraná e Rio Grande do Sul, quanto pelas regiões de cultivo do próprio estado – os agricultores estão cada dia mais preocupados com o avanço dos cultivos transgênicos na região e a contaminação de suas lavouras. Além disso, a inserção desses agricultores nas indústrias de integração, em especial na de fumo, tem deixado pouco espaço – de área e de tempo – para os cultivos tradicionais, como, por exemplo, o milho, que já vem sendo exportado de outros estados para abastecer as agroindústrias locais.

A década de 1980 representou um período importante na compreensão dos camponeses, em especial, em Santa Catarina, sobre a crescente dependência de insumos externos às suas propriedades, que vinham sendo utilizados para dar continuidade à reprodução das lavouras. Foi constatado que o item sementes onerava sobremaneira seus sistemas produtivos, porque os agricultores tinham perdido o hábito tradicional de selecionarem as melhores sementes e guardarem para o próximo plantio. Essa percepção fez com que eles decidissem iniciar um trabalho de recuperação das sementes crioulas no município.

Segundo Canci (2002), os trabalhos com resgate de milhos crioulos no estado de Santa Catarina tem um marco importante com a realização de encontros no Centro Vianei de Educação Popular, onde foi constituída a rede Milho, com abrangência nacional, nos anos de 1986. As primeiras experiências com o resgate de sementes crioulas foram iniciadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf) do município de Anchieta, município que dista aproximadamente 43 km do município de São Miguel do Oeste (IBAMA, 2006).

As festas estaduais e nacionais do milho crioulo desempenharam também um papel preponderante na conscientização da importância da preservação da agrobiodiversidade e no fortalecimento da diversidade genética, na medida em que houve uma intensa troca tanto de conhecimentos e experiências quanto de material genético dos camponeses, permitindo que essas sementes pudessem ser plantadas em diversos ambientes (LONDRES, 2014). Esse movimento tornou o município de Anchieta na capital catarinense e brasileira do Milho Crioulo. Desde 2017, vem sendo discutida a implementação da Indicação Geográfica dos milhos crioulos do município de Anchieta e região, um reconhecimento do acúmulo, esforço e trabalho de seus camponeses.

É importante ressaltar que os transgênicos nesse período, década dos 2000, avançava as fronteiras do país, entrando ilegalmente pelas bordas da vizinha Argentina,

pelo estado do Rio Grande do Sul. Aquele país já havia regulamentado seu plantio e cultivava os transgênicos desde 1996, logo após os Estados Unidos, 1995 (LEGUIZAMÓN, 2014).

O debate sobre a construção de uma estratégia que pudesse fazer frente ao avanço dos transgênicos e, ao mesmo tempo, subsidiasse as iniciativas orgânicas e agroecológicas dos camponeses, tem um importante papel na decisão do MPA de assumir um projeto de massificação, na medida em que para seus dirigentes o armazenamento das sementes crioulas realizada pelas famílias camponesas, individualmente ou de forma comunitária por meio de casas de sementes tornaram-se formas fragilizadas e de alcance restrito aos camponeses organizados. Fazia-se necessário pensar uma estratégia mais estruturada e de alcance maior. Mesmo os ativistas, cientistas e técnicos que animavam o debate sobre as transformações necessárias para uma agricultura agroecológica deixavam claro que, sem a disponibilidade de sementes crioulas, o projeto de autonomia camponesa estaria em risco. Esse debate tornou-se mais explícito durante a formulação da Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) como discutida em Fernandes (2017).

Assim, foi ampliada a rede inicial dos guardiões que envolvia os mantenedores – que cuidam ativamente das sementes – que são os camponeses que selecionam e multiplicam as sementes crioulas e são considerados pelos técnicos e cientistas como os guardiões<sup>3</sup> e representam o primeiro elo desta rede. São eles que historicamente selecionam, coletam, armazenam e reproduzem as sementes crioulas, e têm um papel fundante porque são os que cuidam/conservam/melhoram o patrimônio genético das culturas plantadas no país, sobretudo aquelas que compõem a dieta alimentar cultural e em condições reais, ao redor do território nacional. Dessa mobilização, conseguiram reunir mais de 300 guardiões de sementes crioulas, espalhados em 55 municípios.

Um segundo elo são os multiplicadores, cujo principal papel é a reprodução das sementes crioulas e também varietais para a distribuição no mercado. No início do projeto, alguns mantenedores também participavam deste segundo nível da rede. Diferentemente da constituição da rede de mantenedores, a rede dos multiplicadores exigiu um trabalho formativo mais amplo, na medida em que envolvia todo um processo de produção que atendesse às exigências técnicas da legislação da produção de sementes no país.

## **A produção de sementes crioulas e varietais**

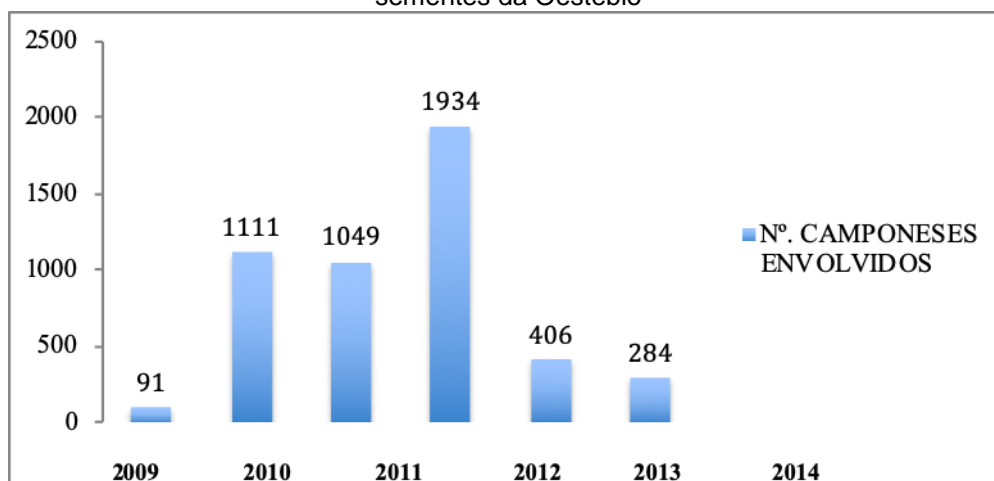
---

<sup>3</sup> Carvalho (2013, p. 14) considera o camponês guardião da agrobiodiversidade, aqueles que historicamente praticam “[...] a diversidade de cultivos e criações, a preservação e melhoria dos solos e das matas, a diversidade das vidas nas águas, o convívio antrópico construtivo e respeitoso com a natureza [...]”.

No ano de 2007, o movimento criou a cooperativa de produção, a Oestebio, objetivando atender às demandas do MPA, não apenas com relação às sementes, mas, sobretudo, para trabalhar com a transição agroecológica com foco na produção de sementes e na comercialização por meio dos mercados institucionais como o PAA e a merenda escolar (PNAE). A Oestebio abrange os três estados do sul do país, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi por meio da Oestebio que a usina operacionalizou a coordenação técnica do processo de produção de sementes, no que tange às atividades de produção, beneficiamento, armazenamento, comercialização e distribuição de sementes crioulas e varietais do projeto nacional de produção de sementes do MPA. A cooperativa foi registrada no MAPA como produtora de sementes registradas e fiscalizadas e está inscrita no RENASEM para produzir, beneficiar e comercializar sementes fiscalizadas nas categorias S1 e S2.

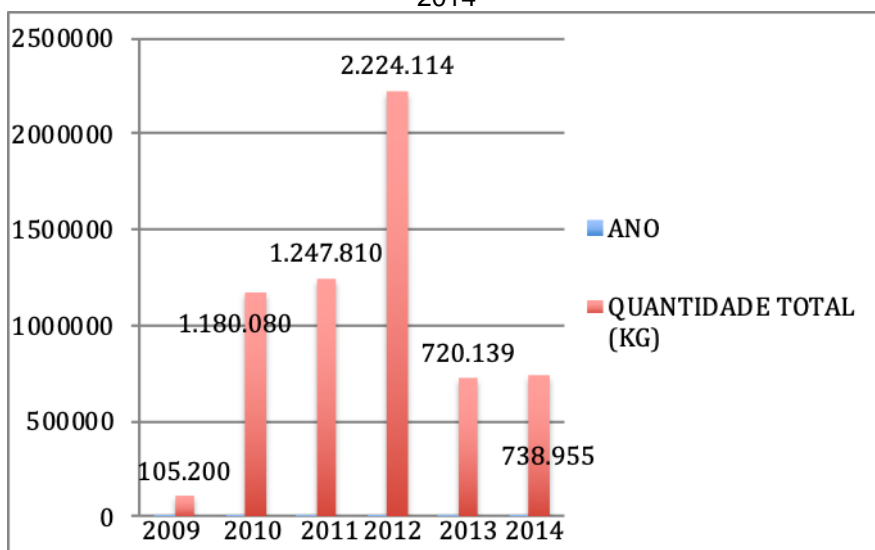
No estado de Santa Catarina, as primeiras comercializações ocorreram por meio da associação estadual do movimento e envolveu a produção de aproximadamente 12 toneladas de sementes, as quais foram distribuídas nas feiras de milho crioulo. A partir de 2010/2011, a demanda cresceu e a experiência do MPA/SC tornou-se nacionalmente visível no seu pioneirismo no processo de produção massiva, conforme pode ser observado nos dados das tabelas 2, 3 e 4, que corresponde ao número de camponeses envolvidos, volumes produzidos e comercializados no período de 2009 a 2014 (PAADATA/CONAB, 2015).

**Figura 1** – Quantidade de camponeses envolvidos no período de 2009 a 2014 na produção de sementes da Oestebio



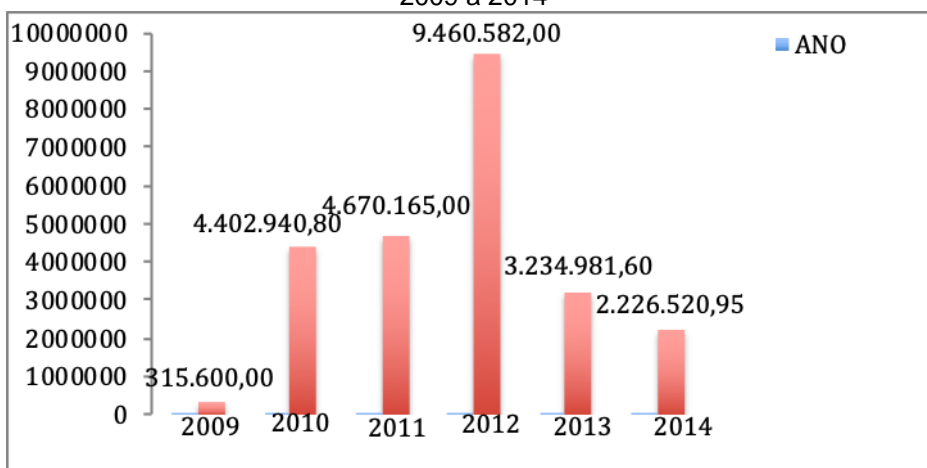
Fonte: PAADATA/CONAB/2015.

**Figura 2** – Quantidades de sementes comercializadas para o PAA/CONAB, no período de 2009 a 2014



Fonte: PAADATA/CONAB/2015.

**Figura 3** – Volume de recursos envolvidos na comercialização com o PAA/CONAB, no período de 2009 a 2014



Fonte: PAADATA/CONAB/2015.

As quedas bruscas da comercialização de sementes com a Conab nos períodos de 2013 e 2014 podem ser explicadas pelas mudanças na operacionalização do PAA nos anos de 2012 e 2013, em virtude do redesenho da política (VALADARES E SOUZA, 2015; TRICHES e GRISA, 2015). Tais modificações dizem respeito às unidades executoras, como a Conab, por exemplo, que sofreu redução drástica na sua operacionalização em comparação aos anos anteriores, em especial, o ano de 2012, considerado por Valadares e Souza (2015) o auge das operações executadas por essa companhia. Segundo esses autores, tal redução atingiu o programa como um todo, representado pela baixa participação dos camponeses na oferta de produtos – 49,8% menor – quanto no volume de recursos envolvidos – neste caso, 47,2% menor – quando comparado ao período anterior. No total, as operações coordenadas pela Conab de 2012 a 2013 diminuiu de 70% para 51% do valor total executado (VALADARES E SOUZA, 2015).

Esse redesenho foi protagonizado pela redefinição da atuação do MDS no programa que significou a diminuição da atuação das organizações sociais dos camponeses na operacionalização dos convênios, que foram substituídos pelos termos de adesão celebrados entre esse ministério e os estados e municípios, privilegiando as formas de participação individualizada dos camponeses e retirando o protagonismo de suas organizações coletivas (VALADARES E SOUZA, 2015).

De acordo com Triches e Grisa (2015), o processo de criminalização dos camponeses e suas organizações por meio da operação da Polícia Federal denominada de Operação Agro-Fantasma<sup>4</sup> colaborou na formação de uma opinião pública negativa, especialmente pela atuação da mídia acerca do programa, desvirtuando o rico processo de aprendizagem que vinha sendo constituído por essas organizações e o próprio Estado.

O tema das sementes sempre esteve presente no interior das políticas públicas, como por exemplo, no Plano Safra, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na assistência técnica, entre outras, demonstrando sua importância no debate, seja sobre segurança alimentar, seja sobre agroecologia e produção orgânica. O PAA representou o principal mercado operado pela cooperativa e um dos principais incentivos para o ingresso dos camponeses na rede de multiplicadores, na medida em que remunerava os produtos, no caso, as sementes, com valores acima dos praticados no mercado, justamente por reconhecer o esforço dispendido em sua produção. Assim, de 2009 a 2015, sementes de milho foram comercializadas com valores acima (30%) do valor do grão de milho convencional transacionado no mercado comum. O PAA permitiu que os camponeses trabalhem com previsibilidade de venda, o que só é possível quando eles estão integrados nas agroindústrias do fumo, leite, suínos ou aves nessa região e, muitas vezes, sobrando muito pouco depois que os custos de produção são descontados, ou ainda, quando em situações mais frágeis, ficam endividados para a próxima safra.

No entanto, o mercado de compras públicas isoladamente não foi suficiente para estruturar um processo de disputa de modelos de agricultura tendo a semente crioula ou mesmo a VPA como um vetor do processo, ainda que possa ser um estímulo inicial, na medida em que este desafio deve ter um envolvimento estratégico do estado brasileiro, numa formulação mais clara por meio de uma política pública própria com metas distribuídas no território para reordenamento da paisagem agrícola livre de transgênicos.

Por um lado, há o reconhecimento que, nesse período, houve um esforço não só por parte do governo, mas sobretudo das organizações sociais para recuperar a soberania

---

<sup>4</sup> A operação Agro-Fantasma ocorreu entre 2009 e 2013 no estado do Paraná, visando a apurar presumidos desvios no PAA, resultando em diversos processos judiciais envolvendo funcionários vinculados à Conab e prisões indevidas de camponeses, decretadas pelo juiz federal Sérgio Moro. Após mais de três anos, os camponeses foram absolvidos (<http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/agricultores-sao-inocentados-de-acusacao-de-desvios-no-programa-de-aquisicao-de-alimentos/22636>).

genética no país, embora as sementes crioulas representassem apenas traços no percentual das sementes que estavam sendo cultivadas na agricultura brasileira, especialmente no que se refere às commodities e as culturas onde os camponeses estão integrados nas agroindústrias como leite, suínos e aves, como é o caso, particularmente, no estado catarinense. Por outro lado, há uma infinita e complexa burocracia estatal, especialmente pelos órgãos de controle do uso de recursos públicos que, pelos desdobramentos de algumas operações, têm pouco conhecimento sobre o funcionamento da atividade da agricultura, bem como das condições estruturais com que vivem os camponeses nesse país.

No processo, alguns camponeses da base do MPA, com várias restrições de terra e recursos financeiros, foram substituídos por camponeses que possuíam acesso a melhores condições financeiras para a condução dos campos de produção de sementes em conformidade com as regulamentações, em especial, na cultura do feijão, cujas exigências no controle de doenças são grandes. Mesmo recebendo assistência técnica e a semente, esses produtores não conseguiram entregar sementes na qualidade exigida para comercializar. O processo de produção das sementes que foi para o campo, idealizado para ser agroecológico, embora em pequenas áreas, que variavam entre 0,20 a quase 5 hectares, favoreceu o surgimento de pragas e doenças.

Esses camponeses não conseguiram implementar as recomendações e orientações técnicas, mesmo em um sistema de transição agroecológica, em que há o uso baixo de insumos, como, por exemplo, o uso de fertilizante orgânico/químicos e até mesmo agrotóxicos, e não alcançaram prosseguir na rede. O próprio movimento identifica como um ponto negativo do ponto de vista político e da própria estratégia a exclusão desses camponeses. Assim, para massificar, foram obrigados a lançar mão da incorporação de outros camponeses com melhores situações financeiras para conduzir os campos de produção em conformidade com as demandas exigidas pelo mercado.

O sistema de produção de sementes é muito exigente no que tange aos tempos e estágios de desenvolvimento da planta, especialmente no momento da floração, pré-colheita e da colheita, ambos exigidos como momentos de inspeção pelo MAPA (BRASIL, 2011). Conforme relatado, os sistemas necessitam da realização das operações no momento em que a planta exige e as condições ambientais permitem e, no caso dos camponeses que não dispõem nem de recursos materiais (máquinas e equipamentos) e mão de obra suficiente, nem de recursos financeiros para contratá-los, o resultado recai sobre a qualidade das sementes que entregam. Foi o que ocorreu em algumas ocasiões, resultando na saída de alguns camponeses da rede de multiplicadores.

Nesse sentido, novos formatos para inclusão de multiplicadores foram elaborados, com contratos formalizados numa relação comercial convencional de entrega de sementes,

considerando os custos para a cooperativa. Assim, para ampliação da rede e para dar conta da demanda crescente na oferta de sementes crioulas e varietais, foram incorporados camponeses dentro do território onde está espalhada a rede. A cooperativa fornecia a base genética da semente, assistência técnica e a garantia de comercialização. O camponês, em contrapartida, arcava com o custo da produção e se comprometia a seguir as orientações técnicas e entregar a produção para a cooperativa.

Nesse cenário, os contratos foram firmados com camponeses multiplicadores que tivessem disponibilidade de área de no mínimo 1 hectare para produção de sementes e, para o caso do milho, em particular, que a área estivesse distante de cultivos transgênicos para evitar a contaminação. A decisão de estabelecer um limite mínimo de 1ha considerou os custos com o deslocamento para a coleta da produção de sementes; com o processo de acompanhamento da produção, que envolvia a assistência técnica durante todo o período, e as exigências da legislação com relação a áreas de policultivos. Historicamente, os camponeses produzem suas sementes crioulas em faixas no meio dos demais cultivos.

De acordo com a legislação, a produção de sementes não pode ocorrer em áreas de policultivo. Exige-se áreas separadas para evitar contaminação. Essa prática nesse formato exclui vários camponeses que não possuem área suficiente de terra para destinar um hectare (1ha) exclusivo para a produção de sementes. A média do tamanho das propriedades dos camponeses multiplicadores está entre 4 e 5 hectares, que corresponde ao tamanho da área que predomina nas propriedades dos camponeses da região (CAPELLESSO, 2016). Assim, a rede de camponeses na dupla ação – guardiã e multiplicadora – e a usina formaram um marco nesse território e na atuação do MPA, que influenciou não apenas a consolidação de algumas das políticas públicas mais importantes do último período para os camponeses, o PAA, como também outros movimentos a iniciarem processo semelhantes na busca de territorialização da soberania genética.

O aumento de escala possibilitou perceber as contradições dos modos de gerir o projeto tanto do ponto de vista do modelo de agricultura que o engendra – a escala, o volume – quanto dos conflitos históricos de acesso a recursos quando envolve terra e capital. O armazenamento em larga escala é um problema, e o risco de contaminação é grande; não há tratamento agroecológico eficaz para guardar as sementes em grande volume. Ou, seria possível dizer que a grande escala não condiz, ou melhor, contradiz os princípios defendidos por esse paradigma? Nessa experiência mostrou-se desafiante a convivência com os dois modelos.

As sementes crioulas exigem um sistema de cultivo diferente das variedades convencionais ou híbridas, especialmente por exigirem um maior espaçamento entre as linhas na hora do cultivo, ou seja, são menos plantas por hectare, o que pode afetar o seu desempenho. Nem todos os camponeses que receberam as sementes estavam



acostumados com esse tipo de cultivo. Há camponeses que plantam há décadas os híbridos e variedades convencionais e, portanto, desconhecem os sistemas exigidos para o plantio com as crioulas e esse comportamento simplesmente não foi considerado. Com o decorrer da experiência, as sementes crioulas que apresentavam problemas, como pouca adaptabilidade, foram sendo substituídas por aquelas que apresentavam amplitude de adaptação maior para serem reproduzidas. Nesse processo, as sementes crioulas foram bastante reduzidas – no caso do milho, em particular, foram reduzidas a dois crioulos, o MPA01 e o Pijurun 05.

Por outro lado, na compreensão dos pesquisadores envolvidos no processo de diálogo com os dirigentes e camponeses do MPA, com uma capacidade instalada de aproximadamente quatro mil toneladas, a usina da Oestebio poderia não conseguir o efeito esperado apenas utilizando sementes crioulas. Assim, a inclusão das sementes varietais, provenientes do melhoramento participativo com camponeses de diferentes ecossistemas, poderia ampliar essa capacidade e fazer frente ao avanço dos transgênicos e híbridos. Afinal, esses recursos estavam nas unidades de pesquisa sem uso e poderiam ampliar o leque de opções dos camponeses no momento da escolha de sementes para plantio. Assim, as variedades da pesquisa pública passaram a compor o portfólio da Oestebio.

A condução de lavouras com o milho crioulo necessitou de uma área maior, devido ao fato de essas sementes exigirem espaçamentos maiores que as varietais. Alguns agricultores, por não possuírem mão de obra disponível, preferiram as varietais, porque puderam fazer uso de máquinas para a prática do manejo (limpeza). Os camponeses têm clareza dos problemas gerados pelo uso dos agrotóxicos, havendo, inclusive, relatos de trabalhadores que estão em tratamento de câncer ocasionados pelo uso desses venenos em suas lavouras. Ao mesmo tempo, eles encontram dificuldades para realizar e conduzir suas lavouras, na medida em que estão integrados em plantios convencionais. Mesmo aqueles que tentaram fazer a transição para o sistema agroecológico afirmaram que esses são mais exigentes em mão de obra, atualmente escassa na região, e que não há maquinário adequado para esses sistemas disponíveis no mercado.

O problema da falta de mão de obra para condução agroecológica, sem a necessidade do uso de agrotóxicos (herbicidas), por exemplo, na limpeza das áreas nos períodos exigidos pela normatização da produção de sementes crioulas foi um dos problemas enfrentados, pois essa etapa ainda precisa ser realizada manualmente.

Há uma enorme lacuna entre a necessidade real de continuar produzindo; produzir sem envenenar o próprio organismo e o ambiente; as condições tecnológicas objetivas; e o fato de que é necessário atentar para a situação de alguns lugares onde a mão de obra está escassa. Portanto, há que desenvolver instrumentos considerando esta realidade. Além disso, a penosidade do trabalho na agricultura, seja do ponto de vista do esforço físico

desenvolvido no trabalho manual, com a enxada ou quaisquer outros instrumentos manuais, e a exposição excessiva a radiação solar, com casos comprovados de câncer de pele nessa região, são razões suficientes para o desenvolvimento de pesquisas que busquem preencher essas lacunas por meio de máquinas ou com o desenvolvimento da robótica.

Em que pese à noção de soberania alimentar seja uma noção-conceito ainda em construção, portanto, aberto, funcionando como um “guarda-chuva” – mobilizando uma amplitude de escalas e realidades, de ações e de sujeitos – compreendo, a partir das leituras realizadas, que no contexto da dinâmica desta pesquisa, essa noção pode ser apropriada como um conceito utopia, no campo do ideal, bem mais que um conceito normativo. A partir dessa plasticidade, ele acolhe uma diversidade de experiências denominadas aqui de “resistências”. Nesse quadro, as ações que pretendem reconstruir os estoques de sementes dos camponeses – sua autonomia – compõem um dos repertórios da soberania alimentar e da soberania das sementes, conforme definida e discutida neste texto.

Segundo Kloppenburg (2014), a questão da soberania genética ou das sementes deve ser considerada como parte estruturante da soberania alimentar, considerando o papel que desempenham as sementes na reprodução social dos sistemas alimentares dos camponeses e no funcionamento da agricultura, bem como o contexto crescente da captura das grandes corporações da soberania dos camponeses sobre suas sementes por meio da apropriação dos recursos genéticos das plantas, do poder do monopólio da indústria do setor de sementes, do desenvolvimento das culturas transgênicas e da imposição global dos direitos de propriedade intelectual sobre esses recursos.

É importante ressaltar que o Projeto Nacional de sementes do MPA se insere no contexto dos processos acima descritos, dialogando com os repertórios e experiências internacionais do movimento da soberania alimentar e da soberania genética, mas guarda uma particularidade no que diz respeito a uma estratégia de ação política que envolve a massificação da produção de sementes em escala para comercialização e distribuição numa perspectiva de disputa territorial com a produção de sementes comerciais do agronegócio. Portanto, configura-se como uma experiência concreta demarcatória de espaço nos territórios da política, do mercado e da paisagem, com potencial para compor um novo repertório para além das estratégias legais e institucionais no campo da soberania alimentar.

## **Considerações finais**

Há debates diversos no interior do movimento sobre a estratégia de massificação, em virtude de ter que ser operada por um conjunto de tecnologias centrado em modelos convencionais de escala de produção. Isso obriga os camponeses a reproduzir um modelo

próximo ao convencional, mesmo que a cooperativa não trabalhe estritamente centrada no lucro, mas o processo *per se*, exclui, classifica e reproduz desigualdades sociais e econômicas, na medida em que a economia convencional centrada nos custos de produção e em padrões de qualidade questionáveis ainda tem peso relevante no processo, vide que o conjunto das regulamentações é produzido para o contexto do sistema do agronegócio sementeiro.

Por outro lado, a experiência mostrou que o território importa e, por isso, massificar representa a ocupação do espaço geográfico, a paisagem do lugar, disputá-la com o agronegócio e instituir efetivamente novas formas de ocupação, o que expressa a soberania sobre o território. A soberania é uma responsabilidade de um país. É certo que o movimento mostrou um caminho, mas precisa de muitas mãos, não só para fazer acontecer, mas para pensar formas diferenciadas e diversas para operar um processo que é político. A soberania alimentar pressupõe novas formas de se relacionar com o meio e, portanto, precisa de instrumentos técnicos para que isso aconteça. Nesse sentido, a ciência também precisa ser reformulada à luz dos problemas que a própria experiência aponta como limites e constrangimentos para a sua continuidade, na perspectiva de soberania genética, territorial e justiça ambiental.

Além disso, é necessário identificar os impactos da territorialização dos transgênicos do ponto de vista da ocupação espacial e dos efeitos socioambientais presentes e futuros, em especial do ponto de vista da contaminação direta ou indireta de recursos genéticos e de outros recursos como, por exemplo, solo e água e na própria saúde dos consumidores. Trata-se da soberania de um país. A ciência deve fornecer conhecimentos e informações para subsidiar não apenas o governo, mas, sobretudo, a sociedade, para que possa tomar as melhores decisões.

Portanto, há pelo menos três dimensões determinantes envolvidas no debate sobre a soberania alimentar: uma dimensão política, que envolve a tomada de posição do Estado e da sociedade civil organizada para garantir uma transição a outro modo de relação da humanidade com a natureza; uma dimensão técnica, que permita operar uma mudança na matriz tecnológica atual, que respeite a relação com a natureza e diminua sobremaneira o controle das empresas sobre o manejo dos sistemas produtivos e alimentares dos camponeses e consumidores; e, por fim, e totalmente dependente dos outros dois, uma dimensão territorial que diz respeito à permanência da massa de camponeses no campo, a soberania do espaço. Todas essas dimensões às questões de manejo dos recursos (água, solo, terra, biodiversidade) estão presentes, bem como, as questões relacionadas às desigualdades socioeconômicas perpetuadas pela injustiça socioambiental histórica das concentrações de terra, poder e recursos.

## Referências

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. Vol. 1, n1. Dossiê Teorias socioambientais. São Paulo: IEA, 2010, pg. 103-119.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A. e BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 156p.
- BLAIKIE, P. M.; BROOKFIELD, H. **Land degradation and society**. Methuen, London and New York, 1987.
- BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Guia de inspeção de campos para produção de sementes**. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – 3ª. ed. revisada e atualizada – Brasília : Mapa/ACS, 201, 41 p.
- BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. e GUANZIROLI, C. E. **Agricultura Familiar: Um estudo de Focalização Regional**, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/09O437.pdf>. Acesso em 30/04/2014.
- CADONÁ, C. V. **Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: o novo nasce das estradas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Ijuí: UNIJUÍ, 2004, 283p.
- CANCI, A. **Sementes crioulas: construindo soberania na mão do agricultor, a experiência de Anchieta (SC)**. São Miguel do Oeste: Mclee, 2002, 161p.
- CAPELLESSO, A. J. **Crédito e seguro da agricultura familiar: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência?** Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina: Centro de Ciências Agrárias – Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, 2016, 357p. Tese (doutorado).
- CARVALHO, H. M. **O camponês, guardião da agrobiodiversidade**. Curitiba, 2013, 16p.
- COOPERATIVA DE TRABAJO PARA LA COMUNICACIÓN**. Producir semillas criollas para alimentar al mundo, 21/02/2014. Disponível em: <http://www.8300.com.ar/2014/02/21/producir-semillas-criollas-para-alimentar-al-mundo/>. (Acesso em 02/03/2016).
- CHAIFETZ, A. and JAGGER, P. 40 Years of dialogue on food sovereignty: a review and a look ahead. **Global Food Security** 3, pg. 85-91, 2014. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211912414000121>. Acesso em: 12.02.2016.
- DELGADO, G. A questão agrária hoje. In: MATTEI, Lauro (org.) **Reforma Agrária no Brasil: trajetória e dilemas**. Insular, 2017, pg. 93-108.
- EPAGRI. **Números da agropecuária catarinense - 2017**. Florianópolis, SC, 2017. 75p. (Epagri. Documentos, 277).
- EDELMAN, M.; WEIS, T.; BAVISKAR, A.; BORRAS JR, S. M.; HOLT- GIMÉNEZ, E.; KANDIYOTI, D. and WENDY, W. Introduction: critical perspectives on food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 41, nº 6, 911-931pg, 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2014.963568>. Acesso em: 12.02.2016.
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. In: **Framing the Debate Series**, nº 2,

ILC, Roma, 2012.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: Grisa, Catia e Schneider, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, pg. 381 – 400.

FERNANDES, B. M. Questões teóricas e políticas de um governo em disputa: a reforma agrária no governo Dilma. In: MATTEI, Lauro (org.) **Reforma Agrária no Brasil: trajetória e dilemas**. Insular, 2017, pg. 247-267.

FERNANDES, G. B. Sementes crioulas, variedades e orgânicas para a agricultura familiar: da exceção legal à política pública. In: SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F.; MATTOS, L. M.; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável** – Brasília : Ipea, 2017, pg. 327- 357.

HOPMA, J. and WOODS, M. Political Geographies of ‘Food Security’ and ‘Food Sovereignty’. **Geography Compass**. November 2014. Disponível em: [www.researchgate.net/publication/268452799](http://www.researchgate.net/publication/268452799). Acesso 12.02.2016.

#### FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. DECLARAÇÃO DE

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro (RJ).

\_\_\_\_\_. Censo agropecuário 2006: Agricultura familiar – resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS - IPEA. Código Florestal: implicações do PL 1876-99 nas áreas de Reserva Legal. **Comunicados do IPEA**. Brasília, 2011.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Agrobiodiversidade e diversidade cultural** / MMA – Brasília: MMA/SBF, 2006. 82 p. (Série Biodiversidade, 20).

KLOPPENBURG, J. **First the seed: The political economy of plant biotechnology, 1492-2000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2<sup>o</sup> edição, 2004.

\_\_\_\_\_. Re-purposing the master’s tools: the open source seed initiative and the struggle for seed sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, 41:6, 2014, 1225-1246.

LEGUIZAMÓN, A. Modifying Argentina: GM soy and socio-environmental change. *Geoforum*, Volume 53, 2014, pg. 149-160. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.04.001>. (accessed 02.22.2017).

LONDRES, F. **A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em [www.agroecologia.org.br](http://www.agroecologia.org.br).

\_\_\_\_\_. **A Associação Biodinâmica e o desafio da produção de sementes de hortaliças**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014, 52 pg.

MARCONDES, T. A agropecuária em Santa Catarina: cenário atual e principais tendências. **Revista NECAT** – Ano 5, nº9, 2016, pg 8-38.

MARTINS, J. S. **O cativo da Terra**. 9<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2013/1979.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar nos processos políticos.** Petropolis: editora Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. **Tempo Social**, Revista de Sociologia, USP, São Paulo, 1989, 1 (1): 131-148.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 1999/2000, 11(2): 97-128.

Mattei, L. A importância do sistema familiar de produção no estado de Santa Catarina. **Revista NECAT – Ano 5, nº9, 2016, pg 3-7.**

\_\_\_\_\_ (org.) **Reforma agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas.** Insular, 2017, 298p.

MACMICHAEL, PHILIP. **Food Regimes and Agrarian Questions.** Agrarian change and Peasant Studies Series, 2013.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Cortez, 2007. 379p.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES-MPA. Plano Camponês: por soberania alimentar e poder popular. Auto-sustentação caminhos e conquistas. MPA/ES (**Cartilha de Formação**). 2009, 16pg.

\_\_\_\_\_. **Plano Camponês: construindo o caminho da roça III. Plano Nacional de Sementes Crioulas rumo a Soberania Genética.** ANAC (Associação Nacional de Agricultura Camponesa). 2012, 69pg.

OXFAM BRASIL. Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil Rural. **Informe da Oxfam Brasil.** 2016.

\_\_\_\_\_. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. **OXFAM-Brasil.** 2017.

PELAEZ, V. M.; Silva, L. R.; Guimarães, T. A.; DAL RI, F.; Teodorovicz, T. A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. *Revista Brasileira de Inovação, Campinas (SP), 14, número especial, 2015, pg. 153-178.*

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RIBEIRO, W. C. Meio ambiente: o natural e o produzido. **Revista do Departamento de Geografia USP**, v. 5, 1991, pg. 29-32. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47099/50820>. Acesso em: 11.02.2016.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: MATTEI, L. (org.) **Reforma Agrária no Brasil: trajetória e dilemas.** Insular, 2017, pg. 109-159.

SAUER, S.; FRANÇA, F. C. Código florestal, função social da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, Salvador, 2012, v. 25, n.85, pg. 285-307.

SILVA, A. J. **A política fundiária do Regime militar: legitimação privilegiada e grilagem especializada (Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra).** São Paulo: FFLCH-USP, 414p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1997.

SILVA, J. A. A.; NOBRE, A. D.; MANZATTO, C. V.; JOLY, C. A.; RODRIGUES, R. R.; SKORUPA, L. A.; NOBRE, C. A.; AHRENS, S.; MAY, P. H.; SÁ, T. D. A.; CUNHA, M. M. L. C.; RECH FILHO, E. L. **O Código Florestal e a Ciência – Contribuições para o Diálogo**. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Academia Brasileira de Ciências, ABC. 2011, 124p.

SILVA JUNIOR, J. J. **Transformações da agricultura e pesquisa agrícola no Brasil**. Campinas: SP, 2017, 189p. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia. Tese (doutorado).

STOFFEL, J. Agricultura familiar nos Estados da Região Sul do Brasil: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. In: **6º Encontro de Economia Gaúcha**, 2012, Porto Alegre. 6º Encontro de Economia Gaúcha.

TRICHES, R. M. e GRISA C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **REVISTA NERA**, 2015, ANO 18, nº 26, EDIÇÃO ESPECIAL.

VALADARES, A. A. e SOUZA, M. G. P. A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. **Nota Técnica, nº 21**. Brasília: IPEA. 2015, 14p.

WITTMAN, H. Food Sovereignty: A New Rights Framework for Food and Nature? **Environment and Society: Advances in Research 2**. Pg. 87-105, 2011. Disponível em: [http://vssweb1.landfood.ubc.ca/publications/Wittman\\_2011\\_Food\\_Sovereignty\\_Review\\_Env\\_Society.pdf](http://vssweb1.landfood.ubc.ca/publications/Wittman_2011_Food_Sovereignty_Review_Env_Society.pdf). Acesso em: 02.03.2016.

---

## Sobre o autor

---

**Suenia Cibeli Ramos Almeida** – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorado em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-9757-0901>

---

## Como citar este artigo

---

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

---

Recebido para publicação em 21 de maio de 2019.  
 Devolvido para a revisão em 06 de novembro de 2019.  
 Aceito para a publicação em 27 de abril de 2020.

---

# **estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no quilombo Cafundó – SP – Brasil**

**Lucas Bento da Silva**

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.  
e-mail: lu\_silva\_8@hotmail.com

**Marcelo Rodrigues Mendonça**

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.  
e-mail: ufgmendonca@gmail.com

## **Resumo**

Este estudo tem como objetivo a contextualização da luta pela terra, tomando como referência a estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó, localizado no Estado de São Paulo, Brasil. Referimos também a formação do Cafundó e a alguns órgãos responsáveis pelas políticas públicas no quilombo e os conflitos das ações no desenvolvimento das titulações. Finalizamos com a estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó, que atualmente é dividido por quatro áreas que estão dentro do reconhecimento e demarcação do território do quilombo.

**Palavras-chave:** Estrutura agrária; quilombo Cafundó; disputa territorial; conflito por terra.

## **Agrarian structure and the dynamics of the territorial dispute in the Quilombo Cafundó – SP – Brazil**

### **Abstract**

This study aims to contextualize the struggle for land, taking as reference the agrarian structure and the dynamics of territorial dispute in Quilombo Cafundó, located in the State of São Paulo, Brazil. We also refer to the formation of the Cafundó and some bodies responsible for public policies in the quilombo and the conflicts of actions in the development of titles. We conclude with the agrarian structure and the dynamics of the territorial dispute in Quilombo Cafundó, which is currently divided by four areas that are within the recognition and demarcation of the quilombo territory.

**Keywords:** Agrarian structure; quilombo Cafundó; territorial dispute; conflict over land.

## **Estructura agraria y dinámica de disputa territorial en Quilombo Cafundó – SP – Brasil**

### **Resumen**

Este estudio tiene como objetivo contextualizar la lucha por la tierra, tomando como referencia la estructura agraria y la dinámica de la disputa territorial en Quilombo Cafundó, ubicado en el Estado de São Paulo, Brasil. También nos referimos a la formación del Cafundó y algunos organismos responsables de las políticas públicas en el quilombo y los conflictos de acciones en el desarrollo de títulos. Concluimos con la estructura agraria y la dinámica de la disputa territorial en Quilombo Cafundó, que actualmente está dividida en cuatro áreas que están dentro del reconocimiento y demarcación del territorio quilombo.



**Palabras clave:** Estructura agraria; quilombo Cafundó; conflicto territorial; conflicto sobre la tierra.

## Introdução

O debate sobre o que é quilombo, no espaço geográfico latinoamericano, é necessário para compreender as contradições da colonialidade do poder, retratada por Aníbal Quijano (2005) como dependência histórica-estrutural. O que implica considerar as estruturas de dominação produzidas e reproduzidas ao longo dos últimos séculos na América Latina, que, por sua vez, têm contribuído para desconsiderar a história, a cultura e a luta de “determinados grupos étnicos que, desde el punto de vista eurocéntrico, han sido y son considerados inferiores e incapaces de participar efectivamente en el conjunto de la sociedad” (ACHINTE, 2010, p. 197). Essas estruturas de dominação também contribuem com a dessemelhança da formação socioespacial das comunidades negras rurais na diáspora africana, por exemplo, no Brasil, como no Cafundó.

As ações contra o Quilombo Cafundó por agentes do Estado e empreendedores, podemos constatar a expropriação de terras no Brasil de forma violenta contra a população negra e indígena. Portanto, “a noção de intencionalidade permite uma releitura crítica das relações entre objetos e ação” (SANTOS, 2006, p. 89). É de fundamental importância conhecer o histórico da área estudada para uma compreensão da complexidade atual da questão agrária no século XXI bem como dos grupos envolvidos.

A escravidão penetrou cada um dos aspectos da vida brasileira. Além de movimentarem engenhos, fazendas, minas, cidades, plantações, fábricas, cozinhas e salões, os escravizados da África e seus descendentes imprimiram marcas próprias sobre vários outros aspectos da cultura material e espiritual deste país, sua agricultura culinária, religião, línguas, músicas, artes e arquitetura (REIS; GOMES, 1996, p. 60).

Portanto, o Cafundó também tem sua característica própria no conjunto da formação dos territórios quilombolas no espaço brasileiro, caribenho e latino-americano, tais características apresentam-se nos aspectos material e imaterial da sua cultura, na religiosidade, na agricultura ancestral, língua, arquitetura e na arte que refletiram na formação da sociedade Brasil. Assim, é só observamos ao nosso redor que veremos as diversidades religiosa e culinária.

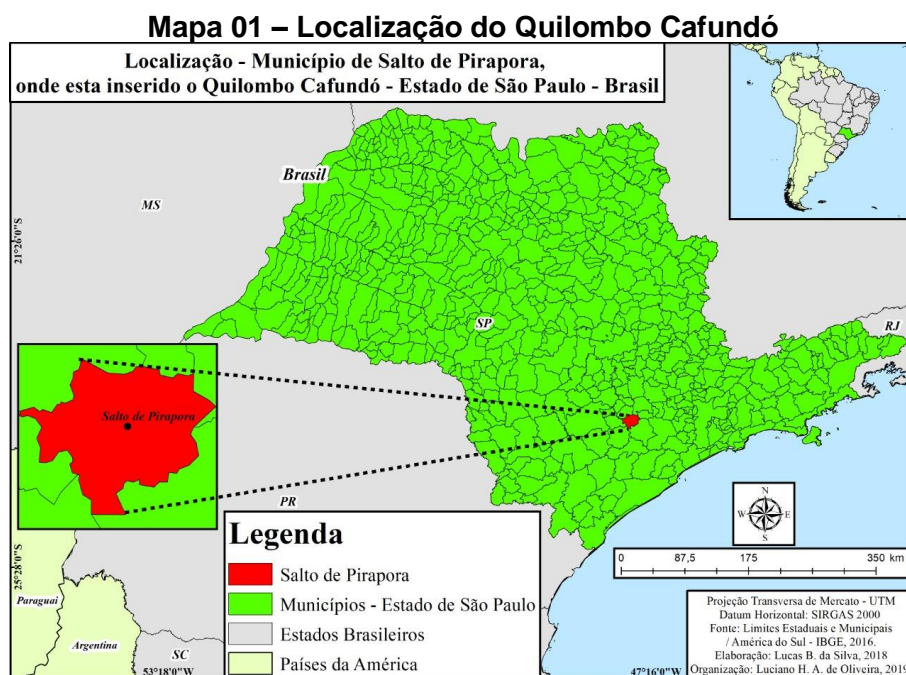
A formação geo-histórica do Quilombo Cafundó iniciou-se com a doação das terras, em meados do século XIX, de Joaquim Manuel de Oliveira a Joaquim Congo<sup>1</sup>, trazido da

---

<sup>1</sup> Recebeu o nome de seu senhor acrescido de Congo no final, referência ao seu lugar de origem na África, prática comum no período da escravidão.

África para o Brasil como escravizado em 1840, aos doze anos de idade, para trabalhar na fazenda de Joaquim Oliveira. Tais doações eram “reservadas para alguns escravizados eleitos do senhor, no medo que o senhor tinha de pagar numa outra vida os sofrimentos infligidos aos escravizados nesta, na compra de indulgências por parte da escravizada na cozinha, ou até mesmo na cama do senhor” (VOGT; FRY, 1996, p. 69).

Nesta colocação de Vogt e Fry sobre as doações, percebemos o quanto a ideologia de submissão e racismo contra as mulheres escravizadas foram se materializando no espaço geográfico brasileiro, segundo Pietro Basso, “as teorias racistas têm suas raízes na ideologia da escravidão” (BASSO, 2000, p. 23), como veremos no desenrolar da pesquisa. O Cafundó está localizado na região de Sorocaba, sudoeste do estado de São Paulo, município Salto de Pirapora. No mapa 1, localiza o município que o Quilombo Cafundó materializa suas relações com o território étnico.



Neste contexto, a extensão do território de Salto é de 281 km<sup>2</sup>, o tipo de vegetação é Mata Atlântica e o Salto de Pirapora é banhado pelo Rio Pirapora, de onde se originou o nome da cidade. Na linguagem “Tupi Guarani, Pirapora quer dizer Salto de Peixe”. Atualmente 40 famílias se encontram no Cafundó.

## Procedimentos metodológicos da pesquisa

A pesquisa buscou a compreensão das dinâmicas da estrutura agrária e da disputa territorial no Quilombo Cafundó, a partir da metodologia utilizada, por exemplo, o método

fenomenológico-hermenêutico<sup>2</sup> como o analítico-dialético<sup>3</sup>, que foram importantes na organização das perguntas do questionário e na organização do pensamento utilizado na construção deste trabalho, no sentido da sistematização da intencionalidade dos fatos e das dinâmicas das produções, tendo como base:

- As coletas de dados da Comissão Pastoral da Terra- CPT, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária; No Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e na Fundação Cultural Palmares – FCP;
- Na Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR e nos movimentos sociais do campo.

As atividades práticas como as revisões bibliográficas; o trabalho de campo na área de estudo; levantamentos dos dados juntos aos órgãos que desenvolvem atividades nas comunidades negras rurais; entrevistas, fotografia, construção de mapa e etc.

### **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Cafundó**

Diante dessa situação, centramos agora na estrutura agrária e na disputa territorial na dinâmica da territorialidade no Quilombo, partindo do século XX. E, em especial, destacamos a grilagem sistemática de terras no Cafundó - muito presente, principalmente, a partir de 1960 - que esteve associado ao desenvolvimento desigual do capitalismo e ao processo de espoliação de terras que já estava ocorrendo no município de Salto há algumas décadas antes de 1960.

Os solos predominantes no território estudado são argissolos vermelho-amarelos, antigo podzólico vermelho-amarelo, com distróficos a moderado e textura arenosa/média e relevo ondulado. Há também o latossolos vermelho-amarelos, com distróficos e textura média mais neossolos quartzênicos órticos, que distróficos ambos a moderado e relevo suave ondulado. A (Foto 1) mostra a textura e acúmulo na análise do solo no Cafundó.

---

<sup>2</sup> O método fenomenológico-hermenêutico contém a redução fenomenológico e a intencionalidade, indo além do subjetivismo através da consciência (SPOSITO, 2004, p. 38 a 39).

<sup>3</sup> O método dialético é aquele que “procede pela refutação das opiniões de senso comum, levando-se à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão”. (SPOSITO, 2004, p. 39).

**Figura 01 - Análise do solo no Quilombo Cafundó**

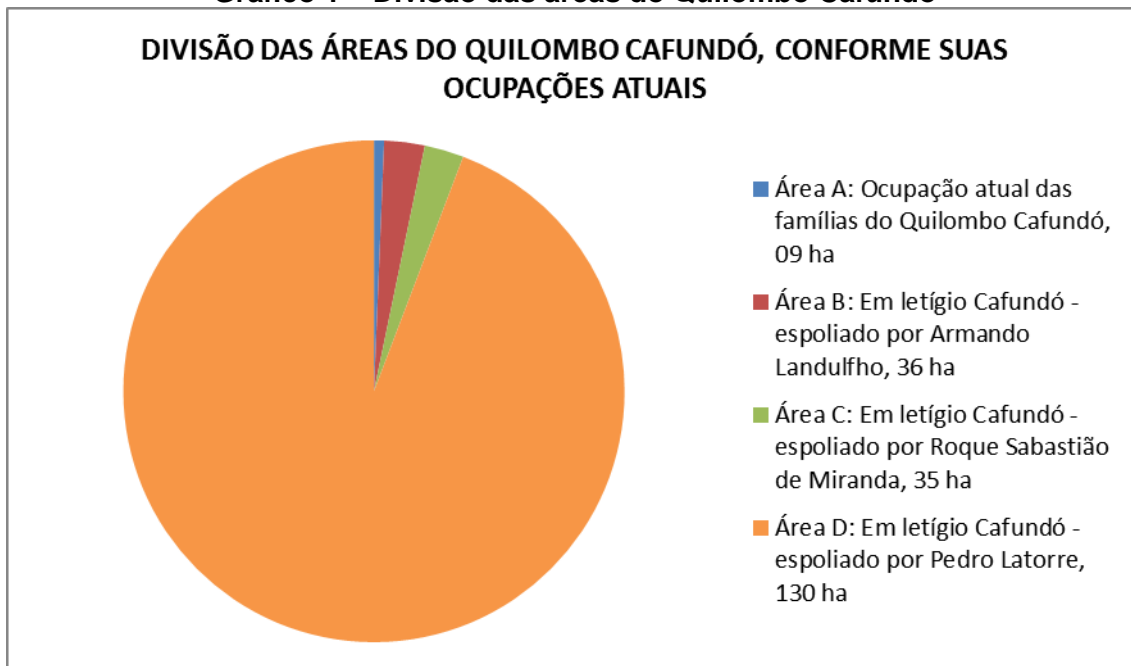
Fonte: André L. Gomes, 2018.

Os argissolos, por apresentarem em geral textura média ou arenosa em superfície e baixa atividade da fração argila, são facilmente preparados para o plantio. [...] são, na sua maioria, solos muito profundos, isto é, não apresentam qualquer impedimento físico à penetração radicular pelo menos até 200 cm de profundidade. (OLIVEIRA, 1999, p. 11).

Portanto, na área estudada, “as topossequências apresentam Latossolos Vermelho-Amarelos nas partes mais altas com relevo Suave Ondulado e Moderadamente Ondulado seguidos de Argissolos nas partes declivosas (relevo ondulado)” (MIKLOS; GOMES, 2014, p. 33). Assim, na medida em que a “declividade se acentua os solos ficam mais rasos, especialmente o horizonte A (Neossolos Litólicos), chegando a ocorrer o afloramento do arenito como será mostrado na Área C”<sup>4</sup>.

O território atual ocupado pelos quilombolas do Cafundó compreende a área Total de 210 ha. Esse total está dividido em quatro áreas, são elas: a área A cuja extensão é de 09 ha; área B com 36 ha; área C com 35 ha e a área D com 130 ha, conforme aparece no Gráfico 1.

<sup>4</sup> INCRA, Processo Administrativo nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento, Demarcação e Titulação do Território pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó), Laudo de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural do Território da Comunidade Quilombola do Cafundó, 2011, p. 39.

**Gráfico 1 – Divisão das áreas do Quilombo Cafundó**

Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em INCRA – SP e ITESP, 2018.

As famílias do Quilombo Cafundó estão concentradas na área A e a territorialidade da formação do território com as atuais famílias localizadas no Quilombo são provenientes de casamentos entre famílias do Quilombo Caxambu com as do Quilombo Cafundó, como sobre a formação histórica do Quilombo Cafundó. Os dois quilombos eram próximos e no mesmo município.

A história de vida das famílias quilombolas do Cafundó está inserida no conjunto de luta, conflito, disputa e desafio para manter uma parcela do que restou da espoliação sistemática do território. Segundo Alex Aguiar Pires (morador do quilombo) “a história de vida nossa, desde quando criança, eu escutava os mais velhos dizer que a luta nunca vai cessar, porque aqui no Cafundó temos muitos recursos e em quanto eles não ver o fim, eles não vão paralisar de agredir e matar nossa gente”<sup>5</sup>. Analisando a fala do Alex, percebemos que a disputa territorial no Cafundó sempre foi um fato constante na territorialidade da vida das famílias do Quilombo.

<sup>5</sup> Depoimento oral concedido por, Alex Aguiar Pires, Quilombo Cafundó, integrante do grupo de jovens do Cafundó – 08/11/2015.



**Figura 02 - Área A, habitação das famílias quilombolas do Cafundó.**

Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2018).

Na foto acima da área A do Quilombo Cafundó podemos observar a declividade que há na área e as casas das famílias. Segundo equipe técnica do INCRA – SP, as categorias que determinam esse relevo são “plano, suave ondulado, moderadamente ondulado, ondulado, forte ondulado e forte ondulado”, conforme está representado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Classes de declividades da área A do Quilombo Cafundó**

Plano	Suave ondulado	Moderadamente ondulado	Ondulado	Forte ondulado	APP, não agrícola com grande passivo ambiental
0%	15,14%	29,62%	10,25%	3,85%	41,14%

Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em INCRA – SP, 2018.

Essa área foi fruto de um processo de conflitos marcados pela disputa territorial e pela violência. A questão agrária e a questão racial são fatos que estiveram e estão presentes na sistemática espoliação das terras do Cafundó, que estão inseridas numa estrutura do não reconhecimento da posse. Segundo Marcos Norberto Almeida<sup>6</sup>, “por nós ser negros e pobres”, tal contexto é reflexo de um processo histórico nacional de profunda concentração fundiária no poder da elite branca brasileira. “Nesse caso, há várias

<sup>6</sup> Depoimento oral concedido por, Marcos Norberto Almeida, Quilombo Cafundó, símbolo de resistência e coordenador do Cafundó – 10/09/2013.

estratégias, que vão da exploração à supressão ou à tentativa de supressão das diferenças, seja no plano político-econômico, seja no plano sócio-cultural” (RAFFESTIN, 1993, p. 132).

Segundo Bernardo Mançano Fernandes;

O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. (FERNANDES, 2004, p. 26).

A partir de 1966 e lendo esta citação de Fernandes, ficou mais evidente a disputa territorial e o conflito pela terra do Cafundó, que se caracterizou por grilagens sistemáticas e dos assassinatos ocorridos nesse tempo. Os sujeitos do conflito pela terra vão mostrando suas faces e, neste sentido, as intimidações, pressões e violências, psicológica ou física, por parte dos latifundiários e outros interessados. Destaca-se o assassinato do Benedito Norberto Rosa de Almeida, ocorrido no ano de 1966. A disputa territorial por terra e território no Quilombo Cafundó, é motivada “pelos diferentes modelos de desenvolvimento do campo brasileiro” (ROCHA, 2013, p. 440), que se divide em um modelo capitalista e não capitalista de produção de alimentos.

Desta forma, a disputa territorial no Cafundó chegou a tal situação que “o assassinato de Benedito Norberto Rosa de Almeida, foi planejado por Francisco Ortiz, um dos usurpadores das terras em questão” (RELATÓRIO TÉCNICO CIENTÍFICO, 1999, p. 33). Almeida foi morto por Benedito de Souza, a mando de Ortiz. Sendo assim, o conflito e violência se apresentam como uma expressão de intimidação para continuar a grilagem sistemática na área. Doze anos mais tarde, em 18 de julho de 1978, Souza foi morto, “por Noel, Adauto e Marcos, quando, sob as ordens do Fazendeiro Faud Marum, tentava cercar com arame farpado um pedaço de terra da comunidade, cuja disputa corria já há algum tempo” (VOG; FRY, 1996, p. 115).

Tal fato reafirma que a disputa territorial e violência que os quilombolas do Cafundó passaram e passam é uma manifestação característica do conflito pelas terras em questão. Nesse processo da grilagem e da disputa por terra, tal território atualmente é dividido em quatro áreas, como já foi frisado e cada uma das áreas com suas especificidades e suas territorialidades.

Tomando como referência Paul Little (2002), temos a definição de territorialidade “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”:

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território

de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. (LITTLE, 2002, p. 20).

Nessas condições, a territorialidade é um processo dinâmico em construção de um território, de forma coletiva, com objetivo social, ambiental ou étnico como no Cafundó. Nas áreas B e C aquelas em que eram maiores as concentrações de vegetação atualmente estão cobertas por pastagens naturais ou artificiais: as áreas B e C estão ocupadas majoritariamente por pasto e algumas cabeças de gado; no caso da área B, especificamente, existe uma Área de Preservação Permanente – APP.

Os Quadros representam as categorias das classes de declividade nas Áreas B e C; bem como a Foto 3 indica a APP, e as Fotos 4 e 5 demonstram a exposição do solo pelo intemperismo.

**Quadro 2 - Classes de declividades da área B do Quilombo Cafundó**

Plano	Suave ondulado	Moderadamente ondulado	Ondulado	Forte ondulado	APP, não agrícola com grande passivo ambiental
0%	10,40%	19,39%	11,7%	6,56%	35,7%

Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em INCRA – SP, 2018.

**Figura 03 - Área B, Área de Preservação Permanente - APP**



Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2018).

A situação da área B de Preservação Permanente e Reserva Legal em 2014 se configurava desta forma, do total de 45 ha, 12 ha em mata e vegetação típica de várzea em APP, a área não preservada e antropizada é de 4 ha. A área de Reserva legal a ser



recuperada é de 20% do território num total de 6 há e a área total que deverá ser preservada da APP mais RL é de 22 ha.

**Quadro 3 - Classes de declividades da área C do Quilombo Cafundó**

Plano	Suave ondulado	Moderadamente ondulado	Ondulado	Forte ondulado	APP, não agrícola com grande passivo ambiental
0%	3,73%	32,91%	22,75%	15,96%	17,22%

Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em INCRA – SP, 2018.

**Figura 04 - Área C, afloramento de arenito – Quilombo Cafundó**



Fonte: André L. Gomes. 2018.

**Figura 05 - Área C, afloramento despedaçado de arenito – Quilombo Cafundó**

Fonte: André L. Gomes. 2018.

O arenito na área C, como demonstra nas fotos acima é chamado de rocha sedimentar e se forma a partir de mudanças ocorridas em outras rochas ao longo de milhões de anos, processo esse chamado de intemperismos: “conjunto de processos mecânicos, químicos e biológicos que ocasionam a desintegração e decomposição das rochas” (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 354). A ação causada pela água das chuvas, água dos rios e ondas do mar, mostram que “os arenitos têm geralmente a cor clara, podendo, no entanto, aparecer amarelados ou avermelhados quando o cimento é ferruginoso ou quando sofre o efeito da laterização” (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 56). Nesta região que se encontra o arenito na área C, não tem possibilidade de uso agrícola.

No dia 15 de novembro de 2008, cerca de 110 quilombolas do Cafundó ocuparam a área C no intuito da reterritorialização da área, dos 110 quilombolas na ação 100 eram mulheres. De acordo com Marcos Norberto, liderança do Cafundó, “no passado, todas às áreas do entorno pertenciam aos nossos ancestrais e foram tomadas pelos fazendeiros. E estamos na área que é nosso por direitos” (entrevista, 10/03/2015). A reterritorialização é pela legitimação do uso e da posse da terra e/ou do território, dos grupos étnicos e rurais tradicionais e sociais, sejam eles indígenas, quilombolas, extrativistas, pescueiros, agrícolas, de fundo de pasto etc. (SANTOS, 2011, p. 1).

No contexto da territorialização e reterritorialização desta área, as famílias tiveram ameaças da fazendeira Maria Soares em 18/11/2008. Segundo Elis Regina Sallas, moradora e integrante da associação do Quilombo Cafundó, “a fazendeira tinha pedido para o caseiro ficar andando a pé e de cavalo armado perto das barracas da ocupação, ele olhava com uma cara feia e nós ficamos olhando nele de cima para baixo, pra ver qual seria a reação dele<sup>7</sup>”. Na fala de Elis sobre a estratégia da fazendeira de intimidar e ameaçar as famílias que estavam na ocupação, fica evidente que a disputa territorial é um fato que envolve não só o enfrentamento jurídico, mas a intimidação e ameaça pessoal.

A área *D* atualmente é coberta por eucaliptos<sup>8</sup> e um porto de areia<sup>9</sup>, fenômeno muito comum na paisagem da região de Sorocaba. Podemos observar que a monocultura de eucalipto e o porto de areia trouxeram problemas graves para a biodiversidade existente no território étnico do Cafundó. Os conflitos nessa área são fatos concretos e frequentes devido às estratégias usadas pelos espoliadores das terras na disputa territorial, que ocorre por causa das diferenças de desenvolvimento territorial no campo, diferenças não respeitadas pelo desenvolvimento capitalista e desigual do Brasil.

A área *D* estava irregularmente sob o domínio do latifundiário Pedro Antônio de Paiva Latorre. Foi uma desapropriação pelo INCRA (19/07/2011), que se encontra com pouca ou nenhuma condição de uso, porque estará totalmente degradada ambientalmente, devido ao eucalipto e ao porto de areia que existem lá. Esses dois elementos de degradação acabaram por trazer consequências tanto para os quilombolas do Cafundó quanto para a biodiversidade do local, já que as principais nascentes de água que abasteciam as famílias do Quilombo Cafundó estão secando. “O repasse do dinheiro da mineradora está sendo feito à Associação do Cafundó e não mais para Latorre” (Depoimento oral concedido por, Marcos Norberto Almeida, Quilombo do Cafundó, símbolo de resistência e coordenador da associação do Cafundó – 10/09/2013).

A disputa pela área *D* chegou a tal situação que Pedro Antônio de Paiva Latorre e sua companheira Neusa Maria Grandino Latorre entraram com um mandado de segurança, publicado em “27 de abril de 2010, contra o decreto do Presidente da República de 20 de novembro de 2009. Nesse Decreto, as áreas foram declaradas de interesse social, para fins de desapropriação para titulação<sup>10</sup>. Segundo Latorre, “a utilização da área *D* é para

---

<sup>7</sup> Depoimento oral concedido por, Elis Regina Sallas, Quilombo Cafundó, moradora e integrante da coordenação da associação do Cafundó – 10/07/2015.

<sup>8</sup> O eucalipto cortado vai para empresa Suzano Papel e Celulose.

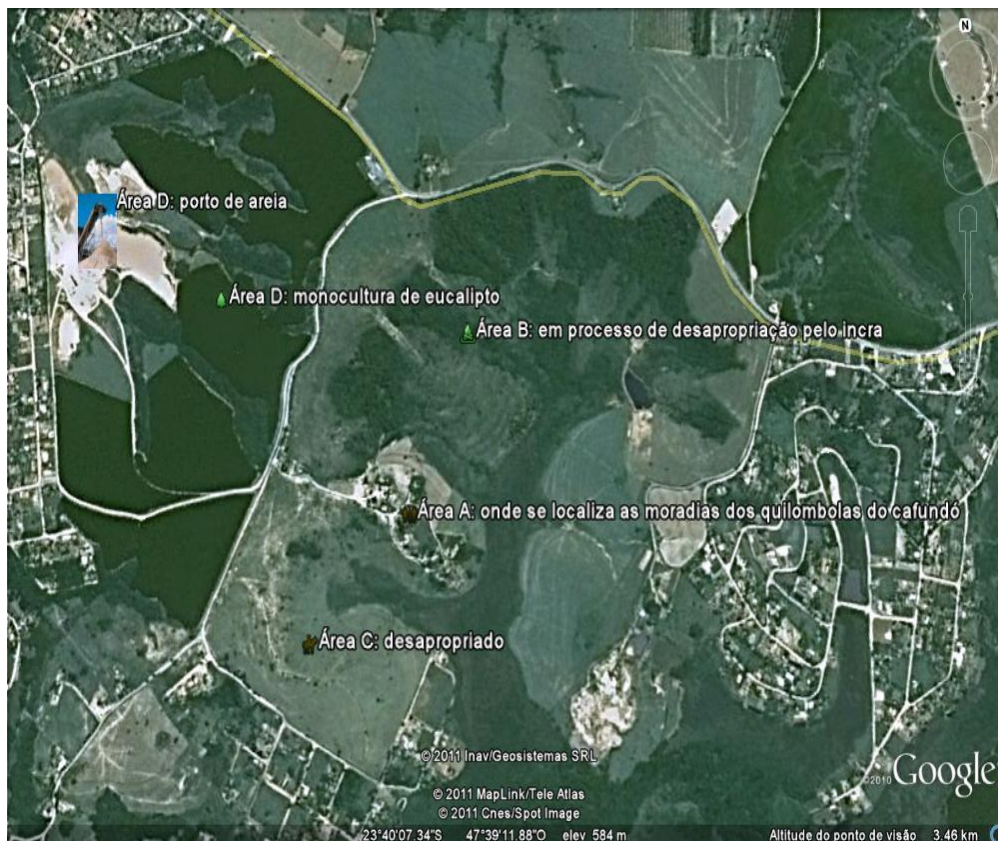
<sup>9</sup> A extração da areia no Quilombo Cafundó é feita pela Mineradora Ouro Branco, com a finalidade de fazer cimento, todo a areia extraída do território vai para empresa Votorantim Cimento.

<sup>10</sup> **JUSBRASIL**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9058237/mandado-de-seguranca-ms-28675-df-stf>>. Acesso em: 11 dez. 2018.



finalidades econômicas de infraestrutura de telecomunicação, reflorestamento e extração de areia<sup>11</sup>. (Imagem 1).

**Figura 06 - Configuração atual no território do Quilombo Cafundó**



Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em Google Earth. 2018.

Na visão dos empreendedores, as terras de uso comum se colocam como obstáculos ao desenvolvimento do agronegócio, como cita Almeida:

Terras indígenas, terras de quilombos, faxinais, fundos de pasto, áreas de extrativismo das quebradeiras de coco babaçu e de castanheiros, segundo os interesses ruralistas, vêm dificultando a reestruturação formal do mercado de terras, deixando imensas extensões fora dos circuitos mercantis de troca. As agroestratégias visam a remover tais obstáculos e incentivar as possibilidades de compra e venda, ampliando as terras disponíveis aos empreendimentos vinculados aos agronegócios. (ALMEIDA, 2010, p. 111)

Outra transformação territorial no Cafundó foi à extração de calcário e seu transporte pelo porto indicado na área D (Imagem 1). Esse método de exploração dos recursos naturais “é o mais econômico e usado no município e no Quilombo Cafundó<sup>12</sup>”. O calcário

<sup>11</sup> **JUSBRASIL**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9058237/mandado-de-seguranca-ms-28675-df-stf>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

<sup>12</sup> Notícia fornecida pelo jornal Folha de Salto de Pirapora, dezembro de 1993, na Biblioteca Municipal de Salto de Pirapora, em setembro de 2016.

extraído da área *D* vai para empresa Votorantim Cimento. Também na afirmação: “O calcário é uma rocha sedimentar e preliminarmente deve-se destacar a sua utilização na produção de cimento, pedra de construção, cal, na calcificação dos solos para diminuir a acidez” (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 102 1 103) e etc. O Quadro 4 a seguir representa as categorias das classes de declividade da área *D*, esta área é a única que apresenta uma porcentagem de 0,03% de declividade plana.

**Quadro 4 - Classes de declividades da área *D* do Quilombo Cafundó**

Plano	Suave ondulado	Moderadamente ondulado	Ondulado	Forte ondulado	APP, não agrícola com grande passivo ambiental
0,03%	8,46%	30,08%	21,22%	8,27%	30,1%

Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em INCRA – SP, 2018.

Segundo o relato de um dos quilombolas, a área *D* foi um dos símbolos da resistência do Quilombo, devido à produção de alimentos, frutas e oração para os orixás. Por tanto, os efeitos socioambientais vão se espacializando, acompanhando a progressão das complexidades dos fatos observados nessa disputa territorial. Como relata Marcos Norberto<sup>13</sup>, “a disputa pela terra sempre existiu, mas de uns tempos para cá as investidas das instituições privadas e estatais só vêm aumentando, às vezes com a conivência de organizações não governamentais (ONGs)”. Ou ainda:

A área *D* antes era de uma biodiversidade concreta, mas principalmente depois de 2004 a biodiversidade do território foi-se desterritorializando ano a ano e, antes dos eucaliptos e do porto de areia, a área era usada por nós para fazer roças, mas também como reserva natural, donde retiravam lenha e frutas como indaiá, gabiroba, tapicuru e etc., além de utilizarem as nascentes de água. (SILVA, 2011, p. 28).

Outra questão apontada pelos quilombolas é o das nascentes de água, que segundo Marcos: “o motivo das nascentes secarem e outras em processo de secar, foram os eucaliptos, porque antes de ter os eucaliptos corria água normal nas nascentes das áreas *A*, *B* e *C*” (entrevista, 10/09/2010).

Também podemos nos referir à mudança na paisagem<sup>14</sup> do Quilombo Cafundó, entre os anos de 2000 e 2010 frutos da política governamental. Segundo Autor, “os territórios étnicos viraram um comércio de negócios – um grande negócio para organizações que se apropriam dos valores históricos, culturais e dos recursos naturais dessas comunidades tradicionais” (SILVA, 2011, p. 61).

<sup>13</sup> Depoimento oral concedido por, Marcos Norberto Almeida, Quilombo Cafundó– 10/09/2013.

<sup>14</sup> O conceito de paisagem foi desenvolvido pelos geógrafos alemães desde meados do final do século XIX, como sendo um objeto concreto, perfeitamente observável, que mantém uma visão de unicidade e conjunto dos elementos e fatores que envolvem o meio natural (NUNES, 2008, p. 10).

Atualmente, os quilombolas do Cafundó usam o território para fazer roças esporadicamente e visam apenas à produção para o consumo, ou seja, não entram em nenhum processo de comercialização, o que dificulta a geração de rendas que lhes poderia garantir autonomia financeira mínima para fazer a próxima safra. Desta forma, os quilombolas do Cafundó têm necessitado de algum tipo de auxílio externo, por exemplo: da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), ITESP e outras entidades, para o auxílio de compra de sementes e insumos agrícolas etc.

Quase todas as famílias criam galinhas em suas terras. As áreas *A* e *C* têm na sua totalidade solo de tipo arenoso propício apenas para o plantio de alguns gêneros, tais como mandioca e amendoim. Para a produção de outros gêneros alimentícios seria necessários investimentos que fogem às posses das famílias.

Na área *C*, “uma área com declividade que passou por um processo de erosão pluvial e de lixiviação” (MIKLOS; GOMES, 2014, p. 40), apresenta solo exposto e sem condições de plantar quaisquer tipos de cultivo e no momento está sendo usada para pecuária, mas os quilombolas do Cafundó estão desenvolvendo um projeto de recuperação de algumas partes da área, para produzir alimentos diversos sem agrotóxicos.

Já as terras das áreas *B* e *D* são formadas, predominantemente, por terras mais férteis – e, portanto, apropriadas para tipos de culturas agrícolas, mas como a área *B*, está em processo de desapropriação, não estão acessíveis às famílias do Cafundó. É importante relatar que as culturas agrícolas e as formas de produção tradicionais na dinâmica do território do Cafundó são arroz, feijão, milho, batata-doce, mandioca, amendoim, cebola e alho.

Devido a não desapropriação da área *B* até o momento, quase todos os quilombolas do Cafundó migram procurando trabalho como empregados fixos ou diaristas, sendo as principais atividades as de pedreiro, jardineiro, caseiro de chácaras e cortadores de eucaliptos. Alguns, no processo de disputa por terras por conta da maior exposição à mídia e envolvimento em processos judiciais, relatam encontrar grande dificuldade para conseguir trabalhos, fato que eles atribuem a uma espécie de punição por terem “ousado tentar reverter” as espoliações ocorridas nas suas terras.

No contexto da dinâmica da construção da territorialidade do território étnico do Quilombo Cafundó, houve algumas vendas de lotes sem documentos por ex-quilombolas, embora os quilombolas do Cafundó desaprovem tais vendas. A proposta do INCRA - SP é que os lotes de posse fossem regularizados, ficando fora do perímetro do território titulado do Cafundó, tal proposta, porém foi negada pelos quilombolas. Segundo representante da comunidade:

Porque poderia trazer consequência como em outras situações ocorridas aqui no Cafundó, por exemplo; a venda de terra a terceiros pelo receio de que futuros compradores possam trazer problemas para nós, tal como o desrespeito aos limites das suas terras, como ocorrido em décadas passadas que houve até mortes. (SILVA, 2011, p. 31).

A luta pela terra e a construção da identidade nesses territórios levam em conta a disputa territorial e política entre grupos conservadores, movimentos sociais e o Estado, no sentido de criar novos espaços de enfrentamento. Como afirma Almeida (2010, p. 3): “O território incorpora a identidade étnica”, o que também fortalece as lutas pelo espaço ou território de resistência. De acordo com Neusa Maria Mendes Gusmão:

A história oficial e a ideologia que lhe é própria não mostram a presença negra na terra, posto que foi assumida apenas enquanto força de trabalho escravizada e, depois, livre. Disso resultam concepções enganosas e pré-noções tanto a respeito do modo de vida rural, quanto do negro, de modo geral, tornando invisível a existência de uma questão camponesa e negra. (GUSMÃO, 1995, p. 12)

O processo de construção da identidade quilombola é contribuição cultural, material e imaterial para o estudo e o entendimento do processo dinâmico da construção do território no Quilombo Cafundó. A organicidade dos territórios não se restringe somente ao campo de entendimento da afirmação da identidade, mas apresenta-se também como instrumento de compreensão do movimento de etnicidade<sup>15</sup> e da luta pelo direito territorial, que visa à ação política transformadora contrária à “lógica capitalista” no uso e apropriação da terra. Assim sendo, a luta pelo território étnico é uma das estratégias utilizadas por estes grupos e que garante a existência desses como quilombola.

## Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo geral estudar a relação entre conflitualidade territorial e a estrutural agrária, com base em um estudo de caso do Quilombo Cafundó, que sofreu um processo de desterritorialização, reterritorialização e está sendo imprensado na medida em que se territorializam as empresas e seu monocultivo, sendo o de eucalipto. A territorialização do eucalipto e do porto de áreas acabou por impor a lógica de dominação territorial associada à agroindústria, utilizando as terras e seus bens nesta lógica de desenvolvimento desigual e excludente das famílias quilombolas do território.

---

<sup>15</sup> A etnicidade, então, refere-se aos grupos, ou mais exatamente aos povos, que são nações potenciais, situadas em um estágio preliminar da formação da consciência nacional. Neste estágio, a solidariedade étnica manifesta-se no confronto com elementos estrangeiros e origina-se na xenofobia, sem por isso constituir uma pertença consciente de si própria e dotada de uma significação positiva. (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p. 45)

As Territorialidades diferenciadas sobre um mesmo território geram conflitos territoriais, gerado pelo sistema ordenado e dominador do Estado brasileiro e pelas particularidades do sistema capitalista de dominação. A relação entre quilombo, estrutura agrária e conflito territorial, nos possibilitou analisar a situação no Cafundó, a partir do levantamento e análise do contexto do mesmo, envolvendo a disponibilidade, o acesso, a estabilidade e o uso do recurso natural.

Geograficamente, o tema da estrutura agrária, quilombo e conflito territorial, na América Latina, no Brasil que representam um dos principais países produtores e exportadores de alimentos do espaço mundial, que possuem uma enorme riqueza natural - e a agricultura familiar e ancestral é fundamental para a segurança alimentar da população, se tivessem políticas públicas sérias pelas quantidades produzidas de alimentos nesse país daria para satisfazer as necessidades de todas as famílias, mas a falta de políticas sérias e investimentos para que estas comunidades negras rurais possam desenvolver suas produções tradicionais de forma ampla e socializadas entre todos e todas, são lentas, devido o Estado brasileiro incentivar com mais verbas os agronegócios, como cana, soja, eucalipto e etc.

No caso de estudo, a presença do Estado atua como determinantes na situação do território, seja através das restrições, seja através dos incentivos e concessões à territorialização da iniciativa privada, ou ainda pela morosidade no processo de regularização do território quilombola, que afetam o acesso e a qualidade ao alimento, repercutindo nas práticas alimentares nas dimensões material e imaterial (PASINI, 2014). Ainda assim, podemos identificar um caminho no sentido de afirmar uma soberania através da persistência das práticas produtivas alimentares, da persistência de referências tradicionais na cultura alimentar, do tensionamento territorial e da retomada de área ocupada pela empresa produtora de eucalipto – e do porto de areia, para fins de produção de alimento. Claramente, este processo é permeado por contradições e conflitos, tendo em vista que a realidade da comunidade e de seus moradores é constitutiva da sociedade como totalidade históricogeográfica, expressando particularidades e recorrências desse todo (PASINI, 2014).

Entendemos que nossas reflexões acerca do Quilombo Cafundó, reafirmam a necessidade de repensarmos a estrutura agrária da América Latina diante de um quadro crescente de desterritorialização dos povos, seus territórios, bens naturais e suas práticas alimentares (PASINI, 2014). Sendo assim, ainda percebendo os diversos caminhos abertos pela pesquisa realizada no Quilombo e a necessidade de análises mais detalhadas em futuras pesquisas, esperamos que possa somar e contribuir com elementos e conteúdos interdisciplinares para um entendimento concreto das “atuais” categorias étnicas, sociais e da estrutura agrária das conflitualidades no campo no Brasil, onde as comunidades negras



rurais lutaram e lutam para ter uma parcela do que permaneceu da grilagem sistemática dos seus territórios e recursos naturais.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Capitalismo globalizado e recurso territorial: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ACHINTE, Adolfo Albán. Racialización, **violência epistêmica, colonialidad linguística y re-existencia em el proyecto moderno-colonial**. In: ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera et al. (Org.). Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las América Negras. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia e Universidad del Vall, 2010.

BASSO, Pietro. **Razze schiave e razze signore: vecchi e nuovi razzismi**. Milano: Franca Angeli, 2000.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/Bernardo\\_QA.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2019.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB, 2002. (Série Antropológica, 322). Disponível em: <[http://vsites.unb.br/ics/dan/serie\\_antro.htm](http://vsites.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm)>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MIKLOS, Andreas Attila de Wolinsk; GOMES, André Luís. Do natural ao social: meio físico, uso do (sub)solo e transformação da paisagem na comunidade remanescente de quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP). In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE). **Disciplina de pedologia, sobre o solo do Quilombo Cafundó**. São Paulo, 2014. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Attila/2s2015/aulas/aula\\_4/anexos/Aula\\_Andre\\_Pedologia\\_Programa\\_Aperfeicoamento\\_Ensino\\_PG\\_DG\\_USP.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Attila/2s2015/aulas/aula_4/anexos/Aula_Andre_Pedologia_Programa_Aperfeicoamento_Ensino_PG_DG_USP.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2019.

OLIVEIRA, João Bertoldo de. Solos do Estado de São Paulo: descrição das classes registradas no mapa pedológico. **Boletim Científico**, Campinas, v. 45, p. 45-112, 1999. Disponível em: <<http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/porassunto/solos.php>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociale (CLACSO)**. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf)>. Acessado em 25 de fev. de 2019.

PASINI, Isabela Leão Ponce. **Conflito territorial e soberania alimentar: um estudo de caso na comunidade Quilombola Angelim I, no Sapê do Norte – ES**. Dissertação

apresentada à Universidade Federal de Viçosa - MG, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, 2014.

ROCHA, Herivelto Fernandes. Disputa territorial, conceitualização e atualidade da reforma agrária no Brasil. **GeoGraphos**, Alicante, v. 4, n. 50, p. 440-472, 28 marzo 2013. Disponível em: <<http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/herivelto-fernandes.pdf?noCache=1364503807774>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Diana Anunciação. Território e identidade: o caso da comunidade remanescente de quilombo Velame. In: . **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciência Sociais**, Salvador, 2011. p. 1-16. Disponível em: <[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307108533\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_final\\_CONLAB\\_DianaAnunciacao.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307108533_ARQUIVO_Artigo_final_CONLAB_DianaAnunciacao.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA, Lucas Bento da. **A construção da identidade e do território no Quilombo Cafundó**. 2011. Monografia apresentada para aprovação do Curso em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – SP, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

VOGT, Carlos, FRY, Peter. **A África no Brasil**: Linguagem e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

---

## Sobre os autores

---

**Lucas Bento da Silva** – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro. Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-0981-8987>

**Marcelo Rodrigues Mendonça** – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Atualmente é professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). **OrcID** - <https://orcid.org/0000-0002-2790-9391>

---

## Como citar este artigo

---

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

---

## Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Lucas Bento da silva** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Marcelo Rodrigues Mendonça**, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise.

Recebido para publicação em 08 de agosto de 2019.

Devolvido para a revisão em 11 de março de 2020.

Aceito para a publicação em 09 de abril de 2020.

---

# **Violências Reais e Simbólicas nos Conflitos Agrários Brasileiros e a Atuação Estatal**

**Ana Maria de Carvalho**

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.  
e-mail: anamariadicarvalho@gmail.com

**José do Carmo Alves Siqueira**

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.  
e-mail: josedocarmoas@gmail.com

## **Resumo**

Em busca da compreensão da relação de causalidade entre as violências simbólica e real, aplicadas aos conflitos agrários, foi feita uma análise crítica, utilizando-se o método dialético-argumentativo, para explicar como se pode melhorar a eficácia das políticas públicas de apoio ao cumprimento dos direitos constitucionais da população rural ou ainda urbana, especialmente a que tem interesse na reforma agrária e, organizada em movimentos sociais do campo, faz a luta pela terra. As modalidades de violências sofridas pela população com interesse na reforma agrária são estudadas com o objetivo de identificar que a violência simbólica, segundo Bourdieu, atua como instrumento de manutenção do poder, porquanto a ratificação do *status quo*, é, *per se*, uma prática, demasiadamente violenta, porque legitima e naturaliza relações de opressão como se, de fato, legítimas fossem.

**Palavras-chave:** Direito Agrário; conflitos agrários; violência real e violência simbólica; função social da propriedade; políticas públicas.

## **Real and Symbolic Violence in Brazilian Agrarian Conflicts and State Action**

### **Abstract**

In order to understand the causal relationship between symbolic and real violence, applied to agrarian conflicts, a critical analysis was carried out, using the dialectical-argumentative method, to explain how the effectiveness of public policies to support compliance can be improved. The constitutional rights of the rural or urban population, especially those interested in agrarian reform and, organized in rural social movements, fight for land. The modalities of violence suffered by the population with an interest in agrarian reform are studied in order to identify that symbolic violence, according to Bourdieu, acts as an instrument for maintaining power, since the ratification of the status quo is, in itself, a practice, too violent, because it legitimizes and naturalizes relations of oppression as if, in fact, they were legitimate.

**Keywords:** Agrarian Law; agrarian conflicts; real violence and symbolic violence; social function of property; public policy.

## **Violencia real y simbólica en conflictos agrarios brasileños y acción estatal**

### **Resumen**

Para comprender la relación causal entre violencia simbólica y real, aplicada a los conflictos agrarios, se realizó un análisis crítico, utilizando el método dialéctico-argumentativo, para explicar cómo se puede mejorar la efectividad de las políticas públicas para apoyar el

cumplimiento. Los derechos constitucionales de la población rural o urbana, especialmente aquellos interesados en la reforma agraria y, organizados en movimientos sociales rurales, luchan por la tierra. Las modalidades de violencia que sufre la población interesada en la reforma agraria se estudian para identificar que la violencia simbólica, según Bourdieu, actúa como un instrumento para mantener el poder, ya que la ratificación del statu quo es, en sí misma, una práctica, demasiado violento, porque legitima y naturaliza las relaciones de opresión como si, de hecho, fueran legítimas.

**Palabras clave:** Derecho agrario; conflictos agrarios; violencia real y violencia simbólica; función social de la propiedad; políticas públicas.

## Introdução

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) afirma o direito à e de propriedade<sup>1</sup> e sua função social dentre os direitos fundamentais e os princípios da ordem econômica e financeira, retirando da propriedade o seu caráter absoluto. Além disso, na Carta Política, se conceitua a função social do imóvel agrário, em seu art. 186, bem como estabelece que caso não a atenda fica este suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, ressalvando, no art. 185, categorias de imóveis insuscetíveis de tal desapropriação – sendo que, na hipótese da propriedade produtiva, cria um conflito com a exigência de cumprimento da função social.

Pela relevância constitucional dada ao assunto, bem como pela existência de tantos latifúndios no Brasil, é perceptível a legitimidade da luta pelo direito à terra que, ao ser atacada pelos que se lhe opõem, faz eclodir os conflitos agrários. Os movimentos sociais e suas lutas exercem pressão política e social frente às autoridades e à sociedade, sofrendo oposições, muitas vezes, violentas, e, neste contexto, cabem as reflexões acerca de quais tipos de violência perpassam os conflitos agrários, tanto reais quanto simbólicas.

No ponto, é de extrema relevância destacar o papel do aparelho estatal em tal contexto, porquanto a atuação do Estado, em relação ao campo, pode ser extremamente violenta, seja por ações explícitas, mas também, e principalmente, de modo oculto e velado, ao legitimar e ratificar legislações, políticas públicas e atuações jurisdicionais que somente naturalizam as relações de opressão existentes, contribuindo diretamente para a sua manutenção.

De igual maneira, apreende-se que pode o Estado valer-se de seu discurso dotado de poder simbólico para, em linguagens direcionadas ao atendimento de interesses determinados (que não são os dos empobrecidos e sem lugar), que tais situações passem despercebidas e sejam tidas como justificáveis e naturais. Desse modo, enxergar além do que está manifestamente posto, em um contexto tão complexo e com tantos desafios como

---

<sup>1</sup> A respeito dessa distinção, ver Siqueira (2016, p. 85): “É absolutamente inócua a garantia jurídica do *direito à propriedade*, sem que sejam proporcionadas as condições mínimas para o exercício do *direito de propriedade* de forma democratizada.”

o mundo agrário brasileiro, levando em consideração as modalidades de violência sofridas pela população camponesa, faz com que se torne uma exigência buscar meios para desfazer a legitimação da dominação.

Bem assim, intenta-se viabilizar discussões acerca de quais políticas públicas podem, de fato, ter efetividade, suscitando um adequado estudo para melhor aplicação, monitoramento e acompanhamento de tais políticas voltadas ao campo e, ainda, a análise das ações estatais, que, em larga escala, são ratificadas pela sociedade e, em várias situações, são pontos de partida da violência.

## **Procedimentos metodológicos**

Para o desenvolvimento do presente trabalho, adota-se o método dialético-argumentativo, com o escopo de identificar relações de causalidade entre a histórica concentração fundiária e as diferentes modalidades de violência que ocorrem no campo. Para tanto, serão utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados, advindos de instituições que já promoveram estudos acerca das situações reais vividas no campo.

## **Função social da terra e a concentração fundiária**

A ideia de que aos bens devia ser dada ou exigida uma função social, inicialmente, foi cunhada por Aristóteles. Tal pensamento ganhou impulso com o desenvolvimento dessa assertiva pela Igreja Católica, mais especificamente, por Santo Tomás de Aquino, que com a *Summa Theológica* (1485) disseminou o sentido de bem comum. Em contraposição, com o advento do Código de Napoleão (1804), a propriedade ganhou *status* de direito absoluto, o que influenciou o tratamento jurídico-legal desse instituto em vários países, inclusive o Brasil (MARQUES, 2015, p. 36-37). Houve um forte impulso com Duguit, “[...] para quem a propriedade já não é o direito subjetivo do indivíduo, mas uma função social a ser exercida pelo detentor da riqueza” (MALLUF, 2011, p. 73 *apud* TARTUCE, 2015, p. 897), para ele a propriedade era uma função social, enquanto para a Igreja Católica, a propriedade tem uma função social.

A Igreja Católica publicou algumas encíclicas papais que tratavam sobre esse tema, podendo destacar especialmente a *Rerum Renovarum* (1891), de Leão XIII, em que se defendeu a propriedade privada como fruto do trabalho humano individual, sem se olvidar que a terra deve atender ao bem comum, ou seja, à coletividade, bem como a *Quadragesimo anno* (1931), de Pio XI.

O que se percebe dos pontos históricos acima destacados é que mesmo após a terra ser considerada um bem, uma mercadoria, ainda assim não se pode transformá-la, por completo, de modo que ostentasse simplesmente a finalidade de ser um bem de produção e de capital. Numa tentativa de compatibilizar a terra com os moldes de exploração capitalistas que nela se queriam desenvolver, foi necessário, devido a sua natureza *sui generis* e, também para evitar, ainda que parcialmente, conflitos, atender aos interesses da coletividade, sendo que tal função social tornou-se meio para que muitos seres humanos, em diversas localidades, pudessem, ao menos em tese, ter direito à justiça social.

Acerca dessa transformação da terra em mercadoria, trata muito bem Karl Polanyi, ao explicar que a produção é a interação do homem e da natureza e, tendo em vista a inserção deste processo numa dinâmica autorreguladora, conseqüentemente, homem e natureza são inseridos nessa lei de oferta e procura, passando a ser manuseados como mercadorias, bens para venda. Nessa linha interpretativa, dispõe o autor que:

Foi este, precisamente, o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda. A utilização da força de trabalho podia ser comprada e vendida universalmente, a um preço chamado salário, e o uso da terra podia ser negociado a um preço chamado aluguel. Havia um mercado tanto para o trabalho como para a terra, e em ambos os casos a oferta e a procura eram reguladas, respectivamente, pelo nível de salários e aluguéis. A ficção de que o trabalho e a terra eram produzidos para a venda conservou a sua solidez. O capital investido nas várias combinações de trabalho e terra podiam fluir, assim, de um ramo de produção para outro, conforme exigido pelo nivelamento automático dos vencimentos nos vários ramos (POLANYI, 2000, p. 162).

À vista disso, a exploração passa a ser conceituada somente em termos econômicos, como uma insuficiência permanente na proporção da troca. Um exemplo claro de tal situação são as comunidades nativas ou tradicionais, dilaceradas pelo próprio fato de que uma economia de mercado é impingida a uma comunidade já organizada de modo inteiramente diverso. Neste fenômeno, percebe-se que “o trabalho e a terra se transformam em mercadorias” (POLANYI, 2000, p. 193). Acerca de tal fabricação de mercadorias, extrai-se que “os mercados de trabalho, terra e dinheiro, são fáceis de distinguir; não é tão fácil distinguir aquelas partes de uma cultura cujo núcleo é formado por seres humanos, seus ambientes naturais e as organizações produtoras, respectivamente” (POLANYI, 2000, p. 196), o que permite perceber que se transformou em objetos do mercado o homem (pelo trabalho), a terra (como mercadoria) e a produção (pela moeda de troca, o dinheiro).

Após tecida tal consideração, é relevante destacar a tratativa dada à dita função social da terra no âmbito constitucional. No constitucionalismo moderno, as primeiras constituições a trazerem em seus textos a ideia de função social da propriedade foram a Constituição do México, promulgada em 1917, bem como a Constituição de Weimar, de 1919, que legitimaram o domínio por meio do uso, em nome do bem-estar social (FIDELES, 2016, p.

88-89).

A primeira constituição brasileira a adotar o princípio da função social e, ao mesmo tempo, atribuir-lhe expressamente um conteúdo foi a CF/1988. Embora, constituições anteriores tivessem mencionado o assunto, em maior ou menor escala, somente com a *Constituição Cidadã* atribuiu à função social o *status* de garantia fundamental (FIDELES, 2016, p. 89).

A CF/1988 dispõe, em seu título que trata de direito e garantias fundamentais (Título II), mais especificamente em seu art. 5º que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à *propriedade*” (sem grifos no original).

No mesmo art. 5º, em seus incisos XXII e XXIII, estabeleceu-se a garantia do *direito de propriedade*, e que esta deverá atender à sua função social. Mais adiante, no título que trata da ordem econômica e financeira, no seu art. 170, incisos II e III, dentre os princípios desta ordem, estão elencadas a propriedade privada e a função social dessa propriedade. Essa garantia já estava positivada no art. 2º, da Lei n. 4.504/1964 (Estatuto da Terra).

Interessante perceber que a partir do momento em que a propriedade possui uma função social (a cumprir ou como seu próprio conteúdo), o direito a ela deixa de ser absoluto, pois uma vez que há uma função a atender como fim ou como essência, aquele que é dono, ainda que usufrua de sua propriedade de acordo com a sua vontade, deverá cumprir essa exigência. A observância do requisito da função social, seja como conteúdo essencial da propriedade, seja como finalidade da propriedade, especificamente do imóvel rural (a terra), é a condição fundamental para que essa terra, aprisionada na forma do instituto proprietário, possa ser protegida, nos termos da lei.

Tamanha relevância possui esse tema que é novamente retomado pela Constituição de 1988, desta vez para detalhada, enumerando os requisitos cumulativos da função social a serem cumpridos, ainda que especificamente apenas pelo imóvel agrário, em seu art. 186, quais sejam: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Nota-se que há uma linha intervencionista impulsionadora, na medida em que traça caracteres para o correto preenchimento da função social da propriedade (TARTUCE, 2015, p. 899). Também, é interessante observar que não são critérios alternativos, mas sim simultâneos, de modo que não se pode atender apenas uns, deixando algum outro de lado.

Dispõe o Estatuto da Terra, em seu art. 2º, § 1º, que a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente, favorece o bem-



estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais e observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Sobre o tratamento constitucional (e, antes, na forma expressa no Estatuto da terra), ressaí a relevância das críticas tecidas por Carlos Frederico Marés, ao refletir sobre o fato de que já nas primeiras constituições brasileiras (ex. a Constituição Imperial de 1824) a propriedade é tratada como um direito absoluto, praticamente:

[...] na mudança de noção, a terra deixou de ser um direito de todos para ser um direito individual, excludente, por isso, a necessidade de desapropriação, conforme disposto na Constituição imperial, para usos públicos. Se a terra fosse um bem de todos, uma utilidade comum, não haveria a necessidade de desapropriação mas tão somente de redistribuição para melhor aproveitamento, como acontecia durante a vigência das leis das sesmarias. (MARÉS, 2003, p. 37-38).

Tal crítica é extremamente pertinente, porquanto se bem pensada a questão, mesmo a função social da terra disposta nas constituições brasileiras foi formulada nos moldes do capital, não sendo, de fato, a terra efetivamente considerada como um direito de todos, nem mesmo um bem de uso público. De fato e de Direito, a terra é, ainda, um direito privado individual que prevalece sobre o interesse coletivo, pois, este só passa a ter maior importância quando o Estado desapropria e indeniza o detentor do direito proprietário individual – podendo o particular se opor à intervenção estatal que atua em nome do interesse público ou de uma coletividade, como no caso da desapropriação agrária.

Entretanto, ainda que se possa suscitar reflexões acerca dos aprimoramentos possíveis, é fato que foi atribuída relevância a tal temática, mas em que pese tal tratamento constitucional e legal dado, na prática, ocorre que a função social do imóvel agrário não tem sua efetividade alcançada em um patamar satisfatório. A concentração de terras vem historicamente permanecendo no cenário brasileiro, com o passar dos anos e, infelizmente, tornando-se cada vez mais grave.

Desde a colonização portuguesa, a situação das terras brasileiras nunca encontrou um equilíbrio social, situação evidenciada pela constante pobreza de muitos e riqueza de poucos. Tomando, didaticamente, a divisão da história brasileira entre Colônia-Império-República, nota-se que, nos três períodos, permanece presente uma política de concentração de terras, seja na forma em que foi implantado, no Brasil, o regime das sesmarias (Colônia), seja pela edição da perversa Lei de Terras – Lei n. 601/1850 (Império), seja pela não realização de uma ampla Reforma Agrária (República).

Com efeito, o Índice de GINI (fórmula utilizada para medir o grau de desigualdade econômica, variando entre os números 0 [zero] e 1 [um], em que 0 [zero] seria uma situação

de completa igualdade na distribuição de renda e 1 [um] que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas), no que toca à concentração de terras no Brasil: em 1967 foi 0,836; em 1972 foi 0,837; em 1978 foi 0,854; em 1992 foi 0,831; em 1998 foi 0,843, em 2000 foi 0,802 e, em 2006 foi 0,854 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001) (IBGE, 2006).

Afere-se deste modo que, mesmo diante do amplo tratamento constitucional dado à função social do imóvel agrário, na prática, é vivenciado no País um contexto de grande concentração de terras, gerado historicamente, como consequência de decisões políticas e jurídicas, e que carece de modificação, com vistas à necessária democratização das terras no Brasil. Nessa linha de pensamento, não é difícil apreender os motivos pelos quais os conflitos agrários estão presentes, no Brasil, desde que os portugueses aqui aportaram, porquanto a distribuição desigual de terras e, ainda, a desconsideração completa dos povos originários, já tornou o direito à terra, muito antes da inclusão da reforma agrária como promessa constitucional no Direito brasileiro<sup>2</sup>, alvo de lutas e disputas intensas (SIQUEIRA, 2007).

Infelizmente, após a redemocratização do País, o quadro conflitivo no campo não se alterou e, conforme os dados do índice de GINI acima mencionados, ainda está a crescer a concentração de terras e, conseqüentemente, os conflitos agrários, seja na luta direta pelo acesso à terra, sejam nas situações vivenciadas em decorrência da marginalização sofrida pela dificuldade de formulação e de consolidação de políticas públicas específicas para enfrentar o problema das desigualdades no mundo rural.

### **Reforma agrária: entre o compromisso da Constituição e a falta de prioridade governamental**

Diante do cenário anteriormente exposto, vale afirmar a relevância da função social do imóvel agrário e a necessidade de uma efetiva redistribuição de terras, conseqüentemente evidencia-se a relevância também da reforma agrária, uma vez que é a política pública eficaz para a justa distribuição de propriedade – a fim de que se amplie o exercício do *direito de propriedade* como efetividade. Isso, porque o direito ao desenvolvimento afigura-se como fundamento para a concepção e a execução de políticas públicas dirigidas para diferentes objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º, CF/1988).

As políticas públicas, em geral, são programas de ação governamental resultantes

---

<sup>2</sup> A reforma agrária foi, pela primeira vez, incluída no Direito brasileiro com a Emenda Constitucional n. 10, de 9 de novembro de 1964, à então vigente Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946 (alterando o seu art. 147).

de processos juridicamente regulados, com vistas a coordenar os meios existentes para a consecução dos objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados a partir da Constituição e/ou das leis. Tais políticas possuem prioridades previamente definidas e selecionadas, reservando os modos necessários para que em estipulado período de tempo possa atingir os resultados almejados (BUCCI, 2016, p. 39). Portanto, as políticas públicas buscam a concretização dos preceitos constitucionais por meio de programas políticos em que há a intervenção estatal na sociedade, com o intento de assegurar a igualdade de oportunidades e as condições para a existência digna aos cidadãos (APPIO, 2007, p. 134).

A reforma agrária é conceituada, no art. 1º, § 1º, do Estatuto da Terra, como o “conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. Todavia, cumpre trazer um conceito mais ampliado, de Raymundo Laranjeira, que a compreende como:

Um processo pelo qual o Estado modifica os direitos sobre a propriedade e a posse dos bens agrícolas, a partir da transformação fundiária e da reformulação das medidas de assistência em todo o país, com vista a obter maior oferta de gêneros e a eliminar as desigualdades sociais no campo (LARANJEIRA, 1984, p. 28).

A tendência, como regra, é a de que a reforma agrária seja aplicada como uma política transitória. Porém, no Brasil, a lei, na forma do art. 16, do Estatuto da Terra, preconizou uma execução da gradual “extinção do minifúndio e do latifúndio” para, aos poucos, alcançar uma melhor e mais equilibrada distribuição de terras. Na prática, o pouco da reforma agrária realizada no País, sobretudo a partir do fim do regime militar (1985), decorre da ação organizada dos movimentos sociais do campo, que enfrentam a violência física privada, de um lado, e a violência estatal, de outro, com a criminalização de suas ações reivindicatórias. Além disso (distributivismo agrário), depende de uma Política Agrícola eficiente, já que a reforma agrária não se esgota com a mera distribuição de terras, sendo necessário que se dê aos seus beneficiários condições mínimas para o desenvolvimento de suas atividades (MARQUES, 2015, p. 132).

Consoante o art. 16, do Estatuto da Terra, a reforma agrária deve visar estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, para que possa promover justiça social e progresso, assim como o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País. Nota-se que há a necessidade de uma política governamental voltada para uma maior produtividade.

Busca-se um equilíbrio entre direito proprietário e função social, uma vez que, se no art. 5º, a CF/1988 garante a propriedade como direito fundamental inerente à condição humana, no mesmo art. 5º e no art. 184, a condiciona (no caso do imóvel rural) ao

cumprimento da função social, sob pena de desapropriação para fins de reforma agrária. Sabe-se que acerca das desigualdades sociais, principalmente quanto ao acesso à terra, é este um dos fatores decisivos na configuração da realidade de pobreza rural. Conforme leciona Cristiane Lisita:

A propriedade, já na Constituição Imperial, era um bem garantido a todos. No entanto, apesar das Declarações universais, como a de São José da Costa Rica (1969), do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, da ONU (16/12/1966), e da Declaração dos Direitos Humanos, a propriedade continua restrita a uma minoria privilegiada (LISITA, 2004, p. 86).

De acordo com o art. 187, § 2º, da CF/1988 “serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária” e essa compatibilização vai além de redistribuir terras, devem ser observadas também as relações econômicas e sociais. O governo deve adotar outras medidas para que o beneficiário de reforma agrária qualifique seu modo de trabalhar e tenha condições de adquirir implementos e insumos agrícolas a preços acessíveis (LISITA, 2004, p.133).

Infere-se, através da relevância dada a este assunto, que há grande necessidade de que essa garantia constitucional seja efetivamente alcançada. Mas, não somente do conteúdo das leis em questão extrai-se essa afirmativa, uma vez que é notória a existência de tantos latifúndios neste País, bem como de minifúndios – ou seja, a reforma agrária feita até agora não alterou essa realidade.

Por conseguinte, vê-se os movimentos sociais e suas lutas, com legítimas reivindicações acerca da democratização das terras, deixando ainda mais evidente a necessidade de que tal situação seja resolvida e que tal problemática conste nas prioridades da agenda governamental. Infelizmente, é notório que a atuação estatal padece de morosidade e, em muitas situações, de falta de boa vontade política, o que caracteriza uma verdadeira obstrução à realização do compromisso político- jurídico constitucional da reforma agrária. Todavia, não se pode aceitar que haja a simples manutenção das relações existentes, pois, a propriedade agrária não pode ter meramente um caráter de produção e capital ou permanecer improdutiva, esta deve atender aos interesses coletivos, assegurando aos seres humanos o direito à justiça social.

Ressalte-se que, nos moldes em que se encontra a realização da política pública da reforma agrária, é notável que ainda carece de efetividade, sendo que o mesmo ocorre com as demais políticas de interesse do meio rural. Observa-se que a população camponesa vivencia um contexto de marginalização social e vulnerabilidade, o que culmina na existência de problemas específicos, notadamente os conflitos agrários, bem como a maior ocorrência de problemas sociais e, muitas vezes, na falta de acesso a um mínimo existencial.

Como mencionado no tópico anterior, a terra é considerada como um bem material, propriedade, mercadoria, porém, partes do Estado e da sociedade não podem continuar tratando a terra como um bem igual a qualquer outro. Ensina Polanyi, de forma bem apropriada, que se chama terra o “elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem” (POLANYI, 2000, p. 214) e é preciso refletir sobre essa concepção.

Desse modo, percebe-se que o empreendimento feito, ancestralmente, de isolar a terra com o escopo de formar um mercado foi o que fez com que se esquecesse das demais questões e características que nela se encontram e a ela acompanham. Vale destacar que, “tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado” (POLANYI, 2000, p. 214). Isso, porque a terra se liga às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo, e sob tal enfoque, destaca-se que:

A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. E no entanto, separar a terra homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado (POLANYI, 2000, p. 214).

Entretanto, no que diz respeito à terra, a legislação, há muito tempo, abandonou o seu papel de encorajadora da mudança, em verdade, atua opondo-se a ela. Tal fenômeno, também claramente visualizável no Brasil, advém desde os séculos XVI e XVII, período em que já era mais frequente a lei comum insistir no direito do proprietário de melhorar a sua terra em seu proveito, mesmo que isto implicasse um grave deslocamento de habitações e emprego (Idem, p. 218).

Por conseguinte, é inarredável o papel estatal em tal processo e na manutenção das relações violentas, que advêm das concepções puramente mercantis e privada da terra. Não se pode esquecer de que o Estado emana, constantemente, e através de suas estruturas, atos de violência e, de modo camaleônico, atende aos interesses do sistema e institucionaliza relações de opressão, o que contribui para a existência de conflitos, nos quais as partes dominadas não possuem meios (capitais) para que possam desfazer o que se encontra naturalizado social e institucionalmente, sendo todo esse processo ratificado pela hegemonia da sociedade civil.

Lola Aniyar de Castro, de modo pertinente e aplicável à presente análise, que existem três tipos de leituras sobre o discurso relativo ao exercício de poder, quais sejam: nível dos princípios formulados, nível da concreção dos fatos e nível do sentido mais profundo e de suas funções reais (CASTRO, 2005, p. 134). Aponta ela que o poder requer coerência interna e coerência no consenso que gera e que o sustenta, sendo que a existência de crise

em algum setor pode se referir às estruturas internas ou ao impacto na aceitação daqueles que a ela se submete (CASTRO, 2005, p. 134). Uma crise existente, e que é fator de conflitos não somente na seara agrária, é motivada pela existência de uma minoria de possuidores em contraposição a uma maioria de pessoas necessariamente excluídas da propriedade (tida como definitiva e imutável) (CASTRO, 2005, p. 135) ou, como preferimos afirmar, por considerarmos mais coerente com o modo como a estrutura agrária brasileira foi sendo, historicamente, formada: a maioria da população foi *impedida* de ter acesso à terra.

Assim, é indene de dúvidas que há uma hegemonia de intencionalidade do sistema, que é congruente ao modelo, ideal para manter o poder e o controle social. Justamente por isso, há conflitos sempre que se questiona a propriedade absoluta e inquestionável da terra, porque ela real e simbolicamente é poder e, por isso, a ideia de redemocratizá-la é tida como inaceitável e não se encontra entre as prioridades governamentais, embora seja um compromisso-dever expresso na fundante Constituição do Estado brasileiro (o que, em tópicos posteriores, melhor será explicado).

### **Luta pelo acesso à terra: conflitos agrários e violências no campo**

Diante do já explanado acerca da realidade enfrentada, vê-se que a luta pelo direito à terra é justa, legítima e fundamental para a dignidade e sobrevivência de inúmeras pessoas em busca de cidadania. Entretanto, para aqueles que possuem amplas propriedades com altos valores monetários, este direito de democratização do acesso à terra não merece ser reconhecido, surgindo, então, os conflitos agrários.

Entretanto, sabe-se que esta luta é fortemente confrontada, inúmeras vezes com violência e, neste ponto, cabe refletir: quais os tipos de violência perpassam os conflitos agrários? Ou mesmo, quais as formas de violência que ocorrem no meio rural? Pois, ao se tratar de um tema historicamente tão importante, não se pode deixar de lado todos os fatores que possam contribuir para a situação.

Alguns dados disponibilizados pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da reforma agrária (2010), mostram o quanto essa categoria social necessita de atenção para o seu desenvolvimento adequado, tendo em vista que a sua ascensão social depende, inicialmente, do acesso à terra e, após, às demais políticas públicas adjacentes, pois não se pode ignorar que a existência de tais conflitos advém da realidade enfrentada pela população camponesa.

Geralmente, são famílias grandes, mais de 56% (cinquenta e seis por cento) delas

com 4 (quatro) ou mais integrantes, e expressivamente jovem, mais de 44% (quarenta e quatro) com menos de 20 (vinte) anos; vivendo com problemas de acesso à água e à energia elétrica: cerca de 35% (trinta e cinco por cento) de famílias com acesso insuficiente à água; e cerca de 24% (vinte e quatro) sem acesso à energia elétrica (INCRA, 2010).

Aproximadamente 52% (cinquenta e dois por cento) declaram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária), e 64% (sessenta e quatro por cento) estão adimplentes. A mesma pesquisa demonstra que a percepção das famílias assentadas sobre as melhorias nas condições de vida, após o acesso à terra é marcante, sendo que a evolução patrimonial, a melhoria na qualidade de vida e a terra como principal meio de produção são percebidos como suficientes para essas famílias (INCRA, 2010).

O que se constata, por meio desses dados, é que a efetividade da reforma agrária se encontra diretamente vinculada à realização de direitos e garantias fundamentais de uma parcela considerável da população – seja a que já se encontra no campo ou que, estando em espaços urbanos, tem interesse em voltar ou ir para o campo. Além disso, a concentração de terras gera consequências negativas no meio rural, correlacionadas diretamente a vários tipos de violência.

Conforme pesquisa apoiada pelo MDA, cerca de 36% (trinta e seis por cento) da população brasileira é rural, diferentemente dos cerca de 16% (dezesseis por cento) apontados pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 (IBGE, 2010). O percentual maior apurado (36%) considera a aplicação de um conceito mais amplo de rural, pois apenas existindo o conceito de urbano na legislação, a ruralidade acaba sendo definida por exclusão (MIRANDA, 2013).

Segundo a supracitada pesquisa, inscrita no projeto intitulado “Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas”, e conduzido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), busca-se atualizar os conceitos do rural e do urbano, por meio de uma nova leitura que vá além dos critérios que trazem a percepção do rural apenas como resíduo do urbano. É essencial ter a compreensão certa do que é o campo rural para o desenvolvimento adequado de políticas públicas para os moradores dessas regiões (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, 2011).

Não obstante, há a hostilidade com que são tratados vários trabalhadores rurais que, em vários casos, não possuem um contrato de trabalho ou CTPS assinada, tampouco, são garantidos seus direitos trabalhistas expressos constitucionalmente (CF/1988, art. 7º), ou mesmos os previstos na Lei n. 5.889/1973 (Estatuto do Trabalhador Rural), normalmente recebendo salários menores que os trabalhadores formais.

Estima-se, com base em pesquisa realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), com os dados organizados pelo DIEESE, que no ano de 2010, das 11.978 (onze mil, novecentos e setenta e oito) empresas rurais fiscalizadas, foram alcançados 1.315.241 (um milhão, trezentos e quinze mil, duzentos e quarenta e um) trabalhadores, dos quais 515.376 (quinhentos e quinze mil, trezentos e setenta e seis) foram registrados, pois trabalhavam na informalidade (DIEESE, 2011). Isso, sem falar nas pessoas que trabalham no campo, em condições análogas à de escravo, ou mesmo as ocorrências de trabalho infantil. De acordo com o Observatório Digital de Trabalho Escravo no Brasil, organizado pelo MPT, entre os anos de 2003 a 2017, foram resgatados cerca de 43.428 (quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e oito) trabalhadores em condições análogas à de escravo, no Brasil, sendo as maiores incidências nos estados do Pará (9.853), Mato Grosso (4.302) e Goiás (3.716) (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2017). Importante registrar que essa estatística só consegue identificar e revelar os casos de escravidão contemporânea, exatamente, a partir do momento em que esses trabalhadores são resgatados e deixam de ser escravizados, em razão da sua clandestinidade extrema como forma de sua própria perpetuação.

A referida fonte de pesquisa aponta que a curva/variação de oferta do trabalho escravo está relacionada ao grau de vulnerabilidade suportado por frações populacionais específicas. Isso, porque a vulnerabilidade socioeconômica, intimamente ligada a fatores como pobreza, desigualdade de renda, concentração da posse da terra, violência, entre outros, facilita o aliciamento. Ressalta, também, a necessidade de ações preventivas, como o aprimoramento de sistemas educacionais, a qualificação para o trabalho e a prevenção do trabalho infantil, pois, conjuntamente, resultam na diminuição da vulnerabilidade social de trabalhadores sob o risco de aliciamento para o trabalho escravo. Com essa transformação em sua resiliência social e com sua cidadania fortalecida desde a infância, essas populações se tornam menos vulneráveis ao aliciamento por parte de perpetradores do trabalho escravo contemporâneo (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2017).

Um outro exemplo de espécie de violência é o fenômeno da grilagem, porque a falsificação de documentos, para apropriar-se de terras devolutas (terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que, em nenhum momento, integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse), ou de terceiros, é mais uma modalidade de fortalecimento de poder daqueles que oprimem e fomentam os motivos existenciais do conflito agrário.

Frente a tal realidade de violências, os movimentos sociais se organizaram, cada vez mais, inclusive ocupando áreas e imóveis rurais, de forma a exercer uma legítima pressão política e social dirigida às autoridades públicas incumbidas de realizar a reforma agrária, bem como à sociedade, dando visibilidade a um problema que tem sido, de outro lado, ignorado e menosprezado como o fizeram Roberto Campos e Fernando Henrique



Cardozo, este enquanto era Presidente da República:

Há alguns anos, Roberto Campos escreveu que o Brasil estava atrasado, há mais de um século, em relação à reforma agrária, e, portanto, não precisava mais fazê-la. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardozo, também, pouco antes daqueles grandes conflitos de Corumbiara/RO e de Eldorado dos Carajás/PA, dizia que a reforma agrária era um assunto fora da pauta política, porque a realidade do Brasil é urbana e, portanto, esse tema já não é mais de preocupação do governo (SIQUEIRA, 2016, p. 279).

Em determinados momentos, os conflitos agrários chegam a figurar como objeto de atenção da grande mídia e, em contrapartida, apresentam relativa visibilidade, porém, não raras vezes, de forma distorcida e parcial, o que se tem visto mesmo em atuações estatais. Cite-se, como claro modelo, a proposta de criminalização dos movimentos sociais, a exemplo do que já ocorreu com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), por meio do Projeto de Lei n. 5.065/2016, que prevê alterar alguns pontos da Lei n. 13.260/2016, que define o crime de *terrorismo* para, em linhas gerais, tipificar como atos de terrorismo aqueles já definidos, quando praticados, também, por “motivação ideológica, política, social e criminal”. Dentre os atos previstos como terroristas estão o bloqueio de estradas e rodovias, notória ação do MST, em seus protestos como modo de exercício do direito de expressão e de reivindicação como efetividade em busca da realização da reforma agrária (BRASIL, 2016).

A ação dos movimentos sociais é uma forma de cobrar do Estado o cumprimento de uma política social definida constitucionalmente, ao mesmo tempo em que denuncia uma situação de ilegalidade perpetrada por determinadas propriedades (TARRÉGA, 2012, p. 16). Além disso, é importante ressaltar que tais grupos envolvem-se, também, com elementos culturais, pois, a terra é tida como espaço da organização da vida social e familiar, como também política e social, além de fazer parte do processo de inserção do indivíduo na dinâmica pública da nação (Idem, p. 21).

Mesmo havendo uma vasta legislação relacionada a esta temática, ainda existem razões irrefutáveis para a busca da reforma agrária. O clamor dos “sem-terra”, organizados de forma reconhecida pelos Governos e pela sociedade (numa relação de amor ou ódio), é escancarado pelo MST como uma demonstração clara de que o problema da negação ou omissão da reforma agrária persiste, havendo reivindicações para que o Governo o enfrente.

O fenômeno das ocupações de terras repete-se em diversos Estados brasileiros e são perfeitamente explicáveis, pois, possuem inúmeros fatores que nutrem esses movimentos, principalmente a falta de vontade política para priorizar o cumprimento do pacto firmado, na Constituição, pela superação do histórico problema da concentração fundiária.

Nesses casos, mais uma vez, é essencial a atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, desenvolvendo e executando estratégias de ação política com enorme potencial de alcance social. Ressalte a relevante atuação do Judiciário, já que, não raras vezes, o ato de ocupação de terra gera ações possessórias (manutenção de posse, reintegração de posse e interdito proibitório), exigindo a apreciação sobre a posse, a propriedade e a atuação dos agentes públicos.

Devido às citadas situações de vulnerabilidade, as populações com interesse na reforma agrária sofrem com outra modalidade de violência, através da dominação, pois geralmente os que se encontram em tais situações ficam à mercê dos detentores da terra. Para aqueles que tentam se rebelar, muitas vezes, restam apenas assassinatos, agressões, todas “mandadas” e, em sua maioria, posteriormente impunes, o que alimenta a reprodução do ciclo dessas violências físicas. Infelizmente, não se pode pensar que afirmações são apenas análises do que já passou, pois, ainda acontecem especialmente, mas não apenas, em localidades mais afastadas.

As lutas políticas e sociais no campo sofrem, constantemente, violentas repressões do setor privado (mantenedores do latifúndio e da antirreforma agrária) e do setor público (agentes do Estado que dão efetividade aos processos de criminalizações das manifestações sociais). A seguir, serão apresentados dados resultantes do trabalho de pesquisa, registro e sistematização da violência no campo brasileiro, realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que comprovam o uso das violências real e simbólica como respostas às ações de resistências e de reivindicações promovidas por protagonistas e apoiadores da luta pela terra.

As informações reunidas e organizadas estatisticamente, pela CPT, são todas vinculadas a casos reais de conflitos no campo (a começar pelo próprio número de conflitos ocorridos em cada ano), que evidenciam as violências ocorridas, no Brasil., no período de 2010 a 2019. Conforme se verá a seguir, os dados sobre violência no campo contra a pessoa (agressões, ameaças de morte, tentativas de assassinatos, mortes) e contra suas posses, roças, casas e outros bens), em tabela elaborada no ano de 2020 pela CPT, referente aos dados coletados e analisados no ano de 2019, demonstram o problema do uso da violência física e psicológica (ameaças) como forma de reação às mobilizações sociais pelo cumprimento da Constituição com a realização de direitos nela escritos.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT):

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2020, p. 14).

Os dados nacionais, no ano de 2019, referentes ao número de conflitos e ao número de pessoas envolvidas, chegaram aos seguintes quantitativos:

**Tabela 1 – Conflitos no Campo Brasil (2019)**

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	1254	578968
Trabalho	90	883
Água	489	279172
Seca		
<b>Total Brasil</b>	<b>1833</b>	<b>859023</b>

Fonte: CPT, 2020.

A situação não era muito diferente nos anos anteriores, conforme se verifica na tabela comparativa, entre os anos de 2010 a 2019:

**Tabela 2 – Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2010 – 2019)**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Conflitos por Terra</b>										
Nº de Ocorrências (1)	638	805	816	763	793	771	1.079	989	964	1.206
Ocupações/Retomadas	180	200	238	230	205	200	194	169	143	43
Acampamentos	35	30	13	14	20	27	22	10	17	5
<b>Total (2)</b>	<b>853</b>	<b>1.035</b>	<b>1.067</b>	<b>1.007</b>	<b>1.018</b>	<b>998</b>	<b>1.295</b>	<b>1.168</b>	<b>1.124</b>	<b>1.254</b>
Assassinatos	30	29	34	29	36	47	58	70	25	28
Pessoas Envolvidas	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735	530.900	590.400	578.968
Hectares	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244
<b>Conflitos Trabalhistas</b>										
Trabalho Escravo	204	230	168	141	131	80	68	66	86	89
Assassinatos	1			1						
Pessoas Envolvidas	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751	530	1.465	880
Superexploração	38	30	14	13	10	4	1		3	1
Assassinatos	1			2		1	1		2	3
Pessoas Envolvidas	1.643	466	73	142	294	102	2		12	3
<b>Total Conf. Trab. (4)</b>	<b>242</b>	<b>260</b>	<b>182</b>	<b>154</b>	<b>141</b>	<b>84</b>	<b>69</b>	<b>66</b>	<b>89</b>	<b>90</b>
<b>Conflitos pela Água</b>										
Nº de Conflitos	87	68	79	93	127	135	172	197	276	489
Assassinatos	2		2	2		2	2	1	1	1
Pessoas Envolvidas	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355	177.090	368.465	279.172
<b>Outros (3)</b>										
Nº de Conflitos	4		36	12						
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	4.450		26.005	1.350						
<b>Total dos Conflitos no Campo Brasil</b>										
Nº de Conflitos	<b>1.186</b>	<b>1.363</b>	<b>1.364</b>	<b>1.266</b>	<b>1.286</b>	<b>1.217</b>	<b>1.536</b>	<b>1.431</b>	<b>1.489</b>	<b>1.833</b>
Assassinatos	34	29	36	34	36	50	61	71	28	32
Pessoas Envolvidas	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843	708.520	960.342	859.023
Hectares	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244

Fonte: CPT, 2020.

De acordo com os dados do estudo realizado pela CPT, no ano de 2019 a violência no campo aumentou em relação a 2018, o que, sem sombra de dúvidas, está correlacionado com as prioridades do atual governo, que não faz valer o texto constitucional no meio rural. Como se vê, há diversos tipos de conflitos no meio agrário, que culmina num processo de marginalização social permanente sofrida pelas populações pobres do campo. Para tanto, cite-se, como exemplo, a inexistência ou a precariedade de funcionamento de escolas e de hospitais públicos na área rural ou em suas proximidades. Essa população rural vive um contexto de marginalização social, bem como suas lutas, de modo que é esquecida, em muitos momentos, e essa situação torna mais grave o quadro de violências existente.

Percebe-se, diante de todos os dados apresentados e discutidos, que o meio rural vivencia atualmente (e desde muito tempo) diferentes tipos de violências, dentre elas os conflitos agrários, na luta pelo acesso à terra. E, aqui, queremos realçar que a falta de acesso à terra<sup>3</sup> culmina em enormes defasagens na qualidade de vida da população rural, e de acesso a um mínimo existencial, o que, conseqüentemente, faz com que sofram outros tipos de violência e privações.

### **Violência simbólica no meio rural**

Após a breve análise feita no tópico anterior, buscando evidenciar claramente as várias modalidades reais, factíveis de exemplificação e visualização comprovada de violências que ocorrem no meio rural, há que se abordar também a violência simbólica, amparando-se no referencial teórico de Pierre Bourdieu.

Inicialmente, cumpre pontuar que, nos dias atuais, a institucionalização da violência não mais se dá pela força, ao contrário, busca se legitimar por meio de um discurso que tenta naturalizar as relações de opressão, o que denota a necessidade de se pensar arqueologicamente o engenho da violência, o que significa pensar, a partir da pergunta: onde nasce a violência?

Nesse contexto, de todas as violências, talvez a simbólica seja a mais ardilosa, por ser camuflada, silenciosa, (quase) imperceptível, velada, oculta – de forma que, também, sub-reptícia, se compactua com ela e a aceita. Justamente por isso, é preciso descortinar a questão da violência nos mais diversos momentos. Somente assim se possibilitará a ruptura com práticas hegemônicas de aceitação de violência: dizer não à sua perpetuação, à sua naturalização. Isso, porque a violência está diretamente relacionada ao poder de dominação e pode se dar por qualquer meio, questões culturais, construções por inúmeros fatores, dentre

---

<sup>3</sup> - Ter acesso à terra significa, também, possuir um requisito básico para ser atendido por qualquer das políticas públicas: um *endereço*.

eles, a violência simbólica, que atinge, também, o universo do camponês.

Retomando o fundamento teórico, aponta-se que Pierre Bourdieu compreende como mecanismo de construção da realidade o encontro do *habitus* com o campo, como a interiorização do exterior (*habitus*) e a exteriorização do interior (campo). Vale dizer, existem estruturas que inconscientemente direcionam, externa ou internamente, as práticas dos agentes que se utilizam dos capitais (CORCUFF, 2001, p. 37-50).

Com base em suas experiências anteriores, o ser humano obtém uma percepção das condições em que vive, sendo que estas influenciam, direcionam seus comportamentos futuros. Desse modo, o *habitus* faculta às pessoas dotarem-se de um senso prático que norteia seus recursos para que possam ser inseridas nos meios sociais (profissionais, políticos, culturais), aos quais Bourdieu denomina campos sociais (PRAXEDES, 2015, p. 16).

Então, os sujeitos estabelecem relações entre si, havendo a divisão social de atividades e o surgimento de profissionais especializados para o trabalho em sistemas simbólicos, como o direito, educação escolar e os meios de comunicação. Consolida-se o aparelho estatal, atuando na administração burocrática da sociedade e, conseqüentemente, vão estruturando-se, historicamente, os campos especializados de atuação em que os agentes sociais relacionam-se entre si (PRAXEDES, 2015, p. 16).

Portanto, apreende-se como as relações entre os integrantes dos campos dependem mais da posição que, hierarquicamente, ocupam do que com a interação direta entre os indivíduos. A conceituação de capital revela as características consideradas importantes e disputadas nos campos sociais. Justamente por isso, os sujeitos buscam por reconhecimento que, quando obtido, é chamado de “capital simbólico”, e segundo Pierre Bourdieu:

Assegura formas de dominação, que envolvem a dependência perante os que ele permite dominar; com efeito ele existe apenas na e pela estima, pelo reconhecimento, pela crença, pelo crédito, pela confiança dos outros, logrando perpetuar-se apenas na medida em que consegue obter a crença em sua existência (BOURDIEU, 2007, p. 202).

Um capital simbólico não constitui espécie singular, qualquer capital passa a ser simbólico quando relaciona-se com um *habitus* predisposto a recebê-lo como signo de importância e significado. Logo, “todo tipo de capital (econômico/cultural social) tende (em graus diferentes) a funcionar como capital simbólico quando alcança um reconhecimento explícito ou prático, e de um *habitus* estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço em que foi engendrado” (BOURDIEU, 2007, p. 296).

Além disso, a tendência observada é a de que os indivíduos que possuem mais capitais tenham mais possibilidades de ampliar seus capitais acumulados. Em todos os campos, há uma divisão entre dominantes e dominados, sendo que os primeiros controlam as posições de poder e de prestígio, ditando regras de funcionamento de campo, bem como

controlando a maior parte dos capitais. Os dominados lutam para melhorar sua posição, inclusive, empregando estratégias práticas de submissão às regras do campo social ao qual estão inseridos (PRAXEDES, 2015, p. 17). Entretanto, tais estratégias práticas dos agentes dependem de suas condições sociais e políticas, que se constroem ao longo da história, no campo em questão, resultado dos conflitos ocorridos anteriormente, bem como da correlação de forças entre os membros do campo na competição que realizam para a conquista das posições sociais consciente ou inconscientemente almejadas (Idem, p. 17).

Assim sendo, em um estado de campo em que se vê o poder por toda a parte, é necessário descobri-lo onde este se deixa ver menos e é mais ignorado. Trata-se de um *poder simbólico*, invisível, que somente pode ser exercido quando há cumplicidade entre os que o exercem e os que estão sujeitos a ele (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

A força não pode se afirmar com uma violência injustificada, arbitrária, mesmo o sendo, pois, só pode sedimentar-se se estiver sob as roupagens do Direito, o que lhe permite impor a dominação com durabilidade, uma vez que obtém reconhecimento, vale dizer, o desconhecimento do arbitrário (BOURDIEU, 2007, p. 126). Portanto utiliza-se o “[...] poder ideológico como contribuição específica da violência simbólica (ortodoxia) para a violência política (dominação)” (BOURDIEU, 1989, p. 16).

Dessa forma, Pierre Bourdieu analisa as relações sociais e como funciona a manutenção dos grupos existentes, trabalhando com conceitos de sistema, poder e violência simbólicos. Para ele, os sistemas simbólicos cumprem sua função política, *ipsis litteris*, de:

Instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <domesticação dos dominados> (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O discurso dominante tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia), impondo-se mascaradamente por meio de um sistema de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (Idem, 1989, p. 14). Um poder simbólico detém a capacidade de construir uma informação pela maneira em que é enunciada, sendo que só é exercido quando obtém reconhecimento, ignorando-se sua arbitrariedade. Portanto, o que atribui força às palavras para que possam manter ou alterar a ordem estabelecida é o crédito dado à sua legitimidade, bem como à de quem as enuncia. Então, é despercebida a violência que se encontra nessas palavras, sendo convertida em poder simbólico, que produz efeitos sem que haja gastos de energia real aparente (Idem, 1989, p. 14-15).

Sabe-se que a dominação possui uma dimensão simbólica, com estruturas estruturantes historicamente constituídas e arbitrárias. Do ponto de vista dos que dominam, o

Estado é constituído como universal, por meio de lutas contra visões concorrentes (BOURDIEU, 2007, p. 209-211). Por meio de enquadramento, o Estado “[...] institui e inculca formas simbólicas comuns de pensamento, contextos sociais da percepção, do entendimento ou da memória, formas estatais de classificação”, criando condições de orquestrar os *habitus* constituídos, conformando o senso comum (Idem, 2007, p. 213).

Importa salientar que: “a forma por excelência do poder simbólico de construção socialmente instituído e oficialmente reconhecido é a autoridade jurídica, sendo o Direito a objetivação da visão dominante reconhecida como legítima” (BOURDIEU, 2007, p. 227) e se sabe que o Estado o faz existir ao nomear e ao distinguir (Idem, p. 300).

Pierre Bourdieu (2007) contrapõe à suposta igualdade formal, própria do ordenamento político, uma desigualdade real de acesso ao campo. Ocorrem lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas, capitais e poderes simbólicos desiguais. O poder político é uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido. No entanto, assim como os capitais são desigualmente distribuídos, também o são os meios para desvincular-se dessa violência silenciosa, uma vez que são demandados instrumentos de expressão e de crítica que, a exemplo das demais formas de capital, estão desigualmente distribuídos. A transferência de capital cultural é que permite aos dominados ter acesso à mobilização coletiva e à ação subversiva contra a ordem simbólica estabelecida (BOURDIEU, 2007, p. 229).

Em suma, ao utilizar os conceitos de capital, campo social e *habitus*, Pierre Bourdieu demonstra como a interação dessas noções podem ser utilizadas e, ao mesmo tempo, influenciadas pelo poder simbólico, sendo que este, ao valer-se da violência simbólica, mascara seu arbítrio, legitimando as relações de dominação numa dimensão simbólica que ocasiona reflexos na realidade social.

As relações entre os campos sociais, interagindo em relações de poder e de dominação, ocasionam consequências na vida dos cidadãos, havendo claramente a ocorrência de fatores normativos de poder, notadamente a violência simbólica, direcionando decisões, comportamentos e estruturas sociais, o que não é diferente no meio rural. Essa abordagem possibilita que se relacione a teoria de Pierre Bourdieu à atual situação (de violências real e simbólica) vivenciada no meio rural, marcado por conflitos agrários.

Por tudo o que foi argumentado, já se extrai que, na Modernidade, a violência de força bruta perde legitimidade no cenário político e na sociedade como um todo. Em vez de ser ostentada, passa a ser vergonhosa, muito embora continue a ser exercida, mas agora retirada da encenação ou exposição pública.

Há um deslocamento do visível para o invisível, não há confronto, mas contaminação, uma infecção oculta, porque: “Esses são seus modos de atuação, e essa modificação estrutural da violência é que domina cada vez mais sua ocorrência” e esse modo

de agir subtrai da violência a visibilidade e a publicidade e o próprio agressor se torna invisível, o que acontece, socialmente, em larga escala (HAN, 2007, p. 21).

Como já afirmado, a violência simbólica é fator normativo de poder, capaz de impor significações como legítimas, dissimulando relações de força que fundamentam a própria força. Entretanto, não se assemelha à coação, pois, o poder é um meio de controle, fazendo com que certas alternativas não sejam levadas em consideração. Compreensível se torna o modo como se estrutura o arbitrário social, que prevalece socialmente, gozando de privilégios. Isso, porque não poderia perpetuar-se temporalmente tal divisão entre dominantes e dominados, se o arbítrio existente não fosse mascarado e assim feito para que se considere legítimo.

Neste ponto, é importante esclarecer, em consonância com a necessária admoestação realizada pelo próprio autor, que enfatizar a violência simbólica não significa minimizar os efeitos da violência real, porquanto não se pode haver uma divisão simplista, ou seja, “entender ‘simbólico’ como o oposto de real, efetivo” (BOURDIEU, 2016, p. 55). Isso, porque há uma retroalimentação entre elas, porque faz com que as relações de dominação sejam vistas como natural, inclusive pelos dominados (BOURDIEU, 2016, p. 56).

No meio rural, percebe-se com clareza que fatores geográficos e sociais influenciam para o entendimento da marginalização sofrida pela maior parte da população rural, uma vez que ela se encontra condicionada em um meio que não lhe oferece perspectiva de ampliação do capital cultural. Nesse sentido, conclui-se que a marginalização da área rural, de suas populações pobres, faz com que tais situações passem mais despercebidas e a elas sejam dadas menor importância, o que dificulta a efetivação das garantias constitucionais e da função social do imóvel agrário. De formas diferentes, os que sofrem com a violência simbólica encontram-se na já citada situação de vulnerabilidade e no contexto de marginalização social.

Analisando o quadro vivenciado pela população camponesa, dentro de um contexto histórico que a trouxe a atual situação, é patente a existência de diferentes tipos de violências e, praticamente, todas possuem vinculações com a inefetividade da reforma agrária. Embora a violência simbólica seja muitas vezes mais silenciosa e/ou de mais difícil constatação, é essencial que se explore o tema, tendo em vista que corrobora a manutenção das estruturas de poder sedimentadas atualmente. Tais formas de dominação resultam numa continuidade do *status quo*, de modo que a comunidade que vive no meio rural permanece, na maioria das vezes, com pouco capital cultural e simbólico, sem meios efetivos para buscar mudanças frente a realidade existente.

É evidente que tal situação auxilia na manutenção da concentração fundiária, no Brasil, bem como na vultosa quantidade de propriedades no meio rural que não cumprem sua função social. O que não se pode admitir é o conformismo, tanto por parte da população,



quanto por parte dos Poderes Públicos, frente à situação vivenciada, porque viola o compromisso-dever firmado na Constituição de realizar a reforma agrária, limitadamente, sobre os imóveis que não cumpre a função social, igualmente, definida na própria Constituição.

A lentidão e até mesmo a omissão do Estado, por seus governantes, na execução de reforma agrária causam prejuízos diretos a uma grande parcela da população rural e, também, da que está em espaços urbanos, mas tem interesse nessa ação político-administrativa, sem falar que a reforma gera benefícios também à população em geral, através da produção de alimentos e da geração de renda.

O fato de existir um sistema simbólico sedimentado e que se retroalimenta faz com que ele possua certa legitimação, inclusive, por aqueles que são dominados, que muitas vezes acabam por reproduzir as regras, valores e modo de pensar dos dominantes, contribuindo, ainda que inconscientemente, para a própria dominação, devido à naturalização das relações de opressão. Como tais pessoas encontram-se em situação de vulnerabilidade, em muitos casos, faz-se necessária uma intervenção do Estado para que haja a modificação de tal realidade.

Infelizmente, é fato notório que a atuação estatal padece de morosidade e, em muitas situações, de falta de boa vontade política – o que significa, na prática, negação de cumprimento de preceito constitucional. Desse modo, é essencial que a população exerça, a seu modo, o direito de reivindicar seus direitos como efetividade (SIQUEIRA, 2016), e que articule meios para isso, lutando para romper com sua dominação.

A realização de promessas político-jurídicas da Constituição (BRASIL, 1988), deve ser apoiada por aqueles que ocupam cargos e funções de poder (sempre lembrando que se trata de um poder delegado por seu verdadeiro titular: o Povo – CF/1988, art. 1º, parágrafo único) e têm maior visibilidade na sociedade. Neste ponto, destaca-se a imprescindibilidade da atuação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, uma vez que possuem forte capital simbólico para uma atuação substancial nesse campo.

O êxodo rural demonstra que existem problemas na estrutura agrária, na qual os trabalhadores rurais, cansados de serem explorados, sendo, na maioria das vezes, mão de obra barata ou até escravizada e com constantes dificuldades de acesso à terra, partem para as cidades em busca de melhores condições de vida e, quase sempre, continuam sendo excluídos, porque não possuem outro ofício (LISITA, 2004, p. 133).

Com efeito, enxerga-se um campo social delimitado, qual seja a população pobre do meio rural, dotado de pouco ou nenhum capital simbólico, não tendo também suficientes instrumentos de expressão para adquiri-lo, envolto de características que o tornam um campo dominado. Do outro lado, vê-se um campo dominante, possuindo um *habitus* que reproduz seu discurso de poder, ao mesmo tempo em que o mantém, exercendo sobre os dominados

um poder simbólico, que tem seu arbítrio revestido de legitimidade, devido, entre outros fatores, à violência simbólica. Por isso, há grande relevância no estudo das estruturas e conceitos de campo social, *habitus*, capital cultural e econômico e principalmente da violência simbólica, porque a compreensão do fenômeno, *per si*, faz com que se possa apreender os modos mais eficientes para que se busque um rompimento das formas simbólicas de manutenção do poder.

Nota-se que uma atuação do Estado, com políticas públicas e sociais, pode fazer a diferença, especialmente se houver um aprimorado estudo com vistas aos melhores métodos de aplicação, monitoramento e acompanhamento, bem como maior efetividade social. Com efeito, além de proporcionar o efetivo acesso à terra, o governo deve adotar outras medidas para que o beneficiário da reforma agrária reúna novos conhecimentos de como trabalhar e tenha condições de adquirir implementos e insumos agrícolas a preços acessíveis, devendo ser observada não só a redistribuição de terras, mas também as relações econômicas e sociais (Idem, 2004, p. 136-137).

Portanto, fazer com que haja maior efetividade do direito à reforma agrária, trará conseqüentemente maior acessibilidade patrimonial, cultural e social aos cidadãos que vivem no meio rural. Desse modo, gradativamente, há a implementação do acesso dos interessados nessa reforma aos demais direitos, além da terra propriamente dita, como saúde, educação, tecnologias, cultura, lazer, esporte. Além da efetivação de direitos e garantias fundamentais, necessários para o desenvolvimento e a qualidade de vida, perquirir esse alcance real funciona, também, como mecanismo de empoderamento da comunidade agrária camponesa.

### **Considerações finais**

É preciso concluir. As constatações aqui feitas não são resultantes apenas dos quesitos relacionados às desigualdades sociais. Foram levados em consideração os reflexos de alguns indicadores dessas desigualdades como causas da ampliação e de intensificação das situações conflitivas agrárias com suas *violências reais* e *simbólicas*. A marginalização social do campo produzida pela pouca atuação ou omissão estatal é um tipo de *violência simbólica* que sustenta o argumento antirreforma agrária da classe dominante, ao se afirmar: as pessoas não estão qualificadas para a produção. É porque deixaram de ser feitos investimentos públicos na educação, antes; e, também, porque não há equipamentos de saúde, bem como há escassez de água e energia elétrica, no campo, hoje, como fatores que desestimulam ou impedem a permanência, com dignidade, no meio rural brasileiro. A luta pela concretização de direitos e garantias constitucionais deve ser acompanhada da análise de todo esse contexto de modo que sejam maiores as possibilidades de elaboração, aprovação e

execução de políticas públicas com expectativa de efetividade no campo.

À vista disso, é possível verificar que a atuação dos administradores é requisito fundamental para a busca de maiores igualdades (ou menores desigualdades), entre os cidadãos, principalmente quando se tratar de um grupo que possui um alto grau de vulnerabilidade, e em várias formas, como acontece com a comunidade rural e a que se encontra em espaços urbanos, mas tem interesse imediato na reforma agrária.

As políticas públicas, de certa forma, hoje, são um dos meios de maior eficácia para reduzir desigualdades, porém, apenas a sua oferta não dará condições amplas de eficiência, ficando apenas limitado ao básico existencial, logo, é preciso que além da implementação exista o monitoramento e o acompanhamento destas políticas, na busca por sua efetividade, além de proporcionar mecanismos para que esta parcela da população possa se empoderar, através da educação e do conhecimento, rompendo as formas simbólicas de manutenção do poder.

Conclui-se que, diante da existência de campos sociais dominantes e dominados, faz-se necessária, principalmente, a ação estatal, campo com maior capital simbólico, pois possibilita uma atuação substancial. No meio rural, campo dominado, não é diferente. Imprescindível torna-se a existência de atividades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para que as políticas públicas alcancem as categorias camponesas, que sofrem com diversas modalidades de violências reais, notadamente nos conflitos agrários, decorrentes da falta de acesso à terra, bem como da falta de acesso a direitos e garantias constitucionalmente assegurados.

Sem dúvidas, o rompimento da violência simbólica, vale dizer, o arbítrio mascarado que legitima as situações existentes, fazendo com que sejam naturalizadas relações de opressão – fato que ocorre no meio rural – dá visibilidade aos problemas enfrentados, fazendo com que se enxergue os problemas existentes e se possa buscar as melhores soluções. Contudo, nota-se que, por inúmeras vezes, como ocorre no contexto agrário, os componentes dos campos dominantes não possuem disposição para possibilitar a ascensão social dos pobres e empobrecidos, mantendo seu poder simbólico por meio do fator normativo de poder da violência simbólica. Neste aspecto, este trabalho procura denunciar a violência existente, para que possam ser alimentadas as lutas sociais que visam ao desfazimento de relações arbitrárias de poder, com vistas à promoção do acesso à terra e à realização dos demais direitos e garantias fundamentais, em busca da superação da violência simbólica (com suas consequências reais) caracterizada pelo descumprimento de importantes promessas constitucionais, como a da reforma agrária.

## Referências

APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. 1. ed. – 4. reimpr. Curitiba: Juruá, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016.

BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/c\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/c_03/Leis/L0601-1850.htm).

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: jan.2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm).

\_\_\_\_\_. **CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 5065/2016**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082470>.

BUCCI, Maria de Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005 (Pensamento Criminológico, v. 10).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: Edusc, 2001.

DIEESE; NEAD; MDA. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4.ed.-- São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. p. 35. Disponível em: [http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/707/Estatisticas\\_Meio\\_Rural\\_2011.pdf?sequence=3](http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/707/Estatisticas_Meio_Rural_2011.pdf?sequence=3)

FIDELES, Júnior Divino. **A justa indenização nas desapropriações agrárias: como se formam as superindenizações**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017.

IBGE, **Censo Agropecuário**. Brasil: 1985/2006.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010: População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010**. Disponível em: [http://www.censo2010.ibge.gov.br/sino\\_pse/index.php?dados=1&uf=00](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sino_pse/index.php?dados=1&uf=00).

INCRA. **Reforma Agrária**: Pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da Reforma Agrária. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/media/reforma\\_agraria/questao\\_agraria/pqra%20%20apresentao.pdf](http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/questao_agraria/pqra%20%20apresentao.pdf). Acesso em: jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Obtenção de terras**. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/Aquisicao\\_de\\_terras](http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras).

LARANJEIRA, Raymundo. **Direito Agrário**: perspectivas críticas. São Paulo: LTr, 1984.

LISITA, Cristiane. **Fundamentos da propriedade rural**: conflitos agrários e justiça social. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil** – Smartlab de Trabalho Decente MPT - OIT. 2017. Disponível em: <http://observatorioescravo.mpt.mp.br>.

MIRANDA, Carlos; SILVA, Heitchel. **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%%A9rie-DRS-vol-21.pdf>.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Capus-Elsevier, 2000.

PRAXEDES, Walter. **A educação reflexiva na teoria social de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Loyola, 2015.

SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Reforma agrária: promessa constitucional (o conflito e a função social da propriedade)**. In: Revista de Direito Agrário, MDA, Incra|Nead, ABDA, Ano 20, n. 21, 2007, p. 295-346.

\_\_\_\_\_. **Direito como efetividade e luta pela terra no Brasil**. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2016.

TARRÉGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. Et al. **Observatório da atuação do Poder Judiciário nos conflitos agrários decorrentes de ocupações de terra por movimentos sociais nos estados do Pará, Mato Grosso, Goiás e Paraná (2003-2011)**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás / Faculdade de Direito, 2012.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**, v. 04, Direito das Coisas. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

---

## Sobre os autores

---

**Ana Maria de Carvalho** – Graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é mestranda em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessora no Ministério Público do Estado de Goiás. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5825-5204>

**José do Carmo Alves Siqueira** – Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC). Mestrado em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professor na Universidade Federal de Goiás (UFG) e advogado. **Orcid** - <https://orcid.org/0000-0001-7667-355X>

---

### Como citar este artigo

---

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **José do Carmo Alves Siqueira** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a autora **Ana Maria de Carvalho**, pela aquisição de dados, suas interpretação e análise e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 04 de setembro de 2019.

Devolvido para a revisão em 13 de abril de 2020.

Aceito para a publicação em 05 de maio de 2020.

---

# **A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 – 2019)**

**Renata Cattelan**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Toledo, Paraná, Brasil.  
e-mail: renata.cattelan@gmail.com

**Marcelo Lopes de Moraes**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Toledo, Paraná, Brasil.  
e-mail: marcelomoraes.unioeste@gmail.com

**Roger Alexandre Rossoni**

Universidade Federal Tecnológica Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil.  
e-mail: roger.rossoni@gmail.com

## **Resumo**

A reforma agrária no Brasil foi pauta de discussões durante as décadas de 1950/1960 e, posteriormente nas décadas de 1980/1990, construindo-se diálogos com relação a sua necessidade, efetividade e a maneira como poderia ser aplicada. Sem consenso, a política de reforma agrária foi implementada de maneiras diferentes na tentativa de sanar problemas no meio rural. O objetivo deste artigo é analisar a ação dos governos em cada ciclo político direcionado à reforma agrária, a partir de 1995. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica, que procura em fontes escritas, contextualizar uma ação. Se notam as divergências entre as ações em cada governo, com direcionamentos distintos, entretanto, os resultados têm sido semelhantes, já que não houve de fato uma reforma agrária no Brasil.

**Palavras-chave:** Política agrária; governos; sazonalidade.

## **Agrarian reform in political cycles of Brazil (1995 – 2019)**

### **Abstract**

The agrarian reform in Brazil was the subject of discussions during the 1950s and 1960s, and later, in the 1980s and 1990s, dialogues were built on its necessity, effectiveness and how it could be applied. Without consensus, the agrarian reform policy was implemented in different ways in an attempt to solve problems in rural areas. The objective of this article is to analyze the action of the governments in each political cycle directed to the agrarian reform, from 1995. The methodology used is the bibliographic review, which searches in written sources to contextualize an action. It is noted the differences between the actions of each government, with different directions, however, the results have been similar, since there was indeed a land reform in Brazil.

**Key-words:** Agrarian policy; governments; seasonality.

## **Reforma agraria en los ciclos de Brasil (1995 – 2019)**

### **Resumen**

La reforma agraria en Brasil fue objeto de debates durante las décadas de 1950 y 1960 y, posteriormente, de 1980 y 1990. Estos periodos construyeron diálogos acerca de la suya necesidad, efectividad y la manera como la reforma podría ser aplicada. Sin consenso entre los implicados, la política de reforma agraria se implementó de diferentes maneras, en un

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 23, n. 55, pp. 138-164	Set.-Dez./2020	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	---------------------------	----------------	-----------------

intento de resolver los problemas en las zonas rurales. Por lo tanto, este estudio analiza la acción del gobierno brasileño dirigido a la reforma agraria, a partir de 1995. La metodología utilizada es la revisión bibliográfica, que busca describir y contextualizar una acción. Se evidenciaron diferencias entre las acciones de cada gobierno, adoptando diferentes direcciones socioeconómicas, aun observó que fueran alcanzados resultados similares, ya que, de hecho, no hubo una reforma agraria efectiva en Brasil.

**Palabras-clave:** Política agraria; gobiernos; estacionalidad.

## Introdução

O legado histórico brasileiro na questão agrária diz respeito à concentração exacerbada da terra entre latifundiários. O problema relacionado a isso, atualmente, corresponde à dificuldade de desenvolvimento no meio rural e possíveis entraves para o crescimento do país. Mas, de acordo com Alcantara Filho e Fontes (2009), os problemas relacionados à distribuição de terras são herança das práticas concentradoras do período colonial. Com a chegada dos portugueses, o território brasileiro passou ao domínio público de Portugal por direito de conquista, e “a transferência de terras públicas à iniciativa privada se deu através de concessões de Sesmarias, comercialização, trocas e legitimação de posses no decorrer da história” (ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009, p. 65).

No tocante a Sesmarias, Almeida e Serra (2012) descrevem que essa foi a primeira forma de acesso jurídico à terra no Brasil, sendo essa a base do latifúndio, e perdurou até 1822. Com a extinção do período sesmarial, conforme Silva (1997), inicia-se um novo período de legitimação de terras no Brasil, que durou até o surgimento da Lei de Terras em 1850. O autor denomina esse período de quase 30 anos de “Império de posses”, já que a ausência de uma regulamentação de terras resultou na posse como única forma de aquisição. Consequentemente, verifica-se o aumento no número de posseiros e de grandes propriedades.

A Lei de Terras de 1850 estabeleceu que “a aquisição de terras no Brasil seria possível somente por intermédio da compra”. Mas essa lei tinha como objetivo dificultar o acesso à terra pelos imigrantes e negros, já que foi elaborada por grandes latifundiários (ALMEIDA; SERRA, 2012).

Da Lei de Terras, até meados do século XX, a terra foi uma questão secundária para os governos, pelo menos do ponto de vista das políticas diretas ao setor. A ascensão da indústria, a partir das primeiras décadas desse século, aconteceu, de fato, vinculada e compatível com o complexo do café, predominante no comércio e na política do período, conforme expõem Cano (2007) e Martins (1979). Para os referidos autores, a crise do complexo cafeeiro fez com que emergisse uma classe de latifundiários com habilidades empresariais e que foram amparados por infraestrutura e superestruturas, ou seja,



investimentos estatais tanto em ferrovias e portos, como instituições auxiliares, o que permitiu a passagem de recursos para o setor industrial.

Já com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e a destruição causada na Europa, a fome se tornou um problema mais presente e as políticas de combate à pobreza e à fome passaram a entrar em pauta. Uma delas era a reforma agrária, que visava aumentar a produção de alimentos. Apesar da reforma agrária ser uma saída, foi a introdução da modernização agropecuária que prometeu sanar o problema da fome.

A década de 1960 foi decisiva no Brasil para que a chamada Revolução Verde se estendesse por todo o território. Os grandes latifundiários foram, mais uma vez, beneficiados pelas políticas de incentivo do aumento da produtividade agrícola. Foi com a promessa de acabar com a fome que os pacotes tecnológicos foram inseridos no meio rural, contudo o que se observou, subsequentemente, não foi bem isso. Apesar da produção agropecuária ter atingido níveis históricos, as consequências foram o êxodo rural, a concentração de terras, a desigualdade e a pobreza no campo.

As políticas agrárias brasileiras sofreram diversas modificações ao longo das décadas, tendo por características serem priorizadas ou não em cada governo. A partir de 1960 há um destaque particular à política de reforma agrária, por sua importância para o início do governo militar, a partir de 1964, visto que era uma das reformas pretendidas pelo então presidente João Goulart, acusado de alinhamento com o Socialismo (SOUZA, 2008).

Logo no início do governo militar, ainda no ano de 1964, foi instituído o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), que direcionou a política agrária brasileira para o campo da colonização. Isso quer dizer que não se pode confundir, a partir desse instrumento governamental, a reforma agrária e o processo de colonização, visto que a colonização é feita, em regra, em terras públicas e a reforma agrária tem por premissa a função social da terra, relativa a propriedade privada, devendo implicar em redistribuição e não na distribuição, como foi promovido no período (BRANDÃO, 2009).

O governo militar acabou por utilizar das regulamentações agrárias existentes para promover a modernização da agricultura, que incentivava especialmente os maiores produtores. Os mais de 20 anos do período militar, quanto à questão agrária, foram marcados pelo êxodo rural, pela propagação da monocultura primária exportadora e pela concentração de terras no Brasil (BACHA, 2012).

As pressões pela reforma agrária ressurgiram juntamente com a redemocratização brasileira, a política passou a constar na Constituição Federal de 1988 e a ser uma possibilidade de promoção da justiça social no campo, assim como de incentivar a produção de alimentos, já muito discutido internacionalmente, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial.

A partir de 1988, esperava-se que a reforma agrária efetivamente acontecesse, da maneira como nunca havia ocorrido, desapropriando os grandes latifúndios que não cumprissem com a sua função social e colocando neles famílias que necessitassem da terra para viver e produzir. O projeto de reforma agrária gestado durante a década de 1980, objetivava construir uma política integrada com outros setores, não somente inserindo as famílias nas terras, mas dando condições de produção e oferecendo serviços públicos básicos. Os primeiros anos da década de 1990 mostraram que o projeto de reforma agrária não aconteceria dessa maneira e que as lutas experimentadas na década de 1980 necessitariam de continuidade, pressionando o governo nas desapropriações. Levando esse contexto em consideração, o objetivo da pesquisa é analisar a ação dos governos em cada ciclo político direcionado para a reforma agrária, a partir de 1995<sup>1</sup>. A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, que procura em fontes escritas, contextualizar uma ação.

O artigo está dividido, além desta introdução, em outras oito seções. A segunda seção apresenta dados relacionados à reforma agrária para os períodos políticos. Uma terceira seção refere-se aos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, uma quarta seção com relação aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, bem como uma quinta seção sobre o governo de Dilma Rousseff. A sexta seção refere-se ao governo de Michel Temer e a sétima sobre o início do governo de Jair Messias Bolsonaro e as perspectivas futuras do seu governo. As considerações finais compreendem a oitava seção.

## **A reforma agrária em dados (1990-2018)**

A Constituição Federal de 1988 foi um marco institucional e jurídico no que diz respeito à política de reforma agrária no Brasil. Pós redemocratização os movimentos sociais voltaram a atuar livremente e, com novos projetos, pressionaram a inserção da função social da terra<sup>2</sup> como condição para a utilização de terras no Brasil. Caso descumprida a função, a terra poderia ser desapropriada para fins de reforma agrária. Esse aspecto contribuiu para que se elevassem as expectativas quanto à formalização de uma política de reforma agrária realmente eficiente.

Com o passar dos anos, após a Constituição, visualizou-se um cenário em que o meio rural continuava dominado pelo latifúndio e que, além disso, ganhava forças a função primária exportadora do Brasil. O poder dos grandes proprietários de terras impediu as

---

<sup>1</sup> A periodização utilizada inicia em 1995, haja vista que, para algumas variáveis, os dados até 1994 somente se encontram agregados, e separados anualmente, a partir de 1995. O último ano analisado se refere a 2016 para alguns dados e 2018 para outros, isso decorre do fato de que eram os dados mais recentes para aquela variável.

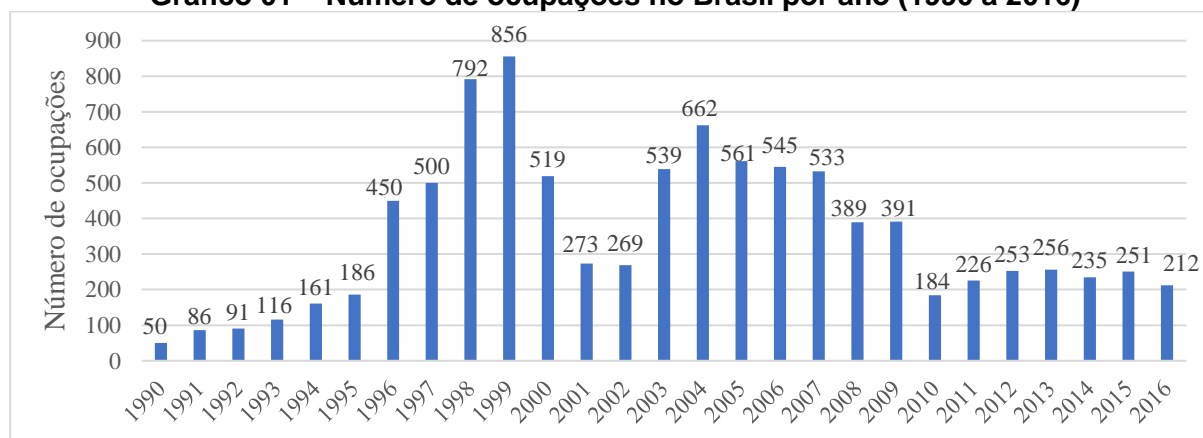
<sup>2</sup> A função social da terra refere-se ao cumprimento das legislações ambiental e do trabalho, bem como outras legislações pertinentes ao meio rural e social.

desapropriações e impossibilitou a implementação da política da maneira como era prevista. A realidade vivenciada no início da década de 1990 não era entusiasta para a reforma agrária e para aqueles que esperavam pela terra.

O Gráfico 01<sup>3</sup> mostra o número de ocupações realizadas no Brasil entre os anos de 1990 e 2016. No início da década de 1990, observa-se um crescimento no número de ocupações e, a partir de 1996, um salto, isso porque se percebeu que as desapropriações, como prometidas pela Constituição Federal de 1988, não aconteceriam, e seria necessário pressionar o governo para que a reforma agrária acontecesse. As pressões sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito em 1994, se concentraram, principalmente, no fato de que ocorreram muitas mortes por conflito agrário, como as chacinas de Corumbiara (RO), na qual morreram 12 pessoas, e Eldorado dos Carajás (PA), com 21 mortes.

As ocupações realizadas continuaram aumentando até 1999, ano que foram registradas 856 ocupações por todo o Brasil. Nessa época, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já havia se organizado em praticamente todos os estados brasileiros, e procurava, junto à grande quantidade de pessoas acampadas, fazer valer a redação dada à função social da terra pela Constituição.

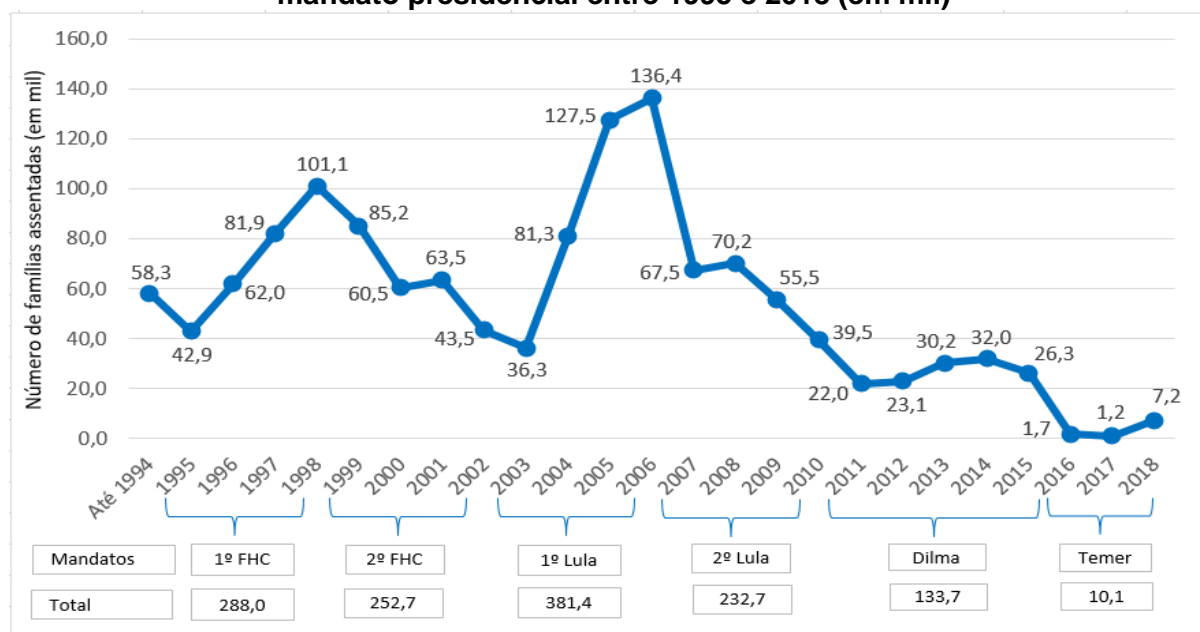
**Gráfico 01 – Número de ocupações no Brasil por ano (1990 a 2016)**



Fonte: elaboração dos autores com base em dados do Dataluta (2017).

As pressões sobre o governo FHC resultaram em tentativas de reduzir o conflito agrário. No primeiro governo (1995-1998), priorizou-se a criação de assentamentos e o período foi um dos que mais assentou famílias na história da reforma agrária recente no Brasil. Conforme Gráfico 02, o primeiro mandato FHC foi o segundo que mais assentou famílias, ficando atrás apenas do primeiro mandato Lula (2003-2006).

<sup>3</sup> Os dados utilizados ao longo do texto foram obtidos em INCRA (2019) e DATALUTA (2017). A utilização de fontes distintas leva em consideração que os dados eram importantes e não poderiam ser obtidos em apenas uma das fontes.

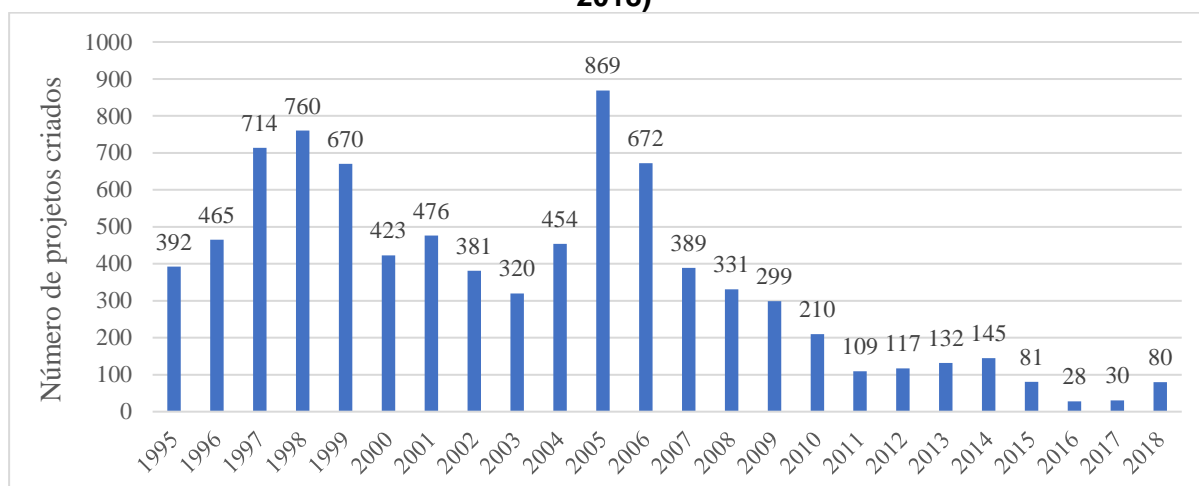
**Gráfico 02 – Número de famílias assentadas pela reforma agrária até 1994 e por ano e mandato presidencial entre 1995 e 2018 (em mil)**

Fonte: elaboração dos autores com base em dados do INCRA (2019).

No Gráfico 01 pode-se observar, ainda, que as ocupações se reduziram no início do século XXI e voltaram a aumentar a partir de 2003, com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), se mantendo acima da média da década anterior até 2009, sendo que o último ano de governo de Lula foi 2010. O governo de Lula era uma promessa para a reforma agrária, isso pode ter motivado as ocupações. Os anos posteriores, até 2016, mantiveram-se abaixo da média. O governo Dilma (2011-2016) foi um período de descrédito para a reforma agrária, o MST perdeu forças e as ocupações podem ter se reduzido devido à falta de perspectiva quanto às desapropriações.

O número de famílias assentadas, conforme Gráfico 02, confirma o fato de que a reforma agrária passou, a partir do governo Dilma, por um processo de enfraquecimento. O número de famílias assentadas já vinha caindo desde 2008, no segundo mandato Lula, mas, a partir de 2011, se manteve nos menores patamares desde 1995, com o governo FHC. Os anos liderados por Michel Temer, a partir de setembro de 2016 até final de 2018, registraram os menores números dos últimos 24 anos, assentando pouco mais de 10 mil famílias.

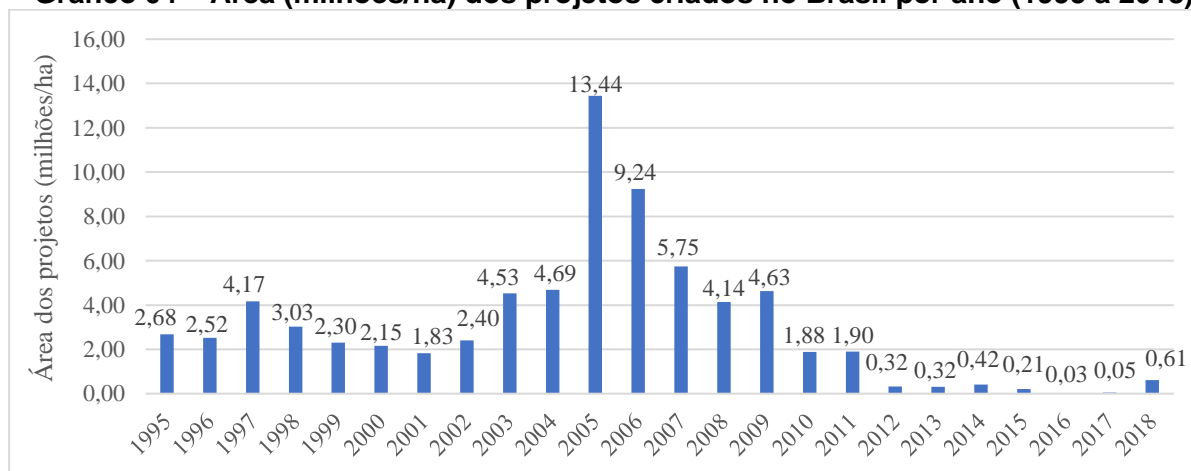
O Gráfico 03 complementa esses dados ao apresentar o número de projetos de assentamento criados no Brasil em cada ano. Nota-se a queda acentuada a partir de 2005, que culmina, em 2016, com o menor número de assentamentos criados desde 1995.

**Gráfico 03 – Número de projetos de assentamento criados no Brasil por ano (1995 a 2018)**

Fonte: elaboração dos autores com base em dados do INCRA (2019).

O Gráfico 04 mostra ainda que, ao analisar a área dos projetos criados, o ano de destaque também é 2005, acima dos números da década anterior e dos governos posteriores. A soma das áreas dos projetos entre 2011 e 2018 é menor que a maioria dos anos anteriores, compreendendo os menores valores da série.

Acompanhando a tendência geral da aplicação da política de reforma agrária, o Gráfico 05 mostra o número de decretos desapropriatórios assinados pelos presidentes para cada ano, entre 1995 e 2018. Há um destaque para o ano de 2015, em que não foi efetuado nenhum decreto. Por outro lado, o ano de 1998 foi o que obteve o maior número de decretos, 845 ao todo. Há uma tendência de redução ao longo do tempo, sendo praticamente irrisórios a partir de 2015.

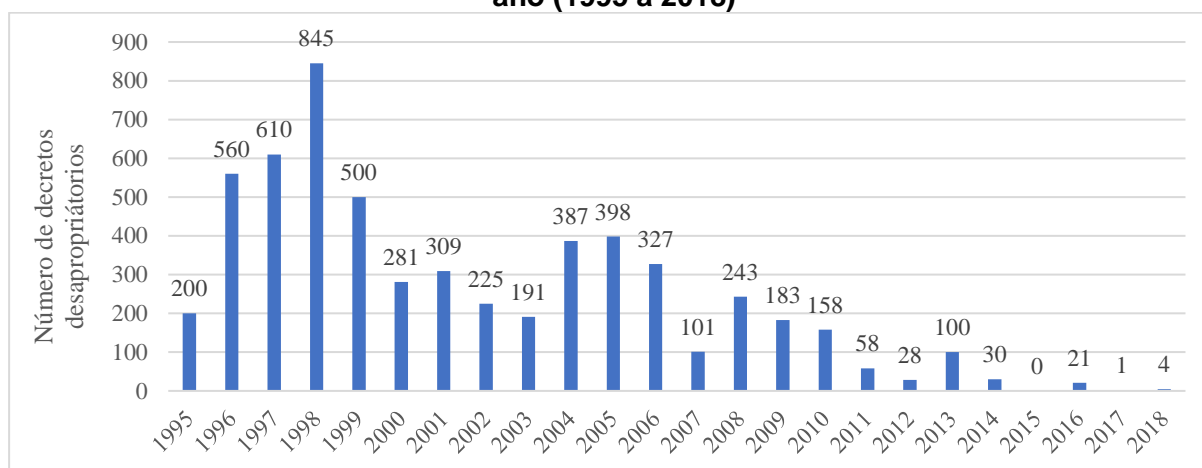
**Gráfico 04 – Área (milhões/ha) dos projetos criados no Brasil por ano (1995 a 2018)**

Fonte: elaboração dos autores com base em dados do INCRA (2019).

Levando em considerações os dados apresentados e a tendência de redução da aplicação da política de reforma agrária, mesmo que não implementada da maneira como se

esperava, o Gráfico 06 complementa esses dados, mostrando o Índice de Gini para a terra para alguns anos selecionados. O Índice de Gini para a terra mede a desigualdade com relação ao tamanho das propriedades, por esse motivo, é possível observar a concentração da terra. O índice se situa entre 0 e 1, quanto mais perto de 1 mais concentrada é a terra e quanto mais perto de 0, menor é a concentração. Nota-se reduções no índice entre os anos de 1998 e 2003, e de 2011 para 2012. Contudo, o ano de 2014 apresentou um aumento significativo, ficando acima do valor do índice para o ano de 1998, com 0,860.

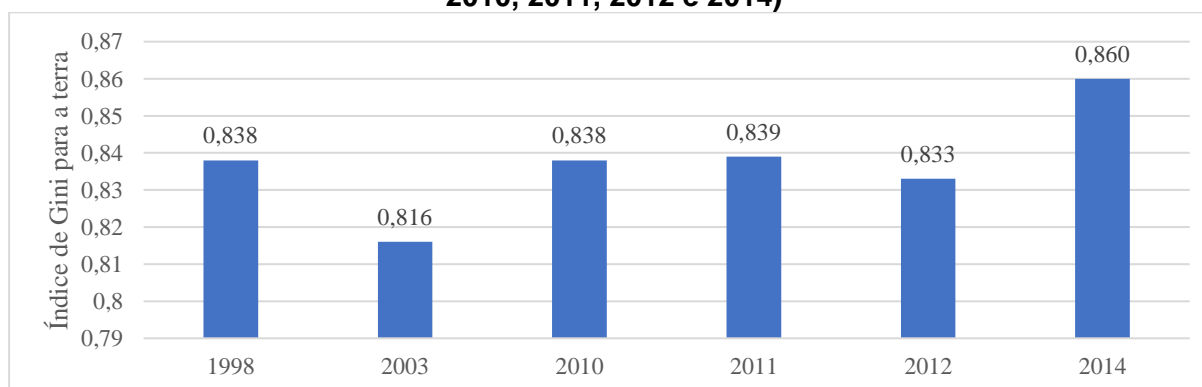
**Gráfico 05 – Número de decretos desapropriatórios assinados pelos presidentes por ano (1995 a 2018)**



Fonte: elaboração dos autores com base em dados do INCRA (2019).

Observados os dados entre 1995 e 2018, as principais características são o aumento das ações para programas de reforma agrária no primeiro mandato FHC e redução no segundo. Esse fato também é válido para os dois mandatos de Lula, contudo, o primeiro mandato de Lula foi o que mais assentou famílias, que apresentou as maiores áreas para assentamentos e o maior número de projetos.

**Gráfico 06 – Índice de Gini da terra para o Brasil em anos selecionados (1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014)**



Fonte: elaboração dos autores com base em dados do Dataluta (2017).

O governo Dilma marca um enfraquecimento das ações da reforma agrária, sendo que o final do seu primeiro mandato (2014) apresenta Índice de Gini para terras maiores que o de 1998, último ano do primeiro mandato FHC. O governo Temer, a partir de meados de 2016, bate recordes ainda mais baixos, praticamente extinguindo a política de reforma agrária e promovendo ações apenas paliativas, que evitem confrontos.

Essa seção teve por objetivo apresentar dados da reforma agrária referentes aos ciclos políticos, a partir de 1995, com FHC, posteriormente os governos Lula, Dilma e Temer, até 2018, para fins de comparação. As seções subsequentes procuram compreender as ações realizadas em cada governo, com relação à reforma agrária, e discutir as perspectivas futuras da política pública.

### **Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**

A década de 1990 se iniciou com uma paralisia na 'reforma agrária' que, mesmo de maneira lenta, vinha acontecendo durante a década de 1980. Apesar da nova legislação e da Constituição Federal de 1988 como embasamento legal, o governo de Fernando Collor (1990-1992) tornou a legislação complicada e, muitas vezes, contraditória, e a função social da terra, determinada pela nova Constituição, nunca foi aplicada (MIRALHA, 2006).

Apesar de derrota politicamente, a reforma agrária passou a ser motivo expressivo de luta de movimentos sociais como o MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os movimentos repercutiram a nível nacional pelas ocupações, pelo contingente de pessoal envolvido e o número de latifúndios ocupados. Assim como apresentado pelo Gráfico 01, no primeiro mandato de FHC foi visível a mudança com relação ao número de ocupações, contando, ainda, com o aumento dos conflitos agrários, como destaca Tavares dos Santos (2000). O autor destaca que o período de maior tensão nos conflitos agrários fora entre 1993 e 1998, que abrange o primeiro mandato FHC (1995-1998).

Diante dos confrontos violentos que vinham acontecendo no meio rural, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito em 1994, propôs diferenciar conceitualmente a agricultura familiar da agricultura patronal. A partir dessa conceituação, foram elaboradas as primeiras políticas específicas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Projeto Lumiar de assistência técnica, a implementação do Programa de Crédito Especial para Áreas da Reforma Agrária (PROCERA) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que viria a atuar nas questões agrárias (OLALDE; PORTUGAL, 2004). Como justifica Martins (2003), foi no primeiro governo FHC que a reforma agrária encontrou o seu sujeito: a agricultura familiar, e

o Estado teve um papel significativo nas reorientações tomadas pela política de reforma agrária.

A agricultura familiar ainda era vista pela maioria somente como aquela de subsistência, arcaica, com técnicas atrasadas e baixa produtividade (MARTINS, 2003). O primeiro governo FHC atuou em várias frentes, procurando estabilizar a economia do país. Foi provavelmente a principal ação elaborada pelo governo na época. Contudo, sabia-se que para expandir a economia de um país que por muito tempo foi vítima da superinflação, era necessário aumentar a produtividade da economia como um todo, atender aos problemas sociais e gerar renda. A reforma agrária não deixava de ser uma política que procurava atender ao propósito geral de desenvolvimento da nação, apesar de não ser tratada como tal (COELHO, 2016).

O governo FHC foi marcado por dicotomias entre a solução de problemas relacionados ao pequeno produtor paralelo ao projeto de abertura comercial que afetava negativamente esses mesmos produtores. A reforma agrária ganhou um impulso significativo especialmente no primeiro período liderado por FHC (1995-1998), como é exibido no Gráfico 02, com o número de famílias assentadas pela reforma agrária no Brasil por ano.

Coelho (2016) enfatiza que o primeiro mandato FHC foi marcado pela tentativa de eliminar os conflitos pela terra e as pressões realizadas pelos movimentos de trabalhadores rurais e sem terras, para isso foi feita uma extensa política de assentamentos. O Gráfico 02 mostra um expressivo aumento no número de famílias assentadas, chegando a um total de 288 mil famílias entre 1995 e 1998, sendo o segundo período que mais assentou, ficando atrás somente do primeiro mandato de Lula.

O segundo mandato FHC (1999-2002) foi um período chamado convenientemente de “reforma agrária de mercado”. Apesar de não ser um consenso sobre a inserção da reforma agrária no contexto da abertura comercial, o governo inseriu políticas relacionadas à especialização produtiva dos pequenos agricultores, incluindo aqueles assentados pela reforma agrária, procurando incorporar essa classe de agricultores à competitividade com a agricultura patronal e internacional (COELHO, 2016). Essa “reforma agrária de mercado” foi realizada por meio de políticas como o Programa Cédula da Terra, Programa de Acesso Direto à Terra e Programa Novo Mundo Rural. Nesse contexto, também foi criado o Banco da Terra, que possibilitava financiar imóveis rurais.

A política de reforma agrária, feita por meio do mercado, foi inspirada e realizada nos termos e incentivos do Banco Mundial, financiado por este último que adotava características neoliberais. Esse modelo difundido pelo Banco Mundial também foi inserido em outros países. A proposta prometia uma modernização na maneira de fazer a reforma



agrária em contraposição ao modelo já ultrapassado e arcaico utilizado em muitos países, como o Brasil (PEREIRA; SAUER, 2011).

Dentre os programas desenvolvidos e implementados nos mandatos de FHC destinados à agricultura familiar e, portanto, atingindo os assentados, está o PROCERA, considerado o principal programa de reforma agrária do governo FHC. O programa buscou, por meio de recursos subsidiados, financiar o processo produtivo dos assentamentos. Os recursos foram oriundos dos fundos constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e do Orçamento Geral da União. Tais recursos são geridos pelos Bancos do Brasil, do Nordeste e da Amazônia, e a liberação dos projetos de financiamento foi realizada por comissões estaduais formadas por representantes dos assentados, movimentos sociais e do governo. Cada família tinha direito a receber até R\$ 16.000,00, com prazo de até sete anos para pagamento, com possibilidade de carência por dois anos, no caso crédito para investimento e cooperativo, e abatimento de 50% do valor financiado (CARDOSO, 1997).

Entre 1995 e 1997, foram aplicados R\$ 552 milhões, beneficiando cerca de 110 mil famílias (CARDOSO, 1997). Em 1998, o PROCERA foi incorporado ao PRONAF. Segundo Almeida (2000), a extinção do PROCERA representa um retrocesso visto que desconsidera as especificidades da reforma agrária, tratando diferentes (agricultura familiar e assentado) como iguais. O autor salienta que o PROCERA representa uma conquista social no que tange à democratização do acesso à terra.

Em 1997, criou-se, também, um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias de agricultores assentados, integrando MDA, INCRA, Ministério da agricultura e bancos do Nordeste e da Amazônia, entidades representativas dos trabalhadores rurais e o governo estadual (CARDOSO, 1997). Marinho et al. (1999) indicam que o projeto, apesar de apresentar limites em sua implementação, é reconhecido e valorizado pelas famílias assentadas que participaram, bem como demais agentes envolvidos.

O programa Cédula da Terra, realizado em parceria com o Banco Mundial, visava destinar crédito para a associação de produtores assentados. As associações de produtores, por meio de processo formal, indicavam qual a área desejada para produção e tal processo era submetido para avaliação pelo INCRA. Caso o processo fosse aprovado, as associações recebiam um financiamento com prazo de pagamento de até vinte anos (CARDOSO, 1997).

O programa iniciou no Ceará, no ano de 1997 e foi expandido para Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Na prática, verificou-se que o programa atuou como um mecanismo de compra e venda de terras dos grandes proprietários, desconsiderando o papel social da terra no contexto do assentado (COELHO, 2016).

O Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, foi criado para financiar a aquisição de terras para trabalhadores rurais não

proprietários de terra (BRASIL, 1998). O trabalhador rural escolhia quais as terras de seu interesse e negociava diretamente com o proprietário. Assim como o programa Cédula da Terra, o Banco da Terra pode ser interpretado como um mecanismo de compra e venda de terras dos grandes proprietários, transformando a reforma agrária em um “grande negócio” (COELHO, 2016).

Paralelo à essas políticas, em 1999 o governo lançou o programa Novo Mundo Rural, que buscava, por meio da inserção dos assentados aos mercados, gerar um desenvolvimento rural. Na lógica do programa, o assentado é visto como empreendedor do agronegócio. As principais críticas estão relacionadas a esse enfoque de mercado, desconsiderando a dimensão social do assentamento. Conforme Coelho (2016), o assentamento passou a ser visto apenas como locus produtivo e não como espaço social do assentado.

O último grande programa relacionado à reforma agrária do governo FHC foi lançado em 2000. O Programa de Acesso Direto à Terra, como o próprio nome sugere, criava um mecanismo de solicitação direta entre assentado e governo. O interessado deveria se dirigir ao correio, preencher determinados formulários e aguardar o retorno do governo em até quatro meses. Na prática, o programa apresentou diversos problemas operacionais e pode ser considerado um fracasso (COELHO, 2016).

Já na metade do segundo mandato, o governo FHC instituiu a Medida Provisória (MP) nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000, que alterou as Leis 4.504/1964, 8.177/1991 e 8.629/1993 e o Decreto-Lei 3.365/1941, e foi considerada um marco para a reforma agrária, ficando conhecida como a “lei anti-invasão”, pois sua finalidade era reduzir o número de invasões que vinha ocorrendo na década de 1990. A MP criou um conceito de “criminalização” das invasões/ocupações<sup>4</sup> realizadas pelos movimentos sociais e isso foi determinante para reduzi-las (NASCIMENTO; SAES; ZYLBERSZTAJN, 2010). Observando os dados do Gráfico 01 visualiza-se que o número de ocupações no Brasil passou de 856, em 1999, para 519, em 2000, e 273, em 2001, uma redução de aproximadamente 68% de 1999 para 2001, sendo que a MP foi instituída em meados do ano de 2000.

Com relação às políticas de distribuição de terra do governo FHC, Alentejano (2004) critica os resultados divulgados, expondo que grande parte dos assentados da reforma agrária são, na realidade, regularizações, e por este motivo não são mérito do governo. Cerca de 75% das regularizações ocorreram na fronteira agrícola das regiões Norte e Centro-Oeste. Outra crítica é o fato de não haver um planejamento previamente estabelecido, sendo que as desapropriações e compra de terras ocorreram de maneira localizada, visando evitar maiores conflitos agrários. Há, ainda, a falta de infraestrutura e

---

<sup>4</sup> Ressalta-se que as palavras “invasão” e “ocupação” possuem significados diferentes no contexto da reforma agrária brasileira, contudo a MP não faz essa distinção.

condições de sobrevivência nos assentamentos, as famílias foram inseridas nas terras e não foram proporcionadas condições de escoamento da produção, a assistência técnica foi precária, a educação e a saúde praticamente não existiam.

O autor supracitado enfatiza que, como não houve uma reformulação da política agrária, apesar dos números (Gráfico 02) mostrarem a inserção de grande contingente de famílias nos assentamentos, as condições de produção não garantiram o bem-estar dessa parcela da população, além de continuarem à margem dos programas tradicionais de política agropecuária.

Em síntese, no primeiro mandato, FHC apostou que resolveria a questão agrária com a expansão dos assentamentos, mas a questão agrária era muito mais estrutural e, sem condições de geração de renda no campo, se manteve. No segundo mandato, FHC incorporou a reforma agrária voltada ao mercado, procurando inserir os assentados na lógica do mercado, principalmente para atender a abertura comercial e competir com a agricultura internacional (GIRARDI; FERNANDES, 2008).

Ao analisar as políticas relacionadas à luta agrária no governo FHC, verifica-se uma certa incoerência. Apesar da expansão do número de famílias assentadas, parte dos programas priorizaram o desenvolvimento produtivo e a inserção dos assentados nos mercados, desconsiderando a dimensão social dos assentamentos, resultando na manutenção da fragilidade do meio rural. Destaca-se que o crédito para aquisição de terras beneficiou os grandes proprietários de terra. Desse modo, a luta agrária se manteve sob fortes tensões.

### **Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)**

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e o início de seu governo em 2003 foi marcado pela esperança que a agricultura familiar e as famílias sem terras depositaram no presidente eleito, que tinha por característica o alinhamento com essas classes. Era uma promessa de Lula assentar mais famílias, realizar a reforma agrária desapropriatória de maneira ágil e expansiva. Ainda em 2003, foi criado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA)<sup>5</sup>, que ensejava fazer cumprir as promessas (FERNANDES, 2008).

O Plano tinha como objetivo garantir o acesso à terra, gerar emprego e renda, e garantir acesso à saúde, educação, energia e saneamento. Entre suas metas, o II PNRA

---

<sup>5</sup> O I PNRA foi criado em 1985 para o período 1985/1989. Tinha por objetivos a exploração racional da terra, a promoção da justa distribuição da propriedade, o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 1985). Para mais informações, consultar Sobreiro Filho, Cardoso e Valério (2019).

objetivava implantar 400 mil novas famílias assentadas, regularização da posse de terras de 500 mil famílias e atender 130 mil famílias por meio de crédito fundiário (BRASIL, 2005).

Em 2007, com o final do programa, os resultados foram inferiores aos planejados. Os indicadores demonstraram 448.954 beneficiários do programa, sendo 163 mil beneficiários em novos assentamentos e os demais de regularização ou reordenação fundiária. Após o II PNRA, a pauta da reforma agrária foi suprimida da agenda política. Desse modo, Oliveira (2011, p. 8) indica que, apesar dos avanços, a reforma agrária do governo Lula “deu início à contra reforma agrária acoplada à expansão do agribusiness no Brasil”.

O início do século XXI foi de afirmação e expansão do agronegócio monocultor e agroexportador. O fortalecimento dessa classe fez com que as pressões sobre o governo também se ampliassem. Conforme Santos (2010), o apoio de Lula ao agronegócio foi mais expressivo que para a agricultura familiar, principalmente pelo deslocamento da fronteira agrícola para a Amazônia Legal, para áreas de preservação de recursos naturais e por meio de incentivos financeiros, como financiamentos e subsídios agrícolas.

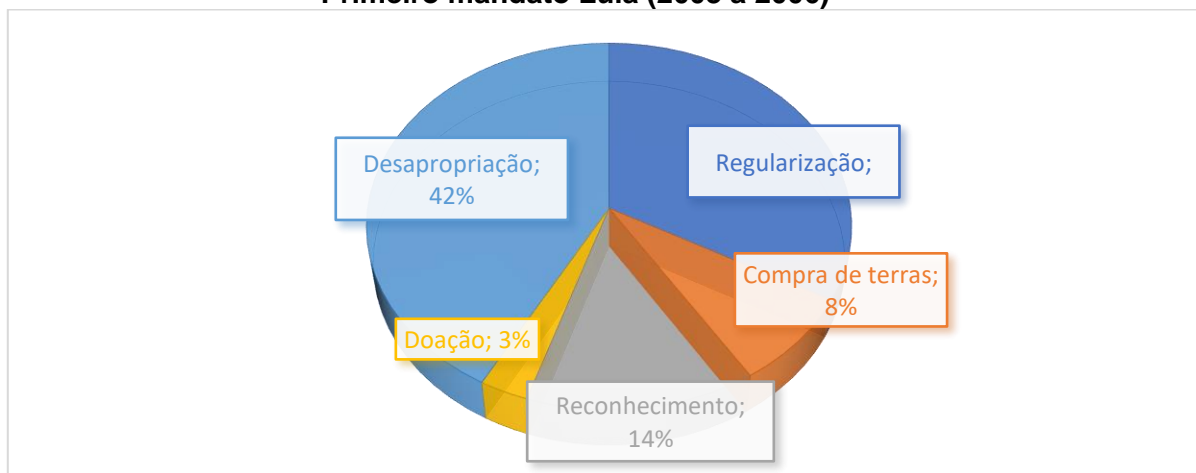
De forma complementar ao II PNRA, cria-se, em 2003 o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O programa financia, além do acesso à terra, à estrutura e o desenvolvimento das unidades produtivas. Desse modo, seu objetivo está atrelado ao acesso à terra, bem como à redução da pobreza rural e a consolidação dos pequenos produtores. Galindo et al. (2015), ao analisar o impacto do PNCF sobre o valor bruto de produção agropecuária, indicam que, apesar das críticas quanto ao modelo de operação, o programa afetou positivamente os agricultores de mais baixos recursos. Contudo, entre outros grupos, a depender do recorte geográfico e dos beneficiários, esses resultados foram distintos. Em contraposição, a pesquisa realizada por Amon-há (2012) para o estado do Rio Grande do Norte identificou que o PNCF não foi direcionado para reduzir a concentração fundiária, o que não estaria de acordo com a função esperada por ações de reforma agrária.

Conforme posiciona Fernandes (2008), a ação principal do governo Lula com relação à reforma agrária não foi de realizar a política desapropriatória, assim como era esperado, mas de regularizar áreas de ocupação. Para Santos (2011), as críticas inferidas a essas ações se baseiam no fato de que regularizar áreas já ocupadas não interfere na estrutura fundiária, e, portanto, não pode ser considerada uma “reforma” mas sim uma “reconceitualização”, como é proposto por Fernandes (2008), visto que cada vez menos o governo enfrente os problemas de concentração de terras gerados pelo agronegócio crescente, ou seja, não há exatamente um enfrentamento da questão agrária, mas ações paliativas para as famílias sem terras.

O Gráfico 07 mostra o número de famílias assentadas no primeiro mandato de Lula, entre 2003 e 2006 diferenciando-se a forma de obtenção das terras. Nota-se que 33% do

total foi de responsabilidade das regularizações de ocupações, 14% do reconhecimento da terra e 8% feita por meio da compra direta da terra pelo governo com posterior distribuição.

**Gráfico 07 – Número de famílias assentadas por política de obtenção de terras – Primeiro mandato Lula (2003 a 2006)**



Fonte: elaboração dos autores com base em dados do Dataluta (2017).

O primeiro mandato de Lula (2003-2006) caracterizou-se pela pretensão em harmonizar ações para a agricultura familiar e ações para a agricultura patronal. As desapropriações foram bem menores que o esperado, e o projeto de reforma agrária foi baseado nas regularizações. Os dados apresentados no Gráfico 02 dizem respeito ao total de famílias assentadas independentemente de serem por vias desapropriatórias ou regularizações, por este motivo há fortes críticas direcionadas ao fato de que há uma manipulação nesses dados.

Outrossim, nota-se que há uma intenção implícita em mostrar às famílias que se cumpria o que havia sido prometido antes mesmo da eleição em 2002, na qual, por outro lado, o governo procurava mascarar os incentivos à setores ligados ao agronegócio monocultor. Lula foi reeleito em 2006, apesar das contradições e insatisfações das classes alinhadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), do qual fazia parte, e da ideologia do seu governo. O segundo mandato (2007-2010) continuou seguindo o mesmo perfil de atuação.

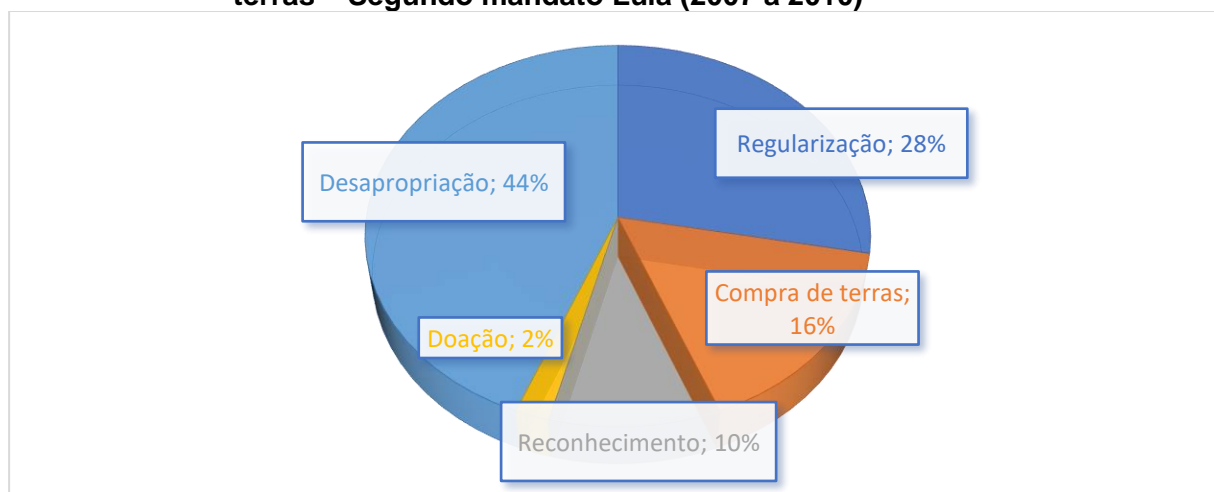
A compra de terras se intensificou, como é apresentado no Gráfico 08. O segundo mandato do governo Lula se mostrou ineficiente em expandir as desapropriações e a tentativa de equilibrar o incentivo ao agronegócio e a priorização da agricultura familiar fez com que os movimentos sociais perdessem forças e passassem a criticar o governo.

No Gráfico 08, observa-se que o percentual de desapropriações aumentou, entretanto, como apresentado no Gráfico 02, o número total de famílias assentadas decresceu entre 2007 e 2010, com uma queda expressiva de 2006 para 2007. Em termos gerais, a “reforma agrária” do segundo mandato foi uma continuação do primeiro, apesar de

um contingente muito menor de famílias assentadas que reduziu de um total 381 mil para 232 mil famílias assentadas entre os mandatos.

O governo de Lula foi baseado, basicamente, na política assistencialista e o programa de reforma agrária ficou no plano de combate à pobreza. Procurou-se desenvolver os assentamentos existentes e regularizar locais onde já havia ocupações. Foi uma preocupação nesse período recuperar a confiança dos movimentos sociais e da base aliada, visto que o governo Lula havia sido uma decepção para a reforma agrária. Observa-se, conforme Gráficos 02, 03 e 04, que foi feita uma tentativa de assentar o maior número de famílias, abranger grandes áreas e elaborar novos projetos para que os números fortalecessem a relação entre governo e aqueles responsáveis pelas pressões agrárias (ENGELMAN, 2012).

**Gráfico 08 – Número de famílias assentadas por política de obtenção de terras – Segundo mandato Lula (2007 a 2010)**



Fonte: elaboração dos autores com base em dados do Dataluta (2017).

Os dois mandatos liderados por Lula podem ser sintetizados pela esperança criada e posterior decepção das classes que esperavam um governo totalmente comprometido com as questões agrárias e enfrentando o agronegócio monocultor. Firmiano e Mafort (2018) destacam que o governo Lula se baseou em dois princípios com relação à política de reforma agrária, primeiro não a fazer nas áreas dominadas pelo agronegócio e, segundo, fazê-la de maneira que os assentados pudessem se integrar ao agronegócio. Basicamente, seguiu o que foi proposto no governo FHC como o 'Novo Mundo Rural'.

Pode-se destacar algumas políticas criadas no período que procuravam solucionar os problemas no campo e as políticas utilizadas para a aplicação da política de reforma agrária, mesmo sem ter acontecido da maneira como se esperava. Sabourin (2008) destaca que é evidente o fato de que o governo Lula não conseguiu aplicar a política de reforma agrária. De Souza Esquerdo e Bergamasco (2013) apontam ainda que a reforma agrária

deveria ter sido colocada como uma decisão política para solucionar a questão agrária e, sobretudo, mudar o meio rural, desconcentrando a terra, gerando renda e emprego, o que faz parte do desenvolvimento da nação.

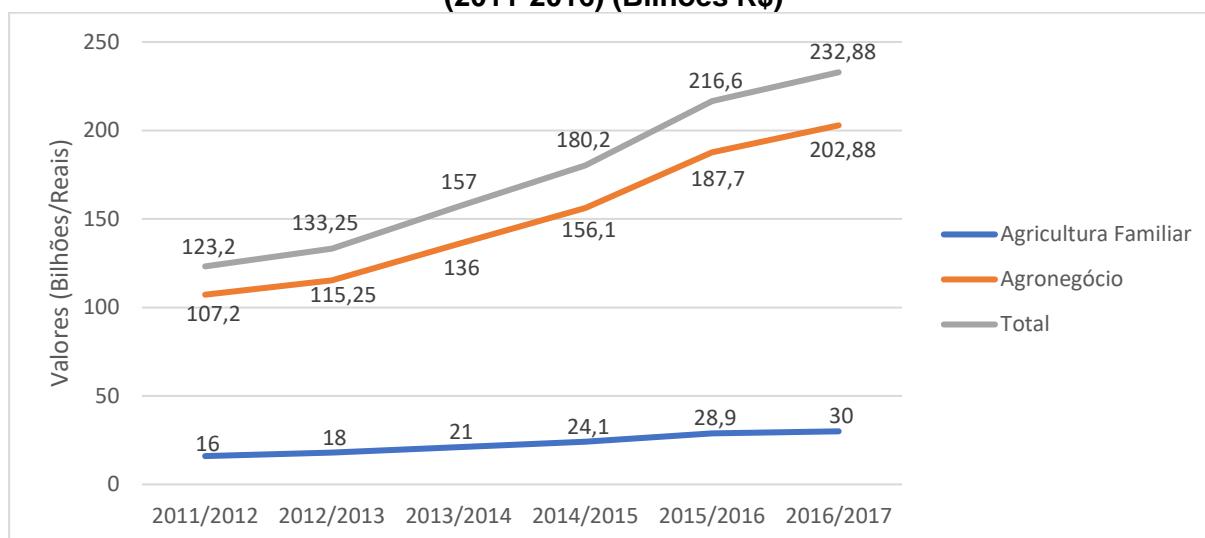
Os movimentos sociais que por muito tempo haviam apoiado a candidatura de Lula e que se alinhavam à ideologia do PT, passaram a criticá-los pela falta de ações, pelas promessas não cumpridas, dentre outras frustrações que foram características desse governo.

Apesar da grande expectativa de mudança nas políticas agrárias, o governo Lula não atendeu aos anseios do movimento agrário. Como exposto anteriormente, os resultados foram aquém dos previstos na expansão dos assentamentos, com enfoque no reconhecimento de assentamentos já existentes. Enquanto o governo FHC apresentou avanços quantitativos em termos de novas famílias assentadas, o governo Lula apresentou avanços qualitativos, com maior atenção à dimensão social dos assentamentos. De modo geral, verifica-se a expansão do agrobusiness exportador, acompanhado de medidas amenizadoras para os assentamentos.

### **Governo Dilma Rousseff (2011-2016)**

No final do ano de 2010 é eleita Dilma Rousseff, aliada política do então presidente Lula, com o slogan da coligação “Para o Brasil seguir mudando”, e isso já determinaria que o próximo período seria de uma continuidade dos oito anos liderados por Lula. Quando candidata, Dilma enfatizava a redução da pobreza, entretanto, não necessariamente se apoiando em reformas como a agrária. Muitas promessas de campanha não cumpridas de Lula foram promessas novamente na primeira eleição de Dilma, porém, na prática não aconteceram mudanças significativas entre os dois governos (COSME, 2016). O autor afirma que as promessas, mesmo que escassas, com relação à reforma agrária, não foram cumpridas ao final do primeiro mandato, em 2014.

Os números apresentados pelo Gráfico 01 demonstram que o governo Dilma foi o que menos assentou até aquele ano, com valores muito abaixo do esperado. Não houve preocupação em elaborar um planejamento, propostas e programas de realização da reforma agrária. O Gráfico 04 demonstra a opção de direcionamento dos recursos para o crédito agrícola com relação à divisão entre a agricultura familiar e o grande agronegócio.

**Gráfico 04 – Distribuição dos recursos para o crédito agropecuário no governo Dilma (2011-2016) (Bilhões R\$)**

Fonte: Adaptação própria com base em Cosme (2016).

Nota-se a opção pela destinação de recursos para o agronegócio. O Plano Safra 2013/2014 foi o primeiro que incluiu o público da reforma agrária. Antes disso, os agricultores assentados não podiam acessar esse tipo de crédito. Essa expansão do público foi importante para a melhor distribuição dos recursos, entretanto, o valor bruto aplicado não acompanhou o aumento dos destinatários da política (FEIJÓ, 2013).

Firmiano e Mafort (2018) salientam que aconteceram diversos cortes nas políticas públicas e sociais do governo Dilma, com relação aos dois governos Lula. Henig (2018, p. 345) concorda em posicionar o governo Dilma como “um real desastre para a reforma agrária”, isso pois sua participação na formação de assentamentos e redistribuição de terras foi muito menor que o esperado, dando continuidade a uma redução já nos últimos anos do governo Lula.

Em 2015, o governo Dilma não havia realizado nenhuma desapropriação. Com um cenário de impeachment próximo, em abril de 2016, a então presidente assinou 21 decretos de desapropriação, num total de 35 mil hectares, numa tentativa de reaproximação com os movimentos sociais, conforme Souza (2016). O autor ainda indica que, enquanto Lula esforçou-se em conciliar as políticas da agricultura familiar, agrária e do agronegócio, o governo Dilma simplesmente abandonou a ideia de redistribuição de terras.

De Souza Esquerdo e Bergamasco (2013) salientam que a reforma agrária foi excluída das estratégias adotadas pelo governo Dilma, que priorizava a redução da pobreza, mas não investiu na redução da pobreza no campo, fazendo uma reforma agrária eficiente. Isso pode estar relacionado à queda na demanda, visto que há menos pessoas acampadas e, portanto, menos pessoas buscando o lote de terras da reforma agrária. De fato, o Gráfico 01 mostra uma queda nas ocupações a partir de 2010, entretanto os fatores para isso



podem estar associados, também, à falta de expectativa com as desapropriações, que não vinham sendo feitas desde o final do governo Lula.

Nakatani, Faleiros e Vargas (2012) colocam que as tentativas de inserção da reforma agrária, enquanto projeto de desenvolvimento rural e social, foram frustradas, levando em consideração um contexto de adesão a abertura comercial, incentivo ao grande capital, inclusive o agropecuário, e uma crescente erosão da cidadania. Apesar do aumento da terra cultivável de 26,7% em 1980, para 31,3% em 2010, mantém-se uma crítica desigualdade, a dificuldade de acesso à terra e a concentração fundiária.

### **Governo Michel Temer (2016-2018)**

Michel Temer passou a governar o Brasil a partir de 31 de agosto de 2016 até o final do ano de 2018, completando o segundo mandato da então presidente Dilma Rousseff, que sofreu impeachment, do qual era vice-presidente.

Junior (2018) aponta o governo Temer como responsável pelo aumento da violência no campo, com a reforma agrária paralisada e com a indicação do governo de apoio à grande propriedade, muitas foram as retiradas de ocupações, o que, conseqüentemente, gerou embates violentos. O ano de 2017 registrou 70 assassinatos no campo, que já vinha de resultados crescentes desde 2013, sendo o maior número desde 2004.

Uma das ações deste governo, que marcaram a questão agrária, foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado no governo FHC. Outra ação foi a titulação em definitivo dos assentamentos mais antigos, permitindo, assim, a venda legal dessas terras. Essa política poderá provocar, ao longo dos próximos anos, um aumento significativo das aquisições de terras de assentados, colocando essas terras no mercado e voltando a concentrá-las. Além disso, o governo Temer cancelou as desapropriações e as demarcações de terras indígenas e quilombolas (ALENTEJANO, 2018).

A indicação de Blairo Maggi, Senador pelo Mato Grosso, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo um dos maiores produtores rurais do país, indicou o posicionamento do governo Temer com relação à prioridade agrária voltada ao grande agronegócio (ALENTEJANO, 2018).

Conforme Balanço 2017, apresentado pelo INCRA e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil, em abril de 2016 o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu a seleção de novos beneficiários para a reforma agrária visto que o programa apresentava cerca de “686 mil indícios de irregularidades na execução da política” (BRASIL, 2018, p. 03). Essa suspensão permaneceu até setembro de

2017, quando já contava com a aprovação da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que colaborou intimamente para este cenário.

A Lei nº 13.465 atua sobre a política de regularização fundiária rural e urbana, incluindo a Amazônia legal, além de modificar procedimentos de alienação de imóveis públicos. Cabe destacar que a referida lei faz possível dar um título definitivo àqueles que ocupam imóveis da União de maneira irregular, incluindo espaços da Amazônia legal, o que gera um debate sobre a regularização da grilagem de terras. Inclui também novas regras para a seleção de assentados, além de passar a conceder os títulos das propriedades de maneira incisiva (BRASIL, 2017). Segundo Manfrin (2017) foram concedidos mais de 90 mil títulos de propriedades em 26 estados brasileiros após a lei ser sancionada.

Arelado a estes números, os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostraram que 1,01% das propriedades rurais possuem 47,52% da área total dos estabelecimentos agropecuários, enquanto 50,91% dos estabelecimentos possuíam 2,28% da área total. De 1980 para 1985 o indicador melhorou, assim como de 1985 para 1995. Contudo de 1995 para 2006 eles pioraram, assim como de 2006 para 2017 (IBGE, 2018).

O Gráfico 02 mostra o número reduzido de famílias assentadas no governo Temer, apesar de compreender um período menor que os quatro anos regulamentares dos outros governos. Observa-se a tendência de esquecimento da política de reforma agrária, confirmado ainda pelo número de projetos criados (Gráfico 03) e a área dos projetos criados (Gráfico 04), que já eram os menores valores da série desde 2012, no governo Dilma.

## **Governo Bolsonaro e perspectivas futuras (2019-2022)**

Jair Messias Bolsonaro foi eleito no ano de 2018 e assumiu a presidência em 2019. Seu plano de governo, organizado para disputar as eleições, se encontra carregado, nas entrelinhas, de um discurso contrário à política de reforma agrária. Como menciona Duarte (2019), o plano infere que a propriedade privada não poderá ser invadida ou expropriada, o que pode estar relacionado à maneira de ocupação e desapropriação das terras.

O tema “reforma agrária”, contudo, sequer é citado no plano de governo do, agora eleito, presidente. Essa ausência pode ser um alerta aos movimentos sociais de acesso à terra e para a própria política de reforma agrária, haja vista que o governo Bolsonaro não nega a proximidade com os grandes produtores brasileiros, bem como com a produção extensiva do agronegócio de commodities (DUARTE, 2019). Além disso, o então governo se posiciona contra os movimentos sociais e não possui pretensão em realizar uma reforma agrária social.

Nos primeiros meses de governo a principal atuação foi a suspensão da política de reforma agrária, conforme documento enviado às superintendências regionais do INCRA no dia 27 de março de 2019, a qual afirma que a paralisação das atividades se dá por conta da redução de gastos públicos (MST, 2019). Essa sinalização indicava a ruptura da política de reforma agrária que seguiria os próximos meses do governo. Em 20 de fevereiro de 2020, Bolsonaro publicou o Decreto nº 10.252, que extinguiu cargos e funções do INCRA, exonerando e dispensando funcionários (BRASIL, 2020).

Tendo esse cenário em perspectiva era de se esperar que as ações com relação a política de reforma agrária fossem mínimas. As decisões tomadas pelo governo que interferem nesse contexto dizem respeito, prioritariamente, a diminuir a ação dos movimentos sociais e do INCRA e estabelecer novas diretrizes para a ocupação de terras públicas na fronteira agrícola da Amazônia Legal. Conforme citado, o governo de Michel Temer já havia regularizado a ocupação desses espaços. No final de 2019, Bolsonaro havia assinado uma Medida Provisória que estendia a regularização de terras públicas invadidas até 2014, contudo, a MP perdeu a validade em maio de 2020, sem ser votada na Câmara dos Deputados e do Senado. Nesse ínterim, um Projeto de Lei foi proposto, para regularizar esses imóveis que tenham sido ocupados até 2008. O projeto ainda está em tramitação (SENADO FEDERAL, 2020).

Ressalta-se que os dados oficiais do INCRA não são atualizados desde 2018, isso pode estar relacionado aos cortes de pessoal realizados no instituto ou à falta de dados, propriamente dita, com relação aos números da reforma agrária.

As perspectivas para os próximos anos do governo Bolsonaro não são animadoras para aqueles que esperavam por uma política de reforma agrária consolidada. Contando com os cortes orçamentários realizados pelo governo, bem como da sua posição contrária à política de reforma agrária, é possível que esta, enquanto política social, fique adormecida por um demasiado período.

A inércia do governo em relação a questão agrária não resolverá os problemas que caminham a passos largos. É importante destacar que a política de reforma agrária necessita ser discutida e pensada como um importante delineamento do desenvolvimento, a qual é requisito para um crescimento estruturado e de longo prazo. Organizar a política de reforma agrária requer uma avaliação das ações já construídas na história e, sobretudo, o enfrentamento das enraizadas políticas latifundiárias, exige ousadia. Não é isso que se espera do governo Bolsonaro.

## **Considerações finais**

O objetivo dessa pesquisa foi analisar os governos a partir de 1995 com relação às ações direcionadas para a política agrária. Utilizando-se de dados e da revisão bibliográfica, nota-se que foram efetuadas algumas tentativas de iniciar uma política de reordenamento agrário, entretanto a execução não atendeu às necessidades da questão agrária em nenhum momento histórico. Sequer pode-se dizer que aconteceu uma reforma agrária no Brasil. As ações foram paliativas, com vistas a conter conflitos agrários, reduzir os conflitos ideológicos e atenuar as tensões da expectativa dos movimentos sociais e dos sem-terra.

A inserção de uma política massiva de criação de assentamentos, como feito por FHC em seu primeiro mandato, levantou a questão da qualidade desses assentamentos que, na maioria das vezes eram esquecidos depois de criados, mantendo condições de vida de pobreza, sem desenvolver atividades produtivas, sem condições de saúde e educação ou mesmo de escoamento da produção.

No segundo mandato, o governo FHC apostou em realizar uma reforma agrária voltada para o mercado, os programas criados deixaram evidente que existia um sentido de inserir o pequeno produtor, até então sem-terra, num movimento global de alta produtividade, mesmo sem oferecer serviços públicos básicos e sem dar condições de reprodução social.

O governo liderado por Lula, a partir de 2003, era uma esperança para aqueles que esperavam pela reforma agrária. Contudo, as ações se concentraram em equilibrar o grande latifúndio do agronegócio com o pequeno produtor, o que não agradou aos movimentos sociais, aliados históricos de Lula e do PT. Apesar de ser o governo que mais assentou, dentre os analisados, não foram registradas mudanças significativas na independência dos assentamentos.

No segundo mandato de Lula, iniciou-se uma redução nos números da reforma agrária: menos áreas, menos projetos de assentamentos e menos famílias assentadas. Esse processo foi continuado no governo de Dilma e agravado ainda mais a partir do governo de Temer. Os números da reforma agrária a partir de 2014 não são tão significantes quanto os anteriores e mostram que a política de reforma agrária tem ficado em segundo plano na agenda política nacional.

Com a ascensão do governo Bolsonaro, em 2019, a política agrária foi minimizada, assim como as ações de órgãos atrelados. As expectativas são ainda menores na implantação de uma nova política de reforma agrária efetiva, visto que, nesses primeiros dezessete meses (01/2019 – 05/2020) de governo, as ações do governo se concentraram em tirar essa política de foco. A intenção, provavelmente, seja extinguir o processo de desapropriação e redistribuição de terras, alinhado com o pensamento dos grandes

latifundiários brasileiros, ato este que tem dado certo até o momento, levando em consideração que não acontecerem represálias contra as medidas adotadas pelo governo.

Não há entusiasmo com a perspectiva da reforma agrária atual, há alta probabilidade de a política de reforma agrária ficar engavetada por alguns anos. Por este motivo, é necessário que um plano estruturado e sustentável seja elaborado, que seja de longo prazo, que leve em consideração a dinâmica rural, que possa inserir novas atividades, novos serviços públicos, que efetive a desconcentração de terras, que gere emprego, renda e dinamismo econômico. Que proporcione destravar o meio rural, tirar as amarras do histórico arcaico do latifúndio. Que possibilite além de crescer, desenvolver o Brasil.

## Referências

ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista HEERA**, p. 63-85, 2009.

ALENTEJANO, P. A POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO TEMER: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 308-325, 2018.

ALENTEJANO, P. R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. **Agrária (São Paulo Online)**, n. 1, p. 2-15, 2004.

ALMEIDA, A. C. S.; SERRA, E. Concentração de terras no Brasil – um olhar acadêmico sobre o processo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21. 2012 Uberlândia, **Anais eletrônicos** [...]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/979\\_2.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/979_2.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2019.

AMON-HÁ, R. **Concentração da Posse da Terra e o Programa Nacional de Crédito Fundiário** – Uma análise para o estado do Rio Grande do Norte, 2006 – 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

BACHA, Carlos J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRANDÃO, L. C. K. A colonização brasileira, do descobrimento ao Estatuto da Terra. **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 1, 2009.

BRASIL. Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020. Aprova A Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão [...]. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.252-de-20-de-fevereiro-de-2020-244585036>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1985. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i\\_pnra.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil. **Balanço 2017**: reforma agrária, regularização fundiária e agricultura familiar. Brasília: [s. n.], 2018. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/apresentacao-balanco-2017-incra-e-sead-final.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998**. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp93.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp93.htm)>. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos [...]. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm)>. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Brasília: Versal Multimídia, 2005.

CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 5ª ed. Campinas: Unicamp. IE, 2007.

CARDOSO, F. H. **Reforma agrária: compromisso de todos**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

COELHO, F. Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 20, n. 2, p. 179-192, 2016.

COSME, C. M. Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível a classe trabalhadora. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 17, n. 1, 2016.

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra**: Relatório Brasil 2016. São Paulo: [s. n.], 2017. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_brasil\\_2016.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2016.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

DE ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. PROCERA versus PRONAF: vejo o futuro repetir o passado. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 9, n. 1, p. 83-87, 2000.

DE SOUZA ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. **Interciencia**, v. 38, n. 8, p. 563-569, 2013.

DUARTE, J. P. P. Planos de governo dos presidencialistas: uma análise sobre a abordagem da reforma agrária para a gestão 2019-2020. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano VIII, n. 16, 2019.

ENGELMANN, S. I. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista eletrônica da CEMOP**, [s. n.; s. v.], 2012. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt4/a\\_questao\\_agraria.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt4/a_questao_agraria.pdf)>. Acesso em 12 jun. 2020.

FEIJÓ, R. L. C. **A maioria do PRONAF**: uma avaliação crítica do programa de apoio à agricultura familiar em seus 18 anos de vida. São Paulo: FEA-RP/USP, 2013. 26 p. (Texto para discussão, n. 6/2013).

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista OSAL**, ano, v. 9, p. 73-85, 2008.

FIRMIANO, F. D.; MAFORT, K. C de O. A reforma da contrarreforma agrária no Brasil. **Libertas**, v. 18, n. 2, 2018.

GALINDO, E.; RESENDE, G. M.; CASTRO, C. N. de; CRAVO, T. A. **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)**: uma avaliação de seus impactos regionais. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 8, p. 73-98, 2008.

HENIG, E. V. Políticas sociais, Estado e a reforma agrária pós-constituição de 1988. **Revista Videre**, v. 10, n. 19, p. 323-349, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/263>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

IN CRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Números da Reforma Agrária**. 2019. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

JÚNIOR, J. C. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 649-663, 2018.

MANFRIN, J. 90 mil famílias com títulos de terra. **Jornal O Paraná**, [s. l.] 2017. Disponível em: <<https://www.oparana.com.br/noticia/90-mil-familias-com-titulos-de-terra>>. Acesso em: 29 maio 2019.

MARINHO, D.; BARBIERO, A.; PEREIRA, E.; MARQUES, M. Projeto Lumiar: uma avaliação qualitativa. **Extensão Rural**, n. 6, p. 97-114, 1999.

MARTINS, J. de S. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Revista Tempo Social**, São Paulo, p. 141-175, nov. 2003.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, jan./jun. p. 151-172, 2006.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Governo Bolsonaro volta a suspender a reforma agrária no país**, [s. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2019/03/28/governo-bolsonaro-volta-a-suspender-a-reforma-agraria-no-pais.html>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, v. 110, n. 1, p. 213-240, 2012.

NASCIMENTO, V. E. de S.; SAES, M. S. M.; ZYLBERSZTAJN, D. Direitos de propriedade, investimentos e conflitos de terra no Brasil: uma análise da experiência paranaense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 3, jul./set. 2010.

OLALDE, A. R.; PORTUGAL, C. A. Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. **Anais eletrônicos** [...] Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: <<http://sober.org.br/palestra/12/11O480.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2019.

OLIVEIRA, A. U. Não reforma agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13, 2011, Costa Rica. **Anais eletrônicos** [...]. Costa Rica: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2019.

PEREIRA, J. M. M.; SAUER, S. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, set./dez. 2011.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.

SANTOS, R. O. C. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

SENADO FEDERAL. **MP da regularização fundiária perde validade e é substituída por projeto de lei**. Senado notícias, 2020. Disponível em: <[SILVA, A. J. \*\*A política fundiária do Regime militar\*\*: Legitimação privilegiada e grilagem especializada \(Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra\). 1997, Tese \(Doutorado em Sociologia\) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/20/mp-da-regularizacao-fundiaria-perde-validade-e-e-substituıda-por-projeto-de-lei#:~:text=A%20MP%20estabelecia%20novos%20critérios,propriedades%20que%20podem%20ser%20regularizadas.></a>>. Acesso em: 11 jun. 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

SOBREIRO FILHO, J.; CARDOSO, M. A.; VALÉRIO, V. J. de O. Os Gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacional de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático. **Revista NERA**, Presidente Prudente, V. 22, n. 50, p. 91-115, set./dez. 2019.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 2000, Bogotá. **Anais eletrônicos** [...] Bogotá: [s.n.], 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2019.

---

## Sobre os autores

---



**Renata Cattelan** – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Atualmente é doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-1820-7205>

**Marcelo Lopes de Moraes** – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão. **OrcID** –

**Roger Alexandre Rossoni** – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão. Atualmente é professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus de Pato Branco. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1905-7010>

---

### Como citar este artigo

---

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez., 2020.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Renata Cattelan** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Marcelo Lopes de Moraes**, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise; e o terceiro **Roger Alexandre Rossoni**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 25 de setembro de 2019.  
Devolvido para a revisão em 27 de maio de 2020.  
Aceito para a publicação em 02 de julho de 2020.

---

# **As relações produtivas nos assentamentos rurais do Município de Nova Andradina/MS**

**Fabiano Greter Moreira**

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: fabiano.gm12@hotmail.com

## **Resumo**

O artigo apresenta as relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. O objetivo do trabalho foi analisar as perspectivas dos processos de produção dos assentados e como as relações produtivas ocorrem dentro e fora dos lotes, segundo os participantes da pesquisa. Utilizou-se como metodologia, a pesquisa qualitativa e a história oral, por meio, de entrevistas junto aos assentados do município. Os principais resultados analisados determinaram que as relações produtivas nos assentamentos do município, possuem características particulares, e que se diferem uns dos outros, de acordo com as aptidões de cada assentado em seu lote. Entretanto, a produção de leite está presente em todos os assentamentos, sendo uma das principais fontes de renda nos lotes.

**Palavras-chave:** assentados; comercialização; Nova Andradina; relações produtivas.

## **The productive relations in the rural settlements of the Municipality of Nova Andradina/MS**

### **Abstract**

The article presents the productive relations in the rural settlements of the Municipality of Nova Andradina / MS. The objective of the study was to analyze the perspectives of the production processes of the settlers and how the productive relations take place inside and outside the lots, according to the participants of the research. The methodology used was qualitative research and oral history, through interviews with the settlers of the municipality. The main results analyzed determined that the productive relations in the settlements of the municipality, have particular characteristics, and that they differ from each other, according to the abilities of each settled in its lot. However, milk production is present in all the settlements, being one of the main sources of income in the lots.

**Keywords:** seated; commercialization; Nova Andradina; productive relationships.

## **Las relaciones productivas en los asentamientos rurales del Municipio de Nova Andradina/MS**

### **Resumen**

El artículo presenta las relaciones productivas en los asentamientos rurales del Municipio de Nova Andradina/MS. El objetivo del trabajo fue analizar las perspectivas de los procesos de producción de los asentados y cómo las relaciones productivas ocurren dentro y fuera de los lotes, según los participantes de la investigación. Se utilizó como metodología, la investigación cualitativa y la historia oral, por medio, de entrevistas junto a los asentados del municipio. Los principales resultados analizados determinaron que las relaciones productivas en los asentamientos del municipio, poseen características particulares, y que se diferencian unos de otros, de acuerdo con las aptitudes de cada asentado en su lote. Sin

embargo, la producción de leche está presente en todos los asentamientos, siendo una de las principales fuentes de ingresos en los lotes.

**Palabras clave:** asentados; comercialización; Nova Andradina; relaciones productivas.

## Introdução

As relações de produção nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina estão relacionadas às diversas condições e estratégias de sobrevivência pelos assentados e, uma delas, de acordo com Martins (1994), está interligada com a produção da força de trabalho no campo. A força de trabalho que os assentados possuem para se estabelecerem em seus lotes, bem como para produzir o seu autoconsumo e, produtos para venda ou troca, são transformados em rendimentos no lote, com o objetivo de contribuir em sua permanência na terra.

Oliveira (2007, p. 40) faz uma análise da produção camponesa contemporânea, através da lógica que o capitalismo trata a produtividade do trabalho camponês. O autor resume que “no trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do assentado, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada”. Na produção camponesa, convertem-se mercadorias em dinheiro, com a simples finalidade de adquirir meios necessários para satisfazer suas necessidades na propriedade, vendendo-se produtos excedentes para adquirir suprimentos.

Nesse sentido, esse artigo aborda as relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. O município possui quatro Projetos de Assentamentos (Teijin, Casa Verde, São João e Santa Olga). O percurso metodológico adotado para a realização desse trabalho foi a pesquisa qualitativa, que para Triviños (1987), é entendida como “estudo de campo”, ressaltando que a escolha dos depoentes é de fundamental importância para a pesquisa. Destaca-se na metodologia a “história oral”, que segundo Alberti (2005), pode ser definida como método de investigação, como fonte de pesquisa ou técnicas de produção e tratamento das entrevistas gravadas com nossos participantes. Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo percursos metodológicos descritos por Poupart (2014, p. 212) que trata a entrevista como de ordem ética e política, porque abrem “possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais”, neste caso, assentados dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.

Não determinamos um número prévio de participantes de nossa pesquisa qualitativa. Seguimos a operacionalização do “ponto de saturação”, formulado por Daniel Bertaux, que para Alberti (2004, p. 37), ocorre quando uma “pesquisa oral começa a se tornar repetitiva,

produzindo cada vez menos informação”, seja em seu conteúdo ou na forma pela qual se constrói a narrativa. Mesmo chegando a este ponto, é necessário que o pesquisador o ultrapasse para certificar-se da validade das entrevistas.

Realizamos entrevistas de longa duração com 19 (dezenove) assentados, divididos em: 04 (quatro) no PA São João, 05 (cinco) no PA Casa Verde, 05 (cinco) no PA Teijin e 05 (cinco) no PA Santa Olga. O recorte temporal de nossa pesquisa foi realizado no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018, restringindo nossas entrevistas apenas com os participantes que atendiam aos seguintes critérios: a) Primeiro (a) titular do lote (fator de suma importância, por nos proporcionar maiores informações sobre a trajetória de luta e permanência nos lotes); b) Responsável pelo lote (com o objetivo de compreender a dinâmica de luta nos lotes e suas relações sociais no assentamento); c) Residir no lote (somente os moradores fixos nos lotes permitirão maiores informações do assentamento e os conflitos socioterritoriais).

A produção dos assentados possui formas distintas comparadas com as relações capitalistas de produção, segundo Carneiro (1998). Se as relações de produção são heterogêneas, os assentados, sob a perspectiva da produção camponesa, buscam realizar um tratamento diferenciado com a sua produção, por meio de uma dedicação, de relações mais afetivas com seus bens, o cuidado da família com os animais e culturas, que não somente visam à lucratividade ou a extrema produtividade, mas, sobretudo um “produto bom” que possa alimentar sua família e, posterior de seus amigos, dos assentados, de consumidores/clientes, de intermediários, etc..

A luta pela terra está pautada na reprodução familiar nos lotes de assentamentos. Produção que alimenta sua família a partir de sua “terra de trabalho”, segundo Martins (1986). Os objetivos dos assentados em seus lotes se diferem da lógica da “terra de negócio” dos latifundiários, porém, convive no mesmo ambiente moderno das trocas de mercadorias chamado “mercado”. Este mercado, em sua grande maioria, induz ou provoca à inserção no sistema capitalista de produção por meio de seus intermediários e/ou a aquisição de insumos para seus lotes.

A dinâmica dos assentados configura relações de produção e de renda distintas um do outro. Cada assentado busca produzir e gerar rendimentos de acordo com suas possibilidades técnicas e financeiras e experiências adquiridas ao longo do tempo. Essas condições são heterogêneas tanto aos assentados como para cada assentamento do município pesquisado. Para tanto, a luta pela permanência na terra entrelaçada pelas relações sociais dos assentados permite afirmar que, a partir do momento que o assentado recebe seu lote, inicia uma nova reinvenção social para sua vida produtiva no campo, que gera renda de acordo com seu trabalho e se estrutura ao modo que buscam se unir para resistir em seus lotes. Para isso, buscou-se estruturar a pesquisa, em levantar os processos

de produção nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS, e abordagens do cenário de relações produtivo-econômicas da agricultura camponesa em face ao agronegócio.

### **Processos de produção nos assentamentos rurais**

A estrutura da produção camponesa pode ser apresentada em um conjunto de elementos articulados, que Oliveira (2007) cita da seguinte forma: a força de trabalho familiar; a ajuda mútua; a parceria; o trabalho acessório; a jornada de trabalho assalariada; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho.

Além da força de trabalho no campo, Martins (1980) nos apresenta outra condição que configura um dos instrumentos de maior importância na produção no meio rural, a terra, que, por meio dela, criam novas oportunidades, recriam novos significados no campo, tanto em relação às grandes propriedades, quanto em relação à propriedade familiar, sobretudo nos assentamentos rurais. A luta pela terra alimenta os movimentos sociais e, dá esperança àqueles que ainda não possuem um lugar para morar, e, busca na terra sobreviver e reproduzir o campesinato.

Carneiro (1998, p. 207) cita que a produção camponesa recria formas de produção distintas ao compará-las com a lógica capitalista da agricultura industrial, porém, articuladas, mas não se realiza em uma estrutura de processo único e rígido. A autora assegura que a utilização de técnicas ou combinação de recursos contribui para a redução dos custos de produção e aumentam a renda familiar, a qual atribui que a “tradição” vem socorrer a “modernidade” por meio de um “resgate de um saber ou de um estilo de vida camponês” de se expressar no campo. Esta tradição reforça a recriação de uma identidade social, ameaçada pelos riscos das relações capitalistas de produção.

Segundo Moura (1986), o camponês exerce um papel contraditório no campo onde resiste para não desaparecer e, por outro lado, é resultado do capitalismo que não o extingue e, ainda:

O camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinida e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem de reprodução do capital (MOURA, 1986, p. 18-19).

A razão de existência camponesa é distinta que qualquer outra, pois são portadores de um saber nas práticas, pautados na reprodução familiar, produzem seu autoconsumo, possibilitando sua recriação por meio de suas experiências vividas. As suas terras são controladas pelos assentados, bem como, a sua organização da produção, que são provenientes da sua força de trabalho, remetendo ao que Martins (1986) expõe “terra de trabalho”, se referindo à propriedade familiar (reprodução familiar a partir de seu próprio trabalho), e o contraditório, a qual se refere a “terra de negócio”, referência da propriedade capitalista (exploração do trabalho alheio), voltados à extração da renda e da mais-valia social dos trabalhadores.

Para Fernandes (2008), os processos de mudanças ocorrem com a construção de relações sociais, novos modos de vida, oriundos da expropriação territorial, porém, em alguns casos, a conveniência da renda da terra pelo capital é necessária para sua existência e permanência nos lotes. A sua força de trabalho utilizada dentro dos lotes, é instrumento de organização e luta para construir sua reprodução social nos assentamentos rurais. Podem ocorrer rendas complementares, que podem superar a da produção familiar nos lotes, porém, com o objetivo de contribuir a permanência no campo. Caso contrário, essa condição pode desencadear o arrendamento do lote ou a venda do mesmo, restando o seu deslocamento para centros urbanos mais próximos, ficando o lote a serviço de outros interesses.

Para Martins (2000, p. 45), estas construções e mudanças fazem parte das “relações mercantis modernas de reinvenção social”, que são relações vividas e conflitantes de acordo com a realidade de cada região. Portanto, as organizações sociais no campo e suas interfaces com o mundo moderno contribuem para o fortalecimento da produção nos lotes, bem como nos meios de comercialização de seus produtos.

As relações comerciais contemporâneas, ou seja, “o mercado, no sentido moderno da palavra, não coloca, face a face, dominantes e dominados, produtores e consumidores”, transcendem o simples fato de o dinheiro ser o mediador da transação mercantil. Este mercado que possui metamorfoses diárias conduz os assentados às transformações em sua organização da produção e, principalmente na transformação da terra e de sua força de trabalho, como forma de mercadoria a ser renunciada para a formação do capitalismo no campo de acordo com Moura (1986, p. 11).

Shanin (2005) descreve que os vínculos estabelecidos entre os movimentos de oferta/demanda/preço dentro das sociedades mercantis muda consideravelmente nas populações massivamente camponesas, mostrando que o mercado na exploração intercamponesa e interaldeias segue formas e direções específicas. O autor relata que a produção camponesa reproduz formas e critérios distintos da transação mercantil estabelecida no campo e, ainda:

[...] certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervaga suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (SHANIN, 1980, p. 58).

Paulino (2006) entende que a existência do campesinato não deve ser analisada como uma manifestação descolada do sistema capitalista, mas como parte complementar desta organização da produção. Por outro lado, a classe camponesa possui o controle dos meios de produção utilizados em sua propriedade e de sua força de trabalho, distinguindo-se das demais classes, sobretudo do sistema capitalista, que usam a força de trabalho de seus empregados. Por essa especificidade, o camponês integra o sistema de trocas mercantis através da venda de seus produtos e não de sua força de trabalho, como ocorre com os operários nas indústrias. Esta diferença clássica entre camponeses em relação aos assalariados se dá que, enquanto o operário vende sua força de trabalho como única mercadoria, o camponês vende ao capitalismo a produção, fruto da força de trabalho de sua família.

Fabrini (2003) apresenta que a organização da produção dos camponeses nos assentamentos rurais, desde sua ocupação da terra, não estão apenas balizados ou direcionados a busca de sua sobrevivência/autoconsumo nos lotes, mas a permanência pelas lutas na terra que criam e recriam a reprodução dos camponeses, mediante as condições mercantis das relações produtivas capitalistas do mundo moderno. Esta organização parte do princípio de se estabelecer formas de trabalho, as quais o mercado adquiriu como necessário para as relações de mercadorias, induzindo os camponeses a serem empurrados à sociedade capitalista.

Moura (1986) relata que o espaço de existência para os camponeses não se isola apenas na troca de mercadorias, mas num diálogo sobre a vida pública e privada em sua comunidade local ou demais regiões que fazem parte de suas ligações sociais. Segundo a autora, essas trocas mercantis podem ocorrer de maneira simples entre os próprios camponeses, possibilitando a venda/troca e aquisição no mesmo espaço de mercadorias e, também, trocas mercantis mais complexas, que transcendem o universo do campesinato local, ocorrendo à inserção de intermediários nas transações comerciais, tirando o poder de precificação do camponês, atribuindo aos produtos margens lucrativas nos preços e a externalidade das mercadorias nas mãos de consumidores distantes.

Paulino (2006, p. 35) trata a configuração da existência do campesinato não desvinculado do capitalismo, mas parte integrante desse processo produtivo. A atividade

camponesa não se apropria da acumulação ampliada, mas o contrário, “possibilita a maximização da acumulação nos setores capitalistas, visto que o excedente de renda gerado é possível de ser apropriado pelo capital sob duas formas”: diretamente, por meio dos intermediários entre os assentados e consumidores, inferindo nos preços dos produtos, com valores rebaixados e, com isso, valorizando as etapas subsequentes do processo de produção (exemplo: o leite ao ser entregue aos laticínios para ser beneficiado), e indiretamente, quando parte dos alimentos produzidos não são inseridos a força de trabalho (renda da reprodução da força de trabalho na precificação dos produtos).

Considerando os propósitos de criação dos projetos de assentamentos, os processos de produção orientados pelas políticas públicas federais buscam induzir os assentados à comercialização de produtos ao sistema capitalista de produção. Tanto as políticas como os mecanismos federais, estaduais e municipais visam inserir os assentados no mercado local com prioridade na produção de produtos alimentícios. De uma maneira ou de outra, os camponeses comercializam seus produtos, mas não os tornam capitalistas, apenas são inseridos dentro deste processo de produção, seja por meio da aquisição de insumos, intermediários de sua produção ou mesmo as relações econômicas oriundas para seus rendimentos nos lotes.

A produção familiar é um dos elementos essenciais para a permanência dos assentados em seus lotes. Os assentamentos apresentam atividades produtivas bem semelhantes, sendo a produção de leite a que mais se destaca. Por outro lado, além da atividade principal, a maioria dos assentados desfruta de pomares, criação de galinhas e porcos, para o consumo próprio da família. Todos os insumos da propriedade são adquiridos na sede urbana de Nova Andradina, desde supermercados, agropecuárias, casas de materiais para construção, redes bancárias e comércios em geral, movimentando a economia do município.

Os processos produtivos dos assentamentos rurais de Nova Andradina estão dimensionados de acordo com a aptidão de cada assentado e as condições do solo de cada região, as quais estão instalados os assentamentos. No Quadro 1 apresentamos produtos mais presentes nos lotes, bem como, os meios de comercialização e formas de trabalho utilizadas nos processos produtivos pelos assentados.

**Quadro 1: Características produtivas dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS, a partir de participantes da pesquisa.**

<b>Assentamentos</b>	<b>Tipo de Produtos</b>	<b>Meios de Comercialização</b>	<b>Formas de trabalho*</b>
Casa Verde	a) Leite (50 litros p/dia).	a) Laticínio do município.	Trabalha com a esposa, possui resfriador, trator,



	b) hortaliças (couve, alface, beterraba, etc).	b) Coopaolga (PNAE).	implementos agrícolas, horta. Tem animais para o consumo e para vender como gado, galinha, porco e demais produtos do lote.
Teijin	a) Leite (+/- 50 litros) b) bezerros c) hortaliças e frutas (maxixe, abóbora, quiabo, verduras, melancia, urucum, mandioca, bata doce, maracujá, colorau). d) galinha e ovo caipira. e) suínos. f) feijão de corda e de fava. g) café.	a) Laticínio Dica (Deodópolis/MS) b) os demais produtos são comercializados em Nova Andradina ou no próprio assentamento de acordo com a produção, não revelou um local específico.	O resfriador de leite fica em seu lote, mas é da empresa Dica (recebe leite de 10 famílias – a empresa ajuda no custeio da energia); Grande parte da produção é para o consumo, a sobra é vendida. Trabalha no lote a esposa e o filho mais velho ajuda.
São João	a) Leite. b) Bezerros. c) mandioca, maxixe, quiabo e verduras em geral.	a) Laticínio Maná (Ivinhema/MS). b) Os bezerros são comercializados dentro do próprio assentamento com intermediários.	Reside com a esposa e três filhos no lote. O assentado e a esposa possuem atividades não agrícolas (motorista e professora – Prefeitura de Nova Alvorada do Sul). O filho mais velho estava trabalhando em uma fazenda vizinha. Possui um lote arrendado no próprio assentamento para a criação de gado. Os produtos como mandioca e verduras são apenas para o consumo da família. Preside a Associação dos Produtores do Assentamento São João (possui trator e implementos).
Santa Olga	a) Leite pasteurizado. b) cheiro-verde,	a) 90% da produção é	Trabalha com a esposa e a filha (com neto recém-

	cebola, salsinha, coentro, couve, alface, abobrinha, berinjela, cenoura, beterraba, banana, abacaxi, mandioca.	comercializada pela Coopaolga, para atender o PNAE (merenda escolar). b) parte dos produtos são comercializados através do PAA – entrega no Hospital do município. c) o leite pasteurizado que sobra é comercializado para a Coopavil.	nascido) no lote. Presidente da Coopaolga (pasteurização de leite, embalagem de verduras, legumes e comercialização de produtos aos programas sociais e mercado local). Possui curral estruturado; ordenha mecânica; máquina motorizada de pulverizar e tratorzinho de horta. O filho de um assentado, transporta o leite pasteurizado da mini usina da cooperativa, em caixa térmica e distribui em escolas e creches do município de Nova Andradina.
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

\*Distribuição das tarefas, tecnologias utilizadas, implementos agrícolas, núcleo familiar, etc.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018).

Diante das principais características dos processos produtivos nos lotes pesquisados, percebemos que a força de trabalho familiar é à base de sustentação para a marcha da produção camponesa, como já afirmado por Oliveira (2007). Lógico que as atividades produtivas não estão desconectadas do sistema capitalista de produção, mas, a forma de trabalho e os meios de produção, e ainda, as possibilidades e aptidões fazem dos assentados e suas famílias uma organização de produção contrária ao empresarial. Enquanto a produção mercantil exige maior eficiência de horários e produtividade, percebemos, em nossa pesquisa, “participantes que estabelecem seu ritmo de trabalho”, claro, com suas obrigações, porém, de forma a decidir como e quando produzir, fato que seria improvável ocorrer em um processo de produção industrial. O assentado SO2 (Assentamento Santa Olga) relatou a importância de ser dono de sua produção:

Quando trabalhava de empregado nas fazendas, só podia sair uma vez por mês, ou senão nem uma vez podia o patrão já trazia a compra. Hoje no lote sempre tenho minha obrigação, tenho meu trabalho, mas, **não tenho que dar satisfação pra ninguém**. Se quiser “**ir à cidade agora**”, pego minha moto ou o meu carro, e vou embora, não tenho que dar satisfação pra ninguém. Então acho que hoje, mudou 100%, de empregado a acampado, e hoje assentado, posso garantir que tenho um sonho realizado (se

emocionou neste momento) (assentado SO2, entrevista realizada dia 03/10/2017, Assentamento Santa Olga).

Para Moura (1986), os camponeses não se importam o quanto produziram e quais foram os seus gastos, desde que sobre o sustento e talvez o excedente “está bom”. Por outro lado, no capitalismo isso é inadmissível, tido como prejuízo, falência, “falta de gestão” nos moldes atuais. Nossa pesquisa traz um relato que reforça este entendimento:

O comerciante ou o empresário que entra em um lote de Reforma Agrária, não dá certo, porque quem é comerciante, sabe do comércio e não sabe da roça. Quando eu planto mandioca, pra mim, que estou no lote (sou da roça), **se a produção for de vinte toneladas, está bom, se dá cinco também está bom**, pois, “eu vivo do lote (da roça)”. Já o comerciante quando se propõe a “plantar mandioca”, “**ele faz a conta quanto vai dar de dinheiro**”, se o comércio vai se mantendo, ele sabe que vai ter lucro, **mas, caso contrário, se ocorrer prejuízo na produção, ele para de produzir e busca alternativas de lucro**. Por isso, que a Reforma Agrária só funciona com as pessoas que é da agricultura, porque eles sabem que **quando dá bastante está bom pra eles, mas quando dá pouco também está bom, quando dá bastante ele vai segurar porque na próxima safra pode produzir menos**. Isso ocorre com quem planta arroz, feijão, milho, algodão, ou seja, qualquer tipo de produção, pois, ninguém consegue controlar o tempo (clima). Então Nova Andradina passou a entender que o recurso que sai de uma Reforma Agrária, por causa de seus assentados, **será circulado dentro do município**, fazendo crescer a cidade, não é verdade? (assentado CV2, entrevista realizada dia 17/10/2017 - Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

As relações vividas e as relações mercantis, descritas por Martins (2000), traduzem esta visão de mercado no campo. O comerciante está mobilizado na lógica capitalista de produção, compra, venda e lucro (processo de mais valia), essa é a dinâmica conflitante, comparada ao campesinato.

A produção camponesa recriada nos moldes capitalistas, descritas por Fabrini (2003), nos orienta a refletir sob a luta pela permanência na terra pelos assentados e pela ligação direta que as relações produtivas do campesinato estão com o mercado local a qual estão inseridas. O comércio do município de Nova Andradina/MS, que muitas vezes rejeitou os sem terras e/ou assentados, pela sua história de lutas pelo acesso a terra e, que hoje, estabelecem a “base” não apenas de alimentos, mas toda uma cadeia de circulação de mercadorias e insumos, que movimenta a região que está instalada os assentamentos rurais.

Em dado momento de nossa pesquisa, um dos relatos nos revela a terra de trabalho descrita por Martins (1986), como fonte de luta diária de permanência nos lotes:

O desafio de permanecer aqui no lote é produzir. A maior dificuldade é possuir produção para se manter no lote. Quanto maior a **quantidade a ser produzida, melhores são as condições para adquirir recursos para se**

**permanecer no lote**, porque senão,  você trabalha, trabalha e daqui a pouco você está pagando pra trabalhar.

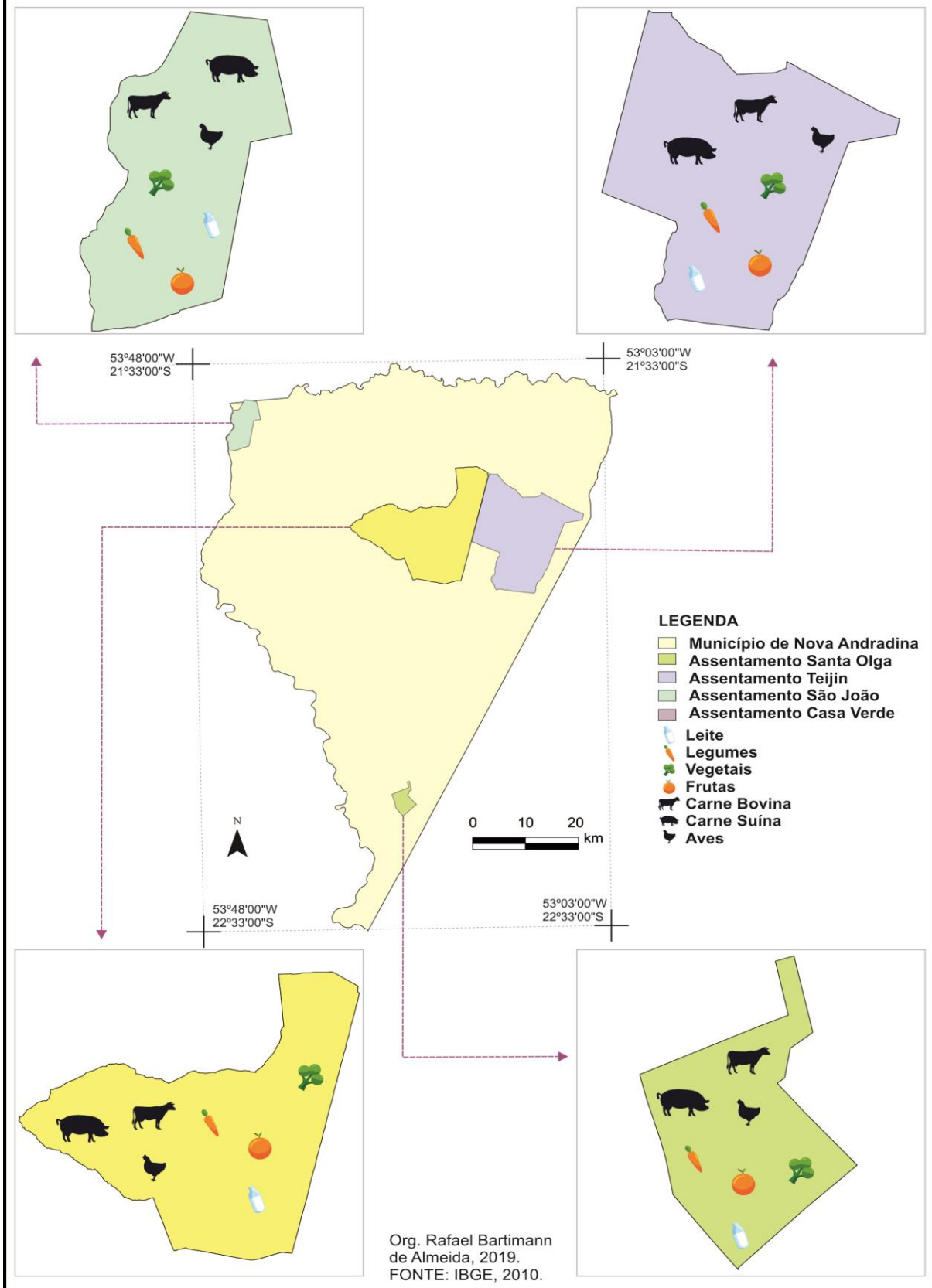
Para isso, precisa-se trabalhar bastante, descobrindo os erros da produção, como por exemplo - se você possui uma planta que está com uma doença,  você tem que investigar, correr atrás, não pode ficar plantando e sempre perdendo.

Às vezes a pessoa que não era do sítio, que não possui experiência no meio rural, recebe um lote ou trabalha de empregado, desconhece a dureza do dia a dia no campo, acham que as coisas são mais fáceis, mas, quando **“você vai trabalhar por conta, tem que levantar às cinco da manhã e dormir às oito horas da noite”**. Você tem que trabalhar mais do que quando trabalhava de empregado. Existem várias fontes de produção, como é o caso da produção de limão, que **na região possui poucos produtores, que é um produto que você vende em qualquer lugar.**  Várias são os produtos que podem ser produzidos nos lotes, basta o assentado querer produzir (assentado SO3, entrevista realizada dia 24/01/2018, Assentamento Santa Olga – grifo nosso).

O trabalho “liberto”, descrito por Oliveira (1990), nos faz refletir que o assentado renuncia o trabalho assalariado, porém, não está descolado do sistema de produção capitalista. Para o assentado SO3 (Assentamento Santa Olga), “quando trabalhava de empregado, trabalhava oito horas por dia, hoje trabalha 12 e 13 horas”, mas, “ganha mais, trabalha mais, mas ganha mais”. No entanto, o assentado produz para intermediários, é precificado pelos supermercados e, ainda, é garantidor de sua produção e entrega de suas mercadorias. O trabalho é dado de graça à sociedade (OLIVEIRA, 2007).

No Mapa 6 é apresentado os principais produtos dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS a partir de nossos participantes da pesquisa. Estes processos geram renda aos assentados, como também fazem parte do sustento de suas famílias. Cada família assentada produz de acordo com suas aptidões camponesas. Ressaltamos que a produção de leite nos assentamentos do município é uma das principais atividades que geram renda as famílias assentadas, seguida da produção de legumes/vegetais (como mandioca, alface, cebolinha, rúcula, etc) e frutas (como abacaxi, limão, etc), segundo nossos participantes.

**Mapa 6: Principais produtos dos assentamentos do município de Nova Andradina-MS**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A produção nos assentamentos rurais possui caráter particular de movimentação à comunidade a qual está inserida. O município de Nova Andradina está inteiramente integrado com os Projetos de Assentamentos, não apenas no que se refere à produção de alimentos, mas à circulação de várias relações sociais de seu processo produtivo. A convergência que ocorrera no passado, sob o olhar de uma comunidade com preconceitos e discriminações, já relatadas anteriormente em nosso trabalho, apresenta-se, hoje, como um “rearranjo territorial, que trouxe uma nova pulsão no comércio local”, esperado nas portas dos comércios de um município tipicamente rural do interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

Os assentamentos Teijin e Santa Olga possuem melhores condições de solo, por isso, os processos produtivos possibilitam maior diversificação da produção, possuindo não somente a produção leiteira ou de corte, mas, também a produção hortifrutigranjeira nos lotes. Entretanto, a produção do assentamento São João está voltada com maior capacidade à produção leiteira, devido às condições de fertilidade de solo (cerrado), mas, sobretudo à distância para o escoamento da produção e participação de programas de vendas de alimentos, que está localizado a 100 km da sede urbana do município. O assentamento Casa Verde foi o primeiro a ser criado no município na década de 1989, e possui produtividades similares ao do São João, e ainda, grandes ordenamentos territoriais ocorreu, devido a fatores como a reprodução familiar, a idade de seus assentados e migração para a cidade, que refletem diretamente nas relações produtivas do assentamento, sendo na sua maioria aposentados, como evidenciado em nossa pesquisa.

### **Abordagens de relações produtivo-econômicas da agricultura camponesa versus agronegócio**

Quando falamos sobre a força dos assentamentos em determinada região, estamos nos referindo à nova produção territorial que se dá a partir de sua conquista. As mudanças que ocorrem no entorno do assentamento e no município em que está instalado formam novas relações sociais e econômicas, que antes se encontravam sobre o domínio de uma elite local, passando a ser disputado por novos sujeitos sociais. Cria-se uma nova dinâmica com os ambientes de assentamentos, estabelecendo novas necessidades e reivindicações, tornando-se objeto de políticas públicas locais. As práticas dessa nova sociabilidade no interior da estrutura fundiária do município, para Leite (2000), permitem gerar efeitos multiplicadores das experiências singulares dos assentados, com ganhos expressivos no meio social, político e econômico em que atua.

Para Fabrini e Roos (2014) as condições exigidas pelo Agronegócio são de cunho econômico e político em função do seu peso na balança comercial e no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Estas condições se prevalecem ao apresentar o Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018, disponível ao agronegócio brasileiro em um volume de recursos financeiros na ordem de R\$ 190,25 bilhões, com aumento de 24,3% em relação ao ano anterior, reforçando a prioridade dada pelo governo federal ao agronegócio. Para o ano agrícola 2017/2018, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) será destinado R\$ 30 bilhões em crédito, apenas 3,8% superior aos recursos destinados no plano anterior (BRASIL, 2017).

Fernandes (2008, p. 279-280) descreve que milhares de famílias cotidianamente realizam ocupações, se estabelecem em diferentes municípios por todos os estados brasileiros e interferindo na dinâmica territorial rural de sua região. Em seu processo de formação e organização do trabalho, os assentados não produzem apenas mercadorias, mas criam e recriam igualmente sua existência no campo. No capitalismo, a destruição do campesinato não se efetivou conforme prognosticado, “porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária”.

As diferenças entre a estrutura econômica camponesa e o agronegócio estão ligadas aos estímulos à capitalização, como, por exemplo, a Lei da Agricultura Familiar, que fomenta e categoriza os assentados e sua inserção no mercado. Para Fernandes (2001), o conceito de agricultura familiar expressa à compreensão e a percepção de que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Diante desta construção, o autor faz a seguinte reflexão sobre o agricultor familiar:

Os teóricos da agricultura familiar defendem: que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico – política (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Porém, enfrentam cotidianamente a demanda de produção de alimentos a custos mais baixos, que ainda não de forma exclusiva, mas já identificadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 70% da produção de alimentos do país são provenientes da produção camponesa. Moura (1986, p. 64) ressalta o papel do camponês e de sua família na produção alimentar, “tem íntima relação com a manutenção de relações

não especificamente capitalistas na agricultura”, concretizadas com a força de trabalho camponesa, seja nos assentamentos rurais e demais áreas de terras ou empreendimentos.

A produção camponesa contradiz a lógica das relações capitalistas no campo, pois os camponeses buscam estabelecer meios para sua reprodução social e a sua permanência na propriedade. Oliveira (2007) comenta que a estrutura fundiária econômica do camponês, que é também denominada renda territorial ou renda fundiária, por meio da produção de mercadorias e a circulação dos excedentes, buscam adquirir os meios necessários para seu autoconsumo e existência no campo. Para o autor, a renda pré-capitalista de produção ou não capitalista está baseada na produção camponesa, que é ligada diretamente ao produto excedente, contraditória as relações capitalistas de produção, que produzem lucro e riquezas aos capitalistas que os retém. A renda da terra pré-capitalista está dividida em três formas: renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro.

As relações econômicas camponesas estão entrelaçadas com as relações mercantis no cenário econômico brasileiro, que, para Fabrini (2003, p. 39), “o campesinato é uma condição da existência do próprio capitalismo, ou seja, se existe capitalismo, existe o contraditório, e conseqüentemente, a existência dos camponeses”. Com a perspectiva que o camponês não está inserido de maneira direta nas relações econômicas capitalistas, sabe-se que, por meio de insumos e demais suprimentos para seu autoconsumo e o manejo na propriedade, eles se prestam a utilizar produtos capitalistas, porém, com uma concepção secundária, não como reserva de valor ou equivalência financeira.

Para Oliveira (2007), a produção camponesa está centrada em seu consumo direto de seus produtos, como sustento imediato e a parte excedente de seu trabalho torna-se forma de mercadoria e pode ser comercializada. Por isso, o autor faz uma distinção entre a produção capitalista e pré-capitalista:

Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas:  $D - M - D$  na sua versão simples (**D: dinheiro; M: mercadoria; D: capital**), e  $D - M - D'$  na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula  $M - D - M$ , ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, 40 – grifo nosso).

Para Moura (1986, p. 25) “no campesinato, é impossível separar a prática econômica da familiar”, são condições ligadas entre si, mas, porém, distintas ao comparar com uma família de classe média do meio urbano. O vínculo social com a terra e o trabalho familiar são as características fundamentais do legalismo camponês. A luta pela posse de uma parcela de terra, conclui que o campesinato busca transformações sociais em suas



organizações camponesas, que com sua força de trabalho abastece sua “morada” e seus familiares, e também, “lugares e pessoas exteriores a esta realidade” (MOURA, 1986, p. 55).

No entendimento de Martins (1995, p. 177), “a expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital”. Em outras palavras, o capital se apropria da renda da terra, sujeitando os grandes e pequenos proprietários, especialmente os camponeses, expropriando a sua força de trabalho familiar, seus instrumentos de produção, a produção de alimentos com custos mais baixos, empréstimos bancários, entre outros fatores. O autor revela ainda que “não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital”, pois a exploração da terra e seus meios produtivos são a essência do capitalismo.

O capital tem se **apropriado diretamente de grandes propriedades** ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte (**agropecuárias, agroindústrias, etc**). Onde a **renda é baixa**, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno (**exemplo a produção camponesa**), [...] o capital **não se torna proprietário da terra**, mas cria as condições para **extrair o excedente econômico**, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe (MARTINS, 1995, p. 175 – grifo nosso).

Exemplo deste entendimento de apropriação da renda da terra pelo capital por meio da subordinação da circulação de mercadorias são os estudos de Mizusaki (2009, p. 285) que mostram que: a “atuação do capital industrial no campo, em atividades como a suinocultura, avicultura, sericicultura, pecuária de corte, CEASAS, grupos atacadistas e cooperativas”, criam transferências de valor e renda às indústrias. O capital investido nas instalações, os contratos de entregas dos produtos/mercadorias buscam sujeitar a renda e o trabalho camponês ao capital industrial.

Quando falamos de excedentes dentro campesinato, ressaltamos o que Martins conceituou de economia do excedente:

[...] o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso a mão de obra e a terra com suas paisagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típicas, da conduta racional com relação a fins seculares (MARTINS, 1975, p. 12).

Para Oliveira (2007, p. 43), o trabalho excedente na produção camponesa diante da renda da terra pode ser entendido como renda territorial ou renda fundiária pré-capitalista. Para o autor “o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá

ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência”. Tudo que for produzido além do necessário para o autoconsumo pode ser considerado como excedente.

Na medida em que vamos discutindo a estrutura econômica fundiária nos assentamentos rurais, não podemos deixar de expor que a propriedade de terra aos grandes proprietários, como os produtores de cana de açúcar, pecuária, de soja, entre outros, formam suas atividades econômicas pela apropriação da renda da terra, ou seja, a sujeição da renda da terra ao capital. Martins (1995) revela que um modo de produção é um modo de exploração e que as contradições estão constituídas nos seus processos internos, como, por exemplo, a produção familiar autônoma dos camponeses.

Os fatores da produção camponesa estão evidentes nos assentamentos rurais, porém, a sua comercialização e as fontes de renda estão sendo recriadas de acordo com as necessidades dos lotes, seguindo além do consumo familiar, mas se estruturando e adotando estratégias, inseridas nas relações capitalistas de produção. A Figura 1 demonstra como estão organizados os assentados de acordo com as demandas do mercado local.

**Figura 1: Produção de hortaliças no Assentamento Santa Olga.**



**Fonte:** Dados da pesquisa (2018).

Além da organização da produção, com manejo mais preparado ao processo produtivo, buscando uma melhor qualidade dos produtos, a Figura 1 nos apresenta algumas das exigências do mercado local, para que a produção seja comercializada.

As relações comerciais que os assentados buscam e/ou são submetidas no mercado local para se apoderarem de renda por meio da produção de seus produtos os levam às relações mercantis. Segundo Fabrini (2003), os camponeses estão sendo dragados pelas relações capitalistas de produção, nos moldes atuais das estruturas dos assentamentos rurais. A Figura 1 nos mostra ainda que, o atual momento do mercado a que estão expostos os assentados, os tornam reféns das relações comerciais capitalistas, colocando-os em campo sombrio, onde nem mesmo podem precificar suas mercadorias, pois são tabeladas pelos supermercados, frutarias e demais empresas intermediárias.

Os processos de renda dos assentamentos passaram e passam por transformações diariamente. As histórias no seio familiar de cada lote são construídas nas mais diversas formas no contexto da estrutura econômica. A partir deste momento, discorreremos as “diversas formas de atividades econômicas de nossos participantes” que ocorrem de maneira heterogênea nos assentamentos do município de Nova Andradina, mas retratam como estes assentados dinamizam seus processos produtivos que geram renda e autoconsumo para sua permanência nos lotes.

Primeiramente, em nossa pesquisa, podemos constatar que o envelhecimento nos assentamentos é acentuado, apurado por meio de nossos participantes que possuem, em sua maioria, mais de 40 anos de idade. Este envelhecimento resultou encontrar em nossos participantes, aposentados e aposentadas nos lotes, especialmente nos Assentamentos Casa Verde e São João, que não dependem economicamente das atividades do lote, pois a renda da aposentadoria mantém os gastos da família.

A produção de leite é uma das principais fontes e base de rendimentos dos assentados para permanecer nos lotes, presente em todos os assentamentos rurais do município de Nova Andradina. A comercialização do leite é realizada diretamente junto a cooperativas do município de Nova Andradina e demais laticínios da região do Vale do Ivinhema. Em alguns casos, ocorre o beneficiamento do leite por meio da produção de queijos e/ou mussarelas.

Outra fonte é a criação de gado, também presente em todos os assentamentos em virtude de assentados possuírem aptidão na criação de gado leiteiro ou de corte. Porém, nem todos os assentados possuem aptidão para esta atividade, onde o cultivo de verduras e frutas (como mandioca de mesa, goiaba, alface, rúcula, almeirão, couve, cheiro verde, manga, etc) segue como fonte de renda e produção em alguns lotes, principalmente nos Assentamentos Santa Olga e Teijin, que em alguns casos representam a renda principal do lote.

Os censos agropecuários dos anos de 1975, 1980, 1985, 1996, 2006 e os resultados preliminares de 2017 nos mostram a evolução da produção leiteira no município de Nova Andradina, que superaram os vinte milhões de litros no último ano (IBGE, 2017). A produção

leiteira é base de geração de renda na grande maioria das famílias assentadas do município. O leite integra os elos da cadeia produtiva do queijo, mussarela e iogurtes, contribuindo para a circulação de insumos e mercadorias que possuem vínculo direto com os assentamentos. Este vínculo segue além do manejo do rebanho, como também a comercialização dos produtos aos laticínios e cooperativas de beneficiamento de leite da região do vale do Ivinhema. Esta evolução da produção de leite de vaca no município de Nova Andradina coincide com o período em que os assentamentos rurais começaram a se instalar no município. Após três décadas de criação dos projetos de assentamentos no município, a produção de leite se destaca como uma das principais fontes de renda dos assentados pesquisados, contribuindo diretamente à economia local. De acordo com o IBGE (2015), o município ocupa o 16º lugar no Estado, em seu Produto Interno Produto (PIB) agropecuário.

Os assentamentos do município impulsionaram novos horizontes produtivos para a região, certificando que as desapropriações são políticas públicas de reforma agrária essenciais para o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade. A centralidade agrária existente antes da criação dos projetos de assentamentos, tendiam-se à monoculturas ou pecuária, empregava poucas pessoas, sem diversificação de produção e, ainda, quase todos os suprimentos da propriedade eram provenientes de outras regiões. O novo ordenamento territorial com os assentamentos Casa Verde, São João, Santa Olga e Teijin, promoveram novas relações produtivas, dinamismo de produção, afirmando que a luta pela terra pelos sem terra, com bem sustentada por Fernandes (2008), faz da reforma agrária, novas possibilidades de construção social e econômica de uma região na qual está instalada.

As atividades não agrícolas formam importantes aliadas para os assentados se manterem nos acampamentos e no início da entrega dos lotes. Esta realidade foi evidenciada por todos os assentados como forma de complemento da renda e/ou condição essencial para continuar residindo no campo. A condição de assalariado está presente nos Assentamentos pesquisados, especialmente no Assentamento São João, que tanto o responsável como sua esposa exercem atividades assalariadas como “alternativa de sobrevivência no lote”. Tanto para sobrevivência ou como alternativa de complemento de renda, esta dinâmica contribui nas lutas pela permanência na terra, e permite ao assentado melhorar sua produção camponesa no lote. Exemplo disso foi o assentado SO3 (entrevista realizada dia 24/01/2018, assentamento Santa Olga), que trabalhava de empregado na propriedade vizinha ao assentamento, e convertia o salário no processo produtivo do seu lote.

Por outro lado, mesmo com as dificuldades do tamanho da área, existem assentados que conseguem superar os desafios, com “muito trabalho, chegando a trabalhar mais de 10

horas por dia”, segundo o assentado SO3 do Assentamento Santa Olga (entrevista realizada dia 24/01/2018). É possível com a força de trabalho familiar e aptidão no campo criarem condições de reconstrução do campesinato nos assentamentos, produzindo relações de mercadorias, em troca disso, rendimentos para a continuidade no lote por meio da aquisição de insumos, melhoria na casa, manutenção das instalações, etc.

Ao se tratar da comercialização das mercadorias produzidas nos lotes, vários são os caminhos percorridos para obtenção de renda de sua produção. Os canais mais utilizados pelos assentados são por meio de laticínios (a produção de leite), feiras livres (hortifrutigranjeiros), venda diretas, fecculárias (produção de mandioca), supermercados (verduras, legumes, etc), agropecuárias, escolas, cooperativas, corretores de compra de gado, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), barganha entre os assentados, comércio em geral, enfim, transações diárias entre os assentados e a comunidade local.

Já foram quase dois milhões de reais repassados aos assentamentos do município desde a criação do PNAE. Isso mostra a importância dos assentamentos e da produção das famílias assentadas, fazendo com que os valores circulem dentro do município, movimentando a economia local. Entre os produtos disponibilizados ao PNAE por meio da Coopalga, apresentamos os que foram comercializados nos anos de 2017 e 2018, conforme o Quadro 2:

**Quadro 2: Relação dos produtos comercializados ao PNAE pela Coopaolga nos anos de 2017 e 2018.**

<b>Relação dos produtos comercializados ao PNAE pela Coopaolga nos anos de 2017 e 2018.</b>										
Produtos	Anos									
	2017				2018			Produção 2017/2018		
	Un.	Qte	Total	%	Qte	Total	%	Qte	Total	%
Abacate	kg	0	0	0,00	300	1.884,00	0,35	300	1.884,00	0,16
Abacaxi	kg	15.144	92.198,76	14,21	10.000	52.750,00	9,85	25.144	144.948,76	12,24
Abóbora Cabotiã	kg	3.336	6.792,24	1,05	4.000	11.020,00	2,06	7.336	17.812,24	1,50
Abobrinha	kg	3.126	8.866,98	1,37	3.000	8.880,00	1,66	6.126	17.746,98	1,50
Acelga	un	2.256	9.133,92	1,41	1.500	7.700,00	1,44	3.756	16.833,92	1,42
Acerola	kg	0	0,00	0,00	400	1.024,00	0,19	400	1.024,00	0,09
Alface	un	13.000	42.490,00	6,55	10.000	35.350,00	6,60	23.000	77.840,00	6,57
Almeirão	mç	6.159	20.243,25	3,12	2.100	6.894,00	1,29	8.259	27.137,25	2,29
Banana Nanica	kg	2.992	10.617,36	1,64	2.600	7.228,00	1,35	5.592	17.845,36	1,51
Banana Maçã	kg	0	0,00	0,00	1.000	5.620,00	1,05	1.000	5.620,00	0,47
Batata Doce	kg	3.926	6.909,20	1,06	3.000	7.425,00	1,39	6.926	14.334,20	1,21
Berinjela	kg	1.587	4.095,45	0,63	2.000	5.640,00	1,05	3.587	9.735,45	0,82
Beterraba	kg	1.436	3.266,00	0,50	2.400	7.164,00	1,34	3.836	10.430,00	0,88
Cebola	kg	678	1.783,14	0,27	500	1.475,00	0,28	1.178	3.258,14	0,28
Cebolinha	mç	6.774	21.111,00	3,25	5.000	15.600,00	2,91	11.774	36.711,00	3,10
Cenoura	kg	1.436	2.826,48	0,44	2.400	5.748,00	1,07	3.836	8.574,48	0,72
Chicória	mç	672	2.042,88	0,31	0	0,00	0,00	672	2.042,88	0,17
Couve	mç	4.472	14.723,76	2,27	4.000	12.960,00	2,42	8.472	27.683,76	2,34
Goiaba Vermelha	kg	9.492	64.141,20	9,88	8.000	49.560,00	9,25	17.492	113.701,20	9,60
Hortelã	kg	0	0,00	0,00	600	1.941,00	0,36	600	1.941,00	0,16
Poncã	kg	0	0,00	0,00	3.000	6.570,00	1,23	3.000	6.570,00	0,55
Limão Taiti	kg	5.331	14.631,66	2,25	3.000	12.135,00	2,27	8.331	26.766,66	2,26
Mamão Formosa	kg	9.712	33.739,04	5,20	3.600	13.212,00	2,47	13.312	46.951,04	3,96
Mandioca	kg	2.784	13.464,00	2,07	4.600	21.490,00	4,01	7.384	34.954,00	2,95
Maracujá	kg	6.152	38.499,92	5,93	8.000	64.320,00	12,01	14.152	102.819,92	8,68
Melância	kg	11.534	21.607,22	3,33	4.000	8.480,00	1,58	15.534	30.087,22	2,54
Milho verde	kg	4.000	21.160,00	3,26	1.600	10.592,00	1,98	5.600	31.752,00	2,68
Repolho	kg	2.200	4.938,00	0,76	4.000	11.940,00	2,23	6.200	16.878,00	1,42
Rúcula	mç	4.364	14.359,32	2,21	1.800	5.976,00	1,12	6.164	20.335,32	1,72
Salsa	mç	6.774	21.111,00	3,25	5.000	15.600,00	2,91	11.774	36.711,00	3,10
Tomate	kg	2.868	7.743,60	1,19	800	5.376,00	1,00	3.668	13.119,60	1,11
Leite	pecte	52.134	146.444,76	22,57	38.000	113.970,00	21,28	90.134	260.414,76	21,99
<b>Total =====&gt;</b>			<b>648.940,14</b>	<b>100</b>		<b>535.524,00</b>	<b>100</b>		<b>1.184.464,14</b>	<b>100</b>

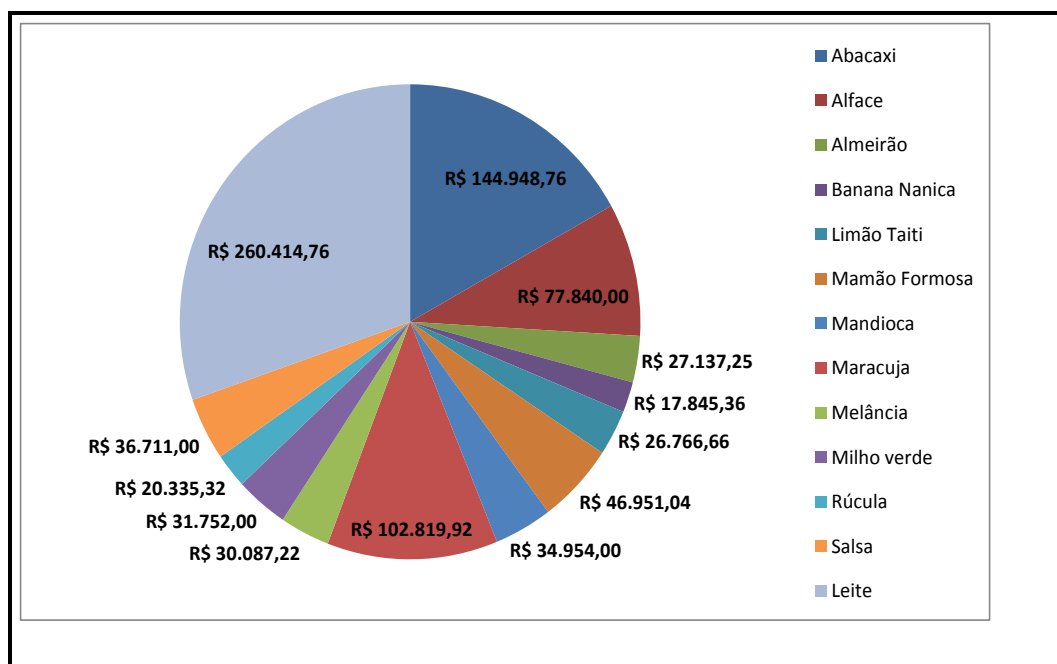
**Fonte:** Adaptado a partir de dados da Coopaolga (conforme o contador Sr. C. G. S., dia 19/12/2018).

O Quadro 2 reafirma o que nossa pesquisa constatou com nossos participantes que a produção de leite de vaca é a atividade principal de renda dos assentados do município de Nova Andradina. Na Coopaolga, chega mais de 20% da renda produzida na comercialização de leite, caso ocorra à sobra da produção, vende-se para a Coopavil. Em seguida, vem à produção de abacaxi e maracujá, encontrados nos Assentamentos Santa Olga, Casa Verde e Teijin.

A produção passou de um milhão de reais no município de Nova Andradina, que somados aos demais processos produtivos dos assentamentos do município, ressalta e atesta o potencial dos assentados na relação social, comercial e produtiva da sociedade local. Contribuem para o desenvolvimento local e regional do município, destacando a

relevância da produção camponesa na alimentação do bem comum e das futuras gerações. No Gráfico 1, ilustramos parte da circulação financeira realizada pelos assentados cooperados da Coopaolga na economia do município de Nova Andradina.

**Gráfico 1: Movimentação financeira da Coopaolga na venda de alimentos ao PNAE nos anos de 2017 e 2018.**



Fonte:

Dados da pesquisa (2018).

Ressaltamos que a produção e comercialização de goiaba vermelha são originárias do Assentamento São Sebastião, pertencente ao município de Ivinhema, pois os assentamentos do município não possui produção deste produto. Os preços dos produtos destinados ao PNAE são formados de acordo com a Resolução nº 04 de 02/04/2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2015). A relação de produtos apresentados revela a importância de assentamentos do município de Nova Andradina na produção e comercialização de alimentos, movimentando mais de um milhão de reais no município, apenas nos anos de 2017 e 2018, segundo o contador da Coopaolga (o Sr. C. G. S., dia 19/12/2018).

Além do Santa Olga, outros assentamentos participam da cooperativa, como o Casa Verde, Teijin e São Sebastião, sob o interesse dos próprios assentados, em virtude de garantia de venda de seus produtos e pela organização social da cooperativa. O contador da Coopaolga relatou que houve interesse de assentados do Assentamento São João, contudo, a participação na comercialização dos produtos esbarrou na distribuição e entrega da mercadoria, pois a distância do assentamento ao centro urbano do município inviabiliza a

venda dos produtos. Esta situação se soma ao relato de nossos participantes do Assentamento São João sobre as condições de assistência técnica/social e de produção em seus lotes como uma das maiores dificuldades no processo produtivo do assentamento.

Os processos produtivos dos assentamentos do município de Nova Andradina fomentam relações comerciais e sociais na comunidade local. Tanto a produção da Coopalga como os demais assentados dos assentamentos criam, juntamente com suas famílias, a permanência da produção camponesa e de sua reprodução social em face do monopólio capitalista da terra. Esta recriação de formas de produção que, Carneiro (1998) trata como a força dos camponeses, segue além do processo produtivo de seus lotes, que foi evidenciada também, na circulação do comércio de Nova Andradina, que nos primeiros dias de cada mês, o centro urbano se torna um verdadeiro balcão de relações produtivas, promovidas em sua maioria pelos assentados do município.

## **Considerações finais**

A produção nos assentamentos rurais possui caráter particular em sua organização de produção camponesa. Os assentados possuem relações produtivas distintas em seus lotes, assim como a comercialização de suas mercadorias. O PIB do município de Nova Andradina está pautado na produção agropecuária, na qual os projetos de assentamentos rurais estão integrados diretamente. Esta integração se inicia no momento em que se compara a agricultura capitalista com a camponesa, impulsionada no mercado local com seus produtos primários e derivados.

As particularidades se apresentam não somente nos processos produtivos, mas na divisão de área de lotes (o assentamento Casa Verde possui os maiores lotes em território - podem passar de 50 ha), de fertilidade de solo e deslocamento para escoar a produção. Entretanto, estas especificidades não determinam a não produção, pois, como o camponês vive na luta pela terra, ele recria suas formas de produção. O assentamento Teijin possui área intermediária (de 06 a 10 ha), e os assentamentos Santa Olga e São João (até 03 ha individuais e 03 ha – regime societário), que foram individualizadas pelos assentados. A singularidade produtiva dos assentamentos e/ou dos assentados depende do seu núcleo familiar, de suas tradições e raízes na terra, por isso, não se pode universalizar a produção dos lotes de um assentamento, devem respeitar os assentados de acordo com sua aptidão.

Além das relações produtivas, estamos revelando a construção de um novo território nas antigas propriedades capitalistas do município. Não ficamos presos apenas à produção de alimentos, que expressa grande importância, mas à circulação de várias relações



comerciais e sociais de seu processo produtivo. As produções camponesas nos assentamentos do município estão ligadas diretamente ao processo de luta de seu lote. Estas lutas em produzir suas mercadorias dentro de suas possibilidades, na maioria dos casos, sem o devido atendimento ou orientação do Estado, reproduzem o campesinato na permanência em seus lotes. Os produtos que são comercializados são também consumidos pelo núcleo familiar dos assentados, revelando o cuidado no tratamento da produção, que, ao contrário da produção capitalista, visa principalmente à produtividade e o lucro.

Como percebemos, o processo produtivo dos assentados visa um olhar de humanidade e de respeito para com o próximo, mesmo diante das dificuldades de transporte, de armazenamento, de regularização fundiária e de suas atividades com pesos distintos das relações mercantis. O tratamento no qual os assentados possuem com seu processo produtivo promove mais qualidade de vida e saúde na comunidade do município de Nova Andradina. Por meio, da movimentação de suas relações produtivas estimulam as agropeccuárias, os supermercados, as lojas de varejo, as farmácias, enfim, contribuem no complemento de renda aos assentados, e acima de tudo, no desenvolvimento socioeconômico do município.

## Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Edunioeste, 2003.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1ª ed. São Paulo, Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008c, p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015**. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao\\_escolar/resolucao042015\\_ceae.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao_escolar/resolucao042015_ceae.pdf). Acesso em: 20 dez. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agropecuário de 1975, 1980, 1985, 1996, 2006 e 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/nova-andradina/pesquisa/24/27745?ano=2017-preliminar>. Acesso em: 26 jul. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada / Atividade econômica / **Agropecuária (2015)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/nova-andradina/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&indicador=47006>. Acesso em: 03 ago. 2018.

LEITE, Sérgio Pereira. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, S. P. (ed.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Paralelo 21, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Editora Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. **Encontros com a civilização brasileira**, v. 3, p. 22, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 36-37.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. Editora Hucitec, 1994.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2009.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo, Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Vozes, 2014.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, nº 7, p. 1-21, 2005.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações, Trabalho e Dominação. *Estudos CEBRAP, Petrópolis: vozes*, v. 26, p. 43-80, 1980.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

---

### **Sobre o autor**

---

**Fabiano Greter Moreira** - Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2019). Mestre em Agronegócios pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2014). Possui Graduação em Administração (2005) e Especialização em Administração Financeira e Logística pela Faculdade de Ciências Contábeis de Nova Andradina - FACINAN (2007). Atua como docente nos Cursos de Tecnologia em Gestão Financeira, Bacharelado em Ciências Contábeis e em Administração na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, no Campus de Nova Andradina - CPNA. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-6626-5250>

---

### **Como citar este artigo**

---

**MOREIRA, Fabiano Greter**. As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

---

Recebido para publicação em 30 de abril de 2019.  
Devolvido para a revisão em 07 de janeiro de 2020.  
Aceito para a publicação em 07 de abril de 2020.

---

# **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária<sup>1</sup>**

**Fabio Frattini Marchetti**

Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Universidade de São Paulo  
(ESALQ/USP) – Piracicaba, São Paulo, Brasil.  
e-mail: fabio.marchetti@usp.br

**João Dagoberto Santos**

Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Universidade de São Paulo  
(ESALQ/USP) – Piracicaba, São Paulo, Brasil.  
e-mail: jdsantos43@gmail.com

**Paulo Eduardo Moruzzi Marques**

Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Universidade de São Paulo  
(ESALQ/USP) – Piracicaba, São Paulo, Brasil.  
e-mail: pmarques@usp.br

## **Resumo**

O artigo veicula uma análise socioeconômica de assentamentos rurais no Extremo Sul da Bahia e no Pontal do Paranapanema, com foco na agrobiodiversidade associada à mandioca. Entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com 15 agricultores em 10 assentamentos na Bahia e 11 agricultores em 7 assentamentos em São Paulo. Os índices socioeconômicos destas regiões estão entre os mais baixos de seus respectivos estados, com maior vulnerabilidade na Bahia. Cerca de 60% dos filhos dos agricultores no Pontal residem nos assentamentos, dos quais dois terços trabalham na agricultura. Na Bahia, 20% dos filhos estão no assentamento, dos quais 75% atuam em atividades agrícolas. Com população mais idosa, os assentamentos da Bahia apresentam maior diversidade de mandioca, cuja produção abastece as casas de farinha artesanais. As dinâmicas culturais em torno das atividades da produção de farinha nos assentamentos constituem um elemento-chave na manutenção da agrobiodiversidade regional. A produção de mandioca no Pontal, por outro lado, atende à demanda de fecularias industriais fora dos assentamentos, o que estimula o cultivo de poucas variedades que atendem o padrão das indústrias. O alinhamento à agroecologia nos assentamentos da região baiana tem sido fundamental para a valorização da diversidade agrícola, enquanto o alinhamento à agricultura industrial na região paulista enfraquece a diversidade agrícola e as estruturais socioculturais de manutenção da agrobiodiversidade.

**Palavras-chave:** Assentamentos rurais; Farinha de mandioca; Variedades locais; Etnobotânica; Ecologia Humana.

## **Socioeconomic factors and their relationships with agrobiodiversity in areas of agrarian reform in Brazil**

### **Abstract**

This paper aims to make a socioeconomic analysis over rural settlements in the extreme south of Bahia and in Pontal do Paranapanema in São Paulo state. Its emphasis is on

---

<sup>1</sup> Esse artigo vincula-se ao projeto de pesquisa "Manejo de variedades de mandioca em áreas de reforma agrária: manutenção ou perda de agrobiodiversidade?" com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, na modalidade bolsa no país, doutorado – fluxo contínuo (Processo FAPESP nº 2014/00313-1).

cassava agrobiodiversity. Semi-structured interviews were conducted with fifteen farmers in ten settlements in Bahia and eleven farmers in seven settlements in São Paulo. Those regions socioeconomic levels are among the lowest in their states, with major vulnerability in Bahia. About 60% of farmers's children live in the settlement, two thirds of them work on agricultural activities. Composed mainly by elderly population, settlements in Bahia represent most of cassava diversity, whose production provides to the artisanal flour production flour. The cultural dynamics over the flour production activities in the settlements constitute a key element in the region's agrobiodiversity maintenance. The Pontal's cassava production on the other hand, answers to the demand of industrial starch outside the settlements, which causes the growing of few varieties that answer to the industrial standards. The Bahia settlements' agroecological perspective has been fundamental to its agrobiodiversity enhancement while the industrial agriculture perspective endorsed in São Paulo's region weakens the agricultural diversity as well as its sociocultural structures associated with the agrobiodiversity maintenance.

**Keywords:** Rural settlements; Cassava flour; Landraces; Ethnobotany; Human Ecology.

## **Dynamiques socio-économiques et leurs relations avec l'agrobiodiversité dans les zones de réforme agraire au Brésil**

### **Résumé**

L'article présente une analyse socio-économique des zones de réforme agraire dans l'Extrême Sud de l'état de Bahia et au Pontal do Paranapanema dans l'état de São Paulo, soulignant l'agrobiodiversité associée au manioc. Des entretiens semi-directifs ont été menés auprès de 15 agriculteurs de 10 communautés dans l'état de Bahia et de 11 agriculteurs de 7 communautés dans l'état de São Paulo. Les indicateurs socio-économiques de ces régions se situent parmi les plus bas de leurs états respectifs. La vulnérabilité est encore plus élevée dans la Bahia. Environ 60% des enfants d'agriculteurs du Pontal résident dans les communautés, dont deux tiers travaillant dans l'agriculture. Dans l'état de Bahia, 20% des enfants habitent sur les communautés et parmi eux 75% y travaillent. Avec cette population plus âgée, les communautés de la Bahia présentent une plus grande diversité de manioc. La production de farine artisanale et la dynamique culturelle locale sont des éléments clés d'entretien de cette agrobiodiversité. La production du Pontal répond à la demande industrielle de fécule de manioc en dehors des communautés, ce qui encourage la culture d'un petit nombre de variétés destinées à l'industrie. L'engagement agroécologique des agriculteurs de la région considérée dans l'état de Bahia a été fondamental pour la valorisation de la diversité agricole, tandis que l'orientation industrielle de l'agriculture dans l'état de São Paulo affaiblit la diversité agricole et les structures socioculturelles de maintien de l'agrobiodiversité.

**Mots-clés:** Réforme agraire; Farine de manioc; Variétés locales; Ethnobotanique; Écologie Humaine.

### **Introdução**

A definição de agrobiodiversidade foi proposta na decisão V/5 da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD, 2000), tratado internacional sob a égide da Organização das Nações Unidas, evidenciando os componentes da biodiversidade relevantes para a

agricultura, como plantas, animais e microrganismos, em diferentes níveis (espécie, genética e ecossistemas). Machado et al. (2008), em revisão conceitual sobre o tema, consideram que os conhecimentos agrícolas tradicionais e as intervenções humanas, como o manejo dos agroecossistemas, são fundamentais para a compreensão da agrobiodiversidade. A diversidade agrícola e os conhecimentos associados têm sido amplamente reconhecidos pelo papel crucial que representam na segurança e soberania alimentar dos povos, em especial para populações de baixa renda (FAO, 2005; 2010; VALLE, 2002).

Por outro lado, a partir da segunda metade do século XX, a expansão dos modos de produção agrícola embasados no pacote tecnológico da Revolução Verde (PEREIRA, 2012) tem intensificado os processos de erosão genética das plantas cultivadas e reduzido a agrobiodiversidade em escala mundial (BRUSH, 1992). A agricultura reconhecida como moderna ou industrial privilegia a produção de monoculturas geneticamente homogêneas, associada às tecnologias de alto custo, aplicação intensiva de agrotóxicos e fertilizantes industriais, em detrimento da diversidade agrícola manejada por povos e comunidades tradicionais e camponesas (ALTIERI, 2012).

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura estimam que 75% de toda a diversidade agrícola tenha se perdido ainda no século passado (FAO, 2010). A perda de diversidade agrícola ocorre concomitantemente à evasão das famílias de trabalhadores rurais do campo, como demonstram os dados sobre o êxodo rural no Brasil, cuja população, majoritariamente rural até a década de 1960, torna-se majoritariamente urbana a partir de então. Desde os anos 2000, a população urbana brasileira se consolida acima de 80% do total (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; IBGE, 2010).

Neste quadro, os agricultores e agricultoras responsáveis pela manutenção da agrobiodiversidade constituem famílias com baixo capital financeiro, trabalham em sistemas de pequena escala, mobilizam tecnologias de baixo impacto ambiental, como artefatos e maquinários manuais, insumos locais adaptados às condições sociais, culturais e ecológicas dos agroecossistemas, com reduzido uso de combustíveis fósseis. Trata-se de um padrão sociocultural encontrado em sistemas agrícolas de povos tradicionais indígenas e não-indígenas (DIEGUES; ARRUDA, 2001; SANTILLI; 2009; ALTIERI, 2012).

Estudos recentes têm demonstrado que importantes componentes da agrobiodiversidade também são manejados por camponeses em áreas de reforma agrária, especialmente no tocante à diversidade de raízes e tubérculos (MARCHETTI, 2018; OLIVEIRA, 2014). Os assentamentos rurais são territórios conquistados por populações marginalizadas, que não encontraram condições satisfatórias de vida, seja no meio rural, dominado pela agricultura moderna, ou no meio urbano, face aos fatores geradores de exclusão e desigualdade social (SANTOS, 2016; TEDESCO, 2002). Essa população rural, quando organizada de forma coletiva e orientada por princípios agroecológicos, tem o

potencial de desenvolver estruturas bioculturais necessárias para a manutenção da agrobiodiversidade, como o manejo de alta riqueza de espécies e variedades agrícolas, assim como a composição de redes sociais de circulação de sementes e propágulos entre agricultores (MARCHETTI, 2018; PAUTASSO et al., 2012; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Ao analisar o percurso histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Borsatto e Carmo (2013) indicam que suas diretrizes para a organização da produção nos assentamentos rurais evoluem com base em diferentes interpretações teóricas sobre o campesinato. Nos últimos 20 anos, a agroecologia passou ao primeiro plano dessas diretrizes. Segundo os autores, entre as décadas de 1980 e 1990, o movimento propunha sistemas de produção aos assentamentos embasados em marxismo ortodoxo com viés produtivista industrial. Assim, nesse período, os assentamentos foram orientados para o objetivo de obter alta produtividade com forte especialização, integrados de maneira vertical, sob um coletivismo radical. O modelo desta orientação é representado pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), cuja lógica se funda em produção em grande escala com mecanização intensiva, uso de agroquímico, divisão e especialização do trabalho. Ou seja, trata-se de princípios semelhantes àqueles das diretrizes produtivistas da Revolução Verde (BORGES, 2010). Tal modelo enfrentou uma série de dificuldades endógenas, o que resultou em diversos casos de falência dos empreendimentos cooperativistas, além de endividamento de agricultores e mesmo casos de corrupção (SOBREIRO-FILHO, 2015).

Após processos de reflexão e reavaliação dessas experiências, o MST se aproximou de ideias próximas às teorias campesinas do pesquisador russo Chayanov, cujos pressupostos atribuem maior protagonismo às subjetividades camponesas, valorizando os conhecimentos e práticas dos agricultores e um cooperativismo democrático, focado mais nas unidades familiares de produção que na coletivização generalizada (BORSATTO; CARMO, 2013). A adesão do MST à Via Campesina constituiu em reforço importante para esta reorientação, tendo favorecido uma perspectiva ecológica que pautou seu IV Congresso Nacional, em 2005, quando a agroecologia passou então a ser incorporada como diretriz fundamental de seu projeto de reforma agrária popular (BORSATTO; CARMO, 2013; MARCHETTI et al., 2020).

A propósito, Amorozo (2010) salienta que a manutenção da agrobiodiversidade está diretamente relacionada à dinâmica socioeconômica das comunidades agrícolas, à permanência das gerações mais novas no campo e à importância que lhe é atribuída no contexto cultural, social e econômico, tanto em nível local quanto regional. Marchetti et al. (2013) demonstraram como a diversidade de mandioca tornou-se mais restrita e fragilizada em comunidades tradicionais da baixada cuiabana, devido às mudanças socioeconômicas e

culturais ocorridas ao longo do tempo. Apesar da alta riqueza de variedades locais, os autores apontam para o risco de extinção da agrobiodiversidade em função do envelhecimento dos agricultores e da não reposição de força jovem de trabalho nos serviços agrícolas.

Neste ponto, convém assinalar que a mandioca é a espécie cultivada com maior diversidade intraespecífica dentre as plantas tuberosas, sendo amplamente distribuída entre os agricultores tradicionais e camponeses nas terras baixas da América do Sul (CLEMENT et al., 2010; MARTINS; OLIVEIRA, 2009). É uma planta rústica, com ampla adaptação em diferentes ecossistemas e solos, sendo pouco suscetível às pragas e doenças (LEBOT, 2009). Foi considerada pela FAO como uma espécie estratégica na erradicação da fome e no aumento da segurança alimentar, em escala mundial (FAO, 2001), além de indicada para aumentar a resiliência dos agricultores frente às mudanças climáticas globais (BURNS et al., 2010; JARVIS et al.; 2012). Vale aqui destacar a importância da mandioca para geração de renda e empregos dentro dos assentamentos rurais e demais comunidades agrícolas, como apontaram Freitas et al. (2011) tratando de camponeses da Amazônia Sul-Ocidental e Marchetti (2018) considerando assentados rurais do Oeste Paulista e do Extremo Sul da Bahia.

Considerando, portanto, a relevância da mandioca para a alimentação e o fortalecimento da economia em áreas de reforma agrária, é salutar que se compreenda como a agrobiodiversidade associada a esta planta vem sendo manejada nessas áreas e como as dinâmicas socioeconômicas das famílias assentadas influenciam esse manejo. Sem a pretensão de esgotar o tema, o artigo apresenta um levantamento etnobotânico das variedades de mandioca cultivadas por camponeses assentados no Extremo Sul da Bahia e no Pontal do Paranapanema (SP), bem como as possíveis relações entre o acervo local de variedades e o contexto socioeconômico e cultural de cada região.

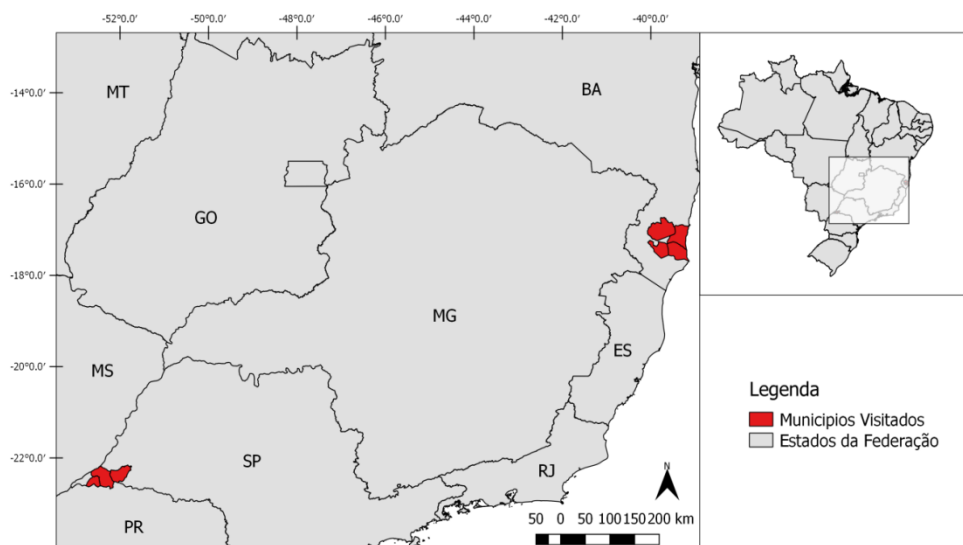
Ambas as regiões apresentam históricos particulares de conflitos agrários, com atuação marcante de movimentos sociais e frequentes ocupações de terra. Atualmente, tanto no Extremo Sul da Bahia quanto no Pontal do Paranapanema, existe alta concentração de assentamentos rurais estabelecidos ou em vias de estabelecimento (INCRA, 2017). Esse contexto agrário fornece condições socioeconômicas e culturais ímpares que são de relevante interesse para a avaliação do manejo da agrobiodiversidade (ZIMMERER, et al., 2019). A comparação entre as regiões permite refletir sobre como diferentes parâmetros socioculturais impactam a agrobiodiversidade, além de permitir estabelecer relações entre os elementos característicos de cada região com a agrobiodiversidade manejada. A análise dessas questões tem o potencial de auxiliar em programas e ações com foco na agroecologia, que visem fortalecer a soberania e a segurança alimentar entre as famílias assentadas, considerando as particularidades de cada contexto regional.



## Procedimentos metodológicos

Foram visitados e entrevistados agricultores em assentamentos rurais no Extremo Sul da Bahia, municípios de Itamarajú, Prado, Teixeira de Freitas e Alcobaça, entre março e maio de 2015, e no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado de São Paulo, municípios de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio e Euclides da Cunha Paulista, entre setembro e outubro de 2016 (Figura 1).

**Figura 1. Localização dos municípios dos assentamentos rurais visitados no Extremo Sul da Bahia e no Pontal do Paranapanema (SP).**



Fonte: Os autores (2019).

## O Extremo Sul da Bahia

Os municípios considerados na região baiana localizam-se nas bacias hidrográficas dos rios Jucuruçu e Alcobaça, possuem população total de 250.308 habitantes, segundo Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011). Deste universo, 18% residem em área rural. A densidade demográfica no conjunto desses municípios é de 37 hab./km<sup>2</sup>.

Apesar de ser uma das primeiras áreas colonizadas do Brasil, conhecida como “Costa do Descobrimento”, é somente a partir da década de 1970, após a construção do trecho da Rodovia Translitorânea Rio-Salvador, BR 101, que a região passou a ser integrada à economia nacional, com o desenvolvimento de ciclos econômicos agropecuários, como o café, o eucalipto e pastagens extensivas (ALMEIDA et al., 2008; SEI, 2008).

A ocupação das terras em larga escala intensificou a concentração fundiária, reduziu as atividades agrícolas da agricultura familiar camponesa e, conseqüentemente, diminuiu os empregos na área rural, levando muitos agricultores familiares a abandonar o campo para se dirigir aos centros urbanos da região (ALMEIDA et al., 2008). De toda forma, estão presentes, atualmente, na sociodiversidade regional, comunidades indígenas da etnia Pataxó, principalmente nos arredores do Parque Nacional do Monte Pascoal, com cerca de 14.000 pessoas (ISA, 2013), sete comunidades remanescentes de quilombos com certidões expedidas pela Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2017) e 40 assentamentos rurais de reforma agrária, cadastrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017), com aproximadamente 2.400 famílias assentadas. Os primeiros assentamentos rurais da região foram estabelecidos ainda na década de 1980 e, ainda hoje, terras vêm sendo ocupadas por agricultores sem-terra visando a instalação de novos assentamentos.

## **O Pontal do Paranapanema**

Os municípios considerados no oeste paulista localizam-se na bacia hidrográfica do rio Paranapanema, possuem população total de 48.030 habitantes, dos quais 30% residem na área rural. Sua densidade demográfica é de 14 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2011).

O processo histórico de ocupação do Pontal do Paranapanema foi marcado por irregularidades jurídicas, desmatamentos intensivos e conflitos agrários (LEITE, 1998; FELICIANO, 2009; LEONÍDIO, 2009). No final da década de 1970, a construção de usinas hidrelétricas e sucroalcooleiras desencadeou um processo de legalização de terras devolutas griladas, transformando grileiros em grandes proprietários e, por conseguinte, pequenos posseiros em camponeses sem-terra (FELICIANO, 2009). Comunidades inteiras de agricultores e ribeirinhos foram desalojadas ou realocadas e, juntamente aos trabalhadores migrantes desempregados com o fim da construção das barragens, formaram um grande contingente de sem-terra na região (BEDUSCHI-FILHO, 2003).

Segundo dados da Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP, 2020), o Pontal do Paranapanema abriga 99 assentamentos rurais, com 4.913 famílias assentadas. Os primeiros assentamentos também datam da década de 1980 e ainda hoje ocorrem ocupações por agricultores sem-terra, apesar de serem menos frequentes que no Extremo Sul da Bahia. Comunidades tradicionais não figuram entre os componentes da sociodiversidade regional.

## **Amostragem dos assentamentos e agricultores**

A amostragem da pesquisa contemplou dez comunidades rurais no Extremo Sul da Bahia e sete no Pontal do Paranapanema. Os agricultores, em ambas as regiões, foram selecionados a partir da indicação de lideranças do MST e técnicos agrícolas comunitários. No Pontal, também foram consultados analistas do ITESP. A amostragem dos agricultores foi intencional, buscando aqueles que cultivavam o maior número de variedades de mandioca, em cada região. Como método complementar, foi utilizada a técnica “bola de neve” (BAILEY, 1994), na qual o primeiro entrevistado indica o próximo interlocutor e assim sucessivamente. Foram entrevistados de um a três agricultores por comunidade.

Participaram da pesquisa 15 agricultores na região baiana (duas mulheres e 13 homens), com idade entre 33 e 77 anos, e 11 agricultores no Pontal do Paranapanema, todos homens, com idade entre 31 e 79 anos. As devidas autorizações e anuências para a pesquisa foram obtidas previamente junto às lideranças e coletivos locais. Ademais, cada agricultor e agricultora participante, em ambas as regiões, foram esclarecidos sobre os objetivos, métodos, possíveis resultados e publicações da pesquisa, além de sua autonomia para desistir a qualquer momento, sem prejuízos ao participante.

## **Coleta e análise dos dados**

Dados secundários sobre as características socioeconômicas regionais foram coletados em bases de dados oficiais do IBGE (2011; 2015), do INCRA (2017) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD; IPEA, FJP, 2013). Os dados de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB) e índice de Gini foram obtidos a partir da média dos valores municipais. Os indicadores de atividade econômica, por setor da economia, foram obtidos a partir de agregados municipais.

Entrevistas semiestruturadas (BERNARD, 1988) foram realizadas com agricultores e agricultoras adultos, em suas residências, ou em espaços comunitários dentro dos assentamentos, para a coleta de dados socioeconômicos das famílias. O roteiro de entrevistas foi composto por questões sobre ocupação da área, atividades produtivas, itinerário de vida dos entrevistados e de seus filhos e filhas.

Foi realizado um levantamento etnobotânico de todas as variedades de mandioca cultivadas pelos agricultores participantes. As variedades foram identificadas a partir de informações disponibilizadas pelos entrevistados e por registro fotográfico, coletados nas roças (MARCHETTI, 2018).

Os dados socioeconômicos e etnobotânicos foram analisados a partir de estatísticas descritivas, abordagens qualitativas, em especial análises de comparação e contraste, e quantitativas indicadas para estudos em etnobiologia e etnoecologia (GODOY, 1995; AMOROZO; VIERTLER, 2010; VIERTLER, 2002). As variáveis quantitativas foram utilizadas para avaliar a diversidade de mandioca a partir de análises ecológicas adaptadas para estudos etnobotânicos (MAGURRAN, 2004; BEGOSSI, 1996). Dentre essas análises, foram selecionadas: a riqueza de variedades – número total de variedades amostradas; a riqueza estimada – prognóstico do total de variedades a partir da análise estatística Bootstrap; a média de variedades por agricultor com desvio padrão (DP); a quantidade absoluta e proporcional de variedades mansas e bravas de mandioca.

A propósito destas últimas, as mansas são consideradas não tóxicas pelos agricultores, a maioria é representada pelos aipins, utilizados em geral para o consumo de mesa. Variedades bravas são aquelas consideradas tóxicas e utilizadas exclusivamente para a fabricação de farinha. Registrou-se ainda algumas variedades indeterminadas, ou seja, variedades que não tiveram sua toxicidade reconhecida pelos entrevistados.

## **Elementos socioeconômicos de abrangência regional**

Nos municípios considerados do Pontal do Paranapanema, há cinco vezes mais assentamentos rurais de reforma agrária, cerca de três vezes mais famílias assentadas e praticamente o dobro de área reformada nos municípios do Extremo Sul da Bahia (Tabela 1), apesar destes últimos apresentarem área e população maiores.

Ambas as regiões apresentam IDH<sup>2</sup> entre os mais baixos de seus respectivos estados. No Extremo Sul da Bahia, estes índices ainda são menores do que os do Pontal do Paranapanema (Tabela 1). Entre os municípios do Extremo Sul da Bahia, o IDH municipal está na faixa de desenvolvimento considerado médio, entre 0,600 e 0,699, enquanto para os municípios do Pontal do Paranapanema, este indicador é considerado alto, entre 0,700 e 0,799, em comparação com outros municípios brasileiros (PNUD; IPEA, FJP, 2013). Em ambos os casos, a dimensão melhor situada é a longevidade, a qual é considerada muito alta na região paulista, entre 0,800 e 0,999, e alta na região baiana. No caso da renda, situa-se na faixa de desenvolvimento médio em ambas as regiões. A educação foi a pior variável avaliada das três dimensões, em especial na região baiana, identificada como em situação de baixo desenvolvimento, entre 0,500 e 0,599.

---

2

O IDH dos municípios brasileiros é um índice composto por dados compilados do Censo Demográfico do IBGE, a partir das dimensões: Longevidade, Renda e Educação, com valores entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município ou região (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

**Tabela 1. Características socioeconômicas dos municípios amostrados no Extremo Sul da Bahia (Alcobaça, Itamarajú, Prado e Teixeira de Freitas) e no Pontal do Paranapanema (Euclides da Cunha Paulista, Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio).**

	<b>Extremo Sul da Bahia</b>	<b>Pontal Paranapanema</b>
Assentamentos Rurais	12	65
Famílias Assentadas	961	2.889
Área reformada	239,25 km <sup>2</sup>	463,28 km <sup>2</sup>
IDH	0,635	0,723
IDH Longevidade	0,780	0,833
IDH Renda	0,636	0,699
IDH Educação	0,508	0,679
Índice de Gini	0,54	0,47
PIB per capita	R\$ 12.771,50	R\$ 18.880,42

Fontes: IBGE (2015); PNUD, IPEA, FJP (2013); INCRA (2017).

Os índices de Gini<sup>3</sup> em ambas as regiões são próximos, com indicação de maior concentração da renda nos municípios da região baiana (Tabela 1). Estes números correspondem àqueles encontrados em países com alta desigualdade social (UNDP, 2018).

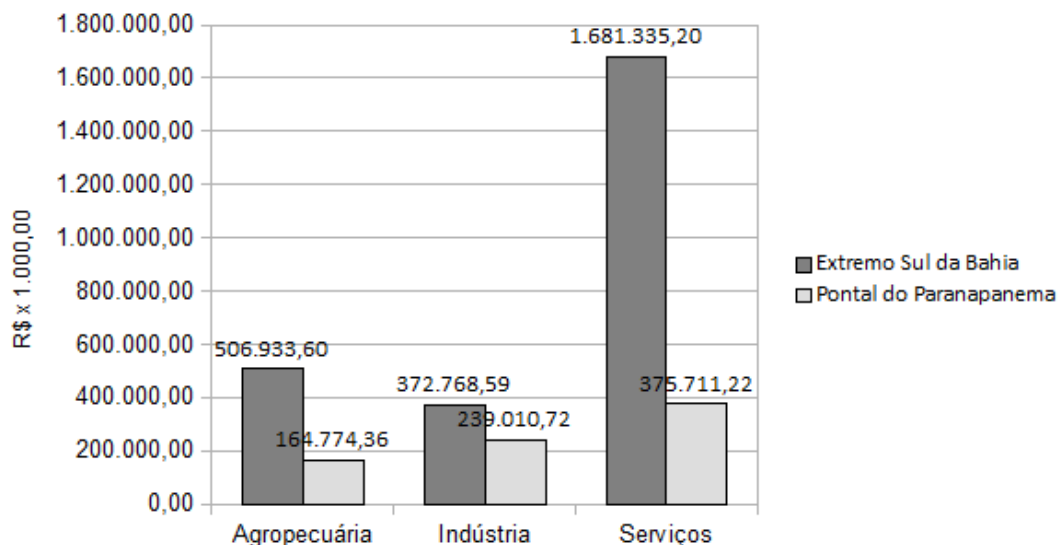
O PIB per capita dos municípios considerados no Pontal do Paranapanema é maior que o da região baiana (Tabela 1). Trata-se de um reflexo principalmente da menor população dos municípios paulistas, uma vez que a atividade econômica no Extremo Sul da Bahia, em 2016, movimentou cerca de três vezes mais recursos financeiros que o Pontal do Paranapanema (Figura 2).

Observa-se na Figura 2 que os três setores da economia, agropecuária, indústria e serviços, movimentaram mais recursos nos municípios da região baiana. O setor de serviços foi predominante em ambas as regiões e 4,5 vezes maior no Extremo Sul da Bahia, devido principalmente ao intenso comércio e serviços existentes em Teixeira de Freitas, um dos municípios mais populosos do Extremo Sul da Bahia. Os municípios do Pontal do Paranapanema, por outro lado, não figuram entre os mais representativos na economia regional e Presidente Prudente, município que centraliza o setor de serviços na região, não foi incluído na pesquisa.

---

**3** O índice de Gini mede o grau de concentração de renda, com valores entre 0 e 1, onde 0 representa total igualdade, quando todos possuem a mesma renda, e 1 total desigualdade, quando apenas uma única pessoa detém toda a renda (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

**Figura 2. Valores movimentados pelos setores da economia nos municípios amostrados no Extremo Sul da Bahia e no Pontal do Paranapanema, para o ano de 2016.**



Fonte: IBGE Cidades (2018).

A atividade industrial apresentou menor diferença entre as regiões (Figura 2). Entretanto, esses valores não incluem as agroindústrias de papel e celulose no Extremo Sul da Bahia, nem as usinas sucroalcooleiras no Pontal do Paranapanema, por localizam-se em municípios não considerados na pesquisa.

A agropecuária movimenta três vezes mais recursos financeiros nos municípios da região baiana e, mais recentemente, tem dividido espaço com a silvicultura. No Pontal do Paranapanema, soma-se à pecuária extensiva o cultivo de cana-de-açúcar em larga escala, destinado às usinas sucroalcooleiras, e o plantio de mandioca destinado às fecularias industriais situadas no estado do Paraná, cuja produção de fécula entre 2011 e 2013 representou mais de 70% da produção nacional (FELIPE; PAULILLO, 2015).

### **Elementos socioeconômicos de abrangência local**

As 17 comunidades visitadas, entre 2015 e 2016, são identificadas como assentamentos rurais, mas durante os trabalhos de campo, algumas dessas localidades no Extremo Sul da Bahia eram identificadas como pré-assentamentos (Tabela 2). Estes últimos representam uma categoria intermediária de ocupação do território, entre o acampamento e o assentamento definitivo. Em geral, estão organizados em residências provisórias, popularmente chamadas de “barracos” (abrigos rústicos construídos com madeira, lona, materiais de demolição, descarte ou ainda em pau-a-pique), uma ao lado da outra, formando

“agrovilas”, onde também se encontram as áreas comunitárias de socialização, como escola e espaço de reuniões e vivências coletivas. As roças dos pré-assentamentos situam-se nos arredores das agrovilas, distantes até dois quilômetros das residências, que são percorridos diariamente a pé pelos agricultores. Entre 2016 e 2019, após a coleta dos dados de campo da pesquisa, os pré-assentamentos visitados tornaram-se assentamentos definitivos.

**Tabela 2. Assentamentos rurais visitados no Extremo Sul da Bahia e no Pontal do Paranapanema.**

Região	Assentamento	Ano de ocupação	Capacidade de famílias	Tamanho do lote (ha)	Farinheiras artesanais
Extremo Sul da Bahia	Antônio Araújo <sup>1</sup>	2010	70	0	2
	Jaci Rocha <sup>1</sup>	2010	89	0	1
	Bela Manhã <sup>1</sup>	2006	120	0	5
	Abril Vermelho <sup>1</sup>	2009	16	0	1
	Herdeiros da Terra <sup>1</sup>	2010	45	0	3
	José Martí <sup>1</sup>	2010	100	0	1
	Rosa do Prado	1994	252	19	21
	Cruz do Ouro	2005	88	14	8
	Quarenta e Cinco	1987	151	28	15
	Corte Grande	1982	44	26	3
	<b>Total</b>	-	<b>975</b>	-	<b>60</b>
Pontal do Paranapanema	Antonio Conselheiro II	1999	65	15	0
	Che Guevara	1998	46	11	0
	Santa Terezinha da Água Sumida	2001	50	21	0
	Fusquinha	2003	47	19	0
	Porto Letícia	1998	36	21	0
	Santa Rosa	1999	65	9	0
	Santa Rita	1999	49	14	0
	<b>Total</b>	-	<b>358</b>	-	<b>0</b>

<sup>1</sup> Pré-assentamentos.

Fontes: Marchetti (2018); INCRA (2017).

Os assentamentos mais antigos pesquisados no Extremo Sul da Bahia foram estabelecidos na década de 1980 e possuem os maiores lotes, entre 14 hectares (ha) e 28 ha (Tabela 2), com tamanho médio de 21,7 ha  $\pm$  6,4 ha/lote, excluindo-se os casos de pré-assentamento, onde os lotes ainda não haviam sido demarcados. A capacidade de famílias assentadas foi bastante variável na região: mínimo de 16 famílias e máximo de 252, média de 99,8  $\pm$  73,0 famílias/assentamento.

As principais atividades produtivas dos agricultores na região baiana relacionam-se diretamente com o cultivo de mandioca e seu processamento artesanal em farinha, atividades consideradas tradicionais na região, cujos conhecimentos sobre os trabalhos agrícolas e o processamento da mandioca, na maioria dos casos, foram aprendidos com os pais e demais familiares, segundo os entrevistados. Outros cultivos comerciais destacados

pelos agricultores foram: pimenta do reino, urucum, café, cacau, hortaliças, milho e abacaxi. Todos os agricultores cultivam em sistemas consorciados, com produção diversificada.

Os sistemas de produção observados no Extremo Sul da Bahia evidenciam a orientação organizativa atual do MST associada à agroecologia, com respeito às unidades familiares e valorização das práticas e conhecimentos agrícolas dos camponeses. Como já mencionado, esta orientação passou a ganhar destaque no seio do movimento a partir do IV Congresso Nacional do MST, em 2005 (BORSATTO e CARMO, 2013).

Nos casos em que a infraestrutura local era deficitária e/ou a segurança jurídica do território foi considerada incerta, como, por exemplo, nos pré-assentamentos, observou-se que a mandioca é amplamente cultivada e a produção artesanal de farinha constitui a principal atividade econômica. Por outro lado, nos assentamentos onde existem melhores condições de infraestrutura e o território está juridicamente estável, a mandioca assume um papel secundário na economia local.

Segundo os agricultores dos assentamentos Corte Grande e Quarenta e Cinco, a mandioca desempenhou papel fundamental no início da ocupação da área e no processo inicial de estabelecimento dos assentamentos. Com o passar do tempo, o cultivo de mandioca foi substituído por espécies perenes mais rentáveis economicamente, como o café, o coco e o urucum, além de pastagens para a criação de gado, atividades que exigem maiores investimentos por parte dos agricultores. Atualmente, nessas áreas, a mandioca é encontrada com maior frequência nos quintais e são variedades mansas destinadas principalmente ao consumo familiar.

O histórico de ocupação do assentamento Rosa do Prado, na Bahia, bem ilustra a relevância da mandioca em áreas com insegurança jurídica e instabilidade de posse. As famílias locais enfrentaram 19 ações de despejo, de 1994 a 2013. A incerteza quanto à permanência na terra determinou a preferência dos agricultores pelo cultivo de mandioca, por ser uma produção de baixo risco, uma vez que é menos custosa e tem maior probabilidade de garantir colheita e comércio, representando, portanto, menor prejuízo que outros cultivos, em casos de despejo. Após 21 anos de ocupação, em 2015, a mandioca ainda era o principal cultivo no assentamento. Assim, foram mapeadas 21 farinheiras artesanais (Tabela 2), cuja produção destina-se ao mercado local, bairros e cidades vizinhas.

Os exemplos apresentados evidenciam que a mandioca é uma espécie-chave com papel cultural e econômico significativo nas áreas de reforma agrária do Extremo Sul da Bahia. Todos os agricultores entrevistados na região produzem farinha de mandioca, com exceção dos entrevistados nos assentamentos Corte Grande e Cruz do Ouro, apesar de outros agricultores locais, não entrevistados, produzirem.

No Pontal do Paranapanema, os assentamentos visitados foram criados no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (Tabela 2). A capacidade de famílias assentadas é



de 36 a 65 lotes/assentamento, com uma média de  $51,1 \pm 10,5$  famílias/assentamento. O tamanho dos lotes variou de 11 ha a 21 ha, com valor médio de  $15,7 \text{ ha} \pm 4,8 \text{ ha/lote}$ , menor que o tamanho dos lotes no Extremo Sul da Bahia (Tabela 2).

A maioria dos entrevistados na região paulista (54%) trabalhou em lavouras de café e 27% em lavouras de algodão, como trabalhadores rurais assalariados em fazendas da região. Quando esses cultivos entraram em decadência, os trabalhadores rurais engajaram-se na luta pela reforma agrária, o que permitiu retomar as atividades agrícolas nos assentamentos rurais.

Os mais capitalizados (27% dos entrevistados) especializaram-se no cultivo da mandioca destinada às fecularias industriais, localizadas no estado do Paraná, além de estabelecerem parcerias com outros assentados, menos capitalizados, para expandir suas áreas de cultivo. A criação de gado, principalmente para a produção de leite, também é uma atividade comum na região, realizada por 72,7% dos entrevistados. Esses modelos de produção especializada encontrados no Pontal do Paranapanema são representativos da orientação organizativa do MST da década de 1990, marcada por um marxismo ortodoxo, antes do alinhamento com a perspectiva chayanoviana e agroecológica, como analisaram Borsatto e Carmo (2013).

As famílias menos capitalizadas do Pontal (73% dos entrevistados), que não trabalham em parceria no cultivo da mandioca para indústria, tendem a diversificar suas atividades agrícolas dentro do lote, consorciando horticultura e fruticultura, cujos produtos, à época da pesquisa, eram destinados principalmente aos mercados institucionais, via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A criação de pequenos animais (porco e galinha) e a produção de leite para laticínios da região também foram mencionados como atividades relevantes para essas famílias. Apesar de aproximarem-se da perspectiva chayanoviana, essas famílias representam iniciativas mais pontuais e carecem de uma unidade organizativa que permita difundir no território uma orientação agroecológica, como observado no Extremo Sul da Bahia.

### **Agricultores e seus descendentes**

A maioria dos agricultores entrevistados no Extremo Sul da Bahia tem suas origens em comunidades agrícolas do próprio estado (54%), 31% deles são originários de Minas Gerais e 15% do Espírito Santo. Quanto ao primeiro grupo, a maioria nasceu em cidades da região ou de regiões vizinhas. Dentre os 87% dos entrevistados do sexo masculino, 73% têm histórico de vida exclusivamente agrícola e outros 27% apresentam trajetórias na

agricultura com ao menos um período da vida no meio urbano. A média de idade desses agricultores era de  $61 \pm 14$  anos (Tabela 3), o mais velho tendo 78 anos e o mais jovem 33 anos.

A origem dos agricultores entrevistados no Pontal do Paranapanema remete a áreas rurais dos estados de São Paulo (27%), Paraná (27%), Minas Gerais (27%), Espírito Santo (9%) e Pernambuco (9%). Como mencionado anteriormente, apenas homens foram entrevistados no Pontal, dos quais 73% têm histórico de vida exclusivamente agrícola e 27%, além da atividade na agricultura, passaram ao menos um período da vida em meio urbano, proporção semelhante àquela encontrada na região baiana. A média de idade dos agricultores da região paulista foi de  $59 \pm 16$  anos, o mais velho com 79 anos e o mais novo 31 anos, semelhante também à idade dos agricultores da região baiana.

**Tabela 3. Caracterização dos agricultores e principais ocupações de seus descendentes.**

	Extremo Sul da Bahia	Pontal do Paranapanema
Assentamentos visitados	10	7
Agricultores entrevistados	15	11
Média da idade dos agricultores $\pm$ DesvPad (em anos)	$61 \pm 14$	$59 \pm 16$
Total de filhos dos agricultores	60	47
Média de filhos por agricultor	4	4,3
Filhos morando em assentamentos	20.0%	63.8%
Filhos morando em área urbana	80.0%	38.2%
<b>Ocupação dos filhos</b>		
Trabalhos agrícolas autônomos em assentamento	15.0%	40.4%
Funcionários de empresa agropecuária ou agroindústria	10.0%	12.8%
Funcionários ou autônomos em trabalhos não-agrícolas	33.3%	23.4%
Donas de casa	13.3%	4.2%
Estudantes de ensino superior	11.7%	4.2%
Crianças e adolescentes	20.0%	19.1%

Fonte: Marchetti (2018).

A idade dos agricultores entrevistados pode ser considerada avançada para os trabalhos agrícolas, uma vez que se encontra no limiar para aposentadoria no meio rural (55 anos para mulheres e 60 anos para homens, de acordo com a Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019). O envelhecimento e a masculinização no campo é uma

tendência, no Brasil, desde os anos 1990, devido ao êxodo rural principalmente de jovens e mulheres (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Corroborando essa tendência, Amorozo (2010) e Marchetti et al. (2013), em estudos com agricultores tradicionais não-indígenas da baixada cuiabana, observaram que o número de jovens engajados nos trabalhos agrícolas diminuiu acentuadamente entre os anos de 1990 e 2010. Com efeito, os agricultores mais velhos não têm sido substituídos pelas novas gerações, levando à redução dos trabalhos agrícolas, da área cultivada e, conseqüentemente, à diminuição da agrobiodiversidade na região.

Nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia, o engajamento dos filhos dos agricultores nos trabalhos agrícolas mostrou-se frágil (Tabela 3). Dos 60 filhos mencionados nas entrevistas, 80% moravam na área urbana, em cidades da região, 33% estavam empregados ou eram profissionais autônomos em serviços não agrícolas e apenas 15% foram identificados como agricultores autônomos ou que auxiliavam os pais nos trabalhos agrícolas. Somente seis agricultores relataram filhos morando nos assentamentos: dois agricultores em idade adulta e outras 10 crianças ou adolescentes.

Entre os filhos que não moravam nos assentamentos da região baiana, no período da pesquisa, metade são mulheres (24), das quais 37% estavam empregadas ou eram profissionais autônomas em serviços não agrícolas, 33% trabalhavam exclusivamente como donas de casa e 25% eram estudantes de ensino superior nos cursos de enfermagem, serviço social e ciências sociais. Somente uma filha de entrevistado foi identificada como agricultora. Os outros 50% dos filhos são homens, em sua maioria, empregados ou profissionais autônomos em serviços não agrícolas (75%), 12% eram estudantes (um de ensino médio e dois de ensino superior em direito e agronomia) e outros 12% agricultores. Os cursos de ensino superior em ciências sociais e agronomia foram realizados em instituições de ensino superior em parceria com o MST, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), localizadas em estados da região Sul do país.

O quadro de envelhecimento dos agricultores e ausência das gerações mais novas nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia é reflexo, sobretudo, da falta de infraestrutura básica, de serviços de comunicação, saúde e educação nos assentamentos e pré-assentamentos da região, além da baixa renda atribuída aos serviços do campo. Nos pré-assentamentos, a infraestrutura temporária e precária foi indicada como o principal fator limitante para abrigar as famílias dos entrevistados. Alguns relataram que suas famílias aguardam, na área urbana, a regularização do assentamento para então construir uma casa e mudarem definitivamente para o lote.

Nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, dos 47 filhos mencionados nas entrevistas, 64% residiam nos assentamentos, 40% foram identificados como agricultores ou que auxiliam os pais nos trabalhos agrícolas (Tabela 3). Dez dos 11 agricultores

entrevistados relataram filhos que moram no mesmo domicílio, somando um total de 20 filhos morando com os pais, 7 mulheres e 13 homens, dos quais 45% eram crianças ou adolescentes de até 13 anos. Outros 45% eram jovens e adultos entre 16 e 44 anos, que trabalhavam como agricultores autônomos ou auxiliavam os pais nos trabalhos agrícolas. Os demais 10% eram jovens que conciliavam os trabalhos agrícolas com os estudos de agroecologia em escolas de ensino superior via PRONERA. Cerca de 10% dos filhos residentes nos assentamentos estavam empregados ou eram profissionais autônomos em serviços não agrícolas.

Entre os 27 filhos que não moravam com os pais, 12 são mulheres e 15 homens; a maioria (55%) continuava desempenhando trabalhos agrícolas (6 mulheres, 9 homens), sendo que 33% moravam em assentamentos rurais, 22% eram assalariados em fazendas de agropecuária ou agroindústria e 52% estavam empregados ou eram profissionais autônomos em trabalhos não agrícolas.

Observa-se que nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, a maioria dos descendentes dos agricultores permanecia no campo, o que explica mais jovens engajados nos trabalhos agrícolas do que o observado nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia. Os agricultores da região paulista são mais capitalizados e, historicamente, tiveram mais acesso às políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, como créditos agrícolas e participação em mercados institucionais. Além destes fatores, as melhores condições de infraestrutura da região Sudeste do país são favoráveis à permanência dos jovens no meio rural, pois facilitam o acesso aos bens e serviços públicos, como educação, saúde e comunicação.

O cultivo de alta diversidade de variedades locais de mandioca, em pequena escala, característico da agricultura tradicional (MARCHETTI et al., 2013), é lembrado como uma das mais importantes atividades agrícolas do Pontal do Paranapanema, mas que atualmente vem sendo pouco praticado entre os assentados. São os agricultores mais capitalizados que mantêm o cultivo de mandioca com poucas variedades destinadas exclusivamente às feculares industriais. Os agricultores menos capitalizados que ainda cultivam alguma diversidade de mandioca para consumo familiar e mercado local foram encontrados pontualmente, ao longo dos trabalhos de campo. Com efeito, há um gradual abandono do cultivo da mandioca em pequena escala na região. Ademais, esses agricultores remanescentes, de pequena escala, têm poucas perspectivas de continuidade na atividade agrícola, devido à idade avançada. Por outro lado, no Extremo Sul da Bahia, a diversidade de mandioca é alta e está bem distribuída entre os agricultores locais, apesar da baixa adesão das novas gerações aos trabalhos agrícolas (MARCHETTI, 2018).

## Variedades de mandioca e a produção de farinha

Foram amostradas 37 variedades de mandioca junto aos agricultores do Extremo Sul da Bahia e 17 variedades entre os agricultores do Pontal do Paranapanema (Tabela 4). A riqueza estimada foi de 45 e 21 variedades, respectivamente, reforçando a maior diversidade manejada na região baiana. A diversidade de variedades mansas e bravas também é mais ampla nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia, assim como a média de variedades por agricultor.

**Tabela 4. Diversidade de variedades de mandioca em assentamentos rurais do Extremo Sul da Bahia e do Pontal do Paranapanema.**

	<b>Extremo Sul da Bahia</b>	<b>Pontal do Paranapanema</b>
Riqueza de variedades	37	17
Riqueza estimada (Bootstrap)	45	21
Média de variedades por agricultor $\pm$ DP	6,0 $\pm$ 3,3	2,8 $\pm$ 1,7
Variedades mansas	24 (64,9 %)	14 (82,3 %)
Variedades bravas	12 (32,4 %)	3 (17,7 %)
Variedades indeterminadas	1 (2,7%)	0

Fonte: Marchetti (2018).

A riqueza de variedades encontrada no Extremo Sul da Bahia assemelha-se àquela encontrada por Bevilaqua (2012) no assentamento Sepé Tiarajú, um Projeto de Desenvolvimento Sustentável no município de Serra Azul/SP, por Oler (2012) entre agricultores assentados no município de Porto Estrela/MT e por Oliveira (2014) em assentamentos rurais do interior paulista. Estes autores inventariaram entre 37 e 40 variedades de mandioca, em cada estudo. Contudo, nos três exemplos acima, foram entrevistados, aproximadamente, o dobro de agricultores que os participantes do presente estudo, o que permite inferir que a diversidade existente no Extremo Sul da Bahia pode ser ainda maior que nos casos mencionados. A riqueza estimada de variedades nos assentamentos baianos, assim como a média de variedades/agricultor, assemelham-se àsquelas encontradas por Marchetti et al. (2013), junto a 30 agricultores tradicionais não-indígenas da Baixada Cuiabana, cuja riqueza foi de 54 variedades, com média de 5,4 variedades/agricultor. Tais constatações evidenciam a relevância da diversidade de mandioca no Extremo Sul da Bahia quando comparada com outras comunidades agrícolas não-indígenas, em diferentes regiões brasileiras.

Por outro lado, a riqueza de variedades encontrada no Pontal do Paranapanema está entre aquelas que indicam menor diversidade, como os levantamentos de Massaro-Junior (2009), junto a 26 agricultores assentados no município de Araras/SP, e Araújo e Amorozo (2012), junto a 10 agricultores assentados no município de Mogi Mirim/SP. Nestes casos, os pesquisadores em questão inventariaram 18 e 11 variedades de mandioca, respectivamente.

A produção de farinha de mandioca revela-se como um fator determinante para o manejo da agrobiodiversidade tanto nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia quanto no Pontal do Paranapanema. No primeiro caso, a farinha é produzida artesanalmente pelos assentados e assume papel central nas comunidades locais, não apenas no consumo familiar diário e em sua importância na economia dos assentamentos, mas também como produto agrícola ofertado regionalmente. De fato, esta farinha produzida nos assentamentos é vendida em feiras, mercados, mercearias e diretamente nas ruas das cidades e de distritos urbanos da região. Outra questão singular da produção artesanal de farinha de mandioca é o fortalecimento das relações sociais, culturais e econômicas entre os assentados. O processamento da mandioca é uma atividade que mobiliza familiares, amigos e vizinhos dentro dos assentamentos. Nas práticas de colheita das raízes na roça e de descascar, lavar, ralar, prensar e fornear dentro das casas de farinha, são estabelecidas relações culturais e socioeconômicas que incentivam e fortalecem os laços comunitários entre os assentados.

Comumente, nas casas de farinha, diferentes gerações se encontram para conversar e trocar conhecimentos sobre a agrobiodiversidade local, representando um espaço fértil para a reprodução e compartilhamento dos conhecimentos e práticas agrícolas. Nas casas de farinha visitadas no Extremo Sul da Bahia, foram observadas de cinco a 12 pessoas trabalhando em conjunto, entre jovens, adultos e idosos. A etapa de raspagem das raízes é a que mais aproxima os trabalhadores, que realizam a tarefa de maneira coletiva, por horas, sentados ao redor de uma grande pilha de raízes.

Nas 10 comunidades visitadas no Extremo Sul da Bahia, entre assentamentos e acampamentos, foram registradas 60 casas de farinha, a maioria de propriedade familiar, com funcionamento diário, infraestrutura rústica, maquinários movidos a motor elétrico, a gasolina, ou ainda, em alguns casos, exclusivamente manuais. Estas casas de farinha são utilizadas principalmente pelos proprietários, mas também por parentes e vizinhos, mediante uma comissão de 10% a 30% da produção.

Apenas três farinhas foram relatadas como de uso coletivo, localizadas em espaços comunitários dentro dos assentamentos, equipadas com maquinários elétricos com capacidade maior de produção que as farinhas familiares. Duas fábricas de beiju de pequeno porte também foram visitadas, uma no assentamento Cruz do Ouro e outra no assentamento Quarenta e Cinco, cujos produtos destinam-se às feiras e mercados locais.

Devido aos costumes agroalimentares e à conseqüente demanda regional pela farinha de mandioca, esta produção artesanal tem impacto direto na economia dos assentamentos do Extremo Sul da Bahia. Ações que visem o incentivo e a melhoria das condições de trabalho nas farinheiras, respeitando os aspectos socioculturais e as formas de organização local, são estratégicas para estimular a geração de renda nessas áreas e fortalecer o cultivo de mandioca, além de favorecer a transmissão dos conhecimentos sobre o manejo e usos da agrobiodiversidade regional entre trabalhadores rurais de diferentes gerações, valorizando assim tanto o acervo de variedades locais quanto o conhecimento tradicional associado.

No Pontal do Paranapanema, é a produção industrial de farinha de mandioca que desempenha papel importante na geração de renda local e na organização do cultivo da mandioca dentro dos assentamentos. As dinâmicas agrícolas e socioeconômicas, inseridas em uma macroeconomia regional, que exclui agricultores dos modos de beneficiamento da mandioca, são muito diferentes daquelas observadas nos assentamentos da região baiana. Não foram encontradas casas de farinha nos assentamentos da região paulista, nem familiares, nem coletivas. Com exceção dos aipins, destinados ao consumo de mesa, toda a mandioca produzida na região é destinada às fecularias industriais localizadas no norte do estado do Paraná, cujas relações comerciais com os assentados determinam a expansão ou a retração do cultivo da mandioca na região, em especial direcionado para variedades que atendam exclusivamente aos interesses da indústria.

Alinhados à demanda econômica agroindustrial da farinha de mandioca, os agricultores do Pontal do Paranapanema não desenvolvem as relações sociais, econômicas e culturais entre os assentados, como aquelas observadas no Extremo Sul da Bahia. Esse fenômeno pode ter relação com a menor diversidade de variedades de mandioca manejada pelos agricultores da região paulista, cujos trabalhos agrícolas estão desvinculados das práticas culturais de produção de farinha, enfraquecendo assim as estruturas socioculturais responsáveis por manter agrobiodiversidade em comunidades agrícolas, como, por exemplo, a transmissão de conhecimentos tradicionais mediada pelas relações interpessoais proporcionadas pelos trabalhos nas casas de farinha (MARCHETTI, 2018).

## **Considerações finais**

Os resultados obtidos na presente pesquisa revelam que existem condições propícias para a circulação e manutenção de agrobiodiversidade em assentamentos rurais de reforma agrária. Todavia, os diferentes contextos regionais, socioeconômicos e culturais impactam diferentemente o nível da agrobiodiversidade manejada.

Nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, por exemplo, a análise de demografia indicou que as novas gerações estão residindo e trabalhando nos assentamentos, o que pode ser considerado um indicativo favorável à manutenção da agrobiodiversidade, uma vez que é necessária a reposição de mão de obra nos trabalhos agrícolas a medida que os agricultores estão envelhecendo. Situação diferente ocorre nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia, onde apenas uma pequena parte dos descendentes dos agricultores vive nos assentamentos, o que representa uma situação de fragilidade para a manutenção da agrobiodiversidade na região.

No entanto, observou-se que a diversidade de variedades de mandioca é claramente maior nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia, em comparação com aquela encontrada nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. As dimensões explicativas para tal fenômeno estão diretamente relacionadas às questões socioeconômicas, culturais e de organização interna dos assentamentos, em cada região.

Na esfera socioeconômica, a situação de insegurança jurídica e financeira dos assentamentos no Extremo Sul da Bahia influencia na escolha dos agricultores para confluir esforços no cultivo de variedades locais de mandioca, em sistemas de produção agrícola tradicional, cuja resiliência frente às adversidades é maior e os custos empregados na atividade são menores. Na dimensão cultural, a intensa produção artesanal de farinha de mandioca nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia reforça as estruturas socioculturais responsáveis pela manutenção dos conhecimentos e práticas agrícolas em torno da agrobiodiversidade. Este fenômeno ocorre em razão notadamente das interações interpessoais no interior das casas de farinha, promovendo circulação de variedades e conhecimentos associados e ampliando as relações de reciprocidade e solidariedade entre os assentados. Esses fatores reforçam a importância alimentar, cultural e econômica da agrobiodiversidade associada à mandioca em áreas de reforma agrária, em especial onde o quadro socioeconômico, tanto em escala regional quanto local, é de maior vulnerabilidade.

Para os assentados do Pontal do Paranapanema, a mandioca também representa um cultivo com importância social e econômica. Porém, a produção nos assentamentos é destinada majoritariamente para o abastecimento de fecularias industriais administradas por grupos econômicos externos aos assentamentos. Essa relação, embasada integralmente em atividades comerciais, estimula a produção convencional de mandioca, utilizando-se as variedades que respondem diretamente aos interesses das indústrias, em detrimento das formas tradicionais de manejo e uso de uma maior diversidade agrícola.

Observa-se, portanto, que para a manutenção da agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária não bastam os descendentes dos agricultores permanecerem ativos nos assentamentos, nem a conquista de maiores produtividades para atender demandas industriais. É preciso que os assentamentos estejam organizados em consonância com



princípios agroecológicos e que sejam valorizadas a diversidade agrícola local, suas formas de manejo e usos pelos camponeses, assim como os conhecimentos tradicionais associados, como o que ocorre nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia. Por outro lado, o alinhamento produtivo e econômico aos moldes da agricultura industrial, como acontece com os assentamentos do Pontal do Paranapanema, ignora os sistemas locais de conhecimentos e práticas agrícolas da cultura camponesa e, conseqüentemente, representa um risco de extinção da agrobiodiversidade nos assentamentos.

Novos estudos sobre a circulação e distribuição da diversidade agrícola entre os agricultores e entre assentamentos são recomendáveis para uma compreensão mais ampla sobre a agrobiodiversidade nas áreas de reforma agrária. Abordagens etnobotânicas e genéticas sobre a diversidade agrícola manejada nessas áreas podem contribuir de maneira efetiva para o embasamento de programas de conservação e distribuição da agrobiodiversidade e conseqüentemente para o aumento da soberania alimentar entre os assentados. Programas de transição agroecológica, com especial atenção à circulação, manutenção e valorização da agrobiodiversidade, são essenciais para que regiões como o Pontal do Paranapanema resgatem e protejam o que ainda existe de diversidade agrícola nas comunidades rurais. Trata-se de ampliar e melhor distribuir essa diversidade entre os agricultores, diminuir a dependência de insumos e variedades comerciais e aumentar a renda familiar a partir dos produtos da agrobiodiversidade local.

## **Agradecimentos**

Inicialmente gostaríamos de agradecer respeitosamente aos agricultores e agricultoras que colaboraram com a pesquisa e aos técnicos e militantes do MST que auxiliaram diretamente nos trabalhos de campo, em especial aos profissionais da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta “Egídio Brunetto” e aos participantes do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento de Assentamentos Rurais e da Agricultura Familiar (PPDARAF). Agradecemos também ao Prof. Dr. Paulo Yoshio Kageyama (*in memoriam*) pelos ensinamentos e idealização dos projetos que embasaram esse estudo.

## **Referências**

ALMEIDA, T. M. et al. Reorganização socioeconômica no Extremo Sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 2, p. 5-18, 2008.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, 400p.

AMOROZO, M. C. M. Diversidade agrícola em um cenário rural em transformação: será que vai ficar alguém para cuidar da roça? In: MING, L. C.; AMOROZO, M. C. M.; KFFURI, C. W. **Agrobiodiversidade no Brasil: experiências e caminhos da pesquisa**. Ed. 2ª, v. 6 – série: Estudos et Avanços. Recife: NUPEEA, 2010, p. 377-394.

AMOROZO, M. C. M.; VIERTLER, R. B. A abordagem qualitativa na coleta e análise dos dados em etnobiologia e etnoecologia. In: Albuquerque, U. P.; Lucena, R. F. P.; Cunha, L. V. F. C. (Org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: NUPPEA, 2010, p. 65-82.

ARAÚJO, C. R.; AMOROZO, M. C. M. Manutenção da diversidade agrícola em assentamentos rurais: um estudo de caso em Moji-Mirim – SP, Brasil. **Biotemas**, v. 25, p. 265-280, 2012.

BAILEY, K. **Methods of social research**. 4ª ed. New York: The Free Press, 1994, 588p.

BEDUSCHI-FILHO, L. C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza**: do estranhamento à ação coletiva. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2003, 104 p.

BEGOSSI, A. Use of ecological methods in ethnobotany: diversity indices. **Economic Botany**, v. 50, n. 3, pp. 280-289, 1996.

BERNARD, H. R. **Research methods in cultural anthropology**. Newbury Park: SAGE Publ., 1988, 520 p.

BEVILAQUA, L. J. **Levantamento etnobotânico de raízes e tubérculos alimentícios no assentamento rural Sepé Tiaraju**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Biológicas) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

BORGES, J. L. Bases históricas do cooperativismo no MST. **Revista Fato & Versões**, v. 2, n. 3, p. 157-173, 2010.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.

BRASIL, Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos atualizada até a Portaria nº 315/2017**. Diário Oficial da União de 15/12/2017. 2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acessado em: 23/01/2018.

BRUSH, S. B. A. Reconsidering the Green Revolution: diversity and stability in cradle areas of crop domestication. **Human Ecology**, v. 20, n. 2, 1992.

BURNS, A.; GLEADOW, R.; CLIFF, J.; ZACARIAS, A.; CAVAGNARO, T. The drought, war and a famine crop in a changing world. **Sustainability**, n. 2, p. 3572-3607, 2010.

CAMARANO, A. M.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização do Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Texto para Discussão, n. 621, Rio de Janeiro, Ipea, 1999.

CLEMENT, C. R. et al. Origin and domestication of native Amazonian crops. **Diversity**, v. 2, p. 72-106, 2010.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001, 176 p.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The Global Cassava Development Strategy and Implementation Plan**. Volume 1. Roma, 2001. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/006/y0169e/y0169e00.htm#Contents>. Acessado em: 07/06/18.

\_\_\_\_\_. **Building on Gender, Agrobiodiversity and Local Knowledge**. A training manual. Rome, 2005.

\_\_\_\_\_. **The second report on the state of the world's plant genetic resources for food and agriculture**. Rome, 2010, 370 p.

FELICIANO, C. A. Territórios em disputa: terras (re)tomadas do Pontal do Paranapanema. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009, 575 f.

FELIPE; F. I.; PAULILLO, L. F. R. Estudo multicaso das formas plurais de coordenação das fecculárias na compra de mandioca no Estado do Paraná. Anais do 53º Congresso da SOBER, João Pessoa, UFPB, 2015.

FREITAS, C. G; FARIAS, C. S.; VILPOUX, O. F. A produção camponesa de farinha de mandioca na Amazônia Sul Ocidental. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, n. 2, p. 29-42, 2011.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**, Tabela 1.8. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2013**. Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **IBGE Cidades**. 2018. Acessado em 19/01/2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos – Informações Gerais**. Atualizado em 23/06/2017. 2017. Disponível em: <[www.incra.gov.br/](http://www.incra.gov.br/)>. Acessado em: 24/07/2017.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA, Povos Indígenas do Brasil, Pataxó. 2013. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt>>. Acessado em: 23/01/2018.

Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP. **Assentamentos Rurais**. Disponível em: [http://201.55.33.20/?page\\_id=3497](http://201.55.33.20/?page_id=3497). Acessado em 08/06/2020.

JARVIS, A; et al. Is cassava the answer to african climate change adaption? **Tropical Plant Biology**, n. 5, p.: 9-29, 2012.

LEBOT, V. **Tropical root and tuber crops: cassava, sweet potato, yams, aroids**. Series: Crop production sciences in horticulture, n. 17, 2009, 413 p.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, Fundação UNESP, 1998, 202 p.

LEONÍDIO, A. Violências fundadoras: o Pontal do Paranapanema entre 1850 e 1930. **Ambiente e Sociedade**, v. XII, n. 1, p. 37-48, 2009.

MAGURRAN, A. E. **Measuring biological diversity**. Oxford, Blackwell Science, 2004, 256p.

MARCHETTI, F. F. **Manejo de variedades de mandioca em áreas de reforma agrária: manutenção ou perda de agrobiodiversidade?** Tese de Doutorado (Ecologia Aplicada). Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2018, 240p.

MARCHETTI, F. F.; MASSARO JR, L. R.; AMOROZO, M. C. M.; BUTTURI-GOMES, D. Maintenance of manioc diversity by traditional farmers in the state of Mato Grosso, Brazil: a 20-year comparison. **Economic Botany**, v. 67, n. 4, p. 313-323, 2013.

MARCHETTI, F. F.; MORUZZI-MARQUES, P. E.; SANTOS, J.; D.; SILVA, F.; O.; C. Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 284-311, 2020.

MARTINS, P. S., OLIVEIRA, G. C. X. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In: Vieira, I. C. G.; Silva, J. M. C.; Oren, D. C.; D’Ilcao, M. A. **Diversidade Biológica e Cultural da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2ª Ed, 2009.

MASSARO-JUNIOR, L. R. **Levantamento de raízes e tubérculos nos assentamentos rurais Araras I, II, III e IV, no município de Araras, SP**. 2009. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

OLER, J. R. L. Conservação da agrobiodiversidade por agricultores de pequena escala em Mato Grosso, Brasil. 2012. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas –Biologia Vegetal) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

OLIVEIRA, A. S. **Estudo da diversidade agrícola de raízes e tubérculos em assentamentos rurais no interior paulista**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Rio Claro, 2014. 92f.

PAUTASSO, M. et al. Seed networks for agrobiodiversity conservation: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, n. 33, p. 151-175, 2013.

PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 685-689.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil); IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); FPJ (Fundação João Pinheiro). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília, 2013, 96 p.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009, 519 p.

SANTOS, R. M. A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. **Revista NERA**, n. 31, p. 10-31, 2016.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Uso atual das terras: Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha**. Série estudos e pesquisas, 81. Salvador, 2008, 176 p.

SOBREIRO FILHO, J. O(s) Movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema. **Revista NERA**, n. 27, p. 64-95, 2015.

TEDESCO, J. C. Os fenômenos de segregação e exclusão social na sociedade do conhecimento. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 13-28, 2002.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Indices and Indicators**. Statistical update. New York, 2018.

VIERTLER, R. B. Métodos Antropológicos como Ferramenta para Estudos em Etnobiologia e Etnoecologia. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Ed.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/SBEE/CNPq, p. 11-29, 2002.

WOLFFENBÜTTEL, A. O que é – Índice de Gini. **Desafios do Desenvolvimento**. IPEA, Ano 1, Edição 4, 2004.

ZIMMERER, K. S.; DE HAAN, S; JONES, A. D.; CREED-KANASHIRO, H.; TELLO, M.; CARRASCO, M.; MEZA, K.; AMAYA, F. P.; CRUZ-GARCIA, G. S.; TUBBEH, R.; OLIVENCIA, Y. J. The biodiversity of food and agriculture (Agrobiodiversity) in the anthropocene: Research advances and conceptual framework. **Anthropocene**, n. 25, 2019.

---

## Sobre os autores

---

**Fabio Frattini Marchetti** - Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas (2009) e Mestre em Biologia Vegetal (2012) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP Rio Claro). Doutor em Ecologia Aplicada (2018) pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Doutorado sanduíche no Muséum National d'Histoire Naturelle (2017), em Paris, França. Pós-doutorando pela Universidade de São Paulo (USP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-8019-3871>

**João Dagoberto Santos** - Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade de São Paulo (1997); Mestrado pela Universidade de São Paulo (2002); Doutorado em Ciências - Recursos Florestais (Opção em: Conservação de Ecossistemas Florestais) pela Universidade de São Paulo (2012). **OrcID** - <https://orcid.org/0000-0002-4836-8029>

**Paulo Eduardo Moruzzi Marques** - Graduação em Agronomia pela Universidade de São Paulo (1985). Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1996). Doutorado em Sociologia, no Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, la Sorbonne nouvelle, Paris III (2002). Pós-doutorado em Sociologia no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS), na França (2013). Livre-docência em Sociologia na Universidade de São Paulo (2014). Professor de Sociologia na Universidade de São Paulo. **OrcID** - <https://orcid.org/0000-0002-0514-7568>

---

### Como citar este artigo

---

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduaro Morizzi. Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 191-2017, set.-dez., 2020.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. **O autor Paulo Eduardo Moruzzi-Marques** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o autor **Fábio Frattini Marchetti** pela aquisição de dados e suas interpretações e análises; e o autor **João Dagoberto dos Santos** pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 30 de setembro de 2019.

Devolvido para a revisão em 19 de maio de 2020.

Aceito para a publicação em 11 de junho de 2019.

---

# **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais**

**Marcelo Gomes Justo**

Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-Unesp) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: marcelojusto2015@gmail.com

## **Resumo**

O artigo apresenta dados e análises sobre a produção orgânica e agroecológica na cidade de São Paulo, no contexto da discussão sobre transição agroecológica. A metodologia baseia-se em levantamentos de dados secundários e entrevistas abertas com membros da agroecologia. É apresentado um mapa síntese configurando a ação combinada de movimentos socioespaciais e socioterritoriais pela agroecologia na cidade de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo. São discutidos os conceitos de agroecologia, agricultura urbana e periurbana (AUP) e de movimentos socioespaciais e socioterritoriais como ferramentas de análise. A ação combinada de movimentos socioespaciais e socioterritoriais é necessária para a expansão da agroecologia.

**Palavras chave:** agroecologia; agricultura urbana; São Paulo; movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

## **Agroecology and urban agriculture in Sao Paulo city: sociospatial and socioterritorial movements**

### **Abstract**

The article presents data and analyses on organic and agroecological production in the city of São Paulo, in the context of the discussion on agroecological transition. The methodology is based on surveys of secondary data and on open interviews. A synthesis map is presented, configuring the combined action of socio-spatial and socio-territorial movements by agroecology in the city of São Paulo and the metropolitan region of São Paulo. The concepts of agroecology, urban and peri-urban agriculture and socio-spatial and socio-territorial movements as analytical tools are discussed. The combined action of socio-spatial and socio-territorial movements is necessary for the expansion of agroecology.

**Keywords:** agroecology; urban agriculture; São Paulo city; sociospatial and socioterritorial movements.

## **Agroecología y agricultura urbana en la ciudad de Sao Paulo: movimientos socioespaciales y socioterritoriales**

### **Resumen**

El artículo presenta datos y análisis sobre la producción orgánica y agroecológica en la ciudad de Sao Paulo, en el contexto del debate sobre la transición agroecológica. La metodología es encuestas de datos secundarios y entrevistas abiertas. Se presenta un mapa de síntesis, que configura la acción combinada de los movimientos socioespaciales y socioterritoriales por parte de la agroecología en la ciudad de Sao Paulo y en la región metropolitana de Sao Paulo. Se discuten los conceptos de agroecología, agricultura urbana y periurbana (AUP) y movimientos socioespaciales y socioterritoriales como herramientas

analíticas. La acción combinada de los movimientos socioespaciales y socioterritoriales es necesaria para la expansión de la Agroecología.

**Palabras clave:** agroecología; agricultura urbana; Sao Paulo; movimientos socioespaciales y socioterritoriales.

## Introdução

A agroecologia na cidade de São Paulo e entorno é um movimento político cujos sujeitos buscam alimentos saudáveis e lutam pelo direito humano à alimentação adequada e saudável, que vai além da produção orgânica. Dentre os sujeitos, há militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, ativistas da permacultura, coletivos de hortas urbanas, coletivos de jovens das periferias, sítiantes e indígenas Guarani, associações de produtores orgânicos das zonas leste e norte, grupos de estudantes e pesquisadores universitários. Como toda ação política, os territórios estão em disputa: sítios, praças, terrenos vazios e assentamentos podem ser apropriados pela agricultura orgânica ou pela produção com agrotóxicos. Como a produção orgânica é formalizada legalmente, é possível ser contabilizada. A agroecológica é difícil de mensurar; mais do que medir, o importante é apontar sua movimentação espacial e territorial e a busca por soberania alimentar. Em termos relativos, os números de produtores orgânicos não são pequenos em comparação à quantidade de estabelecimentos agrícolas na cidade. Além da produção orgânica e nos meandros da cidade, as movimentações pela agroecologia têm ganhado expressividade e representação, inclusive nas instâncias legislativas.

O artigo apresenta parte da pesquisa intitulada Agroecologia e Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Realiza-se o objetivo de identificar e interpretar a produção orgânica e/ou agroecológica na cidade de São Paulo. A metodologia consiste em levantamento e sistematização de dados secundários, como o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2018), do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), entre outros, e entrevistas abertas com um membro do Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA-SP), um membro do coletivo Estudos e Práticas em Agroecologia e Reencantamento Humana (EPARREH) e com uma liderança indígena Guarani da aldeia Kalipety, na zona sul da cidade de São Paulo. As respectivas entrevistas estão devidamente creditadas em notas de rodapé.

Diante dos dados e de mapeamento sobre produção orgânica e agroecológica em São Paulo, o presente artigo apresenta novos elementos sobre as movimentações pela agricultura urbana e pela agroecologia na cidade. A chave de interpretação do tema pela perspectiva dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, a representação cartográfica para explicar a dinâmica desses movimentos pela agroecologia e o destaque aos dados



empíricos sobre o envolvimento dos Guarani de Parelheiros no movimento pela agroecologia são as contribuições apresentadas.

Sequencialmente, são apresentados dados sobre a cidade de São Paulo, a definição de produção orgânica e a caracterização de processo de transição agroecológica. O mapeamento dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais pela agroecologia é explicado e, posteriormente, são apresentados os sujeitos presentes. Tal exposição remete ao conjunto de questões relacionadas a agroecologia, movimentos socioterritoriais e agricultura urbana.

### **São Paulo: agricultura orgânica e transição agroecológica**

São Paulo é uma cidade de 1.500 km<sup>2</sup>, com cerca de 12 milhões de habitantes, sendo 99,1% morando em área urbana e 0,9% em área rural. De acordo com o Censo de 2010, dos 100.536 habitantes em área rural, 45,6% estão na região sul 2 (com destaque para os distritos de Parelheiros e Capela do Socorro), a região leste 2 (especialmente São Miguel) e zona norte, com 23,6%. Mesmo com uma porcentagem ínfima de população rural, o gigantismo da cidade garante mais de cem mil habitantes em área rural. Lembrando que nem 7% dos municípios brasileiros tem mais de que cem mil habitantes.

No município de São Paulo, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), havia 193 estabelecimentos agrícolas, num total de 8.000 ha. Desse total, a agricultura familiar camponesa tem 130 estabelecimentos em 556 hectares (ha) totais e a agricultura patronal capitalista, 63 estabelecimentos em 7.443 ha. A Prefeitura não possui uma secretaria de agricultura ou de segurança alimentar, mas o acompanhamento dos conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional (COSAN) e de desenvolvimento rural sustentável e solidário (CMDRSS) estão sob o organograma de Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, desde 2015<sup>1</sup>. A imagem de floresta de prédios de São Paulo esconde a presença da produção agrícola; por exemplo, dados do IBGE (2016) apontaram para um área plantada de lavoura permanente e temporários de 91 ha (número bem menor do que os dados do censo agropecuário), cuja colheita destacada, em quantidade, foi de banana, feijão, cana, mandioca, caqui e café. São números pequenos para suprir a cidade onde circulam milhões de toneladas de hortifrutigranjeiros. Mas, permitem adentrar a cidade pelo seu avesso.

Segundo levantamento no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA, 2018), há na cidade um total 76 registros, sendo 44 de pessoas físicas ou jurídicas com

---

<sup>1</sup> Atualmente é Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, renomeada em 2017, pelo então prefeito. Ainda possui no organograma a COSAN – Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional.

certificados (pagos) e 32 com validação por participação (a ser explicado mais a frente). Dos 44 produtores certificados, foi possível identificar, pelo menos, 29 que se referem a estabelecimentos de processamento industrial de origem orgânica, como embalagem de vegetais, indústrias de chocolate, café e papinhas; o restante é um número pequeno de produtores primários de vegetais. Dos 32 registros por participação, há 13 pessoas físicas que integram Organizações de Controle Social (OCS) para produção primária vegetal, sendo 10 dos Agricultores da Zona Leste (que serão vistos mais a frente) e 3 da OCS São Paulo, cujo local não é possível identificar; e, há 19 pessoas físicas com produção primária vegetal por Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC) da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (que será vista quando tratarmos da Cooperapas, na zona sul). Assim, do total de 76 registros oficiais de produtores orgânicos, em 2018, cerca de metade são comprovadamente pequenos agricultores e o restante são empresas de processamentos de alimentos de origem orgânica, cujos portes não são identificáveis no referido cadastro. Nesses últimos casos, provavelmente não se trata de estabelecimentos agrícolas. Dos 130 estabelecimentos agrícolas familiares (IBGE, 2006), os registrados como orgânicos são 32, o que resulta em quase 25% (comparando dados de anos tão distantes). Tal porcentagem pode ser um pouco maior devido a alguns registros por certificadoras e pela constatação de iniciativas de orgânicos que ainda não são credenciadas. Interessa enfatizar que a proporção de orgânicos não é desprezível (mesmo que em números absolutos seja muito pequena para o tamanho da cidade) e, principalmente, que há distintas apropriações do “orgânico”, seja como nicho do mercado de alimentos processados ou como direito humano à alimentação adequada e saudável. Por isso, a agroecologia entra com força no debate, conforme será visto.

O Cadastro Nacional da Agricultura Orgânica (MAPA, 2018) registra cada produtor por: tipo de certificação, se é certificadora ou se é OCS ou OPAC, município, número de cadastro de pessoa física ou jurídica e o escopo da produção (produtos processados de origem vegetal ou de origem animal; produtos primários vegetal ou animal). No caso de produtos processados de origem vegetal pode ser, por exemplo, cápsulas de café, chocolates, comida pronta congelada, papinhas para bebês etc. Nos casos dos produtos primários vegetais e animais são os plantios e as criações. Usando o filtro para o município, foram contabilizados os dados para a cidade de São Paulo e demais municípios da RMSP. Como não há a informação sobre o tamanho dos estabelecimentos, os dados foram agrupados pela forma de reconhecimento de orgânico: por certificadora (que é um serviço pago) ou OCS/OPAC (participativo e não pago). O escopo mostra a diferença entre ser produção primária e ter processamento, que pode ser algo industrial ou pequena produção.

A produção orgânica no Brasil é regulada por lei desde 2003. A lei federal No. 10.831/2003 a define da seguinte maneira:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Segundo essa lei, o sistema orgânico abrange as produções denominadas de ecológica, biodinâmica, agroecológica, permacultura e outras. Em decorrência dessa lei, os produtores com interesse em comercializar orgânicos devem estar cadastrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Há dois caminhos, segundo normas do MAPA<sup>2</sup>: 1) Obter certificado por um Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciado no MAPA, assim, os produtos vão ter um selo de orgânico e poderão ser comercializados livremente, trata-se de certificadoras com controle por auditoria; 2) Organizar-se como grupo e cadastrar-se no MAPA para venda sem certificação. Sem certificado, não se pode vender para terceiros, só em feiras (ou diretamente ao consumidor) e para a compra pelo governo. Nesse segundo caminho, o produtor pode se ligar a um Sistema Participativo de Garantia – SPG, sob certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica – OPAC; o controle regular é pela participação do agricultor na OPAC. Ou, para venda direta ou institucional, os agricultores podem formar uma Organização de Controle Social – OCS.

O decreto No. 7794<sup>3</sup>, de 2012, instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, definiu produção de base agroecológica como a que “busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social”, igual ao que a lei No. 10.831 estabelecia para a produção orgânica. Ou seja, quase não há especificidade da agroecologia. Nesse decreto, a “transição agroecológica” é definida como um processo gradual de práticas e de manejo de agroecossistemas, visando atingir sistemas de agricultura com princípios e tecnologias de base ecológica.

No entanto, a literatura acadêmica sobre agroecologia identifica três fases no processo de transição agroecológica. São eles: a redução e racionalização do uso de agroquímicos e fertilizantes sintéticos; a substituição de insumos químicos por biológicos

<sup>2</sup> MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Como regularizar a produção orgânica. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>

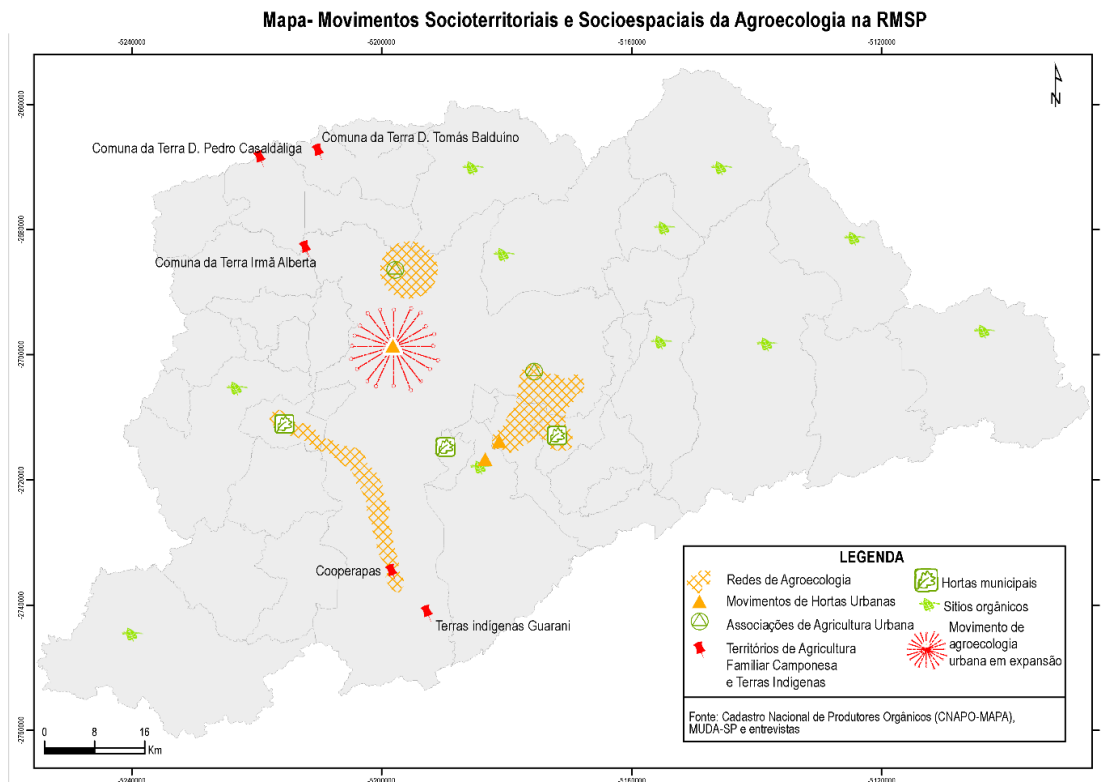
<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)

(com a diminuição da dependência externa); o manejo da biodiversidade e o inteiro redesenho dos sistemas produtivos. Os três passos não são lineares, estão sujeitos a idas e vindas; porém, somente com o terceiro passo é que se conquistará a transição (EMBRAPA, 2006, p. 27-30; ALTIERI, 2012, PRIMAVESI, 2016).

Neste trabalho, é seguida a definição de produção orgânica conforme o cadastramento no Ministério da Agricultura, segundo a respectiva lei citada. A definição das três fases da “transição agroecológica” é útil para a classificação geral do que será exposto ao longo deste texto. Entretanto, diferentemente dos termos da lei referida, a agroecologia é entendida aqui não como parte da produção orgânica e sim como algo maior que envolve movimentos socioespaciais e socioterritoriais (FERNANDES, 2005) e políticas voltados para uma agricultura que supere a capitalista. Assim, são trabalhados dados da produção orgânica diante de situações de transição agroecológica, que podem contribuir, ou não, para a construção da agroecologia.

## Agroecologia como conjunto de movimentos socioespaciais e socioterritoriais

### Mapa 1 – Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais da Agroecologia na RMSP



Fonte: dados da pesquisa. Elaboração: Marcia Arteaga e AUTOR

No mapa acima, busca-se uma visualização síntese focada na cidade de São Paulo no contexto dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais para a agroecologia no conjunto da RMSP.

Primeiro, destacam-se os movimentos socioterritoriais, que envolvem conquista de terras. Eles estão nas três Comunas da Terra Irmã Alberta, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino (respectivamente no distrito de Perus/SP, em Cajamar e em Franco da Rocha), organizadas pelo MST, na Cooperapas (Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul) e nas aldeias indígenas Guarani, na zona sul de São Paulo (representados no mapa com apontadores vermelhos, que estão georreferenciados). Há conquista de território com práticas agrícolas orgânicas ou agroecológicas. Além desses, somam-se os 40 sítios orgânicos cadastrados como OPAC ou OCS distribuídos por 12 municípios da RMSP, portanto, poucas unidades em cada (representados com um broto verde no mapa).

Os Guarani da zona sul conquistaram 16.000 ha, que consideram ser necessários para recuperarem os cultivos tradicionais e não dependerem de alimentos industrializados, colocam-se como parte do movimento agroecológico. Sua luta por terra tem claramente o sentido da busca por soberania alimentar. Na Cooperapas, há cerca de 30 famílias de sítiantes, sendo 19 com registro de OPAC. Na Comuna Irmã Alberta, vivem em torno de 35 famílias em seus sítios com produções diversificadas e orgânicas, sem uso de agrotóxicos, num movimento de resgatar a identidade camponesa. Porém, como ainda não houve a desapropriação da fazenda, não podem regularizar associações nem ter acesso às políticas para agricultura familiar. Além disso, a presença dos agricultores na Comuna Irmã Alberta não consta em nenhuma estatística oficial. As Comunas Dom Pedro e Dom Tomás têm 29 e 30 pessoas, respectivamente, organizadas e cadastradas como OCS. São os maiores números por município da RMSP, depois da cidade de São Paulo, devido justamente à ação territorial do MST. Sobre os sítios orgânicos da região, no geral, há dois ou três cadastros em cada município; no entanto, não há informação sobre o tamanho nem sobre propriedade ou arrendamento. Chama a atenção o número de cadastros em Mogi das Cruzes, que é o maior produtor agrícola da RMSP, com 10 registros, divididos em duas OCS: Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região e Associação de Produtores Orgânicos do Alto Tietê. Essas duas OCS têm outros associados também em Arujá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano.

Identificam-se vários movimentos socioespaciais, sem conquista de terras. Temos as hortas urbanas (representadas no mapa com triângulo laranja), que estão espalhadas pela cidade de São Paulo, com estimativa de dezenas por iniciativas da sociedade civil (grupos de moradores, coletivos e organizações não governamentais - ONGs) realizadas em espaços públicos, como praças, escolas e unidades básicas de saúde (por isso, o símbolo

de raios em vermelho no centro de SP). Esse movimento das hortas urbanas aparece também em São Bernardo e Santo André, via ação de ONGs e associações de agricultores e, por isso, está conectado às redes de agroecologia (representada com quadriculado laranja no mapa). Existem, pelo menos, duas associações de agricultores orgânicos da zona norte e da zona leste (sendo 10 registros da OCS – Agricultores da Zona Leste), em terrenos públicos como abaixo de linhas elétricas de alta tensão (onde não pode ter edificações) ou terrenos particulares (representado no mapa pelo círculo com triângulo dentro, em verde). Tais representações (Movimentos de hortas urbanas e Redes de agroecologia) mostram tendências, não possuem precisão na indicação no mapa. As redes de agroecologia (retratadas com quadriculado laranja no mapa), por exemplo a Permaperifa, são coletivos de jovens que unem ações culturais com plantios agroecológicos. Importante colocar que o quadriculado indica a região de atuação sem estar em escala e não são pontos georreferenciados. Há as hortas municipais realizadas pelas prefeituras de Embu, Santo André, São Bernardo, Diadema e Mauá com participação da sociedade civil (representadas no mapa pelo quadrado com folha dentro, em verde). Os movimentos socioespaciais são formados por moradores locais, ativistas, ONGs, universidades e prefeituras, que promovem discussões, organizações e difusão da agricultura urbana e/ou agroecológica. Quando tais ações se apropriam de uma praça ou de uma área sob os linhões de alta tensão, há uma disputa pelos rumos do espaço público e territorialização da luta agroecológica.

Constata-se uma interface entre os movimentos socioterritoriais e socioespaciais, conforme a definição de Fernandes (2005), porque algumas pessoas das hortas urbanas militam nas Comunas da Terra e promovem, há alguns anos, um intercâmbio. Nesses casos, a luta política é bem definida, pessoas da classe média universitária e moradoras da região central unidas aos pobres das periferias em relação de reciprocidade e de construção conjunta da agricultura urbana em locais de maior vulnerabilidade social.

Estamos tratando de números relativamente pequenos na cidade de São Paulo, sendo 32 registros de OCS/OPAC e de 35 a 90 hortas comunitárias entre a cidade e a RMSP. Muitos dos ativistas se conhecem. A precisão dos números de registros como produtores orgânicos nem sempre é condizente com as situações observadas de um espraiamento da adesão à agroecologia. Por exemplo, nas ocupações de terrenos vazios do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto são feitas hortas comunitárias. O fortalecimento dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais na RMSP depende da maior conexão entre eles, que envolve as trocas de experiências, de saberes e de intercâmbios comerciais.

## **Os sujeitos presentes no mapeamento**

No contexto legal, em 2004, a prefeitura promulgou a lei municipal No. 234, criando o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – PROAURP<sup>4</sup>. Nos termos desta, a agricultura urbana é toda atividade de cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, frutíferas e flores e a criação de animais de pequeno porte, a piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para consumo humano dentro do município. O programa visa combater a fome, incentivar a geração de emprego e renda e a agricultura familiar e o autoconsumo, entre outros objetivos. O poder executivo municipal, de acordo com a lei, efetuará o levantamento de áreas públicas para a implementação do programa, assim como cadastrará as áreas privadas e incentivará, por meios fiscais, o uso delas. O PROAURP foi resultado de ampla discussão entre governo e sociedade civil organizada no Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de São Paulo em 2002, segundo Badue e Gonçalves (2007). A presença do Estado, via leis e planos estratégicos, pode ser resposta às lutas dos movimentos socioespaciais e forma de entrar nas disputas políticas pelos rumos da agroecologia.

No mesmo ano de 2004<sup>5</sup>, foi decretado um plano diretor estratégico do município, o primeiro a mencionar a agricultura urbana. Em 2006, a gestão municipal criou as Casas de Agricultura Ecológica – CAE para apoio técnico aos agricultores urbanos. No atual Plano Diretor Estratégico de 2014, houve o retorno do conceito de “zona rural”, em decorrência de concepções do território e da gestão urbana que entendem a cidade e a qualidade de vida urbana em relação direta com o fortalecimento da zona rural. Nessas áreas, o Plano propõe incentivar usos e atividades econômicas capazes de conciliar geração de emprego e renda com melhoria da qualidade de vida, redução da vulnerabilidade socioambiental e reconhece a importância da agricultura urbana e periurbana<sup>6</sup>. A lei que aprovou o Plano Diretor Estratégico de 2014 também instituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS. O Decreto no. 57.058, de 2016, regulamentou a composição, as competências e o funcionamento do CMDRSS, em que se destaca o reconhecimento da agricultura urbana garantindo a presença de dois representantes de agricultores da zona sul, um da zona leste, outro da zona norte e um do movimento de agricultura urbana da região centro/oeste. A lei municipal no. 16.140/2015 estabelece a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar do sistema municipal de ensino. Pelos números vistos, as produções

---

<sup>4</sup> Ver: PREFEITURA DE SP, Lei municipal no. 234/2004. Disponível em: [http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios\\_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000)

<sup>5</sup> A contextualização apresentada se baseou nos trabalhos de Nakamura (2017) e Nagib (2016).

<sup>6</sup> Ver: Apresentação do Plano Diretor Estratégico – 2014. Disponível em: <http://mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/bordas-da-cidade/>

locais não seriam suficientes para o suprimento das escolas; porém, a agroecologia depende necessariamente de políticas públicas<sup>7</sup>.

Ainda no contexto legal, em março de 2018, foi promulgada a lei estadual No. 16.684, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Agricultura Orgânica – PEAPO<sup>8</sup>, cujo objetivo é incentivar e promover a agroecologia e a agricultura orgânica. Destaca-se da lei, dentre as atribuições do Estado para realizar tais políticas, criar linhas de crédito e realizar um acréscimo de 30% nas compras institucionais de produtos orgânicos ou em transição agroecológica.

No contexto da sociedade civil organizada, encontra-se um conjunto de organizações não governamentais e de movimentos socioespaciais que atuam pela agroecologia, sendo que algumas fizeram mapeamentos do tema. Gabanyi (2015) apresenta um mapeamento realizado pelo Instituto Vitae Civilis (ONG voltada para o desenvolvimento sustentável), a pesquisa “Agricultura em São Paulo: a importância do engajamento popular para transformação social e ambiental”, realizada em parceria com o Instituto de Economia Aplicada (IEA), da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) e o Instituto de Botânica da Secretaria de Meio Ambiente (SMA), em 2013 e 2014. Com os objetivos de mapear e diagnosticar a agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo, o artigo descreve sua presença nos quatro pontos da cidade. Esse trabalho mostra algo que resistiu e resiste ao adensamento e se insere num novo contexto em que organizações não governamentais estão, na última década, construindo um movimento em torno da agricultura urbana e da agroecologia. O autor relata na zona leste um modelo de ocupação de espaços ociosos, como terrenos baldios. Um exemplo é a Associação de Produtores Orgânicos da Zona Leste (APO-ZL) que tem 40 agricultores urbanos produzindo em terrenos cedidos por comodato pela Eletropaulo ou pela Sabesp. (O número de associados é maior do que o de registros de OCS, como visto no mapa). Outro exemplo é o da ONG Cidades Sem Fome, que também usa terrenos cedidos pela Eletropaulo. Na zona sul, são cerca de 400 agricultores urbanos, sendo que 90 % praticam a agricultura convencional com agrotóxicos e 10% estão na exceção, que é a Cooperapas, a cooperativa de agricultores de Parelheiros. Vamos aprofundar e acrescentar informações sobre a zona sul mais a frente. A agricultura urbana aos pés da Serra da Cantareira, zona norte, é marcada por imigrantes portugueses e seus descendentes. Os agricultores estão organizados na Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Jardim Damasceno (APAFA), que plantam hortaliças e frutas e criam galinhas, patos, cabritos, carneiros, gado e

---

<sup>7</sup> Na gestão municipal (PT), de 2013 a 2016, quando se aprovou a referida lei, foi realizada uma parceria com as cooperativas do MST do Rio Grande do Sul para o fornecimento de arroz orgânico para a alimentação escolar. No início da gestão municipal seguinte (PSDB), o então secretário de educação firmou contrato com produtores agrícolas de Parelheiros para o fornecimento para as escolas. Sobre a inserção de produtos orgânicos na merenda escolar, ver Badue (2007).

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16684-19.03.2018.html>



principalmente porcos. A regulamentação dessas criações estava em discussão (GABANYI, 2015, p. 99). Outro perfil descrito pelo autor na região é a Comuna da Terra Irmã Alberta, em Perus, num terreno ocupado pelo MST. A agricultura urbana na zona oeste tem a menor área comparada às demais, porém tem um movimento significativo com agricultura urbana em shopping center e com o movimento dos Hortelões Urbanos, que organizaram a Horta das Corujas e outras hortas comunitárias em espaços públicos pela cidade (GABANYI, 2015).

Além desse trabalho, há outros levantamentos ou mapeamentos do circuito orgânico e agroecológico da cidade de São Paulo e da RMSP. Destaco aqui o MUDA-SP e a União de Hortas Comunitárias de SP. O Movimento Urbano de Agroecologia – MUDA-SP<sup>9</sup>, criado em 2013 como coletivo de atuação pela agroecologia, realizou um mapeamento, de modo colaborativo, das hortas orgânicas, restaurantes, feiras e instituições que atuam na área. É atualizado anualmente e abrange a RMSP. É considerado uma referência de levantamento de hortas urbanas na cidade de São Paulo. Numa consulta à página eletrônica, uma seleção dos registros apresentou os seguintes resultados: 95 hortas (em escolas, em praças públicas, em terrenos cedidos - públicos ou privados, em unidades básicas de saúde, e escolas estufas nas sedes de subprefeituras, sítios etc.); 40 organizações que atuam no setor; 66 pontos de venda de orgânicos. Outra referência de mapeamento da produção orgânica na cidade, a União de Hortas Comunitárias de SP<sup>10</sup> apresenta 36 iniciativas na cidade, que são dados mais recentes em comparação ao do MUDA-SP.

Detalhando mais os dados condensados no mapa, são tratadas a seguir duas frentes da agricultura urbana e da agroecologia: uma nas zonas centro-oeste e leste, como as hortas urbanas, e outra na zona sul, com a organização dos agricultores em Parelheiros – Cooperapas e com a Terra Indígena Tenondé Porã, sendo esta destacada porque raramente consta em pesquisas sobre o tema.

### *Agricultura urbana e periurbana (AUP) na região centro-oeste e na zona leste – movimentos socioespaciais*

Como visto anteriormente, a partir de 2004 a agricultura urbana entrou, pela via legal, na pauta política da cidade. Foi resultado da ação dos movimentos socioespaciais da

<sup>9</sup> Agradeço a informações sobre o MUDA-SP e sobre o mapeamento fornecida por um dos membros da organização, André Biazoti, em 20/12/18. Ver: MUDA-SP – [www.muda.org.br](http://www.muda.org.br)

Vale observar que existe também o mapa de feiras orgânicas do IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor).

<sup>10</sup> Sobre a União de Hortas Comunitárias de SP, ver: <https://www.facebook.com/UniaodeHortasSP/>. Acessado em: 02/02/2019. Ver também o Portal wiki agricultura urbana: [https://pt.wikiversity.org/wiki/Portal:Agricultura\\_Urbana?fbclid=IwAR3s0D0ov\\_XQO3LPogUMEMJvlpK-EC1PF4ASZSj6mnNUqNli7raVGiXtJYQ#Iniciativas\\_de\\_Agricultura\\_Urbana\\_em\\_S%C3%A3o\\_Paulo](https://pt.wikiversity.org/wiki/Portal:Agricultura_Urbana?fbclid=IwAR3s0D0ov_XQO3LPogUMEMJvlpK-EC1PF4ASZSj6mnNUqNli7raVGiXtJYQ#Iniciativas_de_Agricultura_Urbana_em_S%C3%A3o_Paulo)

agroecologia na cidade. Então, a discussão sobre o tema com suas prováveis proximidades com a agroecologia se fez necessária. Entretanto, sabemos que o trabalho do MST com a proposta das Comunas da Terra já havia colocado a questão da agroecologia nas Regiões Metropolitanas. Os dados secundários sistematizados apontam para um espectro de organizações da sociedade civil que, em formato de coletivos, associações e redes, passaram a atuar em prol da agroecologia a ponto de convergirem num movimento socioespacial de agroecologia urbana. Notam-se dois momentos, um no início dos anos 2000, outro no início da segunda década. Por exemplo, fundados respectivamente em 2000 e 2004, há as associações Instituto Kairós, de consumo responsável, e a Cidades Sem Fome, de hortas urbanas na zona leste. Ainda no ano de 2004, um coletivo de estudantes de humanas da USP chamando EPARREH (Estudos e Práticas em Agroecologia e Reencantamento Humano) se uniu como grupo de estudos e, em seguida, passou a realizar atividades de extensão universitária com hortas comunitárias em Embu das Artes (RIBEIRO, 2013). A partir de 2010, derivando desse trabalho de coletivos como o EPARREH, a rede Permaperifa se articula (Ver nota 15). A cooperativa de consumo ComerAtivamente formada por estudantes da USP e outros, em 2007, em 2011 se conectou com os moradores da Comuna da Terra Irmã Alberta, de Perus, para a compra de alimentos orgânicos (SALGADO e MARCOS, 2012)<sup>11</sup>. Ainda em 2011, formou-se a rede virtual chamada Hortelões Urbanos, de ativismos (virtual e presencial por mudanças no espaço urbano, do uso de bicicleta à agricultura urbana com agroecologia), que foi a responsável pela criação da Horta das Corujas, no bairro da Vila Madalena, na região centro-oeste da cidade (NAGIB, 2016). Alguns desses coletivos convergiram para o MUDA – SP. Na virada dos anos 2010, ocorreu a aproximação com a agroecologia de ativistas universitários moradores da região central da cidade com moradores pobres das periferias e com militantes do MST. Assim, os movimentos pela agroecologia ganharam força no centro da região metropolitana.

Nagib (2016) realiza um estudo específico de horta urbana na cidade de São Paulo. Para tal, discute sobre a definição de agricultura urbana como um ativismo político. Traça um percurso histórico da ideia de agricultura urbana, mostrando elementos das hortas urbanas na Inglaterra do século XIX e passando por referências em trabalhos de urbanistas europeus e dos EUA, de final do século XIX e início do XX, que vão pensar em “cidade-jardim”, “ruralizar a cidade e urbanizar o campo” e no compartilhamento entre trabalho assalariado e dedicação aos jardins domésticos etc. A Horta das Corujas, no bairro da Vila Madalena, é uma experiência de agricultura urbana na região centro-oeste da cidade de São Paulo, num bairro com perfil socioeconômico de classe média alta, segundo a análise do autor. A ação se deu a partir da criação da rede social Hortelões Urbanos, em 2011. O autor

---

<sup>11</sup> Segundo informações posteriores, o grupo ComerAtivamente deixou de comprar a produção da Comuna Irmã Alberta.

coloca como fundamental para a formação da Horta da Corujas, em 2012, o encontro de duas ativistas, a criadora da rede virtual Hortelões Urbanos, Cláudia Visoni<sup>12</sup>, e outra fundadora da associação de moradores e empresários da avenida das Corujas e adjacências. Faz longo relato do processo de formação do grupo virtual do Hortelões, que depois virou grupo de ação presencial para formar a Horta das Corujas. Em 2012, houve as primeiras reuniões abertas com as comunidades do entorno da praça e simpatizantes para começarem os canteiros. Segundo conta, os Hortelões Urbanos realizaram a Horta do Ciclista, na Av. Paulista, onde houve um diálogo com os moradores de rua do local (NAGIB, 2016: 329). Outra referência nesse movimento de agricultura urbana é a horta no Centro Cultural SP. Em 2014, a Prefeitura lançou edital “Redes e Ruas” e o projeto “Cidades Comestíveis”, do MUDA-SP, foi um dos selecionados e visava ampliar o número de hortas urbanas tendo o Centro Cultural SP como uma referência de informações e de atividades para auxiliar na implantação de novas hortas. O lançamento do projeto foi em fevereiro de 2015 (NAGIB, 2016, p. 149).

A associação Cidades Sem Fome é outro exemplo da promoção da agricultura urbana na cidade de São Paulo. Foi criada por Hanz Temp em 2004, e atua na zona leste da cidade, nos distritos de São Mateus, São Miguel Paulista, Cidade Tiradentes e Itaquera, para a criação de hortas comunitárias<sup>13</sup>. O objetivo é a “integração social de grupos vulneráveis” por meio do trabalho na horticultura. O trabalho dessa ONG foi estudado por Pellizon (2017), que apresenta uma pesquisa sobre a implantação e manejo de hortas comunitárias na Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se de um estudo de caso sobre a organização e a implantação de 21 hortas comunitárias, que segundo a entidade, envolve 115 pessoas diretamente como agricultores urbanos e garante alimentos para aproximadamente 650 pessoas, sendo considerada produção orgânica. Conclui que houve ganhos socioeconômicos para as famílias envolvidas nas hortas, mas que é preciso ampliar o número de famílias atingidas pelas ações. As hortas representam um potencial transformador para as comunidades porque geram organização e não só alimentos.

Em entrevista<sup>14</sup> com militante da agroecologia (e do MST) e um dos criadores do coletivo EPARREH, ele relata que houve um processo de gestação de um movimento agroecológico em São Paulo entre 2004 e 2010. No início desse período, houve um projeto de extensão universitária da USP em parceria com o programa Fome Zero do governo

---

<sup>12</sup> Em 2018, Cláudia Visoni foi eleita co-deputada estadual pela Bancada Ativista do PSol, encabeçada pela deputada Mônica Seixas. O mandato representará mais um passo na expansão da agroecologia como movimento político anticapitalista.

<sup>13</sup> Sobre a associação, ver: <https://cidadessemfome.org/>. Vale assistir a reportagem do G1 sobre o trabalho da ONG Cidade Sem Fome em São Miguel Paulista – SP: “Moradores transformam terrenos baldios em hortas orgânicas em SP”: <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2016/02/moradores-transformam-terrenos-baldios-em-hortas-organicas-em-sp.html>

<sup>14</sup> Entrevista aberta com Lucas Ciola realizada em 20/4/18, no prédio da História e Geografia, FFLCH/USP. Agradeço a disposição. Sobre a história do Coletivo EPARREH, ver: Ribeiro (2013).

federal para a criação de hortas comunitárias e escolares nas periferias de São Paulo e em Taboão da Serra e Embu. Por volta de 2010, a parceria com o governo terminou e houve a formação de coletivos voltados à educação ambiental e uma cooperativa de semeadores, que uniu o trabalho nas periferias com a classe média dos distritos centrais da cidade originando o MUDA SP – Movimento Urbano de Agroecologia. Tal movimento visou promover em SP as hortas urbanas, experiências que estavam ocorrendo na Europa e na América do Norte. Surge também a rede Permaperifa, que articula vários coletivos de produção e/ou distribuições de alimentos agroecológicos, assim como as lutas feministas e das diferentes questões envolvendo os negros das periferias. Há coletivos na zona norte, na zona leste e em Santo André e São Bernardo, num total de 20 grupos envolvendo diretamente cerca de 150 pessoas, relatou<sup>15</sup>.

### **Cooperapas (Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul) - transição agroecológica na zona Sul**

A produção agrícola orgânica na zona Sul de São Paulo foi pesquisada por Badue (2007), Jesus (2016), Nakamura (2017) e Coradello (2015), entre outros. Enquanto esses dois últimos tratam diretamente da Cooperapas, os outros dois apresentam uma visão mais ampla da região, sendo que Badue (2007) aborda especificamente a inserção de produtos orgânicos nas merendas escolares num momento anterior à formação da referida cooperativa e Jesus (2016) pesquisa a juventude e a agricultura familiar. A Cooperapas (Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo) foi fundada em 2011 e, até o momento, é a única cooperativa agrícola na cidade de São Paulo (NAKAMURA, 2017; CORADELLO, 2015). Os objetivos principais dessa cooperativa são fortalecer a comercialização dos agricultores da região e facilitar o acesso às políticas públicas de incentivo à agricultura familiar. Como observou Gabanyi (2014), apenas 10% dos agricultores da zona sul fazem parte da Cooperapas e não estão na agricultura convencional baseada no agrotóxico.

O trabalho de Badue (2007) acompanha, em 2006, o começo do Diagnóstico da Agricultura Local realizado pela CAE Parelheiros, naquele momento, com 107 agricultores nos distritos de Parelheiros e Marsilac, em que 92% deles se declararam como parte do sistema convencional e 8% no sistema orgânico (por autodeclaração). Da produção, 69% eram de hortaliças e frutas, 29% de plantas ornamentais e 2% deixaram a atividade. Sobre a

---

<sup>15</sup> Em pesquisa anterior, mapeei e analisei as redes na zona sul de São Paulo relacionadas aos movimentos da cultura Hip Hop e encontrei uma série de iniciativas relacionadas à agricultura orgânica e à segurança e soberania alimentar. Ver: AUTOR; Hardargh (2014).

comercialização, 42,9% vão para a CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), 28% para feiras livres e 26,1% para intermediários; para outros mercados (sacolões, supermercados, mercados locais etc.) são destinados 14% (há sobreposição nas porcentagens). Quanto à propriedade da terra, a grande maioria declarou estar regular (entre 73 e 88%).

Dez anos depois, a pesquisa de Jesus (2016) apresenta o perfil de um número maior de agricultores e das condições de trabalho na zona Sul de São Paulo. Um conjunto de técnicos (incluindo num período a autora) com a CAE Parelheiros – conforme referido em Badue (2007) - fez um cadastro dos agricultores, entre 2006 e 2012, e chegaram ao número de 316 pessoas, num total da área cadastrada de 4.756,3 ha, sendo 1.251,9 ha de plantações temporárias, 123,9 ha de cultivos perenes, 516,7 ha de pastagens, 534,4 ha de pousio e 42,7 ha de brejo/várzea. (Esses números são maiores do que os apontados pelo IBGE, 2006). Os cultivos estão distribuídos assim: plantas ornamentais em 256,6 ha; olerícolas em 1.066,6 ha; eucalipto em 146,6 ha; frutíferas em 74,2 ha e 167 ha de outras plantações. Do total de entrevistados, 195 vivem em estabelecimentos de até 10 ha; 56, entre 11 e 20 ha; 45, entre 21 e 50 ha e 19 entre 51 e 150 ha. Observa-se que, pelo tamanho da área, parte são considerados agricultores familiares e outros não seriam, mas basicamente todos vivem como produtores familiares mesmo com uma área maior do que o estabelecido por lei para ser considerado agricultor familiar. Para 176 agricultores, 100% da renda provém da agricultura e para os demais, essa porcentagem varia de 90 a 30%. Para mais de 200 pessoas, o predominante é o uso da mão-de-obra familiar, mesmo no caso de jovens que foram para a cidade, voltam para ajudar na colheita. Para cerca de 50 pessoas, há o uso de mão-de-obra externa assalariada. Para a maioria, a situação da terra não está regularizada. Dentre os entrevistados, 137 pertencem ao sindicato rural, 32 a alguma associação e 30 são da Cooperapas (JESUS, 2016).

A pesquisa de Coradello (2015) realiza uma sistematização da experiência da Cooperapas, sendo que autora é uma das socio-fundadoras dela. Segundo ela, a maioria do cooperados está na “transição agroecológica”, ou seja, na gradual construção do conhecimento agroecológico como processo vinculado ao aprendizado e à troca de saberes, experiências e interpretações dos contextos em que vivem e produzem. A autora relata os antecedentes que vão gerar a Cooperapas. Em 2010, uma parceria entre Governo do Estado e Prefeitura criou o Protocolo de Boas Práticas Agroambientais em que um grupo de agricultores se comprometeu a realizar a conversão agroecológica em quatro anos eliminando o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e reflorestar áreas degradadas, entre outros pontos. Com isso, os agricultores puderam participar das Feiras de Agricultura Limpa, no Parque Burle Marx, no modelódromo do Ibirapuera ou na feira de São Mateus, na zona leste. Antes, em 2006, uma parte dos agricultores participou de atividades promovidas

pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP). Assim como houve projetos com a colaboração do Instituto 5 Elementos, uma ONG que auxiliou na organização da produção orgânica. A Associação de Agricultura Biodinâmica (AAB) realizou, em 2009, um projeto para a certificação participativa de oito agricultores na região. Cerca de 100 agricultores passaram por tais processos. Em entrevistas realizadas, Coradello (2015) mostra que, sobre a agroecologia, alguns responderam que é um sistema produtivo ecológico além de não usar agrotóxicos; outros dois não souberam responder por não conhecer o conceito, mas mostraram que entendem a ideia e a prática.

A pesquisa de Nakamura (2017) mostra que os agricultores da Cooperapas transitam entre a agroecologia, a agricultura orgânica e a biodinâmica. Localiza em mapa os grupos pertencentes à produção biodinâmica, que são sete sítios, e quatro sítios participantes de OCS. Vale destacar o perfil dos cooperados identificados por Nakamura (2017), que atualiza e complementa as pesquisas anteriores. Eles se veem como agricultores familiares. Há pessoas cujos pais e avós trabalharam na roça, outras que buscavam sair do meio urbano sem ter um passado de agricultor e os que visavam mudar de vida tornando-se agricultores. Quanto à escolarização, sete tem formação superior, cinco com segundo grau completo, dois com fundamental completo, dois com o fundamental incompleto e dois sem instrução. Apenas dois entrevistados têm 100% da renda proveniente da agricultura e os outros dependem de fontes externas, como “bicos”, realização de eventos no sítio e aposentadoria. Apenas um deles acessou o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Os consumidores da produção são: restaurantes, vizinhos, conhecidos; Instituto Chão; feiras livres orgânicas; atravessadores; mercado e sacolão.

### **Os “esquecidos” Guarani Mbya e a bandeira da agroecologia**

A luta dos Guarani quase não é retratada como parte do movimento pela agroecologia na cidade de São Paulo. No distrito de Parelheiros, as terras indígenas passaram de 52 ha para 16.000 ha. Por volta de 2010, estavam com uma população de mil pessoas e oficialmente eram apenas as aldeias Tenondé Porã e Krucutu com 26 ha cada. Atualmente, a população está em torno de 3.000 pessoas, foi conquistada a declaração demarcatória de uma área de 16.000 ha e tem 6 aldeias.

O artigo de Jerá Poty (2016) descreve esse processo de retomada das terras indígenas na zona sul de São Paulo. A autora, uma das lideranças dessa luta, localiza uma inquietação, em 2012, pela falta de terra para conseguirem reproduzir o modo de ser

Guarani (*Nhandereku*)<sup>16</sup>. Ela mesma estava angustiada porque não tinha área suficiente para plantar batata-doce, milho, mandioca. Para ela, o povo Guarani se caracteriza por ser calmo, paciente e cauteloso, mas a paciência tinha chegado ao limite e resolveram partir para atos de manifestação, como fechar a Rodovia Bandeirantes, e fazer uma audiência com o então Ministro da Justiça. Resolveram fazer retomadas de áreas reconhecidas como originárias dos Guarani começando por uma com um suposto dono que a abandonara há mais de dez anos. Ali virou a aldeia Kalipety, onde Poty é uma das lideranças. Em 2016, o então Ministro da Justiça Eugênio Aragão passou a regularizar algumas terras indígenas ausentes de disputas. Foi a oportunidade para eles, que, então, ocuparam o escritório da Presidência da República em São Paulo (na Av. Paulista). Enquanto os *Xondaro* (guerreiros) ocupavam esse escritório, outras lideranças, como Jerá Poty, foram à Brasília para se reunirem com o ministro. Descreve que colocou na mesa dele um pouco da terra dura e seca da aldeia Tenondé junto com embalagens de salgadinhos, bolachas e refrigerantes e ao lado um pouco da terra preta e boa da aldeia Kalipety com batata-doce, milho e mandioca para mostrar-lhe a necessidade de mais terras para uma vida saudável. Então, ele se comprometeu a assinar, no dia seguinte em São Paulo, a declaração demarcatória.

Em trabalho de campo na aldeia Kalipety, participei de uma entrevista com Jerá Poty<sup>17</sup>. Ela tem 38 anos, estudou pedagogia na USP e tem uma filha de 16 anos (que participou, em Belo Horizonte, do IV Encontro Nacional de Agroecologia, em junho de 2018). Contou que começou seu trabalho com os jovens da aldeia por volta de 2008 ou 2010. Naquela época sentiu que havia certo clima de dispersão na aldeia, os jovens estavam mais interessados na cultura dos “brancos” (*jurua*) do que na deles. Então se lembrou que quando criança sentia o chão tremer quando os adultos dançavam o *Xondaro*. Começou a fazer encontros com os jovens para dançarem. No começo, eles ficavam com o corpo duro e envergonhados e, em um mês, estavam soltos e envolvidos. O *Xondaro* serve como base para todas as atividades na aldeia, como o plantio, a caça, as caminhadas. Na sua visão, o processo de resgate da cultura Guarani levou à luta pelo aumento do território. Eles reivindicaram junto ao governo federal a ampliação da área, mas inicialmente não conseguiram. Decidiram fazer as retomadas (ocupar terras que estavam desocupadas e ancestralmente eram indígenas) e foram fazer manifestações públicas para pressionar o governo para demarcar. Quando foram convidados para participar da cerimônia de abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014, decidiram aproveitar a oportunidade para mostrar uma faixa com as palavras “demarcação já” (PACIORNIK, 2016). O ponto principal é que o

---

<sup>16</sup> Sobre o *Nhandereku*, sobre *Xondaro* e sobre o milho sagrado, ver os documentários disponíveis em: <http://videos.vvyrupa.org.br/nhandereko-nosso-modo-de-viver/>

<sup>17</sup> Entrevista realizada em 1/6/18, pela ONG Ashoka para a linha de trabalho: estratégia para a juventude na América Latina. Agradeço a Jerá Poty pela disposição em conversar e mostrar as plantações.

movimento de resgate de práticas Guarani, danças, cestarias e plantio, está associado à necessidade de mais terra.

Para Jerá, é necessário ter terras para poderem plantar e um dia serem autossuficientes em alimentos e no modo de vida. Ela visa que as aldeias não dependam da doação de cestas básicas de alimentos e roupas. Há aldeias mais dependentes e outras menos. Ela dá o exemplo do macarrão: muitos se acostumaram a comê-lo e agora ela conseguiu ter batata-doce e a aldeia não precisa consumir macarrão.

Após a entrevista, fomos conhecer os roçados. Jerá mostrou primeiro um pequeno canteiro com alface, batata-doce, feijão, mamão. Em seguida fomos a outra casa com um cercado de lado. No primeiro, ela disse que era um tipo de “agrofloresta” com milho, bananeira e mandiocas. Ao lhe perguntar se o plantio era consorciado, respondeu dizendo que esse plantio é o tradicional Guarani; eles sempre plantaram diferentes espécies juntas e nunca o monocultivo. No segundo, tem as leiras com feijão, batata-doce, milho e melancia amarela; estava começando a brotar e a terra estava coberta de folhas secas. Perguntei se faziam adubos orgânicos e me respondeu que sim, mas que ainda não era em quantidade suficiente então tinha que comprar. Conscientemente, ela se coloca como parte do movimento da agroecologia.

Pelo constatado nas aldeias de Parelheiros, destaca-se a necessidade de um território maior para os Guarani da aldeia do Pico do Jaraguá, na zona norte da cidade.

## **Agroecologia, movimentos socioespaciais e socioterritoriais e agricultura urbana**

A agroecologia precisa ser entendida pelo conjunto de movimentos socioespaciais e socioterritoriais no campo e na cidade (assentamentos de reforma agrária tipo Comunas da Terra, hortas comunitárias, associações de produtores orgânicos, terras indígenas etc.). As discussões conceituais a orientar as interpretações passam por: agroecologia, movimentos socioterritoriais e socioespaciais e agricultura urbana e periurbana (AUP).

Os estudos apontam que uma parcela muito pequena da produção agrícola é orgânica e/ou em transição agroecológica, cerca de apenas 1% do total é a estimativa. Então, a presença na cidade de São Paulo é significativa por ser maior do que essa estimativa. Entretanto, há o desafio tanto da disputa das ideias quanto das práticas agrícolas. Por isso, a necessidade de movimentos para sua expansão.

Há uma longa discussão sobre agroecologia, que não cabe aqui ser aprofundada, mas vale mostrar como está muito além da produção orgânica. Os diferentes autores concordam que a agroecologia se refere tanto a um conjunto de práticas quanto a uma



ciência. Como ciência, Altieri (2012) define a Agroecologia como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, promovendo uma base ampla diante da complexidade. Porém, a discussão envolve um conjunto de questões, com um encadeamento entre elas, de modo que uma delas isolada não é suficiente para definir a agroecologia.

Em síntese, elencam-se seis questões envolvidas com a conceituação de Agroecologia:

1) Os pilares: ecologia, ecossistemas, preservação ambiental, sustentabilidade e as dimensões cultural, social e econômica. Na formulação de Altieri, trata-se de ecossistemas produtivos e preservadores dos recursos naturais, culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2004, p. 21; 2012).

2) A agrobiodiversidade: criação humana de sistemas agrícolas com alta diversidade que simula o equilíbrio da natureza; quanto mais variedade melhor para o solo, para a saúde das plantas e para a oferta de alimentos (ALTIERI, 2004; 2012, p. 131; PRIMAVESI, 2016). O campesinato atual é símbolo da diversidade e a biodiversidade está associada à diversidade cultural (BARTRA, 2011).

3) Práticas exclusivas da pequena agricultura familiar camponesa (ALTIERI, 2012; BARTRA, 2011; MACHÍN SOSA *et al*, 2013). Destaca-se a presença das mulheres nas organizações camponesas (DESMARAIS, 2013). Políticas públicas são fundamentais (MACHÍN SOSA *et al*, 2013).

4) Diálogo de saberes entre conhecimentos científicos e conhecimentos locais camponeses e indígenas (ALTIERI, 2012; MACHIN SOSA *et al*, 2013)

5) As lutas políticas contra a cooptação do discurso da agroecologia pela agricultura industrial capitalista (ALTIERI e HOLT-GIMENEZ, 2016; GIRALDO e ROSSET, 2017).

6) A ação conjunta com movimentos sociais do campo pela soberania alimentar e a defesa da agroecologia como garantia desta (ALTIERI e HOLT-GIMENEZ, 2016; DESMARAIS, 2013; GIRALDO e ROSSET, 2017). Destaca-se aqui a adesão do MST à agroecologia (DESAMARAIS, 2013).

Uma questão complementar, se a presença de movimentos sociais camponeses é central, então é possível associar a agroecologia aos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como conceituados por Fernandes (2005). O referido artigo de Giraldo e Rosset (2017) iniciou essa aproximação ao colocar a atual disputa política pela agroecologia como uma disputa territorial, seja no sentido material ou no campo das ideias, imateriais. Fernandes (2005) explica que, diferentemente dos estudos sociológicos sobre movimentos sociais, na Geografia interessa o movimento do espaço e sua transformação em território e

o espaço geográfico em sua totalidade. Nos movimentos socioterritoriais, o território é essencial para suas existências. “Os movimentos territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização” (FERNANDES, 2005, p. 31). Ao romperem com a escala local, organizam as redes que ampliam ações e espaços, coloca o autor. Trabalho recente do autor afirma que as políticas públicas para a agricultura familiar do período lulista (2003 a 2016) abriram possibilidades para a “territorialização da produção agroecológica” (HALVORSEN, FERNANDES e TORRES, 2019, p.10).

### **Agricultura urbana e periurbana (AUP) e agroecologia**

O trabalho de Santandreu e Lovo (2007) é um dos primeiros levantamentos de experiências de agricultura urbana e periurbana (AUP) nas regiões metropolitanas brasileiras. Os autores estudaram onze regiões metropolitanas: Belo Horizonte – MG, Curitiba – PR, Porto Alegre – RS, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP, Brasília – DF, Goiânia – GO, Belém – PA, Fortaleza – CE, Recife – PE e Salvador – BA, constatando a presença de agricultura urbana em todas as cinco regiões do país e identificando 635 iniciativas. Deste total, 75% estão nas capitais e os demais 25% nas cidades do entorno. A atividade de produção vegetal é a mais frequente, tanto para o autoconsumo (e para troca ou doação) como para a comercialização. A transformação ou agregação de valor é muito baixa. Do total de iniciativas, 537 são de produção, coleta ou extrativismo vegetal, 109 de produção animal, 12 de produção de insumos, 248 de comercialização, 175 de serviços e apenas 66 de transformação. Portanto, há uma diversidade de iniciativas, sendo que em 53% há mais de uma atividade. No geral, 72% têm a produção dentre suas atividades e 49% envolvem a comercialização (há uma intersecção). A presença da produção orgânica ou agroecológica é de 50% nas regiões Sul e Sudeste e de 60% nas Norte e Nordeste. Porém, não foi possível aferir o quão rigorosos são com tais preceitos. Na região Centro-Oeste, 85% utilizam os métodos convencionais de produção.

Os autores definem a AUP como a produção, a transformação e a prestação de serviços para gerar produtos agrícolas e pecuários voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, reaproveitando-se, de forma sustentável, os recursos e insumos locais. São atividades praticadas em espaços urbanos ou periurbanos, vinculadas à dinâmica urbana ou metropolitana e articuladas com as gestões territoriais e ambientais das cidades. Além disso, deve estar pautada pelo respeito aos conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gêneros, pelo uso de tecnologias apropriadas e por processos participativos de gestão. Quem participa são indivíduos ou grupos, sendo que se destacam

as pessoas em condições de vulnerabilidade, como mulheres, desempregados, migrantes, crianças, jovens e idosos (SANTRANDREU e LOVO, 2007, p. 11). Por fim, destaca-se a tipologia apresentada pelos autores sobre os locais utilizados. Em espaços privados, há lotes vagos, terrenos baldios (particulares ou com dúvidas sobre a propriedade), lajes e tetos, quintais ou pátios e áreas verdes em conjuntos habitacionais. Em espaços públicos, há terrenos (municipais, estaduais ou federais) de áreas verdes urbanas, como praças e parques; institucionais, como escolas, creches, postos de saúde, hospitais, presídios e edifícios; em locais não edificáveis, como laterais de vias férreas, de estradas e avenidas, margens de cursos d'água, áreas inundáveis e faixas sob linhas de alta tensão; em áreas de unidades de conservação e em áreas de tratamento ambiental.

Damasio (2015) realiza revisão bibliográfica sobre a agricultura urbana e periurbana (AUP). Apresenta uma conceituação final de AUP como “prática de cultivo de alimentos, plantas medicinais e aromáticas e pequenas criações de animais” no ambiente urbano e periurbano, “utilizando espaços ociosos e recursos locais” e desenvolvida por populações marginalizadas, em sua maioria mulheres, visando suprir necessidades nutricionais, ocupacionais, educacionais, terapêuticas e de empoderamento social (DAMASIO, 2015, p. 14).

Constatam-se as proximidades entres as discussões vistas com a agroecologia e as da agricultura urbana. O ensaio de Biazoti (2017) confirma a convergência entre as duas.

## **Considerações finais**

Os movimentos das hortas urbanas são agricultura urbana e periurbana, cujos ativistas, muitos deles, são defensores da agroecologia. Tomada pelo sentido técnico, a situação retratada, de modo geral, é de transição agroecológica, a Cooperapas, por exemplo, é caracterizada assim. O terceiro passo da transição agroecológica, que é o redesenho de toda a organização da produção, é algo mais complexo e, provavelmente, ainda não realizado nas distintas experiências retratadas. Quando são colocadas as seis questões sobre a agroecologia, a situação parece mais distante. No entanto, a configuração do conjunto retratado na cidade de SP e seus arredores mostra o potencial de espraiamento dos movimentos pela agroecologia.

As questões ligadas à agroecologia (os pilares, a agrobiodiversidade, os camponeses, o diálogo de saberes, a luta contra a cooptação e a necessidade dos movimentos sociais) estão presentes quando analisado o conjunto mapeado e não nos casos singulares. Em cada caso, há a presença de alguns dos tópicos, mas um tem mais destaque. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais estão presentes e a politização

da luta é clara nas Comunas da Terra, entre os Guarani, nos coletivos das hortas urbanas. Na literatura sobre a Cooperapas, constata-se o diálogo entre o saber tradicional e os conhecimentos científicos. Os moradores da Comuna da Terra Irmã Alberta vivem um processo de reconstrução da identidade camponesa, sendo pessoas de origem rural que viveram na metrópole por anos.

O mapa sintetiza a dinâmica da agroecologia na cidade de São Paulo pela existência de dois movimentos combinados, um socioespacial e outro socioterritorial. O movimento socioespacial se manifesta com ações de agricultura urbana de hortas comunitárias em áreas públicas ou particulares, na articulação entre moradores, ONGs, ativistas, universidade, militantes do MST e redes das periferias. Está presente pela cidade em pontos específicos como as hortas e em malhas de rede como os coletivos Permaperifa e Hortelões Urbanos, por exemplo, localizando-se nas zonas norte, sul, leste e centro-oeste. Quando esse movimento socioespacial se apropria de uma praça pública com a realização de uma horta comunitária está se territorializando porque entra na disputa – com os poderes públicos e com outros frequentadores – pela configuração e pelo uso do espaço público. A luta Guarani é claramente por soberania alimentar, no sentido em que os grupos a constroem e o Estado deve garanti-la.

O movimento socioterritorial está nos sítios dos agricultores orgânicos da Cooperapas, nas aldeias indígenas Guarani da zona sul e na Comuna da Terra Irmã Alberta, em Perus, zona norte. Alguns militantes ou ativistas do movimento socioespacial da agroecologia fazem a conexão com a Comuna da Terra Irmã Alberta. Nota-se, então, uma retroalimentação em que os movimentos socioespacial e socioterritorial se consolidam e se fortalecem na relação um com o outro. O ganho de escala dependerá da força da combinação dos movimentos e da conquista de territórios.

## **Bibliografia**

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, 3ª. edição.

ALTIERI, Miguel & HOLT-GIMENEZ, Eric. Can Agroecology survive without being coopted in the Global North? In: **SOCLA (Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología) papers**, janeiro de 2016.

BADUE, Ana F. B. Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros,

São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública – FSP/USP. São Paulo, 2007.

BADUE, Ana F. B. e GONÇALVES, Lucila P. A conquista do marco legal de AUP: a experiência de São Paulo (SP). In: SANTANDREU, Alain e LOVO, Ivana C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção**. Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, 2007.

BARTRA, Armando (Bartra Verges). **Os Novos Camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BIAZOTI, André R. A insustentável leveza hortelã: agricultura urbana como ferramenta de transformação. In: SORRENTINO, Marcos *et al.* (Orgs.). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017.

CORADELLO, Mara A. Sistematização da experiência da CooperAPAs: uma cooperativa de produtores agroecológicos de Parelheiros, São Paulo/SP. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade – FSP/USP. São Paulo, 2015.

DAMASIO, Mariana A. Panorama da agricultura urbana e periurbana (AUP). Os potenciais de abrangência socioambiental das práticas de AUP. Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Instituto de Biociências – UNESP. Rio Claro, 2015.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Planejamento Agropecuário). **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Ano 8, No. 6, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>. Acessado em: 30/8/2018.

GABANYI, Samuel. A diversidade de práticas de agricultura urbana na cidade de São Paulo. **Informações Econômicas**. São Paulo, Vol. 45, No. 6, dez. 2015, p. 95-101.

GIRALDO, Omar F. e ROSSET, Peter M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements, in: **The Journal of Peasants Studies**, latest articles, Ago, 2017. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2017.1353496>. Acessado em: 30/1/18.

HALVORSEN, S., FERNANDES, B. M. e TORRES, F. V. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, Mar. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/24694452.2018.1549973>. Acessado em: 30/4/19.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário – 2006. Seleção feita a partir da Tabela 4.1 – Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios – 2006. Disponível em:

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censo\\_Agropecuario/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/).  
Acessado em: 1/2/18.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dados sobre produção Agropecuária por município, 2016. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2016/default.shtm>. Acessado em: 1/2/18.

JESUS, Aline D. F. O papel da juventude na agricultura familiar na zona sul do município de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – IPPRI/UNESP. São Paulo, 2016.

AUTOR; HARDAGH, Claudia C. Direito à dignidade e ao desenvolvimento solidário na zona sul de São Paulo – Brasil. Anais do Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: Aprendizagens Globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal, 2014. Disponível em: [http://alice.ces.uc.pt/coloquio\\_alice/wp-content/uploads/2015/08/Livro\\_DH.pdf](http://alice.ces.uc.pt/coloquio_alice/wp-content/uploads/2015/08/Livro_DH.pdf). Acessado em: 2/1/14.

MACHÍN SOSA, Braulio *et al.* **Revolução Agroecológica: o Movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acessado em: agosto de 2018.

NAGIB, Gustavo. Agricultura Urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Geografia – FFLCH/USP, 2016.

NAKAMURA, Angélica Campos. Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada do Depto. de Geografia – FFLCH/USP, São Paulo, 2017.

PACIORNICK, Victor F. **Xondaro**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, 2016.

PELLIZON, Simone Ap. Hortas comunitárias: um novo paradigma na produção e consumo de alimentos nas áreas urbanas. **Revista Orbis Latina**, Vol. 7, No. 2. Foz do Iguaçu – PR, julho de 2017.

POTY, Jera. “*Aguyjevete pra quem luta!*”. In: Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil 2011/2016**. São Paulo: ISA, 2016, pp. 789-792.) Disponível em: [https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/CGY\\_PIBAO2011-2016.pdf](https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/CGY_PIBAO2011-2016.pdf). Acessado em: 30/7/18.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do Solo Vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. [Primeira edição de 2006.]

RIBEIRO, Silvana Ma. Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da promoção da saúde: a experiência do projeto Colhendo Sustentabilidade – Embu das Artes – SP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública – FSP/USP. São Paulo, 2013.

SALGADO, Mariah R. e MARCOS, Valéria de. Economia Solidária na cidade de São Paulo – o caso das cooperativas de consumo. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, de 15 a 19/10/2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1058\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1058_1.pdf). Acessado em: 3/4/18.

SANTANDREU, Alain e LOVO, Ivana C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção**. Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, 2007.

---

### Sobre o autor

---

**Marcelo Gomes Justo** – Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais (1993), Mestrado (2000) e Doutorado (2005) em Geografia Humana – todos realizados na USP. Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL - IPPRI/UNESP. Pesquisador credenciado junto Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI/UNESP. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-1448-2149>

---

### Como citar este artigo

---

JUSTO, Marcelo. Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

---

Recebido para publicação em 25 de julho de 2019.  
Devolvido para a revisão em 15 de setembro de 2019.  
Aceito para a publicação em 23 de setembro de 2019.

---

# **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: socio-spatial and socio-territorial movements**

**Marcelo Gomes Justo**

Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-Unesp) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: marcelojusto2015@gmail.com

## **Abstract**

The article presents data and analyses on organic and agroecological production in the city of São Paulo, in the context of the discussion on agroecological transition. The methodology is based on surveys of secondary data and on open interviews. A synthesis map is presented, configuring the combined action of socio-spatial and socio-territorial movements by agroecology in the city of São Paulo and the metropolitan region of São Paulo. The concepts of agroecology, urban and peri-urban agriculture and socio-spatial and socio-territorial movements as analytical tools are discussed. The combined action of socio-spatial and socio-territorial movements is necessary for the expansion of agroecology.

**Keywords:** Agroecology; urban agriculture; São Paulo city; sociospatial and socioterritorial movements

## **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais**

### **Resumo**

O artigo apresenta dados e análises sobre a produção orgânica e agroecológica na cidade de São Paulo, no contexto da discussão sobre transição agroecológica. A metodologia baseia-se em levantamentos de dados secundários e entrevistas abertas com membros da agroecologia. É apresentado um mapa síntese configurando a ação combinada de movimentos socioespaciais e socioterritoriais pela agroecologia na cidade de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo. São discutidos os conceitos de agroecologia, agricultura urbana e periurbana (AUP) e de movimentos socioespaciais e socioterritoriais como ferramentas de análise. A ação combinada de movimentos socioespaciais e socioterritoriais é necessária para a expansão da agroecologia.

**Palavras chave:** Agroecologia; agricultura urbana; São Paulo; movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

## **Agroecología y agricultura urbana en la ciudad de Sao Paulo: movimientos socioespaciales y socioterritoriales**

### **Resumen**

El artículo presenta datos y análisis sobre la producción orgánica y agroecológica en la ciudad de Sao Paulo, en el contexto del debate sobre la transición agroecológica. La metodología es encuestas de datos secundarios y entrevistas abiertas. Se presenta un mapa de síntesis, que configura la acción combinada de los movimientos socioespaciales y socioterritoriales por parte de la agroecología en la ciudad de Sao Paulo y en la región metropolitana de Sao Paulo. Se discuten los conceptos de agroecología, agricultura urbana y periurbana (AUP) y movimientos socioespaciales y socioterritoriales como herramientas



analíticas. La acción combinada de los movimientos socioespaciales y socioterritoriales es necesaria para la expansión de la Agroecología.

**Palabras clave:** Agroecología; agricultura urbana; Sao Paulo; movimientos socioespaciales y socioterritoriales.

## Introduction

Agroecology in the city of São Paulo and surroundings comprise a political movement whose subjects seek healthful foods and fight for the human right to adequate and healthy food, what goes beyond organic production. Among these subjects, there are militants of the MST - *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (Landless Rural Workers Movement), permaculture activists, urban garden collectives, youth collectives from the outskirts, Guarani smallholder indigenous people, associations of organic producers from the eastern and northern zones, groups of university students and researchers. As in every political action, the territories are under competition: farms, squares, empty plots and rural settlements can be appropriated either by organic farming or by conventional farming with use of pesticides. As organic production is legally formalized, there are available data on this; agroecological production, conversely, is difficult to measure. Even so, more than measuring, what matters here is to point out its spatial and territorial movement and the search for food sovereignty. The number of organic producers is not small, in relative terms, in comparison to the number of agricultural establishments in the city. In addition to organic production and in the labyrinths of the city, the movements for agroecology have gained ground and representativeness, even in legislative spheres.

This article presents part of the research entitled Agroecology and the Communes of the Land in São Paulo's Metropolitan Area (SPMA), aimed at identifying and interpreting the organic and/or agroecological production in the Brazilian city of São Paulo. The methodology comprises a survey and systematization of secondary data from the National Database of Organic Producers, of the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA, 2018), the Agricultural Census (IBGE, 2006), among other sources, and also unstructured interviews with one member of the Urban Movement of Agroecology (MUDA-SP), one member of the Studies and Practices in Agroecology and Human Reenchantment (EPARREH) and with one Guarani indigenous leader of the Kalipety village in the southern zone of São Paulo. The respective interviews are duly credited in footnotes.

Given the data and mapping on organic and agroecological production in São Paulo, this article presents new elements on the movements for urban farming and agroecology in the city. Its contribution resides in a key to interpreting the subject from the perspective of socio-spatial and socio-territorial movements, a cartographic representation

for explaining the dynamics of these movements for agroecology, and the emphasis on empirical data on the involvement of Guaranis from Parelheiros in the agroecological movement.

The following sections present data regarding the city of São Paulo, the definition of organic production and the characterization of the agroecological transition process. The mapping of agroecology socio-spatial and socio-territorial movements is explained and, afterwards, the engaged subjects are presented. Such depiction involves issues related to agroecology, socio-territorial movements and urban farming.

### **São Paulo: Organic Agriculture and Agroecological Transition**

São Paulo is a city with a land area of 1,500 km<sup>2</sup> and about 12 million inhabitants, 99.1% of which live in the urban area and 0.9% is rural. According to the 2010 Census, 45.6% of the 100,536 rural inhabitants live in the region South 2 (mainly in the districts of Parelheiros and Capela do Socorro), in regions East 2 (especially São Miguel) and North live 23.6% of them. Despite the minute percentage of rural population, the city's hugeness accounts for more than 100,000 rural inhabitants. It is worth noting that less than 7% of Brazilian municipalities have more than 100,000 inhabitants.

According to the Agricultural Census (IBGE, 2006), there were 193 agricultural establishments in the municipality of São Paulo, in a total area of 8,000 ha. Peasant family farming comprised 130 farms, on 556 ha altogether, and agribusiness consisted of 63 farms totaling 7,443 ha. Although the City Hall does not have a Department for Agriculture or for Food Security, there are Municipal Councils for Food and Nutrition Security (COSAN) and for Sustainable and Solidary Rural Development (CMDRSS) that are accountable to the Municipal Department for Development, Labor and Entrepreneurship, since 2015<sup>1</sup>. The usual image of São Paulo as a forest of buildings hides the presence of agricultural production. Yet, data from IBGE (2016) showed a farmed area of 91 ha (much smaller than that counted by the agricultural census), with both permanent and temporary crops, mainly comprised of bananas, beans, sugarcane, cassava, persimmon and coffee, in terms of volume. Although a too small volume to supply a city where millions of tons of fresh produce circulate, these data allow to get deep into the city from the inside out.

According to data from the National Database of Organic Producers (MAPA, 2018), there is a total of 76 registered producers in the city, 44 of which are individuals or companies that hold third party certification (paid) and 32 certified through a participatory system (detailed further on). Among the former 44 certified producers, it was possible to

---

<sup>1</sup> Currently, Municipal Department for Economic Development and Labor, since it was renamed in 2017 by the then mayor, it still has the COSAN - Coordination of Food and Nutrition Security as a subordinated body.

identify at least 29 that refer to establishments of industrial processing of organic food, such as vegetable packaging, and chocolate, coffee and baby food manufacturing; the remainder comprise a small number of vegetable producers. Among the 32 producers that hold participatory certification, there are 13 individuals members of social control organizations (SCO), ten of which are members of *Agricultores da Zona Leste* (Farmers from the Eastern Zone – described further on) and 3 from the SCO São Paulo, whose location could not be found; there are also 19 individuals who cultivate organic crops certified by the *Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica* – PCAB (Organic Conformity Assessment Body) of the Brazilian Association of Biodynamic Agriculture (described in the topic about Cooperapas, in the Southern Zone). Thus, out of the 76 official registers of organic producers in 2018, about half are proven to be small farmers and the remainder are organic food processing companies, whose sizes are not identifiable in the afore mentioned database. These latter cases are probably non-agricultural establishments.

Considering the 130 family farms (IBGE, 2006), 32 of them are registered as organic, representing almost 25% (although we should take note of the long time span between data). This percentage may be slightly higher due to a few third-party certifications and possible organic farming initiatives that are not yet accredited. What matters to highlight is that the share of organic farming is not negligible (even if in absolute terms it is too small for the size of the city) and, mainly, that there are distinct appropriations of the “organic”, either as niche of the processed food market or as a human right to proper and healthy eating. Therefore, agroecology has a relevant place in the debate, as we will see.

The National Database of Organic Agriculture (MAPA, 2018) registers each producer by: type of certification (third-party, SCO, or PCAB), municipality, individual or legal entity registration ID, and scope of production (processed products of either plant or animal origin; plant or animal primary products). Processed products of plant origin may be, for example, coffee capsules, chocolates, frozen ready meals, baby food, etc. Plant and animal primary products are the crops and the livestock. Using the filter for municipality, data were retrieved for the city of São Paulo and other municipalities of the SPMA. As there is no information on the size of the establishments, data were grouped according to the form of organic certification: by third-party (which is a paid service) or by SCO/PCAB (participatory and free of charge). The scope shows the difference between primary production and processing, which can be at industrial scale or a small manufacturing.

Organic production in Brazil has been regulated by law since 2003. Federal law 10,831/2003 defines organic production:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade

cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

According to this law organic production is defined as encompassing production processes named ecological, biodynamic, agroecological, permaculture and others. As a result of this law, producers interested in marketing organic goods must be registered with the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply - MAPA. There are two paths, according to MAPA's policy<sup>2</sup>: 1) to obtain certification from a MAPA-accredited Organic Conformity Assessment Body (OCA), so the products will have an organic seal and can be freely traded – these are certification bodies controlled by audits; 2) to organize as a group and register with MAPA for sale without certification. However, without certification, its not possible to sell to third parties, only at farmer's markets (or directly to the consumer) and to the government through school feeding procurement. In this second path, the producer can join a Participatory Guarantee System - PGS, under the certification by a Participatory Conformity Assessment Body (PCAB), in which the regular assessment happens through the farmers' participation in the PCAB. Alternatively, for either direct or institutional sales, farmers can form a SCO.

The decree 7794<sup>3</sup> of 2012, established the National Policy of Agroecology and Organic Production, defining agroecological production as the one that “seeks to optimize the integration between productive capacity, use and conservation of biodiversity and other natural resources, ecological balance, economic efficiency and social justice”, as already established by Law 10831 for organic production. That is, there is almost no specificity of agroecology. In this decree, the “agroecological transition” is defined as a gradual process of practices and management of agroecosystems, aiming to reach farming systems whose principles and technologies are ecologically based.

However, the academic literature on agroecology identifies three phases in the process of agroecological transition, namely: reduction and rationalization of agrochemicals and synthetic fertilizers use; replacement of chemical with biological inputs (decreasing the external dependence); biodiversity management and the complete redesign of production systems. The three steps are not linear, they are subject to comings and goings; however, only with the third step will the transition be achieved (EMBRAPA, 2006, p. 27-30; ALTIERI, 2012, PRIMAVESI, 2016).

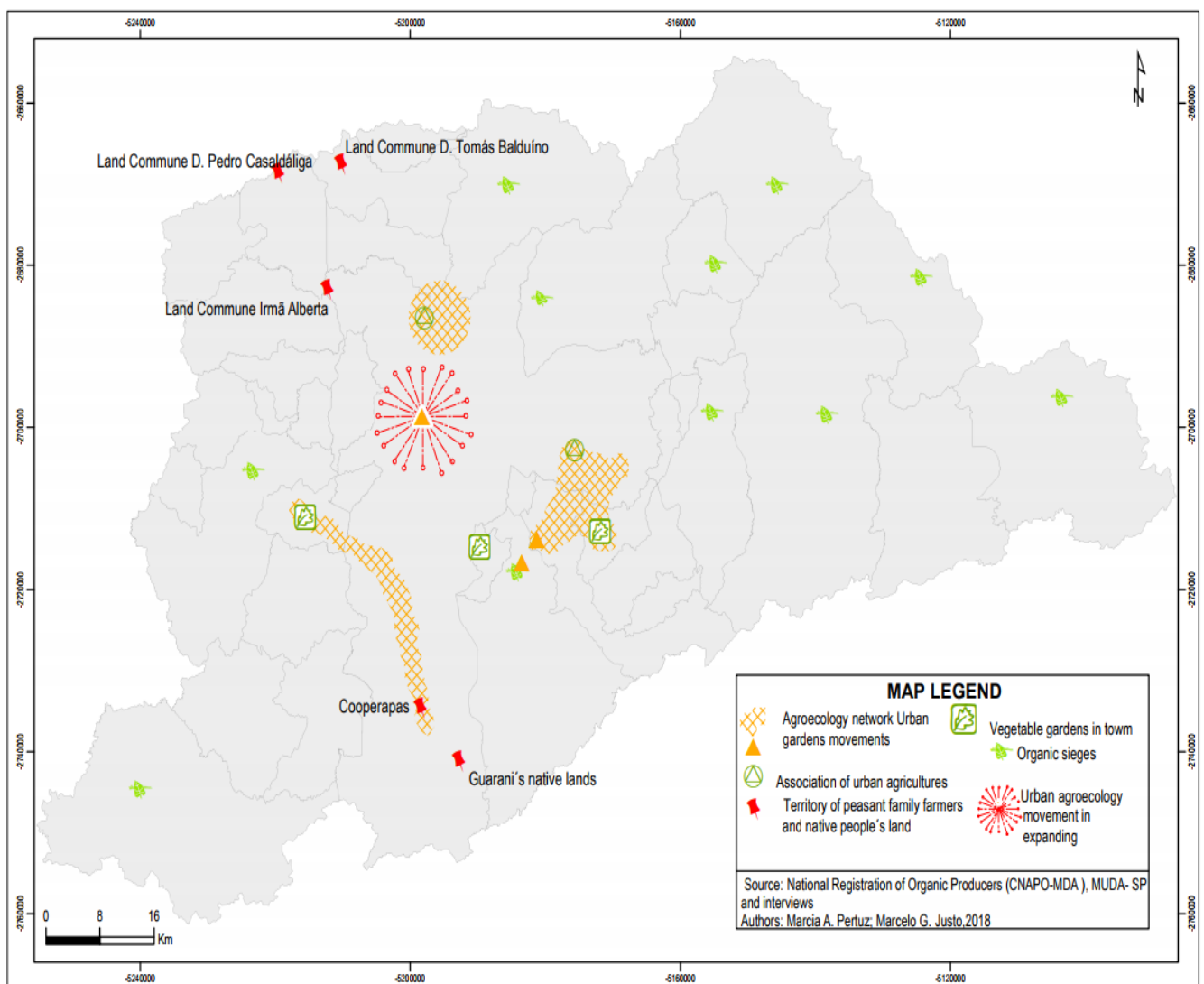
<sup>2</sup> MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Como regularizar a produção orgânica*. Available at: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>

<sup>3</sup> Available at: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)

The definition of organic production considered here is the one adopted by the Ministry of Agriculture, according to law 10,831/2003. The definition of the three steps for “agroecological transition” is useful for the general classification of what will be presented throughout this text. However, unlike the terms of the law, agroecology is understood here not as part of organic production but as something broader that involves socio-spatial and socio-territorial movements (FERNANDES, 2005), as well as policies aimed at an agriculture that can overcome the capitalist farming. Thus, organic production data are discussed regarding situations of agroecological transition, which may or may not contribute to the construction of agroecology.

### Agroecology as a set of socio-spatial and socio-territorial movements

**Map 1: Socioterritorial and Socio-spatial Movements of Agroecology in the RMSP**



Source: research data. Elaboration: Marcia Arteaga and Marcelo Justo.

In the map above, we seek an overview focused on the city of São Paulo in the context of agroecology socio-spatial and socio-territorial movements in the whole SPMA.

First, we highlight socio-territorial movements that involved gaining land, particularly in the three *Comunas da Terra* (Communes of the Land) Irmã Alberta, Dom Pedro Casaldáliga and Dom Tomás Balduino (respectively in the district of Perus/SP, in Cajamar and in Franco da Rocha), organized by MST at Cooperapas (Agroecological Cooperative of Rural and Clean Water Producers of the Southern Region) and in the Guarani indigenous villages in São Paulo's southern zone (represented on the map by red georeferenced pointers). These movements combine the struggle for territory with organic or agroecological farming practices. In addition to these communes, there are 40 organic sites registered as either PCAB or SCO, distributed by 12 municipalities of the SPMA, therefore, few units in each municipality (represented by a green sprout on the map).

The Guarani people of the southern zone – who won 16,000 ha that they consider necessary to recover traditional crops and do not depend on processed foods – see themselves as part of the agroecological movement. Their struggle for land has clearly a sense of pursuit for food sovereignty. At Cooperapas there are about 30 smallholder families, 19 of which with PCAB registration. In the Irmã Alberta Commune, about 35 families live in their farms producing diverse and organic crops, without the use of pesticides, in a movement to recover the peasant identity. However, as the settlement has not yet been legally expropriated, they cannot regularize associations or have access to family farming policies. In addition, the presence of farmers in Irmã Alberta Commune is not included in any official statistics. Dom Pedro and Dom Tomás Communes have, respectively, 29 and 30 farmers, organized and registered as SCO. These are the highest numbers by municipality within the SPMA, out of the city of São Paulo, and which result from MST's territorial action. Concerning the region's organic farms, there are, generally, two or three registrations in each municipality, although there is no information regarding either size or ownership and leasehold. Noteworthy is the number of registrations in Mogi das Cruzes, which is the largest agricultural producer of SPMA, with 10 registrations, divided into two SCO: *Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região* (Organic Producers of Mogi das Cruzes and Surroundings) and *Associação de Produtores Orgânicos do Alto Tietê* (Association of the Organic Producers of Alto Tietê). These two SCOs also have members in Arujá, Salesópolis, Santa Isabel and Suzano.

Several socio-spatial movements that do not involve land struggle are identified, as urban gardens (represented on the map by orange triangles), which are spread throughout the city of São Paulo, organized by tens of civil society initiatives (groups of residents, collectives and non-governmental organizations - NGOs) and placed in public spaces such

as squares, yards of schools and of primary healthcare units (hence the red lightning symbol in downtown SP). This movement of urban gardens also appears in São Bernardo and Santo André, set up by NGOs and farmers' associations and, therefore, is connected to agroecology networks (represented by an orange grid on the map). There are at least two organic farmers' associations of the northern and eastern zones (10 of which holding registers from the SCO – Agricultores da Zona Leste), which cultivate their gardens on public land such as under high-voltage power lines (where no buildings can be built) or on private plots (represented on the map by a triangle inscribed in a circle, in green). Such representations (Urban Garden Movements and Agroecology Networks) show trends, i.e., their indication on the map are not accurate. Agroecology networks (represented by orange grid on the map) – *Permaperifa*, for example – are youth collectives that combine cultural actions with agroecological crops. It should be noted that the grid indicates the region of operation; they are neither georeferenced points, nor are in scale. There are also municipal gardens established by the municipalities of Embu, Santo André, São Bernardo, Diadema and Mauá, with the participation of civil society (represented on the map by a leaf inscribed in a square, in green). The socio-spatial movements are formed by local residents, activists, NGOs, universities and municipalities, which promote discussions, organization and dissemination of urban and/or agroecological farming. When such actions take over a square or an area under high-voltage power lines, a dispute emerges over the destination of public space and the territorialization of the agroecological struggle.

As noted by Fernandes (2005), an interface between socio-territorial and socio-spatial movements is observed, since some people engaged in urban gardens are also involved with the *Comunas da Terra* and have, for some years, promoted an exchange. In these cases, the political struggle is well defined, with people from the academic middle class, residents of the central area, allying with the poor from the outskirts in a relationship of reciprocity and joint construction of urban agriculture in places of greater social vulnerability.

We are dealing with relatively small numbers in the city of São Paulo, with 32 records from SCOs/PCAB and between 35 to 90 community gardens distributed over the city and the SPMA. Many of the activists know each other. The accuracy of the figures for registers of organic producers is not always consistent with the observed situations of dissemination of adherence to agroecology. For example, the occupations of wasteland by the Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST (Homeless Workers Movement) have community gardens. The strengthening of socio-territorial and socio-spatial movements in the SPMA depends on the greater connection between them, what involves sharing experiences, knowledge and commercial exchanges.

## The subjects present in the mapping

Regarding legal aspects, in 2004, the City Council enacted the municipal law number 234, creating the Urban and Peri-urban Farming Program – PROAURP<sup>4</sup>, which defines urban farming as any activity of growing vegetables, legumes, medicinal plants, fruit and flowers and the raising of small animals, fish farming and the artisanal production of food and drink for human consumption within the municipality. The program aims to fight hunger, encourage job and income generation, family farming and production for own consumption, among other objectives. The municipal administration, according to the law, will survey public areas for the program's implementation, as well as register idle private areas and encourage their use, by means of tax exemption. PROAURP was the result of a broad discussion between government and civil society, held during the Urban and Peri-urban Agriculture Forum of São Paulo's Metropolitan Area, in 2002, according to Badue and Gonçalves (2007). The presence of the state, through laws and strategic plans, can be a response to the struggles of socio-spatial movements and a way to enter political disputes over the directions of agroecology.

Also in 2004<sup>5</sup>, for the first time the municipal strategic plan mentioned urban farming. In 2006, the municipal administration created the Casas de Agricultura Ecológica - CAEs (Ecological Farming Houses) for technical support to urban farmers. In the current Strategic Plan of 2014, the concept of “rural zone” was taken back, due to territorial and urban administration notions that the city and the quality of urban life have a direct link with the strengthening of the rural area. In these areas, the Plan proposes to foster economic uses and activities capable of conciliating job and income generation with improved quality of life, thus reducing social and environmental vulnerability, and recognizes the importance of urban and peri-urban agriculture<sup>6</sup>. The law that approved the 2014's Municipal Strategic Plan also established the Municipal Council for Sustainable and Solidary Rural Development - CMDRSS. The Decree 57.058 of 2016 defined the CMDRSS' composition, duties and running, highlighting the recognition of urban farming by ensuring the presence of two farmer representatives of urban agriculture movement from the South, one from the East, one from the North and one from the Center-West. The municipal law 16.140/2015 establishes the obligation to include organic or agro-ecological foods in school meals of the municipal

---

<sup>4</sup> Ver: PREFEITURA DE SP, Lei municipal no. 234/2004. Available at: [http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios\\_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000)

<sup>5</sup> The contextualization presented was based on the works of Nakamura (2017) and Nagib (2016).

<sup>6</sup> See: Apresentação do Plano Diretor Estratégico – 2014. Available at: <http://mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/bordas-da-cidade/>



education system. Considering the exposed figures, local production would not be sufficient for supplying schools; however, agroecology necessarily depends on public policies<sup>7</sup>.

Still regarding the legal context, the state law number 16.684, enacted in March 2018, established the State Policy of Agroecology and Organic Agriculture – PEAPO<sup>8</sup>, aimed at encouraging and promoting agroecology and organic agriculture. Among the State's attributions related to such policies, it is worth mentioning the creation of credit lines and a 30% increase in institutional purchases of organic or agroecology transition products.

In the context of civil society, there are various non-governmental organizations and socio-spatial movements focused on agroecology, some of which have mapped it. Gabanyi (2015) presents a survey by Instituto Vitae Civilis (NGO focused on sustainable development), published as *Agricultura em São Paulo: a importância do engajamento popular para transformação social e ambiental* (Agriculture in São Paulo: the importance of people's engagement for social and environmental transformation) and carried out in partnership with the Institute of Applied Economic Research (IPEA), the State Department of Agriculture and Supply (SAA) and the Institute of Botany of the State Department of Environment (SMA), in 2013 and 2014. Aimed at mapping and diagnosing urban and peri-urban agriculture in the city of São Paulo, the article describes its presence in the whole city. This work reveals something that has resisted and still resists densification, and that is inscribed within a new context – a movement around urban agriculture and agroecology that NGOs have been building over the last decade. The author reports the occupation of idle spaces, such as wasteland, in the eastern zone. An example is the Associação de Produtores Orgânicos da Zona Leste (APO-ZL) which has 40 urban farmer members producing on lands lent in commodate by Eletropaulo or Sabesp (membership figures are higher than SCO registrations as seen on the map). Another example is the NGO Cidades Sem Fome (Cities without Hunger) that also uses land lent by Eletropaulo. In the southern zone, there are about 400 urban farmers, 90% of whom practice conventional agriculture using chemicals and 10% are the exception. These latter are members of Cooperapas, the Parelheiros farmers' cooperative. A more detailed description of the southern zone will be presented further on. Urban farming at the foot of Serra da Cantareira, in the northern zone, is characterized by historical Portuguese immigration. The local farmers are organized within the Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Jardim Damasceno - APAFA (Smallholder Family Farmers Association of Jardim Damasceno), which grows vegetables

---

<sup>7</sup> During the municipal administration ruled by the Workers' Party (PT), from 2013 to 2016, when the law was approved, a partnership was made with the MST cooperatives from Rio Grande do Sul to supply organic rice for school feeding. At the beginning of the following municipal administration (PSDB), the then secretary of education signed a contract with Parelheiros agricultural producers to supply the schools. For the introduction of organic products into school lunches, see Badue (2007).

<sup>8</sup> Available at: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16684-19.03.2018.html>

and fruits and raises chickens, ducks, goats, sheep, cattle and especially pigs. The regulation of these breedings was under discussion (GABANYI, 2015, p. 99). Another experience described by the author in the region is the Comuna da Terra Irmã Alberta, in Perus, on land occupied by MST. In the western zone, urban farming shows the smallest area in comparison to the others, though having a significant turnover with products of urban agriculture in a shopping mall and with the Hortelões Urbanos (Urban garden farmers) movement, which organized the Horta das Corujas (Owl's Garden) and other community gardens in public spaces in the city (GABANY, 2015).

There are also other surveys or mappings of the organic and agroecological circuit of the city of São Paulo and SPMA. Most notable are MUDA-SP and *União de Hortas Comunitárias de SP*. MUDA-SP<sup>9</sup>, the Urban Agroecology Movement created in 2013 as a collective for promoting agroecology, carried out a collaborative mapping of organic gardens, restaurants, open markets and institutions operating in the area. The map is updated annually and encompasses the SPMA. It is considered a reference survey of urban gardens in the city of São Paulo. A search within its website provides the following information, among others: 95 gardens (in schools, public squares, public or private lent land, primary healthcare units, and greenhouse schools in subprefecture headquarters, farms etc.); 40 organizations operating in the sector; 66 points of sale of organic products. Another reference for organic production mapping in the city, União de Hortas Comunitárias de SP (SP's Community Gardens Union)<sup>10</sup> presents 36 initiatives, which represent more recent data compared to MUDA-SP's.

Data summarized on the map are further detailed for two fronts of urban farming and agroecology: one located in the center-western and eastern zones, as the urban gardens, and another in the southern zone, represented by the organization of farmers in Parelheiros – Cooperapas – and by Tenondé Porã Indigenous Land, with an emphasis on this latter, since it rarely appears in researches on the subject.

### **Urban and peri-urban agriculture (UPA) in the center-western and eastern zones - socio-spatial movements**

As already mentioned, since 2004 urban farming legally entered the city's political agenda. This happened as a result of the action of agroecology socio-spatial movements in the city. Hence, a debate on the subject with its likely interfaces with agroecology became

<sup>9</sup> I am thankful to André Biazoti, a member of MUDA-SP, for providing the information about MUDA-SP and its surveys, on 12/20/18. See: MUDA-SP - [www.muda.org.br](http://www.muda.org.br)

It is worth noting that there is also the map of organic open markets of IDEC (Institute of Consumer Protection).  
<sup>10</sup> For more information on the União de Hortas Comunitárias de SP, see: <https://www.facebook.com/UniaodeHortasSP/>. Accessed in: 02/02/2019. See also Urban farming wiki portal: [https://pt.wikiversity.org/wiki/Portal:Agricultura\\_Urbana?fbclid=IwAR3s0D0ov\\_XQO3LPogUMEMJvlpK-EC1PF4ASZSj6mnNUqNli7raVGiXtJYQ#Iniciativas\\_de\\_Agricultura\\_Urbana\\_em\\_S%C3%A3o\\_Paulo](https://pt.wikiversity.org/wiki/Portal:Agricultura_Urbana?fbclid=IwAR3s0D0ov_XQO3LPogUMEMJvlpK-EC1PF4ASZSj6mnNUqNli7raVGiXtJYQ#Iniciativas_de_Agricultura_Urbana_em_S%C3%A3o_Paulo)

necessary. However, we know that MST's work, through the proposal of Comunas da Terra, had already brought up the issue of agroecology in metropolitan areas. The secondary data systematized here point to a spectrum of civil society organizations that, in the form of collectives, associations and networks, began to advocate agroecology to the point of converging into an urban agroecology socio-spatial movement. Two moments can be noted, one in the early 2000s, another in the beginning of its second decade. There are, for instance, founded respectively in 2000 and 2004, Instituto Kairós, aimed at sustainable consumption, and Cidades Sem Fome (Cities Without Hunger) that promote urban gardens in the eastern zone. Also in 2004, a collective of students of humanities from the University of São Paulo (USP), known as EPARREH (Studies and Practices in Agroecology and Human Reenchantment) got together as a study group and started to carry out extramural activities with community gardens in Embu das Artes (RIBEIRO, 2013). From 2010 on, emanating from the work of collectives such as EPARREH, the Permaperifa network emerges (see note 15). In 2011, the consumption cooperative ComerAtivamente (EatActively) – constituted in 2007 by USP students and others – contacted residents of Comuna da Terra Irmã Alberta, in Perus, for purchasing organic food (SALGADO and MARCOS, 2012)<sup>11</sup>. Also in 2011, the virtual network called Hortelões Urbanos – which advocate and act for changes in urban space, from use of bicycle to agroecological urban farming – was formed, and promoted the creation of Horta das Corujas, at Vila Madalena neighborhood, in the center-western zone of the city (NAGIB, 2016). Some of these collectives converged into MUDA – SP. At the turn of 2010, university activists for agroecology living in the central area of the city approached poor residents of the outskirts and MST activists, thus, strengthening agroecology movement in the center of the metropolitan area.

Nagib (2016) conducted a study focused on urban gardens in the city of São Paulo. To this end, he discusses the meaning of urban farming as a political activism. He traces a historical trajectory of the idea of urban agriculture, bringing elements of urban gardens in the nineteenth-century England and going through works by European and American urban planners from the late nineteenth and early twentieth century, who pondered on “garden-cities”, “ruralizing the city and urbanizing the countryside”, on sharing between wage labor and dedication to home gardens and so on. Horta das Corujas, in Vila Madalena, is an urban farming experience in the center-western zone of São Paulo city, in a neighborhood whose socioeconomic profile is marked by upper middle class, according to the author's analysis. The action was set in motion by the creation of Hortelões Urbanos' social network, in 2011. The author regards the meeting, in 2012, between two activists – the creator of Hortelões

---

<sup>11</sup> According to later information, the ComerActively group stopped buying the production of Irmã Alberta Commune.

Urbanos' virtual network, Cláudia Visoni<sup>12</sup>, and the founder of the association of residents and entrepreneurs of Avenida das Corujas (Owls Avenue) and surroundings – as crucial for the formation of Horta da Corujas. He provides a long account of the formation of the Hortelões virtual group, which later became an in-person action group to start Horta das Corujas. In 2012, the first open meetings took place, involving residents of the square surroundings and supporters to start the seedbeds. According to the author, Hortelões Urbanos held the Cyclist's Garden on Paulista Avenue, where they had a dialogue with the local homeless people (NAGIB, 2016: 329). Another reference in this urban agriculture movement is the vegetable garden at Centro Cultural SP (SP's Cultural Center). In 2014, the City Council launched the call "Redes e Ruas" (Networks and Streets) for project proposals, and the "Edible Cities" Project presented by MUDA-SP was one of the selected projects. It was aimed at expanding the number of urban gardens, using Centro Cultural SP as a reference point for information and supporting activities to the implementation of new gardens. The project was launched in February 2015 (NAGIB, 2016, p. 149).

The Cidades Sem Fome is another example of urban farming promotion in the city of São Paulo. It was created by Hanz Temp, in 2004, and operates in the eastern zone, in the districts of São Mateus, São Miguel Paulista, Cidade Tiradentes and Itaquera, creating community gardens<sup>13</sup>. Its goal is the "social integration of vulnerable groups" through work in horticulture. The work of this NGO was studied by Pellizon (2017), who presents a research on the implementation and management of community gardens in São Paulo's Metropolitan Area. This is a case study on the organization and implementation of 21 community gardens, which, according to the entity, involves the direct contribution of 115 people as urban farmers and ensures food for about 650 people, being considered organic production. The study draws the conclusion that there were socioeconomic gains for the families engaged in the gardens, but that it is necessary to increase the number of families benefited by the actions. Vegetable gardens represent a transformative potential for communities because they generate not only food, but organization abilities.

An interviewed<sup>14</sup> agroecology (and MST) activist, and one of the creators of EPARREH collective, reported the gestation of an agroecology movement in São Paulo between 2004 and 2010. At the beginning of this period, USP set up a university extension project in partnership with the federal government's Fome Zero (Hunger Zero) program for

<sup>12</sup> In 2018, Claudia Visoni was elected state co-deputy for PSol party, headed by Congresswoman Monica Seixas. The mandate will represent another step in the expansion of agroecology as an anti-capitalist political movement.

<sup>13</sup> About the association, see: <https://cidadessemfome.org/>. It is worth watching the G1 report on the work of the NGO Cidade Sem Fome in São Miguel Paulista - SP: "Moradores transformam terrenos baldios em hortas orgânicas em SP" (Residents change wasteland into organic vegetable gardens in SP): <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2016/02/moradores-transformam-terrenos-baldios-em-hortas-organicas-em-sp.html>

<sup>14</sup> Unstructured interview with Lucas Ciola held on 4/20/18, at the School of Philosophy, Letters and Human Sciences -FFLCH / USP. My thanks for his willingness. On the history of the EPARREH Collective, see Ribeiro (2013).

building community and school gardens in the outskirts of São Paulo and in the municipalities of Taboão da Serra and Embu. By 2010, the partnership with the government ended and collectives focused on environmental education and a cooperative of sowers were formed, which combined the work in the outskirts with middle class activists from the central districts of the city, originating the MUDA SP - Movimento Urbano de Agroecologia. This movement is aimed at promoting urban gardens in SP – experiences that were taking place in Europe and North America. The Permaperifa network also emerges in this period, linking several collectives of agroecological food production and/or distribution, as well as feminist and other activist groups involving black people from the outskirts. There are collectives in the northern and eastern zones, in Santo André and São Bernardo municipalities in a total of 20 groups directly involving about 150 people, according to the interviewee<sup>15</sup>.

### **Cooperapas (Agroecological Cooperative of Rural and Clean Water Producers of the Southern Region) - agroecological transition in the southern zone**

Organic agricultural production in the southern zone of São Paulo was researched by Badue (2007), Jesus (2016), Nakamura (2017) and Coradello (2015), among others. While the latter two deal specifically with Cooperapas, the first ones present a broader view of the region. Badue (2007) addresses particularly the insertion of organic products into school meals at a time prior to the formation of the afore mentioned cooperative, while Jesus (2016) researches youth and family farming. Cooperapas (Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo) was founded in 2011 and is, so far, the only agricultural cooperative in the city of São Paulo (NAKAMURA, 2017; CORADELLO, 2015). The main goals of this cooperative are to strengthen the access to markets for farmers in the region and to facilitate access to public policies aimed at family farming. As Gabanyi (2014) noted, only 10% of farmers in the southern zone are part of Cooperapas and do not practice the conventional pesticide-based farming.

The work by Badue (2007) observes the beginning of CAE Parelheiros' Diagnosis of Local Agriculture in 2006, when there were 107 farmers in the Parelheiros and Marsilac districts, 92% of which declared to adopt the conventional farming system, and 8% were adherent to the organic system (by self-declaration). Regarding the production, 69% consisted of vegetables and fruits, 29% of ornamental plants and 2% have left the activity. As to market operations, 42.9% goes to CEAGESP (Company of General Warehouses of São Paulo), 28% to open markets and 26.1% to middlemen; 14% (percentages overlap) are

---

<sup>15</sup> In a previous research, I mapped and analyzed the networks related to Hip Hop culture movements in the southern zone of São Paulo and found a series of initiatives related to organic agriculture and food security and sovereignty. See: Justo and Hardargh (2014).

allocated to other markets (fruit and vegetable stands, supermarkets, local markets etc.). Regarding land ownership, the vast majority reported being regular (between 73% and 88%).

Ten years later, Jesus' (2016) research presents the profile of a larger number of farmers and their working conditions in the southern zone of São Paulo. A group of technicians (including, during some time, the author herself) together with CAE Parelheiros – as mentioned by Badue (2007) – surveyed the farmers, between 2006 and 2012, and found a total of 316 people, in a total registered area of 4,756.3 ha, of which 1,251.9 ha were cultivated with temporary crops, 123.9 ha with perennial crops, 516.7 ha with pasture, 534.4 ha were fallow and 42.7 ha consisted of swamp/dale (these numbers are higher than those pointed out by IBGE, 2006). The crops are distributed as follows: ornamental plants in 256.6 ha; olericulture in 1,066.6 ha; eucalyptus in 146.6 ha; fruits in 74.2 ha and other crops in 167 ha. Out of the total respondents, 195 live in properties of up to 10 ha; 56, between 11 and 20 ha; 45, between 21 and 50 ha and 19 between 51 and 150 ha. It can be noted that due to the size of the area, some are considered family farmers and some are not, although they all live, basically, as family producers, even those with a larger area than that established by law to be regarded as a family farming. For 176 farmers, 100% of their income comes from agriculture and for the remainder, this percentage ranges from 90 to 30%. For more than 200 people, the use of family labor is predominant – even in case that young people went to live in the city, they come back to help with the harvest. For about 50 people, there is the use of waged external labor. For most, the status of the land is not regularized. Among the respondents, 137 belong to the rural union, 32 to some association and 30 to Cooperapas (JESUS, 2016).

Coradello (2015) systematizes, in her research, the experience of Cooperapas – of which she is also one of the founding members – remarking that most members of the cooperative are in “agro-ecological transition”, that is, they are gradually constructing agroecological knowledge in a process of learning and exchanging of knowledge, experiences and interpretations of the contexts in which they live and produce. The author reports the background of Cooperapas' creation. In 2010, a partnership between the State Government and São Paulo City Council created the *Protocolo de Boas Práticas Agroambientais* (Agro-Environmental Best Practices Protocol) in which a group of farmers committed to perform agro-ecological conversion, in a period of four years, eliminating the use of pesticides and chemical fertilizers and reforesting degraded areas, among other points. This allowed the farmers to participate in the Feiras de Agricultura Limpa (open markets of Clean Farming), in the Burle Marx Park and Ibirapuera Park or in the São Mateus open market, in the eastern zone. Earlier, in 2006, part of the farmers participated in activities promoted by the USP's Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP (Technology Incubator of Popular Cooperatives), and some projects were developed in

collaboration with Instituto 5 Elementos, an NGO that helped organize organic production. In 2009, the Associação de Agricultura Biodinâmica - AAB (Biodynamic Farming Association) carried out a project for the participatory certification of eight farmers in the region. About 100 farmers have gone through such processes. Interviews conducted by Coradello (2015) show that, regarding agroecology, some respondents answered that more than farming without use of pesticides it is an ecological production system; two respondents could not answer for not knowing the concept but showed an understanding of the idea and the practice.

Nakamura's (2017) research shows that Cooperapas farmers move between agroecology, organic agriculture and biodynamics. The study illustrates on a map the groups belonging to the biodynamic production, which comprise seven farms, and four farms that take part in SCO. It is worth noting the profile of cooperative's members identified by Nakamura (2017), which updates and complements previous researches. They see themselves as family farmers. There are people whose parents and grandparents were rural workers, others who sought to leave the urban environment without having a farmer's background and those who aimed to change their lives by becoming farmers. As for schooling, seven have higher education, five have completed high school, two have completed elementary school, two have not completed elementary school and two have no schooling. Only two respondents earn 100% of their income from agriculture, and the others depend on outside sources such as side jobs, holding events on the farm, and retirement pensions. Only one of them accessed the Pronaf (National Program for Strengthening Family Farming). The consumers of the production are restaurants, neighbors, acquaintances, Instituto Chão, organic open air markets, middlemen, groceries, and fruits and vegetables stands.

### ***The “forgotten” Guarani Mbya and the agroecology cause***

The struggle of the Guarani people is hardly depicted as part of the agroecology movement in the city of São Paulo. In the district of Parelheiros, indigenous lands grew from 52 ha to 16,000 ha. By 2010, they had a population of 1,000 people and officially only the villages of Tenondé Porã and Krucutu existed, with 26 ha each. Currently, the population is around 3,000 people, they won a declaration of demarcation of an area of 16,000 ha and it has 6 villages.

The article by Jerá Poty (2016) describes this process of recovering indigenous lands in the southern zone of São Paulo. The author, one of the leaders of this struggle, refers to the people's concern in 2012 about the lack of land to be able to reproduce the

Guarani way of life (*Nhandereku*)<sup>16</sup>. She herself was distressed for not having enough land to grow sweet potatoes, corn and cassava. According to Poty (2016), the Guarani people are characterized by being calm, patient and cautious, but patience had then reached its limit and they decided to begin demonstrations, such as closing the Bandeirantes Highway, and having a hearing with the then Minister of Justice. They decided to take back areas recognized as Guarani's ancestral lands, starting with one area whose alleged owner had abandoned it more than ten years ago. There they established the Kalipety village, where Poty is one of the leaders. In 2016, the then Minister of Justice, Eugênio Aragão, began to regularize some indigenous lands that were not under legal disputes. This offered them an opportunity and they then occupied the office of the Presidency of the Republic, in São Paulo (at Paulista Avenue). While the *Xondaro* (warriors) occupied this office, other leaders, such as Jerá Poty, went to Brasília to meet with the minister. She describes putting some of the hard, dry earth of Tenondé village on his desk along with packets of chips, crackers and sodas, and next to this, she put some of the black and fertile earth from Kalipety village, along with sweet potatoes, corn and cassava to show him the need for more land for a healthy life. He then pledged to sign the demarcation statement the next day in São Paulo.

During field work in Kalipety village, I participated in an interview with Jerá Poty<sup>17</sup>. She was then 38 years old, had studied pedagogy at USP and had a 16-year-old daughter (who attended, in Belo Horizonte, the IV National Meeting of Agroecology, in June 2018). She told that her work with the village youth began by 2008 or 2010. She, then, felt there was a certain atmosphere of dispersion in the village, young people were more interested in the "whites" (*juruaá*) culture than in their own. She, then, remembered that, as a child, she used to feel the ground shaking when the adults danced the *Xondaro*. She began to promote meetings with young people to dance. At first, they were stiff and shy, but after a month they were already loose and engaged. *Xondaro* serves as a basis for all activities in the village, such as planting, hunting, hiking. In her view, the process of recovering Guarani culture led to the struggle for territory expansion. They demanded the expansion of their lands from the federal government, but initially failed. They decided, then, to take over (occupy idle and ancestral indigenous land) and to start public demonstrations to press for demarcation of the indigenous lands. When they were invited to attend the opening ceremony of the 2014 Football World Cup, they took the opportunity to show a banner with the words "*demarcação já!*" (demarcation now!) (PACIORNIK, 2016). The main point is that the movement to rescue Guarani practices, dances, basketry and cultivations is related to the need for more land.

<sup>16</sup> For information on Nhandereku, Xondaro and Sacred Corn, see the documentaries available at: <http://videos.yvyrupa.org.br/nhandereko-nosso-modo-de-viver/>

<sup>17</sup> Interview conducted by the NGO Ashoka on 1/6/18 for the line of work: youth strategy in Latin America. My thanks to Jerá Poty for being willing to talk and show the crops.



For Poty, to be able to cultivate and one day be self-sufficient in food and way of life, her people need land. She aims to ensure that villages do not depend on the donation of basic food baskets and clothing. There are villages that are more dependent and some that are less. She gives the example of pasta: many have gotten used to eating it and now she has managed to have sweet potatoes and the village does not need to consume pasta.

After the interview, we went to see the fields. Poty first showed us a small patch of lettuce, sweet potatoes, beans and papaya. Next, we went to another house with fenced plots at both sides. The first, she said, was a kind of "agroforest" with corn, banana and cassava. When asked if it comprised an intercropping, she replied that this kind of planting is traditional among Guaranis – they have always planted different species together and never practiced monoculture. In the second plot, there were patches with beans, sweet potatoes, corn and yellow watermelon; they were beginning to sprout and the earth was covered with dry leaves. I asked if they used organic fertilizers and she said they did, but it still was not enough so they had to buy it. Consciously, she stands as part of the agroecology movement.

Considering what was observed in the villages of Parelheiros, it is fair to assert that the Guarani from Pico do Jaraguá village, in the northern zone of the city, need a greater territory.

### **Agroecology, socio-spatial and socio-territorial movements and urban farming**

Agroecology must be understood within the framework of socio-spatial and socio-territorial movements in the countryside and in the city (agrarian reform settlements such as the Communes of the Land, community gardens, organic producer associations, indigenous lands etc.). The conceptual discussions to guide interpretations shall include agroecology, socio-territorial and socio-spatial movements, and urban and peri-urban agriculture (UPA).

Studies have shown that a very small portion of agricultural production is organic and/or is in agroecological transition – only about 1% of the total according to estimates. So, its presence in the city of São Paulo is significant once it is higher than this estimate. However, a challenge is posed by contention regarding both ideas and agricultural practices. Hence the need of movements for its expansion.

There has been a long discussion on agroecology, which is not to be deepened here, although it is worth showing that it goes far beyond organic production. Different authors agree that agroecology refers to both a set of practices and to a science. As a science, Altieri (2012) defines Agroecology as the application of ecological concepts and principles to the design of sustainable agroecosystems, promoting a broad base in view of complex systems. However, the discussion involves a set of issues so intertwined that the approach to one issue individually is not enough to define agroecology.

In summary, six issues are involved in the conceptualization of Agroecology:

- 1) The pillars: ecology, ecosystems, environmental preservation, sustainability and cultural, social and economic dimensions. In Altieri's formulation, they are productive ecosystems that preserve natural resources, are culturally sensitive, socially fair and economically viable (ALTIERI, 2004, p. 21; 2012).
- 2) Agrobiodiversity: human creation of highly diverse agricultural systems that simulate the balance of nature; the more the variety, the better for soil, plant health and food supply (ALTIERI, 2004; 2012, p. 131; PRIMAVESI, 2016). Today's peasantry is a symbol of diversity, and biodiversity is associated with cultural diversity (BARTRA, 2011).
- 3) Practices that are specific to small peasant family farming (ALTIERI, 2012; BARTRA, 2011; MACHIN SOSA *et al.*, 2013). The presence of women in peasant organizations stands out (DESMARAIS, 2013). Public policies are fundamental (MACHIN SOSA *et al.*, 2013).
- 4) Knowledge dialogue between scientific knowledge and local peasant and indigenous wisdom (ALTIERI, 2012; MACHIN SOSA *et al.*, 2013)
- 5) The political struggles against the co-optation of agroecological discourse by capitalist industrial agriculture (ALTIERI and HOLT-GIMENEZ, 2016; GIRALDO and ROSSET, 2017).
- 6) The joint action with rural social movements for food sovereignty and defense of agroecology so that to guarantee it (ALTIERI and HOLT-GIMENEZ, 2016; DESMARAIS, 2013; GIRALDO and ROSSET, 2017). Here it is worth highlighting the MST's adherence to agroecology (DESMARAIS, 2013).

An additional point is that, if the presence of peasant social movements is central, then agroecology can be associated with socio-spatial and socio-territorial movements, as conceptualized by Fernandes (2005). Giraldo and Rosset's (2017) article started this approach by placing the current political dispute over agroecology as a territorial competition, either in the material sense or in the field of ideas. Fernandes (2005) explains that, unlike sociological studies on social movements, Geography is concerned with movement of space, its transformation into territory and the geographical space in its entirety. In socio-territorial movements, the land is essential to their existence. "Territorialized movements are those that act in various macroregions and form a network of relationships with political strategies that promote and foster their territorialization" (FERNANDES, 2005, p. 31). By breaking with the local scale, they organize networks that expand actions and spaces, the author explains. Recent work by the author states that public policies for family farming created during the former president Lula's period (2003 to 2016) enabled the "territorialization of agroecological production" (HALVORSEN, FERNANDES and TORRES, 2019, p.10).

### **Urban and peri-urban agriculture (UPA) and agroecology**

The work by Santandreu and Lovo (2007) is one of the first surveys on experiences of urban and peri-urban agriculture (UPA) in the Brazilian metropolitan regions. The authors studied eleven metropolitan areas – Belo Horizonte - MG, Curitiba - PR, Porto Alegre - RS, Rio de Janeiro - RJ, Sao Paulo - SP, Brasília - DF, Goiania - GO, Belém - PA, Fortaleza - CE, Recife - PE and Salvador – BA – noticing the presence of urban agriculture in all five regions of the country and identifying 635 initiatives. Of this total, 75% are in the state capitals and the remaining 25% in the surrounding cities. Plant production is the most frequent activity, both for own consumption (and for exchange or donation) and for selling. Transformation or value adding is too low. Of the total initiatives, 537 are of plant production, collection or extraction, 109 of raising animals, 12 of production of inputs, 248 of commerce, 175 of services and only 66 of transformation. Therefore, there are a variety of initiatives, and 53% of the experiences have more than one activity. Overall, 72% have production among their activities and 49% involve commerce (there is an overlapping). The presence of organic or agroecological production is of 50% in the South and Southeast and of 60% in the North and Northeast. However, it was not possible to assess how strict they are with such precepts. In the Midwest, 85% use conventional production methods.

The authors define UPA as the production, transformation and provision of services to generate agricultural and livestock products aimed at own consumption, exchanges and donations or commerce, by means of sustainable use of local resources and inputs. These are activities carried out in urban or peri-urban spaces, linked to urban or metropolitan dynamics and coordinated with the territorial and environmental management of cities. In addition, it should be guided by respect for local knowledge, promotion of gender equity, use of appropriate technologies and participatory management processes. Those who participate are individuals or groups, especially those in vulnerable conditions, such as women, the unemployed, migrants, children, young and old (SANTRANDREU and LOVO, 2007, p. 11). Finally, it is worth noting the typology presented by the authors about the places used. In private spaces, there are vacant plots, wastelands (either private or whose ownership is uncertain), roofs, backyards and green areas in housing estates. In public spaces, there is land (municipal, state or federal) of urban green areas, such as squares and parks; institutional, such as schools, day care centers, healthcare units, hospitals, prisons and buildings; in non-buildable sides such as railway, roads and avenues edges, watercourse margins, flooded areas and tracks under high-voltage power lines; in protected areas and in environmental treatment areas.

Damasio (2015) carried out a literature review on urban and peri-urban agriculture (UPA). He presents a final conceptualization of UPA as “practice of cultivating food, medicinal and aromatic plants and small-scale animal raising” in the urban and peri-urban

environment, “using idle spaces and local resources” and developed by marginalized populations, mostly women, aiming to meet nutritional, occupational, educational, therapeutic and social empowerment needs (DAMASIO, 2015, p. 14).

Commonalities are observed between the agroecology and urban agriculture discussions. Biazoti's (2017) essay confirms the convergence between the two.

## Final remarks

Urban garden movements constitute urban and peri-urban farming experiences, many of whose activists are advocates of agroecology. Taken in its technical sense, the described situation is, generally, one of agroecological transition – Cooperapas, for example, is characterized as such. The third step of the agroecological transition, which is the redesign of the whole organization of production, is something more complex and probably not yet accomplished in the different depicted experiences. By considering the six issues involved in agroecology, the situation seems more distant. However, the configuration of the set of experiences depicted from the city of SP and its surroundings shows the potential of agroecology movements to spread.

Agroecology issues (the pillars, agrobiodiversity, peasants, knowledge dialogue, fight against co-optation and the need for social movements) are present in the analysis of the whole map, but not in individual cases. In each case, some of the topics are present, but one is more prominent. Socio-spatial and socio-territorial movements are present, and the politicization of the struggle is clear in *Comunas da Terra*, among the Guarani and in the urban garden collectives. In the literature on Cooperapas, a dialogue is observed between traditional wisdom and scientific knowledge. The residents of the Comuna da Terra Irmã Alberta live a process of reconstruction of their peasant identity, being people of rural origin who lived in the metropolis for years.

The map summarizes the dynamics of agroecology in the city of São Paulo by the existence of two combined movements, one socio-spatial and the other socio-territorial. The socio-spatial movement is expressed through urban farming actions as community gardens in public or private areas, in coordination between residents, NGOs, activists, academics, MST militants and networks from the outskirts. It is present throughout the city in specific points such as vegetable gardens and in networks such as the Permaperifa and Hortelões Urbanos collectives, for example, located in the North, South, East and Center-West zones. When this socio-spatial movement appropriates a public square with the creation of a community garden, it becomes territorial because it enters the competition – with the public authorities and with other visitors – for the configuration and use of public space. The

Guarani struggle is clearly for food sovereignty, in the sense that the groups build it and the state must guarantee it.

The socio-territorial movement is found in the Cooperapas organic farmers' properties, in the Guarani indigenous villages of the southern zone and in the Comuna da Terra Irmã Alberta, in Perus, in the northern zone. Some militants or activists of agroecology socio-spatial movement make the connection with the Irmã Alberta Commune. Then, there is a feedback in which the socio-spatial and socio-territorial movements are consolidated and strengthened in their relationship with each other. The gain in scale will depend on the strength of the combination of movements and the gain in territories.

## References

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, 3ª. edição.

ALTIERI, Miguel & HOLT-GIMENEZ, Eric. Can Agroecology survive without being coopted in the Global North? In: **SOCLA (Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología) papers**, janeiro de 2016.

BADUE, Ana F. B. **Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros**, São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública – FSP/USP. São Paulo, 2007.

BADUE, Ana F. B. e GONÇALVES, Lucila P. A conquista do marco legal de AUP: a experiência de São Paulo (SP). In: SANTANDREU, Alain e LOVO, Ivana C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção**. Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, 2007.

BARTRA, Armando (Bartra Verges). **Os Novos Camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BIAZOTI, André R. A insustentável leveza hortalã: agricultura urbana como ferramenta de transformação. In: SORRENTINO, Marcos *et al.* (Orgs.). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017.

CORADELLO, Mara A. **Sistematização da experiência da CooperAPAs: uma cooperativa de produtores agroecológicos de Parelheiros**, São Paulo/SP. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade – FSP/USP. São Paulo, 2015.

DAMASIO, Mariana A. **Panorama da agricultura urbana e periurbana (AUP)**. Os potenciais de abrangência socioambiental das práticas de AUP. Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Instituto de Biociências – UNESP. Rio Claro, 2015.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Planejamento Agropecuário). **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Ano 8, No. 6, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>. Acessado em: 30/8/2018.

GABANYI, Samuel. A diversidade de práticas de agricultura urbana na cidade de São Paulo. **Informações Econômicas**. São Paulo, Vol. 45, No. 6, dez. 2015, p. 95-101.

GIRALDO, Omar F. e ROSSET, Peter M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements, in: **The Journal of Peasants Studies**, latest articles, Ago, 2017. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2017.1353496>. Acessado em: 30/1/18.

HALVORSEN, S., FERNANDES, B. M. e TORRES, F. V. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, Mar. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/24694452.2018.1549973>. Acessado em: 30/4/19.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário – 2006. Seleção feita a partir da Tabela 4.1 – Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios – 2006. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censo\\_Agropecuario/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/). Acessado em: 1/2/18.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Dados sobre produção Agropecuária por município, 2016**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2016/default.shtm>. Acessado em: 1/2/18.

JESUS, Aline D. F. **O papel da juventude na agricultura familiar na zona sul do município de São Paulo**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – IPPRI/UNESP. São Paulo, 2016.

JUSTO, Marcelo; HARDAGH, Claudia C. Direito à dignidade e ao desenvolvimento solidário na zona sul de São Paulo – Brasil. **Anais do Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: Aprendizagens Globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul**. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal, 2014. Disponível em: [http://alice.ces.uc.pt/coloquio\\_alice/wp-content/uploads/2015/08/Livro\\_DH.pdf](http://alice.ces.uc.pt/coloquio_alice/wp-content/uploads/2015/08/Livro_DH.pdf). Acessado em: 2/1/14.

MACHÍN SOSA, Braulio *et al.* **Revolução Agroecológica: o Movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acessado em: agosto de 2018.

NAGIB, Gustavo. **Agricultura Urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Geografia – FFLCH/USP, 2016.

NAKAMURA, Angélica Campos. **Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo**. Dissertação de mestrado apresentada do Depto. de Geografia – FFLCH/USP, São Paulo, 2017.

PACIORNICK, Victor F. **Xondaro**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, 2016.

PELLIZON, Simone Ap. Hortas comunitárias: um novo paradigma na produção e consumo de alimentos nas áreas urbanas. **Revista Orbis Latina**, Vol. 7, No. 2. Foz do Iguaçu – PR, julho de 2017.

POTY, Jera. “*Aguyjevete pra quem luta!*”. In: Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil 2011/2016**. São Paulo: ISA, 2016, pp. 789-792.) Disponível em: [https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/CGY\\_PIBAO2011-2016.pdf](https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/CGY_PIBAO2011-2016.pdf). Acessado em: 30/7/18.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do Solo Vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. [Primeira edição de 2006.]

RIBEIRO, Silvana Ma. **Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da promoção da saúde: a experiência do projeto Colhendo Sustentabilidade – Embu das Artes – SP**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública – FSP/USP. São Paulo, 2013.

SALGADO, Mariah R. e MARCOS, Valéria de. Economia Solidária na cidade de São Paulo – o caso das cooperativas de consumo. **Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Universidade Federal de Uberlândia, de 15 a 19/10/2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1058\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1058_1.pdf). Acessado em: 3/4/18.

SANTANDREU, Alain e LOVO, Ivana C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção**. Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, 2007.

---

## About the author

---

**Marcelo Gomes Justo** – Bachelor and Degree in Social Sciences (1993), Master (2000) and Doctorate (2005) in Human Geography by the University of São Paulo (USP). Post-doctorate in the Graduate Program in Territorial Development in Latin America and the Caribbean – TerritoriAL (IPPRI / UNESP). Researcher accredited by the Institute of Public Policies and International Relations (IPPRI / UNESP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1448-2149>.

---

## How to cite this article

---

JUSTO, Marcelo Gomes. Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: socio-spatial and socio-territorial movements. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

---

Received for publication July 25, 2019.  
Returned of review September 15, 2019.

Accepted for publication September 23, 2019.

---



# **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS**

**Queli Rejane da Silva Konzgen**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
e-mail: queliufpel@gmail.com

**Jussara Mantelli**

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.  
e-mail: jussaramantelli@furg.br

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é identificar as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelo Grupo Agroecológico do Remanso, no município de Canguçu/RS, para sua permanência e continuidade. A pesquisa se constitui em revisão bibliográfica sobre agricultura familiar e organização social dos produtores através da sistematização de dados primários e secundários. Para atingir o objetivo proposto, foram elaborados e aplicados roteiros de entrevistas com as dez famílias integrantes do Grupo Agroecológico do Remanso, com a representante do grupo e com os chamados “mediadores”. Dentre as estratégias detectadas no grupo do Remanso, a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural são as mais presentes e estão inter-relacionadas, ocorrendo concomitantemente e com certo grau de dependência entre elas. Pode-se afirmar, a partir dos resultados da pesquisa, que o grupo se encontra organizado e estruturado, mas com alguns problemas e desafios a serem enfrentados, como o que se refere à falta de mão de obra nas unidades familiares, o que dificulta a expansão da produção agroecológica e a própria reprodução da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Agroecologia; autoconsumo; associativismo; agricultura familiar.

## **Social and economic reproduction strategies of family farming: a study on the permanence and continuity perspectives of the Agroecological Group of Remanso – Canguçu/RS**

### **Abstract**

This work aims to identify the social and economic reproduction strategies adopted by the Agroecological Group of Remanso (Grupo Agroecológico do Remanso) located in the municipality of Canguçu/RS for their permanence and continuity. The research was conducted through a bibliographic review on family farming and social organization of the producers besides the systematization of primary and secondary data. In order to achieve the proposed objective, it was conducted interviews with all ten families of the Agroecological Group of Remanso, with the representative of the group and with the so-called "mediators". Amongst the strategies observed in the Remanso group, it can be cited the agroecology, self-consumption and rural associativism as the most present. All of these strategies are interrelated, occurring concomitantly and with a certain degree of dependence between them. It can be stated from the results of the research that the group is well organized and structured, but still lacks to face some problems and challenges such as the insufficiency of labor force in family units, which makes it more difficult to think of an expansion of agroecological production and the very reproduction of family farming.

**Keywords:** Agroecology; self-consumption; associativism; family farming.

**Las estrategias de reproducción social y económica de la agricultura familiar:  
un estudio sobre las perspectivas de permanencia y continuidad del Grupo  
Agroecológico do Remanso – Canguçu/RS**

**Resumen**

El objetivo de este trabajo es identificar las estrategias de reproducción social y económica adoptadas por el Grupo Agroecológico do Remanso, no município de Canguçu/RS, para su permanencia y continuidad. La investigación es una revisión de literatura sobre agricultura familiar y organización social de los productores a través de la sistematización de datos primarios y secundarios. Para lograr este propósito, se han desarrollado y aplicado guiones de entrevistas con los miembros de las diez familias del Grupo Agroecológico do Remanso, con la representante del grupo y con los llamados "mediadores". Entre las estrategias identificadas en el grupo Remanso, la agroecología, el autoconsumo y el asociativismo rural son los más presentes y están interrelacionadas, ocurriendo simultáneamente y con cierto grado de dependencia entre ellas. Se puede decir, a partir de los resultados de la investigación, que el grupo está organizado y estructurado, pero con algunos problemas y retos que tienen que enfrentar, como por ejemplo, la falta de mano de obra en las unidades familiares, lo que dificulta la expansión de la producción agroecológica y la reproducción de la agricultura familiar.

**Palabras clave:** Agroecología; autoconsumo; asociativismo; agricultura familiar.

**Introdução**

A agricultura familiar brasileira é uma importante categoria para o desenvolvimento social e econômico, sendo responsável por uma porção significativa da produção de alimentos consumidos no país, gerando renda e emprego no campo. O meio rural, para esse segmento da população, não é apenas um espaço de produção, mas de vida. Para garantir sua sobrevivência e reprodução social no meio rural, a agricultura familiar adota algumas estratégias direcionadas às unidades familiares ou às unidades de produção (PLEIN; SCHNEIDER, 2004).

Plein e Schneider (2004) declaram que a agroecologia é uma das estratégias de reprodução da agricultura familiar e compreende uma alternativa para os agricultores, já que existe procura por produtos diferenciados, sem o uso de agrotóxicos e não transgênicos. "A agricultura familiar tornou-se o principal *lôcus* para o desenvolvimento deste sistema de produção, visto que, as características particulares da organização familiar melhor comportam os princípios e práticas agroecológicas" (FINATTO; CÔRREA, 2011, p. 280).

Com base nessas considerações, esta pesquisa consiste em responder o seguinte questionamento: Quais as estratégias socioeconômicas desenvolvidas pelos agricultores familiares integrantes do Grupo Agroecológico do Remanso – Canguçu/RS para sua

permanência (presente) e continuidade (futuro) no meio rural? Para tanto, o objetivo consiste em identificar as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelo Grupo para sua permanência e continuidade.

Objeto de estudo desta pesquisa, o Grupo Agroecológico do Remanso encontra-se na localidade do Remanso – 1º distrito do município de Canguçu/RS, criado em 1995, por meio de um trabalho desenvolvido, principalmente, pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). O grupo é uma associação local ligada à Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL).

A escolha do município de Canguçu como área de abrangência do estudo justifica-se pela afinidade com a realidade do meio rural e por já haver desenvolvido pesquisas como participante de projetos no Município, onde é perceptível a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local. Observa-se também estratégias adotadas pela agricultura familiar, com destaque a Integração ao Complexo Agroindustrial e a previdência social rural, ocasionando a sua permanência e continuidade e um aumento considerável da produção, comercialização e consumo de produtos agroecológicos.

## **Metodologia**

Para atender o objetivo deste estudo, na primeira etapa da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a agricultura familiar do Brasil, sobretudo em livros e artigos científicos, por meio da qual foi possível identificar as principais estratégias de reprodução social e econômica desenvolvidas pela agricultura familiar.

A segunda etapa compreendeu a caracterização do município de Canguçu através da sistematização de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de dados primários coletados junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Agência Canguçu e da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA).

A terceira etapa foi a elaboração e aplicação de um roteiro com perguntas abertas, com a representante do grupo do Remanso. A entrevista aconteceu na segunda quinzena do mês de outubro de 2017, na Feira Agroecológica da ARPASUL - Canguçu. Concomitantemente, com a revisão teórica e a caracterização geral do município de Canguçu, considerou-se necessária uma pesquisa exploratória para a obtenção de informações gerais e verificação da possibilidade da realização do estudo no referido grupo.

A quarta etapa abarcou o levantamento de dados primários junto a todas as famílias pertencentes ao Grupo Agroecológico do Remanso. Durante o período da pesquisa, o grupo era constituído por dez famílias, cujas entrevistas foram realizadas durante a segunda quinzena do mês de julho de 2018 e na primeira quinzena do mês de agosto do

mesmo ano. A entrevista semiestruturada foi a principal técnica de coleta de informações no campo de pesquisa.

O recorte espacial da pesquisa é a localidade do Remanso que, de acordo com Peter (2011), está distante 30 km da sede urbana e é constituída por aproximadamente 80 famílias, principalmente descendentes de pomeranos e italianos. A escolha do recorte espacial justifica-se pela importante presença da agricultura familiar na localidade e especialmente, pela existência do Grupo Agroecológico do Remanso, o grupo agroecológico mais antigo do município.

A quinta etapa englobou a aplicação de entrevista com o presidente da ARPASUL, no mês de agosto de 2018, e com o técnico agrícola do CAPA, no mês de dezembro de 2018. Esses são os chamados mediadores do grupo, os principais parceiros que proporcionam a assistência técnica e desenvolvem um importante papel na organização produtiva e comercial. Vale ressaltar que as entrevistas realizadas tanto com os mediadores quanto com os agricultores foram gravadas com o conhecimento e consentimento dos entrevistados.

Na sexta etapa foi feita a transcrição das entrevistas realizadas junto aos agricultores e mediadores. Durante a transcrição, realizaram-se pequenos ajustes ortográficos. Como técnica de análise e tratamento dos dados, foi adotada a aproximação da análise de conteúdo, com a técnica de análise categorial, o tipo mais utilizado na análise de conteúdo e que ocorre

[...] por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples (BARDIN, 2011, p. 201).

Segundo Bardin (2011, p. 24) “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Conforme Godoy (1995), a aplicação da análise de conteúdo ocorre em três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise compreende a organização do material e a chamada leitura “flutuante”, ou seja, o primeiro contato com o documento (GODOY, 1995). O contato inicial com o material

[...] permitirá definir, com mais acuidade, quais documentos são mais promissores para se analisar esse problema, quais os objetivos da pesquisa, algumas hipóteses provisórias, assim como especificação do campo no qual deveremos fixar nossa atenção (GODOY, 1995, p. 24).

Nessa fase, uma vez que a análise de conteúdo necessita de um material textual para a aplicação dos procedimentos e como o roteiro usado na pesquisa caracterizava-se por questões abertas e fechadas, separaram-se as questões fechadas e as que não

apresentavam texto suficiente e aplicou-se uma tabulação simples. Para as demais questões, aplicou-se a análise de conteúdo, complementada por uma análise mais quantitativa e objetiva.

A exploração do material compreende, segundo Sodré (2016, p. 45), “o momento onde se finaliza o processo de categorização – já iniciado a partir do estabelecimento dos indicadores na pré-análise”. A categorização

[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos (BARDIN, 2011, p. 147).

Nessa fase da pesquisa foram definidas em conjunto com os agricultores as seguintes categorias: autoconsumo, agroecologia e associativismo rural; para os mediadores: agroecologia e associativismo rural.

O tratamento dos resultados engloba a análise dos dados e a interpretação do material. Nessa fase se alcança o objetivo da análise de conteúdo, ou seja, a chamada inferência (explicação do material e extração da compreensão do material).

Segundo Sodré (2016), na exploração do material também se realizam as operações de codificação, que representam

[...] uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto (BARDIN, 2011, p. 133).

Por fim, realizou-se a análise dos resultados e sua relação com a literatura selecionada, ressaltando que na análise de conteúdo não existe uma receita pronta, apenas algumas regras de base (BARDIN, 2011).

## **Discussão teórica**

Para realizar a pesquisa fez-se necessário buscar o entendimento dos conceitos presentes na literatura referente à Geografia Agrária. Um deles refere-se à agricultura familiar.

No final dos anos de 1980, o processo de redemocratização do Brasil propiciou um debate mais amplo sobre o desenvolvimento rural, estabelecendo-se criticidade à modernização da agricultura. Com isso, incorporaram-se, na Nova Constituição Federal de 1988, normas de reconhecimento de outras formas sociais, não dominantes de agricultura,

influenciando, na década seguinte, novas políticas públicas e o surgimento da expressão “agricultura familiar”, a qual se tornou um segmento consagrado, caracterizado pela associação entre trabalho, família e produção (WANDERLEY, 2017).

Para Seyferth (2011, p. 400-401), o caráter familiar da pequena produção agrícola no país passou a ser

[...] enfatizado a partir da categoria “agricultor familiar”, e seu qualificador, a “agricultura familiar”, uma expressão que põe em evidência o Estado e a política de reconhecimento de direitos territoriais, bandeira de luta dos movimentos pela reforma agrária, pauta das mais antigas e nunca implementada na proporção desejada pelos atores sociais, e pela legitimação da posse da terra por grupos etnicamente definidos.

Segundo Schneider e Cassol (2017), existe certo consenso entre os pesquisadores de que a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) fez com que a agricultura familiar passasse a ser reconhecida socialmente e politicamente pelo Estado. Este programa surgiu através do Decreto Nº 1946, de 28 de junho de 1996, resultante da luta do movimento sindical ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG). É neste cenário de aproximação política e social no país que surge o PRONAF, como um elemento comprobatório da tentativa governamental de criação de políticas que atinjam de fato todas as camadas sociais do processo produtivo agrícola. Essa política pública foi criada:

[...] para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Deve-se ressaltar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel decisivo na implantação do programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais, pois permitiria a estes o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, até então negligenciados aos agricultores familiares (MATTEI, 2014, p. 71).

Através da implantação do PRONAF, os agricultores familiares foram formalmente reconhecidos como atores sociais. Antes vistos como “os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores” (WANDERLEY, 2009, p. 308).

A Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerada balizadora na formalidade do termo “agricultura familiar” e um marco da valorização dessa categoria. A referida lei é usada para fins de financiamento junto às instituições e para acessar políticas públicas. Para efeitos desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas

atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para Schneider e Cassol (2017), o agricultor familiar constitui-se de uma família que trabalha sobre um pedaço de terra (com poucos hectares e nem sempre de sua propriedade), desenvolvendo atividades agrícolas, ou seja, gerando uma produção agroalimentar para o autoconsumo e, cada vez mais, para o mercado.

A terra é de fundamental importância para a reprodução social e econômica da família. É através dela que a família assegura seu sustento e a permanência na produção agrícola. E a relação com a terra, de acordo com Porto (2004, p. 89), “extrapola a função econômica, ou seja, a preservação do meio ambiente, pois o negócio e a residência estão no mesmo espaço rural”.

A agricultura familiar utiliza critérios para a exploração não apenas do ângulo da produção e rentabilidade econômica, mas considera as necessidades da família e, ao contrário do modelo patronal, no qual ocorre a separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes estão unidamente relacionados (HECHT, 2000).

Carmo (2008) elenca que a participação do segmento familiar na geração econômica do país é essencial e, mesmo:

[...] preocupados com a sobrevivência do grupo familiar, e, portanto, com a produção para seu consumo, os agricultores, no seu conjunto e como estratégia reprodutiva, buscam por renda monetária, e para tal, mantêm uma oferta de excedentes que é bastante significativa, principalmente quando associada aos produtos de mercado interno. O que não quer dizer que também não produzam outros itens da pauta de exportação do agronegócio brasileiro (CARMO, 2008, p. 34).

Com notável importância para o desenvolvimento econômico e social do país, esse segmento ainda precisa de maior amparo do Estado, como o acesso mais efetivo à reforma agrária, criação de novas políticas públicas e ampliação das existentes para a comercialização da produção.

As políticas públicas voltadas para a agricultura, como a reforma agrária e o incentivo à produção agroecológica, trazem retornos significativos, além de econômicos, ambientais e sociais, no que concerne à produção alimentar e a preservação dos recursos naturais.

A produção agrícola familiar brasileira sempre adotou uma diversidade de estratégias de reprodução social e econômica, as quais, conforme Silva e Hespanhol (2016) são elementos centrais para entender as transformações desse grupo social para sua sobrevivência e permanência no meio rural. Essas estratégias são caracterizadas como:

[...] um conjunto de ações racionais, em que cada membro da família tem a necessidade de assegurar, ao mesmo tempo, a própria reprodução, e a do grupo, tendo sempre a consciência dos mecanismos que podem proporcionar tais objetivos, como a tradição e a vinculação ao processo moderno de viver e produzir (LAMARCHE, 1998 apud SILVA; HESPANHOL, 2016, p. 409-410).

As estratégias apresentadas podem ser entendidas como as diversas atividades desenvolvidas pelo grupo familiar para sua reprodução social e permanência no meio rural, englobando atividades ligadas à agropecuária, ao modo de produção, à inserção no mercado e à venda da força de trabalho.

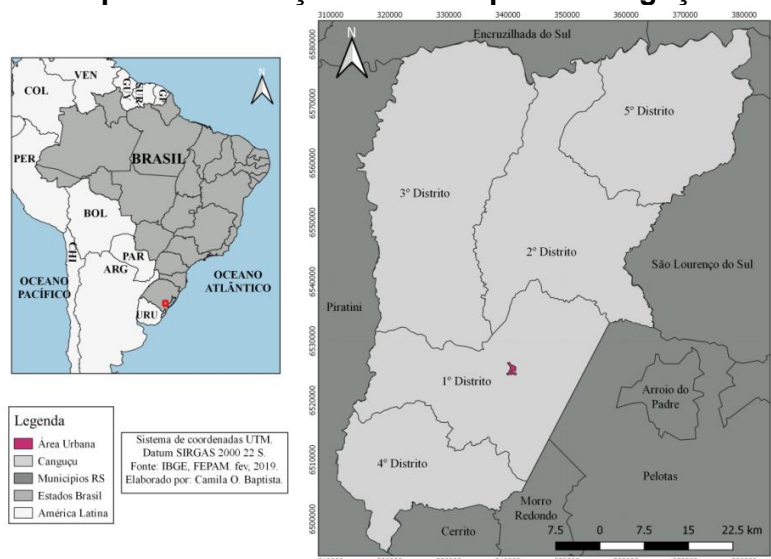
Através da revisão teórica feita no decorrer da pesquisa, determinou-se como as principais estratégias sociais e econômicas da agricultura familiar: autoconsumo; agroecologia; integração ao complexo agroindustrial; pluriatividade; migração; acesso às políticas públicas; previdência social rural; associativismo e cooperativismo rural. Essas estratégias serão discutidas ao longo do artigo. Já no contexto empírico observou-se que para o Grupo Agroecológico do Remanso, destacam-se as estratégias: autoconsumo, agroecologia e associativismo rural.

## **Resultados e discussão**

O município de Canguçu está localizado na região fisiográfica da Serra do Sudeste, no Escudo Cristalino Sul-rio-grandense (Figura 1). Situado a aproximadamente 52 km do município de Pelotas e a 274 km de distância de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Emancipou-se do município de Piratini no ano de 1857, com uma área de 3.252 km<sup>2</sup>. A área de estudo é dividida em cinco distritos: o primeiro distrito concentra a sede municipal e as localidades mais próximas da sede; os outros quatro distritos localizam-se mais distantes da parte urbanizada.



**Figura 1: Mapa de localização do município de Canguçu/RS**



Fonte: Elaborado por Camila O. Baptista, 2017.

O município de Canguçu é conhecido como a “Capital Nacional da Agricultura Familiar” por apresentar o maior número de pequenas propriedades familiares. Conforme o Censo Agropecuário (2006), o município contava com 9.881 estabelecimentos agropecuários, dos quais 8.774 eram estabelecimentos familiares e 1.107 eram estabelecimentos caracterizados como não familiares.

Diferentemente da realidade da maioria dos municípios brasileiros, neste ainda predomina a população rural, ou seja, do total de 53.259 habitantes, 33.565 (63,02%) residem na área rural e sobrevivem de atividades relacionadas à agricultura (IBGE, 2010).

A integração ao Complexo Agroindustrial do tabaco representa a estratégia socioeconômica mais adotada pela agricultura familiar do município como um todo. De acordo com a AFUBRA (2018), Canguçu é o maior produtor de tabaco do Brasil desde 2016, e no ano de 2018, 5.432 agricultores familiares estavam envolvidos nesse tipo de produção.

Outra estratégia de reprodução predominante na agricultura familiar do município de Canguçu é a previdência social rural. Na Tabela 1, pode-se verificar que benefícios rurais constituem grande parte dos benefícios concedidos pela previdência social do município. Observa-se que no ano de 2017 o município apresentava 19.776 beneficiários e, desse total, 14.205 eram rurais e o restante urbanos. Considerando o número de beneficiários rurais no ano de 2017 e levando em conta que cada um recebe um salário mínimo (na época o salário mínimo era de R\$ 937,00), constata-se que apenas no referido ano mais de 170 milhões de reais giraram no município.

**Tabela 1: Número de beneficiários do INSS do município de Canguçu no período de 2010 – 2017**

Ano	Urbano	Rural	Total
2010	4.173	12.672	16.845
2011	4.462	13.056	17.518
2012	4.723	13.329	18.052
2013	4.992	13.576	18.568
2014	5.241	13.834	19.075
2015	5.319	13.941	19.260
2016	5.371	13.969	19.340
2017	5.571	14.205	19.776

Fonte: INSS – Agência Canguçu, 2018.

Para Plein e Schneider (2004), a previdência social rural é uma importante estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar e não é possível atualmente compreender essa categoria exclusivamente do ponto de vista da produção agropecuária, sendo imprescindível entender a relação entre a previdência rural e a agricultura familiar.

Finalmente, a produção do tabaco em Canguçu se constitui em uma atividade agrícola que gera renda e emprego, visto que grande parte da população, principalmente do meio rural, está ocupada com este cultivo. As atividades relacionadas ao tabaco e à aposentadoria rural são as estratégias de reprodução que predominam na agricultura familiar da área de estudo e se apresentam como indispensáveis para a permanência da população no meio rural e permitem o aumento de consumo de produtos urbanos, alterando assim, o modo de vida. Também é uma importante estratégia na promoção do desenvolvimento, tanto rural quanto urbano, visto que, especialmente através do consumo intenso no comércio local por parte dos fumicultores e aposentados rurais, ocorre o desenvolvimento e fortalecimento do comércio da área urbana do município.

### **Caracterização geral do Grupo Agroecológico do Remanso**

O Grupo Agroecológico do Remanso é composto por 10 famílias de agricultores agroecológicos e durante a pesquisa considerou-se sempre o grupo familiar como unidade de análise. O grupo estudado é constituído por um total de 32 pessoas, sendo 16 do sexo feminino e 16 do sexo masculino. Quanto à faixa etária, predomina a força de trabalho ativa, ou seja, 53% da população está na faixa etária de 20 a 59 anos.

Sobre a escolaridade, do total de membros das famílias pesquisadas, 19 possuem o ensino fundamental incompleto, sendo nove do sexo feminino e dez do sexo masculino. Duas pessoas, do sexo feminino, possuem o ensino fundamental completo. Quatro têm o ensino médio incompleto, duas do sexo feminino e dois do sexo masculino. Seis têm o ensino médio completo, destes, três do sexo masculino e três do sexo feminino. E um, do

sexo masculino, não está em idade em idade escolar. Com isso, constata-se uma baixa escolaridade de pouco mais da metade da população de ambos os sexos que compõe as famílias entrevistadas. Vale ressaltar que, das 19 pessoas que possuem o ensino fundamental incompleto, quatro ainda estão cursando este nível, sendo três da faixa etária entre 0 a 9 anos, e um da faixa etária entre 10 a 19.

Nota-se que os membros das famílias com menor grau de instrução formal pertencem à população a partir dos 30 anos de idade. Essa baixa escolaridade é consequência da inexistência, até o início do século XXI, de escolas com ensino fundamental completo no meio rural. Com isso, devido às condições financeiras dos pais, que não conseguiam manter seus filhos nas escolas no meio urbano, e a que os filhos tinham que auxiliar nas tarefas da unidade familiar, principalmente as atividades agrícolas, essa população acabou impossibilitada de concluir a educação formal.

Dentre as dez famílias entrevistadas, os casais tiveram um total de 25 filhos, dos quais 11 migraram para as cidades, principalmente de Canguçu, Pelotas e Piratini em busca de estudo, trabalho e por causa de relações familiares. Do total de migrantes, seis atualmente possuem o ensino superior completo, uma em Licenciatura em Geografia, um em Ciência da Computação, uma é Mestre em Educação, um é Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, uma é Tecnóloga em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural e uma é formada em Administração. Além disso, a filha de um dos entrevistados está cursando ensino superior em Letras.

Nenhum dos migrantes retornou para a propriedade familiar. Mas dois, por exemplo, retornaram ao meio rural de Pelotas, porém não desenvolvem atividades ligadas à agricultura. Alguns estão trabalhando em instituições ligadas à agricultura, como o CAPA e a Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL). Uma possui um negócio próprio de Minijardins e Flores no interior do município de Vera Cruz/RS. Vale ressaltar que nem todos os filhos que não migraram estão envolvidos na atividade ligada à agricultura. Um, por exemplo, é caminhoneiro e apenas reside na propriedade dos pais.

“A migração do campo para a cidade, e desta para as cidades maiores, se dá sempre, na direção dos centros urbanos maiores onde a criação de atividades e empregos é mais efetiva” (FONTOURA, 2016, p. 1660).

Permanece como uma relação de trabalho, a ajuda mútua entre os pais e os filhos que migraram, que se limita aos finais de semana, quando os filhos visitam a propriedade dos pais e desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas dentro da propriedade. Ainda, os pais ajudam na sobrevivência dos seus filhos, pois esses levam da propriedade alimentos *in natura*, produtos caseiros e até mesmo mudas para serem plantadas na cidade.

Quanto a propriedade da terra, dos dez agricultores pesquisados, seis são proprietários, dois são proprietários e trabalham em parceria e dois trabalham apenas em

regime de parceria. Além da condição de proprietário, faz-se presente a condição de parceria, cuja forma não capitalista do uso da terra é uma estratégia que os agricultores aderem para desenvolverem sua produção e ampliar a área de cultivo. A parceria, realizada na área de pesquisa, ocorre entre membros da mesma família, como por exemplo, o filho planta em uma determinada parcela de terra dos pais de maneira formal (contrato de parceria) ou informal.

Com relação ao tamanho das propriedades, estas variam de 0,5 a 21 hectares. Apesar dessa diferença entre as dimensões, notou-se que todas as famílias se reproduzem e os agricultores permanecem no meio rural desenvolvendo a agricultura agroecológica.

Referente à formação da renda nas propriedades, todos os agricultores vendem produtos agrícolas. Destes, sete vendem produtos da pecuária e seus derivados, cinco responderam que pelo menos um membro da família é aposentado ou pensionista do INSS, um desempenha atividades agrícolas fora da propriedade e seis do total de agricultores estudados disseram que parte da renda é formada por atividades não agrícolas dentro da propriedade.

Os agricultores associados ao Grupo Agroecológico do Remanso produzem uma grande diversidade de produtos agrícolas, dentre eles: abóbora, abobrinha, cenoura, beterraba, alface, temperos verdes (salsa e cebolinha), rúcula, repolho, brócolis, tomate, espinafre, fava, feijão, ervilha, couve, couve-flor, pepino, mostarda, rabanete, pimentão, cebola, alho, vagem, mandioca, batata-inglesa, batata-doce, amendoim, fumo ecológico, milho verde, milho, maracujá, laranja, morango, uva, caqui, limão, melão e figo. Quando questionados sobre quais produtos agrícolas são produzidos, percebeu-se a dificuldade em responder a essa pergunta, pois existe uma grande diversidade de cultivos nas propriedades e os agricultores não têm ideia da totalidade de quais e quantos produtos são produzidos. Percebe-se que o desenvolvimento da produção se dá tanto com o uso de técnicas tradicionais, quanto com o uso de técnicas da modernização da agricultura, como estufa, uso de máquinas, implementos agrícolas e sistema de irrigação.

Os produtos agrícolas, com exceção do fumo ecológico e do milho, são comercializados junto às feiras da ARPASUL. O grupo participa de três feiras durante a semana, sendo duas na cidade de Pelotas e uma em Canguçu. Alguns agricultores comercializam uma pequena parcela da produção para programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), via Cooperativa Sul Ecológica, e um agricultor vende alguns produtos como laranja, alho e ervilha para um restaurante ecológico da cidade de Pelotas.

Na questão da venda dos produtos nas feiras, os produtores do Remanso possuem uma forma de organização particular, na qual nem sempre todos os produtores se deslocam até os centros urbanos onde se localizam as feiras para a comercialização dos produtos. Os

que participam diretamente nas feiras se deslocam com o meio de transporte (caminhão) da associação e, além dos seus produtos, levam e comercializam a produção dos que permanecem na propriedade.

Vale salientar que uma grande dificuldade enfrentada pela população que reside no meio rural da localidade do Remanso é a falta de acessibilidade das estradas, dificultando diretamente a saída dos agricultores do grupo da propriedade para escoar sua produção e aumentando os gastos com a manutenção do caminhão. Essa população se sente desamparada pelo governo municipal e estadual quanto à manutenção das estradas.

A agroecologia prioriza a comercialização através dos chamados circuitos curtos, ou seja, a venda direta. A feira é um exemplo de circuito curto (SAGAZ, 2006). Na realidade estudada, observa-se que esse tipo de venda compreende uma estratégia viável que proporciona a comercialização da produção, valorização monetária do produto, relação com o consumidor, renda e entrada de dinheiro semanal para as famílias.

Todos os membros das famílias pesquisadas estão envolvidos no trabalho na propriedade, mas quanto à comercialização, o envolvimento depende de cada família. Geralmente há um mesmo participante de cada família e os feirantes são homens, mulheres e jovens.

O fumo ecológico é cultivado por um dos entrevistados, sendo esta produção integrada com a indústria *Japan Tobacco International* (JTI). O agricultor informou que, devido à produção ser orgânica, ele recebe no final da safra, considerando a média final, um incentivo de 60% em dinheiro a mais do que o produto convencional. Esse tipo de produção (fumo ecológico) gera renda, mas é um produto não alimentício, exportado, considerado uma *commodity* agrícola e sua finalidade é essencialmente para a fabricação de cigarro.

O milho é produzido principalmente para a alimentação dos animais, e o seu excedente é comercializado. Esse tipo de cultivo apresenta vários propósitos, pois é usado tanto na alimentação humana quanto na dos animais, e a palha do milho que não é utilizada serve como adubação para recompor a matéria orgânica no solo, prática comum nas propriedades familiares.

Os agricultores criam os seguintes animais: porco, galinha, pato, ovelha, carneiro, gado de corte, gado leiteiro e peixe. A criação de animais e seus derivados, como carne, leite, ovos, queijo e manteiga são essencialmente para o consumo alimentar das famílias, podendo o excedente ser comercializado nas feiras, dependendo da produção de cada propriedade e das normas atribuídas para a comercialização dos produtos de origem animal.

Segundo Tosetto, Cardoso e Furtado (2013), a criação de animais é essencial no sistema de produção agroecológica, porquanto gera a produção de esterco reduz ou elimina a compra de insumos externos, que podem conter vestígios de agrotóxicos. A criação de

animais proporciona diversidade produtiva, contribuindo na segurança alimentar das famílias e gerando renda com a venda do excedente da carne e seus derivados.

Na produção agroecológica, a diversificação produtiva, como a produção de hortaliças, verduras, frutas e criação de animais são de suma importância. Uma propriedade diversificada apresenta menor ataque de doenças, solos mais equilibrados, maior uso dos insumos, como o esterco, maior diversidade de alimentos para o autoconsumo familiar e maior chance de ter uma renda mensal (ALTIERI; SILVA; NICHOLLS, 2003).

Ainda com relação à formação da renda nas propriedades, os agricultores informaram que os recursos recebidos em forma de aposentadoria e pensão são investidos na propriedade. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG, 2016), o acesso à previdência social rural, além de contribuir para a subsistência do beneficiado e de sua família, é usado, em muitos casos, para o financiamento das atividades produtivas da unidade familiar, ocorrendo assim, a continuidade da família no desenvolvimento da agricultura.

Relativo ao exercício de atividades agrícolas fora da propriedade, o marido de uma das entrevistas é empregado rural e pouco se envolve com a produção agroecológica na propriedade familiar.

Quanto às atividades não agrícolas dentro da propriedade, o marido de uma das entrevistadas possui uma mecânica de trator dentro da propriedade; uma entrevistada vende artesanato doméstico; existe a confecção de produtos caseiros, como suco de uva, mel, rapadura, extrato de tomate, entre outros. Cabe salientar que não há agroindústrias familiares e, quando algum tipo de produto, como tomate, por exemplo, excede a demanda de venda *in natura*, seu extrato é processado e produzido, de forma artesanal. Segundo a visão de Schneider (2001) e Sacco dos Anjos (2003), quando pelo menos um dos membros da família combina atividades agrícolas e não agrícolas, que tanto pode ser desenvolvida dentro ou fora da unidade familiar, mantendo a moradia no meio rural e ligação com a agricultura, isso compreende o fenômeno da pluriatividade. Segundo Sacco dos Anjos (2003, p. 246), a pluriatividade propicia:

[...] que os componentes de unidade familiar executem diversas atividades no interior ou fora da sua exploração agrária, com a finalidade de obter um ingresso econômico correspondente, de forma a que a convencional identidade entre família e unidade de produção deixa de existir.

Referente à atividade com maior importância econômica para as famílias pesquisadas, observa-se o predomínio da venda de produtos agrícolas. Para oito dos entrevistados, é a venda de produtos agrícolas; uma respondeu que é a venda de produtos da pecuária e seus derivados e para uma entrevistada, além da venda de produtos

agrícolas, é a venda de produtos da pecuária e seus derivados e a atividade agrícola fora da propriedade.

Uma das instituições parceiras do Grupo Agroecológico do Remanso é a ARPASUL e segundo a entrevista realizada com o presidente da instituição, a mesma foi fundada em 17 de setembro de 1995 e tem como objetivo proporcionar aos agricultores um espaço de venda dos seus produtos, evitando, assim, a figura do intermediário. O grupo do Remanso está ligado a esta instituição desde o princípio, nasceu com a ARPASUL, como relatou o entrevistado. Essa instituição é constituída por 23 famílias, distribuídas nos seguintes municípios da região Sul do Rio Grande do Sul: Pelotas (quatro famílias); Morro Redondo (quatro famílias); Arroio do Padre (três famílias); Canguçu (onze famílias); Turuçu (uma família).

O CAPA é a outra instituição parceira e conforme entrevista com o técnico agrícola dessa instituição, o Centro foi fundado em 1978, pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O principal objetivo dessa instituição é levar comida boa à mesa de cada um dos cidadãos e não somente às classes sociais com maior poder aquisitivo. A instituição presta assistência técnica, realizando no início de cada ano uma reunião com os agricultores integrantes do grupo pesquisado, na qual se planeja a programação anual. Durante o ano, ocorrem reuniões trimestrais com o grupo e no intervalo entre as reuniões, o técnico agrícola visita as propriedades, fazendo-o também quando é solicitado algum tipo de atendimento pelo agricultor.

### **Estratégias predominantes desenvolvidas pelo Grupo Agroecológico do Remanso**

Com relação à produção para o autoconsumo, os produtos que são produzidos na propriedade, além de serem comercializados nas feiras, são consumidos pelas famílias do grupo. Porém, nem tudo o que é consumido é produzido na unidade familiar. As famílias ainda compram essencialmente os seguintes produtos: arroz, açúcar, sal, café, farinha, massa e erva-mate. Existem algumas famílias que compram feijão, porque este produto não se adapta às condições climáticas da região; uma propriedade, devido ao tamanho, acaba não conseguindo criar animais que supram o consumo da família e, com isso, compram carne quando necessário.

Sobre a importância da produção para o autoconsumo para as famílias estudadas, com base no uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade), percebeu-se que a importância mais citada desse tipo de produção está ligada à questão da economia monetária, seguida da qualidade do produto.

A produção para o autoconsumo possui importância no que diz respeito à questão da economia monetária, pois, ao produzirem para o consumo familiar, as famílias não precisam gastar com a compra destes. De acordo com Grisa, Gazolla e Schneider (2010), o autoconsumo constitui-se como uma renda não monetária, pois propicia a economia de recursos na compra de alimentos nos mercados, permitindo que as famílias rurais façam uso desse recurso economizado em outras necessidades para a sua reprodução social.

Em segundo grau de prioridade, os agricultores consideram que a importância do autoconsumo está ligada à qualidade do produto, pelo fato de estarem consumindo seus próprios produtos, alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, colhidos e preparados frescos, com gosto diferente dos que são vendidos no supermercado, produtos cuja origem os agricultores conhecem e que diretamente influenciam na qualidade de vida dessas famílias e na própria saúde.

Para Gazolla e Schneider (2007), é através da produção para o autoconsumo que os agricultores garantem sua Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ainda no que se refere à produção do próprio consumo

[...] na agricultura familiar torna-se essencial visto estar intimamente ligada à continuidade da reprodução social e alimentar dos membros do grupo doméstico. A produção para autoconsumo é importante para as unidades familiares à medida que propicia as principais dimensões da segurança alimentar. Nesse caso, a sua relevância reside justamente no fato de ser uma produção obtida pelo próprio agricultor e sua família são partes integrantes da dinâmica maior de reprodução social e alimentar das mesmas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 17).

Sobre a categoria agroecologia, os agricultores entrevistados, antes de aderirem a essa forma de produção, cultivavam no sistema convencional de forma geral, principalmente milho, soja, feijão, cebola, trigo, batata-inglesa e fumo. Alguns dos agricultores mais antigos relataram que trabalhavam de forma agroecológica com seus pais, mas com a revolução verde algumas propriedades aderiram aos pacotes tecnológicos. Machado e Filho (2014, p. 36) destacam que a agroecologia é compreendida

[...] como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem veneno, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala.

Referente ao ano em que os agricultores começaram a trabalhar de forma agroecológica foi constatado que uma agricultora desenvolve a produção agroecológica desde 1992, tendo começado esse tipo de produção na sua antiga propriedade localizada no município de Pelotas. Cinco agricultores produzem ecologicamente desde 1995, ano da



fundação do Grupo Agroecológico do Remanso, da ARPASUL e da primeira Feira Agroecológica da ARPASUL localizada na Avenida Dom Joaquim – Pelotas. Um dos agricultores produz de forma agroecológica desde 2006 e, outra agricultora, desde 2017. Ademais, dois agricultores sempre trabalharam de forma agroecológica, sendo estes filhos de um dos membros fundadores do Grupo Agroecológico do Remanso, cuja filha está ligada como família associada desde 1995 e o filho desde 2016.

Quanto aos produtos cultivados de maneira agroecológica, apenas um dos produtores não se encontra totalmente inserido. Em uma das propriedades familiares pesquisadas ainda é feito o cultivo do milho no sistema convencional, mas sem o uso de sementes transgênicas e nem agrotóxicos, apenas se utiliza ureia. Esse cultivo está em área separada da produção agroecológica da propriedade, porém é usado na alimentação dos animais da unidade familiar e o excedente é comercializado. As demais propriedades cultivam todos os produtos no sistema agroecológico.

Os agricultores, ao serem questionados sobre o motivo da opção por produzir de forma agroecológica, elencaram em primeiro lugar a renda, em segundo a saúde, e em terceiro a autonomia, sendo isso percebido através do índice de codificação ordem (critério de prioridade).

A renda é a causa mais citada pelos agricultores quanto à opção pela produção de forma agroecológica, pois alguns produtores não estavam conseguindo sobreviver com a produção convencional. Como alternativa de renda, surgiu o trabalho com a agroecologia, propiciando renda, condições dignas de sobrevivência e, conseqüentemente, a permanência desses agricultores no meio rural. A segunda causa mais citada está relacionada a questões de saúde, tanto dos agricultores quanto dos consumidores. Algumas famílias, antes de adotarem o sistema agroecológico, estavam com problemas de saúde devido ao uso de agrotóxicos no cultivo, principalmente de tabaco. A terceira causa mais citada compreende a autonomia. A agroecologia promove relativa autonomia dos agricultores frente à modernização agrícola, como, por exemplo, a integração aos Complexos Agroindustriais (CAIs) de fumo. Segundo Müller (1989), os CAIs são produtos da modernização, considerando a agricultura e a terra como mercadoria. A atividade agrícola fica subordinada à indústria de máquinas/insumos e à agroindústria processadora e beneficiadora da produção agrícola.

Num primeiro momento com a aplicação do índice de codificação ordem (critério prioridade), constatou-se que os fatores mais citados quanto à importância da agroecologia, foram: 1º) Renda; 2º) Produção de alimentos saudáveis; 3º) Modo de vida. Tanto a importância quanto ao grau de prioridade foram identificados entre os agricultores e mediadores, com isso, posteriormente foi usado o índice de coocorrência (critério equivalência). Com isso, tanto para os agricultores quanto para os mediadores, a

importância da agroecologia está ligada, em primeiro lugar, à questão da renda, pois esse tipo de produção proporciona renda monetária e conseqüentemente a sobrevivência das famílias, não apenas com o consumo dos próprios alimentos produzidos, mas com sua venda. Em segundo lugar, a produção de alimentos saudáveis, relacionada à produção limpa, sem o uso de insumos químicos. E, em terceiro lugar, a agroecologia é importante por se tratar de um modo de vida, ou seja, essa forma de produção faz parte da vida das famílias.

A Figura 2, elaborada através do uso do índice de coocorrência (critério equivalência), demonstra que as perspectivas da produção agroecológica, tanto para os agricultores quanto para os mediadores, são de aumento do consumo e da produção. Cada vez mais a população está preocupada com a saúde, procurando alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, e isso acaba gerando uma crescente demanda por esses alimentos e, conseqüentemente, o aumento da produção agroecológica.

**Figura 2: Perspectivas da produção agroecológica na visão dos agricultores e mediadores**



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

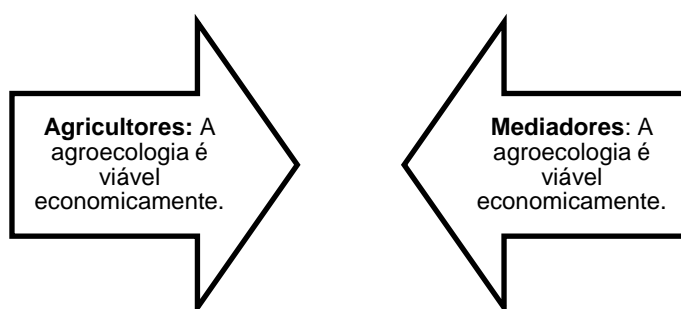
Através do uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade), identificou-se que o limitante da produção agroecológica mais citado pelos agricultores compreende a falta de mão de obra na unidade familiar. Esse limitante vem seguido da mudança de consciência do consumidor e da produção dos próprios insumos, ou seja, a quantidade de insumos produzidos (esterco bovino, de vaca, de aves, suíno e inseticidas naturais) na propriedade não é suficiente. Foi elencada também a falta de incentivo governamental e a restrição da venda de alguns produtos na feira, principalmente os derivados da pecuária. A venda desses produtos é restrita, pois, segundo o entrevistado, é necessário que os agricultores detenham um determinado selo para esse tipo de venda e, para consegui-lo, a burocracia é enorme. Outro limitante é o conflito com os vizinhos. Na localidade do Remanso predominam os cultivos de fumo e de soja, e uma vez que se trata de pequenas propriedades com localização muito próxima, ocorrem conflitos com os vizinhos, que plantam fumo e fazem uso de agrotóxicos nesse cultivo, comprometendo a produção agroecológica, como relatado por uma das agricultoras entrevistadas. Por fim, o clima é

considerado um limite dentro da produção agroecológica, como por exemplo, estiagem, alto índice de precipitação pluviométrica, chuva de granizo, entre outros, o que acaba influenciando diretamente na produção.

Cabe ressaltar que dois dos agricultores entrevistados responderam que não existe nenhum limite quanto à produção agroecológica, pensamento compartilhado por um dos mediadores. Já o outro mediador pesquisado citou no mesmo grau de relevância os seguintes limites: produção do próprio insumo, produção de sementes e acesso às políticas públicas. A produção do próprio insumo agrícola é um limitante da produção agroecológica não apenas na visão de um dos mediadores, mas também para alguns agricultores, como abordado acima.

A Figura 3, elaborada através do uso do índice de coocorrência (critério equivalência), revela que a agroecologia é viável economicamente, tanto aos agricultores quanto aos mediadores.

**Figura 3: A agroecologia é viável economicamente na visão dos agricultores e mediadores**



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Por mais que seja um modo de vida, para que as famílias sobrevivam da agroecologia, é necessário que ela proporcione renda e conseqüentemente condições dignas de sobrevivência.

Às vezes, esse tipo de cultivo parece não ser viável economicamente porque na agroecologia, diferentemente da produção de soja, fumo, milho, entre outros, a produção e o valor obtido com a venda dos produtos não é totalmente quantificada. A produção e a comercialização dos produtos agroecológicos são mais dinâmicas e acontecem de forma contínua, ou seja, toda a semana ocorrem a colheita e a venda na feira e os agricultores ainda não conseguiram quantificar sua produção para demonstrar quantitativamente a importância desse tipo de cultivo.

Sobre o acesso às políticas públicas, quatro agricultores entrevistados acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), linha Mais Alimentos – Investimento, para a compra de máquinas e implementos agrícolas; dois

acessam a linha do PRONAF Custeio, para investir na lavoura; dois acessam o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), para a aquisição da propriedade da terra; e três não acessam nenhum tipo de crédito rural.

Nenhum dos entrevistados acessa o PRONAF linha Agroecologia, e isso ocorre, conforme abordou um dos mediadores do grupo, porque essa linha do PRONAF não é aplicada, pois os bancos têm um modelo para a realização do PRONAF através de uma tabela padrão. Assim, para tentar acessar a linha da agroecologia, se o agricultor, por exemplo, desejar financiar uma carga de esterco, é necessária a cotação de preço dessa carga, informação que o banco não detém. A agroecologia compreende uma alternativa para muitos agricultores familiares, mas o governo nunca a considerou através da criação de uma política específica.

Quanto ao acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apenas dois agricultores no momento da entrevista acessavam esses tipos de programa via Cooperativa Sul Ecológica, para a qual uma agricultora fornece a cebola e o outro agricultor entrega cenoura e beterraba, mas, nos dois casos, comercializam em pequena quantidade e participam das chamadas públicas de forma irregular. Uma das entrevistadas informou que já acessou esses programas, mas no momento não o fazia porque não apresentava produção suficiente. Os outros sete entrevistados não acessam essas políticas públicas devido ao mesmo fator, ou seja, a produção é praticamente toda comercializada de forma direta e o aumento da produção não é possível devido à falta de mão de obra nas unidades familiares.

Dos 32 membros do grupo, oito são beneficiários da previdência social rural, sendo sete aposentados por idade e um pensionista. A previdência social rural é a principal política pública existente no meio rural brasileiro e considerada em muitos casos como a principal renda, mas não é o que se verifica na realidade pesquisada, onde é percebida como uma renda complementar, usada para as necessidades pessoais da família, bem como no financiamento da produção da unidade familiar.

O associativismo rural é uma das estratégias de reprodução social e econômica e o tipo de organização adotada pelo Grupo Agroecológico do Remanso, através dessa organização, os agricultores defendem seus interesses em comum, ou seja, o trabalho com a agroecologia. Quanto ao histórico da formação do grupo, de acordo com a inserção das famílias ao longo do tempo, seis famílias fundadoras continuam associadas ao grupo e as outras quatro famílias se incorporaram ao longo do tempo, nos anos de 2006, 2009, 2016 e 2017, chegando atualmente a um total de dez famílias que compõem o grupo do Remanso.

Através do uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade), a importância do associativismo e cooperativismo para as famílias pesquisadas está ligada em

primeiro lugar, à viabilidade da comercialização; em segundo, a capacidade produtiva; e em terceiro, a forma de luta.

No que se refere à viabilidade da comercialização, os agricultores estão ligados ao Grupo Agroecológico do Remanso porque a organização em forma de associação facilita o trabalho com a agroecologia e a comercialização dos produtos é viabilizada, pois se dividem inclusive os custos da comercialização. Caso contrário, não poderiam comercializar os produtos na feira da ARPASUL, localizada no município de Pelotas. Através da associação, os gastos que envolvem transporte e manutenção do caminhão são divididos, permitindo aos produtores participar de três feiras semanais. De cada associado são descontados 2,5% em dinheiro do total da venda dos produtos no final de cada feira, valor destinado à manutenção do transporte e ao caixa do grupo. Com isso, quanto mais o agricultor vende, maior é o valor descontado. Caso não comercialize nenhum produto, nada é descontado. O grupo apresenta uma capacidade produtiva muito grande, pois através da união conseguem ter uma gama de produtos, o que não aconteceria se trabalhassem de forma individual. O associativismo é uma forma de luta, por meio da qual o agricultor busca alcançar seus objetivos juntamente com seus companheiros, gerando mais força e fortalecendo o grupo como um todo. Para os mediadores, a importância do associativismo e do cooperativismo rural também foi identificada como forma de luta, com o mesmo grau de relevância que a viabilidade da comercialização.

Tubaldini, Fonseca e Gianasi (2012, p. 8), com base em Ricciardi e Lemos (2000), expõem o associativismo rural

[...] como instrumento de luta dos pequenos produtores que promove a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Em vista disso, o associativismo possui um caráter social e é balizado em princípios de confiança e da participação dos seus membros, sendo assim, a adesão é livre e as metas envolvem a aglutinação de pessoas que detenham objetivos comuns e/ ou coletivos.

Além de todos os agricultores serem sócios da ARPASUL, alguns são associados em outras instituições, como a Associação da Santa Clara, a Cooperativa Sul Ecológica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). Além da participação em instituições que estão ligadas à questão do trabalho, os agricultores e suas respectivas famílias participam de comunidades religiosas, clube de futebol e conselho administrativo de escola. Essas formas associativas promovem o convívio social com a comunidade e são atrativos de lazer.

Os jovens ligados ao Grupo Agroecológico do Remanso estão envolvidos na produção na unidade familiar, na comercialização dos produtos na feira, participam das reuniões, e alguns já possuem espaços de produção na propriedade familiar. Também há

jovens que são sócios do grupo, porém ainda não desempenham cargos dentro da associação, como coordenação, tesouraria ou secretaria.

As perspectivas de continuidade das famílias no espaço rural são positivas e todas as famílias pretendem permanecer no grupo e manter a produção agroecológica na propriedade. Quanto à questão da sucessão familiar, todos os entrevistados desejam que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores agroecológicos, mas consideram que isso seja uma escolha dos filhos e que apoiem suas escolhas. A sucessão em poucos casos está definida, mas na grande maioria dos casos ainda está indefinida, visto que esse assunto é muito complexo e cada família apresenta suas particularidades, como, por exemplo, existem casos de famílias em que os filhos ainda são crianças e a questão da sucessão está muito distante. Também há casos em que os filhos estão estudando e não sabem se permanecerão na propriedade familiar após a conclusão da formação acadêmica. E existem casos com pouca perspectiva de sucessão, já que os filhos formaram família e estão trabalhando principalmente no meio urbano.

### **Considerações finais**

O Grupo Agroecológico do Remanso representa uma forma de resistência frente ao modelo de desenvolvimento dominante do país. Para continuar no meio rural, as famílias associadas ao grupo desenvolvem diversas estratégias de reprodução social, como a produção para o autoconsumo, produção agroecológica, integração ao complexo agroindustrial, pluriatividade, acesso às políticas públicas, previdência social rural e associativismo e cooperativismo rural. Entretanto, a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural são as principais estratégias adotadas pelos agricultores para sua permanência no meio rural e ligação com a agricultura.

A agroecologia é identificada como principal estratégia de reprodução social e econômica do grupo analisado. Através desse sistema de produção, gera-se a renda monetária, a produção para o próprio consumo e a organização em associação. Além disso, a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural estão inter-relacionados, ou seja, um depende do outro.

A ARPASUL e o CAPA são os principais parceiros do grupo e têm uma função fundamental na organização, produção e comercialização agroecológica, pois estão vinculados ao grupo desde o princípio e desenvolvem um papel indispensável para a existência e fortalecimento do grupo analisado.

O grupo está organizado e estruturado, mas um grande problema enfrentado é a falta de mão de obra nas unidades familiares, o que impossibilita a expansão da produção

agroecológica e conseqüentemente provoca uma diminuição de produtos na feira e o não acesso à comercialização junto aos programas institucionais. Ou seja, devido a falta de mão de obra, a produção é insuficiente para atender as demandas contínuas dos programas e da crescente procura por alimentos agroecológicos. Para a maioria dos entrevistados, a questão da sucessão familiar ainda está imprecisa, o que modifica e dificulta a longo prazo a continuidade do grupo em estudo.

## Referências

ALTIERI, Miguel Angel; SILVA, Evandro Nascimento; NICHOLLS, Clara Ines. **O Papel da Biodiversidade no Manejo de Pragas**. Ribeirão Preto: Editora Holos, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011, 279 p.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 Jul. 2006. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 06 Abr. 2018.

CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia: Novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo, v. 1, p. 28-40, 2008.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Previdência social rural: potencialidades e desafios**. Brasília, 2016.

FINATTO, Roberto Antônio; CORRÊA, Walquiria. A organização da agricultura familiar de base agroecológica em Pelotas/RS. **Revista Campo-território**, Uberlândia, v.6, n. 11, p. 280-311, 2011.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. As pequenas cidades enquanto um singular espaço de vida. In: **Anais do IV Simpósio Nacional sobre cidades pequenas**. Ituiutaba, 2016, p. 1659-1673.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” da produção para autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 89-122, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Caracas, v. 16, p. 65-79, 2010.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 4. Ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2000, p. 25-41.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara

Alves (Orgs.). **Do natural, do social e de suas interações**: visões geográficas. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética - AGETEO, 2002, p. 157-172.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 Fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2017.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**: Contribuição para um mundo com alimentos sem venenos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 71-79, 2014.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

PETER, Demaicon Schmidt. **Agroecologia como prática de organização social na agricultura familiar**: o caso do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu (RS). Trabalho de Conclusão de Curso – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

PLEIN, Clério; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 6, p. 231-254, 2004.

PORTO, Victor Hugo da Fonseca. Uma estratégia para políticas de pesquisa participativa na agricultura familiar: conhecer a transmissão e posse da terra. In: PORTO, Victor Hugo da Fonseca (Org). **Agricultura familiar**: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004. p. 81-91.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: AGUFPEL, 2003.

SAGAZ, Danilo. A comercialização de alimentos ecológicos e a sensibilização do público urbano para a agroecologia: a experiência de uma ONG de agricultores no Vale do Itajaí (SC). In: LOVATO, Paulo Emílio; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural**. Chapecó: Argos, 2006, p. 71-84.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira**: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 84-109.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 395-417, 2011.



SILVA, Juniele Martins; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO). **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 402-430, 2016.

SODRÉ. Maiara Tavares. **Políticas públicas para o sistema agrário familiar e as interfaces com o desenvolvimento territorial rural: um estudo sobre as repercussões do PAA e PNAE no município de Pelotas/RS**. 216f. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

TOSETTO, Estevão Marcondes; CARDOSO, Irene Maria; FURTADO, Silvia Dantas Costa. A importância dos animais nas propriedades familiares rurais agroecológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 8, p. 12-25, 2013.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos; FONSECA, Juliana Martins; GIANASI, Lussandra. O associativismo como estratégia de reprodução dos agricultores familiares agroecológicos de Cacoal – Rondônia. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia, 2012, p. 1-16.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como Espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. “França periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 66-83.

---

### Sobre as autoras

---

**Queli Rejane da Silva Konzgen** – Graduação (2017) e e Mestrado (2019) em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPE). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. **OrcID** - <https://orcid.org/0000-0002-4634-9182>

**Jussara Mantelli** – Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (1987). Licenciatura em Geografia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (INUJUÍ) (2007). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (1991). Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) (2001). Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5252-4418>

---

### Como citar este artigo

---

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Queli Rejane da Silva Konzgen** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Jussara Mantelli**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e as referidas autoras, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 16 de dezembro de 2019.

Devolvido para a revisão em 28 de maio de 2020.

Aceito para a publicação em 19 de junho de 2020.

---

# **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?**

**Carina Inserra Bernini**

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
e-mail: cibernini@gmail.com

## **Resumo**

Historicamente o estabelecimento de Unidades de Conservação (UC's), parte da política ambiental brasileira, se constituiu como uma face da relação conflituosa entre comunidades tradicionais camponesas e indígenas e a sociedade urbana-industrial. As UC's foram implantadas, sobretudo a partir dos anos 1950, sobre territórios historicamente ocupados por populações tradicionais e originárias e passaram a ser mais um fator de transformação da territorialidade dessas comunidades, as quais já sofriam com o avanço da fronteira agrícola e com o projeto modernizante do período. A luta por terra e território, associada a uma parcela do movimento ambientalista, levou a conquista de alguns direitos, inclusive o acesso a terra, por meio da instituição de UC's de uso sustentável. Entretanto, a política ambiental vem sendo utilizada para resolver questões territoriais e por isso tem se colocado como mediadora das territorialidades de comunidades camponesas. No presente artigo discutimos como o estabelecimento UC's tende a substituir as políticas agrárias, analisando as contradições que emergem da mediação do acesso ao território tradicional pela conservação ambiental e defendemos que esta tendência vem se constituindo, ao mesmo tempo, em uma estratégia para a manutenção da estrutura agrária brasileira.

**Palavras-chave:** Unidades de conservação; comunidades tradicionais; terras de uso comum; política agrária.

## **Environmental policies a way to access to land: an effective strategy for the territoriality of traditional communities?**

### **Abstract**

Historically, the establishment of Protected Areas (UC's), part of Brazilian environmental policy, has constituted a face of the conflictive relationship between traditional peasant and indigenous communities and urban-industrial society UC's were implanted, especially from the 1950s, on territories historically occupied by traditional and original populations and became another factor in transforming the territoriality of these communities, which already suffered from the advance of the agricultural frontier and the modernizing project of the period. The struggle for territory, associated with a part of the environmental movement, led to the conquest of some rights, including access to land, through protected areas of sustainable use. However, environmental policy has been used to solve territorial issues and has therefore been a mediator of the territorialities of peasant communities. In this article we discuss how the establishment of protected areas tends to replace land policies, analyzing the contradictions that arise from the mediation of access to the traditional territory for environmental conservation, and we argue that this trend has been constituting at the same time a strategy for maintenance of the Brazilian agrarian structure.

**Keywords:** Protect Areas; traditional communities; lands of common use; agrarian policy.

## Las políticas ambientales como una forma de acceder a la tierra: ¿una estrategia efectiva para la territorialidad de las comunidades tradicionales?

### Resumen

Históricamente, el establecimiento de Unidades de Conservación (UC), parte de la política ambiental brasileña, se constituyó como parte de la relación conflictiva entre las comunidades campesinas e indígenas tradicionales y la sociedad urbano-industrial. Las UC se implantaron, especialmente a partir de la década de 1950, en territorios históricamente ocupados por poblaciones tradicionales y originales y se convirtieron en otro factor en la transformación de la territorialidad de estas comunidades, que ya sufrieron el avance de la frontera agrícola y el proyecto de modernización del período. La lucha por el territorio, asociada con una parte del movimiento ambiental, condujo a la conquista de algunos derechos, incluido el acceso a la tierra, mediante el establecimiento de UC de uso sostenible. Sin embargo, la política ambiental se ha utilizado para resolver problemas territoriales y, como tal, ha mediado las territorialidades de las comunidades campesinas. En el presente artículo discutimos cómo el establecimiento de la UC tiende a reemplazar las políticas agrarias, analizando las contradicciones que surgen de la mediación del acceso al territorio tradicional por la conservación ambiental y argumentamos que esta tendencia constituye, al mismo tiempo, una estrategia para el mantenimiento de Estructura agraria brasileña.

**Palabras clave:** Áreas protegidas; comunidades tradicionales; tierras de uso común; política agraria.

### Introdução

O estabelecimento de uma agenda ambiental no Brasil, sobretudo a partir de meados dos anos 1980, levou ao incremento de uma série de políticas públicas específicas para o “meio ambiente”<sup>1</sup>. Essas políticas são aquelas que versam sobre proteção, conservação e uso dos recursos naturais (SILVA-SÁNCHEZ, 2000), e, portanto, estão diretamente relacionadas à gestão territorial. Dentro desse escopo, as unidades de conservação (UC's) são instrumentos de gestão da política ambiental que visam o estabelecimento de áreas públicas ou privadas especialmente definidas para a conservação ambiental. As UC's foram implantadas como áreas intocadas frente ao desenvolvimento capitalista em marcha (DIEGUES, 2004).

Entretanto, a maior parte das chamadas UC's de proteção integral<sup>2</sup> (sobretudo os Parques) recaíram sobre territórios ocupados historicamente por comunidades camponesas

---

<sup>1</sup> A noção de meio ambiente está relacionada ao entendimento do conceito de natureza na sociedade moderna que, ao entendê-la como separa do homem, destaca dos processos sociais e das estruturas construídas pela sociedade aquilo que seria o seu outro, o “natural”. Numa perspectiva crítica, meio ambiente é uma redundância já que, como veremos ao longo do texto, o “natural” é profundamente transformado pelo social e nesse sentido todo meio é ambiente (PORTO-GONÇALVES, 2000).

<sup>2</sup> Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - LEI 9.985/2000), as Unidades de Conservação são divididas em dois grupos: UC's de Proteção Integral, as quais preveem a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais; e as UC's de Uso Sustentável, que preconizam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

tradicionais. Diante dos conflitos entre essas populações e a implantação de áreas protegidas cresceram nos últimos 20 anos movimentos de luta pelo direito ao território tradicional e, portanto, pelas formas de apropriação da natureza relacionadas os diferentes modos de vida. Tais movimentos resultaram em algumas conquistas de direitos sociais, inclusive o acesso à terra, mas, no entanto, esses direitos estão relacionados a política de conservação ambiental e não diretamente às políticas agrárias.

No presente artigo discutimos como a política de conservação ambiental, sobretudo o estabelecimento das unidades de conservação, tende a substituir as políticas agrárias, analisando as contradições que surgem da mediação do acesso ao território tradicional pela conservação ambiental (necessidade da sociedade moderna<sup>3</sup>) e defendemos que esta tendência vem se constituindo, ao mesmo tempo, em uma estratégia para a manutenção da estrutura agrária brasileira.

Entendemos as chamadas comunidades ou populações tradicionais como parte da classe camponesa. O campesinato é uma classe social que se reproduz por meio de um modo de vida não capitalista, mas que está subordinada à sociedade moderna. Por isso, se reproduz em relação constante com a sociedade mais ampla. De fato, as relações camponesas de produção são recriadas no capitalismo como uma forma de permitir a produção do capital. Entretanto, essa recriação se dá de forma contraditória uma vez que o movimento do capitalismo ao mesmo tempo tem o sentido de reduzir as possibilidades de formas não-capitalistas de produção (MARTINS, 1996).

Mesmo compreendida como produto da dinâmica do capitalismo, consideramos ainda que a recriação camponesa também resulta, ao mesmo tempo, da luta política, fator imprescindível para que entendamos os camponeses como uma classe social. Assim, queremos dizer que a criação e recriação dessas formas não-capitalistas de produção passa pela vivência conflituosa desses camponeses em relação aos outros sujeitos sociais. A existência caracterizada por tensões e conflitos proporciona uma experiência de classe, já que frequentemente se reconhecem em oposição a outros grupos. Nos últimos 20 anos assistimos ao crescimento do protagonismo político dos grupos camponeses tradicionais em função do aumento dos conflitos nos territórios tradicionalmente ocupados. A escalada do capital em direção a esses territórios - na busca de recursos naturais para a produção atual ou como reserva de valor futuro - e a própria política de conservação ambiental proporcionaram tensões que levaram a organização da luta política.

Além disso, é possível associar a recriação de formas não-capitalistas de produção com processos de decadência e “involução econômica” já que o desinteresse do capital por

---

<sup>3</sup> A conservação ambiental resulta da relação metabólica da sociedade moderna capitalista com a natureza. Relação esta em que a natureza é encarada como o outro do homem e que cria limites para a reprodução das condições ambientais para a existência humana.

determinadas terras cria a possibilidade da reestruturação de práticas sociais camponesas. Esta é outra forma possível de constituição de grupos camponeses a qual está intimamente relacionada com a possibilidade histórica da formação de territórios e comunidades tradicionais. Conforme veremos ao longo desse artigo, a existência de comunidades tradicionais e de áreas naturais “preservadas” no Brasil está geralmente ligada à dinâmica de exploração econômica ao longo do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no território brasileiro.

Desde que começaram a ser pautadas, as políticas ambientais se materializam a partir da expansão espacial das relações capitalistas de produção. A história das unidades de conservação no Brasil, sobretudo, está intimamente ligada à ampliação da fronteira agrícola, ou seja, à transformação da terra em propriedade privada capitalista. Junto com o estabelecimento de novas áreas para a agricultura, a pecuária e o extrativismo comerciais, caminhou a preocupação ambiental de isolar outras áreas para a pesquisa científica, a contemplação e o lazer.

A criação de áreas protegidas data da década de 1930 como uma face específica da produção da natureza<sup>4</sup> que o desenvolvimento capitalista no país vinha assumindo. A escolha de poupar áreas do consumo dos recursos, devido à industrialização em marcha, pressupõe que este consumo necessário será direcionado e incentivado em outros espaços. Cindi Katz (2005), ao refletir sobre a natureza como estratégia de acumulação, demonstra como as ações de conservação que isolam “áreas naturais” promovem a continuidade da destruição em outras áreas, geralmente próximas às supostamente preservadas, e ainda não conseguem promover a preservação desta que foi escolhida para esse fim. Por isso, a mesma política que começa a impor regras para o uso dos recursos pelas atividades produtivas, define a criação de UC's como estratégia de proteção da natureza.

Entre os anos 1960 e 1980 o estabelecimento das UC's acompanhou o deslocamento do eixo de desenvolvimento e da população em direção ao centro do país e à região amazônica. O projeto modernizante dos governos militares resultou em um aumento significativo do desmatamento nesta região, além de acirrar ou criar conflitos de terra envolvendo indígenas, posseiros e grileiros. Por outro lado, durante o mesmo período verifica-se o aumento significativo do número de UC's nas regiões Centro-Oeste e Norte<sup>5</sup>.

A intensificação do uso dos recursos naturais, resultado da expansão espacial da fronteira agrícola, é acompanhada pelo aumento, não apenas do número de áreas

---

<sup>4</sup> O conceito de produção da natureza será discutido na primeira sessão desse artigo.

<sup>5</sup> Foram criados 13 Parques Nacionais entre 1959 e 1961, cinco dos quais no Centro-Oeste: Araguaia, Emas, Tocantins, Brasília e Xingu. Em 1974 é criado o Parque Nacional da Amazônia com 994 mil hectares em Itaituba (PA) e a Floresta Nacional do Tapajós. Entre 1979 e 1985, foram criados dez Parques Nacionais, quatro dos quais na região Amazônica, e 13 Reservas Biológicas, cinco destas na mesma região. Entre 1981 e 1985, foram 15 Estações Ecológicas, onze na Amazônia Legal.

protegidas, mas da sua natureza restritiva<sup>6</sup>. Fica evidente que o caráter preservacionista que foi assumindo a política de conservação é decorrência da expansão da lógica da propriedade privada que, ao estabelecer as relações de produção capitalistas, parcelando e mercantilizando a terra para a implantação dos projetos agropecuários e de infraestrutura, define também as áreas que deveriam permanecer isoladas desse uso.

No entanto, nessas áreas de fronteira é que se encontram tipos diferentes de produção da natureza, baseados em formas de propriedade comunais. Comunidades cuja produção da natureza está fundamentada na produção de valores de uso e na troca simples de excedentes, e que possuem a posse da terra, mas não o seu domínio. A expansão da fronteira traz a mercantilização da terra, a partir da propriedade privada, e instaura situações de conflito entre diferentes modos de vida (MARTINS, 2009). As UC's de proteção integral fizeram parte das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil já que acompanharam o deslocamento das práticas econômicas e da população para o interior do país (a expansão da fronteira), se constituindo como meio de integração do território nacional, sobretudo durante os governos militares.

A partir de meados dos anos 1990, a luta política das comunidades camponesas tradicionais, associada à parte do movimento ambientalista, abriu a possibilidade de implantação de UC's de uso sustentável<sup>7</sup>, concebidas como tentativas de conciliar a conservação ambiental e as territorialidades tradicionais. Entretanto, a gestão dessas áreas, que se faz com o protagonismo do Estado (que preside os conselhos gestores), tem revelado novos (e velhos) conflitos relacionados ao enquadramento das práticas tradicionais nos ditames da conservação ambiental. Ao mesmo tempo, a partir desse período, nota-se o incremento de uma série de políticas de regularização fundiária que visam anistiar a grilagem de terras públicas em detrimento de políticas efetivas de reforma agrária. E, associado a esse cenário de ausência de uma política agrária efetiva, as UC's de uso sustentável, concebidas como políticas ambientais, assumem o papel de resolver conflitos agrários.

O presente artigo, então, tem como objetivo analisar como as políticas de conservação ambiental no Brasil, face da produção capitalista da natureza, tem substituído as políticas agrárias e discutir os limites dessa estratégia como garantia do acesso aos territórios tradicionais de comunidades camponesas. As reflexões e discussões aqui

---

<sup>6</sup> As UC's criadas no período citado, sobretudo Reservas Biológicas (Rebio) e Estações Ecológicas (EE) são extremamente restritivas em relação às formas de uso previstas na legislação. Permitem o desenvolvimento de pesquisas científicas e, no caso das EE, atividades de educação ambiental. Nesse sentido, são ainda mais restritivas que os Parques Nacionais os quais permitem visitação pública.

<sup>7</sup> Trata-se das Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). A APA também é uma categoria de uso sustentável, entretanto já existia antes dos anos 1990 e não foi concebida como destinada as comunidades tradicionais.

apresentadas são resultado das pesquisas realizadas no âmbito do Doutorado e pós-doutorado em Geografia Humana.

Na primeira sessão do artigo discutimos o conceito de produção da natureza e a luz dele analisamos brevemente a história das políticas de conservação ambiental no Brasil. Em seguida, abordamos a origem das terras de uso comum no país demonstrando que a apropriação comum da terra historicamente se relaciona de forma contraditória com a propriedade privada e que as políticas de conservação ambiental integram o cenário de conflitos entre as diferentes formas de produzir a natureza. A última sessão analisa os limites da criação de UC's de uso sustentável como solução para o acesso ao território tradicional. Além da definição de UC's representar um fator de modificação das territorialidades de comunidades camponesas tradicionais, mesmo quando essa política tenta incluir tais comunidades e seus modos de vida, não garante necessariamente o seu direito ao território. Veremos que essa dificuldade resulta das contradições entre sentidos opostos sobre as formas de apropriação da terra e produção da natureza (o uso comum x a propriedade privada), as quais estão refletidas na tendência do Estado em privilegiar políticas ambientais (no lugar de políticas agrárias) para tratar de conflitos territoriais.

### **A conservação ambiental como face da produção capitalista da natureza**

As políticas de conservação ambiental refletem uma tensão posta na sociedade a cerca da definição de como e para quem se produz a natureza na sociedade capitalista. A produção da natureza abriga a ideia de que a (re)produção da vida, das práticas sociais e a relação sociedade-natureza são sociais e, portanto, contém conteúdos específicos das organizações sociais e dos modos de produção. A produção da natureza compreende, assim, que os processos biofísicos estão em relação com os processos sociais e políticos (SMITH, 1988). Para além disso, a insere no processo histórico compreendido como dialético e contraditório, cujos os resultados "indesejados" (as diversas formas de degradação ambiental) são parte da própria produção que é contraditória, ou seja, uma produção que traz sempre o negativo, a reação ou a oposição como parte indissociável de um movimento dialético.

Admitir que a natureza é produzida nos coloca diante do entendimento de que os resultados desse processo que envolve a combinação de diversos sistemas em diferenciadas redes não podem ser completamente controlados. Há sempre um nível de incerteza que deixa o futuro em aberto. Além disso, considerar o conceito de produção coloca que o trabalho humano, ou seja, a produção dos meios de vida, tem sido a principal mediação entre humanos e não-humanos.



O conceito de produção da natureza se coloca como alternativa a noção de “domínio da natureza”, a qual está na base da sociedade moderna desde a revolução industrial. A busca pelo controle dos processos biofísicos tem levado a incessante corrida tecnológica e corrobora a ideia de que a tecnologia é algo “natural” e inevitável. Como destaca Castree (2001), as transformações biotecnológicas dos seres naturais nos últimos anos levaram a três respostas políticas: “melhorar a natureza”, “preservar a natureza” e “equilibrar a natureza”. Ainda que apresentem diferenças – como veremos a seguir -, ambas resultam do entendimento de que natureza e humanidade são domínios separados e creem na tecnologia como o caminho para melhorar, proteger ou equilibrar a natureza.

A produção da natureza, diferentemente, destaca o nosso papel político na relação com os não-humanos e compreende que hoje a natureza e a sociedade estão totalmente interligadas. Assim, uma relação mais equilibrada e respeitosa com os não-humanos depende da busca da:

[...] abolição revolucionária do capitalismo em favor de um sistema econômico que não seja movido por interesses monetários estreitos. [A noção de produção da natureza] aceita os inúmeros benefícios das transformações científicas e técnicas da natureza, mas procura desacoplar a ciência e a tecnologia dos imperativos capitalistas. (CASTREE, 2001, p. 203, tradução nossa).

É a integração cada vez mais profunda da natureza ao processo de produção de mercadorias que leva aos efeitos “indesejados” dessa produção da natureza. O surgimento de políticas ambientais, inclusive aquelas conservacionistas, está relacionado à tentativa de administrar os efeitos negativos do nosso sistema produtivo. Nesse sentido, são elaborados os projetos e políticas públicas que buscam um uso de baixo impacto da natureza. E, grande parte dessas ações é direcionada aos territórios ocupados historicamente por comunidades camponesas e vem tentando ordenar os usos dessas áreas no sentido de adequá-los à necessidade de conservação da natureza. Essa necessidade de conservação, entretanto, é antes de tudo um esforço de conservação da sociedade em sua forma vigente (a sociedade capitalista), portanto, o esforço de preservação de uma certa forma de produção da natureza.

Podemos dizer que práticas conservacionistas - cuidados de manejo visando à manutenção da fertilidade e reprodução da biodiversidade - estão presentes em diferentes formas de produção e reprodução da natureza. Entretanto, a proteção e conservação do meio ambiente entendidas como práticas desenvolvidas em resposta ao impacto gerado pelo consumo desregulado e degradação dos recursos naturais (os limites criados pela relação metabólica do capital com a natureza) são necessidades que se impõem no contexto mais geral de certa forma de relação com a natureza, ou seja, a relação da

sociedade moderna com a natureza. As práticas conservacionistas em sociedades indígenas e tradicionais integram e resultam do próprio manejo, o qual se constitui a partir de formas de apropriação da natureza baseadas no uso comum. Na sociedade moderna, a conservação é uma noção que decorre da separação promovida pela propriedade privada (separação homem-natureza).

No âmbito da lei, é possível afirmar que, no Brasil, a questão ambiental foi influenciada inicialmente pelas concepções de preservação que eram tendência nos EUA desde o século XIX. A ideia de preservar a natureza surgiu a princípio como resultado de uma preocupação por manter determinadas áreas intocadas frente ao desenvolvimento capitalista. Mas essa ideia de preservação, chamada biocêntrica, ecocêntrica ou preservacionista (DIEGUES, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2000), não fazia crítica à relação da sociedade moderna com a natureza já que mantinha certas áreas protegidas da destruição, visando pesquisas científicas futuras, e mesmo a criação de um “museu” natural para a contemplação da natureza “selvagem”. Estava subjacente a essa ideia de preservação uma noção de natureza separada do homem, a partir da qual, para assegurar a natureza preservada, era necessário mantê-la sem qualquer uso direto da sociedade. Entretanto, o estabelecimento de áreas especiais destinadas à conservação da natureza e à contemplação também pode ser entendido como uma forma de produzir a natureza sob o capitalismo. Ou seja, quando se cria uma área protegida se define uma condição (regulações e usos) para que aqueles sistemas biofísicos naturais possam acontecer e se processar num determinado sentido e não em outro, o que demonstra uma intervenção humana, configurando uma produção. A partir da perspectiva da produção da natureza, podemos entender, portanto, que a conservação ambiental é uma forma de produção da natureza. Produz uma natureza entendida como “conservada”, como uma “primeira natureza”, livre da ação humana, uma natureza “intocada”.

O processo de implantação de parques nacionais em todo o mundo resultou dessa forma de produção da natureza “conservada”. Mas no Brasil, assim como em outros países do Sul Global, sobretudo a partir da década de 1950, os parques nacionais foram definidos sobre territórios ocupados por comunidades camponesas tradicionais, o que passou a ser mais um fator de des-territorialização dessas comunidades. Em todo país, os camponeses lutavam contra a expropriação resultante da expansão da infraestrutura viária, dos projetos agropecuários, hidroelétricos, de mineração, e a especulação imobiliária gerada pela orientação desenvolvimentista daquele período.

A priorização da política ambiental baseada na implantação de UC's de proteção integral levou ao estabelecimento de um cenário de conflito direto entre o Estado e as comunidades tradicionais. Um conflito que demonstra, além do choque entre formas diferentes de produção da natureza, a contradição presente na própria conservação

ambiental. Esta, ao ser decorrência da forma de apropriação capitalista da natureza, irá legitimar a lógica da propriedade privada<sup>8</sup> (da qual resulta a degradação ambiental) na própria política de conservação. Portanto, assim como as políticas de desenvolvimento do período militar, as políticas ambientais desconsideram, a princípio, o uso comum da terra que proporcionou a manutenção dos ecossistemas, os quais essa mesma política pretende “conservar”.

Assim, as áreas onde estão os remanescentes de ecossistemas são ocupadas secularmente por essas comunidades camponesas que, apesar da generalização da produção capitalista da natureza, contraditoriamente vêm reproduzindo seus modos de vida no limite da lógica da propriedade privada, ou seja, desenvolvendo relações sociais de apropriação e produção que não correspondem àquelas legitimadas pelo estatuto da propriedade privada. E é justamente a apropriação diferenciada da natureza – baseada no trabalho mais integrado com os ciclos naturais e no manejo dos recursos – o que garantiu que aquela feição de natureza “intocada”, admirada e valorizada pelos preservacionistas, pudesse sobreviver ao avanço da exploração e dominação dos recursos naturais pelo capital.

Como reação à visão radicalmente preservacionista que predominava na política ambiental brasileira até a década de 1980 e à desorganização e violência sofridas pelas comunidades dentro e no entorno de áreas protegidas, intensificam-se movimentos sociais e estudos sociológicos e antropológicos sobre comunidades, e a valorização dos modos de vida tradicionais. A etnociência<sup>9</sup> chamou a atenção dos ambientalistas para a necessidade de considerar que existiam diversas formas de se relacionar com a natureza. Além disso, a valorização do etnoconhecimento permitiu que a conservação da natureza - motivação primeira dos ambientalistas, enquanto movimento - pudesse estar associada a essas práticas tradicionais. O entendimento de que aquilo que nomeamos como natureza “natural” é na verdade fruto da relação social com o meio foi o que inspirou essa outra linha da ecologia que ficou conhecida como conservacionismo. Segundo Diegues (2004), esse “ecologismo social” entende que a solução dos problemas socioambientais depende de um envolvimento das comunidades rurais e urbanas com as ações e políticas ambientalistas, ao contrário do preservacionismo, que tende a separar os problemas ambientais dos sociais.

---

<sup>8</sup> A conservação ambiental é uma necessidade decorrente da forma como a natureza vai sendo apropriada pelo processo produtivo capitalista. A definição de UC's se processa no contexto em que a terra se torna mercadoria, portanto a destinação para conservação ambiental acontece a partir da apreensão dessa “primeira natureza” pela lógica do mercado. As áreas destinadas para o estabelecimento de parques, reservas ou estações ecológicas, são as de menor interesse para as atividades agrícolas comerciais, já que têm menor fertilidade e/ou piores condições de acesso. Assim, apresentam menor preço no mercado de terras. Essa avaliação integra (juntamente com o “valor” ecológico) o conjunto de critérios para o estabelecimento do destino dessas áreas. E mais, a viabilização das UC's passa, via de regra, pela desapropriação das terras que a integram, o que demonstra que a natureza a ser preservada encontra-se compreendida pela lógica do mercado.

<sup>9</sup> Corrente de estudos sobre os saberes, práticas e tecnologias das diversas culturas por todo mundo.

A origem das UC's de uso sustentável está relacionada com a luta das comunidades tradicionais e de ambientalistas desta linha que travaram um debate político ao longo dos anos 1990 para incluir no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) categorias de áreas protegidas que admitissem comunidades tradicionais no seu interior. Entretanto, por outro lado, a gestão dessas áreas se faz pela sua inserção no mercado. A tentativa de colocar em prática o conservacionismo acaba por demonstrar as contradições da forma como a natureza é produzida no capitalismo, pois a conciliação entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico será delimitada pela crença de que as soluções para os efeitos indesejados do sistema capitalista passam pela sua integração no próprio mercado.

No caso da produção da “natureza conservada”, as UC's de uso sustentável são um instrumento de gestão territorial por meio do qual o Estado busca direcionar essa produção, propondo usos entendidos como sendo ambientalmente “sustentáveis” (de baixo impacto), os quais, ao mesmo tempo em que (re)produzem a floresta, resultam numa produção de mercadorias agroextrativistas e/ou serviços ambientais direcionados a um determinado mercado. Esse direcionamento demonstra o enquadramento do uso comum à lógica institucional da propriedade privada e, como veremos mais adiante, cria dificuldades para a viabilização dos direitos das comunidades tradicionais inseridas nessas UC's.

## **A origem das terras de uso comum e seu encontro com a conservação ambiental**

A relação contraditória entre formas de propriedade voltadas para o mercado e aquelas praticadas para a reprodução familiar camponesa (inclusive os usos comunais) se apresenta como um traço marcante da produção capitalista da natureza no Brasil. Desde o início da colonização portuguesa o regime de sesmarias instaurado para a distribuição e apropriação das terras da colônia privilegiava o estabelecimento de grandes propriedades concedidas para alguns “escolhidos” pelos capitães e posteriormente pelo governador geral<sup>10</sup>. A produção agrícola, que tinha como base esse regime de propriedade associado ao cultivo da monocultura de cana-de-açúcar com a utilização de mão-de-obra escravizada

---

<sup>10</sup> Inicialmente o regime de distribuição de terras na colônia consistia nas Capitâneas Hereditárias, a partir do qual, as terras, cujo domínio era do Rei de Portugal, foram divididas em 12 capitâneas concedidas aos capitães, vassallos do Rei. Esses tinham a incumbência de organizar o governo e a administração civil e militar das capitâneas e conceder por sesmarias as terras que julgassem ser possível aproveitar. Essa concessão, feita por meio das Cartas Régias, concedia a terra em usufruto, permanecendo seu domínio nas mãos do Rei. Com o fim das capitâneas hereditárias estabeleceu-se a figura de um Governador Geral que manteve a concessão por sesmarias.

indígena e africana, voltou-se ao mercado externo e favoreceu a formação de uma classe social poderosa na colônia, inicialmente identificada como os “senhores de engenho”.

A organização da colônia - baseada no sistema de *plantation* - tinha o objetivo de extrair as riquezas do território a partir da exploração de recursos naturais não existentes na Europa, e dessa forma fomentar o comércio europeu. Caio Prado Jr. (1969, p. 23) chama a atenção de que esse traço fundamental da colonização tropical – o objetivo exterior - da qual o Brasil resulta, “explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos.” A formação da classe latifundiária e do seu poder político desde a colônia tem origem, portanto, nas bases do sistema colonial que, desde o início, estabeleceu o pacto entre terra e capital.

Apesar do domínio sobre a terra permanecer formalmente nas mãos da metrópole, a forma como o sistema de sesmarias foi aplicado favoreceu, como observou Lima (2002), a criação de um mecanismo de troca de favores políticos e de transformação de homens particulares em poderosos, ao se tornarem donatários de terra.

O isolamento e dispersão das grandes posses, o poder praticamente absoluto dos latifundiários, favorecido e incentivado pelo sistema de sesmaria, aliados à ampla ausência local da administração e de controle público, contribuíram para a formação de relações de dominação específicas, cuja base material era o controle (posse) sobre a terra. Portanto, os interesses mercantilistas dos portugueses haviam direcionado suas expectativas para os resultados da produção agrícola colonial. Eles assumiam as sesmarias com a esperança de ganharem grandes lucros comerciais. As ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo não seriam contentadas com pequenas parcelas, pois “não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários” (PRADO JR., 1976, p. 194). (TAVARES, 2010, p. 264).

Mas, ao mesmo tempo em que o regime de sesmarias - que durou até 1822 – forjou a formação da classe latifundiária no país, a sua aplicação possibilitou contraditoriamente a apropriação da terra por colonos interessados em cultivar gêneros alimentícios sem, entretanto, recorrerem ao sistema administrativo de concessão de terras. Segundo Lima (2002), a não observância do aproveitamento de toda a extensão das terras doadas por sesmarias possibilitou que pequenas posses fossem estabelecidas se sobrepondo às sesmarias ou mesmo nos interstícios entre elas. Está aí uma das origens das formas de uso comum da terra no Brasil que, mesmo antes da transformação da terra em mercadoria – o que ocorreu em 1850, com a Lei de Terras - e da abolição da escravatura, já tinham uma função na economia colonial – em alguns casos numa relação de complementariedade com a grande propriedade, ainda que mantivessem uma relação tensa com esta.

Andrade (2004) ao tratar da produção de alimentos na colônia, salienta que o empreendimento econômico estabelecido na colonização brasileira deu importância maior

aos produtos a serem exportados do que àqueles a serem consumidos. E, com o crescimento populacional, houve a necessidade de se produzir, na área povoada, alimentos que se adaptassem ao clima e ao solo da colônia. O autor também fornece pistas para o entendimento da relação entre a grande propriedade e as terras de uso comum quando afirma que “o senhor de engenho permitia que escravos cultivassem lavouras de mantimentos em áreas marginais aos engenhos, nos dias santos, feriados e domingos, a fim de que contribuíssem para o seu próprio sustento” (ANDRADE, 2004, p. 45).

Alfredo Wagner de Almeida (2008), ao tratar da origem das terras de uso comum, chama a atenção para essa relação contraditória com a propriedade privada e corrobora para a tese de que as várias formas de campesinato posseiro foram criadas e são continuamente recriadas no próprio desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. O autor explica que o estabelecimento da apropriação comum da terra está associado a “conjunturas de crises econômicas também cognominadas pelos historiadores de ‘decadência da grande lavoura’” (Ibid., p. 142). Em períodos de desagregação da forma dominante de exploração agrícola formaram-se conglomerados de um campesinato posseiro que desenvolveu formas diferenciadas de apropriação da terra e dos recursos naturais, baseadas no trabalho familiar e em laços de solidariedade. A produção desse campesinato, destaca o autor, tinha a função de prover os centros urbanos de gêneros alimentícios (farinha, arroz e feijão), o que demonstra, desde o início, que sua origem tem relação com a grande propriedade. Assim, como destaca Almeida (2006):

Contrariando as interpretações de cunho evolucionista, observa-se que antes mesmo daqueles sistemas mencionados terem suas bases assentadas em outros modos de produção, como o escravismo ou o feudalismo, representam, em verdade, produtos de antagonismos e tensões peculiares ao próprio desenvolvimento do capitalismo (p. 142).

Entretanto, se as comunidades que se relacionam com as terras de uso comum estabeleceram na prática uma relação com o mercado e possuíam uma função na economia colonial (e posteriormente nacional), no que tange ao estabelecimento de políticas públicas e à legislação agrária e agrícola, as modalidades de apropriação comum ficaram marginalizadas. De um lado, isso se deve à interpretação comum a vários autores e legisladores de que tais modalidades se tratam de vestígios do passado, fadados ao desaparecimento. Além disso, a invisibilidade do campesinato na lei demonstra o modelo de desenvolvimento assumido pelo Estado no qual a grande propriedade e a monocultura são as bases através das quais a elite agrária mantém seu poder na estrutura política brasileira.

Entre 1822 (fim do regime de sesmarias) e 1850, quando se promulga a Lei de Terras, se implantou um sistema no qual a posse era a única forma de apropriação. Segundo Lima (2002, p. 51), o sistema de posse era “o triunfo do colono humilde, do rústico

desamparado, sobre o senhor de engenhos ou fazendas, o latifundiário sob o favor da metrópole”. Entretanto, se o sistema de posse possibilitou a ocupação de terras pelos camponeses, o mesmo sistema favoreceu o estabelecimento de grandes extensões de terra. Como destaca Tavares (2010, p. 279):

Foi entre 1822 e 1850, nas décadas anteriores à aprovação da Lei de Terras, que de fato o latifúndio brasileiro se consolidou, pela ampla e indiscriminada ocupação das terras, na maioria das vezes com expulsão de pequenos posseiros pelos grandes fazendeiros.

A transformação da terra em mercadoria, a partir de 1850, colocou definitivamente os camponeses numa posição de sujeição ao capital. Associada ao fim do tráfico negreiro (ocorrido no mesmo ano) e à posterior abolição da escravatura (em 1888), a referida lei transferiu a renda capitalizada do escravo para a terra e impediu o acesso à terra aos ex-escravizados e camponeses livres (MARTINS, 1996). A terra se torna inacessível porque se estabelece a exclusividade de acesso por meio da compra e venda, mas, além disso, o mecanismo de registro das terras ocupadas até a data da promulgação da lei (realizado nos livros de registro paroquiais) dificultou o registro das posses dos camponeses e ainda favoreceu o estabelecimento de um processo de grilagens das terras ocupadas por eles (OLIVEIRA, 2007).

As terras que não apresentassem registro até a data da lei de terras seriam consideradas devolutas e pertencentes ao Estado. A discriminação das terras e a arrecadação daquelas consideradas devolutas ficaram a cargo dos Cartórios de Registro de Imóveis a partir de 1891 (após a proclamação da República). Mas a lentidão e negligência na realização desse procedimento favoreceram o estabelecimento de um processo contínuo de grilagens de terras e de uma indisciplina fundiária, marcada pela desvinculação do direito de propriedade do uso efetivo da posse e a sobreposição de títulos de imóveis.

A separação entre domínio e posse atualizada pela execução da Lei de Terras como estratégia para a manutenção da classe latifundiária no poder, também significou a viabilização da criação de capital por meio da apropriação de terras públicas<sup>11</sup>, e da expropriação dos pequenos posseiros, disponibilizando, dessa forma, a terra como ativo para novos investimentos. A efetivação da lei de terras, portanto, promoveu uma crise social no campo marcada pela:

[...] contradição entre as necessidades de acumulação do capital e realização do lucro, por um lado, e as terras que produzem os meios de

---

<sup>11</sup> A Lei de Terras definiu um período para o registro das terras ocupadas até a data da sua promulgação. Durante esse período, os latifúndios foram registrados sem a comprovação da correspondente posse efetiva. Assim, grandes extensões de terras públicas, muitas vezes ocupadas por posseiros, se tornaram capital no processo produtivo sem custo para os proprietários.

subsistência dos trabalhadores, por outro. (...) E essa contradição constitui a base dos conflitos decorrentes (TAVARES, 2010, p. 287).

Entretanto, como o processo de transformação da terra em mercadoria não acontece de forma homogênea, contraditoriamente as formas de uso comum da terra são recriadas no seio do desenvolvimento do campo brasileiro, mesmo não tendo lugar na legislação que rege a propriedade da terra no país. O campesinato posseiro, que pratica diferentes modalidades de apropriação comum da terra, se estabelece nas áreas onde a lógica da propriedade privada não se implantou plenamente ou onde houve uma retração da atividade agrícola capitalista (ALMEIDA, 2006). E, por estarem numa relação contraditória com a lógica da mercadoria, são alvo de frequentes investidas do capital a partir de ondas de valorização das terras e do avanço da fronteira agrícola.

Ao longo do século XX vários foram os momentos em que um processo amplo de reforma agrária poderia ter sido deflagrado para corrigir as desigualdades sociais provocadas pela concentração de terras, aprofundada pela aplicação da Lei de 1850. Entretanto, durante os governos republicanos de Getúlio Vargas, JK, João Goulart e, sobretudo, nos governos militares, a reforma agrária foi evitada a partir de estratégias que Oliveira (2007) chama de contra-reforma agrária. A manutenção da estrutura agrária fez aumentar os conflitos no campo principalmente na região amazônica, mas também em outras áreas de expansão da fronteira agrícola no país. As unidades de conservação e o arcabouço da legislação ambiental são estabelecidos nesse contexto em que a expansão do desenvolvimento capitalista no campo acirra conflitos por terra e leva à criação de uma série de impactos ambientais.

Importante ressaltar que estamos utilizando o conceito de fronteira a partir de sua conexão com o movimento mais amplo do capital, em que se criam novas frentes de investimento como resultado da dialética “interior x exterior”. Nesse sentido, a fronteira pode ser entendida como sendo aquelas áreas onde houve uma renovação do movimento de frente pioneira.

Para Martins (2009) a frente pioneira é aquela que traz a lógica da propriedade privada, instalando as relações capitalistas de produção e eliminando outras formas de apropriação e produção. Entretanto, a própria discussão sobre a conservação ambiental que se direciona preferencialmente para as áreas que ficaram à margem do processo de desmatamento e exploração, ajuda a compreender que a lógica da frente pioneira não promove a integração completa e definitiva dessas áreas.

A partir dos anos 1950, a chamada Revolução Verde no campo brasileiro – marcada pela introdução da tecnologia industrial na agricultura, o uso de agrotóxicos, a transformação dos produtos agrícolas em commodities e a monopolização do território por grandes conglomerados de empresas nacionais e internacionais – resultou na intensificação



do desmatamento e de conflitos de terra envolvendo indígenas, posseiros e grileiros, sobretudo na região Amazônica. A prática da grilagem de terras associada ao aumento da degradação ambiental nesse período fez o movimento ambientalista pressionar o Estado para, na sua visão, “salvar” as áreas ainda preservadas.

Entretanto, a criação de Unidades de Conservação compôs o projeto de ordenamento territorial no Brasil, o qual, ao mesmo tempo em que promovia a integração de áreas a partir da expansão da fronteira agrícola, reservava outras portadoras de importantes recursos. Nestas áreas também poderiam ser estabelecidos, posteriormente, projetos de colonização e de expansão produtiva. O que nos ajuda a entender que a política de conservação ambiental se configurava como face da mesma moeda daquela que promovia a degradação ambiental e os conflitos sociais.<sup>12</sup>

As UC's e as restrições que as políticas ambientais impuseram àqueles que estavam na situação de fronteira, se configuraram como mais um dos fatores que evidenciam o choque entre modos de produção da natureza e por isso compõem o cenário de conflitos enfrentados por povos indígenas e camponeses posseiros.<sup>13</sup> Assim como os agentes do capital (fazendeiros, grileiros, jagunços) o Estado, a partir da repressão às práticas tradicionais de agricultura e extrativismo, impede o acesso à terra transformando em despossuídos e criminosos aqueles que, ao manterem uma relação mais “equilibrada” com o meio, promoveram a “conservação da natureza”.

O movimento seringueiro e o dos povos da floresta, marcos da organização das comunidades tradicionais nesse período, foram alvo de violentos conflitos com fazendeiros, braços da lógica da propriedade privada no Brasil. Entretanto, foram esses movimentos os primeiros a chamar atenção dos ambientalistas conservacionistas para a necessidade de envolver os povos locais na chamada “causa ambiental”. Desse encontro, nasceu a possibilidade de pautar políticas públicas de conservação que levassem em conta os modos diferenciados de apropriação e produção da natureza assentadas nas formas de uso comum da terra<sup>14</sup>. A seguir, analisamos os desafios e limites da implantação de UC's de uso sustentável para a territorialidade das comunidades camponeses tradicionais.

## **As UC's de uso sustentável como soluções para o acesso ao território tradicional**

---

<sup>12</sup> Para um detalhamento da trajetória das Unidades de Conservação no Brasil ver BERNINI, 2019.

<sup>13</sup> As unidades de conservação não são estabelecidas apenas em regiões de fronteira. Entretanto, as áreas dotadas dos maiores e mais representativos remanescentes dos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos brasileiros são aquelas que não foram totalmente integradas às relações capitalistas de produção.

<sup>14</sup> A primeira proposta de área protegida de uso sustentável é concebida pelo movimento seringueiro, as Reservas Extrativistas.

A partir de meados dos anos 1980, quando a política de conservação ambiental se torna mais efetiva, com o incremento da fiscalização nas UC's, cresce o conflito com as comunidades camponesas que enxergam no Estado mais um impedimento para a reprodução dos seus modos de vida. Dessa situação de conflito, decorrem movimentos locais de luta por direitos territoriais. Ao mesmo tempo em que aumentava o entendimento de parte dos ambientalistas de que a conservação teria que considerar os modos de vida diferenciados dessas comunidades camponesas.

Esse jogo de forças proporcionou a definição das unidades de conservação de uso sustentável (incluídas e legitimadas pela lei do SNUC), e a possibilidade de mudança de categoria de UC's - inclusive por meio do Mosaico de Unidades de Conservação<sup>15</sup> -, o que fez aumentar a margem de negociação entre o Estado e as comunidades camponesas cujos territórios foram incluídos em áreas de UC's. Entretanto, é imperativo perceber que a política ambiental de conservação tem sido usada para resolver conflitos territoriais, o que traz consequências na implantação e gestão dessas UC's, evidenciando as contradições da necessidade de conservação ambiental que deriva da sociedade moderna.

Como vimos, as comunidades camponesas que habitam as áreas que interessam à sociedade isolar para conservação são em sua maioria posseiras, as quais, ao longo da história de apropriação da terra pelo capital, se fixaram nas áreas onde o interesse comercial pelos recursos naturais ainda era restrito. Nestas áreas desenvolveram relações não capitalistas de produção, baseadas no trabalho familiar e nas relações de vizinhança, ancoradas em formas de uso comum da terra e da natureza. Entretanto, apesar de relativo isolamento em relação às áreas onde as relações de produção capitalista dominam plenamente, essas comunidades sempre estabeleceram alguma relação com o mercado interno (provendo alimentos para a colônia e, posteriormente, para o país). E, mais do que isso, apresentam uma longa história de conflitos com a lógica da propriedade privada, na qual a migração e a luta pela terra e pelo território são práticas recorrentes que têm garantido a sobrevivência das famílias como camponesas.

Não é estranho, assim, perceber que o estabelecimento das UC's ocorra em áreas onde os camponeses estão sofrendo investidas do capital, sobretudo de fazendeiros e/ou empresas extrativistas, e que por isso o conflito pelo acesso à terra esteja instaurado. E a política ambiental do Estado se agrega como mais um fator que irá compor esse conflito,

---

<sup>15</sup> O Mosaico é definido na lei do SNUC como um instrumento de gestão integrada de um conjunto de áreas protegidas que apresentam ecossistemas interdependentes. Na lei a formação de um mosaico é recomendada quando existe um conjunto de UC's e outras áreas protegidas cuja gestão integrada possa significar alcançar metas de conservação mais amplas se comparadas com a gestão de cada UC individualmente. Entretanto, quando o SNUC estava em discussão ao longo da década de 1990 o mosaico foi apontado ainda como uma possível estratégia para resolver o impasse que se formara entre uso e conservação ambiental nas UC's de proteção integral. Dessa forma, ele seria utilizado para recategorizar essas UC's restritivas desmembrando-as em um conjunto de áreas sob diferentes categorias, de acordo com o manejo mais adequado.

não apenas em relação ao impedimento ao acesso à terra (isolada para a conservação), mas também como propulsora do significado da propriedade da terra como valor.

Segundo a legislação vigente, a fundação de unidades de conservação implica necessariamente o estabelecimento de um diagnóstico fundiário das terras que são alvo da política de conservação. A partir deste diagnóstico, o Estado, como designa o SNUC e a lei que o regulamenta (Decreto nº 4340/02) deve desapropriar as terras que estiverem sob domínio privado ou, quando se tratarem de terras públicas devolutas, imitar a posse em seu nome.

Ocorre que a situação fundiária das áreas escolhidas para a implantação dessa política de conservação é, na grande maioria dos casos, complexa, reinando a prática da grilagem na qual se sobrepõem títulos de propriedade, muitas vezes formando vários andares de sobreposição. Tal situação no Brasil é comum nas áreas de fronteira, onde a possibilidade de uso produtivo das terras pelo capital gera surtos de grilagem e expropriação de terras<sup>16</sup>. Almeida (2006, p.138), ao se referir às terras tradicionalmente ocupadas pelo uso comum afirma que “[...] a situação dominial geralmente indefinida e as dificuldades de reconstituição das cadeias dominiais tornavam estas áreas preferenciais à ação dos grileiros e de novos grupos interessados em adquirir vastas extensões”.

Em nossa tese de doutorado estudamos a transformação dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades quilombolas de Barra do Turvo-SP em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS Quilombos de Barra do Turvo) integrante do Mosaico de UC's do Jacupiranga, localizado na região do Vale do Ribeira-SP. Na pesquisa identificamos um processo de grilagem envolvendo o território quilombola que foi estimulado pela própria política de conservação ambiental do Estado de SP. Trata-se do caso da Fazenda Itaoca que a partir de documentação imprecisa sobre a titularidade e extensão da propriedade moveu um processo de desapropriação indireta<sup>17</sup> contra o Estado de São Paulo que foi condenado, no início da década de 1990, a pagar 270 milhões de reais pelas terras inseridas no Parque Estadual do Jacupiranga, fundado em 1969, mas ocupadas tradicionalmente pelas comunidades remanescentes de quilombo de Barra do Turvo desde o final do século XIX. A grilagem das terras pela Fazenda Itaoca, assim como o processo de desapropriação indireta, ocorreram concomitantemente ao decreto dessas terras pelo Estado como de “interesse para a conservação ambiental”. Além disso, esse processo

---

<sup>16</sup> Sabemos que a situação dominial indefinida e a sobreposição de títulos de propriedade constituem uma realidade comum no país, não se restringindo às áreas de fronteira. O que estamos chamando atenção aqui é para o fato de que essa situação compõe os conflitos que se instauram na fronteira. Para uma análise mais aprofundada sobre a história da propriedade da terra no Brasil e os conflitos a ela relacionados recomendamos o trabalho da historiadora Márcia Motta.

<sup>17</sup> A desapropriação indireta ocorre quando o proprietário toma a iniciativa de acionar judicialmente a Fazenda Pública alegando apossamento administrativo pelo Estado, e conseqüente impedimento do aproveitamento da propriedade (SÃO PAULO, 2009).

desconsiderou a legitimidade da posse das comunidades remanescentes de quilombo que inclusive apresentavam um documento de usucapião datado de 1929, o qual não foi considerado pelo juiz que confirmou a propriedade e o direito à indenização milionária para a Itaoca.<sup>18</sup>

Em outra tese, Joaquim de Brito Costa Neto (2006) identificou o estabelecimento de cadeias paralelas no registro da propriedade imobiliária em áreas destinadas à proteção ambiental. Para ele, essa “indisciplina” é o principal limite à implantação das UC’s e ao mesmo tempo representa restrições às políticas sociais e ambientais. Dentre os estudos de caso focados por Costa Neto também está o do Parque Estadual (PE) Jacupiranga<sup>19</sup>, sobre o qual destaca a existência de uma série de documentações imobiliárias irregulares associadas à ocupação de terras públicas e à extração ilegal de recursos naturais.

O caso da RDS Quilombos de Barra do Turvo assim como aqueles estudados por Costa Neto, na verdade, nos ajudam a perceber que a valorização das terras para fins de conservação ambiental também estimula grilagens e negócios envolvendo a renda da terra. Assim, mais do que ser um impedimento ao estabelecimento de UC’s, a grilagem - estabelecida estrategicamente pelas elites agrárias a partir de 1850 quando a Lei de Terras foi promulgada – é favorecida pelo argumento da conservação ambiental quando esta se transforma num veículo para a obtenção da renda da terra.

As disputas em torno da renda da terra, então, fazem parte das contradições da produção de uma “natureza conservada” que está baseada na concepção de conservação derivada da lógica da propriedade privada. A política ambiental, dessa forma, acaba por reconhecer o direito daqueles que compreendem a terra como reserva de valor, mesmo quando admite a permanência de comunidades camponesas tradicionais no interior das UC’s, como é o caso de RDS’s, Reservas Extrativistas (RESEX’s) e Áreas de Proteção Ambiental (APA’s), categorias de UC’s de uso sustentável<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Importante esclarecer que a desapropriação milionária dos 15.557 ha da Fazenda Itaoca foi o principal motivo alegado pelo governo do Estado de SP para não desafetar o território tradicionalmente ocupado pelas comunidades quilombolas de Barra do Turvo quando da transformação do Parque Estadual Jacupiranga em Mosaico Jacupiranga, processo que aconteceu em 2008. A Secretaria Estadual do Meio Ambiente de SP afirmou que por ter gasto altíssimo valor para comprar a área, não abriria mão da sua gestão e que entregá-la para a titulação dos territórios quilombolas representaria desvio de função.

<sup>19</sup> O PE Jacupiranga foi transformado em Mosaico do Jacupiranga em 2008, resultado da luta das comunidades tradicionais inseridas no PE. O trabalho de Costa Neto (2006) é anterior ao processo de transformação do PE Jacupiranga em Mosaico. O autor também analisou casos de conflito fundiário no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), na Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) e no Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), ambos localizados no Estado de São Paulo.

<sup>20</sup> As comunidades inseridas em RESEX’s ou RDS’s tem o direito ao usufruto das terras a partir da concessão de uso, não tendo, portanto, reconhecidos os seus direitos à propriedade da terra. Entretanto, a transformação dessas áreas em UC’s normalmente envolve a desapropriação de terras privadas o que reconhece como legítima a propriedade da terra daqueles que não a ocupam para a reprodução da vida. No caso da RDS Quilombos de Barra do Turvo, a legitimidade da posse das comunidades quilombolas não foi reconhecida já que o Estado desapropriou e pagou pela propriedade da Fazenda Itaoca entendendo-a como legítima proprietária das terras ocupadas pelos quilombolas.

Por outro lado, os projetos propostos pelas políticas ambientais não vão na direção de reconhecer a territorialidade das comunidades tradicionais e suas formas diferenciadas de apropriação e uso da terra, pois na esfera da lei há dificuldades de corresponder as formas de uso comum ao que estabelece o direito positivo em relação ao direito de propriedade. E a tentativa de enquadrar o uso comum na lógica da propriedade privada faz surgir novos conflitos na reprodução das famílias camponesas. Alfredo Wagner (2006) chama a atenção para o fato de que o reconhecimento jurídico-formal das terras de uso comum - delimitado, sobretudo, a partir do texto constitucional de 1988<sup>21</sup> – gera necessariamente uma transformação da estrutura agrária e da forma como essas terras são encaradas no desenvolvimento econômico-social do país. E que, justamente por demandarem tal transformação, vêm sofrendo dificuldades de efetivação devido à “leitura” dessas formas diferenciadas de apropriação a partir das referências institucionais da propriedade privada:

Inexistindo uma reforma do Estado, coadunada com as novas disposições constitucionais, a solução burocrática foi pensada sempre com o propósito de articulá-las com as estruturas administrativas preexistentes, acrescentando à sua capacidade operacional atributos étnicos. Se porventura, foram instituídos novos órgãos públicos pertinentes à questão, sublinhe-se que a competência de operacionalização ficou invariavelmente a cargo de aparatos já existentes. Os problemas de implementação daquelas disposições constitucionais revelam, em decorrência, obstáculos concretos de difícil superação principalmente na homologação de terras indígenas e na titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos (ALMEIDA, 2006, p. 34).

A busca da garantia da legitimidade do uso comum via políticas ambientais é uma forma de escamotear a necessária transformação da estrutura agrária e do mercado de terras para o efetivo reconhecimento do direito à terra das comunidades tradicionais. A criação de critérios étnicos, como a própria condição de “remanescente de quilombo”, é uma forma de dificultar o acesso à terra já que inaugura uma condição étnica para o direito ao território, o qual deveria ser reconhecido como um direito básico e ligado ao cumprimento da função social da terra, conforme a Constituição Federal. Quanto à política ambiental, as mudanças no Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) tem impacto profundo na noção de “função social da terra” sendo mais uma barreira à realização da Reforma Agrária. A lei cria a Cota de Reserva Ambiental (CRA) e determina que esta pode ser instituída em área de floresta nativa, natural ou plantada, em qualquer estágio de recuperação (conforme art. 46). Assim, abre-se a possibilidade de qualquer terra

---

<sup>21</sup> A Constituição de 1988 reconheceu o direito dos povos indígenas à demarcação das suas terras tradicionalmente ocupadas (art. 231) assim como da titulação definitiva dos territórios dos remanescentes de quilombo (art. 68 das Disposições Constitucionais). Também reconhece o direito de outros povos tradicionais a partir do art. 215.

improdutiva ser entendida como “em regeneração” e, portanto, cumprindo função social como área “prestadora de serviços ambientais”.

Além disso, a busca de soluções de conflitos agrários por meio de uma política ambiental mascara o problema estrutural da concentração de terras, o qual decorre do caráter rentista do capitalismo, sobretudo no Brasil, o que se configura uma estratégia da produção capitalista da natureza. As políticas ambientais reafirmam e reproduzem a lógica da propriedade privada propondo soluções paliativas para os conflitos gerados pela distribuição desigual da terra no país, contribuindo para se evitar mais uma vez a realização de uma política de reforma agrária. As comunidades posseiras que poderiam ter suas terras tituladas a partir de uma política de regularização ou reforma agrária têm seus territórios inseridos em UC's, cuja gestão é partilhada com o Estado.

A estratégia de tomar a política agrária pela política ambiental reforça o significado da terra como valor. Ao se evitar mexer na estrutura agrária e, portanto, no direito de propriedade, a terra é reafirmada como um ativo financeiro importante, sobretudo no momento mais atual em que o funcionamento do capitalismo depende da ciranda financeira. Quando o título de propriedade é colocado como garantia no mercado financeiro, sobre ele se projetam vários negócios e investimentos, o que supõe o respeito e a credibilidade sobre a instituição da propriedade privada da terra. Além disso, a terra é um ativo diferenciado já que comporta diferentes valores de uso. A propriedade da terra fornece, assim, posição privilegiada na disputa intercapitalista. Num cenário em que os negócios da Economia Verde se constituem em importantes meios para a acumulação, a garantia da propriedade sobre a terra se configura como estratégia para diferentes usos da natureza no futuro. Assim, mesmo as terras inseridas em UC's públicas delimitadas para a conservação - o que inicialmente eliminaria ou limitaria seus usos produtivos convencionais ao mesmo tempo em que as retiraria do mercado de terras - são encaradas como reservas de recursos naturais para usos futuros (seja para pesquisa científica, para a indústria do turismo ou mesmo para exploração mineral ou extrativista). Por isso, mantê-las sobre a propriedade do Estado facilita em grande medida sua destinação para esses usos.<sup>22</sup>

A criação de UC's de uso sustentável como solução para a garantia do território tradicionalmente ocupado traz problemas pela definição de uma tutela do Estado, e sua interferência na autonomia das comunidades. Do mesmo modo, denota que a reprodução das comunidades tradicionais e indígenas é pensada em termos da sua inserção na sociedade a partir da relação com a conservação ambiental. Isso quer dizer que as práticas

---

<sup>22</sup> O caso do Decreto do ex-presidente Michel Temer que abria a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) - área pública localizada na região Amazônica - para a exploração de mineradoras estrangeiras é um claro exemplo do entendimento das áreas de conservação como reservas de recursos naturais que podem ser destinados a acumulação capitalista. O mesmo pode ser estendido para o entendimento das terras indígenas cuja a abertura para mineração vem sendo defendida pelo atual governo de Jair Bolsonaro.

tradicionais tendem a ser valorizadas e incentivadas na medida em que servem à conservação. Uma vez que esta se realiza cada vez mais a partir da sua integração ao mercado, sobretudo da chamada Economia Verde, as comunidades podem ter modificadas suas formas de produzir a natureza na medida em que se transformam em prestadoras de serviços ambientais.

A formatação de produtos ambientais com a lógica do mercado capitalista implica colocar em risco a própria finalidade maior declarada da política de conservação, tanto nos territórios das comunidades tradicionais, foco de projetos desse tipo, como de uma forma mais geral. Os projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) envolvem a celebração de contratos entre comunidades (entendidas como provedoras-recebedoras) e empresas poluidoras-pagadoras, tendo muitas vezes a figura de investidores intermediários que financiam o projeto e se tornam proprietários dos créditos que os serviços ambientais podem gerar. Nesse caso, as comunidades recebem uma parte do valor econômico gerado pelos serviços, mas são os investidores que os negociam no mercado. Em projetos como esses, colocam-se em risco os direitos territoriais e os modos de produção da natureza das comunidades uma vez que são os investidores quem determinam a produção. A escolha do que produzir está sujeita à demanda do mercado, sendo que a decisão por produzir um valor gerado por um recurso natural (inclusive os ativos intangíveis como os créditos de carbono) ao invés de investir em outra atividade produtiva está sujeita à avaliação do retorno no mercado de cada atividade. Como observou Packer (2011, p. 21):

Contratação de serviços ambientais pelo pagador, a depender do custo de oportunidade, obriga as comunidades fornecedoras a desenvolver ações e fiscalizar o território, conforme os serviços ambientais elegidos como obrigações no contrato. O que pode impactar o modo de vida, a gestão do território e a conservação da biodiversidade que não expressar preço de mercado.

Esta mediação, então, direciona a produção das comunidades, podendo alterar profundamente seus modos de vida e até mesmo o sentido e a forma de sua relação com a natureza, características que inicialmente justificaram a sua relação com a conservação ambiental. Essa tendência pode ser ainda maior quando associada às dificuldades do Estado para reconhecer as práticas tradicionais de agricultura e manejo da floresta devido ao seu enquadramento nas estruturas administrativas da agricultura que tem a propriedade privada como fundamento. No Vale do Ribeira as comunidades quilombolas que tem seus territórios incluídos em RDS's, APA's e RESEX's<sup>23</sup> vem tendo dificultada a realização das

---

<sup>23</sup> Importante salientar que os territórios quilombolas que não estão dentro de UC's também estão sujeitos a legislação ambiental e, portanto, sofrem com as dificuldades criadas pelos órgãos ambientais para realização das suas práticas tradicionais. No entanto, essa situação apenas reforça que a territorialidade de comunidades camponesas tradicionais é atravessada pelo entendimento e necessidade de conservação ambiental que se formam em outras escalas da sociedade e que se impõe como transformadores do território tradicional.

suas roças tradicionais de coivara devido à burocratização criada pelos órgãos ambientais do estado de SP que demoram em emitir as licenças ambientais necessárias para a supressão da vegetação. Essa lentidão, na realidade, vem impedindo que as roças sejam realizadas, colocando em risco a reprodução material e imaterial dessas comunidades – já que a coivara faz parte do seu patrimônio imaterial o qual, inclusive, proporcionou a “conservação” da Mata Atlântica.<sup>24</sup>

A territorialidade tradicional, que garantiu aquilo que a sociedade entende como “natureza conservada”, tem dificuldades para se manter uma vez que os usos e práticas que promoveram ao longo do tempo a conservação vão sendo transformados em função de outros objetivos, ligados ao entendimento da natureza como fonte de recursos e rendas. Pensar a gestão territorial de Uc's que de fato incorporem outras formas de produção da natureza significaria, no limite, um rompimento com os pilares do modo de produção capitalista e sua relação metabólica com a natureza.

## Considerações finais

A luta por terra e por território, travada por camponeses posseiros e povos indígenas, ganha, sobretudo a partir da década de 1970, uma componente ambiental, seja pela resistência aos projetos desenvolvimentistas que viam a floresta como uma barreira que precisava ser transposta, ou pela resistência às unidades de conservação que não os consideravam como parte da “natureza conservada”.

Os movimentos ambientalistas urbanos de defesa da natureza, frente às ações que provocavam grandes impactos ambientais, encontraram nas comunidades tradicionais um possível aliado, e daí originou-se uma vertente destes movimentos que passou a relacionar o uso diferenciado das comunidades rurais com a conservação dos remanescentes de

---

<sup>24</sup> Segundo notícia do Instituto Socioambiental o governo do Estado de São Paulo está demorando em emitir as licenças fazendo com que as roças não possam ser plantadas no tempo correto (de acordo com os ciclos biofísicos). “Há anos, essas comunidades enfrentam sérios obstáculos junto à burocracia de órgãos estaduais, como a Secretaria de Meio Ambiente, Itesp, Fundação Florestal e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), para conseguir as licenças que liberam o corte de vegetação, procedimento necessário para o plantio de alimentos voltados à subsistência. A falta das autorizações no tempo certo para a abertura das roças enfraquece a cultura tradicional dos quilombos, incentiva o êxodo rural dos mais jovens, prejudica a saúde e a cultura dessas populações tradicionais do Vale do Ribeira, região que concentra a maior parcela de Mata Atlântica conservada de São Paulo. As licenças atrasam ano após ano. Sem a autorização, os quilombolas são impedidos de plantar e acabam abandonando as roças. ‘O medo [de multas] impera na comunidade. Deixou muito de se fazer roça pela questão da legislação mesmo’, explica Vanessa França, 31 anos, do quilombo São Pedro. (Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/ta-na-hora-da-roca-campanha-pede-respeito-ao-plantio-tradicional-quilombola>, Acesso em 17/08/2018)

As roças de coivara fazem parte do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola (reconhecido como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan) e parte central do manejo dos recursos naturais do Vale do Ribeira que promovem há mais de 200 anos a conservação da Mata Atlântica na região. Não por acaso, o Vale do Ribeira concentra 21% do que resta desse bioma em todo o Brasil.



diversos ecossistemas. Podemos compreender, então, que as UC's de uso sustentável são resultado da luta por terra e território associada à conservação ambiental. Contudo, são notórios os limites para que de fato tais áreas garantam a territorialidade de comunidades camponesas tradicionais. A associação entre conservação ambiental e o uso comum (base das territorialidades e formas de produção da natureza dessas comunidades) é intrinsecamente contraditória porque a valorização das práticas conservacionistas, integrantes de formas diferenciadas de produção da natureza, se faz a partir da sua adequação às institucionalidades dentro do modo de produção capitalista.

Os camponeses posseiros em luta pelo acesso à terra encontram na legislação ambiental um caminho para “assegurar” o território. Entretanto, assim como a criação de critérios étnicos para o acesso à terra, a resolução de conflitos agrários via política ambiental se revela como uma estratégia para a não realização da reforma agrária, o que significa dizer que a conservação ambiental reafirma o estatuto da propriedade privada que é a base da produção capitalista da natureza.

Além disso, se as UC's de uso sustentável abrigam outras formas de produção da natureza, baseadas no uso comum, o fazem a partir da regulação e da mediação das instituições da propriedade privada, arcabouço ao qual as formas de uso comum sempre estiveram em oposição. Assim, a internalização dos “tradicionais” nas UC's – o que significa colocar em prática o chamado conservacionismo - parece ser uma concessão que vai se mostrando de difícil consecução na medida em que esbarra em limites estruturais que dizem respeito à concepção de conservação ambiental que resulta da (re)produção capitalista da natureza.

A inserção das comunidades tradicionais na política de conservação sinaliza para sua possível transformação futura em prestadoras de serviços ambientais, numa versão brasileira daquilo que no caso europeu aparece sob a denominação de Guardiões da Natureza. Desde 1992 a Política Comum Europeia tem adotado medidas de incentivo à proteção da natureza por meio de pagamentos diretos aos produtores por seus serviços ambientais. Essas medidas estão relacionadas a uma crescente regulação externa/estatal sobre as práticas agrícolas e de manejo da natureza com vistas à proteção ambiental. A forma de inserção das comunidades tradicionais nas UC's de uso sustentável parece estar em sintonia com essa orientação geral. Ou seja, em lugar de um manejo mais adequado em razão dos valores e/ou de práticas próprias à cultura do grupo, relacionadas com uma forma específica de uso e (re)produção da natureza, o que passa a ser defendido é a imposição de uma forma nova de produção da natureza, agora mediada por formas de regulação externas ao grupo, representadas como correspondendo ao interesse da “sociedade”.

A possibilidade das territorialidades tradicionais serem respeitadas depende, na verdade, do avanço da participação política dessas comunidades nas decisões a cerca de

para quem e como vamos produzir a natureza. No horizonte desse processo está a transformação radical do modo de produção capitalista já que a relação mais respeitosa com os não-humanos depende essencialmente de uma relação metabólica com a natureza que tenha a perpetuação da vida (e não do dinheiro) como meta; e essa é a base das territorialidades das comunidades camponesas tradicionais.

## Referênci

ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2 ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ANDRADE, M. C. **A Questão do Território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BERNINI, C. I. **A produção da “natureza conservada” na sociedade moderna: uma análise do Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira-SP**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_. Políticas de conservação ambiental no Brasil e a mercadificação da natureza. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 662-681, 15 out. 2019.

CASTREE, N. **Marxism, Capitalism, and the Production of Nature**. In BRAUN, B. & CASTREE, N. *Social Nature: theory, practice, and politics*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

COSTA NETO, J. B. **A questão fundiária nos Parques e Estações Ecológicas do Estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário**. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/USP, 2004.

KATZ, C. **Whose Nature, Whose Culture?** Private productions of space and the preservation of nature. In BRAUN, B. & CASTREE, N. (edit.). *Remaking Reality: Nature at the millennium*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 5. ed. Goiânia: Editora UFG, 2002.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PACKER, L. **Pagamentos por “Serviços Ambientais” e Flexibilização do Código Florestal por um Capitalismo “Verde”**. Curitiba: Terra de Direitos, ago 2011. Disponível

em <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Analise-PSA-CODIGO-Florestal-e-TEEB- Terra-de-direitos.pdf>

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000.

PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil**. 11ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para a Conservação a Produção Florestal do Estado de São Paulo. **Regularização fundiária em unidades de conservação**: as experiências dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. São Paulo: IMESP, 2009.

SILVA-SÁNCHEZ, S. **Cidadania Ambiental**: Novos Direitos no Brasil. 2.ed. São Paulo: Anablume, 2010.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná**: terras de uso comum. 2008. 751p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

---

## Sobre o autor

---

**Carina Inserra Bernini** - Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora colaboradora do Departamento de Geografia da Faculdade de Educação e Ciências Humanas (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

---

## Como citar este artigo

---

BERNINI, Carina Inserra. Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais? **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

---

Recebido para publicação em 13 de agosto de 2019.  
Devolvido para a revisão em 02 de maio de 2020.  
Aceito para a publicação em 26 de maio de 2020.

---

# **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras**

**Gabriel Troilo**

Rede de Educação Básica do Estado da Bahia – Bahia, Brasil.

e-mail: gabriel.ogabiru@gmail.com

**Maria Nalva Rodrigues de Araújo**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

e-mail: navaraujo@hotmail.com

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é debater os tensionamentos produzidos pela inserção da educação em agroecologia no ensino superior, por meio da investigação feita com propostas pioneiras de cursos inseridas em duas universidades públicas de nosso país. Para tanto foi desenvolvido um estudo de caso de duas importantes graduações em agroecologia de universidades públicas em nosso país. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores responsáveis pela construção dos cursos, assim como a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos mesmos. Os resultados da pesquisa apresentados neste ensaio revelam que a inserção da agroecologia nas universidades estudadas gerou e tem gerado tensionamentos que estão presentes nas instituições de ensino superior como um todo. No estudo o conflito se revelou pela tendência dominante em adaptar as formações à lógica de mercado, por meio do modelo de ensino tecnicista e empreendedor predominante nas ciências agrárias. Em contra-hegemonia a esta tendência, a educação em agroecologia estrutura uma proposta de formação mais humana e crítica para dentro da universidade, com projetos de curso que enfrentam o modelo dominante e tem o desafio de produzir conhecimento e formar profissionais necessários à transição agroecológica da produção.

**Palavras-chave:** luta de classes; contra-hegemonia; universidade; agroecologia.

## **Education in agroecology and class disputes in higher education: a case study of pioneer training instituted in Brazilian public universities**

### **Abstract**

The objective of this work is to debate the tension produced by the insertion of education in agroecology in higher education, through the investigation made with pioneering course proposals inserted in two public universities in our country. To this end, a case study of two major agroecology degrees initially implemented at public universities in our country was developed. Semi-structured interviews were conducted with teachers responsible for the construction of the courses, as well as the analysis of their Pedagogical Political Projects. The research results presented in this essay reveal that the insertion of agroecology in the universities studied has generated and has generated tensions that are present in higher education institutions as a whole. In the study the conflict was revealed by the dominant tendency to adapt the formations to the market logic, through the predominant technicist and entrepreneurial teaching model in the agrarian sciences. In counter-hegemony to this trend, education in agroecology structures a more human and critical formation proposal within the university, with course projects that face the dominant model and have the challenge of producing knowledge and training professionals necessary for the agroecological transition of the production.

**Keywords:** Class struggle; counter-hegemony; university; agroecology.

## **Educación en agroecología y disputas de clase en educación superior: un estudio de caso de capacitación pionera instituida en universidades públicas brasileñas**

### **Resumen**

El objetivo de este trabajo es debatir la tensión producida por la inserción de la educación en agroecología en la educación superior, a través de la investigación realizada con propuestas de cursos pioneros insertados en dos universidades públicas de nuestro país. Con este fin, se desarrolló un estudio de caso de dos títulos principales de agroecología en universidades públicas de nuestro país. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con docentes responsables de la construcción de los cursos, así como el análisis de sus Proyectos Políticos Pedagógicos. Los resultados de la investigación presentados en este ensayo revelan que la inserción de la agroecología en las universidades estudiadas ha generado y ha generado tensiones que están presentes en las instituciones de educación superior en su conjunto. En el estudio, el conflicto fue revelado por la tendencia dominante a adaptar las formaciones a la lógica del mercado, a través del modelo predominante de enseñanza técnica y empresarial en las ciencias agrarias. En contra de la hegemonía de esta tendencia, la educación en agroecología estructura una propuesta de capacitación más humana y crítica dentro de la universidad, con proyectos de cursos que enfrentan el modelo dominante y tienen el desafío de producir conocimiento y capacitación de los profesionales necesarios para la transición agroecológica de la producción.

**Palabras-clave:** lucha de clases; contra-hegemonía; universidad; agroecología.

### **Introdução**

A agroecologia é uma ciência jovem a adentrar a academia, a ocupar os espaços de ensino, pesquisa, extensão e produção de conhecimento nas universidades brasileiras. Como ciência ela é a expressão de um acúmulo histórico do campesinato na construção de um modelo popular de agricultura. Um modelo que tem o desafio de garantir a produção de alimentos saudáveis em quantidade e qualidade suficientes para suprir as demandas do campo e da cidade, sem sobrepôr a capacidade suporte dos ecossistemas. A agroecologia, sobretudo, se compõe como projeto central de luta de movimentos socioterritoriais na defesa de uma produção agropecuária apropriada aos modos de vida dos povos do campo, suas sociabilidades, culturas alimentares e formas de relação com a natureza. Um modelo produtivo que por sua natureza faz contrapondo direto ao modelo hegemônico da indústria do campo e seu agronegócio.

Como ciência de um modelo contra-hegemônico de agricultura, a agroecologia tem o desafio de promover o processo de transição agroecológica da produção agropecuária e, para isso, precisa se compor como proposta legítima e viável de desenvolvimento do campo, seja no meio social e econômico-produtivo, seja no meio acadêmico-científico.

Sendo assim, a agroecologia reflete um projeto de campo e de sociedade, tendo que se constituir na dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista. Sendo que, assim como outras formas de ação contra-hegemônica, seu movimento se dá pela contradição. Ou seja, a agroecologia avança tanto em espaços de resistência à lógica de mercado, por meio da estruturação de tecnologias produtivas sustentáveis não dependentes de insumos industriais e relações socioeconômicas não-capitalistas; quanto se adequa à esta lógica, sendo apropriada pelo mercado e reduzida ao processo de produção de alimentos saudáveis por empreendimentos agropecuários de grande porte. A exemplo do mercado altamente lucrativo de alimentos orgânicos. Neste processo ciência agroecológica, assim como outras áreas do conhecimento, levanta demandas sociais, econômicas e políticas que se refletem na produção do conhecimento e na formação dos sujeitos a partir da universidade. Neste sentido, as formações em agroecologia podem ser direcionadas por estas demandas, e desenvolver-se a partir do mercado e da produção, no sentido de desenvolver tecnologias cada vez mais avançadas na produção de alimentos no circuito da agricultura industrial; assim como pode desenvolver-se para cumprir as demandas de desenvolvimento do projeto político levado a cabo por movimentos sociais do campo.

A ascensão da agroecologia enquanto ciência acadêmica torna-se uma necessidade urgente para sustentar sua consolidação como modelo produtivo do campesinato. Para tanto há a necessidade de desenvolver no meio científico os saberes acumulados historicamente pela agricultura camponesa e, para isso, a agroecologia precisa se compor como ciência legítima e autônoma frente a agronomia tradicional. Temos claro acordo com os movimentos sociais do campo e o conjunto dos profissionais que constroem a agroecologia de que ela é hoje a expressão mais importante que reúne os movimentos de contra-hegemonia à agricultura industrial.

Ao avançar para o interior da universidade a agroecologia gera tensionamentos e enfrenta desafios para sua consolidação neste meio, por exigir do ensino superior um comprometimento formativo e epistemológico que está para além das estruturas arraigadas de ensino e pesquisa da universidade nas formações em ciências agrárias. Ela enfrenta as estruturas de poder de uma universidade moldada pelas diretrizes do mercado, dentro de um modelo tecnicista e operacional, como nos revela Chauí (2017). Ao ocupar este território de poder do mercado que é a universidade, a agroecologia produz conflitos, que neste ensaio reconhecemos como sendo conflitos de classe, e que expõem as contradições presentes na formação desenvolvida pelo ensino superior em nosso país.

O objetivo deste trabalho, portanto, é debater os tensionamentos produzidos pela inserção da educação em agroecologia no ensino superior, por meio da investigação feita com propostas pioneiras de cursos inseridas em duas universidades públicas de nosso país.

Podendo gerar assim a compreensão sobre como tais tensionamentos podem ser encarados no âmbito da luta de classes na universidade brasileira.

Para tanto foi realizado um estudo de caso onde investigou-se duas propostas de formação em agroecologia construídas em universidades públicas brasileiras: o Curso de Tecnologia em Agroecologia da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no assentamento Contestado, Lapa, Paraná, projeto implementado pelo Movimento Sem Terra (MST) em articulação com a articulação internacional La Via Campesina; e o Curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), campus de Araras, projeto implementado por um conjunto de docentes da área de agrárias da própria universidade. O estudo de caso se centrou em três passos principais: investigar o processo de construção dos cursos, na tentativa de identificar os desafios colocados para tanto, a partir de entrevistas com docentes que atuaram no processo; analisar os projetos políticos pedagógicos das duas propostas de graduação em agroecologia estudadas, no sentido de compreender os objetivos formativos e a estrutura pedagógica das mesmas; Investigar a forma como o projeto dos cursos se realizaram a partir de seu funcionamento na atualidade, tentando compreender os enfrentamentos e contradições gerados neste processo e identificando as demandas externas colocadas por diferentes setores da sociedade para as formações propostas.

A investigação foi realizada a partir do método de pesquisa qualitativa estruturada no materialismo-histórico dialético, onde a problematização e busca de respostas para os problemas levantados consideram o conhecimento produzido e o contexto histórico-social, político e econômico que forneceu base material para a construção do mesmo (MATIAS-PEREIRA, 2010; MARCONI & LAKATOS, 2004).

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram a pesquisa documental, a observação de campo e a entrevista semiestruturada. A observação realizou-se através de visitas aos campus onde hoje funcionam os cursos, estabelecendo contato inicialmente com a coordenação atual dos mesmos para obtenção de documentação necessária à pesquisa, e respectiva interação e diálogo com professores e estudantes na tentativa de conhecer o andamento das formações. Quanto a pesquisa documental consultou-se os projetos político-pedagógicos cedidos pela coordenação dos cursos, identificando as bases teóricas, a proposta metodológica, a organização curricular e as estratégias pedagógicas de estruturação dos cursos. A entrevista semiestruturada foi realizada com docentes responsáveis pela construção e desenvolvimento inicial dos cursos, tentando identificar os desafios e contradições presentes na construção, implantação e funcionamento inicial dos mesmos, principalmente os enfrentamentos encontrados neste processo. Tratou-se,

sobretudo, da proposta pedagógica presente nos projetos de curso, como se deu a estruturação de seus fundamentos teóricos e metodológicos.

Os dados obtidos através das coletas de campo foram tratados e organizados de forma que pudessem responder às provocações estabelecidas por este trabalho. A partir da análise dos resultados foi possível caracterizarmos cada curso, pelo estudo de caso, explicitando a forma como cada um foi construído e tem funcionado; pela análise dos projetos políticos pedagógicos debatemos os fundamentos teóricos e a posição política de cada curso na implementação de seus projetos educativos, assim como a expressão disso na organização pedagógica de cada; pelas narrativas coletadas dos docentes foi possível trazer à tona os enfrentamentos e contradições presentes em cada curso.

Este ensaio é fruto da pesquisa realizada no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Escola Nacional Florestan Fernandes e Via Campesina.

## **Os caminhos da agroecologia no enfrentamento do modelo dominante de agricultura**

Os modelos agrícolas em disputa na atualidade são a expressão da intensificação das lutas de classes entre camponeses e empresas do agronegócio. Uma luta que não se dá somente no âmbito do acesso à terra e aos recursos da mesma, visto os processos de desterritorialização de comunidades rurais para o avanço da fronteira agrícola das grandes indústrias do campo. Mas se dá, sobretudo, nos enfrentamentos entre os modelos de produção da terra e o conhecimento estruturados pelos mesmos.

Se pensarmos em conhecimentos que se traduzem em um modelo popular de produção de alimentos precisamos remontar à história da própria humanidade. A agricultura camponesa de subsistência desenvolve cultivos das principais variedades de plantas alimentícias há mais de 10.000 anos, sendo esta atividade uma das principais formas de interação entre a humanidade natureza. A prática milenar de domesticação das plantas e dos animais gerou conhecimentos acumulados sobre as culturas agrícolas que foram reproduzidos ao longo do tempo em todas as sociedades humanas. A diversidade de alimentos hoje conhecida é resultado de um longo processo de seleção das plantas mais adequadas à produção agrícola. Neste processo está resguardado um patrimônio genético diverso, que é resguardado por meio do manejo e manutenção de estoques de sementes e raças de animais crioulos. Ao longo da evolução das sociedades humanas o conhecimento da natureza é gradativamente ampliado, no caso da agricultura temos nos cultivares, criatórios e manejos um patrimônio produzido por milhares de anos de desenvolvimento e experimentação das mais variadas formas produção. Conhecimento que está sendo perdido



por conta das novas formas de produção introduzidas pela agricultura moderna (MAZOYER & ROUDART, 2010; TOLEDO & BARRERA BASSOLS, 2015).

A introdução de práticas e insumos produzidos pelas indústrias de adubos químicos, agrotóxicos, máquinas, tratores e sementes começou a ser desenvolvida após a segunda guerra mundial, um processo de transformação bastante acentuado na agricultura denominado revolução verde. A agricultura torna-se industrial e as empresas passam a aumentar o controle sobre a produção do campo, criando tecnologias que proporcionam o aumento acentuado da produtividade da terra e conseqüentemente o lucro sobre as atividades produtivas do campo. A mais recente etapa tecnológica da revolução verde se consolida na atualidade a partir da ascensão da biotecnologia, onde os alimentos passam a ser produzidos a partir de um pacote tecnológico envolvendo sementes transgênicas dependentes de princípios ativos presentes na formulação química de agrotóxicos.

A racionalidade econômica do modelo hegemônico de agricultura transformou a produção de alimentos em negócio e o campo em setor da economia, justificando seus avanços na necessidade de aumento de produtividade que fosse capaz de suprir as demandas da população humana em crescimento. Porém esta matriz produtiva só gerou a perda de fertilidade natural do solo, consentindo em uma crescente dependência da agricultura para com insumos artificiais e dos camponeses para com as tecnologias produzidas pelas empresas que monopolizaram o mercado agrícola.

Atualmente toda a cadeia produtiva da agricultura, tanto de base, insumos, tecnologias e dos próprios alimentos; quanto de beneficiamento e distribuição está sob o domínio de algumas empresas multinacionais, que segundo Jan Douwe van der Ploeg (2009) formam verdadeiros “impérios alimentares”. Neste contexto o pequeno agricultor ou é inserido como mão de obra em complexos agroindustriais ou é levado a produzir utilizando o pacote tecnológico imposto pelas multinacionais, através das políticas de crédito do Estado instituídas pelos projetos de assistência técnica. O resultado é a perda da diversidade genética dos cultivos, que passam a ser cada vez mais homogêneos e padronizados pela engenharia genética, e a perda da qualidade dos alimentos consumidos pela população, que são produzidos em escala com a aplicação de doses crescentes de agrotóxicos.

A revolução verde em sua dinâmica ampliada introduz um único modo de se produzir alimentos e por conseqüência acaba destruindo as diversas variedades de cultivos selecionados por milhares de anos, conhecimento humano acumulado por várias gerações e resguardado até a atualidade através do patrimônio genético dos cultivares e de suas tecnologias produtivas.

Mas, mesmo que o modelo da agricultura industrial seja dominante em quase todos os territórios do mundo, ainda é persistente uma forma de produção agrícola que tem forte

lastro no que, segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015), representa um patrimônio biocultural da humanidade. Segundo os autores há um conjunto de conhecimentos e sabedorias populares que se expressam em uma diversidade linguística [o conhecimento presente na oralidade de populações tradicionais, que serve de repositório destas informações], uma diversidade biológica [pelo conjunto de organismos vivos que são conhecidos por suas características interessantes à humanidade] e pela diversidade agrícola [o conjunto de conhecimentos sobre o manejo da terra e das espécies domesticadas para a produção de alimentos]. Estão ainda presentes em repositórios de “memória biocultural”, em centros de conexão destas diversidades, principalmente nos territórios de povos e comunidades tradicionais. Tal patrimônio representa uma das mais importantes riquezas da humanidade, pois resguardam um vasto conhecimento sobre formas de produção que ainda são independentes do pacote tecnológico da agricultura moderna. A bem da verdade, diante deste patrimônio biocultural presente na produção camponesa, a biotecnologia e a engenharia genética nos cultivares agrícolas não apresenta avanço algum, a não ser para o monopólio do mercado sobre todo o processo de produção de alimentos.

A agricultura desenvolvida pelo campesinato apresenta reais condições de enfrentar todos os desafios e adversidades colocados atualmente para a produção de alimentos. Mesmo que a ciência agrária convencional e o mercado tentem enquadrá-la como forma arcaica e pouco produtiva, quando comparada à agricultura industrial, ainda assim a agricultura camponesa está fortemente estruturada em diversos territórios do mundo, garantindo a alimentação de populações do campo e da cidade. É certo que sua base tecnológica está avançando no período recente por meio do diálogo entre o conhecimento popular, das práticas tradicionais dos povos do campo, e o conhecimento científico, das pesquisas em torno de um manejo agrícola ecológico e sustentável. A expressão dessa articulação está na ascensão do modelo produtivo-tecnológico do campesinato: a agroecologia. A bem da verdade a agroecologia tornou-se uma ciência produção de alimentos saudáveis utilizando os saberes históricos, o patrimônio genético e o manejo da natureza de maneira racional, para uma agricultura que não necessite de aportes de insumos externos ao ambiente produtivo (ALTIERI, 2012; TOLEDO & BARRERA BASSOLS, 2015).

Há em abundância na natureza todos os recursos necessários para uma produção agrícola eficiente, é a partir do manejo destes recursos que os camponeses e as camponesas em diferentes partes do mundo têm condições de resistirem ao pacote tecnológico do agronegócio. A sabedoria resguardada nestas práticas agrícolas é uma das principais formas de resistência da agricultura camponesa, é o patrimônio biocultural

compartilhado da humanidade que imprime o potencial da mesma em avançar para uma produção diversa e abundante de alimentos. Privar os agricultores deste recurso é um crime contra toda a humanidade, é o roubo de uma herança de gerações de sociedades que tem sido feito pelas multinacionais da agricultura moderna. O acesso às variedades genéticas de cultivares tradicionais e de recursos presentes na natureza é um direito primordial da humanidade, e camponeses do mundo todo tem compreendido a defesa deste direito como sendo a tarefa prioritária do momento presente, já passaram a proteger suas sementes, buscando a independência em relação às grandes corporações. Não é retrocesso valorizar o conhecimento tradicional, é construção de autonomia dos camponeses para a construção da soberania alimentar de seus territórios.

Nos últimos tempos o campesinato vem traduzindo estes conhecimentos populares de forma mais orgânica em torno de um modelo de produção que seja capaz de superar o modelo dominante, um movimento que perpassa as lutas populares da América Latina principalmente, e que se expressa em uma confrontação central ao discurso dominante que legitima a forma única de se produzir alimentos, a ciência da agricultura industrial. Como afirma Molina e Guzman (2005):

[...] a matriz de pensamento popular latino-americano aparece a partir da perspectiva da agroecologia como uma genealogia que “deve conduzir a luta justamente contra os efeitos de poder de um discurso considerado científico” (Foucault, 1992: p. 23). Efetivamente, a agroecologia se enfrenta ao falso discurso científico que legitima a agricultura industrializada, difundindo a biotecnologia como paradigma hegemônico e proclamando a necessária prioridade dos cultivos transgênicos (MOLINA E GUZMÁN, 2005: p. 14)

O advento da industrialização da agricultura precisa ser encarado não somente em sua dimensão técnica, pelo desenvolvimento que o modelo agrícola industrial trouxe para a produção da terra na entrada da modernidade. É preciso encarar o modelo de agricultura dominante por suas consequências sociais, no sentido de enquadrá-lo como instrumento de hegemonia de classe. O monopólio da produção, das tecnologias, dos cultivares se reflete também no monopólio sobre os territórios agricultáveis de todas as regiões do planeta. Processo este que desterritorializa permanentemente uma parcela considerável da população mundial, produzindo um conjunto de despossuídos, pelo cerceamento ao acesso à terra e seus recursos. Resulta deste processo o fenômeno da pobreza rural e do inchaço urbano: a multiplicação da pobreza nas grandes cidades pela a migração da população rural que é expulsa de seus territórios. A luta pela permanência nos territórios é um dos principais problemas enfrentados pelos camponeses nos dias de hoje.

Assim como a permanência na terra compreendemos ser também importante o modo como se desenvolvem estratégias de resistência na mesma. A forma como os

camponeses produzem seu território, ou seja, as formas de territorialidade presente nas práticas e tecnologias que proporcionam as condições de sua existência na terra. É certo, portanto, que os camponeses produzem seu território tendo por base o conhecimento e as técnicas acumulados por gerações, e que se transforma em ciência e em modelo de produção a partir do advento da agroecologia (FERNANDES, 2012).

O enfrentamento do modelo do agronegócio escancara o acirramento da luta de classes no campo, que vai muito além do acesso ao território, mas perpassa essencialmente o modo de desenvolvimento próprio do campesinato na terra, sua territorialidade, hoje representada pelo modelo da agroecologia. Tal modelo tem como demandas urgentes a produção e legitimação do conhecimento agroecológico, assim como a capacitação necessária à reprodução deste modelo no campo. Desafios levados a cabo pelas construções em torno da educação em agroecologia nos diversos níveis de formação.

### **Os desafios da construção da educação em agroecologia em nosso país**

Durante muito tempo houve um questionamento feito por muitos estudantes e profissionais da área de ciências agrárias: haveria realmente a necessidade de criação de uma formação em agroecologia no ensino superior? Tal questão surge exatamente por conta das limitações impostas pela lógica econômica dominante à ciência agroecológica, ao desenvolvimento da produção agroecológica e conseqüentemente à atuação dos sujeitos graduados em agroecologia. Limitações estas que, muitas vezes, impõe-se no sentido de deslegitimar a agroecologia diante do poderio ideológico do modelo dominante de agricultura. Segundo Costa (2010) há um conjunto de acadêmicos que defendiam e ainda defendem a internalização dos paradigmas da agroecologia no interior dos cursos tradicionais de agronomia, visto a lógica do ensino superior de universalidade, e que, por este sentido, as proposições da agroecologia teriam que estar se desenvolvendo dentro das ciências agrônômicas como parte do embate de distintas correntes de pensamento, no processo dialético de encontro e enfrentamento das ideias.

Tal percepção surge no bojo da produção de alternativas à produção convencional, como as agriculturas ecológicas, que tem o aporte técnico necessário para a produção de alimentos em outra metodologia que não a do pacote dominante do agronegócio. E que, por serem “alternativas”, não enfrentam o modelo de agricultura dominante, mas abrem formas especializadas de produção de alimentos saudáveis que diversifica a indústria de alimentos somente, sem contrapor a produção industrial. Assim sendo tenta-se encaixar a agroecologia neste mesmo viés, como fragmento especializado da ciência agrária. Mas a

agroecologia envolve uma complexidade e uma totalidade que vai muito além de uma simples abordagem tecnológica alternativa. Ela tem aporte teórico, técnico e epistemológico para se colocar frente a frente e contrapor a ciência agrônômica tradicional e seu modelo dominante de produção de alimentos. Não há possibilidade de diálogo com a ciência que desde muito pauta-se pelos pressupostos da Revolução Verde e a moderna tecnociência da produção industrial, pela impossibilidade de diálogo, pois a Agroecologia tem sua abordagem científica partindo paradigmas contrapostos ao agronegócio:

[...] o maior empecilho à internalização dos preceitos da Agroecologia nos domínios da Agronomia tradicional seja de ordem paradigmática: o referencial teórico-conceitual e analítico adotado na Agronomia é de natureza cartesiana, especialista, compartimentada, enquanto a Agroecologia prioriza uma matriz teórica holística, interdisciplinar, generalista, totalizante (COSTA, 2010, p.26).

Por este motivo identificamos na construção do modelo agroecológico, e sua sustentação a partir de uma ciência e de uma forma de educação, um conflito central com as formas convencionais de ensino e produção de conhecimento. Querendo ou não a expressão concreta do papel da escola e da universidade nas lutas de classes em nossa sociedade torna-se evidente ao olharmos para o processo de construção da educação em agroecologia no ensino técnico e superior em nosso país.

Desenvolver a educação em agroecologia tornou-se um desafio para todos os envolvidos na construção deste modelo de agricultura. A formação de uma geração capaz de compreender e se aparelhar desta nova matriz de conhecimentos e utilizá-los para fazer avançar os processos de transição agroecológica é a expressão deste desafio. A educação em agroecologia foi colocada como pauta prioritária e urgente para as organizações sociais do campo, trazendo ao compromisso com esta construção os movimentos sociais do campo, a comunidade acadêmica e os profissionais de ciências agrárias que constroem a agroecologia na prática profissional e militante. Para se fazer avançar as propostas de formação não somente de camponeses, mas de toda uma geração de estudantes que foram se introduzindo neste campo de estudo e formação das ciências agrárias por meio da agroecologia.

Os movimentos sociais do campo, principalmente o MST, geraram um acúmulo de experiências, práticas, conhecimentos e unidade política em torno do modelo da agroecologia no período recente, sendo que tornou-se extremamente necessário traduzir este processo para o campo da educação. Deste modo a educação em agroecologia vem sendo um dos investimentos centrais da sustentação do modelo da agroecologia. Roseli Caldart (2017) nos chama a refletir sobre a importância formação em agroecologia na educação dos camponeses, da potencialidade presente neste processo, seja no sentido

político, seja no formativo. Ela nos adverte sobre a necessidade de produzir relações orgânicas entre escolas do campo e as formas de produção agrícola gestadas pelo modelo que enfrenta a produção hegemônica da agricultura industrial, e aponta para superação deste modelo. A articulação da luta pela produção agroecológica e a formação em agroecologia é apontada pela autora como sendo algo urgentemente necessário para a transformação da agricultura, como parte de um projeto maior de transformação do campo.

A construção da educação em agroecologia tanto em nosso país quanto no continente latino-americano tornou-se uma demanda política firmada em compromisso por movimentos camponeses de todo o continente, integrados à articulação internacional La Via Campesina. Ao tomar a construção do modelo da agroecologia como projeto internacional, na construção da soberania alimentar dos povos, os movimentos sociais que compõem esta articulação dão o tom de centralidade política à mesma, criando uma agenda que passou a guiar as estratégias de luta contra-hegemônica na produção de alimentos. A formação de profissionais e a produção de conhecimento e tecnologia foi uma das primeiras demandas a serem cumpridas desta agenda. Para tanto a Via Campesina passa a articular a criação de espaços educativos para inserir a formação em agroecologia na educação dos camponeses em todas as nações latino-americanas. Neste processo foi instituído o projeto de construção dos Institutos de Agroecologia Latino-americanos, os IALAs, uma articulação que mantém a formação de jovens em graduação em agroecologia e um intercâmbio permanente de profissionais e conhecimentos entre países como Cuba, Venezuela, Equador, Bolívia e Chile. O primeiro IALA foi construído em nosso país: a Escola Latino Americana de Agroecologia, articulada pelo MST no Paraná. Juntamente com esta proposta já estava em voga um conjunto de experiências de escolas de formação técnica de nível médio em agroecologia, implementando a formação nesta área a partir dos métodos e princípios da educação do campo. O MST gestou este processo a partir de metodologias de apreensão do conhecimento que envolve o diálogo entre saberes populares e conhecimento científico no contínuo contato com as realidades vividas pelas comunidades rurais (CALDART, 2017 ; TARDIN, 2016)

Por assim dizer os movimentos sociais do campo foram pioneiros em desenvolver a educação em agroecologia através de suas experiências formativas, sendo que em sua maioria não eram reconhecidas pelo Estado de maneira inicial, tão pouco apoiadas e financiadas pelo mesmo. Para avançarem foi preciso o movimento pressionar o poder público para que as formações fossem legitimadas, como é o caso de boa parte das escolas técnicas de agroecologia do MST. Mas, na perspectiva popular, os movimentos conseguiram formar uma base sólida para a estruturação da educação em agroecologia, assim como para a legitimação e desenvolvimento do modelo agroecológico em nosso país.

Concomitante às amplas ações dos movimentos sociais do campo, as propostas de educação em agroecologia passaram a ser pautadas e construídas dentro das universidades e escolas técnicas do ensino público por um conjunto de estudantes, docentes e profissionais da área de ciências agrárias que formavam a posição de resistência ao modelo hegemônico de agricultura no meio acadêmico. Um processo que envolvia embates intensos no interior das instituições dominadas pela lógica produtivista e mercadológica do agronegócio. Estima-se que tal construção vem sendo feita desde a década de 1980, por iniciativa de entidades de base de estudantes, como a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) na construção espaços de diálogo permanentes sobre agroecologia. Foram desenvolvidos núcleos de trabalho, formações e estágios envolvendo o desenvolvimento do tema, além da criação generalizada de grupos de agroecologia em muitas universidades. No mesmo sentido os docentes e profissionais da área de ciências agrárias em permanente diálogo com organizações, entidades e movimentos sociais do campo, passaram a construir no meio acadêmico e científico a contraposição ao modelo dominante de conhecimento em ciências agrárias, implementando grupos de pesquisa e extensão, formações, disciplinas especiais, e demais estratégias institucionais que pautassem a agroecologia dentro das universidades e escolas técnicas. Processo este que culminou na consolidação de um conjunto de cursos técnicos, graduações e pós-graduações nas diferentes instituições públicas de ensino, ao mesmo tempo que se ampliou tanto o debate quanto a produção de conhecimento científico em agroecologia em todo o país (AGUIAR, 2010).

Em um estudo promovido no ano de 2013 Balla, Massukado e Pimentel (2014) traçaram um panorama dos cursos de agroecologia no Brasil, por análise de dados do Ministério da Educação foram levantadas todas as experiências de educação em agroecologia que foram reconhecidas e estavam formalizadas naquele período. Ao todo foram encontrados pelos pesquisadores 136 cursos de educação em agroecologia, sendo que destes 108 são cursos de técnicos de nível médio, 24 são cursos de graduação, sendo 19 tecnológicos e 5 bacharelados, e 4 são cursos de pós-graduação stricto sensu, sendo três mestrados e um doutorado. Estes dados são uma expressão dos avanços que a educação em agroecologia tem conquistado na educação formal em nosso país, isso visto que a análise não contou os sete anos até o período recente. De todo modo o desafio colocado para esta construção se dá no sentido dos enfrentamentos gerados no meio educativo e científico, que denotam a disputa por legitimação de um modelo contra-hegemônico de agricultura frente o modelo dominante. Este processo fica claro na medida em que a totalidade destes cursos acabam encontrando problemas para conseguir espaço e

financiamento para suas atividades no interior das instituições, assim como realizar uma formação que seja adequada com os princípios propostos pela agroecologia, muitas vezes havendo o desvio destes princípios para atender a uma demanda produtivista e tecnicista utilitária do mercado.

### **As propostas pioneiras de formação superior em agroecologia construídas em nosso país: os cursos da ELAA e da UFSCAR como exemplos para reflexão**

A construção da educação em agroecologia no ensino superior e sua legitimação enquanto ciência acadêmica não se dá de forma isolada, está inserida em um processo histórico de luta de classes no campo. O enfrentamento do latifúndio e de seu agronegócio pelos camponeses organizados em seus movimentos chega à universidade na forma de uma ciência que surge de demandas concretas de avanço de um modelo de agricultura contra-hegemônico, e que por isso, necessita de uma forma educativa adequada à estas demandas. Ao ser inserida no ensino superior, a agroecologia e suas propostas formativas encontram estes mesmos enfrentamentos quando passa a estabelecer um contraponto às ciências agrárias que legitimam o modelo dominante de agricultura.

Precisamos inserir este processo em um contexto histórico, e reconhecer que a universidade em que a ciência agroecológica adentra e produz conflitos é uma instituição que foi produzida como palco de intensas disputas entre classes ao longo da história recente. Em diversos momentos as classes trabalhadoras avançaram contra as elites objetivando transformar a universidade, como parte de processos de luta mais ampla por transformação das sociedades. Um conjunto de pesquisadores, como Cunha (2007), Minto (2012), Fávero (2006) dentre outros, afirmam que a universidade brasileira é palco de intensas lutas de classes de nossa sociedade. Eles reconhecem nos diferentes momentos históricos em que as classes populares avançam em tentativas de transformação da universidade brasileira, uma tentativa de renovação da universidade, para democratização do ensino superior. Para que a universidade se torne um instrumento de transformação das condições de desenvolvimento das classes oprimidas. Podemos compreender como estas lutas se compõem como tentativas de contra-hegemonia na educação, sobretudo no ensino superior.

O avanço da educação em agroecologia no ensino superior no período atual se insere nestas históricas tentativas de ação contra-hegemônica. Os resultados do estudo de caso realizado nos revelam um conjunto de condições, desafios e contradições no processo de construção das propostas iniciais de formação em de agroecologia nas universidades estudadas, que nos permite propor esta reflexão.



O curso de Tecnologia em Agroecologia da ELAA surgiu como proposta pioneira de graduação em agroecologia no ensino superior brasileiro, e desde o início enfrentou um conjunto de problemas para sua implantação. Por meio da entrevista realizada com José Maria Tardin, militante do MST e da Via Campesina, responsável principal pela construção do curso, constatamos que a formação foi construída de fora para dentro da universidade, de início pelo setor de educação do MST, elaborando o projeto político pedagógico do curso e passando a articular formas de implementá-lo por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Tal processo revelou um enfrentamento bastante desgastante junto ao Estado, tanto para conseguir viabilizar recursos quanto para legitimar a proposta formativa. De toda forma o MST garantiu que o curso funcionasse desde o início de sua concepção, independente da regularização junto ao Estado, iniciando uma primeira turma para forçar o andamento desse processo. Por meio de um conjunto de parcerias foi possível viabilizar as condições estruturais e pedagógicas para tanto, ainda assim lutando ao longo de vários anos para garantir que os recursos do PRONERA viessem e que o curso fosse regularizado. Somente quando a primeira turma já estava próxima à concluir a formação, passados quatro anos, é que a regularização do projeto e a viabilização de recursos foi concretizada. Este processo acabou por gerar um conjunto de limitações, pois ao estruturar o curso por meio de um programa de governo não se tem a garantia da continuidade do mesmo, sendo que o PRONERA financia projetos de curso para uma formação só. Sem falar que a dinâmica de funcionamento do projeto não garante que haja educadores permanentes, que possam trabalhar de forma integrada, pois a contratação somente é feita para aplicação de uma disciplina. Limitações estas que a coordenação do curso e o MST conseguiram contornar, formando uma rede de educadores que se solidarizam com as causas políticas do movimento e passaram a atuar voluntariamente no curso, muitos deles com um acúmulo teórico e experiência considerável em pesquisa nas diferentes áreas de conhecimento em agroecologia. Outra estratégia importante foi a estruturação de uma disciplina voltada para o diálogo de saberes, que acabou se tornando a coluna vertebral do curso ao integrar toda a estrutura pedagógica do curso e estabelecer uma possibilidade de formação mais humana e crítica aos estudantes. Uma proposta que colocou os estudantes para aplicarem os conhecimentos adquiridos por meio de um trabalho educativo permanente junto aos camponeses, realizando trocas de saberes e sínteses necessárias ao avanço do conhecimento agroecológico.

No que toca a formação, a construção curricular inicial precisou passar por uma série de ajustes, mesmo depois de iniciado o curso. Visto que a agroecologia é uma ciência nova, extremamente complexa no âmbito da reunião de conhecimentos e áreas do saber, e que muito do que havia de acúmulo até o momento precisava ser experimentado no campo

formativo. Para além da construção e da consecução do projeto segundo as concepções e perspectivas políticas do MST para a formação em agroecologia, havia uma necessidade de legitimação do curso no meio acadêmico. Tal processo se deu inicialmente através de um grande investimento do movimento em conseguir aprovar o projeto do curso dentro da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, a ETUFPR. Para tanto a equipe pedagógica da ELAA passa a lidar com as instâncias organizacionais da universidade, o que representou um processo extremamente burocrático e moroso, por conta da necessidade de tramitação do projeto do curso em todas elas, para avaliação e aprovação do currículo proposto e aprovação nos diversos conselhos da universidade. Neste interim o curso acabou funcionando durante muito tempo sem ainda ter a legitimidade institucional. O projeto precisou ser adequado às exigências da universidade, sofrendo uma série de modificações em sua estrutura, modificações não somente no sentido de colocar na linguagem aceitável da formalidade acadêmica, mas de reestruturar objetivos, justificativas, metodologias, etc. Essa reconstrução contínua do projeto de curso acaba se arrastando por longo tempo, o que gerou um grande desgaste para a ELAA. Segundo Tardin a universidade não estava preparada para dar espaço à uma proposta deste tipo, em termos recursos humanos necessário às atividades do curso, experiência para levar a cabo uma formação com a complexidade que a formação exigia, e ainda assim a estrutura burocrática da universidade impunha barreiras à consecução deste projeto. Mas, antes que o curso pudesse ser regularizado e a primeira turma ter a certificação ocorre um entrave: a realocação do projeto de curso da ELAA para os recém criados Institutos Federais de Educação, em meio às políticas do REUNI. Algo que representou um retrocesso considerável para a ELAA, pois no momento em que o curso já estava aprovado e oficialmente legitimado pela ETUFPR, ele cai novamente no vazio institucional, iniciando novamente toda a tramitação de um novo projeto dentro do instituto federal, com novas diretrizes de avaliação e novas exigências para aprovação do curso. Processo este que afeta as negociações de financiamento junto ao INCRA, deixando a escola por mais tempo sem garantia de recursos. Durante muito tempo o curso fica alocado em um campus do IFPR de Curitiba, e mais adiante é aberto um campus no município de Campo Largo, à pouco mais de 30 km da ELAA, onde o curso passa a ser gestado. Em meio à um conjunto de novos tramites, incluindo mudanças de gestão do Instituto, idas e vindas nas formas de apoio à ELAA, somente depois de muitos anos com paralisação da formação e atraso no início de novas turmas é que o curso foi regularizado.

É preciso destacar, que independente de todas as dificuldades, a Via Campesina e o MST fizeram questão de manter a qualidade do curso, no sentido da formação dos educandos, dentro das possibilidades que haviam, e com isso foi possível produzir nos

educandos um grau de qualificação técnico-teórico muito superior ao que se vê por aí em cursos superiores na área de agrárias. Esse esforço foi reconhecido pelo MEC ao avaliar o curso e reconhecer o alto nível de qualificação presente na realização do currículo, na atuação dos docentes, os processos seletivos, os trabalhos feitos pelos estudantes, etc. Enfim, nos resultados da formação, mesmo com todas as deficiências estruturais e financeiras enfrentadas pela escola, o MEC reconheceu a alta qualidade do curso dando legitimidade ao trabalho da ELAA.

Atualmente a ELAA tem suas estruturas consolidadas e o curso regular junto ao IFPR, estando inserida no território do Assentamento Contestado, no município da Lapa. Contém estruturas de dormitórios, refeitório, salão e salas de aula e campo de aprendizado prático. A ELAA organiza suas atividades dentro de um sistema de alternância, onde a formação está estruturada em dois tempos educativos, o tempo escola, quando o estudante está em atividades formais de educação na escola normalmente tendo a duração de 45 a 60 dias; e o tempo comunidade, onde os educandos voltam para suas comunidades e aplicam os conhecimentos adquiridos, realizando diagnósticos, intervenções experimentais e demais atividades demandadas pelos componentes curriculares do curso. Os cursos na ELAA são intensivos, portanto, e os educandos moram na escola durante o período de aulas.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico do curso é preciso destacar que sua construção envolveu um acúmulo de um conjunto de experiências com os cursos técnicos em agroecologia já implementados pelo setor de educação do MST, e por uma base trazida de debates e experiências formativas não-formais do movimento. Destes acúmulos vem as diretrizes que fornecem a base pedagógica para a construção do projeto do curso.

Em seus objetivos o PPP traz uma concepção mais popular para definir as finalidades do curso, ele define a preparação de cidadãos para atuarem nos movimentos sociais, camponeses com a formação educacional e tecnológica em agroecologia, deixando clara a dimensão internacional desta finalidade em todo momento. Para isso o projeto se propõe a formar profissionais que sejam qualificados para operar as tecnologias agroecológicas no processo de transição de sistemas produtivos de assentamentos, acampamentos e demais comunidades camponesas, tendo assim a capacidade de atuarem na transformação da realidade do campo no sentido de mudança do modelo tecnológico e produtivo da agricultura latino-americana. Além do domínio das tecnologias que envolvem a ciência agroecológica como um todo, há como um dos propósitos colocados pelo projeto a qualificação dos estudantes para trabalhar no âmbito educativo, no desenvolvimento da educação em agroecologia nos diferentes espaços em que estiver inserido. É colocada também, em uma perspectiva mais ampla, a formação para atuar junto aos trabalhadores do campo na implementação de um novo paradigma civilizatório para o campo na América

Latina. A concepção trazida pelo movimento, fruto de sua perspectiva de luta contra-hegemônica, que se reflete na educação superior em agroecologia é de formação não somente de um técnico capacitado, mas um “militante-técnico-educador” em agroecologia.

Analisando-se a matriz curricular encontramos uma organização em sete grandes áreas: Ciências Básicas, Ciências Humanas, Produção Vegetal Agroecológica, Produção Animal Agroecológica, Gestão, Prática Profissional e Estágio Curricular supervisionado, sendo que em cada módulo os componentes curriculares são uma sequência crescente de cada uma das áreas. Todos os módulos contêm um componente curricular de cada área, salvo a de gestão e estágio que estão restritas à alguns módulos específicos. Em todos os módulos estão presentes disciplinas que fornecem a base de discussão e conhecimento técnico para as áreas mais avançadas, a exemplo de Biologia, Química aplicada à agroecologia, Matemática Básica, Língua estrangeira, etc. A dimensão de formação humana e crítica é bem evidenciado nos componentes História e desenvolvimento da agricultura, Sociologia rural, História e desenvolvimento da sociedade brasileira, etc. A formação técnica mostra-se bastante abrangente em todos os anos, desde o início do curso, através dos componentes que trabalham a produção animal como Introdução à anatomia e fisiologia animal, Bem estar e sanidade animal na agroecologia, Alimentação animal de base ecológica, Produção animal em bases agroecológicas, etc, e os componentes que trabalham a produção vegetal agroecológica como: Bases científicas da agroecologia, Ecossistemas e agroecossistemas, Gênese e classificação dos solos, Manejo agroecológico dos solos, Genética e manejo da agrobiodiversidade, Sistemas agroecológicos de produção vegetal, etc. E por fim os componentes que envolvem a formação profissional, como Introdução à metodologia científica, e as Práticas profissionais presentes em todos os módulos. É levado em conta na formação também as atividades extracurriculares que são registradas em outros espaços e âmbitos da formação que não somente os que estão abarcados no currículo do curso. Esta estrutura curricular, segundo relata Tardin, era bastante inovadora para a universidade, trazia uma organização pedagógica totalmente diferente do que já era comum na estrutura curricular dos cursos superiores regulares.

Por estas características, e pela estrutura formativa expressa no PPP e colocada em prática na formação, o curso de tecnologia em agroecologia da ELAA se desenvolve como forma de resistência popular camponesa na formação superior. A estrutura formativa coloca os estudantes, que são oriundos do campo, para refletir sobre as demandas das comunidades camponesas para o avanço da transição agroecológica da produção e do desenvolvimento político da agroecologia enquanto projeto de campo.

O curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos, implementado no campus de Araras, interior do estado de São Paulo, foi um dos primeiros

esforços de se consolidar uma formação regular em educação superior na área de agroecologia em nosso país. Ele foi estruturado a partir do trabalho de docentes da área de Ciências Agrárias que já atuavam para desenvolver a ciência e a formação agroecológica dentro da academia, através de grupos de estudos, pesquisa, extensão e disciplinas específicas em cursos de Agronomia.

O principal docente envolvido na construção do curso, professor doutor Manuel Baltasar Baptista da Costa, nos trouxe em entrevista o histórico de seu envolvimento com a educação em agroecologia a partir de um contexto inicial, pelo seu envolvimento na criação de um primeiro curso técnico em agroecologia por meio da articulação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, a FETRAF – Sul, juntamente com a Universidade Federal do Paraná. A formação tinha caráter profissionalizante, um curso técnico pós-médio com duração de dois anos, que objetivou fornecer qualificação em agroecologia para as lideranças populares do campo, principalmente dos movimentos sociais de luta pela terra, sendo possível formar uma primeira turma de técnicos para atuar nesta área. A construção do curso, segundo o professor, foi uma experiência importante, pois foi possível reunir um quadro de educadores, não somente da UFPR, que já vinham desenvolvendo o debate da agroecologia em diversas IES e em experiências em campo. Estas experiências deram base para que, em um período posterior, houvessem tentativas de se criar formações em agroecologia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) em um curto período que o professor passou por esta universidade, mas não houve muita abertura. Foi a partir de sua inserção no quadro docente da UFSCAR que iniciaram-se articulações mais concretas para se pensar a agroecologia na estrutura do ensino superior. Uma primeira experiência implementada na UFSCAR foi um projeto de curso de graduação em Agronomia com Ênfase em Agroecologia, articulado por uma comissão de docentes e representantes dos movimentos sociais como a FETRAF - Sul, o MST e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, a FERAESP. O curso foi financiado pelo INCRA através do PRONERA, sendo formada uma só turma, sem garantia de continuidade. Foi a partir do advento do REUNI que iniciou-se o processo de construção de um curso regular de agroecologia na UFSCAR. Com as diretrizes de ampliação do ensino superior nas IFES de todo o país a partir da reestruturação dos cursos e criação de novos, a direção da UFSCAR passou orientar seus campus a elaborarem as propostas que dessem conta de cumprir os requisitos desta nova política para as universidades. Desta proposição surgiu a oportunidade de construir a graduação em agroecologia neste campus, já que se tratava de uma unidade da UFSCAR voltada para as ciências agrárias. O passo inicial foi a elaboração e aprovação do PPP, tarefa levada à cabo pelo professor Baltasar. Por já ter acumulado boa experiência na área de políticas pedagógicas, sobretudo no campo das ciências agrárias em

sua atuação, e com as experiências de educação em agroecologia que foram construídas em outros espaços, foi possível a ele elaborar uma proposta de formação superior em agroecologia bastante estruturada tanto conceitualmente quanto pedagogicamente.

Baltasar revelou na entrevista que a concepção do PPP do curso partiu de um princípio contrário ao das formações na área de agrárias. A organização mais comum na estrutura dos currículos de cursos técnicos como os de engenharia agrônoma é dada pela iniciação já com disciplinas técnicas de conteúdo mais geral, como química, física, botânica, etc; e a continuidade se dá pelo aprofundamento e especialização em áreas mais aplicadas. Ou seja, o estudante passa ao longo do curso se aperfeiçoando somente na técnica, sem a oportunidade de promover uma reflexão sobre as questões sociais, econômicas, ecológicas e políticas que abrangem sua área de atuação. Para Baltasar este processo formativo que prioriza o tecnicismo no ensino acaba gerando uma ampla alienação nos jovens que passam por ele, produzindo agrônomos sem nenhum senso crítico de realidade, com noções equivocadas sobre a técnica que passa a manejar. Compreendendo este problema é que Baltasar nos esclarece que a proposta do bacharelado em agroecologia seguiu um caminho diferente, onde nos primeiros momentos da formação o estudante entrará em contato com debates que envolvem as relações sociais do campo, a conjuntura política e econômica, a questão agrária, as relações agricultura/meio ambiente, as relações sociedade/natureza etc. Ou seja, o estudante tem a chance de problematizar a realidade social em que vive no início de sua formação, para adentrar a formação mais técnica e aplicada com maior consciência crítica a respeito do que está aprendendo e futuramente irá utilizar em sua atuação. Inclusive até para o estudante ter maior clareza sobre a própria atuação que irá se direcionar, se na florestal, vegetal, animal, social, etc. A perspectiva se mostrava bastante interessante: o curso proporcionar uma visão de totalidade sobre as relações que produzem a realidade, fazendo com que o estudante passe a compreender as contradições presentes na mesma, as desigualdades de acesso à terra e a exclusão no campo por exemplo, gerando uma sensibilidade mais humana com relação à ciência agrária antes de adentrar o aprendizado técnico. Enfim, o propósito inicial ao ser elaborado o projeto era tentar evitar o desenvolvimento da técnica pela técnica, mas produzir maior criticidade em relação ao conhecimento e à aplicação do mesmo na realidade. Pelas palavras do próprio professor “a ideia era produzir bons técnicos, mas com essa visão sócio-política, econômica, e tal”. Por assim dizer o projeto político pedagógico do curso teve sua base construída a partir de concepções construtivistas que deram um tom mais interdisciplinar e crítico para o mesmo.

Ao analisar o PPP são identificados três eixos principais presentes no curso. O primeiro abrange as atividades produtivas relativas ao agroecossistema em sua totalidade,

tanto técnica, quanto econômica, onde se abarcam as principais modalidades que estruturam a produção agroecológica, como a fitotecnia, a produção animal, o manejo ecológico dos solos, o manejo agroflorestal, entre outras, e os aportes de recursos que entram e os resultados produzidos em forma de alimentos e insumos. Um segundo eixo se refere à base de recursos que dão suporte à atividade produtiva, abarcando a dinâmica ecossistêmica que envolve a relações infra-sistema: o solo, a água, os minerais, os processos biogeoquímicos, etc, e supra-sistema como o clima, as relações sociais, culturais, mercadológicos, etc. Um terceiro eixo diz respeito às relações à jusante, que envolvem a forma como a produção será processada, comercializada e disposta ao consumidor. Na perspectiva da integração do conhecimento, o marco conceitual do projeto também revela que áreas básicas como matemática, física, química, dentre outras fundamentarão os conteúdos mais abrangentes pela abordagem de questões mais amplas como a relação sociedade/natureza e agricultura/recursos naturais. As ciências exatas, sociais e biológicas entram integrando esta base para contribuir para os debates mais específicos. A abordagem multidisciplinar do conhecimento que é necessária para se desenvolver a complexidade da ciência agroecológica é a base do marco conceitual apresentado pelo projeto. Nota-se pela análise da matriz curricular a dimensão de totalidade presente na formação, algo que é demandado pela agroecologia. A forma como o currículo consegue abarcar as áreas já tradicionais do manejo agrícola, presentes em quase todas as formações em ciências agrárias, ao mesmo tempo que introduz e aprofunda no manejo de produção de alimentos em bases agroecológicas, seja pelo manejo vegetal, animal e de recursos naturais.

Já a proposta metodológica do curso é apresentada como sendo de abordagem construtivista, referenciada nas propostas de trabalho pedagógico de Paulo Freire, como a dialogicidade no processo formativo, a horizontalidade nas relações de ensino, a realidade como ponto de partida do processo de aprendizagem e a problematização como prática geradora de conhecimentos. Tal metodologia proposta pelo PPP perpassará não somente as atividades dos componentes curriculares, mas a totalidade de instrumentos formativos, como estágios, trabalhos de campo, projetos em comunidades, diagnósticos, etc.

Pela análise do PPP do Bacharelado em Agroecologia percebe-se o investimento bastante compromissado dos responsáveis pela construção do curso, no sentido de estruturar uma formação que fosse de encontro às demandas da agroecologia para dentro da universidade, no ensino, pesquisa e extensão, e que tivesse a possibilidade de criar um território de formação e produção de conhecimento que alavancasse o modelo da agroecologia a partir de sua inserção em uma primeira IFES no país. Tanto os conteúdos programáticos quanto as metodologias propostas para o desenvolvimento da formação apontam neste sentido, a aplicação dos mesmos na realização deste projeto, em uma

conjuntura de nascimento da educação superior em agroecologia, mostrou-se um grande desafio para a universidade.

Mas a implementação do curso enfrentou um conjunto de desafios e limitações impostas pela estrutura da universidade. Como tratava-se de uma proposta nova para dentro da UFSCAR, e para o ensino superior em geral, a graduação em Bacharelado em Agroecologia foi sendo moldada conforme seu projeto foi colocado em prática. A realização do projeto então é tratada nesta investigação como processo importante para se compreender os limites e contradições encontrados pela educação em agroecologia em sua forma regular no ensino superior.

Neste sentido é preciso levar em conta que o Bacharelado em Agroecologia foi inserido em um importante território de produção de tecnologias e de formação profissional para o agronegócio paulista. O Centro de Ciências Agrárias de UFSCAR de Araras é considerado um polo tecnológico de melhoramento genético de cana-de-açúcar do interior paulista, tendo com um campus quase totalmente voltado para pesquisa, geração de tecnologia e formação de profissionais para suprir esta demanda de mercado da agricultura industrial. O campus como um todo é ocupado por áreas experimentais, seja de produção vegetal, seja animal, de projetos de pesquisa em biotecnologia, principalmente em engenharia genética, e demais ferramentas usadas na produção de inovações para a grande produção agrícola, em sua maioria demonstrando o alto investimento não somente de financiamento público em pesquisas. É bastante notável como as instalações e as áreas de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa da agroecologia estão em situação bastante inferiorizada em relação às áreas de desenvolvimento tecnológico, em meio às estruturas e investimentos da universidade.

O conjunto de fragilidades que foram reveladas no processo de implementação do curso são relacionadas à falta de estruturas e investimentos no curso e em suas áreas de pesquisa, assim como os diversos limites institucionais para realização do projeto proposto. Destes limites, um dos principais revelados por Baltazar foi a atuação dos professores que assumiram cadeiras nas disciplinas do curso, por meio de concurso público. Muitos deles não tinham capacitação para atuar no ensino de agroecologia, por terem formação na agronomia tradicional, ou mesmo entraram docentes com posição político-ideológica contrária à agroecologia. Estes docentes passaram a liquidar o currículo do curso, colocando em prática uma formação que não condizia com o projeto das disciplinas que assumiam. Uma contradição que perpassa até a atualidade este e muitos cursos de agroecologia em universidades públicas brasileiras, e que acaba conformando as formações em agroecologia na lógica imposta pela universidade, de voltar-se para o mercado. De todo modo há formas de resistência por parte da equipe docente que leciona no curso, por



projetos de pesquisa e por grupos de estudantes, que passam a cumprir de forma paralela as demandas que as disciplinas aparelhadas por estes professores não cumprem, um enfrentamento permanente na universidade.

Tornou-se claro por este estudo que a educação em agroecologia se coloca em posição de enfrentamento das estruturas dominantes de classe presentes na universidade. Ela gera tensionamentos que por vezes podem surtir em avanços não só para a formação em agroecologia, mas para o conjunto da universidade, no sentido de se questionar e transformar sua lógica de ensino e produção de conhecimento, conquanto as demandas populares vão se fazendo presentes e ocupando estes espaços. Mas em muito estes tensionamentos acabam surtindo em retrocessos, como ficou claro no estudo promovido, com os limites e contradições gerados e que podem resultar em uma reafirmação da lógica dominante da universidade, levando as formações construídas pelas classes populares, como é o caso da agroecologia, a adaptar-se à lógica de mercado, conquanto o ensino seja conformado à uma tendência tecnicista, empreendedora e competitiva presente no ensino superior. Quando não enfrenta diretamente as estruturas de poder consubstanciadas na lógica de funcionamento do ensino superior, tentando transformá-las por dentro como o exemplo do curso da UFSCAR, acabam ficando reféns do Estado para se realizarem, por estarem na marginalidade do sistema educativo público, como as propostas dos movimentos sociais.

As demandas reveladas pelas formas de inserção da agroecologia no ensino superior trazem a dimensão deste embate entre classes no campo em torno de modelos de desenvolvimento do mesmo, mas para dentro da universidade. Tais demandas que compreendemos estar intimamente ligadas às históricas pautas defendidas pela classe trabalhadora nas tentativas de transformação da universidade, como a democratização do acesso ao ensino superior, a transformação dos métodos e conteúdos das formações, a inserção da universidade e da pesquisa e extensão no processo de transformações sociais, a construção de uma formação superior crítica e com compromisso com as demandas das classes trabalhadoras, etc.

É a partir deste contexto que reconhecemos que a educação em agroecologia e sua inserção na universidade é processo gerador de disputas de classes no ensino superior. Pelas barreiras encontradas pelas formações para desenvolver seus projetos, nos limites impostos pela estrutura organizativa e institucional das universidades à realização de propostas inovadoras tanto de ensino quanto de pesquisa, e nas contradições geradas no processo de realização dos projetos de curso elaborados para o ensino superior de agroecologia.

## Considerações finais

A agroecologia emerge como ciência contra-hegemônica em uma universidade prenhe de conhecimento crítico, que tenha lastro na realidade e se faça comprometido com a transformação social. Ela gera tensões por exigir da universidade o “sopro criador” que Mariátegui (2012) nos revela ao refletir sobre o verdadeiro papel desta instituição, de se fazer um ambiente fecundo de ideias avançadas, renovadoras e que se mantenha viva diante dos desafios do nosso tempo histórico. A agroecologia é a expressão destes desafios, da necessidade de renovar, de reestruturar por inteiro as relações da sociedade com a natureza, que na forma atual tem tanto nos ameaçado. As lutas travadas na universidade ao longo da história sempre tiveram o desafio de enfrentar o aparelhamento do ensino superior pelas classes dirigentes, que mantinham a universidade com seu potencial transformador silenciado. A dimensão que estas lutas tomam a cada momento refletem a capacidade de a sociedade civil organizar-se, através de seus aparelhos de exercício da contra-hegemonia, e enfrentarem as injustiças e contradições sociais, e em meio à ascensão das lutas em cada conjuntura, a universidade torna-se parte delas, torna-se palco delas como afirma Chauí (2017). Como reflete Minto (2012) a universidade pode estar aparelhada pelas elites, servindo de maneira eficiente para sua reprodução social, assim como ela pode tornar-se instrumento de transformação social, conforme as classes populares passam a avançar nas lutas e conquistas.

A educação em agroecologia se coloca em posição de enfrentamento às estruturas dominantes de classe presentes na universidade, por suas necessidades formativas ela exige uma universidade que se volte para os problemas da sociedade e que produza formas de ensino, conhecimento e atuação que impulsione os processos de transformação social. Ela gera tensionamentos que por vezes podem surtir em avanços não só para a formação em agroecologia, mas para o conjunto da universidade, no sentido de se questionar e transformar sua lógica de ensino e produção de conhecimento, conquanto as demandas populares vão se fazendo presentes e ocupando estes espaços. Mas em muito estes tensionamentos acabam surtindo em retrocessos, como ficou claro no estudo promovido, com os limites e contradições gerados e que podem resultar em uma reafirmação da lógica dominante da universidade, levando as formações construídas pelas classes populares, como é o caso da agroecologia, à adaptar-se à lógica de mercado, conquanto o ensino seja conformado à uma tendência tecnicista, empreendedora e competitiva presente no ensino superior.

Quando não enfrenta diretamente as estruturas de poder consubstanciadas na lógica de funcionamento do ensino superior, tentando transformá-las para que produza a formação e a pesquisa demandadas para a sociedade, as propostas educativas construídas pelos movimentos sociais acabam ficando reféns do Estado para se realizarem, por estarem na marginalidade do sistema educativo público. E mesmo que haja um esforço de se construir propostas consolidadas de formação, elas não acabam passando de tentativas de contra-hegemonia, por não se estabelecerem de fato e ficarem dependentes de programas de governo para existirem, como é o caso das escolas populares do MST.

Mas, de todo modo, mesmo frente às contradições aqui apresentadas, é preciso levar em conta que ao longo da última década assistimos à ascensão de uma ciência que mal era conhecida na universidade, no meio profissional e no campo, e que hoje se estrutura de maneira consolidada em todos os espaços sociais. De fato precisamos reconhecer que o esforço histórico dos movimentos sociais ligados à Via Campesina em estruturar a agroecologia como modelo central de contra-hegemonia ao agronegócio, e de colocar um investimento grande na criação das primeiras experiências de educação técnica e superior em agroecologia de nosso país, e que se refletiram em todo o continente, são processos que representam um dos maiores tensionamentos de classe promovidos pela classe trabalhadora do campo no período recente. Levando em conta a dimensão que tomou a luta dos movimentos sociais do campo, a nível internacional, através da articulação da Via Campesina, e da força política que a ascensão do modelo da agroecologia produziu para o campesinato no momento em que a indústria de alimentos torna-se mundializada e compõe um império empresarial que ameaça o modo de vida dos camponeses de todo o mundo.

O estopim dado pelo MST na constituição das primeiras escolas técnicas de agroecologia gerou um movimento que se expandiu de forma ampla, a agroecologia tomou uma envergadura tão sólida na atualidade que tornou-se irrefreável sua constituição enquanto modelo popular de produção de alimentos à fazer frente ao modelo industrial. Tardin (2016) nos diz que este processo chegou em um ponto “clímax dinâmico”, onde podem até haver retrocessos, ceifamentos dos potenciais da agroecologia, mas jamais haverá possibilidade de frear ou aniquilar a ascensão da agroecologia e sua força social, pela estrutura de forças internas que ela criou ao longo destes anos e que se traduz em uma sustentação sólida e em uma resiliência capaz de resistir mesmo diante dos mais poderosos movimentos das elites agrárias. Na luta de classes atual, a utopia da emancipação das classes subordinadas e exploradas já se inclui a dimensão ecológica da vida, e a expressão concreta dela é a agroecologia. Uma grande área do conhecimento que orienta não

somente os camponeses, mas toda a sociedade à essa emancipação da alienação burguesa das relações sociais e das relações com a natureza.

A construção da educação em agroecologia e seu desenvolvimento no ensino técnico e superior, mesmo com todas as limitações, embates e contradições, resultou em uma confiança maior dos movimentos camponeses na capacidade transformadora da agroecologia, de este modelo se compor como força motriz da transformação social no tempo recente, e que, como afirma Tardin (2016), uma força social que não há mais possibilidade de ser freada ou silenciada.

## Referências

AGUIAR, Maria Virgínia de Almeida. Educação em agroecologia – que educação para a sustentabilidade? **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 7, n. 4, p. 29, 2010.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.

BALLA, João Vitor Quintas; MASSUKADO, Luciana Miyoko; PIMENTEL, Vania Costa. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 2, p. 3-14, 2014.

CALDART, Roseli. **Educação do campo e agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida!** Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/301416870/Escolas-Do-Campo-e-Agroecologia-Roseli-Fev16-1>. Acesso em 09 de jun de 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Universidades devem entender que fazem parte da luta de classes**. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/04/marilena-chauí-universidades-devem-entender-que-fazem-parte-da-luta-de-classe/>. Acesso em 04 de mar de 2017.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional**. Folha de São Paulo. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc\\_1\\_3.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_3.htm). Acesso em 22 de fev. de 2017.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In: CALDART, Roseli Salete et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. Formação Superior em Agroecologia: a experiência da Universidade Federal de São Carlos. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 7, n. 4, p. 29, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, CYNTHIA GREIVE; DE FARIA, LUCIANO MENDES. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007b.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In: AYERBE, Luiz Fernando. **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Sobre as Jornadas de Agroecologia**. Disponível em: <http://jornadaagroecologia.com.br/?q=node/1>, acesso em 10 de mar. de 2013.

LA VIA CAMPESINA. Declaracion de Bangalore, 2000. In DESMARAIS, Annette Aurelie. **La Via Campesina, Globalization and the Power of Peasant**. Madrid: Editorial Popular S.A. 2007.

LEHER, Roberto. Educação superior minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE DIREITO, v. 32, p. 3-13, 2011.

LUTZENBERGER, J.A. **O absurdo da agricultura moderna**. Porto Alegre: UMA – Universidade Livre da Mata Atlântica, 2002.

MARIATEGUI, José Carlos. A crise da universidade: crise de professores e crise de ideias. In: NOVAES, Henrique T. **Reatando um fio interrompido: a reação universidade-movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular. 1ª ed. 2012, 336 p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Claudia F. F. B. Ferreira. São Paulo: Editora Unesp. Brasília, DF: NEAD, 2010. 569 p.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. 2011. 326f. Diss. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, vol. 15, n. 43, 2001

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

TARDIN, José Maria. **Entrevista [nov. de 2016]**. Entrevistador: Gabriel Troilo. Monte Santo, 2016. 1 arquivo .mp3 (1h, 40min e 31s).

TOLEDO, Víctor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

SILVA, Valter Israel da. **Dez anos do Plano Camponês**. Disponível em: [www.mpabrazil.org.br/download/file/fid/8003](http://www.mpabrazil.org.br/download/file/fid/8003). Acesso em 15 de jul. de 2017.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

---

### Sobre os autores

---

**Gabriel Troilo** – Graduação (licenciatura e bacharelado) em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Londrina (2008). Pós-graduação (especialização) em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2013). Mestrado em Geografia pelo programa de Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP)/Escola Nacional Florestan Fernandes/ Via Campesina (2017). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0220-2322>

---

**Maria Nalva Rodrigues de Araújo** – Graduação em Ciências Sociais pela Fundação Educacional Nordeste Mineiro (1987). Mestrado em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca (2000). Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2007). Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia- UNEB/Departamento de Educação Campus X/ DEDC X. Professora Colaboradora da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), atuando no Programa de Pós graduação em desenvolvimento territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL). Professora colaboradora do Mestrado Profissional em Educação do campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ UFRB/ Centro de Formação de professores-CFP. **OrcID** - <https://orcid.org/0000-0002-9020-2217>

---

### Como citar este artigo

---

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Gabriel Troilo** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados e suas interpretação e análise ; a segunda autora **Maria Nalva de Araújo Rodrigues** pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 03 de dezembro de 2019.  
Devolvido para a revisão em 25 de março de 2020.  
Aceito para a publicação em 09 de maio de 2020.

---

# Educação para “lavrar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994)<sup>1</sup>

**Higor Pereira**

Universidade Federal do Amapá (Unifap) – Macapá, Amapá, Brasil.  
e-mail: higor.railan@gmail.com

**Sidney Lobato**

Universidade Federal do Amapá (Unifap) – Macapá, Amapá, Brasil.  
e-mail: lobato.sidney@yahoo.com.br

## Resumo

Este artigo tem por temática a relação entre educação do campo e movimentos sociais. Este tema foi aqui estudado a partir da experiência construída por trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Afuá, estado do Pará, entre 1989 e 1994. Dessa experiência buscamos entender de que formas a educação articulou-se com as lutas políticas do nascente sindicalismo rural afuaense. Nesse sentido, a pesquisa objetivou compreender as conexões entre as práticas pedagógicas utilizadas na formação das escolas comunitárias e as lutas encampadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para alcançar tal objetivo, analisamos documentos guardados no Arquivo da CPT Amapá, tais como: cartilhas, materiais didáticos, periódicos, fotografias e outros. Os resultados apontaram para uma intrínseca relação entre o projeto educacional popular fomentado por esta pastoral e as pautas do sindicato local relativas à luta pela terra e ao rompimento com o sistema de exploração dos trabalhadores pelos proprietários rurais, conhecidos como “patrões”. Além disso, percebemos que o projeto educacional aqui estudado transcendeu os limites de suas pretensões mais imediatas, tornando-se fator de mudanças profundas na visão de mundo dos ribeirinhos afuaenses.

**Palavras-chave:** Sindicalismo rural; Afuá; educação do campo; Comissão Pastoral da Terra.

## Education to “work out freedom”: work, rural unionism and popular education in Afuá-PA (1989-1994)

### Abstract

This article has as theme the relationship between rural education and social movements. This theme was studied here from the experience built by Afuá's rural workers (Brazilian state of Pará), between 1989 and 1994. From this experience we seek to understand in what ways education was articulated with the political struggles of the nascent Afuaense rural unionism. In this sense, the research aimed to understand the connections between the pedagogical practices used in the formation of community schools and the struggles waged by Afuá Rural Workers Union, with the support of the *Comissão Pastoral da Terra* (CPT). To achieve this goal, we analyze documents stored in the CPT Amapá Archive, such as: booklets, teaching materials, periodicals, photographs and others. The results pointed to an intrinsic relationship between the popular educational project fostered by this pastoral and the local union's guidelines regarding the struggle for land and the break with the system of exploitation of workers by landowners, known as "patrões". In addition, we realize that the

---

<sup>1</sup> O título do presente artigo faz referência ao lema do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá: *Juntos lavrar a liberdade*.



educational project studied here has transcended the limits of its most immediate claims, becoming a element for breaking worldview of the Afuá's workers.

**Keywords:** Rural trade unionism; Afuá; education of countryside; *Comissão Pastoral da Terra*.

## **Éducation pour «travailler la liberté»: travail, syndicalisme rural et éducation populaire à Afuá-PA (1989-1994)**

### **Résumé**

Cette recherche a pour thème la relation entre l'éducation rurale et les mouvements sociaux. Ce thème a été étudié ici à partir de l'expérience construite par les travailleurs ruraux d'Afuá (état brésilien du Pará), entre 1989 et 1994. À partir de cette expérience, nous cherchons à comprendre de quelle manière l'éducation s'articule avec les luttes politiques du syndicalisme rural Afuaense naissant. En ce sens, la recherche visait à comprendre les liens entre les pratiques pédagogiques utilisées dans la formation des écoles communautaires et les luttes menées par le syndicalisme rural de Afuá, avec le soutien de la *Comissão Pastoral da Terra* (CPT). Pour atteindre cet objectif, nous analysons les documents stockés dans les archives de la CPT Amapá, tels que: brochures, matériel pédagogique, périodiques, photographies et autres. Les résultats ont mis en évidence une relation intrinsèque entre le projet éducatif populaire favorisé par cette pastorale et les directives du syndicat local concernant la lutte pour la terre et la rupture avec le système d'exploitation des travailleurs par les propriétaires terriens, appelés «patrões». De plus, nous nous rendons compte que le projet éducatif étudié ici a dépassé les limites de ses revendications les plus immédiates, devenant un facteur de modifications profondes dans la vision du monde des habitants des rivières de Afuá.

**Mots-clés:** Syndicalisme rural; Afuá. éducation de la campagne; *Comissão Pastoral da Terra*.

### **Introdução**

A educação rural é herdeira de uma tradição que representa de forma estereotipada os trabalhadores do campo. Nesta tradição, que remonta à Europa medieval, o camponês é percebido como ser grotesco e de hábitos vulgares (BURKE, 2004, p. 171-173). No pensamento brasileiro, tornou-se muito influente a tese de Sérgio Buarque de Holanda (1995), para quem o domínio rural constituiu na história nacional, desde o período colonial, uma moralidade própria, não afetada pelo Estado, com suas leis e instituições. Isso significava a indiferença deste meio social às formas da razão política moderna. Robert Wegner, referindo-se à questão dos domínios rurais no argumentário de *Raízes do Brasil*, afirma que, segundo este ensaio: “nada limita a autoridade do pai, nenhuma força externa ao domínio rural o detém, fazendo com que o núcleo familiar seja absorvente da vida dos homens, cuja educação ganha absoluta preponderância dos laços de sangue”. O corolário disto é o nascimento do *homem cordial*, “que, tornando-se incapaz de compreender regras

abstratas e seguir um ordenamento impessoal, segue os impulsos e sentimentos que, bondosos ou não, nascem do coração” (WEGNER, 2000, p. 32-33).

Ao longo do século XX, essa percepção do meio rural como espaço de atraso social e político informou um tipo de educação que era concebida como capaz de alavancar o progresso do e no campo. Por um lado, conforme destaca Dóris Bittencourt Almeida (2005, p. 287), em meado do século XX, a educação rural era idealizada como um processo civilizador capaz de modelar o homem, adaptando-o ao seu meio de origem, mas também à modernização em curso no Brasil. Por outro lado, o professorado e os recursos materiais mobilizados para esta ambiciosa missão já a condenavam, de partida, ao fiasco. Por exemplo, 48% dos docentes das áreas rurais brasileiras não tinham o mínimo de formação pedagógica. Na prática ocorria a mera transposição do modelo educacional urbano para o campo, legitimando a noção urbanocêntrica que apontava como saída para o camponês migrar para a cidade. Ademais, como destacam Lourdes Silva, Teresinha Moraes e Alvana Maria Bof, até hoje “as escolas rurais não levam em consideração os conhecimentos que os alunos trazem de suas experiências e família, não oferecem aos alunos a oportunidade de desenvolver conhecimentos e habilidades que lhe são necessários e, ainda mais grave, desvalorizam a vida no campo, diminuindo a autoestima dos alunos e descaracterizando sua identidade” (SILVA *et al.*, 2006, p. 73).

A *educação do campo* contrapõe-se à *educação rural*, pois surge a partir da iniciativa de movimentos sociais do campo que lutam, principalmente, pela reforma agrária. Movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), os sindicatos e associações de trabalhadores rurais e a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Para esses movimentos, “o campo é concebido enquanto espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem”. Por isso “a educação do campo deve refletir a vida, os interesses e as necessidades de desenvolvimento desses indivíduos” (SILVA *et al.*, 2006, p. 73). Nesse sentido, as reivindicações relacionadas à educação do campo não se centram apenas na luta pelo acesso à escolarização, pois apontam como algo imperativo a adequação dessa escolarização à realidade socioeconômica das comunidades camponesas. O objetivo da educação do campo, portanto, é a construção de processos educativos adaptados ao modo de vida e aos interesses dessas comunidades e que respeitem suas identidades.

As pesquisas sobre educação do campo agregam uma diversidade de objetos e perspectivas. Para Roseli Caldart (2004, p. 15-17), essa educação, não obstante a aludida diversidade, pode ser definida a partir de quatro marcadores principais: 1- a educação do campo é incompatível com o modelo de desenvolvimento rural do agronegócio, justamente por ser este o responsável pela exclusão e morte de camponeses. Nesse sentido, a autora defende que as propostas de educação do campo devem ter um caráter de combate político

ao latifúndio e à agricultura capitalista, ao mesmo tempo em que têm que postular a agroecologia popular, a agricultura camponesa e a reforma agrária; 2- a educação do campo é intimamente ligada aos movimentos sociais do campo, tendo sua raiz nas lutas desses movimentos pela reforma agrária e pela reprodução dos modos de vida camponeses. A autora argumenta que esta característica deve ser tomada como parte fundamental da identidade dessa educação; 3- a educação do campo deve defender que não há uma relação de superioridade da cidade em relação ao campo. Pelo contrário, deve se apoiar na ideia de diversidade cultural e igualdade social, e 4- o debate em torno da educação do campo deve levar em consideração propostas de desenvolvimento não comprometidas com a mera preparação de mão de obra, mas sim com a construção e garantia de um modo de vida digno no campo.

Em geral, as práticas pedagógicas das escolas que adotam o modelo de educação do campo descrito nos parágrafos anteriores são construídas com base no pensamento de Paulo Freire. Este autor afirma que a educação “tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável” (FREIRE, 2000, p. 58). A educação do campo é colocada a serviço da transformação, pois favorece a interlocução crítica entre os educandos e o mundo. No intuito de compreender como esse norte teórico e político se desdobra em prática, o presente artigo pretende analisar o projeto de educação popular criado e experimentado em Afuá (município do estado do Pará), entre os anos de 1989 e 1994. Tal projeto se desenvolveu num contexto de forte exploração de trabalhadoras e trabalhadores pelos “patrões” – proprietários das terras. O enfrentamento dessa exploração começou com a organização popular por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá (STR-Afuá). Nesse contexto, a educação foi vista, principalmente pelas mulheres, como uma das ferramentas mais importantes para auxiliar nos enfrentamentos cotidianos.

O texto se subdivide em mais três partes, nomeadas por meio de recurso à metáfora da plantação, também utilizada por Ana Maria Rizzante, em texto que será amplamente explorado nas páginas que se seguirão, e pelo historiador Clifford Welch (2010), autor de *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. Assim sendo, a primeira parte, *Preparando o solo*, aborda a organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Afuá nas décadas finais do século XX, enfocando o trabalho iniciado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que preparou terreno para a constituição do sindicato rural local. Em seguida, em *Plantando as sementes*, discutimos a luta das mulheres por educação para seus filhos, a constituição das escolas comunitárias e a formação de monitoras e monitores para atuarem como docentes

nesses educandários. A terceira e última parte, *Colhendo os frutos*, analisa alguns dos impactos desse projeto educacional na vida de crianças e jovens de Afuá, a partir de redações por eles escritas.

### **Preparando o solo: trabalho, exploração e sindicalismo em Afuá**

Antes de nos debruçarmos mais detidamente sobre a experiência de educação do campo que se desenvolveu em Afuá entre 1989 e 1994, pensamos ser importante dedicar algumas linhas às mudanças ocorridas no cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais deste município, no contexto em que esse projeto educacional fora gestado.

Afuá faz parte do arquipélago do Marajó, pertencendo à “região das ilhas”. Referindo-se às décadas de 1830 e de 1840, o historiador Arthur César Ferreira Reis afirma: “Os seringais localizavam-se de preferência, então, na região das ilhas inclusive o Marajó, alcançando o Xingu e o Jary, e no Capim, no Guamá, no Acará e no Moju”. E acrescenta: “As populações ali localizadas eram eminentemente mestiças ou tapuias e aos poucos vinham abandonando as tarefas agrárias para dedicar-se à borracha” (REIS, 1953, p. 57). A produção gomífera, que havia entrado em longa depressão no início da década de 1910, retomou fôlego no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando migrantes nordestinos e trabalhadores amazônicos foram mobilizados para a “Batalha da borracha”. A historiografia sobre o tema nos serve para mostrar a efígie dessas “sociedades dos seringais” da Amazônia, onde por longos períodos predominara a exploração do trabalho por meio do chamado sistema de aviamento (GARFIELD, 2013; WOLFF, 1998; e SECRETO, 2007). Após o fim da guerra, quando houve novo declínio da produção gomífera, essa forma de exploração dos trabalhadores persistiu. Segundo Roberta Cacela de Almeida (2019, p. 43), na segunda metade do século XX, os trabalhadores de Afuá desempenharam diversas atividades extrativistas, “como a coleta de sementes oleaginosas: murumuru (*astrocaryum murumuru*), ucuuba (*virola sebifera*), andiroba (*carapa guianensis*), o pracaxí (*pentaclethra macroloba*), que atendiam a demandas locais”<sup>2</sup>. O aviamento ali era chamado de relação de trabalho “patrão-freguês”, e se mantinha vigorando mesmo nas décadas finais do século XX.

Segundo Ana Maria Rizzante<sup>3</sup>, em texto publicado em 1991 na revista *Reforma Agrária* da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), a despeito de todo o sacrifício

<sup>2</sup> Ainda segundo Almeida (2019, p. 43), “essas sementes eram utilizadas na fabricação de sabão e remédios fitoterápicos. Além destas atividades, os trabalhadores da região praticavam o extrativismo de peles de animais silvestres, madeira, açai, palmito e a produção de farinha de mandioca”.

<sup>3</sup> Ana Maria Rizzante é italiana. Veio para o Brasil na década de 1970, trabalhando junto às Pastorais sociais da Prelazia e depois Diocese de Macapá. Fez parte da coordenação colegiada da CPT Amapá durante várias décadas, sendo ainda uma das fundadoras do regional amapaense.

que era enfrentar “[as] distâncias, vida dura nas matas, falta de um mínimo de infraestrutura, brabeza dos rios”, a exploração pelos patrões era o que, de fato, mais tornava difícil a vida daquelas famílias. Mas afinal, quem eram os patrões? Ana Rizzante os descreveu como “pessoas, na maioria das vezes de fora da região, de Belém ou até de outros estados, que raramente aparecem, mas que tudo controlam através de seus capatazes, ou gerentes”. Ela ainda complementa:

Por causa disso [da existência dos patrões], o que a natureza oferece com fartura, mesmo que cobrando esforço, tem que ser repartido com esses patrões.

E a partilha nunca é justa! A cobrança é pesada, a renda é o pesadelo constante das famílias, que nunca sabem quando terminarão de pagar. E há sempre a insegurança de serem mandados embora, ou vendidos, junto com a terra, para outro patrão (RIZZANTE, 1991, p. 49).

A situação de trabalho compulsório descrita por Rizzante aparece constantemente na história da Amazônia. Essa relação de trabalho se fundamenta na apropriação, pelo patrão, não somente da terra e demais recursos naturais (açazais, seringais, castanhais etc.), mas também dos próprios trabalhadores. Daí resulta que estes ganhem por vezes a conotação de meros objetos que podem, inclusive, ser vendidos “junto com a terra, para outro patrão”.

Os problemas decorrentes dessa apropriação pelo patrão de tudo o que garante a vida ganham destaque no poema *Roceiro Lutador*, de Francisco Sales, trabalhador rural de Afuá. O poema foi capa do primeiro número do periódico *Povo da Terra*, boletim informativo da CPT Amapá, publicado desde 1987. Os primeiros dois versos do poema diziam: “Eu sou um roceiro que trabalha nesse chão. Mas eu não tenho nada, só quem tem é o patrão”. Chico (como era chamado) assim reconhecia o poder e o domínio que os proprietários detinham. Ele chamava a atenção, porém, nos demais versos, para a importância que ele e os demais trabalhadores tinham: “Quem trabalha somos nós e não esses ricos” (SALES, 1987). Quando Chico Sales escreveu tal poema o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá, que fora fundado em 1984, já estava em plena atividade. Entretanto, antes disso a sensação que muitos desses trabalhadores tinham era de que lhes era negada até mesmo a humanidade.<sup>4</sup>

No final da década de 1970, iniciou-se o processo de organização desses trabalhadores e trabalhadoras, o que levaria, alguns poucos anos mais tarde, à fundação do sindicato. Esse processo possui íntima ligação com as mudanças que ocorreram na Igreja Católica durante a segunda metade do século XX e que culminariam na fundação do

<sup>4</sup> No já citado texto de Ana Maria Rizzante (1991, p. 50), ela afirma ter ouvido de uma senhora de oitenta anos que, com a chegada das comunidades (CEBs), “nós começamos a virar gente. Antes éramos que nem bichinhos, só dizendo ‘sim, senhor’ pra todos que chegavam aqui”.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975<sup>5</sup>. Conforme destaca Roberta Cacela de Almeida (2019, p. 59), em Afuá, a Igreja foi um importante agente de mobilização social, atuando de modo decisivo na organização dos trabalhadores e na formação de lideranças locais. Ana Maria Rizzante (1991, p. 50), ao discorrer sobre as mudanças na postura da Igreja nas Ilhas (como também é conhecido o município de Afuá), escreveu:

As capelas eram construídas pelos patrões, perto de suas casas, ali o padre se hospedava, nas raras visitas que fazia, quando os patrões vinham buscar em Macapá para batizar e casar os fregueses e fazer a festa do santo. Este esquema começou a mudar, a partir dos meados dos anos 70, quando a Igreja começou um trabalho de formação de lideranças comunitárias, escolhendo, para isso, pessoas simples do povo.

Esse momento foi marcado pela opção preferencial de atuação em favor dos mais pobres e pela abertura à participação mais ativa dos leigos nas atividades da Igreja.<sup>6</sup> Isso foi particularmente importante para Afuá, lugar que os padres muito raramente visitavam e onde as mulheres (mais afeitas a “coisas de Igreja”, segundo Rizzante) tornaram-se as primeiras animadoras das comunidades. As CEBs passaram a ser então o espaço no qual “as dores do povo sofrido” começaram a ser visibilizadas. Contudo, houve resistências por parte de clérigos menos afeitos ao progressismo cristão e à Teologia da Libertação. Eles se somavam aos patrões – os menos interessados na formação de uma visão de mundo baseada na crítica da dominação de classe. Os resistentes se empenharam em difamar animadoras e esse outro *jeito de ser Igreja*, relacionando-o ao comunismo.

Tal campanha difamatória não teve força suficiente para exterminar as novas ideias que circulavam por ali, apesar de as ter enfraquecido. Em 1982, nas localidades do Moura, Ilha dos Bodes, Maracujá e Beija-Flor, incentivados pelas esposas (muitas delas ligadas às CEBs), alguns trabalhadores começaram a organizar grupos pré-sindicais, com a finalidade de fundar um sindicato de trabalhadores rurais, a exemplo do que vinha ocorrendo no mesmo período na outra margem do Amazonas, em Macapá. Porém, um fato trágico viria marcar esse processo: em 19 de dezembro de 1983, quando trabalhava com seu irmão cortando madeira, José do Carmo, de 32 anos, que participava do grupo pré-sindical da Ilha dos Bodes, fora assassinado a tiros por um grileiro de terras da região.

A morte de Bira (como era conhecido José do Carmo) motivou a adesão de outros trabalhadores à causa dos grupos pré-sindicais. Socorro, trabalhadora da comunidade do Sabino, afirmara em reunião de um desses grupos ocorrida um mês após o assassinato: “eu

<sup>5</sup> Cf. Sobre a conjuntura brasileira que favoreceu a criação dos dois organismos citados, ver: Martins (2011) e Mainwaring (1989). Sobre o caso específico da atuação da CPT no Amapá e em Afuá, ver: Pereira (2018).

<sup>6</sup> Sobre a renovação da orientação pastoral da Igreja Católica no Amapá e o trabalho a partir das CEBs, ver: PIMENTEL (2016) e LOBATO (2018).

tenho comigo uma certeza: o sangue de José vai ajudar mais gente a perder o medo e a se unir na luta pelos nossos direitos!" (GRUPOS, 1984, p. 6). E foi assim: no dia 19 de dezembro de 1984, no aniversário de um ano da morte do Bira, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá.

O trabalho das Comunidades Eclesiais de Base fora o pontapé inicial da preparação do solo para o que viria a seguir. Após ter sido fundado o Sindicato, com amplo apoio do núcleo regional Amapá da Comissão Pastoral da Terra, os patrões começaram a ser enfrentados de maneira mais sistemática. Muitas vitórias vieram coroar essas lutas. Grande parte delas decorrentes do esforço das mulheres daquelas localidades que viram na educação uma ferramenta importante para a emancipação de todos.

### **Plantando as sementes: as escolas comunitárias e a formação docente**

Na medida em que as mulheres passavam a se envolver mais ativamente nas atividades sindicais, à despeito das resistências iniciais,<sup>7</sup> novas pautas passavam a compor a ordem do dia. Anualmente, a CPT e o STR promoviam o *Encontro das mulheres*. Era o momento em que elas discutiam os problemas que lhes afetavam diretamente, como: a ausência constante dos maridos que militavam no sindicato, as doenças que atingiam as famílias, a falta de escolas para os filhos, dentre outros. Ana Maria, quando perguntada sobre como surgiu a ideia de criar escolas comunitárias, respondeu:

Foi [algo] ligado à ação e à participação das mulheres do sindicato. Ligado a um observar a realidade das crianças: todas analfabetas, sem escolas. Nos encontros anuais de mulheres, que começaram logo, acredito, a partir 85, 86, se colocava esse problema. As mães colocavam como sofrimento a falta de escola para as crianças e o futuro que não teriam. E a gente [da CPT] colocava a elas "como resolver?" E a proposta delas sempre era "vamos fazer um abaixo-assinado pro prefeito". E elas faziam, levavam e reivindicavam. Faziam levantamento de alunos, de crianças por cada localidade e no ano seguinte reaparecia o problema: "o que é que vocês conseguiram?", "nada, porque o prefeito não fez nada, não nos atende", "então o que é que vamos fazer?" E vinha a mesma resposta, o mesmo encaminhamento. Foram quatro anos assim e no quinto ano eu disse que seria a última vez que a gente ia levantar isso e encaminhar, porque era mais do que claro que se [o prefeito] não tinha feito até então, não faria. Frente a perplexidade de dizer "como é que vai ser então, como é que vai ficar?", a gente colocou a possibilidade deles fazerem as escolas com o apoio nosso, da Pastoral. E veio toda a perplexidade, as dúvidas, a angústia de dizer "mas como é que nós podemos fazer escolas?". E a gente colocou que a gente ajudaria, que apoiaria, que era suficiente ter alguém que queria aprender, e já tinha muitos, e um ou outro que pudesse ensinar um

<sup>7</sup> Conforme Almeida (2019, p. 72-74), na assembleia de fundação do sindicato, apenas uma mulher foi eleita para a diretoria, Joaquina. Ela era solteira. Já nas eleições de 1990, seis delas conquistaram postos na diretoria e dos 400 presentes nesta assembleia, mais da metade eram mulheres.

pouquinho, que soubesse já um pouquinho e eles também tinham esses poucos (RIZZANTE, 2019).

As várias tentativas de conseguir o apoio da prefeitura não surtiram efeito algum durante quatro anos. Não havia, como pudemos constatar pela narrativa de Rizzante, a disposição do prefeito de levar àquelas localidades a escolarização das crianças. A proposta de uma escola comunitária criada pelos próprios membros do sindicato foi a solução mais viável encontrada. E foi um sucesso em vários aspectos, mesmo que as dificuldades tenham sido grandes e constantes.

Na reunião em que fora decidida a criação das escolas comunitárias, que ocorreu em julho de 1989, sete comunidades começaram a se organizar para iniciar as atividades educativas já no mês seguinte. Era necessário apenas haver um espaço para as aulas e alguém que soubesse ler, mesmo que pouco, para ensinar aos demais. As professoras e os professores que se voluntariaram naquela ocasião trabalharam sem remuneração. Os pais das crianças se responsabilizaram pelos materiais escolares. A CPT entrou com a orientação pedagógica e ficou de conseguir materiais didáticos junto a escolas da rede privada de ensino, em Macapá. As mulheres do Sindicato, por sua vez, ficaram responsáveis por coordenar essa nova frente de trabalho, incluindo a realização das matrículas dos estudantes, a organização dos locais das aulas e a reunião com os pais (RIZZANTE, 1991, p. 58).

O sindicato seguiu cobrando da prefeitura e, posteriormente, do governo do estado do Pará que assumissem a responsabilidade pela educação das crianças e dos jovens afuaenses. Passou a pressionar pela remuneração de professoras e professores, por materiais didáticos e escolares em geral, por merenda e para que as escolas já em pleno funcionamento fossem reconhecidas e os estudantes pudessem receber os seus boletins, sem os quais não poderiam se matricular em outras escolas para prosseguir com os estudos. A título de exemplo, no dia 15 de fevereiro de 1991, foram encaminhados ao menos 11 ofícios à secretária de Educação e Cultura do estado do Pará, Terezinha Moraes Queiros, nos quais o presidente da Setaf (Sociedade Central dos Trabalhadores Rurais de Afuá e Ilhas vizinhas do Pará e Amapá – entidade ligada aos STRs da região), Francisco Armando de Souza, solicitava que fosse feito um convênio entre a Seduc e as escolas comunitárias. Em um desses ofícios, argumentava-se que a escola da localidade de Ilha Rasa, no rio Água Preta (Afuá), funcionava na casa da professora Maria da Trindade Moraes da Costa. Aí as atividades escolares ocorriam em dois turnos: pela manhã, com uma turma de 11 estudantes na faixa de 07 a 10 anos e pela tarde, com 14 discentes com idades entre 11 e 20 anos (SOCIEDADE CENTRAL DOS TRABALHADORES RURAIS DE AFUÁ E ILHAS VIZINHAS DO PARÁ E AMAPÁ, 1991).



Em 1991, Segundo Ana Rizzante (1991, p. 58), funcionavam em Afuá 16 escolas comunitárias que atendiam a mais de 200 crianças. Além das dificuldades acima apresentadas, havia resistências a serem superadas dentro do próprio sindicato e das comunidades. No relatório de um treinamento feito pela CPT com professoras e professores, levantava-se as queixas de muitos pais que afirmavam não confiar seus filhos a esses docentes e até chegavam a dizer: “são burros que nem nós”, ou “se estudo fosse bom, nós já nascia sabido” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1990). Isso era entendido como o afloramento da “mentalidade dos patrões”, tão enraizada na mente do povo. Ana Maria, ao se referir a esses problemas, acrescentou: “tiveram que vencer resistências, críticas, desconfianças e medos... Até dos pais das crianças, que achavam difícil tirar os filhos do trabalho, para manda-los à escola!”. Apesar disso tudo, os resultados apareceram rapidamente. Houve um forte engajamento das mulheres do sindicato, algumas delas inclusive assumindo a responsabilidade de serem as professoras. Algumas jovens voluntárias deixaram suas próprias comunidades para trabalhar em outras, onde havia carência de alguém que pudesse assumir esse papel.

**Fotografia: Participantes do primeiro curso de monitores das escolas comunitárias de Afuá, realizado em Macapá, entre os dias 02 e 06 de julho de 1990<sup>8</sup>**



Fonte: Acervo Fotográfico da CPT AP.

Vencida a etapa inicial, faltava ainda garantir que nessas escolas não se reproduziam visões de mundo contrárias ao que pensavam a CPT e o STR. Para garantir isso e qualificar o trabalho das professoras e professores voluntários, organizaram-se vários cursos e encontros de formação para monitores. Entre os dias 02 e 06 de julho de 1990, a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá realizaram o *1º Curso para monitores de escolas comunitárias* (ver fotografia acima), na cidade de Macapá. Nessa ocasião, foram discutidos com as professoras e professores assuntos relacionados ao cotidiano escolar, tais como: a organização das escolas; as fases de desenvolvimento da criança e como agir em cada situação; como ensinar a leitura, a escrita e os princípios básicos da matemática; como utilizar os conhecimentos que os educandos traziam consigo e construir, junto deles, uma leitura crítica da realidade em que viviam; como envolver a comunidade no dia a dia da sala de aula e como fazer da escola um espaço de promoção da confiança e da liberdade, para que os estudantes pudessem desenvolver as habilidades e competências com mais tranquilidade e autonomia.

A invenção dessa prática pedagógica era cotidiana. Havia o entendimento de que as formas de organizar a escola e de dar as aulas eram as primeiras coisas a serem ensinadas aos educandos. Eles aprenderiam, portanto, não somente com os conteúdos,

<sup>8</sup> Percebe-se que apenas um monitor era homem, as demais eram mulheres de várias faixas etárias. Na foto, além das monitoras e monitor, está presente também Ana Maria da CPT (segunda da direita para a esquerda, segurando um bebê).

mas também com as atitudes tomadas pelas professoras e professores durante o processo de ensino-aprendizagem. Para os docentes era vetado, por exemplo, o uso de ameaças e a provocação de medo. As punições que poderiam ser aplicadas para os mal comportados deveriam ter também a função pedagógica de ajudar no crescimento individual e coletivo. No material do curso, se alertava: “nunca zombar de quem erra ou está com dificuldades” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1990, p. 2).

Era vetada também a criação de um clima de competição entre as crianças. Outrossim, o professor deveria sempre valorizar cada estudante pelo que ele era, respeitando seus limites e ritmos próprios. Isso, no entanto, não significava ter que aceitar tudo. Por exemplo, não deveria ser tolerada a preguiça ou que um discente se “encostasse” no outro, explorando-o. A cooperação era incentivada desde que todos contribuíssem. Os trabalhos em grupo deveriam ser pensados visando ajudar os mais tímidos a se envolverem e fazer com que os mais agitados se controlassem.

Todos esses pressupostos e princípios norteadores ganhavam sentido quando se entendia quais eram os objetivos da educação. Mais do que alfabetizar, ela tinha a função de auxiliar no desenvolvimento da análise crítica da realidade. No material utilizado para a formação desses docentes era listado o que o STR e a CPT pensavam ser os objetivos da educação:

- Desenvolver todas as capacidades da criança, para que ela possa:
- se conhecer;
- conhecer os outros;
- conhecer a realidade ao seu redor;
- se relacionar com os outros;
- adquirir segurança e auto-confiança, para enfrentar todas as situações;
- aprender a se avaliar, valorizar a si e aos outros;
- aprender a olhar os fatos com espírito crítico.

Para alcançar os objetivos, as professoras deveriam trabalhar “a partir da criança e da sua realidade, desenvolvendo o que ela já possui e conhece, num ambiente de liberdade e de confiança [e] em colaboração com a família e a comunidade”. Este último aspecto, em especial, deveria ser explorado constantemente, já que, para os organizadores do curso, “se é verdade que é a vida toda que educa, sendo a escola só um aspecto deste processo, devemos envolver tudo que diz respeito à vida da criança na sua educação” (CPT; STR, 1990, p. 1). Assim sendo, era sugerido que os pais e demais membros das comunidades onde as escolas estavam localizadas fossem chamados periodicamente para assistirem apresentações de teatro, dos desenhos e outras atividades realizadas pelos estudantes. Além disso, uma vez por mês alguém do sindicato deveria visitar as escolas para fazer uma fala sobre as atividades sindicais e os estudantes deveriam estar sempre envolvidos

diretamente nas festividades e outras programações realizadas pelas comunidades e pelo STR.

Alguns dos cursos de formação de monitores ocorriam também em Afuá. Entre os dias 18 e 19 de julho de 1991, fora realizado um treinamento na localidade Açaituba. Estiveram presentes 14 monitoras e monitores, de várias comunidades da região, sendo eles(as): Geanne Salviano, Silvana Pandilha, Janete Rocha da Silva, Maria Analicy dos Santos, Maria de Nazaré Nahum, Benedita Nahum Batista, Rosângela da Silva, Maria Rita da Silva, Márcia Cristina Oliveira, Maria Ivaniusa Chermont, Rita Batista do Carmo, Lindalva Moraes, Júlio Santiago dos Santos e Deuzarina dos Santos. Nesse encontro, foi feito um diagnóstico dos problemas enfrentados nas escolas. Constatou-se que, dentre as muitas dificuldades, se destacava a grande quantidade de educandos, a variedade de faixas etárias em uma mesma turma, assim como a variedade de níveis de aprendizagem (uns aprendiam mais facilmente que outros, dependendo do método aplicado) e, sobretudo, a ampla maioria dos docentes não havia ainda conseguido criar mecanismos de avaliação mais efetivos. Para solucionar este último problema, foram levados e discutidos métodos de avaliação, propostas de atividades e formas de atribuir notas. Foi estabelecido também um cronograma anual de avaliações, divididas em bimestres (RELATÓRIO, 1991).

O trabalho de acompanhamento e formação de monitores foi um importante instrumento para a garantia do fortalecimento e da continuidade do trabalho das escolas. Mas, a prefeitura se negava a reconhecer a validade deste consistente trabalho formativo, chegando a argumentar, inclusive, que não remunerava os docentes por não serem capacitados. Mesmo assim, as pressões do STR, encampadas pelas mulheres, fez com que o prefeito cedesse e começasse a remunerar, mesmo que com muito pouco dinheiro e com constantes atrasos de pagamento, aquelas e aqueles que realizavam esse trabalho pioneiro.

### **Colhendo os frutos: educação e emancipação**

No relatório do primeiro curso de monitores já havia a indicação da ideia de se reunir, ao fim daquele ano (1990), algumas histórias escritas pelos próprios estudantes das comunidades. Não existia ainda algo de concreto sobre o que ou como se faria, mas se sentia a vontade e a necessidade da produção de materiais didáticos nos quais a realidade afuaense estivesse presente. Em um caderno de anotações do ano de 1990, pertencente à professora Lindalva Moraes Miranda, da comunidade Serraria Grande, encontramos escrita a letra de uma música. Esta música, segundo o título, fora composta “pelos alunos” da escola onde Lindalva era docente. A letra dizia:

**Música feita pelos alunos**

*Três letrinhas bem juntinhas,  
Vamos todos se encontrar  
Pois nos livros de histórias  
Nossos nomes estará*

*Sou criança mais eu quero  
Aprender o A B C D  
E outro dia vou dizer pros meu amigos  
Que já sei ler (MORAES, 1990).*

Os materiais didáticos que o STR e a CPT conseguiam adquirir por meio de doações abordavam outras realidades. Eram materiais produzidos para áreas urbanas. Os discentes e docentes de Afuá não se viam representados ali, o que, na avaliação de todos, dificultava o processo de ensino-aprendizagem. Foi então que se decidiu pela produção da cartilha que viria a ser nomeada *Se Deus quiser, vou contar uma História* – uma compilação de redações escritas pelos estudantes das escolas comunitárias com sugestões de atividades de gramática e reflexões sobre a realidade narrada nos textos. Sobre o trabalho de organização da cartilha, executado pela CPT-AP, Ana Maria Rizzante escreveu, em março de 1995:

O material didático, totalmente alheio à realidade de nossas crianças, nos questionou desde o começo deste programa [das escolas comunitárias] e nos levou a pensar numa cartilha que falasse da realidade de nossa região e da vida das nossas crianças, onde elas pudessem se reconhecer e se sentir valorizadas.

Começamos estimulando a produção de textos nas várias escolas comunitárias, deixando ampla liberdade quanto aos temas e ao estilo.

Estes textos foram coletados e procuramos deixá-los com toda a riqueza de expressão e vocabulário com que os recebemos, nos limitando a corrigir erros ortográficos e a cataloga-los (RIZZANTE, 1995).

A cartilha foi produzida durante aproximadamente quatro anos. Foi feito um amplo trabalho de organização e sistematização dos textos, das sugestões de atividades e dos desenhos que acompanham as redações, também produzidos pelos estudantes. Além disso, foram enviadas solicitações de apoio à publicação e impressão para vários órgãos, instituições e apoiadores.

*Se Deus quiser, vou contar uma História* foi lançada no aniversário de 10 anos do Sindicato, no dia 19 de dezembro de 1994. A cartilha está dividida em 7 partes, cada uma contendo entre 3 e 16 textos, sendo elas: 1- Histórias (7 textos); 2- Família (9 textos); 3- Nossa organização (4 textos); 4- Poesias (3 textos); 5- Nossa escola (9 textos); 6- Nossos

trabalhos (16 textos); e 7- Outras realidades (6 textos)<sup>9</sup>. Ao todo são 54 histórias apresentadas em 47 páginas.

As histórias narram fatos corriqueiros daquelas comunidades, da vida familiar, da relação das crianças com a natureza, com o sindicato, com a fé e com a escola. Por exemplo, no texto *Vovô e a onça*, Lucélia Moraes Miranda, estudante de 11 anos e moradora da localidade Serraria Grande, narra o encontro entre seu avô e uma onça, enquanto ele pescava. A onça, que “queria avançar-lo”, fez com que, por medo, seu avô fugisse para casa (MIRANDA, L., 1994, p. 3). Esta história, provavelmente contada no âmbito familiar e reproduzida por Lucélia em sua redação, revela aspectos do trabalho e do convívio das famílias com a natureza, posto que aparecem elementos como a pesca e os perigos como o de se encontrar nas florestas e rios os animais selvagens que aí viviam.

Na redação *Conversa de avós (2)*, de autoria coletiva dos estudantes da escola de Serraria Grande, o tema é a relação dos mais velhos com as crianças e com o tempo. Os autores escreveram que, “no tempo deles [seus pais e avós], os filhos não escutavam conversa dos mais velhos”, e eram convidados a sair de perto sempre que chegavam visitas nas casas. Escreveram também que, “antigamente”, não havia comunidade e, devido a isso, “os velhos, as crianças, os jovens não sabiam rezar. O que eles faziam sempre era ladainha com festas” (SERRARIA GRANDE, 1994a, p. 10). O uso de termos como “no tempo deles” denota a percepção do fluxo temporal. Passado e presente entram em conflito, instigando os educandos a refletir sobre as transformações sentidas no seu cotidiano. Transformações, inclusive, de ordem religiosa, indicadas, por exemplo, pela menção às ladainhas, que são tidas como algo não equivalente ao “rezar”.

Outra história que revela traços da vida cotidiana foi escrita por Emanuel do Espírito Santo, de 13 anos. Intitulada *Eu*, essa história possui uma grande carga emocional, por retratar as dores e angústias de um jovem que, desde “muito novo”, precisou deixar de ser criança. Logo após se apresentar, ele lastimava: “não sou muito feliz”. Não o era porque seu pai, desde que “pegou um sofrimento”, não pôde mais trabalhar, o que fizera com que ele (Emanuel) e seu irmão mais velho, Pedro Paulo, tivessem que assumir a responsabilidade de garantir o sustento da família. O autor de *Eu* escreveu que queria ter uma bola, mas, por ser pobre, não tinha como comprá-la. Aliás, segundo narrou, nem mesmo poderia usá-la, já que devido ao trabalho constante não podia brincar. Concluiu o texto afirmando: “meu prazer é caçar, pescar e apanhar açai” (SANTO, 1994, p. 13). Essa história faz ressoar as preocupações que levaram os pais a se opor à possibilidade dos filhos ingressarem nas escolas comunitárias. O trabalho fazia parte da vida desses sujeitos desde tenra idade.

---

<sup>9</sup> A parte referente a *Outras realidades* era a única que não trazia redações de estudantes das escolas comunitárias de Afuá. Optou-se por inserir estes seis textos para que os educandos afuaenses tivessem contato com a realidade e dificuldades de outras crianças e jovens: italianas, macapaenses e indígenas.

Esse, inclusive, foi o tema mais presente nas redações – basta lembrar que a parte *Nossos trabalhos* foi a que mais agregou textos à cartilha, 16 ao todo.

A necessidade de ajudar no sustento da família fazia com que essas crianças e jovens acumulassem conhecimentos diversos sobre viver e trabalhar naquela região. Saber identificar os tipos de peixes, por exemplo, era tarefa fácil para qualquer uma delas. Manoel José Santiago da Silva, estudante de 11 anos da escola do Rio Sabino, escreveu que desde os seus sete anos pescava de tudo: “sardinha, aracu, bacu, cará, pirapitinga, traíra, piramutaba, mandubé, mandim, pescada, jundiá e pacu” (SILVA, 1994, p. 32). Nesse contexto, as escolas comunitárias cumpriam a função de lhes proporcionar a alfabetização, nas letras e nos números. Mas, a principal escola permanecia sendo a casa, o rio, a roça e a floresta, onde os pais eram os professores e os instrumentos de aprendizagem eram as ferramentas de trabalho.

Além de acontecimentos do cotidiano e sua relação com o trabalho, alguns dos textos mostravam as violências sofridas pelos trabalhadores por ação dos patrões. Em um deles, intitulado *História de povo sofrido*, os estudantes da escola de Serraria Grande lembravam: “os pobres são explorados pelos grandes patrões no nosso município de Afuá. Nós encontramos ainda muitos companheiros que têm medo deles” (SERRARIA GRANDE, 1994b, p. 17). Em outro texto, cujo título é *História de uma família (1)*, Maria da Conceição Oliveira Miranda, de 11 anos, também da comunidade Serraria Grande, escreveu:

Uma família não tinha mais terra para trabalhar, porque o patrão tirou deles e deu para os palmiteiros de Oeiras do Pará. A família foi morar na cidade de Macapá e lá encontraram a maior dificuldade. Tinham dois filhos e não tinham casa, nem documentos, para arranjar emprego (MIRANDA, M., 1994, p. 7).

O episódio narrado por Maria nos instiga a pensar sobre várias questões. Aqui destacamos duas. A primeira se refere à experiência de expropriação e de luta pela sobrevivência da família protagonista da narrativa. O texto evidencia o poder exercido pela classe dominante da região, a dos patrões. A expulsão da família provocou a migração dela para a cidade. Em Macapá, seus membros tiveram que enfrentar as dificuldades da vida urbana: falta de moradia e emprego, bem como a exigência de documentos (relações sociais mediadas pelo escrito). O segundo aspecto que gostaríamos de destacar diz respeito à compreensão que a autora tinha do fato narrado. Maria, ao escrever sobre essa família, mostrou que via com muita clareza os efeitos perversos do poder exercido pelos patrões. Aflorava ali a consciência de que o causador das dores de uma família humilde, como a sua própria, era o inimigo a ser denunciado e combatido. Sua redação cumpria a função de fazer lembrar da existência desses sujeitos e dos sofrimentos que eles eram capaz de causar.

## Considerações finais

A experiência de educação popular ocorrida em Afuá, entre 1989 e 1994, estava profundamente articulada com o processo de organização dos trabalhadores locais que começou nas CEBs e prosseguiu no sindicato. A escola foi desde o início pensada como um meio de emancipação que tornava possível fortalecer uma leitura crítica do mundo. Para Ana Rizzante, muito mais do que alfabetizar crianças e jovens, as escolinhas proporcionaram uma “quebra a nível cultural”, ou seja, uma nova percepção da realidade que encorajava educadores e educandos a denunciar e combater a dominação dos “patrões”. Nas palavras dela:

Junto com o ensinar, o trabalhar com eles como preparar uma aula, como fazer, o que tá por trás, que é o que tem um peso real e que se isso não tivesse acontecido nem as escolinhas daquela forma teriam acontecido, era essa quebra a nível cultural do que era o jeito de pensar e de viver que eles sempre estavam acostumados a conhecer: um único jeito que tem alguém que nasce inteligente e alguém que nasce bobo. Alguém que nasce sabendo as coisas, e, obviamente quem é? [Os patrões.] E eles que não, que eles não tinham esses dons e essas capacidades [...]. Então pra mim a grande contribuição que deu as escolinhas, além de ser pros alunos, foi pra esse grupo de pessoas que começou a se perceber como um sujeito diferente do que sempre tinha se compreendido (RIZZANTE, 2019).

As lutas protagonizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Afuá, durante as décadas finais do século XX, se desenvolveram em várias frentes. Era sobretudo uma luta contra os patrões e que tinha como finalidade a emancipação dos modos de dominação aí vigentes. Conforme destacamos anteriormente, o trabalho da Igreja Católica, por meio das CEBs e da CPT, foi fundamental neste processo. As ações da Igreja junto a estes ribeirinhos tornou possível a criação e disseminação entre eles de um vocabulário político local que ensinava: a interlocução crítica com o vivido; a formação da consciência de ser um sujeito coletivo possuidor de direitos; e a formulação de uma agenda de enfrentamentos em diferentes arenas sociais. Suas lutas ganharam contornos mais claros e contundentes quando estes sujeitos históricos compreenderam que a união e a organização eram fundamentais no contexto em que se achavam.

As mulheres afuaenses, que, ao mesmo tempo, eram mães, pescadoras, extrativistas, donas de casa, caçadoras, agricultoras e sindicalistas, viram na educação de seus filhos uma das ferramentas mais importantes da luta pela liberdade. O protagonismo delas se deu em todas as frentes relacionadas às escolas comunitárias, da concepção à efetivação. Paralelamente, foram ganhando mais espaço dentro do trabalho de organização do sindicato. Em decorrência disto, demandas específicas das mulheres, principalmente aquelas relacionadas à saúde, à educação e à representatividade nos espaços de poder, como na diretoria e nas delegacias, passaram a compor a pauta e a agenda de ações do



sindicato. Hoje, após pressão das mulheres e em reconhecimento à sua contribuição, a entidade mudou de nome para Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá (STTR-Afuá).

Como tentamos demonstrar neste artigo, as propostas de educação do campo, quando relacionadas às atividades de movimentos sociais do campo e comprometidas com suas lutas e bandeiras, são capazes de proporcionar aos envolvidos (docentes, estudantes, famílias, comunidades, militantes de movimentos sociais, apoiadores etc.) mudanças profundas na percepção da realidade vivida. Possibilitam, ainda, a construção, coletiva e popular, de formas alternativas de sociabilidade, nas quais a liberdade, a solidariedade e a comunhão são características fundamentais. Em Afuá, essas mudanças de percepção aumentaram o engajamento desses trabalhadores e trabalhadoras na luta por direitos. Luta que levou à desapropriação de terras dos patrões, pondo fim a todas as formas de interdição do usufruto dos lugares em que os trabalhadores viviam e laboravam. Desde 2008, foram criados 18 assentamentos de reforma agrária do Incra na região, onde estão assentadas 4.419 famílias (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2017).

## Fontes

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório do 1º Curso de monitores de escolas comunitárias**. Macapá, 06 jul. 1990.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AFUÁ. **1º Curso para monitores de escolas comunitárias**. Afuá: 02 a 06 jul. 1990.

GRUPOS pré-sindicais em Afuá (PA). **O Enxadaõ**, Macapá, nº 17, jan. e fev. 1984, p. 6.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Painel dos Assentamentos**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MIRANDA, Lucélia Moraes. Vovô e a onça. *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AFUÁ. **Se Deus quiser, vou contar uma História**. Macapá: Mansu Gráfica & Editora, 1994.

MIRANDA, Maria da Conceição Oliveira. História de uma família (1). *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AFUÁ. **Se Deus quiser, vou contar uma História**. Macapá: Mansu Gráfica & Editora, 1994.

MORAES, Lindalva. **[Caderno]**. Afuá, 1990. 1 caderno de anotações da professora.

RELATÓRIO do treinamento dos monitores das escolas comunitárias de Afuá. Afuá, 18 e 19 jul. 1991.

RIZZANTE, Ana Maria. **[Correspondência]**. Destinatário: IAMA. Macapá, 21 mar. 1995. 1 carta.

RIZZANTE, Ana Maria. Entrevistada no dia 09 de novembro de 2019.

SALES, Francisco. Roceiro Lutador [poema]. **Povo da Terra**, Macapá, nº 1, 1987, p.1.

SANTO, Emanuel do Espírito. Eu. *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AFUÁ. **Se Deus quiser, vou contar uma História**. Macapá: Mansu Gráfica & Editora, 1994.

SERRARIA GRANDE, Alunos da escola de. Conversa de avós (2). *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AFUÁ. **Se Deus quiser, vou contar uma História**. Macapá: Mansu Gráfica & Editora, 1994a.

\_\_\_\_\_. História de povo sofrido. *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AFUÁ. **Se Deus quiser, vou contar uma História**. Macapá: Mansu Gráfica & Editora, 1994b.

SILVA, Manoel José Santiago da. Caça e pesca. *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AFUÁ. **Se Deus quiser, vou contar uma História**. Macapá: Mansu Gráfica & Editora, 1994.

SOCIEDADE CENTRAL DOS TRABALHADORES RURAIS DE AFUÁ E ILHAS VIZINHAS DO PARÁ E AMAPÁ. **Ofícios 1 a 11/SETAF**. Afuá, 1991.

## Referências

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. *In*: STEPHANOU, Maria; e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). **História e memória da educação no Brasil**. Vol. III: Século XX. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005, p. 278-295.

ALMEIDA, Roberta Cacela de. **Amazônia ribeirinha**: o cotidiano dos trabalhadores afuaenses como tema do Ensino de História local. Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Universidade Federal do Amapá (Unifap), 2019.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *In*: MOLINA, Mônica; DE JESUS, Sonia (orgs.) **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Edunesp, 2000.

GARFIELD, Seth. **In search of the Amazon**: Brazil, the United States, and the nature of a region. London: Duke University Press, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOBATO, Sidney. Jeitos de ser Igreja: debates sobre a renovação da vida eclesial na Amazônia setentrional (1966-1983). *In*: \_\_\_\_\_(org.). **Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional**. Rio Branco: Nepan, 2018, p. 17-44.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. Camponeses e índios na renovação da orientação pastoral da Igreja. *In: \_\_\_\_\_*. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.

PEREIRA, Higor. Entre a cruz e a enxada: a CPT e a luta pela terra no Amapá (1979-1998). *In: LOBATO, Sidney (org.)*. **Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional**. Rio Branco: Nepan, 2018, p. 83-105.

PIMENTEL, Walbi Silva. **A Igreja dos pobres: resistências eclesiais no Norte do Brasil (1966-1983)**. Curitiba: Prismas, 2016.

REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953.

RIZZANTE, Ana Maria. “Também temos direito na luta”: a organização das mulheres no município de Afuá (PA). **Reforma Agrária**. vol. 21, nº 2, mai/ago, 1991.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldado da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Lourdes Helena da; MORAIS, Teresinha C.; BOF, Alvana Maria. Educação no meio rural do Brasil: revisão da literatura. *In: BOF, A. M. (org.)*. **A Educação no Brasil Rural**. Brasília: INEP, 2006.

WEGNER, Robert. **A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

WELCH, Clifford. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945** Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo (USP), 1998.

---

## Sobre o autor

---

**Higor Pereira** – Licenciatura em História pela Mestrando em História na Universidade Federal do Amapá (Unifap) (2019). Mestrando em História pela Unifap. Agente de Pastoral da Comissão Pastoral da Terra, Regional Amapá (CPT-AP). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-9280-5900>

**Sidney Lobato** – Licenciatura em História pela Mestrando em História na Universidade Federal do Amapá (Unifap) (2001). Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2009). Doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP) (2013). Professor de História da Amazônia nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Amapá (Unifap). **Orcid** - <https://orcid.org/0000-0002-2357-3667>

---

## Como citar este artigo

---

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. Educação para “lavar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994). **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

---

### **Declaração de Contribuição Individual**

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Higor Pereira** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados e suas interpretação e análise, além do desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Sidney Lobato** ficou responsável pelos procedimentos técnicos, desenvolvimento teórico-conceitual e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 30 de janeiro de 2020.  
Devolvido para a revisão em 05 de junho de 2020.  
Aceito para a publicação em 25 de junho de 2020.

---

# **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS**

**Thiago Araujo Santos**

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: thiagosantos.ufms@gmail.com

**Joser Cleyton Neves**

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: joser.neves25@gmail.com

**Aliucha de Melo**

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: alywsha@gmail.com

## **Resumo**

A aspiração ao progresso marca significativamente a história do município de Três Lagoas, localizado a Leste do estado de Mato Grosso do Sul, nas margens do Rio Paraná. Da construção de próteses territoriais (estrada de ferro, usina hidrelétrica, estação ferroviária) à sua recente inserção no complexo eucalipto-celulose-papel, a partir de 2006, entrecruzam-se projetos estimulados por ideologias modernizantes. Dedicamo-nos, neste artigo, a apresentar uma reflexão sobre o “caráter espacial” do município, buscando evidenciar as ideologias geográficas que acompanham os processos sociais em curso, ao longo do tempo. Como resultado, sugerimos que sob a superfície do discurso do progresso encontram-se as linhas perenes de uma modernidade truncada, comum num país periférico e marcado pela recorrência de iniciativas restauradoras e acordos “pelo alto”. A investigação articulou revisão bibliográfica sobre a temática de interesse e pesquisa em fontes documentais, particularmente reportagens e discursos oficiais veiculados na mídia.

**Palavras-chave:** Três Lagoas; progresso; ideologias geográficas; estruturas ideológicas.

## **Notes for a geographical critique of ideologies: truncated modernity and the vertigo of progress in the Três Lagoas City**

### **Abstract**

The desire for progress remarkably distinguishes the history of Três Lagoas, a city located in eastern region of Mato Grosso do Sul, Brazil. From the building of territorial prostheses (railways, hydroelectric plant, train station) to the recent insertion in the eucalyptus-cellulose-paper complex, different projects intercross supported on modernizing ideologies. Here, we presented a reflection on the town “spatial character” to evidence the geographical ideologies that guide the social processes ongoing throughout the time. As result, we argue that the speech of progress hides the characteristics of a *truncated modernity*, common in a peripheral country and featured by recurring restorative initiatives and agreements “at the top”. This work relied on a bibliographical review on the subject and researches into documental sources, specially news and official speeches streamed on the media.

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 23, n. 55, pp. 343-361	Set-Dez./2020	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	---------------------------	---------------	-----------------

**Keywords:** Três Lagoas City; progress; geographical ideologies; ideological structures.

## **Notas para una crítica geográfica de las ideologías: modernidad truncada y el vértigo del progreso en el municipio de Três Lagoas-MS**

### **Resumen**

La aspiración al progreso marca significativamente la historia del municipio de Três Lagoas, ubicado al este de estado de Mato Grosso do Sul, a orillas del río Paraná. Desde la construcción de prótesis territoriales (ferrocarril, central hidroeléctrica, estación de ferrocarril) hasta su reciente inserción en el complejo eucalipto-celulosa-papel, a partir de 2006, se cruzan proyectos estimulados por ideologías modernizadoras. En este artículo nos dedicamos a presentar una reflexión sobre el "carácter espacial" del municipio, buscando resaltar las ideologías geográficas que guían los procesos sociales en curso a lo largo del tiempo. Como resultado sugerimos que bajo el discurso del progreso se encuentran los rasgos permanentes de una modernidad truncada, lo que es común en un país periférico y marcado por la recurrencia de iniciativas restauradoras y acuerdos "desde arriba". La investigación se realizó a partir de una revisión de literatura sobre el tema de interés y consulta a fuentes documentales, especialmente reportajes y discursos oficiales divulgados en los medios de comunicación.

**Palabras clave:** Três Lagoas; progreso; ideologías geográficas; estructuras ideológicas.

### **Introdução**

A chegada do futuro é uma expectativa permanente na história de Três Lagoas-MS, reproduzida em consonância com o desejo de inserção econômica nos quadros da modernidade nacional. A finalização das obras da estrada de ferro Noroeste Brasil (NOB) e a construção da estação ferroviária, em 1909, deu sentido, em escala local, ao ideário modernizante impulsionado pelas elites políticas brasileiras, pelo menos desde o final do século XIX. Na prática, a via de consolidação das condições necessárias para o desenvolvimento de uma cidade moderna, por meio de uma "prótese territorial" que permitia a circulação de mercadorias entre a recém fundada cidade e o núcleo econômico nacional, São Paulo, resultou na concentração de poder e riqueza por parte de um grupo restrito de proprietários de terra da região.

Após um período de recessão econômica, o novo impulso para a busca do progresso, até então irrealizado, veio por meio da geração de energia, então pela construção, sob o controle da ditadura militar, da Usina Hidrelétrica Souza Dias, mais conhecida como "Usina Jupiá" (1965-1974). Depois de atrair uma massa de trabalhadores, que fixaram moradia na cidade, o projeto modernizante não impulsionou a economia regional como esperado, em parte pelo insucesso das políticas que resultaram na crise econômica da "década perdida".

A recuperação das esperanças por modernização foi retomada a partir da adição de novas políticas promovidas pelo afluxo neoliberal dos anos 1990. Com significativo aporte

estatal destinado a empresas, sobretudo a partir de incentivos fiscais, Três Lagoas presenciou certo dinamismo de suas atividades industriais entre 1994 e 2006, recebendo indústrias nos ramos têxtil, alimentício, de combustível, entre outros. Se, no período, as linhas do progresso mostravam seus contornos, sua imagem só se tornaria mais nítida a partir de 2006 com o desenvolvimento e territorialização do agronegócio do eucalipto por meio da instalação de empresas do complexo eucalipto-celulose-papel, processo que converteu Três Lagoas na “capital mundial da celulose”, título que evidenciava seu novo destino histórico no seio da modernidade.

A radical mudança na demografia da cidade, com significativo aumento populacional, foi acompanhada pela reconfiguração da paisagem urbana e agrária do município – seja pela radical expansão do plantio de eucalipto, sobreposto às antigas áreas de pastagem, seja pela criação de novos bairros, formação de unidades fabris, circulação de caminhões carregados de madeira, etc. A radicalidade das mudanças na dinâmica territorial, resultado dos vultosos recursos públicos e privados destinados aos novos projetos econômicos que emergiam, tornava a partir de então inegável a chegada do futuro. A monocultura do eucalipto converteria, enfim, Três Lagoas numa “cidade eldorado” (NEVES; SANTOS, 2018) – um paraíso do capital, *locus* de abundância e desenvolvimento econômico. Entretanto, sob a superfície da promessa de abundância e riqueza, que tem agora a monotonia silenciosa dos eucaliptais como base, encontram-se as linhas perenes de nossa modernidade truncada.

As bases de uma economia primarizada sustentam uma adesão dependente do país ao mercado de *commodities*, inserindo o município num circuito econômico de grande impacto territorial local, forjado por meio de acordos “pelo alto”, entre frações da classe dominante, como é comum no Brasil. Por isto, o estudo dessa história espacial, aqui apresentado, aponta a referência ao progresso como elemento relevante. Sua irrealização permanente, marcante nos países capitalistas periféricos, converte, em Três Lagoas, a imagem de futuro numa miragem atraente, sedutora, mas que se revela uma vertigem, uma espécie de alteração dos sentidos produzida pelo irrefreável desejo de chegada de um futuro moldado pelo capital.

No primeiro item, apoiando nossa reflexão, discutimos o conceito de “ideologia geográfica”, elaboração de Moraes (2005) que associa dialeticamente as concepções (subjetivas) do espaço com a construção/produção do espaço em sua materialidade. Este caminho nos levou a considerar nosso estudo da escala local/municipal em uma iniciativa preliminar de defesa de um campo específico de pesquisa – a “crítica geográfica das ideologias” – recorrendo-se, para tal, à contribuição teórica de Antonio Gramsci. Consideramos o conceito de ideologia e a noção de “estruturas ideológicas” – isto é, a “organização material” capaz de influir na opinião pública – como recursos heurísticos

balizares para esta agenda, reconhecendo a relação objetividade-subjetividade para o estudo da concepção, produção e ordenamento do espaço.

No segundo item, discutimos a ideologia geográfica do progresso em Três Lagoas, analisando o modo pelo qual são articulados discursos sobre o espaço com projetos econômicos historicamente relevantes. Este percurso nos levou a refletir sobre o caráter inconcluso, truncado, da modernização posta em movimento, em distintos momentos. O “poder do atraso” foi, assim, problematizado como fator explicativo da inconclusividade permanente da modernização econômica, evidenciando-se a tradicional aliança entre terra e capital como aspecto importante da formação socioespacial do município.

Os argumentos foram baseados em fontes documentais, especialmente reportagens, notícias e discursos oficiais sobre os projetos econômicos em curso na história de Três Lagoas-MS. Estas fontes foram articuladas à revisão bibliográfica a respeito do quadro teórico de interesse, embasando nossa reflexão sobre a realidade estudada.

### **Por uma crítica geográfica das ideologias: apontamentos preliminares**

O sociólogo Francisco de Oliveira observa que há, nas ciências sociais, certa negligência ao problema do “caráter” (de um povo, da nação...). Atento à questão, dando corpo à sua “biografia não autorizada do Brasil”, o autor afirma que o “jeitinho brasileiro” expressaria “o drible constante nas soluções formais (o que) propicia a arrancada rumo à informalidade generalizada” (OLIVEIRA, 2018, p. 139). Esta solução, isto é, a burla como elemento intrínseco de uma identidade social, seria uma forma de adotar o capitalismo como solução incompleta na periferia do sistema: “Incompleta porque o capitalismo trouxe para cá a revolução das forças produtivas, mas não as soluções formais da civilidade” (OLIVEIRA, 2018, p. 140). Por isto, “As classes dominantes [...] têm de ‘se virar’, dão um jeitinho para garantir a coesão de um sistema troncho e, *comme il faut*, a exploração”. O “jeitinho” não seria, assim, um atributo desprovido de uma intencionalidade política e de um horizonte econômico. Trata-se, isto sim, de uma ideologia, isto é, de uma força que entrelaça, de diversas maneiras, o subjetivo e o objetivo, constituindo a materialização de projetos vinculados a um conjunto de ideias/representações.

Na incompletude sistêmica da formação de nosso capitalismo periférico persiste o “poder do atraso” (MARTINS, 1994), podendo esta permanência ser qualificada como uma das marcas profundas de nosso processo histórico. Esta marca qualificaria o que Gramsci denominou de “fenômeno orgânico”, demandando, por sua natureza, uma cuidadosa crítica histórico-social, por ser algo distinto dos movimentos “conjunturais”, “que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais” (GRAMSCI, 2012, p. 37). Constituem-se alguns aspectos característicos desta persistência a ausência de rupturas radicais, as



frequentes soluções políticas restauradoras em nossa história, e a formação de uma burguesia interna *sui generis*, fortemente amalgamada aos setores agrários mais arcaicos (MARTINS, 1994). A constituição de nossa modernidade nacional se dá por meio de “revoluções passivas” (GRAMSCI, 2014a, p. 393), um tipo de modernização baseada numa dialética revolução-restauração, constituída por acordos “pelo alto” entre frações das classes dominantes. Essa incompletude sistêmica em nossa inserção nos quadros modernos do capitalismo, uma espécie de “proeminência restauradora”, define o caráter truncado de nossa modernidade (OLIVEIRA, 2018).

Para Martins (2008), o estudo da modernidade em países periféricos deve partir do reconhecimento de sua anomalia e inconclusividade. Miséria, desemprego, subemprego, valores e mentalidades produzidos pelo desenvolvimento dependente não poderiam ser, com efeito, qualificadas como aspectos estranhos à modernidade. Para o autor, é constitutivo deste processo “uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar” (MARTINS, 2008, p. 19). Não se comprometendo em transformar o possível em real – produzindo meios efetivos para o acesso à coleção de coisas possíveis em um mundo globalizado – o capital moderno atribui a responsabilidade aos sujeitos: “basta ter recursos para conseguir”. A não ocultação do insucesso constante, mas sua atribuição às vítimas, torna a modernidade, por isso, “o reino do cinismo” (MARTINS, 2008, p. 19).

Mostra-se relevante, por isto, na reflexão crítica sobre o nosso quadro espaço-temporal, considerar o “modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência e como pensam e interpretam essas relações” (CHAUÍ, 2008, p. 55). Sob o capitalismo, encontra-se presente a função de dominação das representações ideológicas, ganhando sentido na medida em que “pelo poder do pensamento justifica-se a necessidade de aceitação de certas ideias e certos valores que, por serem [considerados] universais, se impõem à sociedade como um todo” (SANTOS, 2016, p. 34). Há, assim, uma necessária articulação entre os conceitos de poder, pensamento e classe social no campo das ideologias, considerando que seu “fulcro é a ideia do saber enquanto forma de poder, tendo como base a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes” (BRUNI, 1987, p. 86).

Se a referência ao “caráter do povo”, como vimos, é carregada de intencionalidade, demandando uma interpretação materialista de suas determinações econômicas e sociais, isto é, de seu fundamento ideológico, cabe refletir sobre as referências constantes, em nossa história, ao “caráter espacial” – isto é, ao conjunto de atributos que apontam para um suposto destino ou vocação dos lugares, ou elementos que fortemente os definem. Como afirma Moraes (2005, p. 33), “o espaço (sua gestão, sua representação, os projetos e

imagens a seu respeito) representa um dos condutos mais eficazes do poder”, razão pela qual “os discursos geográficos engatam-se com algumas problemáticas centrais postas na prática social do mundo contemporâneo” (MORAES, 2005, p. 33). É isto que nos leva a considerar a “necessidade de se buscar apreender a relação Geografia-ideologia em quadros histórico-concretos, e estando de posse de um instrumental teórico previamente ordenado” (MORAES, 2005, p. 43).

A contribuição teórica de Antonio Gramsci para o aprofundamento do conceito de ideologia, no campo marxista, traz elementos que nos parecem pertinentes para um projeto crítico-geográfico das ideologias. Em primeiro lugar, cabe reconhecer que seu aporte teórico dialoga com a perspectiva marxiana segundo a qual as ideias não se constituem uma projeção imediata e necessariamente coerente do real na consciência (MARX; ENGELS, 2007). Ao mesmo tempo, tais ideias não possuem uma existência autônoma, independente da realidade histórica. Estas são constituídas como um resultado de um processo social mediante o qual o real é significado, forjado, alimentado de sentido (SANTOS, 2016). Não se deve, pois, conceber as representações como algo deslocado da atividade real dos homens e mulheres, isto é, do intercâmbio material que integra o processo social de produção da riqueza sob o capitalismo.

A relação entre estrutura e superestrutura é considerada central no tratamento gramsciano do tema. Para o autor, o problema da dicotomia entre ambos os momentos “deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas” (GRAMSCI, 2012, p. 36). Diante de tal dicotomia, Gramsci se volta a um duplo embate. Por um lado, ao materialismo vulgar (ou economicismo), que reduz todo o movimento histórico ao momento estrutural. Por outro, ao idealismo, para quem o movimento histórico é atribuído às forças espirituais, independente das condições materiais em que atuam (BOBBIO, 1999).

Este horizonte nos conduz a considerar a inequívoca relação entre ideologia e a realidade histórica de sua produção, reconhecendo sua vinculação aos movimentos das forças sociais, sustentando e organizando interesses dos sujeitos, definindo formas de intervenção na realidade (BRANDÃO; DIAS, 2007).

É neste quadro que se justifica a reflexão teórica sobre como se organiza a estrutura ideológica – isto é “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” (GRAMSCI, 2014b, p. 78). Para Gramsci, a parte mais dinâmica da “frente ideológica” é o setor editorial em geral, composto por editoras, jornais políticos, revistas, etc., que pela sua amplitude e complexidade tornaria difícil um estudo em escala nacional, podendo ser estudado, contudo, numa cidade ou série de cidades (GRAMSCI, 2014b, p. 78). O que define, segundo o autor, essa estrutura ideológica é sua capacidade de “influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente”, dela

fazendo parte também “as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas” (GRAMSCI, 2014b, p. 78, grifo nosso).

A referência de Gramsci à “organização material” como estruturas ideológicas sugere possíveis conexões de sua “teoria crítica das ideologias” e a Geografia enquanto campo disciplinar. Uma crítica geográfica das ideologias deveria, apoiada em tal solo teórico, reconhecer precisamente a relação objetividade-subjetividade na produção e ordenamento do espaço, considerando as formas espaciais (estruturas físicas, edifícios, monumentos, etc.) e os discursos sobre o espaço, levando em conta o fato de que: “[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 2014a, p. 238).

Segundo Moraes, autor empenhado na promoção do estudo das “ideologias geográficas”, é importante compreender como as concepções do espaço atuam na construção material do espaço num dado país, e como atuam em sua própria representação (MORAES, 2005). Parece-nos, contudo, que é possível abordar o problema em distintas escalas geográficas, indo além do corte nacional proposto. A escala local, entrecruzando relações que, de distintas maneiras, envolvem interesses, projetos e representações espaciais, seria, também, objeto passível de reflexão sob o prisma citado. Este nos parece um enfoque pertinente ao estudo do município de Três Lagoas-MS.

Tal justificativa se coloca não apenas pela pertinência de um estudo dessa natureza em escala local. Mostra-se relevante uma abordagem crítico-geográfica das ideologias, no município citado, sobretudo pelo fato de Três Lagoas ter sua história atravessada e constituída por projetos de expressão nacional (expansão da malha ferroviária, construção de usina hidroelétrica, expansão do agronegócio do eucalipto), o que implicou em significativo dinamismo demográfico e espacial. Analisar de forma precisa esse dinamismo implica, a nosso ver, em considerar a relação entre objetividade e subjetividade e o processo de produção de ideologias geográficas na história espacial do município. Isto permitirá evidenciar que Três Lagoas tem uma história que expressa, em escala local, processos sociais mais amplos, alimentados e forjados na multiescalaridade do capital, em um país capitalista dependente, em distintos momentos históricos.

### **A vertigem do progresso e a modernidade truncada em Três Lagoas**

Um conjunto de reflexões sobre o município de Três Lagoas-MS aponta para a recorrência de ideias como desenvolvimento, progresso e industrialização enquanto elementos fortemente associados ao recorte espacial em questão (OLIVEIRA e SILVA,

2011; ALVES, 2015; PERPETUA e THOMAZ-JUNIOR, 2012; JURADO, 2008). Partindo destes estudos, em trabalho anterior (NEVES; SANTOS, 2018) observamos como tais ideias acompanham a história espacial do município, animando interesses coletivos a projetos econômicos hegemônicos que, no limite, naturalizam os processos sociais em curso. Se o desafio para o estabelecimento de uma justa relação entre Geografia e ideologia, proposto por Moraes (2005), é pertinente, parece-nos diverso e profundo o quadro de referências para um estudo desta natureza voltado à realidade local do município.

Para esta reflexão é, sem dúvida, tentador se ater à escala local para a análise dos recursos ideológicos mobilizados como forma de dominação e legitimação política do capital. Isto porque são abundantes as narrativas legitimadoras das dinâmicas territoriais em questão. Parece-nos, contudo, que o maior desafio teórico (e político) é o de equacionar de modo preciso as múltiplas determinações que constituem os processos sociais, em sua multiescalaridade, particularmente em sua dimensão ideológica. Por este caminho, torna-se possível escapar do risco de reificar a escala municipal/local, isolando seus agentes econômicos, atribuindo-lhes uma autonomia que, sob o capitalismo, não lhes diz respeito (SANTOS, 2005; HARVEY, 2004; SMITH, 2002; SOJA, 1993). Isso permite, ao mesmo tempo, ir além de uma abordagem funcionalista e positivista do espaço, que compreende o município/a cidade como uma unidade de estudo autoreferente, com suas manifestações fenomênicas individualizadas e fragmentadas.

Para o desenvolvimento dessa perspectiva, recorreremos ao termo “vertigem”, extraído de Oliveira (2018), que o utiliza em sua “biografia não autorizada do Brasil” em referência ao período que se abre com o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, que teria provocado o que o autor chamou de uma “vertigem da aceleração”. Adaptamos, pois, a imagem de uma “vertigem”, associando-a ao progresso, como uma referência metafórica à tontura e à sensação de perda dos sentidos que, como discutiremos, as promessas da modernidade remetem em um município periférico de um país dependente.

Sob tal orientação, cabe considerar que em Três Lagoas-MS a vertigem do progresso não é de hoje. Uma mirada ao passado é suficiente para observarmos que o progresso como componente ideológico perpassa distintos momentos da história espacial do município, constituindo-se a força material para realização de projetos econômicos estruturantes. Ao mesmo tempo, a utopia de uma “cidade eldorado” (NEVES; SANTOS, 2018), promessa de um espaço redimido de seu passado arcaico, não é uma exclusividade sua, sendo comum em distintas localidades seduzidas por imponentes projetos de caráter capitalista (MESQUITA, 2005; VARGAS, 2015; RIGOTTO, 2004).

A fundação oficial de Três Lagoas, que teve como importante marco a construção da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), em 1909, encontra profunda relação com um ideário

nacional vigente pelo menos desde o fim do século XIX<sup>1</sup>. Sob a Primeira República (1889-1930), a superação dos valores e ideias monárquicas estimulava aspirações modernizantes, buscando-se encaixar o Brasil nos moldes dos países desenvolvidos. Segundo Castro (1993), constituíam-se objetivos claros dos agentes políticos, particularmente daqueles ligados ao Partido Republicano Paulista, criar as condições concretas para a efetivação do progresso. Isto seria possível por meio da eliminação dos traços coloniais, superação das características que definem um caráter fundamentalmente agrário de nossa estrutura social, tudo isso associado à formação de uma “sociedade burguesa, contemporânea a seu tempo e plenamente integrada ao mercado capitalista mundial” (CASTRO, 1993, p. 85).

O abismo que distanciava o “território usado” (SANTOS, 1994) dos “fundos territoriais” no Brasil (MORAES, 2011) – isto é, as áreas assimiladas aos processos econômicos centrais daquelas marginais, periféricas – estimulava a busca por soluções, a partir do final do século XIX, propagando-se a “superação do atraso” como a meta principal de um Brasil modernizado. Este horizonte, cabe evidenciar, carregava um forte fundamento territorialista, identificado por Moraes (2011) como uma ideologia geográfica bastante presente na formação territorial brasileira. Segundo o autor, para a construção de um “país moderno” sob tal orientação,

[...] o foco [...] direcionou-se para o território: construir o país era modernizar seu espaço, o que significava equipá-lo com as próteses territoriais e os sistemas de engenharia estabelecidos pela contemporaneidade técnica: ferrovias, iluminação elétrica, água encanada, estruturas metálicas, máquinas, motores, etc. (MORAES, 2011, p. 90).

Na região do atual município de Três Lagoas, a construção da ferrovia NOB foi o meio encontrado para dotar o espaço de elementos modernos, estruturas físicas (máquinas, trilhos, ponte) que, por seu conteúdo e forma, no período em questão, expressavam-se como verdadeiras “estruturas ideológicas” (GRAMSCI, 2014b, p. 78). A capacidade de “influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente”, que tais “próteses territoriais” possuíam se evidenciava na materialidade, em escala local, de um destino nacional almejado no período – a superação dos elos com o passado arcaico, agrário, e a produção de uma burguesia dinâmica e articulada, por meio da criação de condições objetivas para o seu desenvolvimento.

Na prática, a ferrovia permitiu a proprietários de terras o estabelecimento de relações comerciais com o principal polo industrial da época, isto é, o Sudeste. Os efeitos do empreendimento se fizeram notar por meio da migração de trabalhadores para sua

---

<sup>1</sup> A ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), inaugurada em 1912, possui uma extensão de 1622 quilômetros. Sua linha-tronco vai de Bauru-SP à Corumbá-MS, ligando-se então à rede ferroviária boliviana até Santa Cruz de la Sierra (GIESBRECHT, 2020).

construção, como também pelas novas relações sociais de produção colocadas a partir da abertura comercial pelas vias de transporte. Sob as bases de um ideário de futuro, representado pela aglomeração urbana e inserção municipal no circuito econômico nacional, pela via da circulação de mercadorias, uma pequena elite agropecuária concentrou riqueza, elaborando os moldes de uma relação campo-cidade definida pela perenidade do poder oligárquico agrário.

A baixa produtividade e a incipiência na produção e circulação de capital no município, após o período de construção da ferrovia NOB, resultou na regressão econômica e manutenção da precariedade na inserção social da população local, atraída pelas oportunidades propagadas. A insuficiência de infraestrutura para atender a potenciais indústrias na região frustra as expectativas de realização de um dinâmico processo de desenvolvimento regional a partir do município.

Somente durante o período da ditadura militar (1964-1985) que a região voltou a ter atenção do poder público, que percebia naquele momento a necessidade de expansão da infraestrutura nacional. Deu-se então o início de grandes empreendimentos voltados para atender as demandas de infraestruturas em todo o país, como hidrelétricas, ferrovias, rodovias, portos, etc., atendendo aos propósitos de estatização do sistema produtivo, sob o regime militar, com base no poder coercitivo do Estado (OLIVEIRA, 2008). A geração de energia passou a ser uma nova oportunidade econômica para Três Lagoas, dada sua afortunada proximidade ao Rio Paraná. Diante disto, o Estado brasileiro adotou para essa região a estratégia de promover a geração de energia como principal motor do progresso, visando a atração de indústrias e a dinamização das atividades econômicas.

Em 1974 foram concluídas as instalações da Usina Hidrelétrica Souza Dias, mais conhecida como “Usina do Jupiá”, criando condições potencialmente atrativas para o capital industrial e aos investimentos privados. As promessas modernas, alimentando a vertigem do progresso, contemplavam, no campo do discurso, expectativas reais de uma população em busca de inserção na dinâmica econômica nacional do período – empregos, renda e melhoria na qualidade de vida, desejos que se aproximavam com a representação de um futuro que ora se aproximava.

A construção do Distrito Industrial, a partir de uma doação de área pela Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), em 1975, associada com a promulgação da Lei Municipal número 435 de 20 de Janeiro do mesmo ano (ALVES, 2015), animava as aspirações industrializantes em Três Lagoas. Segundo Alves (2015, p. 112),

Antes mesmo de concluída a construção do espaço destinado a atender a instalação de fábricas, foi elaborado todo um aparato ideológico para atender à expectativa da administração municipal, esperam-se as fábricas como sendo o eldorado da região do bolsão mato-grossense. Homens

eufóricos e carregados de ganância vislumbram a chegada de fábricas vindo do outro lado da margem do Rio Paraná (Estado de São Paulo), para alimentar seu pequeno poder político e econômico, dando-lhes o *status* de senhores do progresso, favorecendo o perpetuar de seus nomes nas páginas da história local.

Um marco simbólico para a vertigem do progresso, naquele período, foi a construção do “Monumento das Indústrias”, ainda hoje existente (Foto 1), na Rodovia Ranulpho Marques Leal, próximo à entrada da cidade, no sentido São Paulo-Mato Grosso do Sul, inaugurado pelo então prefeito de Três Lagoas Helio Congro, em 1975.

**Foto 1: Monumento das indústrias (1975).**



Fonte: Thiago Araujo Santos (2020)

A construção da “Usina Jupia” (Foto 2) e o estabelecimento do Distrito Industrial não garantiram, contudo, a realização de todas as expectativas de desenvolvimento que essas obras carregavam. Ao final, uma massa de trabalhadores itinerantes constituiu moradia na cidade, tal como se observa com o surgimento e a manutenção da Vila Piloto (Foto 3) e da Vila dos Operadores, localidades que absorveram respectivamente operários e trabalhadores do alto escalão da Usina. O fracasso da expansão econômica dessa região também foi potencializado pelo insucesso das políticas econômicas pensadas e executadas pelos militares, o que gerou para o Brasil, a partir de 1980, uma década de recessão econômica, também conhecida como “década perdida” (BRUM, 1988). O fim do regime militar e a redemocratização do país, a partir da constituinte realizada em 1988, expõe novos direcionamentos políticos e econômicos de um capitalismo neoliberal em formação, o que terá rebatimentos significativos em escala local no município.

**Foto 2: Vista aérea da Usina Hidroelétrica Engenheiro Souza Dias (“Usina de Jupiá”), Rio Paraná, Três Lagoas-MS, 1965**



**Foto 3: Vista aérea da Vila Piloto, Três Lagoas-MS, 1965**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020a).

Com a adoção de novas políticas econômicas no início da década de 1990, tanto a Federação quanto os estados buscaram atrair e estimular a territorialização de empresas. A estratégia adotada a partir de então foi de conceder ao capital incentivos fiscais visando a instalação industrial em novas localidades, e tendo como justificativa principal a geração de emprego e renda. Sob estas bases, entre 1994 e 2006 o município de Três Lagoas avançou na produção industrial em diferentes ramos, como têxtil, alimentício, combustível, energia elétrica (NEVES; SANTOS, 2018).

Apesar do dinamismo econômico propiciado pela industrialização dos anos 1990 a meados de 2000, o impacto mais significativo na história recente desse município veio, sem dúvida, com o controle monopólico do território exercido pelas empresas de celulose e papel que instalaram-se em Três Lagoas, a partir de 2006, por meio da troca de ativos da International Paper e do Grupo Votorantim (SANTANA, 2010). Um aporte fundamental para a expansão da monocultura do eucalipto no município de Três Lagoas, e no estado do Mato Grosso do Sul (MS) como um todo, foi a ação do Estado via flexibilização da legislação ambiental. A publicação da Resolução SEMAC nº 17, de 20/09/2007, permitia, a partir de então, o plantio de “espécie florestais” sem necessidade de licenciamento ambiental. Kudlavics (2011, p. 71) chama atenção para o fato de que, neste caso, “o estado tem buscado adequar a legislação em relação ao uso dos recursos naturais enquanto valor econômico imprescindível para o desenvolvimento e progresso, colocando assim o meio ambiente a serviço dos interesses do capital”.

Já em 2009, pouco antes da inauguração da linha de produção, ocorre a fusão entre o Grupo Votorantim e a Aracruz Celulose, dando origem à Fibria. Essas empresas passavam por dificuldades financeiras na época e a fusão realizou-se somente com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que intermediou e



adquiriu cerca de 30% das ações ordinárias da empresa (BARBIERI, 2009). A partir da troca de ativos, as obras para construção do complexo de produção de papel e celulose passaram a dinamizar as atividades econômicas no município de Três Lagoas, bem como as relações de produção no âmbito da construção civil. A quantidade de migrantes recebidos pela cidade demonstrou como o discurso da geração de emprego e renda, fruto da chegada das empresas, estava atraindo trabalhadores de várias regiões do país<sup>2</sup>. A vertigem do progresso, pela imagem de um conjunto de transformações nas formas espaciais e na paisagem urbana do município (formação de novos bairros, criação das unidades fabris, circulação de caminhões carregados de eucalipto, etc.), reforçou a utopia de uma “cidade eldorado”, um espaço vocacionado para um futuro que, enfim, se acercava (Fotos 4 e 5).

**Foto 4: Caminhão carregado de eucalipto, Avenida Ranulpho Marques Leal, Três Lagoas- MS (2020)**



**Foto 5: Escultura “Junta de bois” e caminhão com símbolo da Fibria, Praça da Alvorada, Três Lagoas (2020)**



Fonte: Thiago Araujo Santos (2020)

Entre os anos de 2006 e 2012, o município presenciou a territorialização de duas empresas de produção de papel e celulose. A primeira, já mencionada, inaugurou sua linha de produção em 2009. A segunda, a empresa Eldorado Brasil, concorrente da Fibria, teve suas atividades iniciadas na região apenas em 2012. Nota-se que, no caso da Eldorado Brasil, assim como na fusão da Fibria, o aporte realizado pelo BNDES para garantir a execução do projeto de expansão do capital nas terras sul-mato-grossenses foi fundamental (CONCEIÇÃO, 2012). Nesta operação, o banco chegou a destinar 2,7 bilhões de reais para investimento na construção do primeiro complexo de produção da Eldorado. Quanto à Fibria, a participação do banco na fusão também foi de suma importância para a concretização do projeto. Com esse propósito agiram, juntos, Estado e o capital na condução dos processos e das transformações necessárias para a reprodução capitalista.

---

<sup>2</sup> Entre 2007 e 2017, a população de Três Lagoas passou de 85.914 habitantes para 115.561 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020b).

Em 2013, em meio a este cenário, entrou em vigor na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul um Projeto de Lei (PL) que converteu Três Lagoas na “Capital Mundial da Celulose”. A justificativa da Lei 4.336 evidencia que a cidade, de “capital brasileira do gado”, está se transformando na “metrópole global da celulose”, possuindo “vocação para o progresso e logística adequada, bem como sintetiza o anseio de todos os seguimentos [sic] produtivos daquela região” (MATO GROSSO DO SUL, 2013).

Em 2015, foi anunciado um ousado projeto de expansão da Fibria, conhecido como Projeto Horizonte-2, que teve as obras iniciadas em 2015 e finalizadas no fim de 2017 (NEVES; SANTOS, 2018). O aumento da capacidade de produ o em 150%, superando o total de 3,2 milhões de toneladas de celulose/ano (RIBEIRO, 2016), foi prometido com o entusiasmo inebriante que a vertigem do progresso provoca. Em discurso escrito pela então presidenta da república, Dilma Rousseff, lido pela ministra da Agricultura Kátia Abreu, em 30 de outubro de 2015, afirmou-se que, com a chegada da empresa, “começava a ser escrita uma nova história de desenvolvimento da região” (BRASIL, 2015). A partir de então, “[...] em menos de uma década, Três Lagoas se transformou na *capital mundial da celulose* e cresceram as oportunidades de negócio e de emprego no município. *Como costumávamos dizer, o progresso chegou*” (grifo nosso) (BRASIL, 2015).

O anúncio final da chegada do progresso expõe, alegoricamente, uma teleologia histórica e espacial – um destino espaço-temporal, uma ideologia geográfica que, enquanto força material, encerra um processo permanente de busca por um lugar sob “o sol da modernidade”. Contudo, ao contrário do que se pensa, na atual “terra do eucalipto”, “a aliança dos capitalistas com os proprietários de terra também perpetuou a presença viva e atuante das estruturas do passado” (ALMEIDA, 2011, p. 109). A alta concentra o de terras<sup>3</sup>, associada   concentra o do poder político e econômico, no seio de uma sociedade profundamente desigual, sustenta uma estrutura social que continua a ter a propriedade fundiária como seu fundamento.

Os efeitos de um contínuo progresso aspirado, mas nunca efetivamente vivido, põem em relevo contradi es fundamentais de nossos processos históricos. A resolu o da questão agrária na “capital mundial da celulose”, que deveria passar pela centralidade do campesinato como sujeito social e pela Reforma Agrária como uma política de Estado, mostra-se cada vez mais distante. O abandono de assentamentos pelo Estado, o sucateamento do Instituto Nacional de Coloniza o e Reforma Agrária (INCRA) e o quadro de dependência econ mica vivida por assentados a projetos de compensa o ambiental e social das empresas são aspectos que, segundo Almeida (2012, p. 8), desmentem as promessas de um progresso que vem para todos. Segundo a autora, na prática, temos uma

---

<sup>3</sup> Mais de 90% da área rural de Três Lagoas está vinculada a pouco mais de 30% dos proprietários de terras (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, 2019).

história que conduz a uma situação de precariedade social gerada pelo “paradoxo de Estado ‘mínimo’ na Reforma Agrária e ‘máximo’ no complexo eucalipto-celulose-papel” (ALMEIDA, 2012, p. 8).

Respondendo aos padrões de inserção dependente dos países periféricos nos quadros do capitalismo mundializado, nossa indústria continuou sendo a de sempre: “uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação” (MARINI, 2011, p. 159). Isto nos vincula ao mercado mundial sem a criação de uma demanda própria, como nas economias centrais, nascendo “para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2011, p. 163).

A aderência de uma região como a de Três Lagoas ao circuito de produção de *commodities* como o eucalipto, longe de implicar na superação de nosso velho arcaísmo, é reveladora da perenidade da propriedade latifundista, baseada na extração da renda da terra, como “sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País” (MARTINS, 1994, p. 12-13). Se o capital financeiro atualiza as expectativas de chegada do progresso, o “poder do atraso” orienta o sentido material do curso da história espacial de Três Lagoas – um município que, neste sentido, com a hegemonia do agronegócio, torna-se parte representativa do Brasil.

## **Considerações finais**

O “caráter” de Três Lagoas é forjado a partir de ideias que expressam um destino histórico, permeado pela articulação contraditória de múltiplas temporalidades que trazem o progresso como condição. A história passada, delineada pelo poder dos proprietários de terra, persiste sob a superfície de uma tessitura social supostamente modernizada. Os frustrados projetos modernizantes do passado, que resultaram na expectativa irrealizada de um futuro promissor, passam a ser, atualmente, conduzidos, à sua maneira, pelo agronegócio do eucalipto. A passagem para um “novo”, na atualidade, expressa em seu conteúdo uma conciliação “pelo alto” – agora, um compromisso capitalista tipicamente periférico entre o latifúndio e o capital financeirizado, neste caso do setor de papel/celulose.

Sob a roupagem moderna da industrialização, perpetua-se o conteúdo de um capitalismo dependente da renda da terra, estruturado na concentração fundiária e na economia primarizada. Por este caminho, a ideologia geográfica do progresso, enquanto força material, alimenta a reprodução multiescalar da dependência econômica em escala local. A “capital mundial da celulose” é condicionada ao movimento truncado da

modernidade periférica: a conciliação entre a disfarçada imagem do poder do atraso e a inebriante experiência da vertigem do progresso.

## Referências

ALMEIDA, R. A. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: SILVA, E. A.; ALMEIDA, R. A. (org.). **Territórios e territorialidades no Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 103-134.

ALMEIDA, R. A. A Nova Fronteira do Eucalipto e a Crise da Reforma Agrária. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 02-10, 2012.

ALVES, W. de A. Distrito industrial de Jupiá: a construção do discurso de progresso em Três Lagoas/MS – 1970. **Revista Trilhas da História**, v.5, n. 9, p.105-125, 2015.

BARBIERI, C. Grupo Votorantim compra a Aracruz com ajuda do BNDES. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jan. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2101200902.htm>. Acesso em: 04 jul. 2020.

BOBBIO, N. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRANDÃO, N. A.; DIAS, E. F. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Trabalho & Educação**, n. 16, v. 2, p. 81-98, 2007.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **30/10/2015 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, lido no lançamento da Pedra Fundamental de Ampliação da Fibria Celulose S/A – Projeto Horizonte 2**. Três Lagoas, 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-dilma-rousseff-lido-no-lancamento-da-pedra-fundamental-de-ampliacao-da-fibria-celulose-s-a-2013-projeto-horizonte-2-tres-lagoas>. Acesso em: 04 jul. 2020.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

BRUNI, J. C. Ideologia e Cultura. **Ciências Sociais**: coletânea de textos. São Paulo: SEE, 1987.

CASTRO, M. I. M. **O preço do progresso**: a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1905-1914). 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CONCEIÇÃO, E. Presidente das [sic] Eldorado Brasil confirma cronograma e geração de 2200 a 2500 empregos diretos. **Perfil News**, Três Lagoas, 05 abr. 2012. Disponível em: <https://www.perfilnews.com.br/eldorado-inaugura-fabrica-de-celulose-de-tres-lagoas-em-13-de-dezembro/>. Acesso em: 04 jul. 2020.

GIESBRECHT, R. M. Três Lagoas. **Estações Ferroviárias do Brasil**, [S. l.], 26 mar. 2020. Disponível em: [https://www.estacoesferroviarias.com.br/ms\\_nob/tres.htm](https://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/tres.htm). Acesso em: 04 jul. 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b. v. 2.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário - 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Três Lagoas – História & Fotos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/tres-lagoas/historico>. Acesso em: 04 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Três Lagoas - Panorama População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/tres-lagoas/panorama>. Acesso em: 04 jul. 2020.

JURADO, F. L. S. **O processo de industrialização na cidade de Três Lagoas (MS): discursos, desdobramentos e contradições**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

KUDLAVICS, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

MARINI, R. M. Dialética da dependência, 1973. *In*: TASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATO GROSSO DO SUL. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei 4.336, de 28 de Fevereiro de 2013 que dá ao município de Três Lagoas o cognome de Capital Mundial da Celulose. **Diário Oficial do Estado**, Poder Legislativo, Campo Grande, MS, 12 abr. 2013. n. 4.336, p. 1.

MESQUITA, O. M. de. **La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus - 1890/1900**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

NEVES, J. C.; SANTOS, T. A. A produção capitalista do espaço em Três Lagoas (MS): ideologias e representações. **Revista Pegada**. v. 19, n.3, p. 255-278, 2018.

OLIVEIRA, F. **O adeus do futuro ao país do futuro**: uma biografia breve do Brasil. *In*: OLIVEIRA, F. Brasil: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-78.

RIBEIRO, M. Fibria anuncia aumento da capacidade de produção do Projeto Horizonte 2. **Rádio Caçula**. Três Lagoas, 31 maio 2016. Disponível em: <https://www.radiocacula.com.br/noticias/economia/fibria-anuncia-aumento-da-capacidade-de-producao-do-projeto-horizonte-2>. Acesso em: 04 jul. 2020.

RIGOTTO, R. M. **O "Progresso" Chegou. E Agora?:** As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. A indução planejada da indústria: reflexões iniciais sobre a formação do complexo celulose-papel em Três Lagoas (MS). **Revista Eletrônica da AGB – Seção Três Lagoas/MS**, a. 8, n. 15, p. 30-62, maio 2012.

SANTANA, L. Votorantim e International Paper fazem troca bilionária de ativos. **Exame**, [S.l.], 10 out. 2010. Disponível em: <https://exame.com/negocios/votorantim-e-international-paper-fazem-troca-bilionaria-de-ativos-m0111531/>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, T. A. **Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil)**: a convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SMITH, N. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**, v. 2, n. 19, p. 127-145, 2002.

VARGAS, L. G. C. **Representações sociais do progresso**: uma perspectiva a partir da chegada da estrada de ferro de Anápolis. 2015. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

---

## Sobre os autores

---

**Thiago Araujo Santos** – Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPTL), campus de Três Lagoas. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0002-1305-0301>

---

**Joser Cleyton Neves** – Graduando em licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPTL). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-0020-1331>

---

**Aliucha de Melo** – Graduada em licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPTL). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-5856-6283>

---

### **Como citar este artigo**

---

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

---

### **Declaração de Contribuição Individual**

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Thiago Araujo Santos** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, escrita geral e tratamento do texto; o segundo autor, **Joser Cleyton Neves**, encarregou-se pela aquisição de dados, interpretação e análise; e a terceira autora, **Aliucha de Melo**, atuou na organização dos dados em forma textual, pesquisa de reportagens e notícias de interesse para o desenvolvimento dos argumentos e adequação do artigo às normas da revista.

Recebido para publicação em 11 de outubro de 2019.

Devolvido para a revisão em 30 de maio de 2020.

Aceito para a publicação em 05 de julho de 2020.

---

# Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai<sup>1</sup>

**Lorena Izá Pereira**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.  
e-mail: iza.pereira@unesp.br

## Resumo

O capital historicamente tem utilizado a terra para garantir a sua acumulação. No século XXI, caracterizado por dinâmicas globais ímpares, a terra adquire um caráter cada vez mais mercadológico e é transformada em ativo financeiro. Essa corrida mundial por terras resulta no processo que entendemos enquanto controle do território. Diferente do que a maioria das pesquisas propagam, o controle do território não é único em todo o globo, pois é resultado de dinâmicas gerais (globais), particulares (nacionais/regionais) e singulares (locais) em interação. A partir do estudo de caso do Paraguai, o objetivo deste artigo é debater sobre as singularidades do controle do território no país, trazendo as dinâmicas e contradições deste processo para a discussão. Através do levantamento e sistematização de dados disponibilizados pelo MAG e CAPECO e informações coletadas em trabalhos de campo e por meio de entrevistas, identificamos diferentes singularidades na materialização do controle do território no Paraguai, tais como a presença incipiente do capital financeiro, extrema significância do capital regional e pequena atuação do capital chinês.

**Palavras-chave:** Controle do território; *land grabbing*; estrangeirização; América do Sul.

## From global to local: the singularities of territory control in Paraguay

Capital has historically used land to guarantee the accumulation process. In the 21st century, characterized by unique global dynamics, a land acquires an increasingly market character and is transformed a financial asset. This global land rush results in a process that comes under territorial control. Unlike most of the researches propagated, territory control is not unique worldwide, as it is the result of general (global), particular (national / regional) and singular (local) dynamics in interaction. Based on the case study of Paraguay, the objective of this article is to debate the singularities of territory control in Paraguay, bringing the dynamics and contradictions of this process to the discussion. Through the survey and systematization of data made available by MAG and CAPECO and information collected in fieldwork and through interviews, we identified different singularities in the territory control material in Paraguay, as in the incipient presence of financial capital, extreme significance of regional capital and small performance by Chinese capital.

**Keywords:** Territory control; land grabbing; foreignization; South America.

## De lo global a lo local: las singularidades del control del territorio en Paraguay

## Resumen

El capital ha usado históricamente la tierra para garantizar su proceso de acumulación. En el siglo XXI, caracterizado por una dinámica global única, la tierra adquiere un carácter de mercado cada vez mayor y se transforma en un activo financiero. Esta carrera mundial por

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi desenvolvida com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Um primeiro esboço deste texto foi apresentado no XIII Encontro Nacional da Anpege (XIII ENANPEGE), realizado em setembro de 2019.



la tierra resulta en el proceso que entendemos como control del territorio. A diferencia de lo que la mayoría de las investigaciones propagan, el control del territorio no es único en todo el mundo, ya que es el resultado de dinámicas generales (globales), particulares (nacionales / regionales) y singulares (locales) en la interacción. Basado en el estudio de caso de Paraguay, el objetivo de este artículo es debatir las singularidades del control del territorio en Paraguay, trayendo a la discusión la dinámica y las contradicciones de este proceso. A través de la encuesta y la sistematización de los datos puestos a disposición por MAG y CAPECO y la información recopilada en el trabajo de campo y mediante entrevistas, identificamos diferentes singularidades en la materialización del control del territorio en Paraguay, como la presencia incipiente de capital financiero, importancia extrema del capital regional y pequeña actuación del capital chino.

**Palabras-clave:** Control del territorio; acaparamiento de tierras; extranjerización, América del Sur.

## Introdução

Este artigo é resultado de inquietações que surgiram durante o desenvolvimento da pesquisa de doutorado em Geografia intitulada “A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito’: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)”, no qual o objetivo foi entender como os agentes regionais (brasileiros, argentinos e uruguaios) controlam o território paraguaio desde 1870, final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) até o período atual através de diferentes regimes de controle do território. Os regimes do território são uma proposta para especificar as relações entre a ordem mundial de acumulação do capital, o sistema agroalimentar, alterações geopolíticas globais e do controle do território, na qual o capital necessita da incorporação de novos espaços para garantir a acumulação de capital (HARVEY, 2004) e o controle da produção e comercialização de alimentos (McMICHAEL, 2016).

Antes de tudo, esclarecemos duas questões. Primeiramente, com base em Raffestin (1993), entendemos o território como um espaço apropriado por relações de poder, sendo o território multidimensional (social, econômico, cultural, ambiental, dentre outras), multiescalar e com diferentes tipologias (FERNANDES, 2009). Assim, o território não é um substrato material, mas sim uma construção social e no qual pode ser usado para conter e excluir pessoas e os seus limites podem mudar de acordo com as estratégias de controle (SACK, 1986).

Em segundo, a partir da nossa compreensão de território, entendemos o convencionalmente intitulado *land grabbing* (BORRAS JR. e FRANCO, 2010) como um processo de controle do território (ALONSO-FRADEJAS, 2012; McKAY, 2017b). O assim chamado *land grabbing*, apesar da diversidade de definições, majoritariamente é compreendido como apropriação (trans) nacional de terras para a produção de alimentos, ração animal, agrocombustíveis, fibras e minerais (BORRAS JR e FRANCO, 2010).

O *land grabbing* foi popularizado por ativistas em um contexto de intensificação da apropriação de territórios por parte de agentes privados e estatais (empresas e fundos soberanos), especialmente a partir da convergência de múltiplas crises (alimentar, ambiental, climática, energética e financeira). Rapidamente a expressão foi incorporada por acadêmicos e instituições multilaterais<sup>2</sup>. No Brasil, este foi chamado em princípio de estrangeirização da terra (FERNANDES, 2011; PEREIRA, 2015).

De acordo com a nossa concepção, o controle do território corresponde a um processo de domínio de terras, de territórios e de seus benefícios<sup>3</sup> que ocorre via territorialização e territorialidade. Através da territorialização, ou seja, quando há de fato a formação de um território material<sup>4</sup> (SAQUET, 2007), o controle é efetivado através da compra do imóvel rural, do arrendamento, do contrato de parceria, dentre outras estratégias utilizadas por corporações para acessarem o território.

Via territorialidade ocorre através do controle indireto, do controle dos insumos, das relações de produção, da comercialização e do processamento. Ou seja, há um controle a montante e a jusante, material e imaterial, permeado por relações de poder, há a ascensão de novos mecanismos e formas de controle cada vez mais sofisticadas e que não exigem a propriedade legal da terra (PEREIRA, 2019a, MCKAY, 2017a). O controle do território envolve múltiplos agentes, nacionais e internacionais. A estrangeirização da terra, expressão popularizada no Brasil como sinônimo de *land grabbing*, é o controle do território pelo capital estrangeiro.

Dentre as diferentes questões que nos assolaram na construção da pesquisa, o principal incomodo foi o fato de diversas pesquisas, especialmente da academia internacional, se referirem convencionalmente intitulado *land grabbing* como um processo único e homogêneo que atinge diferentes países não só do Sul, mas de todo o globo (PLOEG, BORRAS JR., e FRANCO, 2015). Ora, se a realidade é constituída pelo movimento contraditório do espaço-temporalidade para concretização do capital, mediado pelas relações sociais de trabalho e de produção (THOMAZ JR., 2005) em um sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2004), defendemos que o controle do território se materializa de forma distinta em cada realidade.

Com base na tríade *singular – particular – geral*, onde “o singular e o geral não existem de maneira independente, mas somente por meio das formações materiais particulares” (CHEPTULIN, 1982, p. 194), o controle do território é resultado de dinâmicas

---

<sup>2</sup> Instituições multilaterais e empresas frequentemente utilizam a expressão aquisição de terras em grande escala (REYDON e FERNANDES, 2012), pois julgam a que o *land grabbing* não é uma expressão neutra e sim carregada de ativismos.

<sup>3</sup> A terra é um recurso que contém outros recursos e que possibilita a produção de alimentos (LI, 2014). Dentre estes benefícios destacamos os recursos naturais, as águas, a biodiversidade, os recursos minerais, as relações sociais, culturais, econômicas, entre outros.

<sup>4</sup> É material, mas ao mesmo tempo está vinculada a aspectos políticos, econômicos e imateriais.

gerais (globais), particulares (nacionais/regionais) e singulares (locais) em interação, quebrando com o imaginário de que o mesmo é igual em todo o globo. A formação social preexistente, bem como características edafoclimáticas, regime de propriedade da terra e marcos regulatórios influenciam na forma com que o controle do território é materializado.

A partir desta perspectiva, o objetivo desse artigo é debater sobre as singularidades do controle do território no Paraguai, trazendo as dinâmicas e contradições deste processo para a discussão. Selecionamos o Paraguai como escala de análise por duas razões. Primeiro porque é um país no qual o controle do território é estrutural, influenciando historicamente a formação social do país. Em segundo, pelo caráter Geopolítico que o controle do território assume no Paraguai, considerando que o capital regional (Brasil, Argentina e Uruguai), ao controlar o território, controla as políticas públicas e o próprio Estado paraguaio em si. Esse processo ocorre por meio de regimes de controle do território, que são definidos como “estrutura regulamentada para acumulação do capital no espaço e tempo”. Segundo Pereira (2019a, p. 114):

Os regimes do controle do território são caracterizados como uma proposta para especificar as relações entre a ordem mundial de acumulação do capital, o sistema agroalimentar, alterações geopolíticas globais e do controle do território, na qual o capital necessita da incorporação de novos espaços para garantir a acumulação de capital e o controle do comércio de alimentos.

Há três regimes de controle do território paraguaio desde 1870 (final da Guerra da Tríplice Aliança) até a atualidade. O primeiro regime ocorreu entre 1870 e 1950, sendo caracterizado pela mudança no regime de propriedade fundiária, abertura do mercado de terras (especialmente para o capital estrangeiro) e formação de uma classe de camponeses sem terra. Neste primeiro regime, o controle era exercido majoritariamente por empresas e pessoas físicas oriundas da Argentina e que tinham o interesse a exploração do Quebracho<sup>5</sup> para a extração do tanino na região Ocidental do Paraguai, também conhecida como Chaco paraguaio (PEREIRA, 2019a).

O segundo regime se inicia na década de 1950 e perdura até meados da década de 1990, sendo marcado pelo regime ditatorial de Alfredo Stroessner (1954-1989), pelos conflitos fundiários na região central do Paraguai – departamentos de Paraguarí, Cordillera, Central, Guairá e porções de Caazapá e Misiones –, expansão da fronteira agrícola tanto no Paraguai em direção ao Leste, tanto no Brasil em direção ao Oeste. Esta dinâmica resultou

---

<sup>5</sup> Corresponde a uma árvore sul-americana presente em algumas regiões da Argentina, Brasil e com maior abundância no Paraguai. Apresenta madeira resistente e contém cerca de 20% de tanino, que é utilizado na indústria de curtimento de couros (CABALLERO, 2007). Na época apresentava um alto valor no mercado internacional. Em meados da década de 1940, devido ao surgimento de novas tecnologias e materiais sintéticos, o interesse na exploração do Quebracho diminuiu e o setor entrou em falência.

na migração de brasileiros (pequenos produtores e latifundiários) para o Paraguai, que introduziram o cultivo de soja na década de 1970, acirrando a questão agrária paraguaia.

Em 1990 é inaugurado o terceiro regime de controle do território. Além da abertura democrática (1989-1993), neste período há uma expansão da fronteira agrícola em direção aos departamentos da região Central do Paraguai, especialmente protagonizada por aqueles brasileiros que durante o segundo regime se territorializaram nos departamentos fronteiriços. Ademais, a partir do século XXI, mediante a intensificação da corrida mundial por terras, há um renovado interesse do capital estrangeiro no Paraguai. Há a inserção de novos agentes, como as empresas e os latifundiários uruguaios, além da intensificação das corporações transnacionais, que atuam na provisão de insumos (agrotóxicos, sementes transgênicas, maquinários, entre outros) e no processamento e comercialização de soja, controlando a cadeia produtiva a montante e a jusante.

Para atingir o objetivo aqui proposto, além de uma revisão bibliográfica, utilizamos procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos. Em relação ao primeiro, sistematizamos dados disponibilizados pelo Ministerio de Agricultura e Ganadería (MAG) e pela Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO). De antemão, destacamos a dificuldade de trabalhar com dados quantitativos no Paraguai, considerando que as bases de dados não são sistematizadas, geralmente não estão disponíveis *online*, sem mencionar a falta de periodicidade dos mesmos, o que implica nas comparações e análises.

No que tange as metodologias qualitativas, realizamos trabalhos de campo nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Central e Paraguarí, além da capital Asunción. Ressaltamos a importância de compreender o trabalho de campo como um instrumento de pesquisa fundamental para a ciência geográfica, desde que seja construído a partir da relação entre método, teoria e realidade estudada (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006; LACOSTE, 2006). Durante os trabalhos de campo utilizamos a metodologia de entrevistas semiestruturadas, onde dialogamos com agentes do agronegócio e camponeses paraguaios.

O artigo está estruturado em três seções. Primeiramente debateremos sobre o controle do território em escala global, buscando evidenciar elementos globais do processo, ou seja, aquilo que é geral (CHEPTULIN, 1982). Nesta mesma seção, elencaremos algumas particularidades e singularidades do controle do território em outros continentes e países, com o intuito de mostrar a diversidade da materialização do processo. Em um segundo momento iremos expor brevemente sobre o avanço do agronegócio e questão agrária no Paraguai, mostrando as bases históricas que permitem que este país seja controlado pelo capital regional. Por fim, discutiremos acerca das singularidades do controle do território paraguaio, elencando as dinâmicas e contradições deste processo.

## O controle do território em escala global

A escala da ação do controle do território é o global. A primeira característica é a conjuntura geopolítica, econômica e social em que o mesmo é gestado. O controle do território apresentou seu ápice em 2007/2008 em meio uma convergência de múltiplas crises (alimentar, ambiental, climática, energética e financeira) e mudanças geopolíticas globais. Tais alterações envolvem um contexto de globalização neoliberal, possibilitado pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002). Ademais, há a ascensão de uma nova ordem mundial multipolar marcada pela presença da China<sup>6</sup> (OLIVEIRA, 2016) e de blocos de países emergentes como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e pelos *Middle Incomes Countries* (MICs) (McKAY, HALL e LIU, 2016).

Outro elemento de característica global do processo corresponde aos avanços do capital financeiro em relação as atividades produtivas (FAIRBAIRN, 2014; BOECHAT, PITTA e TOLEDO, 2017). Em uma crise financeira, as finanças se tornaram mais significativas, transpôs em mercados cada vez maiores que anteriormente não possuíam investimentos através de maneiras diversas, complexas e perversas, expandido desigualmente a acumulação de capital fictício as custas do capital real, afetando todos os aspectos da acumulação ao longo de toda cadeia produtiva.

No mesmo sentido da financeirização, a acumulação primitiva (MARX, 1970 [1867]) e acumulação por despossessão (HARVEY, 2004), cada vez mais estão presentes nas discussões globais acerca do controle do território. É quase um consenso que a intensificação do controle do território envolva necessariamente a desterritorialização violenta, no sentido que algumas pesquisas apontam que só tem processo de controle caso haja desterritorialização (LEVIEN, 2012). Isso nos faz questionar sobre quais são os reais impactos do avanço do controle do território. Há diferentes impactos e diversas maneiras de reagir a estes.

Mamonova (2015), por exemplo, ao expor o caso da Ucrânia, constatou que os camponeses possuem uma tolerância e aceitação pacífica das mudanças relacionadas ao controle, dependendo dos termos de inclusão dos mesmos nos acordos. Geralmente os camponeses estão mais preocupados com o ganho individual de terras do que com o coletivo. As resistências também são alvo de debate em escala global. Há um debate quase unânime de que todo *controle do território* resulta em uma ação de resistência. Embora as

---

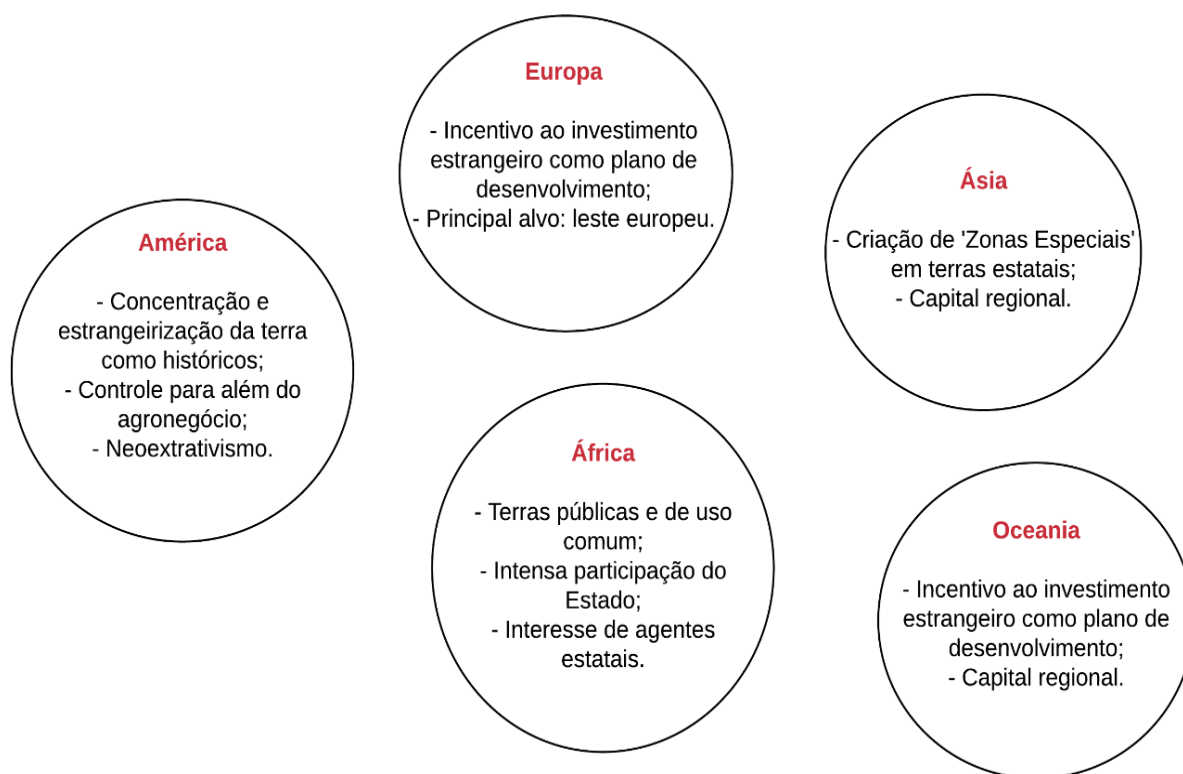
<sup>6</sup> No final da década de 1990 a China iniciou a política intitulada *Going Global* (OLIVEIRA, 2016), que corresponde a expansão chinesa em diferentes mercados em todo o globo, com interesses estatais e privados convergentes (HOFMAN e HO, 2012). A expansão chinesa é geopolítica e estratégica, especialmente no que tange ao crescimento populacional, mudança na dieta alimentar e escassez de áreas para a expansão da produção agrícola.

resistências sejam frequentes e diversas, não é em todos os casos que as mesmas são materializadas.

O papel contraditório do Estado, que é um agente chave na efetivação do controle do território, também é um elemento importante. Os Estados não se dividem entre aqueles que controlam territórios e aqueles que são controlados (WOLFORD, BORRAS JR., HALL, SCOONES e WHITE, 2013), há nações que ao mesmo tempo em que são alvos do processo, investem na apropriação de terras no exterior, como é o caso do Brasil que possui negócios em Moçambique e Angola (CLEMENTS e FERNANDES, 2013). Ademais, os governos têm diferentes recepções/respostas a corrida mundial por terras e, concomitantemente, impulsionam tais investimentos através de políticas públicas de financiamento e restringem por meio de marcos regulatórios. O Brasil é um bom exemplo, as políticas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possibilitou que diferentes agentes começassem a investir no Brasil e ao mesmo tempo, promulgou o Parecer LA 01, de agosto de 2010, restringindo a aquisição de imóvel rural por estrangeiro no Brasil (PEREIRA, 2015; CASTRO e SAUER, 2017).

Diante deste panorama global do controle do território, cada continente, país e localidade apresentam diferentes particularidades e singularidades, resultado das características históricas, geográficas e geopolíticas específicas ao longo do seu processo de formação social (Organograma 01). Na Europa, por exemplo, o controle do território é uma realidade, especialmente nos países do leste (COSTANTINO, 2019), mas as práticas *neoextrativistas* não fazem parte desta. Ademais, a Itália é alvo de práticas de *green grabbing* (KAY, 2016). Já na África, há o avanço do capital ocorre sobre terras estatais e de uso comum, o que mostra que regimes de propriedade podem ser alterados com a ampliação do controle do território.

### Organograma 01: Controle do território no globo.



Org.: Autora (2020).

A América Latina apresenta características particulares, tais como o fato da estrangeirização da terra e da concentração fundiária serem elementos centrais para compreender a ascensão do capital no campo latino-americano e de estar para além do setor agroalimentar (BORRAS JR., KAY, GÓMEZ e WILKINSON, 2012), nos forçando a quebrar o *agro-centrismo* (EDELMAN, 2016). Na América Latina o controle ocorre através de diferentes territorialidades e dimensões, como *green grabbing*<sup>7</sup>, apropriação da paisagem, mineração e especulação com terras (HOLMES, 2014; PEREIRA, 2018). Ademais, há variadas formas acesso ao território, de impactos e resistências, mudando de país para país.

### A questão agrária no Paraguai: breves apontamentos

<sup>7</sup> Também intitulada de grilagem verde. Corresponde ao controle do território justificado pela preservação ambiental. Exemplos são o mercado de crédito de carbono, investimento em ativos ambientais, fontes de energia alternativas (eólica, fotovoltaica), dentre outros.

Segundo Kretschmer (2018, p. 109) “la tierra ha sido en Paraguay, a lo largo de su historia, el principal motivo de convulsiones políticas y de protestas sociales”. Para entender a atual questão agrária do país é necessário retornar ao período entre 1811 e 1870 (1814-1840: governado por Dr. Gaspar Rodríguez de Francia; 1842-1870: governado por Carlos António López e Francisco Solano López), no qual o Paraguai foi independente em termos econômicos e políticos, tendo como medidas o confisco de terras da Coroa espanhola e isolamento tanto da Espanha quanto dos países limítrofes (VILLAGRA, 2014). No período em questão, o Estado paraguaio se constituiu como proprietário da maior parte das terras públicas do país (PASTORE, 1972), pautado por um modelo de desenvolvimento que visava o fortalecimento da agricultura camponesa.

Em 1864 eclode a Guerra da Tríplice Aliança<sup>8</sup>, na qual Argentina, Brasil e Uruguai, incentivados pela Inglaterra (CAMPOS, 2012) quase que dizimam o Paraguai, que, ao final da guerra, estava devastado demográfica e economicamente<sup>9</sup>, sob o domínio da Tríplice Aliança e da Inglaterra. Conforme explicitado na introdução, é a partir deste momento inicia-se os regimes de controle do território paraguaio: primeiro regime (1870-1950), segundo regime (1950-1900) e terceiro regime (1990-atual).

A guerra resultou na alteração o regime de propriedade da terra no país, instaurando a propriedade privada como direito inviolável (VILLAGRA, 2014; KLEINPENNING, 2014). Com a justificativa para gerar divisas para cobrir os gastos da guerra, foram promulgadas leis de venda de terras públicas, beneficiando exclusivamente o capital estrangeiro, especialmente aqueles oriundos da Argentina para a exploração de Quebracho no Chaco paraguaio. Segundo Pastore (1972), até 1900, mais de 20.000.000 de hectares tinham sido vendidos, a maioria para estrangeiros, pois os camponeses e indígenas não possuíam recursos para adquirir estas terras. Assim, criou-se uma classe de camponeses sem terra, iniciando a questão agrária paraguaia.

A partir da segunda metade do século XX, com o início da ditadura militar de Alfredo Stroessner (Partido Colorado, 1954-1989), a questão agrária torna-se expressivamente o centro dos problemas sociais no Paraguai. A marca de Stroessner foi a aproximação com o Brasil, estratégia geopolítica adotada pelo ditador para deixar a

---

<sup>8</sup> Existem quatro vertentes que buscam compreender o que culminou a Guerra da Tríplice Aliança. A primeira coloca o governo de Solano López como tirano, como um ditador que estava impedindo o desenvolvimento paraguaio, onde os países que conformavam a Tríplice Aliança como salvadores da nação paraguaia, tal concepção reforçava o nacionalismo brasileiro foi hegemônica até a década de 1980 (DORATIOTO, 2002). Outro ponto de vista diz respeito ao receio por parte do Paraguai referente ao expansionismo Brasileiro no continente (MOTA, 1995). Uma terceira vertente argumenta que Solano López possuía um plano de conquistas de novos territórios na América do Sul e por este motivo ocupou o Brasil em 1864 (DORATIOTO, 2002). Por fim, a quarta perspectiva insere a causa da Guerra na disputa pelos limites territoriais que se estendia desde 1850 (BREZZO, 2004).

<sup>9</sup> Em 1894 a população paraguaia era estimada em 800.000 habitantes e em 1872 a população total do país era de 231.196 habitantes, sendo que 31.296 eram estrangeiros que já habitavam no país (PASTORE, 1972). Além de uma drástica redução demográfica o que mais preocupava o governo provisório paraguaio era a distribuição entre sexo e idade.



Argentina em segundo plano (YEGROS e BREZZO, 2013). Esta aproximação entre Brasil e Paraguai foi essencial para o controle do território paraguaio pelo capital brasileiro, uma vez que foi justamente com Stroessner que se inicia a apropriação do território paraguaio pelo Brasil. Segundo Menezes (1987, p. 44), é “bem possível que a aproximação entre Brasil e Paraguai não tivesse acontecido se Stroessner não tivesse assumido o poder em 1954 e empurrado seu país para perto do Brasil”.

O Brasil, por sua vez, passava por um momento de modernização conservadora e excludente da agricultura (DELGADO, 1985), o que resultou no aumento do preço da terra na região Sul do país, impulsionando o processo de migração de camponeses e latifundiários para o Paraguai. Não é possível entender a atual situação do Paraguai sem mencionar a modernização da agricultura no Brasil, pois segundo Nickson (1981, p. 111): “economic forces outside Pargauay have been largely responsible to ‘opening up’ the region”. O Estado paraguaio, por sua vez, estava muito interessado na migração de brasileiros e exerceu um papel importante através o incentivo a colonização da região fronteira Oriental, com o objetivo de povoá-la (PALAU e HEIKEL, 1987).

As razões para a política de povoamento foram, especialmente, de ordem geopolítica, estando enquadrados na *Alianza para el Progreso*<sup>10</sup> e na *Doutrina de Seguridad Nacional*<sup>11</sup>, na qual o Estado deveria ocupar espaços *vazios*, onde *espacio vazio* é sinônimo de território fora do controle estatal. Ademais, havia concentração de minifúndios e conflitos por terra na região central do Paraguai – departamentos de Paraguarí, Cordillera, Central, Guairá e porções de Caazapá e Misiones – a chamada *región campesina arraigada* (VÁZQUEZ, 2006). Foi justamente nesta região que se originou o primeiro movimento socioterritorial de luta pela terra no país, As Ligas Agrarias Cristianas (LACs)<sup>12</sup>, exatamente pelo fato de haver muitos camponeses em uma área, o que estava impossibilitando a produção de alimentos (DELGADO, 2012).

Assim, havia um fluxo convergente. Durante a década de 1950 o governo do Paraguai institucionalizou um programa de colonização intitulado *Marcha hacia el Este*, com o objetivo de desconcentração fundiária e diminuição dos conflitos entre camponeses e latifundiários na região central do país. Em convergência, ocorria a *Marcha para o Oeste*, impulsionada pela modernização da agricultura no Sul do Brasil. Frisamos que a região fronteira Oriental não era totalmente desabitada como o discurso do Estado disseminava. Deste modo, a *Marcha hacia el Este* no Paraguai coincidiu com a *Marcha para o Oeste* no

---

<sup>10</sup> Projeto político iniciado pelo governo dos EUA em 1961 com o objetivo de integrar os países latino-americanos contra a ameaça soviética.

<sup>11</sup> A segurança nacional se consolidou como uma categoria política durante a Guerra Fria, especialmente nas áreas onde os EUA tinham influência.

<sup>12</sup> As Ligas Agrarias Cristianas (LACs) surgiram através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. As LACs foram violentamente reprimidas e o governo Stroessner para acabar com o problema fundiário do Paraguai investiu em um programa de colonização, a *Marcha hacia el Este* (TALESCA, 2004).

Brasil. Isto gerou um problema fundiário no Paraguai que é sentido até a atualidade. Os camponeses paraguaios foram duplamente desterritorializados. Em um primeiro momento, quando o Estado os desterritorializou da região central do país para o Leste paraguaio e, posteriormente quando brasileiros, desterritorializados da região Sul do Brasil e reterritorializados no Paraguai, os desterritorializou mais uma vez.

Com os brasileiros, iniciou-se o cultivo de soja no Paraguai. Assim, o *boom* da soja na década de 1970 foi impulsionado por uma estratégia de desenvolvimento nacional de colonização motivada, em grande parte, pela política de Stroessner de aproximação com o Brasil (EZQUERRO-CAÑETE, 2016). Atualmente o Paraguai vive um processo de *sojización* (CORREIA, 2017; PEREIRA, 2019b), se configurando como o quinto maior produtor de soja e quarto maior exportador no *ranking* mundial, com 9.900.000 toneladas produzidas e 5.900.000 toneladas exportadas na safra 2019/2020 (CAPECO, 2020). A produção é concentrada nos departamentos fronteiriços, sobretudo, Alto Paraná e Canindeyú. Porém, há a expansão da fronteira agrícola em direção ao Chaco paraguaio (PEREIRA, 2019b).

Os agentes brasileiros são responsáveis por 90% do total de soja produzida no país (WESZ JR., 2016) e as corporações transnacionais, como o ABCD da soja – ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus – controlam a cadeia produtiva a montante (insumos e tecnologias) e a jusante (processamento, comercialização e exportação). Com a *sojización* intensificam-se os conflitos territoriais relacionados à produção de alimentos, uso indiscriminado de agrotóxicos, desterritorializações e crimes ambientais.

### **As singularidades do controle do território no Paraguai**

O Paraguai atual é fruto dos diversos territórios e territorialidades do controle do território nos diferentes períodos ao longo do seu processo de formação espacial. No contexto atual, a singularidade refere-se a própria periodicidade do processo. É quase que consenso que as transações em escala global se intensificaram após o ápice da crise financeira e dos preços dos alimentos em 2008 (BORRAS JR. e FRANCO, 2010). Contudo, em um primeiro momento, a tendência de acirramento da corrida mundial por terras não atinge o Paraguai (2008). O paroxismo da situação no país ocorreu após o ano 2012. Entre 2008 e 2012 o presidente do Paraguai era Fernando Lugo (Partido Aliança Patriótica para a Mudança/2007-2010 e Frente Guasú/2010 até o presente).

O governo de Lugo fez parte de um movimento de governos progressistas que ocorreu em diferentes países da América do Sul<sup>13</sup>. Embora as pautas deste governo eram a soberania energética (Usina Binacional de Itaipu) e a reforma agrária (FOGEL, 2018), Lugo

---

<sup>13</sup> Corresponde a governos que embora tivessem como pauta políticas de fortalecimento social, não romperam com os moldes neoliberais.

pouco conseguiu avançar, ficando restrito apenas ao veto a aprovação de novas sementes transgênicas. A partir do momento em que Lugo começou a intervir em pontos que são os pilares do modelo de acumulação paraguaio, como o caso da mensura judicial de Ñacunday, em terras do brasileiro Tranquilo Favero, foi deposto através de um golpe parlamentar<sup>14</sup> (EZQUERRO-CAÑETE e FOGEL, 2018). Isto evidencia o poder do agronegócio (brasileiro) no Paraguai.

A questão do Estado enquanto agente contraditório do controle do território também é questionável no Paraguai. Em momento algum no atual período o Estado utilizou ações ou políticas na tentativa de barrar o avanço do capital, especialmente estrangeiro, no *land grabbing*. O Estado orienta todas as suas políticas para a promoção de um modelo de desenvolvimento voltado para o agronegócio, inclusive infringindo direitos de camponeses e indígenas. Segundo o BASE Investigaciones Sociales (09 mai. 2019) o Estado não respeita nem as recomendações estabelecidas em âmbito da União das Nações Unidas (ONU) e utiliza da prática de *desalojos forzosos*. Frequentemente, o Estado paraguaio é denunciado na Corte Interamericana de Derechos Humanos.

No que tange as resistências frente ao avanço do controle do território, o mesmo ocorre em escala local, resultando na recriação das estratégias de luta do campesinato. O campesinato paraguaio cada vez menos utiliza ações de enfrentamento direto, considerando que a criminalização da classe é violenta, e passa a se organizar em movimentos de luta pelo território. Ações como feiras, mesas de diálogo e atividades culturais em espaços públicos em centros urbanos são frequentemente utilizadas, com o objetivo de conscientizar a população acerca da importância da segurança e soberania alimentar. Porém, é necessário enfatizar que ações como ocupações de terra e manifestações ainda são utilizadas e se constituem como um eixo importante de luta.

Outra singularidade pertinente é a presença do capital financeiro. Quando iniciamos a pesquisa em 2015, a nossa hipótese inicial era de que no século XXI emerge um novo regime do controle do território, caracterizado pela dominância do capital financeiro (CHESNAIS, 2005; FREDERICO, 2019). Em escala global a hipótese é condizente. Todavia, a realidade paraguaia refuta a mesma, porque a presença do capital financeiro na agricultura e mercado de terras ainda é excepcionalmente restrito. Há casos de empresas financeirizadas argentinas que atuam no Chaco paraguaio, região de expansão da fronteira agrícola, mas corresponde a um número pequeno. Há também a especulação tradicional, isto é, a terra é utilizada como reserva de valor e não há a aplicação de capital financeiro

---

<sup>14</sup> Lugo foi deposto após o massacre de Curuguaty, no qual onze camponeses e seis policiais foram assassinados em um conflito em uma propriedade da empresa Campos Morombí, pertencente à família Riquelme. O massacre foi no dia 15 de junho de 2012. Em trabalho de campo realizado em setembro de 2019 constatamos que as famílias ainda ocupam a área reivindicada.

para sua valorização e posterior venda, como o caso de imobiliárias uruguaias que começaram a atuar no Paraguai a partir de 2008 (PEREIRA, 2019a).

Em entrevistas com consultores dos agentes que investem no Paraguai nos foi posto que a ausência do capital financeiro é decorrente da infraestrutura precária (estradas, ferrovias, acesso a tecnologias, dentre outros) e escassez de pesquisas científicas sobre o país. A questão que nos foi colocada pelos consultores dos agentes financeiros é: como investir em um país no qual não se tem conhecimento básico sobre o mesmo<sup>15</sup>? Ou seja, é um investimento de risco que não atrai o capital financeiro. Nossa hipótese é que, de acordo com a intensificação do desenvolvimento de pesquisas sobre o Paraguai somado a necessidade de garantir a acumulação de capital, as investidas do capital financeiro irão se acentuar.

Acerca da origem dos agentes, destacamos a importância histórica do capital regional, especialmente empresas brasileiras, uruguaias e argentinas, que, por motivos de aumento do preço da terra nos seus respectivos países, viram e veem o Paraguai como uma alternativa interessante para expandir seus investimentos. Estimamos que aproximadamente 35% do território paraguaio esteja em posse de brasileiros (PEREIRA, 2019a). As empresas argentinas também atuam na produção de soja e no mercado de terras paraguaio através das translatinas, isto é, empresas domésticas que a partir da década de 1990 se capitalizaram através de investidores institucionais (PEREIRA, 2019a). Em 2008 pessoas físicas e empresas uruguaias começaram a investir no Paraguai devido ao aumento do preço da terra no país<sup>16</sup> e decorrente concentração fundiária (BENÍTEZ e NEUMANN, 2015).

Um ponto singular é a presença chinesa no agronegócio paraguaio. A China é responsável por aproximadamente 60% da soja produzida na América Latina (McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017). Contudo, o Paraguai não possui relações diplomáticas e comerciais com a China, pelo fato de reconhecer Taiwan como país independente (PINHEIRO-MACHADO, 2010). Tal impasse diplomático faz com que agentes chineses buscassem alternativas de acessar o mercado paraguaio, como aquisição de empresas estrangeiras já atuantes no Paraguai.

O quinto maior produtor de soja do globo rompe com a tendência global e não possui a China no seu leque de países importadores de soja, muito menos apresentam empresas chinesas territorializadas no país. Em 2014 a situação começa a ser alterada, pois

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada com consultores de investidores uruguaios no Paraguai. A entrevista ocorreu em Asunción, em maio de 2018. Por solicitação dos mesmos, não divulgaremos as respectivas identificações.

<sup>16</sup> Em 2000 o valor médio do hectare no Uruguai era de US\$ 448,00 e em 2018 este valor aumentou para US\$ 3.257,00, uma elevação de cerca de 700% em um período de 18 anos. Já o preço dos arrendamentos evoluiu aproximadamente 450% no período de 2000 a 2011, pois em 2000 o preço médio do arrendamento do hectare/ano no Uruguai era de US\$28,00, em 2014 este valor foi de US\$174,00 e em 2015 de US\$124,00 (ANUARIO ESTADÍSTICO AGROPECUARIO, 2016).

51% da empresa a Noble, de capital de origem de Hong Kong, atuante no mercado paraguaio através da Noble Paraguay S.A., foi adquirida pela chinesa COFCO Agri (Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentos da China) (COFCO INTERNATIONAL, 2019).

Em agosto de 2018, a COFCO liderou o *ranking* dos exportadores de soja do país, com 827.000 toneladas exportadas (ÚLTIMA HORA, 17 set. 2018). Em 2019 a COFCO Agri se manteve na liderança das exportações de soja em grão (ÚLTIMA HORA, 09 jun. 2019). A soja produzida pela COFCO International Paraguay S.A. no Paraguai é exportada para a Argentina e a filial COFCO International Argentina S.A realiza a exportação para a China, isso explica o fato da exportação de soja para Argentina ter elevado de 13% em 2015 para 69% em 2019 (CAPECO, 2020).

### **Considerações finais**

O controle do território é formado por dinâmicas globais, regionais e locais em interação. Logo, o mesmo apresenta materializações distintas em cada continente, país e região. A escala de ação do controle do território é a global, mas a sua materialização é na escala local. A heterogeneidade do controle do território é percebida em diferentes escalas. O controle do território se efetiva na África por meio da apropriação de terras de uso de comum (OYA, 2013; COSTANTINO, 2019), já na Ásia, além da presença do capital regional, há os projetos implantados por meio das Zonas Econômicas Especiais (LEVIEN, 2013; COSTANTINO, 2019).

A América Latina é um dos principais alvos da corrida mundial por terras (LANDMATRIX, 2020) e embora nestes mais de quinhentos anos apresente um processo de invasão, colonização e exploração semelhante, cada nação possui as suas particularidades e singularidades. No Brasil o elemento que se sobressai é a transformação da terra em ativo através da financeirização (VISSER, 2016; FREDERICO, 2019). Na Argentina, para além do mercado agrícola, o foco é a grilagem verde, a mineração e a apropriação da paisagem. No Uruguai, o processo ocorre, especialmente, pelos agentes argentinos que devido ao aumento do preço da terra em seu país de origem, encontra na aquisição de terras uruguaias uma fonte de garantia de acumulação.

Assim, não é possível entender a questão agrária paraguaia em um contexto isolado. A partir da necessidade de ajustes espaciais e temporais (HARVEY, 2004) por parte do capital, para garantir a sua acumulação em períodos de crises, o Paraguai é um território que historicamente tem se constituído como ajuste espacial e temporal para atender as demandas do capital regional, especialmente de agentes brasileiros, argentinos e, recentemente, uruguaios. Em diferentes momentos o capital regional expandiu-se para o

Paraguai com esse intuito. No pós Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), agentes argentinos voltaram suas ações para o Paraguai Ocidental com objetivo de explorar *Quebracho* para a extração do tanino (PEREIRA, 2019a).

Na década de 1950, novamente o Paraguai torna-se alvo do capital regional, desta vez de agentes brasileiros. O Brasil passava pela modernização da agricultura, o que resultou no aumento do preço da terra e migração heterogênea (PALAU e HEIKEL, 1987) e de brasileiros (pequenos e médios agricultores e latifundiários) para o Paraguai. Juntamente com os brasileiros foi introduzida a soja no país. A título de exemplo, em 1973 apenas 15.500 hectares foram cultivados apenas nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, em 1983 este número saltou para 330.000 hectares (RIQUELME e KRETSCHMER, 2016). A soja impactou diretamente o cultivo de algodão, considerado como cultivo de renda do campesinato paraguaio (PALAU, 2008).

No século XXI, agentes uruguaios também passam a investir no Paraguai, especialmente devido ao aumento do preço da terra, decorrente de uma onda de aquisição de terras uruguaias por estrangeiros (PEREIRA, 2019a). A região de interesse dos uruguaios é o Chaco paraguaio (região Ocidental), fronteira agrícola do país. O Chaco é classificado como inapto para o cultivo de soja, o que é resultado do clima seco, de um regime hídrico com baixa incidência de chuva e solos com baixa fertilidade e isto ajuda na justificativa da pecuária como uma alternativa para a região.

Contudo, desde 2015 a CAPECO em parceria com o United State Department of Agricultural (USDA) tem realizado pesquisas com o objetivo de desenvolver uma semente de soja resistente a seca característica do Chaco. Na safra 2016/2017 foram cultivados 20.000 hectares da *commodity*, com um rendimento médio de 3.000 a 3.400 quilos por hectare (ÚLTIMA HORA, 25 abr. 2018) e a projeção da Asociación Rural del Paraguay (ARP) é o plantio de 500.000 hectares no Chaco até 2030 (ÚLTIMA HORA, 12 jul. 2018). Ou seja, a fronteira agrícola está em movimento.

Segundo os dados do Ministério da Agricultura y Ganadería, em 2008, 8.954 (3,20%) estabelecimentos agropecuários estavam em posse de brasileiros e 2.833 (1,03%) propriedades sob domínio de outras nacionalidades. A região Oriental apresentava uma concentração mais acentuada, totalizando 11.427 propriedades em posse de estrangeiros (8.871 brasileiros e 2.556 de demais nacionalidades). Enquanto a região Ocidental possuía naquele momento somente 360 estabelecimentos agropecuários sob domínio direto de estrangeiros (83 brasileiros e 277 de outras nacionalidades) (MAG, 2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f).

Após 2008 não há dados oficiais sobre a quantidade de terras sob domínio estrangeiro no Paraguai. Glauser (2009) estipulou que 19% do território paraguaio estava controlado pelo capital estrangeiro em 2009. Atualmente estima-se que 35% do território

paraguaio esteja sob controle direto e indireto do capital estrangeiro (PEREIRA, 2019a). O controle do território no Paraguai ocorre majoritariamente pelos agentes estrangeiros e o processo tem resultado em diferentes impactos em múltiplas escalas. A concentração da terra e renda tem aumentado, a produção de alimentos diminuído, a pobreza extrema no campo é uma realidade cada vez mais dura e a violência e criminalização contra aqueles que lutam pela terra tende a aumentar. É este o modelo de desenvolvimento utilizado pelo Estado paraguaio que, por sua vez, é controlado por uma elite latifundiária e pelo capital estrangeiro.

## Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. ROCHA-LEÃO, Otávio Miguez de. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 51-68, 2006.

BASE IS. Desalojos forzosos, otra práctica ilegal del Estado Paraguayo. **BASE Investigaciones Sociales**, publicado em 09 mai. 2019. Disponível em: <<http://www.baseis.org.py/desalojos-forzosos-otra-practica-ilegal-del-estado-paraguayo/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BENÍTEZ, Gustavo Daniel; NEUMANN, Pedro Selvino. Estrutura e funcionamento do Mercado de Terras no Uruguai. **Desenvolvimento em Questão**, ano 13, n. 31, p. 356-394, 2015.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. Land Grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 75-91, 2017.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series**, The Hague, 2010.

BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.

BREZZO, Liliana. La Guerra de la Triple Alianza en los límites de la ortodoxía: mitos y tabúes. **Universum**, v. 19, n. 1, p. 10-27, 2004.

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte. Redes y organizaciones sociales en el progreso de ocupación del Gran Chaco. **Revista de Indias**, v. LXVII, n. 240, p. 485-520, 2007.

CAMPOS, Daniel. Concentración, extranjerización y formas de producción de la tierra en el Paraguay. **Cuaderno Interno SER**, n. 24, p. 10-11, 2012.

CAPECO. **Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas**. Disponível em: <http://capeco.org.py/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. Marcos legais e a liberação para o investimento estrangeiro em terras no Brasil. MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (Orgs.). Questões agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017, p. 12-19.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. Categorias e Leis da Dialética. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 35-67.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 41, n. 2, p. 41-69, 2013.

CORREIA, Joel E. Soy states: resource politics, violent environments and soybean territorialization in Paraguay. **The Journal of Peasant Studies**, p. 01-21, 2017.

COSTANTINO, Agostina. El acaparamiento de tierras en los países del Sul. Una radiografía por regiones. COSTANTINO, Agostina (Org.). **Fiebre por la tierra** – Debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2019, p. 239-282.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, Víctor. **Ñandekuera (Todos nosotros)**. Buenos Aires: Ágora, 2012.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EDELMAN, Marc. Siete dimensiones del acaparamiento de tierras que todo investigador tendrían que tomar en cuenta. **I Conferencia Internacional “Tierras y Territorios en las Américas: acaparamiento, resistencia y alternativas”**. Bogotá: Universidad Externado de Bogotá, 2016.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo. Poisoned, Dispossessed and Excluded: a critique of the neoliberal soy regime in Paraguay. **Journal of Agrarian Change**, v. 16, n. 4, p. 702-709, 2016.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo; FOGEL, Ramón. Un golpe anunciado. Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay. VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal (Org.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 89-118.

FAIRBAIRN, Madeline. Like gold with yield’: evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 777-795, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

\_\_\_\_\_. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2011.

FOGEL, Ramón B. Reforma agraria en el Paraguay. Retrocesos y luchas. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 141-166.



FREDERICO, Samuel. From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado land as a resource. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio paraguayo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

HARVEY, David. O 'novo' imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

HOFMAN, Irna; HO, Peter. China's 'developmental Outsourcing': a critical examination of Chinese global 'land grabs' discourse. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 1-48, 2012.

HOLMES, George. What is land grabbing? Exploring green grabs, conservation and private protected areas in Southern Chile. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 4, p. 547-567, 2014.

KAY, Sylvia. **Land grabbing and land concentration in Europe** – a research brief. Amsterdam: Transnational Institute, 2016.

KLEINPENNING, Jan. **Paraguay Rural (1870-1963): una Geografía del progreso, el pillaje y la pobreza**. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2014.

KRETSCHMER, Regina. Conflictos agrarios y luchas campesinas en el Paraguay. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 109-128.

LACOSTE, Yves. Pesquisa e Trabalho de Campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 77-92, 2006.

LEVIEN, Michael. The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 933-969, 2012.

\_\_\_\_\_. **Regimes of dispossession: Special Economic Zones and the Political Economy of Land in India**. Thesis (PhD in Sociology) University of California at Berkeley, 204 f, 2013.

LI, Tania Murray. What is land? Assembling a resource for global investment. **Transactions**, v. 39, p. 589-602, 2014.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen I** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009a.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen II** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009b.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen III** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009c.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen IV** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009d.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen V** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009e.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen VI** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009f.

MAMONOVA, Natalia. Resistance or adaptation? Ukrainian peasants' responses to large-scale land acquisitions. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 3-4, p. 607-634, 2015.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

McKAY, Ben. **The politics of control: new dynamics of agrarian change in Bolivia's soy complex**, 2017, 290 f. Thesis (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2017a.

\_\_\_\_\_. Control grabbing and value-chain agriculture: BRICS, MICS and Bolivia's soy complex. **Globalizations**, v.14, n. 5, p. 01-18, 2017b.

McKAY, Ben; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BRENT, Zoe; SAUER, Sérgio; XU, Yunan. China and Latin America: towards a new consensus of resource control? **Third World Quarterly**, v. 11, n. 1, p. 01-20, 2017.

McMICHAEL, Michael. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner**. Brasil - Paraguai (1955-1980). Campinas: Papirus, 1987.

MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA. **Anuario Estadístico Agropecuario 2016**. Montevideo: MGAP, 2016.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, 1995.

NICKSON, Robert Andrew. Brazilian colonization of the Eastern Border Region of Paraguay. **Journal of Latin America Studies**, v. 13, n. 1, p. 111-131, 1981.

OYA, Carlos. The land rush and classic agrarian questions of capital and labor: a systematic scoping review of the socioeconomic impact of land grabs in Africa. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1532-1557, 2013.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 1987.

PALAU, Tomás. El Agronegocio de la soja en Paraguay - Antecedentes e impactos sociales y económicos. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 17-44.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 2015 [1972].

PEREIRA, Lorena Izá. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil: estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina-SP**, 2015, 174 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

\_\_\_\_\_. O processo de estrangeirização da terra na América Latina: o estudo de caso da Argentina. **Boletim DATALUTA**, n. 125, p. 01-30, mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”**: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019. 523f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019a.

\_\_\_\_\_. El agronegocio de la soja en el Paraguay: las contradicciones de un modelo de Desarrollo. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 18, n. 34, p. 182-199, 2019b.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Uma ou duas Chinas? A ‘questão de Taiwan’ sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este. Paraguai). **Revista Civitas**, v. 10, n. 3, p. 468-489, 2010.

PLOEG, Jan Bouwer van der; BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 36, n. 02, p. 147-162, 2015.

REYDON, Bastiaan; FERNANDES, Vitor B. Land grab or land acquisitions: lessons from Latin America and Brazil. KUGELMAN, Michael; LEVENSTEIN, Susan L. (Org.). **The global farms race: land grabs, agricultural investment and the scramble for food security**. Washington DC: Island Press, 2012.

RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. **Concentración de tierras y producción en Paraguay**. Análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991-2008. Asunción: CDE, 2016.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TALESCA, Ignacio. **Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980): Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay**. Asunción: CEPAG, 2004.

THOMAZ Jr., Antonio. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. THOMAZ Jr., Antonio. **Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 1990**. Presidente Prudente: Centelha, 2005, p. 20-26.

ÚLTIMA HORA. Parcelas de soja de prueba en el Chaco fueron exitosas. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 25 abr. 2018b. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/parcelas-soja-prueba-el-chaco-fueron-exitosas-n1144567.html>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Proyectan plantar en el Chaco 500.000 hectáreas de soja. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 12 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/proyectan-plantar-el-chaco-500000-hectareas-soja-n1304819.html>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Companhia china Cofco lidera las exportaciones de soja. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 17 set. 2018. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/compania-china-cofco-lidera-las-exportaciones-soja-n2707700.html>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Cofco es la mayor exportador. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 09 jun. 2019. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/cofco-es-el-mayor-exportador-n2824464.html>. Acesso em: 03 mar. 2020.

VÁZQUEZ, Fabricio. **Territorio y población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay**. Asunción: ADEPO, 2006.

VILLAGRA, Luis Rojas. **La metamorfosis del Paraguay**. Del esplendor inicial a su traumática descomposición. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

VISSER, Oane. Running out of farmland? Investment discourses, unstable land values and the sluggishness of asset making. **Agricultural Human Values**, p. 01-14, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis – an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WESZ JR., Valdemar João. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 286-312, 2016.

WOLFORD, Wendy; BORRAS JR., Saturnino; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben. Governing global land deals: the role of State in the rush for land. **Development and Change**, v. 44, n. 2, p. 189-210, 2013.

YEGROS, Ricardo; BREZZO, Liliana. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

---

### Sobre a autora

---

**Lorena Izá Pereira** – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Presidenta da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (2019-2020). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>.

---

### Como citar este artigo

---

PEREIRA, Lorena Izá. Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

---

Recebido para publicação em 20 de março de 2020.  
Aceito para a publicação em 01 de junho de 2020.

---

# Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017)

**Gabriel Horacio Galván**

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.  
e-mail: gabriel\_hgalvan@hotmail.com

**Dinalva Donizete Ribeiro**

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.  
e-mail: dinalvadr@gmail.com

## Resumo

A cultura da soja ocupa lugar de destaque na produção agrícola da Argentina. Porém, seu avanço, resultante da expansão da fronteira agrícola, promoveu problemáticas que expressam as contradições do modelo produtivo agropecuário adotado pelo país. Exemplo disso é a acentuação da concentração fundiária e sua interface com o êxodo de agricultores de média e pequena escala que não puderam continuar com suas atividades produtivas durante o avanço da *sojización*. No esforço de detalhar tal processo, analisamos dados da expansão da área plantada com soja na Argentina e a variação da população rural do país numa série histórica de 1990 a 2017, a fim de analisar o comportamento e estabelecer a relação entre essas duas variáveis. Foi utilizado um modelo de regressão linear simples e de duas variáveis para verificar a existência dessa relação. Os resultados demonstram que há correlação entre o avanço da área plantada com soja e a redução da população rural no país, o que possibilitou desenvolver uma equação expressando a relação entre as variáveis. Diante isto, comprova-se que o efeito da expansão da fronteira agrícola destinada para o desenvolvimento dessa cultura é um elemento importante, ainda que não o único, para explicar os processos do êxodo rural na Argentina e outras contradições inerentes ao modelo agropecuário adotado pelo país.

**Palavras-chave:** *Sojización*; êxodo rural; expansão da fronteira agrícola; correlação; regressão.

## Impacts of soy cultivation on rural exodus in Argentina (1990 – 2017)

### Abstract

Soybean crop occupies a prominent place in Argentina's agricultural production. However, its advance, due to the expansion of the agricultural frontier, promoted problems that express the contradictions of the agricultural production model adopted by the country. An emblematic example is the accentuation of land concentration, an aspect derived from the field-city migration due to the abandonment of the productive activity of medium and small-scale farmers. In an effort to detail this process, we analyzed data on the expansion of soybean acreage in Argentina and the variation of the country's rural population, in a historical series from 1990 and 2017, in order to analyze the behavior and establish the relationship between these two variables. A simple two-variable linear regression model was used to verify the existence of this relationship. The results show that there is a correlation between the advance of the soybean planted area and the reduction of the rural population in the country, which allowed the development of an equation that expresses the relationship between these variables. Given this, the effect of the expansion of the agricultural frontier destined for the development of this crop proves to have an important, albeit not the determining, element in the rural exodus processes in Argentina and other contradictions inherent to the agricultural model adopted by the country.

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 23, n. 55, pp. 383-401	Set-Dez./2020	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	---------------------------	---------------	-----------------

**Keywords:** *Sojización*; rural exodus; expansion of the agricultural frontier; correlation; regression.

## Impactos del cultivo de soja en el éxodo rural en Argentina (1990 – 2017)

### Resumen

El cultivo de soja ocupa un lugar destacado en la producción agrícola argentina. Sin embargo, su avance, resultante de la expansión de la frontera agrícola, promovió problemas que expresan las contradicciones del modelo de producción agrícola adoptado por el país. Un ejemplo de esto es la acentuación de la concentración de la tierra y su interfaz con el éxodo de pequeños y medianos productores que no pudieron continuar sus actividades productivas durante el avance de la “sojización”. En un esfuerzo por detallar este proceso, analizamos datos sobre la expansión de la superficie de soja en Argentina y la variación de la población rural del país, en una serie histórica de 1990 y 2017, para analizar el comportamiento y establecer la relación entre estas dos variables. Se utilizó un modelo de regresión lineal simple y de dos variables para verificar la existencia de esta relación. Los resultados muestran que existe una correlación entre el avance del área plantada de soja y la reducción de la población rural en el país, lo que permitió el desarrollo de una ecuación que expresa la relación entre estas variables. En vista de esto, se demuestra que el efecto de la expansión de la frontera agrícola destinada al desarrollo de este cultivo es un elemento importante, si no el único, para explicar los procesos de éxodo rural en Argentina y otras contradicciones inherentes al modelo agrícola adoptado por el país.

**Palabras clave:** Sojización; éxodo rural; expansión de la frontera agrícola; correlación; regresión.

### Introdução

A soja (*Glycine max*) é uma das culturas mais importantes para a economia argentina. Isso pode ser observado, de um lado, por meio da sua área plantada que ocupa, aproximadamente, 20 milhões de hectares, equivalente a 60% da área agricultável do país; e, de outro lado, por meio da geração de divisas à economia nacional: em 2017 computou-se o valor aproximado de três bilhões de dólares a partir da comercialização desta leguminosa em suas diferentes formas (grãos, óleo, farinha e biocombustível) (ARGENTINA, 2018).

Contudo, mesmo estas duas dimensões (área cultivada e geração de divisas) sendo exaltadas, destaca-se que se trata de modelo produtivo com predominância de uma única cultura destinada a mercados internacionais cujas consequências são questionáveis.

Segundo Teubal (2006) o desaparecimento e a expulsão de diversos sujeitos do campo (pequenos e médios agricultores, camponeses, indígenas e trabalhadores rurais) se deu em função do avanço da fronteira agrícola pelo território nacional, com grande expressão da cultura da soja. Este processo, capitaneado pelo Estado, foi legitimado pelo discurso desenvolvimentista exaltando a importância do setor agropecuário para a economia do país, com destaque à sojicultura, ignorando os problemas decorrentes desse processo.

Observa-se que a atenção foi dada apenas à dimensão econômica. Circunstâncias que envolvem concentração de terras, soberania alimentar, dependência de empresas transnacionais e de capital estrangeiro, êxodo rural, desemprego, pobreza, fome, concentração de renda, degradação ambiental, comprometimento da biodiversidade e desmatamento de florestas nativas não foram devidamente ponderadas no processo de *sojización*.

No que tange especificamente ao êxodo rural, a partir dos anos 2000 pesquisadores de diversas áreas ligadas aos estudos agrários (SILI, 2005; BENITEZ, 2000; BENITEZ, 2009; MURMIS; FELDMAN, 2006; VELÁZQUEZ, 2008; MIKKELSEN, 2013), produziram importantes trabalhos baseados, principalmente, em abordagens qualitativas. Tais trabalhos privilegiam, sobretudo, a região da *pampa húmeda* e pouco contemplam, de forma mais ampla, a dinâmica e o processo de expansão do cultivo no nível nacional, os efeitos desterritorializadores da população do campo e a migração campo-cidade. É justo afirmar que, em alguma medida, aquelas pesquisas investigam o processo de êxodo rural associado às mudanças tecnológicas e à *agriculturización*. Mas, não primam por explorar e analisar especificamente dados e estatísticas passíveis de ilustrar a expansão da sojicultura e sua relação com o êxodo rural na Argentina.

Os dados aqui apresentados permitem verificar esse processo e expõem a relação entre a expansão da cultura da soja na Argentina e a redução da população no campo. A hipótese de que o aumento da área cultivada com soja pressionou a população do campo rumo às cidades foi comprovada por meio dos resultados obtidos por um modelo de regressão linear simples para identificar a relação entre variáveis.

Com apoio do referencial teórico e dos dados do Censo Nacional Agropecuário (2002 e 2018), buscamos visualizar o processo de *sojización* na Argentina. Feito isso, apresentamos a descrição do processo de coleta de dados, as técnicas utilizadas para o tratamento estatístico das variáveis e os resultados obtidos. Por fim, analisamos os dados processados e apontamos elementos para discussão do fenômeno pesquisado.

Destacamos que o aumento da área destinada a este cultivo tem sido possível graças: (i) ao deslocamento de produções tradicionais de suas regiões para outros espaços não tradicionais; (ii) à expulsão e ao despejo de povos originários e camponeses; (iii) ao desmatamento de bosques nativos em diferentes regiões do país, sobre os quais a fronteira da soja tem se expandido. Como resultado, verifica-se notável concentração da estrutura fundiária, conforme exposto por dados dos últimos Censos Nacionais Agropecuários (2002 e 2018).

## Agriculturización, sojización e modernização tardia

Semelhante à situação do Brasil, a Argentina é caracterizada como celeiro agrícola mundial dado o seu potencial produtivo e suas vantagens comparativas derivadas de características edafoclimáticas, além da infraestrutura implantada durante o período colonial, como as ferrovias e os portos estrategicamente localizados. Até a metade do século XX, na Argentina se produzia quase a totalidade dos alimentos consumidos por sua população, com exceção de alguns produtos tropicais de amplo consumo como o café, as bananas e outros dessa natureza (HOCSMAN, 2014).

Segundo Hocsman (2014), na Argentina é possível identificar duas regiões bem marcadas de produção agropecuária, sobre as quais a agropecuária capitalista tem se expandido de formas distintas. Uma delas é a “*pampa humeda*”, localizada na região compreendida pelas províncias de Buenos Aires, sul de Santa Fé, Norte de La Pampa e sul da província de Córdoba, que desde meados do século XIX tem se especializado na produção de carnes e cereais com destino à Europa.

Por outro lado, as regiões consideradas marginais ou “*extrapampeanas*”, tem se desenvolvido associado a uma lógica agroindustrial na qual a agricultura camponesa se encontrava integrada e funcional à acumulação do capital. Ali predominaram importantes variedades de cultivos servindo à produção agroindustrial, cuja orientação era destinada a satisfazer a demanda do mercado interno visando à reprodução da força de trabalho urbano.

Foram consolidadas, assim, economias regionais como o caso da cana de açúcar (*Saccharum officinarum*) na região noroeste (nas províncias de Salta, Tucumán e Jujuy); o tabaco (*Nicotiana tabacum*); a erva mate (*Ilex paraguariensis*) e a produção de chá (*Camellia sinensis*) na região Nordeste; produção frutícola (maçãs, peras, pêssegos e uvas) no Alto Vale do Rio Negro patagônico (províncias de Mendoza y San Juan, na Cordilheira dos Andes); produção vitivinícola em Cuyo. Até fins do século XX algumas dessas agroindústrias, com forte inserção de agricultores de base familiar, foram capazes de orientar sua produção para mercados internacionais, se constituindo, em alguns casos, como formadores de preço (HOCSMAN, 2014).

Em relação à cultura da soja, os dados remontam à primeira metade do século XX; a menção nos registros estatísticos nacionais expressa o cultivo desta leguminosa nos primeiros anos da década de 1940, ocupando área pouco representativa, de caráter experimental com apenas 1000 hectares, insignificante à economia nacional (BOLSA DE CEREALES, apud DOUGNAC, 2004). Foi a partir da década de 1970 que o cultivo de soja se projetou no cenário argentino, com aumento na sua área cultivada. Para a safra de 1971 e 1972 foi plantado o equivalente a 79.800 hectares, com expansão para 2.040.000 hectares na safra 1981/1982 (CADENAZZI, 2009).



Tal expansão decorreu da difusão de novas variedades de oleaginosas e cereais, de insumos e de tecnologias mecânicas da revolução verde, que alteraram a dinâmica produtiva nacional (AIZEN; GARIBALDI; DONDO, 2006). A nova matriz produtiva promoveu mudanças, marcadamente visíveis na região *pampeana*, que interromperam a clássica articulação dos sistemas mistos de produção (compostos por atividades agrícolas e pecuárias) e deram lugar a sistemas de produção com predominância agrícola, nos quais as variedades modificadas permitem duas safras ao ano: uma de cultivos inverniais, com destaque à cultura do trigo e outra estival ou de verão, podendo ser predominantemente soja, milho ou girassol, a depender da localização geográfica. Isso possibilitou o aumento das lavouras (fenômeno chamado de *agriculturización*), provocando a realocação espacial das atividades que foram deslocadas.

A *agriculturización*, então, é o nome dado ao processo desencadeado a partir da década de 1970 baseado na assimilação das tecnologias da revolução verde, com destaque às mudanças que afetaram os sistemas produtivos da agropecuária nacional, que até aquele momento ocorria em sistema de alternância das atividades agrícolas-pecuárias. A partir daí, os rebanhos bovinos foram sendo deslocados às regiões marginais ou extra pampeanas e/ou tendo seus espaços reduzidos, devendo liberar áreas para as lavouras em expansão.

Dada à fertilidade natural dos solos, a adubação química era dispensável nessa fase inicial de exploração intensiva, possibilitando maior obtenção de renda diferencial da terra. Por isso, o “braço” industrial ligado a fertilizantes não adentraram, de início, na Argentina, como ocorrido no Brasil. Deriva dessa peculiaridade a noção de “modernização tardia” tratada por Gras; Herandez (2016), ao se referir a um período mais recente, após a década de 1990, quando a *sojización* ocorre de maneira sistemática e articulada à lógica do *agribusiness*; é quando se completa aquele processo de modernização iniciado na década de 1970.

Gras; Herandez (2016) consideram que foi um processo tardio que se despontou de maneira efetiva a partir da década de 1990, com a liberalização do mercado e a flexibilização das importações de fertilizantes.

O ponto de inflexão mais notável da *sojización* aconteceu no ano 1996 quando dos primeiros plantios de soja transgênica, após a liberação e aprovação da sua comercialização no país (ALTIERI; PENGUE, 2005). Como na maior parte do mundo, a variedade mais difundida foi a RR (*Round Ready*) resistente ao herbicida *Round Up* comercializado pela empresa Monsanto que era produtora da nova variedade e do pacote tecnológico que lhe dá suporte. A introdução da semente transgênica de soja na Argentina resultou em mudanças significativas no processo produtivo, com destaque para a adoção do plantio direto. Esta é uma tecnologia conservacionista dos solos considerada positiva por diminuir erosão, porém,

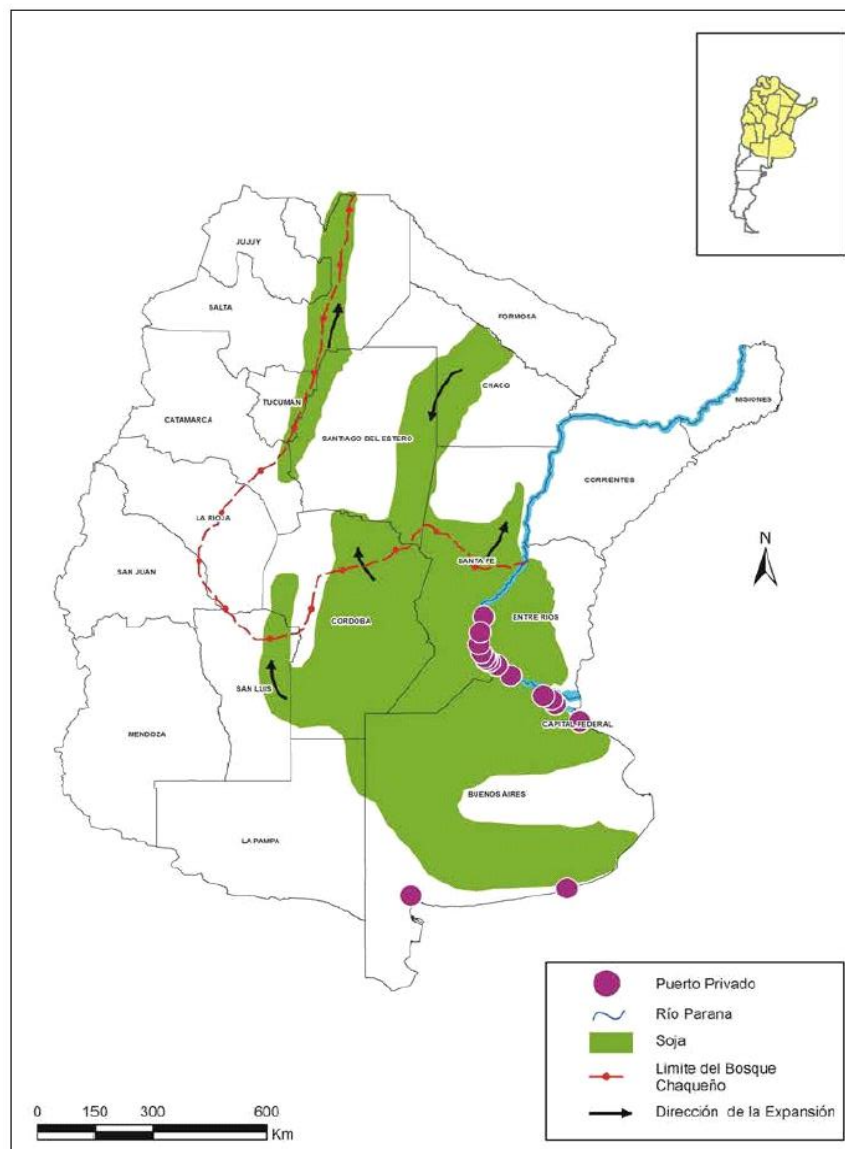
suscetível a críticas por consolidar o controle químico de plantas invasoras e se tornar funcional à utilização de insumos químicos.

Daí em diante, este modelo se consolidou no país como a principal estratégia de produção de grãos, alinhada à lógica de internacionalização da produção.

Atualmente na Argentina, a cultura da soja ocupa a metade da superfície agrícola cultivável e 95% do produto é destinado a mercados internacionais, com destaque para China, Paquistão, Índia, Bangladesh e Japão. Um grupo reduzido de empresas transnacionais desfruta de privilégios nos principais portos marítimos da Argentina e controlam esse comércio internacional.

Na figura 1, pode se observar a área ocupada com soja no território argentino, bem como a localização e a disposição dos portos que servem para seu escoamento.

**Figura 1: Área do território argentino ocupada por lavouras de soja**



Fonte: Nowydwor (2014).

Os resultados da *sojización* podem ser observados a partir de diferentes aspectos, como (1) desmatamento e comprometimento de bosques nativos; (2) modificação geográfica da produção; (3) desterritorialização de população camponesa e indígena; (4) e, por consequência, mudanças na estrutura agrária atrelada à desaparecimento de sujeitos do campo (camponeses e indígenas) que não conseguiram se manter nas suas terras, cuja área produtiva foi ocupada por produtores de maior escala, intensificando a concentração fundiária na Argentina.

O primeiro aspecto supramencionado é importante para avaliar sobre qual tipo de área se deu a expansão soja. Ortega (2014) afirma que a expansão da fronteira agrícola na Argentina tem papel importante no processo de desmatamento e substituição de florestas pela agricultura, especialmente para difusão da cultura da soja em regiões “*extrapampeanas*” como no Chaco Argentino, atingindo as províncias de Salta, Chaco e Santiago del Estero.

Quanto à modificação geográfica da produção (segundo aspecto), Manzanal e Schneider (2011) estabelecem que a expansão da cultura da soja no território nacional ocupou o espaço de muitas outras atividades produtivas. Em decorrência, Cadenazzi (2009) afirma que os sujeitos mais prejudicados foram os pecuaristas, sobretudo os produtores de gado de corte que passaram a ocupar áreas marginais para desenvolver sua atividade ou tiveram que se concentrar em espaços reduzidos nos moldes de confinamento, como os *feed lots* (MNCI, 2010). A respeito da atividade pecuária, Craviotti (2001) informa que durante o período de 1988 a 2003 o número de estabelecimentos destinados à produção leiteira diminuiu de 30.141 para 15.000.

Para além da pecuária, alguns cultivos de importância regional como a produção de frutas e outras culturas tradicionais do interior do país (como a cana de açúcar, o tabaco e o algodão) também tiveram suas áreas comprometidas. Culturas consolidadas, com forte apelo comercial, de igual forma foram afetadas, com destaque para o girassol cuja produção diminuiu em 2 milhões de toneladas se comparadas as safras de 1997/98 e de 2004/05. Já a soja teve sua produção aumentada em 20 milhões de toneladas, se comparadas suas safras naqueles mesmos anos.

Quanto ao terceiro aspecto, os efeitos do avanço da fronteira agrícola também são visíveis sobre as terras ocupadas por camponeses e indígenas, gerando despejos e conflitos, expondo a correlação de força entre posse e propriedade da terra na Argentina, que vulnerabiliza os sujeitos do campo.

O avanço sobre os territórios camponeses e indígenas resulta do consenso entre o poder político (em suas diferentes escalas) e o interesse econômico. No entanto, esse cercamento tem impulsionado a reação por parte dos expropriados que, a partir de 2010,

têm se organizado politicamente, sobretudo, por meio do *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI).

Em atenção à concentração de terras (quarto aspecto), notam-se mudanças oriundas da ampliação da área cultivada com soja no que diz respeito à estrutura agrária nacional. Tal questão pode ser visualizada utilizando como base os dados fornecidos pelos Censos Agropecuários (2002 e 2018). Ainda que não se trate da centralidade deste estudo, pode-se aventar que resulta, em parte, do êxodo rural provocado pela expansão da soja: a literatura e os Censos Nacionais Agropecuários expressam mudanças na estrutura agrária nacional, sendo estas observadas nos períodos e nas regiões onde se deu a ampliação da área cultivada com soja.

Ameghino (2016) afirma que entre os anos de 1960 e 1988 desapareceram, na Argentina, o equivalente a 51.000 estabelecimentos agropecuários (Eap's), sendo em média 1.800 estabelecimentos por ano. Também, Lazzarini (2004) informa que entre os anos de 1988 e 2002 houve redução de 89.164 estabelecimentos, equivalentes a 16,6 % do total de estabelecimentos do país.

Lazzarini (2004) afirma que a redução no número de Eap's exclui agricultores, acentua a concentração da terra e aumentou a área média dos estabelecimentos agropecuários de 421 para 518 hectares no período mencionado. O autor explica que os estabelecimentos afetados e que sofreram maior "desaparecimento" foram aqueles com área menor que 200 hectares (75.293 estabelecimentos "desaparecidos" compunham esta classe de área). Por outro lado, os Eap's com área superior a 500 hectares e, sobretudo, os com área entre 1.000 a 2.500 hectares foram os que apresentaram crescimento no período. Isto permite considerar que os pequenos e médios estabelecimentos foram os mais afetados e que o campo argentino foi se transformando em um território com menos pessoas e mais lavouras intensivas.

Com base nos números mais recentes, disponibilizados pelos dados preliminares do Censo Nacional Agropecuário (2018), é possível visualizar que a tendência verificada anteriormente se mantém de forma contínua, aumentando o "desaparecimento" de unidades produtivas. A esse respeito Ameghino e Fernandez (2019) indicam a diminuição de 82.652 estabelecimentos agropecuários no período de 2002 a 2018. Isso expressa, em média, a eliminação anual de 5.166 estabelecimentos agropecuários.

Segundo esses autores, os estabelecimentos mais atingidos seriam aqueles que possuem limites "não definidos", sobretudo os de base familiar; estes representam 38% dos estabelecimentos "desaparecidos" no período de 2002 a 2018 com maior ocorrência nas regiões Noroeste e Nordeste da Argentina (AMEGHINO; FERNANDEZ, 2019).

O fato é que processos de territorialização de setores ligados à *agriculturización*, como aqueles que impulsionaram a *sojización*, tem dilatado a fronteira agrícola sobre

territórios camponeses, indígenas e de bosques nativos, explicando a desterritorialização de populações do campo e sua reterritorialização nas cidades ou em outras regiões rurais.

Com base nessa tomada histórica, de dados secundários e de literatura, pode-se abrir a investigação sobre o destino dos agricultores que deixaram seus estabelecimentos agropecuários. Partiu-se da hipótese de que a redução de unidades de produção impulsionou a migração dos pequenos e médios agricultores e que a expansão da cultura da soja repercute na redução da população do campo.

Vale considerar que tais processos estão contidos naquilo que no Brasil é chamado de agronegócio, cujo histórico remonta ao *agribusiness* estadunidense e cuja lógica de operação foi transferida para países produtores de matéria prima a partir dos anos de 1980 (HEREDIA; PLAMEIRA; LEITE, 2010, LACERDA, 2011).

Na Argentina a expansão do capitalismo ao campo é histórica, antiga, tal qual no Brasil. Mas, a organização e a gestão do capital assentada sob a égide do *agribusiness* é mais recente e, segundo Gras e Hernandez (2013), carrega as seguintes características: 1) foi impulsada pela lógica de concentração de capital e empresarial, definida por novas formas de gestão; 2) potencializa a subordinação da agricultura ao capital industrial, observado tanto no campo quanto no âmbito institucional; 3) é menos diversa do que o modelo agroindustrial, com tendência à monocultura acentuada; 4) anseia por maior concentração da terra, para viabilizar maiores escalas produtivas; 5) inviabiliza agricultura de base familiar não integrada; 6) fomenta o arrendamento e a terceirização da atividade produtiva, como forma de gestão do capital.

As técnicas de levantamento descritas a seguir possibilitam visualizar como a expansão da soja no território argentino se fez acompanhada do êxodo rural. O intento é promover uma reflexão unindo os elementos quantitativos aos aspectos históricos–teóricos-qualitativos já apontados, buscando o entendimento da realidade com apoio de modelos que ajudem a interpretação de fenômenos socioeconômicos.

### **Procedimentos metodológicos, achados e análises quantitativas**

A investigação é de abordagem quantitativa, articulada a elementos qualitativos. Segundo Gil (2008) esse enfoque caracteriza-se pela quantificação ou mensuração tanto na coleta das informações quanto no seu tratamento e avaliação, distinguindo-se por estudos principalmente descritivos, fazendo uso, em determinadas ocasiões, de *softwares* que auxiliam no tratamento estatístico da informação e permitem trabalhar com grande volume de dados. A partir deste tipo de abordagem é possível criar modelos explicativos de determinado fenômeno em estudo. Neste caso, para o tratamento estatístico foi utilizado o software IBM-SSPS<sup>®</sup> que permitiu analisar o comportamento das duas variáveis estudadas.

Em relação aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva já que se propõe a descrever a influência da expansão da área plantada com soja sobre o processo de êxodo rural observado a partir da migração campo-cidade.

Os dados, de natureza secundária, foram coletados a partir de duas fontes principais: os dados de população rural e urbana da Argentina foram obtidos junto à base de dados da FAO (FAOSTAT, 2018); os dados relativos à evolução temporal da área ocupada por lavouras de soja na Argentina foram obtidos junto à base de dados do Ministério de Agroindústria da Nação Argentina (2018) e consiste em séries históricas que analisam o comportamento das variáveis “Área cultivada com soja” e “% de população rural” no recorte temporal compreendido entre 1990 e 2017.

Uma vez coletados os dados, foi feito tratamento estatístico com análise descritiva e análise de correlação entre as variáveis em estudo. Para Triola (2005) a estatística descritiva é o conjunto de métodos para organização, apresentação e descrição de dados representativos do comportamento de uma variável, onde se utilizam tabelas, gráficos e medidas que resumem a distribuição das variáveis analisadas. As variáveis desta investigação são do tipo quantitativo contínuas, pois são números resultantes da mensuração de uma série histórica e podem assumir infinitos valores.

Além de descrever os dados de forma isolada através das medidas de centro, variação e posição, descreveram-se as variáveis investigadas conjuntamente por meio do diagrama de dispersão, que permite verificar se as variáveis estão correlacionadas. O diagrama de dispersão é um gráfico de pares (x, y) com x representando o eixo horizontal e y representando o eixo vertical. Os dados são dispostos em pares que combinam cada valor de um conjunto de dados com um segundo conjunto de dados.

Como o exame do gráfico de dispersão é subjetivo, Triola (2005) diz que é necessário o uso de medidas mais precisas e objetivas, sendo usado o cálculo do coeficiente de correlação linear  $r$  para definir se há ou não correlação entre duas variáveis. Este coeficiente linear também é chamado como coeficiente de correlação de produto de momentos de Pearson. A análise de correlação fornece um número que resume o grau de relacionamento linear entre as duas variáveis. O cálculo de  $r$  é obtido através da fórmula:

$$r = \frac{n(\sum XY) - (\sum X)(\sum Y)}{\sqrt{[n \sum X^2 - (\sum X)^2][n \sum Y^2 - (\sum Y)^2]}}$$

Sendo:

Y = valores dispostos no eixo vertical;

a = ordenada à origem, ou intercessão no eixo dos Y;

b = coeficiente angular;

X = valores dispostos no eixo horizontal;  
 n= número de períodos observados;  
 r = índice de correlação.

Após o cálculo do coeficiente de Pearson foi feita a interpretação do mesmo. Conforme Triola (2005) o valor de  $r$  deve estar sempre entre -1 e +1. Quando  $r$  está muito próximo de zero conclui-se que não há correlação. Se estiver próximo de -1 ou +1 conclui-se que a relação entre as variáveis investigadas é significativa. Caso esteja próximo de + 1 existe correlação positiva entre as variáveis; se o valor de  $r$  estiver próximo de -1 a correlação entre as variáveis é negativa. Se concluído que há correlação significativa entre duas variáveis, pode-se encontrar uma equação linear que expresse  $y$  em termos de  $x$ . O valor de  $r^2$  ( $r$  ajustado) explica a relação linear entre as variáveis. Em estatística, o teste de significância é um procedimento padrão para testar uma afirmativa; no caso de análise de correlação deve-se, também, verificar o nível de significância.

Para se fazer um teste de significância ou teste de hipóteses é necessário que se declare a hipótese nula e a hipótese negativa. A hipótese nula (representada por  $H_0$ ) é onde o valor de um parâmetro é igual a um valor especificado. A hipótese negativa (representada por  $H_1$ ) é a afirmativa de que um parâmetro é diferente da hipótese nula. Nesta investigação tem-se que  $H_0: \rho = 0$  (não há correlação linear entre a expansão da cultura da soja e o êxodo da população rural) e  $H_1: \rho \neq 0$  (há correlação linear entre a expansão da cultura da soja e o êxodo da população rural). A região crítica é o conjunto de todos os valores de estatística de teste que fazem rejeitar a hipótese nula. Desta forma, se o valor resulta inferior a 0,05 deve-se rejeitar a hipótese nula (não há correlação entre as variáveis investigadas) e aceitar a hipótese alternativa (há correlação entre as variáveis investigadas).

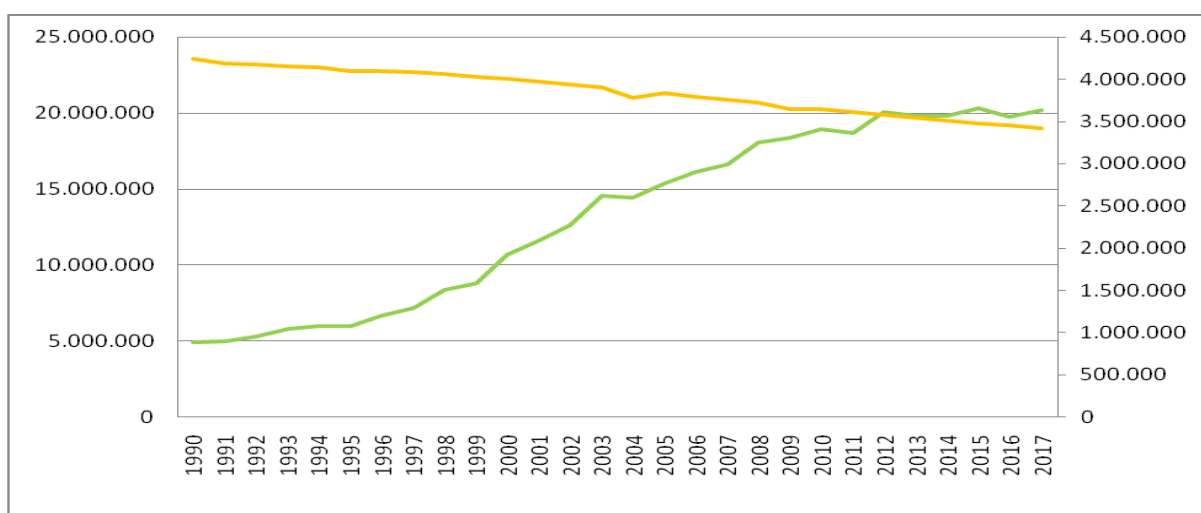
Havendo correlação linear entre as duas variáveis investigadas, o próximo passo foi desenvolver a equação de  $y$  em função de  $x$  através da regressão linear. A análise de regressão fornece uma equação que descreve o comportamento de uma das variáveis em função do comportamento da outra variável. A expressão matemática que expressa esta reta é  $\bar{y} = a + bx$ , onde  $a$  é o intercepto de  $y$  e  $b$  é a inclinação. Para encontrar  $b_0$  e  $b_1$  têm-se as fórmulas:

$$a = \frac{\sum Y - b(\sum X)}{n} \quad b = \frac{n(\sum XY) - (\sum X)(\sum Y)}{n(\sum X^2) - (\sum X)^2}$$

Os achados, em termos quantitativos, resultam, então, das duas variáveis analisadas (população rural e área plantada com soja na Argentina), cujos dados foram processados por meio do software IBM – SSPS®.

O gráfico 1 dispõe o comportamento das variáveis supracitadas ao longo da série temporal, sendo que a curva amarela expressa a variação temporal do número de pessoas presentes no campo argentino e a curva verde expressa a evolução temporal da área cultivada com soja na Argentina. Observa-se o aumento da área plantada com soja, cujo ponto de inflexão é o ano de 1996. Paralelo ao crescimento da área cultivada visualiza-se notória redução da população residente no campo.

**Figura 2: Comportamento das variáveis analisadas na pesquisa no recorte temporal 1990-2017 na Argentina.**



Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) e Base de dados do Ministério de Agricultura y Ganadería, Argentina. Org. AUTORES.

Na tabela 1 são apresentados os valores correspondentes às variáveis selecionadas. Além disso, é incorporada a variável “população urbana” (cujo crescimento acompanha o aumento da área plantada com soja) e os dados da população relativa, tanto urbana quanto rural.



**Tabela 1: Variáveis analisadas na pesquisa.**

Ano	População urbana	População Rural	População Total	% urbano	% rural	Área Plantada com Soja (ha)
1990	28.378.350	4.247.000	32.625.350	86,98	13,02	4.939.000
1991	28.838.200	4.191.000	33.029.200	87,31	12,69	5.007.000
1992	29.344.690	4.176.000	33.520.690	87,54	12,46	5.320.000
1993	29.802.290	4.160.000	33.962.290	87,75	12,25	5.817.490
1994	30.257.500	4.142.000	34.399.500	87,96	12,04	6.011.240
1995	30.710.310	4.103.000	34.813.310	88,21	11,79	6.002.160
1996	31.161.350	4.103.000	35.264.350	88,37	11,63	6.669.500
1997	31.609.160	4.082.000	35.691.160	88,56	11,44	7.176.250
1998	32.050.460	4.059.000	36.109.460	88,76	11,24	8.400.000
1999	32.480.450	4.034.000	36.514.450	88,95	11,05	8.791.000
2000	32.896.140	4.007.000	36.903.140	89,14	10,86	10.665.000
2001	33.295.770	3.978.000	37.273.770	89,33	10,67	11.639.000
2002	33.683.810	3.944.000	37.627.810	89,52	10,48	12.606.850
2003	34.063.420	3.907.000	37.970.420	89,71	10,29	14.526.606
2004	34.439.210	3.780.000	38.219.210	90,11	9,89	14.400.000
2005	34.815.530	3.832.000	38.647.530	90,08	9,92	15.393.474
2006	35.193.820	3.795.000	38.988.820	90,27	9,73	16.141.337
2007	35.573.420	3.758.000	39.331.420	90,45	9,55	16.608.935
2008	35.955.240	3.721.000	39.676.240	90,62	9,38	18.042.895
2009	36.339.480	3.648.000	39.987.480	90,88	9,12	18.343.940
2010	36.726.620	3.648.000	40.374.620	90,96	9,04	18.902.259
2011	37.117.370	3.611.000	40.728.370	91,13	8,87	18.670.937
2012	37.510.510	3.576.000	41.086.510	91,30	8,70	20.035.572
2013	37.903.560	3.543.000	41.446.560	91,45	8,55	19.781.812
2014	38.293.350	3.510.000	41.803.350	91,60	8,40	19.792.100
2015	38.677.440	3.477.000	42.154.440	91,75	8,25	20.300.000
2016	39.054.810	3.446.000	42.500.810	91,89	8,11	19.750.000
2017	39.425.850	3.415.000	42.840.850	92,03	7,97	20.165.000

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) e Ministério de Agricultura e Ganadería. Org. AUTORES.

Na tabela 2 estão dispostos os valores extraídos do SPSS a respeito da análise das estatísticas descritivas. Ali, a letra N representa o tamanho amostral que é de 28, correspondente à série histórica trabalhada, que é de 28 anos (incluído o ano 1990). A coluna de mínimo mostra que a menor área plantada com soja no período analisado corresponde a 4.939.000 hectares, o qual coincide com o primeiro ano (1990) da série

analisada. Já o valor mínimo de população rural, contrariamente à primeira variável, se deu no último ano da série analisada (2017).

A tabela 2 com máximos valores mostra que a maior área plantada de soja correspondeu a 20.300.000 hectares e ocorreu na safra de 2015. Já o máximo valor do número de habitantes no meio rural foi de 4.247.000 pessoas no ano 1990 (primeiro ano da série analisada). A coluna da média mostra a medida de centro do total das duas variáveis, sendo obtida a média de 13.210.691 hectares plantados com soja e a população rural média de 3.853.321 pessoas durante o período analisado. A coluna de desvio padrão mostra a medida de variação das variáveis. Nesta investigação foi encontrada uma variação de 5.964.355 hectares para a produção de soja e 450.832 habitantes no meio rural.

**Tabela 2: Análise das estatísticas descritivas das amostras.**

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Área Plantada com Soja (ha)	28	4939000	20300000	13.210.691	5780059,005
População Rural	28	3415000	4247000	3.853.321	259793,0877

Fonte: Org. AUTORES. Obtido do *software* SSPS®.

Para fazer a análise de correlação utilizou-se o *software* SPSS e verificou-se alta correlação entre as variáveis estudadas. A tabela 3 mostra os dados obtidos pelo SPSS após análise de correlação. O índice de correlação de Pearson encontrado foi  $r = -0,974^{**}$  sugerindo que existe uma alta correlação negativa. Isto permite interpretar que o aumento da área cultivada com soja levou à redução da população rural, que sabemos ser expressado por meio da migração campo-cidade. O teste de significância informou um nível de significância de 0,000, como  $0,000 < 0,05$  deve-se aceitar a hipótese nula (existe correlação entre as variáveis investigadas). A tabela saída do SSPS® permite analisar um resumo do modelo obtido que pode facilitar a compreensão do acima descrito.

**Tabela 3: Análise de Correlação entre variáveis.**

<b>Correlações</b>			
<b>** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).</b>		População Rural	Área Plantada com Soja (ha)
População Rural	Correlação de Pearson	1	-,0974**
	Sig. (2 extremidades)		0,000
	N	28	28
Área Plantada com Soja (ha)	Correlação de Pearson	-0,974**	1
	Sig. (2 extremidades)	0,000	
	N	28	28

Fonte: Org. AUTORES. Obtido do *software* SSPS®.

A análise de regressão linear também foi extraída do *software* SPSS® e é apresentada na tabela 4. A partir daí foi encontrada a expressão matemática que expressa esta reta, que é  $\bar{y} = a + bx$ , onde o intercepto de  $y$  encontrado foi  $a = 4431449,545$  e a inclinação da reta  $b = - 0,044$ . Logo, a equação da reta encontrada foi  $y = 4431449,545 - 0,044x$ .

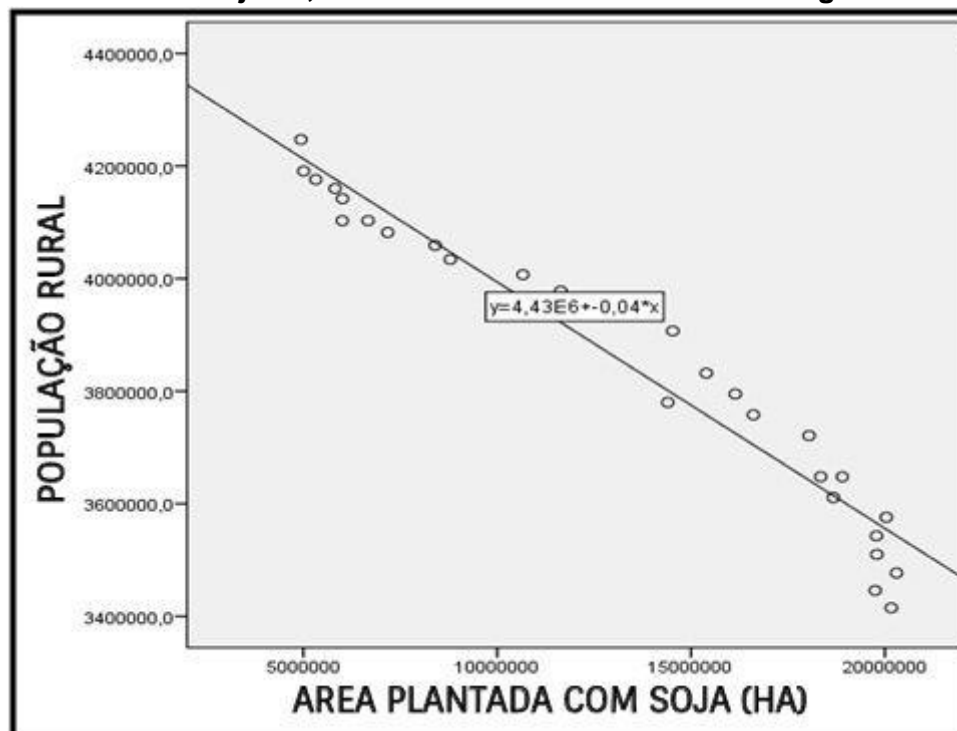
**Tabela 4: Coeficiente de ajuste da curva e resumo do modelo**

Resumo do modelo				
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	0,974 <sup>a</sup>	0,948	0,946	60372,8465
a.Preditores: (Constante), Área Plantada com Soja (ha)				

Fonte: Org. AUTORES. Obtido do *software* SPSS®.

O teste de significância resultou em um valor  $t = -21,771$ . A significância para este valor de  $t$  é 0,000, Como  $0,000 < 0,05$  deve-se rejeitar a hipótese nula e aceitar a hipótese alternativa. Estes parâmetros se encontram na tabela de coeficientes. Desta maneira se aceita o modelo matemático  $y = 4717482,082 - 0,601b$ . A Figura 3 mostra a curva encontrada através da regressão linear.

**Figura 3: Curva de ajuste, fórmula e modelo matemático da regressão linear.**



Fonte: Org. AUTORES. Obtido do *software* SPSS®.

Por sua parte, o resumo do modelo demonstrou que a curva elaborada pelo modelo se encontra com um alto grau de ajuste que fica refletido pelo coeficiente de ajuste  $R^2$ , representado na tabela 5, respaldando o grau de correlação de ambas as variáveis neste estudo.

**Tabela 5: Coeficientes da curva de regressão linear**

Coeficientes <sup>a</sup>						
Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	4431449,545	28902,668		153,323	,000
	Área Plantada com Soja (ha)	-0,044	0,002	-0,974	-21,771	,000

a. Variável Dependente: População Rural

Fonte: Org. AUTORES. Obtido do software SSPS®.

### Considerações Finais

As análises estatísticas das variáveis e do seu comportamento, por meio da série temporal, permitiram visualizar a realidade do campo argentino no que diz respeito à migração campo-cidade como consequência do avanço da cultura da soja, conforme comprovado pelo modelo matemático utilizado. Há que se considerar que existem outros fatores, que extrapolam os objetivos deste texto, que poderiam ser destacados, vez que não podem ser mensurados por meio de modelos matemáticos.

O recorte temporal utilizado expressa um período de mudanças estruturais de cunho liberal na política econômica com liberalização e abertura do mercado, de afastamento do Estado da esfera econômica, de privatização dos bens públicos e flexibilização do trabalho. Logo, a perda dos estabelecimentos agropecuários (terra de trabalho) e a migração do campo para a cidade por parte de agricultores pequenos e médios resulta, também, desta conjuntura político-econômica na qual está contida a *sojización* enquanto expressão do *agribusiness* na Argentina.

Não diferente do ocorrido no Brasil, a lógica do *agribusiness*, com apoio do Estado, abre caminhos e avança sobre territórios camponeses, indígenas e de bosques nativos, deslocando populações tradicionais e integrando regiões até outrora marginais à produção agropecuária em escala comercial. Esse processo possibilita a consolidação do modelo agroexportador na Argentina, no qual a soja é protagonista. Um dos resultados é o êxodo rural, com o esvaziamento do campo.

A expansão da cultura da soja prevê o uso de tecnologias químicas, mecânicas e biológicas de origem industrial. Estas são viáveis a agricultores capitalizados e inviáveis a agricultores de pequena escala (e até mesmo àqueles medianos), ilustrando o caráter excludente do modelo agrícola adotado e explicando o impulso ao êxodo rural.

Na Argentina há um processo muito desigual de distribuição das terras, fruto do período colonial e pós-colonial, associado à ausência de políticas de regulação fundiária que poderiam diminuir tais desigualdades. Neste sentido, uma política de reforma agrária é salutar para promover a democratização da terra, bem social que se encontra fortemente concentrado em latifúndios e grandes propriedades, compondo processos produtivos de/para reprodução do capital.

Diante do exposto, reivindicamos a pauta (ainda incipiente na Argentina) de uma política consistente de Reforma Agrária a viabilizar a migração inversa, a desconcentração fundiária, o assentamento de famílias camponesas e indígenas, a produção de comida e a redução das concentrações urbanas.

## Referências

AIZEN, Marcelo; GARIBALDI, Lucas; DONDO, Mariana. Expansión de la soja y diversidad de la agricultura argentina. **Revista de Ecología Austral**. 19:45-54. Bariloche: Asociación Argentina de Ecología, 2006.

ALTIERI, Miguel; PENGUE, Walter. La soja transgénica en América Latina. Una maquinaria de hambre, deforestación y devastación socio ecológica. **Revista de Ecología Política**. vol. 30. Buenos Aires, 2005.

AMEGHINO, Eduardo Azcuy. Las reformas económicas neoliberales y el sector agropecuario pampeano (1991-1999). **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**. vol. 10, n. 20, p. 191-219. Buenos Aires: FCE, 2000.

AMEGHINO, Eduardo Azcuy. La cuestión agraria en Argentina: caracterización, problemas y propuestas. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**. n. 45. Buenos Aires: CIEA, 2016.

AMEGHINO, Eduardo Azcuy; FERNANDEZ, Diego. **El censo nacional agropecuario: visión general y aproximación a la región pampeana**. Buenos Aires: CIEA, 2019.

ARGENTINA. MINISTERIO DE AGROINDUSTRIA DE LA NACIÓN **Base de datos histórica de cultivos argentinos**. Disponível em <http://datos.gob.ar/dataset/agroindustria-estimaciones-agricolas>. Acesso em Junho de 2018.

BENITEZ, Marcela. **La Argentina que desaparece: desintegración de comunidades rurales y poblados en vías de desaparición**. Tese de doutoramento em Sociologia. Buenos Aires: Universidad de Belgrano, 2000.

BENITEZ, Marcela. Pequeñas localidades y vaciamiento demográfico: desafíos y oportunidades. In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Marcio Mendes (orgs). **Pequeñas Ciudades e desenvolvimento local**. Maringá; Editora UEM, 2009. p. 69-92.

CADENAZZI, Guillermo. La historia de la soja en Argentina. De los inicios al boom de los '90. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. **Anais...** Buenos Aires: ALAS, 2009.

CRAVIOTTI, Clara. Los procesos de cambio en las explotaciones familiares pampeanas: tendencias en el trabajo agrario y dinámicas familiares. **Cuadernos de Desarrollo Rural**. n. 45, p. 69-89. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2001.

DOUGNAC, Gabriela Martínez. Apuntes acerca de la historia de la soja en la Argentina: elementos para delinear experiencias comparadas. **Documentos del CIEA**. Buenos Aires: CIEA, 2004.

FAOSTAT. **Base de datos demográficos da Republica Argentina**. Disponible em: <http://www.fao.org/faostat/en/?#country/9>. Acesso em Junho de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. **El agro como negocio**: producción, sociedade y territorio em la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013.

GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. Hegemonía, innovación tecnológica e identidades empresariales: 50 años de revoluciones agrícolas em Argentina. **Revista Estudios críticos del desarrollo**. vol. VI. Zacateas, 2016. p. 107-128.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010.

HOCSMAN, Luis Daniel. Cuestión agraria actual en perspectiva regional/global: bloque de poder agrario modernizado y complejo corporativo. **Revista Contemporânea**. v. 4, n. 1. Rio de Janeiro, 2014.

LACERDA, Eliane. Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a institucionalização dos interesses do capital do empresariado rural no Brasil. **Ruris**, v. 5, n. 1, p. 183-207, mar. 2011.

LAZZARINI, Andrés. Notas sobre los primeros resultados del Censo Nacional Agropecuario 2002. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**. no. 20: 117-126. Buenos Aires: Ed. PIEA, 2004.

MANZANAL, Mabel; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Familiar y Políticas de Desarrollo Rural en Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**. n. 34. Buenos Aires: CIEA, 2011.

MIKKELSEN, Claudia Andrea. Debatiendo lo rural y la ruralidad: un aporte desde el sudeste de la provincia de Buenos Aires: el caso del partido de Tres Arroyos. **Cuadernos de Geografía**: Revista Colombiana de Geografía. Volumen 22, n. 22. Bogotá, 2013. p. 235-256

MOVIMIENTO NACIONAL CAMPESINO INDÍGENA (MNCI). **Engordes a Corral en Argentina**: una amenaza para la salud, el ambiente y la producción campesino-indígena. Córdoba: Foro Social de las Américas. 2010.

MURMIS, Miguel; FELDMAN, Silvio. Pluriactividad y pueblos rurales: examen de um pueblo pampeano. In: NEIMAN, Guillermo; CRAVIOTTI, Clara (orgs). **Entre el campo y la ciudad**: desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Buenos Aires: CICCUS, 2006. p. 15-47.

NOWYDWOR, Laura. **Mapeo de la soja en la Argentina**. Buenos Aires: mimeo, 2014.

ORTEGA, Lucía. La soja y el debate sobre el desmonte. **Documentos del Centro Interdisciplinario de Estudios Agrarios**. Universidad de Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas, 2014.

SILI, Marcelo. **La Argentina rural**: de la crisis de la modernización agraria a la construcción de un nuevo paradigma de desarrollo de los territorios rurales. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2005

TEUBAL, Miguel. Expansión del modelo sojero en la Argentina: de la producción de alimentos a los *commodities*. **Revista Argentina de Realidad Económica**. vol. 220. Buenos Aires, Argentina. 2006.

TRIOLA, Mario. **Introdução à estatística**. Tradução de Vera Regina Lima de Farias e Flores. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

VELÁZQUEZ, Guillermo. **Geografía y bienestar**: situación local, regional y global de la Argentina luego del censo 2001. Buenos Aires: Eudeba, 2008.

---

### Sobre os autores

---

**Thiago Araujo Santos** – Engenheiro Agrônomo pela Facultad de Ciencias Agropecuarias da Universidad Nacional de Córdoba (Argentina). Mestrando da Escola de Agronomia/Setor de Desenvolvimento Rural – Universidade Federal de Goiás (UFG). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-8195-644X>

---

**Dinalva Donizete Ribeiro** – Graduação em Geografia pela Universidade de Goiás (UFG). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora da Escola de Agronomia/Setor de Desenvolvimento Rural – Universidade Federal de Goiás (UFG). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-2519-3737>

---

### Como citar este artigo

---

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017). **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelo Autor e pela Autora. As tarefas de concepção, preparação e redação do manuscrito, bem como revisão crítica foram realizadas por ambos os autores. O autor principal, **Gabriel Horacio Galván**, ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados, suas interpretações e pela análise quantitativa realizada ao longo do trabalho; a co-autora, **Dinalva Donizete Ribeiro**, foi responsável pela revisão teórico-metodológica, pelos os procedimentos técnicos do manuscrito e pela revisão gramatical ajustadas às normas do português formal.

Recebido para publicação em 14 de fevereiro de 2020.

Devolvido para a revisão em 13 de abril de 2020.

Aceito para a publicação em 07 de maio de 2020.

---

# Ao meu irmão, o camponês<sup>1</sup>

Élisée Reclus

"É verdade?", você me pergunta, "é verdade que os seus camaradas, os trabalhadores da cidade, pensam em tomar a minha terra, este lugar que amo e que me dá espigas, poucas, é verdade, mas que ainda me dá? Essa terra alimentou meu pai e o pai do meu pai; e os meus filhos poderão, provavelmente, encontrar aqui um pouco de pão. É verdade que você quer tirar a minha terra, minha casa e minha horta? Meu pequeno pedaço de terra não será mais meu?".

Não, meu irmão, isso não é verdade. Visto que ama a terra e a cultiva, as colheitas lhe pertencem. É você quem faz o pão nascer. Ninguém tem o direito de comê-lo antes de ti, antes de sua esposa, associada ao seu destino, e antes da criança nascida dessa união. Permaneça em paz, mantenha sua pá e seu arado trabalhando a terra, coloque as sementes para fecundar. Nada é mais sagrado que o seu trabalho, e mil vezes amaldiçoado é aquele que pretende tomar sua terra, produtiva pelos teus esforços!

Mas, o que digo a você, não digo aos que afirmam ser cultivadores da terra, quando, na verdade, não o são. Quem são esses que se dizem cultivadores? Quem são os concentradores de terra? São os senhores de terra, os já nascidos assim. Aqueles que, quando nascem, são colocados em berços, forrados com tecidos de seda e lã macios para receber as visitas do sacerdote, do juiz, do tabelião e de outros nobres sujeitos que venham cumprimentar o recém-nascido, o futuro senhor de terras. Cortesãos, homens e mulheres chegam de toda parte trazendo presentes, como: tecidos bordados de prata e enfeites de ouro. Enquanto recebe presentes, nos livros cartorários é registrado que o bebê possui terras com nascentes de rios, áreas de florestas, de campos e jardins, entre outras áreas com madeiras e pastagens. Ele as tem nas montanhas, ele as tem nas planícies; mesmo no subsolo, também é mestre de grandes campos onde centenas ou milhares de homens trabalham. Quando crescer, talvez um dia vá visitar o que herdou ao deixar o útero; mas talvez nem se dê ao trabalho de ver todas essas coisas; apenas coletará e venderá os produtos. De todos os lados, por estradas, ferrovias, barcos ou navios receberá grandes sacos de dinheiro, enviados das suas propriedades. Então, quando tivermos forças, deixaremos todos esses produtos do trabalho humano nos cofres do herdeiro? Teremos respeito por essa propriedade? Não, meu amigo, vamos levar tudo! Vamos rasgar os papéis, quebraremos as portas dos castelos e aproveitaremos essas áreas. "Trabalhe se quiser comer!", vamos dizer a esse cultivador! "Nada mais dessa riqueza lhe pertence!"

---

<sup>1</sup> Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro a partir da publicação original: RECLUS, Élisée. À mon frère, le paysan. Genève: Imp. Des Eaux-Vives, 1893.



E a esse outro senhor nascido pobre, sem nenhum acre de terra, que nenhum bajulador veio o admirar na cabana ou no sótão materno, mas que teve a chance de enriquecer com seu trabalho honesto ou improbo? Ele não tinha terra nem para fazer um montinho e a cabeça, mas foi capaz, por especulação, economia ou por favores dos senhores, de adquirir imensas extensões de terras, que agora as cercou. Colhe onde não semeou, come o pão obtido com o trabalho de outros. Devemos respeitar essa segunda propriedade, a dos ricos que não trabalham nas suas terras, mas que as fazem arar por mãos de escravos? Não! Essa propriedade também não respeitaremos. Aqui, novamente, quando tivermos forças, colocaremos as mãos nessas terras e diremos aos que acreditam serem seus donos: “Para trás! Só continue se você conseguir trabalhar! Você terá o pão, fruto do seu trabalho, mas a terra que outros cultivam não é mais sua. Você não é mais o dono de todo o pão”.

Então, iremos tomar a terra sim, e vamos retirá-la dos que a concentram sem trabalhar e devolvê-la àqueles que foram proibidos de tocá-la. Mas não para que explorem os outros. A extensão da terra à qual um sujeito, uma família ou um grupo tenha direito é determinada pelo seu trabalho, individual ou coletivo. Desta forma, se uma área excede a extensão do que se é capaz de cultivar, não há nenhuma razão para se reivindicar essa parte da área; esta parte da terra, portanto, deve pertencer a outros trabalhadores. O limite de uma área pode ser traçado de várias formas: entre os cultivos, de acordo com a capacidade de produção, por exemplo. O que você cultiva, meu irmão, é seu, e nós o ajudaremos a mantê-lo, fazendo tudo o que nós for possível. Mas a terra que não cultivas deve ser destinada a outro camponês. Dê espaço a ele, que também saberá como trabalhar a terra.

Mas se vocês dois têm direito à sua parte da terra, serão imprudentes em permanecer isolados? Sozinho, o pequeno camponês é fraco para lutar contra a natureza avarenta, bem como contra o opressor perverso. Se conseguir sobreviver é por muito esforço. Terá de suportar os caprichos do tempo e submeter-se a situações torturantes em muitas ocasiões. Mesmo com frio extremo, com calor escaldante, com chuvas torrenciais ou ventos fortes, está sempre trabalhando; mesmo que o dilúvio inunde sua plantação, e ainda que calor as queime, o camponês colhe o que resta, mesmo que apenas o insuficiente para alimentá-lo. Quando chega o dia da semeadura, ele retira o grão da boca e o joga na terra. Em seu desespero, sua fé permanece: sacrifica parte da pouca colheita, se necessário, na esperança de que após o inverno rigoroso ou do verão ardente, o trigo vingará, dobrará, ou triplicará a semente plantada, quem sabe por dez vezes. Que intenso amor é este que o camponês sente pela terra, que o faz trabalhar tanto, que o faz ter medos e decepções, mas que também lhe dá tamanha alegria quando a plantação está repleta de espigas? Nenhum amor é tão forte quanto o do camponês pela terra que ara e semeia, onde nasceu, para a

qual retornará! No entanto, os inimigos o cercam e o invejam cobiçam a posse desta terra que ele tanto ama! O cobrador de impostos tributa seu arado e lhe tira parte do trigo; o negociante lhe toma outra parte; a ferrovia também o frustra no transporte da produção. Por todos os lados o camponês é enganado. E não importa o digamos a ele: “Não pague o imposto, não pague a renda”, ele ainda paga porque está só, porque não confia em vizinhos, nem em outros camponeses, proprietários ou meeiros, e não ousa os consultar. É mantido escravizado, ele e todos os outros, por medo e desunião.

Se todos os camponeses de uma mesma região tivessem compreendido o quanto a união pode aumentar sua força contra a opressão, certamente, nunca teriam deixado perecer as comunidades dos tempos primitivos, dos “grupos de amigos”, como são chamadas na Sérvia e em outros países eslavos. A propriedade coletiva dessas associações não é dividida em lotes, divididos por cercas ou valas. Os companheiros não precisam discutir se a espiga que cresce para a direita ou para a esquerda é dele ou não. Nenhum oficial de justiça, advogado ou tabelião é designado para resolver os interesses entre os camaradas. Após a colheita, antes da época da nova aração, eles se reúnem para discutir assuntos de interesse comum: o jovem que se casou, a família que cresceu, explica a nova situação e justifica o uso de uma parcela maior dos bens para atender suas necessidades. As distâncias aumentam ou diminuem de acordo com a extensão da terra e o número de membros, e cada um trabalha em seu campo, feliz por estar em paz com os irmãos que trabalham ao seu lado na terra, de acordo com as necessidades de todos. Em circunstâncias urgentes, os camaradas se ajudam: um incêndio destruiu uma casa, todos estarão envolvidos em sua reconstrução; uma grande enxurrada destruiu uma parte do campo cultivado, outro é preparado para o companheiro prejudicado. Apenas uma pessoa fica responsável pelo pastoreio do rebanho da comunidade e, à noite, as ovelhas e as vacas sabem como voltar ao estábulo sem serem empurradas para lá. A comuna é, ao mesmo tempo, propriedade de todos e de cada um.

Sim, tanto a comuna, quanto o indivíduo, são fracos se permanecerem isolados. Talvez a comuna não tenha terra suficiente para todos, e todos têm fome! Quase sempre ela está em luta com um senhor rico, que reivindica a posse deste ou daquele campo, floresta ou pastagem. A comuna resistiu bem e, se o senhor de terra estivesse sozinho, rapidamente a comuna teria triunfado sobre ele; mas ele nunca está só. Tem ao seu lado o governador da província e o chefe de polícia. Para ele os sacerdotes e os magistrados, para ele todo o governo com suas leis e seu exército. Se necessário, ele tem o canhão para derrubar aqueles que disputam um terreno em litígio. Nesta realidade, a comuna pode estar cem vezes certa, mas ainda assim é provável que os poderosos provem que ela está errada. E não importa o quanto o camponês grite se ele permanece passivo e isolado: “Não cede!”. Ela deve ceder, vítima de seu isolamento e fraqueza.

Vocês são, portanto, fracos, todos vocês, pequenos proprietários, isolados ou associados à comuna, são muito fracos diante dos que procuram escravizá-los, dos que desejam sua terra, dos governantes que buscam levar toda a sua produção. Se vocês não souberem se unir, e não apenas de indivíduo a indivíduo ou de comuna a comuna, mas de país a país em uma grande internacional de trabalhadores, em breve terão o destino de milhões e milhões de homens que já estão privados do direito de semear e colher, que vivem na escravidão do assalariamento, apenas encontrando trabalho quando os patrões têm interesse em empregá-los, e forçados a implorar, muitas formas, às vezes de forma humilhante, pedindo para serem contratados, estendendo as mãos para implorar emprego a um avarento mesquinho. Eles foram privados da terra, e você pode ser privado da sua terra amanhã. Existe uma diferença muito grande entre o destino deles e o seu? A ameaça já chegou a eles; você ainda está sendo poupado, mas é apenas por mais um dia ou dois. Unam-se todos em sua desgraça. Defendam o que ainda lhe resta e recuperem o que perderam. Caso contrário, seu destino será horrível, tendo em vista que estamos em uma época de ciência e método, e nossos governantes, servidos pelo exército de químicos e professores, preparam uma organização social na qual tudo será resolvido como em uma fábrica, na qual a máquina dirigirá tudo, até os homens; onde as pessoas serão simples engrenagens, trocadas como ferro velho quando recorrerem ao pensamento e ao desejo.

Desta forma, na solidão do Grande Oeste americano, empresas de especuladores ricos, ou desejando enriquecer, e com boas relações o governo, receberam áreas imensas em regiões férteis. Usam homens e capital para transformá-las usinas de cereais. Tais campos de cultivo têm a superfície de uma província. Cada grande campo é confiado a uma espécie de general, instruído, experiente, bom agricultor e bom comerciante, habilidoso em avaliar seu valor e o desempenho dos terrenos férteis e dos músculos humanos. Esse senhor se instala em uma casa confortável, no centro da sua propriedade. Ele possui cem arados, cem semeadoras, cem ceifeiros e vinte debulhadores; possui, ainda, aproximadamente cinquenta vagões, arrastados por locomotivas que entram e saem incessantemente das linhas férreas entre as estações de campo e o porto mais próximo, cujo cais e os navios também lhe pertencem. Uma rede de telefones vai da casa palaciana a todas as construções existentes na propriedade; a voz do senhor é ouvida em toda parte; ele ouve todos os barulhos e supervisiona todos os atos; nada é feito sem suas ordens e longe de sua vigilância.

E o que acontece com o operário ou com o camponês neste mundo organizado? Máquinas, cavalos e homens são usados da mesma maneira: sua força é avaliada em números, e deve usada da melhor maneira possível para promover um maior lucro ao empregador, com o maior número de produtos e o menor gasto de produção. Os estábulos são organizados de modo que, na saída, os animais comecem a cavar um sulco de vários

quilômetros que deve ir até o final do campo: cada um de seus passos é calculado, cada passo é relatado ao senhor. Da mesma forma, os movimentos dos trabalhadores são regulados até o final do dormitório coletivo. Lá, nenhuma mulher ou criança pode atrapalhar o trabalho em troca de uma carícia ou de um beijo. Os trabalhadores estão agrupados em pelotões, com sargentos, capitães e o inevitável delator. A intenção é promover um trabalho ordenado metodicamente, observando o silêncio nas fileiras. Nesta lógica, se uma máquina der problema e se não for possível repará-la, é descartada. Se um cavalo cai e quebra um membro, é atingido no ouvido com um tiro de revólver e jogado em uma vala comum. Se um homem sucumbe à dor, quebra um membro do seu corpo ou se deixa tomar pela febre, não digo que vão acabar com ele, mas livram-se dele da mesma maneira: ele morre longe dali para não aborrecer ninguém com seus gemidos. No final do período de intenso trabalho, quando a natureza descansa, o general também descansa e dispensa seu exército, pois, no ano seguinte ele sempre encontrará uma quantidade suficiente de ossos e músculos para contratar, tomando o cuidado de não empregar os mesmos trabalhadores do ano anterior, pois estes poderiam adquirir experiência, imaginar que sabem tanto quanto seu mestre, ou obedecer de má vontade, quem sabe? Talvez se apeguem a terra cultivada por eles e podem acreditar que ela lhes pertence!

Se a felicidade da humanidade consistisse em criar alguns bilionários acumulando, em benefício de seus caprichos e paixões, a riqueza gerada com o esforço de todos os trabalhadores escravizados, essa exploração científica da terra seria o ideal sonhado. Os resultados financeiros seriam extraordinários, mas apenas enquanto a especulação não arruinar o que ela mesma cria. Uma quantidade de trigo obtida pelo trabalho de quinhentos homens poderia nutrir cinquenta mil pessoas; a despesa com um salário avarento pago ao trabalhador é mínima frente aos enormes carregamentos de alimentos que são embarcados em navios e vendidos dez vezes mais caro que o valor da sua produção. É verdade também que, se a massa de consumidores, desempregados ou com baixos salários, ficar muito pobre, eles não poderão mais comprar toda a produção e, condenados à fome, não enriquecerão mais os especuladores. Entretanto, os senhores de terra não estão preocupados com este futuro distante: primeiro ganhar, caminhando por um caminho pavimentado no dinheiro, e mais adiante veremos; “Depois de nós, o dilúvio!”

Eis aqui, camarada que ama a terra e que viu pela primeira vez o mistério do broto de trigo perfurando o chão. Este é destino que estão preparando a você! Tomarão seu campo de cultivo e sua produção. Levarão você, amarrado em alguma máquina de ferro fumegante e estridente. Envolto na fumaça do carvão, você terá que repetir o mesmo movimento com os braços em uma alavanca entre dez e doze mil vezes por dia. Isso é chamado de agricultura. E não pense em fazer amor quando seu coração lhe disser para ter uma esposa; não vire a cabeça para a mulher que está passando: o seu comandante

aceitará que você fraude o trabalho.

Se o seu superior ver com bons olhos o seu casamente gerando filhos, é porque isso a ele será conveniente; você terá a alma escrava que ele deseja moldar; você será vil o suficiente para ele permitir que a degradação continue. O futuro que lhe espera é o do trabalhador fabril, do operário, do filho da fábrica! Nunca a escravidão mais metodicamente amassou e modelou o humano para reduzi-lo ao estado de uma ferramenta quanto agora. O que resta de humano a um ser desfigurado, apressado e desequilibrado, que jamais respira outra atmosfera senão a de graxa e poeira?

Evite esta morte a todo custo, camaradas. Mantenha sua terra, ela é sua vida, e a vida da mulher e dos filhos que tanto ama. Junte-se aos companheiros cuja terra é ameaçada como a sua por fábricas, por entusiastas da caça ou por agiotas; esqueça seus ressentimentos com vizinhos e agrupem-se em comunas onde todos os interesses estejam unidos, onde cada pedaço de terra seja defendido por todos. Cem, mil, dez mil camponeses serão muito fortes contra o senhor e seus criados; mas você ainda não será forte o suficiente contra um exército. Associem-se, portanto, de comuna em comuna onde os mais fracos tenham a força de todos. Além disso, chame aqueles que não têm nada, como as pessoas das cidades que você pode ter aprendido a odiar, mas a quem você deve amar, porque elas o ajudarão a manter sua terra e reconquistar o que tiraram de você. Com eles, você atacará, derrubará as paredes do recinto; com eles, você encontrará a grande comunidade de homens, na qual trabalharemos estarão juntos para arar a terra, embelezá-la e viver feliz, nesta terra que nos fornece o pão.

Mas se você não fizer isso, tudo estará perdido. Vocês perecerão escravos e mendigos: “Estão com fome?”, disse recentemente um prefeito de Argel a um grupo de desempregados, “Então comam uns aos outros!”

---

### **Sobre o autor**

---

**Élisée Reclus** – Geógrafo francês (1830-1905) autor de diversas obras de referência para a ciência geográfica, tendo se dedicado especialmente a Geografia Anarquista.

---

### **Sobre o tradutor**

---

**Sergio Aparecido Nabarro** – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor/Pesquisador visitante no Institut de Géographie e no grupo Géographie-Cités da Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). **ORCID** – <https://orcid.org/0000-0003-2179-0710>.

---

### Como citar esta tradução

---

RECLUS, Eliséé. Ao meu irmão, o camponês. **Revista NERA**, traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

---

Recebido para publicação em 30 de janeiro de 2020.  
Aceito para a publicação em 19 de abril de 2020.

---

# A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini

**Ana Rute do Vale**

Universidade Federal de Alfenas (Unifal) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.  
e-mail: ana.vale@unifal-mg.edu.br

## Resumo

A Professora Rosa Ester Rossini dispensa comentários no que se refere à sua importância nos estudos da questão de gênero na geografia brasileira, sobretudo, com relação à trabalhadora rural dos canaviais paulistas. Nessa entrevista, ela nos mostra como sua trajetória pessoal permitiu que chegasse à graduação em Geografia na USP (Universidade de São Paulo), onde desenvolveu sua carreira de docente e pesquisadora, permanecendo ainda ativa, por meio de orientações, publicações, participação em eventos, entre outros. Também mostra a importância da escolha metodológica nas pesquisas sobre gênero, o machismo no meio acadêmico e as transformações dessas mulheres, ao longo de seus mais de 50 anos de pesquisas. Essa entrevista foi realizada em 11 de junho de 2019, quando ele participou de uma mesa redonda no V Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder e o III Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços, na UNIFAL-MG.

**ANA RUTE:** *Por favor, eu gostaria que você falasse sobre a sua trajetória, que é importante para compreendermos em que contexto a geografia de gênero entra na sua pesquisa.*

**ROSA ESTER:** É muito interessante. Eu venho de uma família italiana e na família italiana o que vale é o filho *maschio*<sup>1</sup>. E isso foi uma grande vantagem para as mulheres dessa ascendência porque as mulheres eram mais livres para realizar os seus sonhos e os filhos menos livres para realizar os seus sonhos. Então, tudo o que o meu irmão iria fazer, ele pedia se poderia fazer (para os pais), que nem sempre concordavam e ele, então, ele obedecia. E para mim, eu aprendi uma coisa muito importante: eu não pedia, eu informava o que ia fazer, ou melhor, eu informava o que eu estava fazendo. Para vocês terem uma ideia, com 10 anos e meio, eu fui morar fora da minha casa, surpreendendo minha família. Como aconteceu? Naquela época, nós estávamos fazendo aquele exame de admissão, fazendo cursinho. Terminava os quatro anos<sup>2</sup>, você tinha que fazer de seleção para ingresso no 1º ginásial. Seleção brava! Aí, eu estava preparando para o exame admissional. É que eu entrei na escola muito cedo e saí com 10 anos do grupo, daí eu tive um ano livre, porque também você tinha que ter 11 anos para entrar no ginásio. Tinha essas coisas. Você tinha que ter até fevereiro para completar 11 anos e eu completava em outubro. Então, eu fui. Não tinha professor na minha cidade (Serra Azul), não tinha ginásio na minha cidade, então

<sup>1</sup>Significa homem, macho, rapaz em italiano (<https://dicionario.reverso.net/italiano-portugues/maschio>).

<sup>2</sup> Se refere ao atual 1º ao 9º anos, que corresponde ao ensino fundamental.

eu ia até São Simão (SP). Tinha um ônibus que levava os estudantes, então, eu fui fazer exame da admissão, o preparatório. Aí, a professora me disse: “Rosa, você não está muito bem não, se você não estudar bastante, você não entra”. Aí, uma colega falou para eu ficar na casa dela. Aí, no outro dia eu peguei um embornal, pus minha roupa numa sacola. Sentada, às 10 horas, almoçando, porque o ônibus saía 10h30min, eu falei (para a família): “a partir de hoje eu vou morar em São Simão”. Me olharam, meio esquisito. E fui. Você acredita? Então, você desafia para poder avançar. E entrei no ginásio. Então, quando eu entrei no ginásio, meu irmão estava saindo e foi para Ribeirão Preto. Daí ficou na casa do tio. Quando eu terminei o ginásio, o papai falou que eu também ia ficar na casa do tio e eu falei: “não, eu já arrumei uma pensão, já tem um lá (o irmão)”. E eles: “mas nós não temos dinheiro para pagar pensão”. E eu falei: “aguenta 2 meses”. Eu sempre dava prazo. Aí, eu consegui a melhor possibilidade para mim, que foi jogar basquete por meio salário. E foi ótimo para minha postura, para tudo. Aí, eu joguei basquete, mas na escola eu era do grupo das filhas dos operários. A escola do estado no Brasil era frequentada pela população de alta renda e a baixa renda frequentava a escola paga porque a escola estadual era muito boa. Então, tinha um grupo que eu, por sorte me liguei a eles. Para você terem uma ideia, minha irmã hoje, a... Ela tinha 14 anos, ela estava fazendo o Normal (antigo magistério), ela escrevia os discursos do presidente da Câmara dos Vereadores de Ribeirão Preto, para você ter uma ideia do brilho. Ela sempre brilhou! Ela liderava um grupo. Então, alguma coisa errada que acontecia na escola, a diretora chamava o grupo. Aí, depois que constatava que não tínhamos sido nós, daí procurava o culpado, mas nós éramos os melhores alunos. Desse grupo do Normal, umas 4 ou 5 foram professoras, eram professoras da USP. Não é professora de qualquer universidade, é da USP. Então, era um cartão de visita você frequentar a escola pública, que essa foi a Otoniel Motta. Aí, então, eu fui avançando na minha trajetória. Quando terminei o Normal, estava indecisa. Desde o curso ginasial, eu tinha dois professores bons de Geografia e de Francês, mas o de Geografia ganhou. Eu ia, conforme eu disse, com a nona (avó) visitar as amigas e via que a casa do imigrante italiano...

**ANA RUTE:** *Sua família chegou a ser de colonos?*

**ROSA ESTER:** Minha família foi de colonos de café. Vieram (da Itália) em 30 de dezembro de 1889. Chegaram aqui e, aí, foram para Serra Azul exatamente. Ficaram na Hospedaria do Imigrante e de lá foram para Serra Azul, mas na colônia. Então, minha nona, como minha família já tinha se mudado para a cidade e eu era muito companheira da minha nona porque minha mãe trabalhava. Desde cedo minha mãe trabalhava. Então, eu ia com ela e ficava ouvindo as conversas, ficava vendo como eram as casas e ficava vendo também como era a casa do vizinho que também não tinha horta, não tinha jardim, não tinha cortina nas



janelas, que não tinha linguça e carne no fumeiro<sup>3</sup>, que não tinha doce nas prateleiras. (Pensava) Tem alguma coisa aí que eu precisava entender! Eu achava que era Geografia, nem sabia que existia Sociologia. Fui descobrir mais tarde. Aliás, eu nem sabia o que era USP, que eu iria fazer. Eu ouvia falar em Maria Antônia, que era a rua onde estava a USP e depois fiquei sabendo que era a USP. Mas foi muito bom! E de novo, outro enfrentamento familiar. (Ela) “Eu vou pra São Paulo”. (O pai) “Nós não temos dinheiro”. (Ela) “Tem sim”. (O pai) “Como assim tem dinheiro?”. (Ela) “Eu sei que o senhor fez um empréstimo para comprar meu anel de formatura”. Meus pais eram serventes de escola. Salário mínimo, né? (O pai) “Mas o sonho da minha vida era ter uma filha professora”. (Ela) “Então, eu já sou professora”. (O pai) “Mas com anel no dedo”. Eu falei: “vamos fazer o seguinte: me dê o dinheiro do anel”. Daí ele foi comigo pra São Paulo, no dia 18 dezembro e ficamos na casa da tia. Aí, eu fui me matricular no cursinho (preparatório para o vestibular) da Maria Antônia e eu fiquei procurando uma pensão ali por perto, mas era cada espelunca! E minha tia: “fica aqui na minha casa. Te dou um quarto, te dou umas comidinhas pra você, arrumo pra você ficar sozinha no quarto”. E eu: “não, eu vim pra estudar, eu vou ficar na pensão”. Aí, por sorte eu consegui arrumar a melhor pensão do mundo porque quando começaram as aulas, começaram a chegar as pessoas que moravam na pensão. Eram todas universitárias, todas as alunas da USP. Então, foi uma satisfação enorme. Aí, o dinheiro foi acabando e o papai me mandou voltar. Aí, uma das meninas da pensão falou assim: “Rosa, eu arrumei um serviço pra você. Tem uma família japonesa - ela era japonesa - e as crianças não estão indo bem na escola e eu disse que você podia ajudar. É um salário mínimo. Vai lá!”. Eles eram tintureiros. Historicamente, os japoneses eram tintureiros. Aí, eu fui lá. Ganhava um salário mínimo por mês, ensinava as crianças e, ao mesmo tempo, eu tirava uma ou duas vezes por semana pra chegar mais tarde na faculdade, para poder cuidar dessas crianças, ou no fim da tarde. E foi muito bom porque eu passava o dia na faculdade. Aí, começaram a perceber, na faculdade, que eu era um pouco diferente dos alunos porque eu estava sempre com a mesma saia, sempre com o mesmo sapato e sempre com o mesmo agasalho. Aí, conversa vai e eu sempre solícita: “se precisar de alguma coisa, eu ajudo”. E dentro desse meu espírito, eu não diria só de submissão porque no emprego dos meus pais você tem sempre que falar amém, embora ajudasse até na limpeza, e meus pais eram realmente fantásticos, caprichosos demais. Então, quando chegava visita, a mulher que fazia o café não tinha ido, lá no departamento, ou não estava lá, eu falava: “quer um cafezinho, eu faço”. Imagina se minhas colegas de universidade iriam se oferecer para fazer um café. Então, eu passava o dia lá, eu ajudava um, ajudava outro e estudava e era CDF<sup>4</sup> demais e foi indo que

---

<sup>3</sup> Local onde se penduram os alimentos para serem defumados (<https://www.dicio.com.br/fumeiro/>).

<sup>4</sup> Pessoa muito inteligente e esforçada que prefere estudar do que participar de atividades sociais e festivas, sendo geralmente o melhor aluno da sala; "cabeça de ferro", "crânio de ferro" (<https://www.dicio.com.br/cdf/>).

foi dando certo. Só que aí vem a questão, quando eu me formei, em 1963, criaram o Instituto de Geografia da USP e, aí, me convidaram para ser auxiliar de pesquisa. Convidaram 6 colegas, eram 4 mulheres e 2 homens. Então, nessa hora, no serviço braçal a mulher é mais dedicada. Nós tínhamos que fazer o levantamento do que chegava, em São Paulo, de produtos hortifrutigranjeiros. Então, era ali do lado do mercado (municipal), o entreposto e coletávamos 10% das notas fiscais, copiávamos. Um trabalho gigantesco! Foi ótimo! Então, eu já estava lá e trabalhava meio período do dia lá e o outro período frequentava a faculdade, mas eu não sei como conseguia tempo para fazer estágio no Instituto Biogeográfico, Geológico, estágio no Instituto de Medicina Tropical. Fazendo estágio, trabalhando e ainda fazia francês. Então, era um corre, corre na semana. Aí, surgiu a possibilidade de contratação de duas pessoas no Departamento de Geografia. Não tinha concurso. Aí, o departamento inteiro sabia que eu era a pessoa mais interessada e que tinha as melhores notas. Aí, o meu nome foi lançado e foi aprovado por todos, menos pelo catedrático<sup>5</sup>. Ele disse: “não, mulher casa, tem filho e não faz carreira”. A próxima vaga foi surgir só em 1970, mas eu tive um acaso feliz porque no mesmo... Eu me formei em 1964 e, em 1965, eu fui convidada para dar aula na PUC-Sedes Sapientiae, PUC-São Bento. O professor Pasquale Petroni me convidou para dar aula de geografia no Colégio Dante Alighieri, no curso Normal e eu ainda trabalhava no Instituto de Geografia. E passei, em primeiro lugar, no concurso de ingresso no magistério, público. E era difícil! Eram três provas e provas pesadas. Era uma lista de 200 livros e um programa assim: Geografia Geral, Geografia do Brasil, Geografia da Europa. Enfim, tive sorte, o acaso feliz de cair o que eu sabia e fui muito bem. Aí, em 1970, que eu fui ser professora da USP, mas eu não larguei nenhuma das coisas. Só larguei o Instituto de Geografia.

**ANA RUTE:** *E podia dar aula na rede pública e na USP ao mesmo tempo?*

**ROSA ESTER:** Dava porque só tinha que achar horário. Porque a USP era em tempo parcial. Na USP, você entrava com tempo parcial. Eu demorei 6 anos para chegar, só cheguei com doutorado (a se tornar professora efetiva).

**ANA RUTE:** *Então, nessa época você não tinha nem o mestrado ainda.*

**ROSA ESTER:** Nem o mestrado. Aí, em um ano, eu já estava fazendo o mestrado. Defendi o mestrado como título “Serra Azul: o homem e a cidade” porque tinha sido lançado o livro que tinha... E eu achei muito simpático o homem e a cidade (risos). Mas eu fiz um trabalho interessante sobre a ocupação do espaço e já trabalhando com a mão de obra volante. Então, a minha vida é cheia de acasos felizes. Então, a primeira pessoa do Departamento

---

<sup>5</sup> Referente a cátedra. Professor titular de escolas secundárias e superiores, geralmente admitido mediante concurso (<https://www.dicio.com.br/catedratico/>).

de Geografia que trabalhou com a mão de obra volante fui eu. A primeira pessoa que defendeu teses sobre geografia da população fui eu. A primeira pessoa que defendeu teses sobre geografia de gênero fui eu, no Departamento de Geografia da USP. Então, deu sorte porque eu não procurei originalidade, mas eu procurei coisas que me agradassem, que permitissem com que eu desenvolvesse meu trabalho.

**ANA RUTE:** *Tendo sido uma das pioneiras em tratar do tema questão de gênero na Geografia brasileira, em sua opinião, por que a Geografia demorou tanto tempo para compreender a importância do estudo de gênero na análise do espaço geográfico?*

**ROSA ESTER:** Acontece exatamente. Não há nenhuma preocupação na especificidade e eu sempre usei o discurso de que a média não retrata a realidade, porque a média não estava dizendo nem da questão do trabalho do homem e nem do trabalho da mulher. Agora, foi muito difícil! Eu participava dos movimentos. Fundamos o Núcleo de Estudos da Mulher, na USP. Mas o primeiro livro que saiu sobre a questão de gênero foi em 1983, quer dizer, já bem tardiamente. Tanto é que, quando eu fiz o doutorado, em 1975, aí saiu meu tempo integral (regime de trabalho), em 1976, e eu fiz o meu projeto para fazer meu trabalho sobre a questão... Não, o trabalho da mulher. Aí, eu fui a campo. Apliquei 400 questionários! Esse era o meu projeto do tempo integral, era o trabalho da mulher. Aí, apliquei 400 questionários e meu pai me ajudou. Mas também tinha quatro (questionários) sobre a mulher trabalhadora volante. Mas eu já estava no bom caminho, que era trabalhar a família e não a especificidade do trabalho da mulher, porque a especificidade, você trabalha só um item, agora a qualidade de vida é dada pelo tamanho da família. Então, você tem que aprender isso. Mas eu já tinha mais de 4 blocos de questionários, se tivesse na família mais de uma pessoa que cortava cana, era mais um questionário. Então, eram 4 blocos: um sobre a casa, outro sobre a família, outro sobre atividade, o outro não me lembro de mais. Aí, era esse sobre atividade que era aplicado para cada pessoa que morava ali. Às vezes tinha 9 pessoas que trabalhavam na casa. Era uma loucura, mas essa era minha metodologia.

**ANA RUTE:** *Essa pesquisa era em Ribeirão Preto?*

**ROSA ESTER:** Sim, na macro área de Ribeirão Preto. Era a região de Ribeirão Preto, mas fui tendo aluno que queria trabalhar com Araçatuba, outro queria com outro município. Então, coloquei a macro área. Aí, quando eu fui tabular os dados, estava difícil e eu não sabia como continuar. Ou eu faria uma péssima antropologia, uma péssima sociologia. Aí eu comecei a estudar. Demorei 12 anos para defender a livre docência, por que como introduzir a questão de gênero na geografia? Nessa altura, eu era representante do Brasil, da América do Sul da comissão da geografia da população da União Geográfica Internacional. Aí, teve o primeiro evento sobre gênero em Cagliari, na Sardenha (Itália). Aí eu fui pra lá. Consegui

que a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pagasse a passagem e eu fui assistir o primeiro evento sobre gênero, mas era “*O trabalho de la donna*”. Mulher é *donna*. Aí, eu fui à Inglaterra. Porque as coisas não eram tão fáceis assim, não tinha internet, não tinha nada pra você comprar os livros e, por reembolso postal, era caro. Aí, eu fui à Inglaterra comprar um livro, o primeiro livro sobre geografia e gênero. Paralelamente, eu tinha... isso aconteceu no segundo semestre, setembro. Em julho teve uma reunião da União Geográfica Internacional, preparando um evento no Brasil. Eu organizei, em São Paulo, um seminário sobre geografia e gênero. Não se chamava gênero, era o trabalho da mulher. Aí, foram sociólogos, antropólogos apresentar e eu, mas tinha a Maria Helena<sup>6</sup>, que trabalhava no IBGE, que me “cutucou”, quando comecei a falar: “o que é de geografia aí”? Daí, eu vi que realmente eu não estava conseguindo avançar. E eu só fui avançar na discussão de gênero, que foi o fio condutor, através do trabalho, no qual a mulher produz e reproduz o espaço, porque a mulher não era categoria de análise na geografia. Objeto da geografia qual era? O espaço. Então, é só através do trabalho que se produz e reproduz o espaço. Aí, foi que eu peguei o fio condutor e apliquei no campo de novo. Foi em 1985. Em 1986, eu fui a campo de novo. Eu tinha ido em 1977. Fui a campo de novo, mas aí com mais segurança. E essa mania que eu tinha de guardar coisas, tinha guardado os 400 questionários. Aí, eu fui ver quais os questionários que estavam mais completos se selecionei 36 dos 400 e apliquei um número equivalente. Aí, eu pude comparar e foi assim que eu fiz a minha livre-docência. O que tinha acontecido num período de 10 anos, aproximadamente, em relação ao trabalho da mulher e o conceito da mulher em relação ao trabalho. Valeu a pena!

**ANA RUTE:** *E você sentia resistência no meio acadêmico por trabalhar com essa temática, nessa fase?*

**ROSA ESTER:** Olha, na realidade, as coisas na academia são individualistas. Quer dizer, você, entre aspas, tem que criar a sua imagem, apesar de algumas pessoas... Na realidade, o que sempre existiu foi um silêncio, né? É interessante que santo de casa não faz milagre, mas eu tive na minha (banca de) livre-docência, Milton Santos, tive Manuel Correia (de Andrade), tive a primeira mulher que defendeu tese sobre mulher, que foi uma freira da Sedes Sapientiae, a irmã Leda<sup>7</sup>. Foi até vice-reitora da PUC. E, no meu concurso para titular tinha a Eva Coelho na banca porque na geografia não havia ninguém trabalhando com a questão de gênero. Agora, eu até vou falar hoje que, na realidade, eu acho que trabalhar com gênero é extremamente importante, mas você tem primeiro definir o que você vai fazer

<sup>6</sup> Maria Helena Neves Pereira de Souza.

<sup>7</sup> RODRIGUES, Leda Maria Pereira. A instrução feminina em São Paulo: subsídios para uma História até a Proclamação da República. Tese de Doutorado em História (1960). Mimeografada. São Paulo, PUC/FFCL – Sedes Sapientiae, 1960 ([www.pucsp.br/revistacordis](http://www.pucsp.br/revistacordis)).

e como você vai fazer porque o objeto tem que ficar muito claro, da sua pesquisa. Eu disse que eu fui aprimorando, assistindo cursos, como trabalhar a questão de gênero. Por exemplo, numa palestra do Paul Singer, ele dizia o seguinte: “a gente não pode, ao trabalhar qualquer tema, esquecer que as pessoas estão organizadas em família e que dentro da família é que vai ter a atividade realizada, a renda realizada, que vai definir a qualidade de vida”. Então, você não pode pegar a pessoa e entrevistar a mulher. Você tem que entrevistar a mulher, dentro de um contexto familiar. Isso é essencial. A outra coisa que o José de Souza Martins me ensinou... Nós fomos colegas de faculdade, nós formamos no mesmo ano e a Marilena Chauí também, mas cada um na sua área. E ele dizia: “Olhos nos olhos. Se você faz a pergunta e a pessoa desvia o olhar, ela não está respondendo certo. Você refaça a pergunta, com outras palavras”. Por isso que é importante você ir a campo, você fazer as entrevistas. Não tem que delegar. Mesmo que você diminua o universo da pesquisa, mas seja responsável por aquilo que está fazendo. Isso é uma grande aula.

**ANA RUTE:** *Hoje, muita gente está fazendo as entrevistas pelo whats app, pelas redes sociais e não é o ideal?*

**ROSA ESTER:** Não. Não tem aquele calor humano de você apreender, quando a pessoa está mentindo, inclusive, ou que está respondendo por responder. Eu acho que não. Agora, uma coisa que a modernidade facilita e que dificulta. Por exemplo, no passado, com a migração dos homens, por 6 meses, para o corte da cana, que deixavam as mulheres lá (na sua região de origem), eles, quando muito, escreviam uma carta orientando como as mulheres deveriam trabalhar a propriedade, pequena. Mas eram só o homens e os filhos homens que vinham, raramente vinham mulheres. Aí, a mulher tinha uma autonomia. Ela recebia orientação, mas ela tinha autonomia de gestar as suas atividades. Aí, de repente, em 2005, a Maria foi ao campo. A Maria Moraes<sup>8</sup>, ela teve em 2005, 2007, ela foi minha pós-doctor. Então, ela foi para o Nordeste e também foram duas orientandas minhas, mas não junto com ela e por outras razões e que foram para o Maranhão e para o Ceará. E ela foi para o Maranhão e Piauí entrevistar e notou o seguinte, com o telefone colocado nos povoados, o orelhão, havia filas de mulheres. Aí, tocava o telefone, era sempre hora marcada, no domingo e alguém dizia: “fulana, é o seu marido”. Aí (os maridos) passaram a orientar (as mulheres): “tem que fazer desse jeito, não daquele”. Elas perderam um pouco da autonomia. E com o celular, perderam mais ainda, com conversa diária, o controle é maior. Esse é um dado interessante. Houve uma perda de autonomia com a modernidade técnico científica nesse processo de migração temporária.

---

<sup>8</sup> Refere-se à socióloga Maria Aparecida Moraes Silva, professora visitante do programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

**ANA RUTE:** *Já que não tinha ninguém específico da geografia estudando gênero, quais foram suas referências?*

**ROSA ESTER:** As minhas referências foram os movimentos sociais. Depois 8 mulheres fundaram o Núcleo de Estudos da Mulher, na USP. Tinha a Ruth Cardoso, uma da Psicologia, a Eva, da Sociologia, a Vera, da Física, aquela que faleceu, mulher do Marco Aurélio Garcia, que era da Sociologia também e publicou o primeiro livro, uma tradição, mas... O sexo do gênero, uma moça da faculdade de direito<sup>9</sup>. Enfim, éramos 8 pessoas e pelo menos, conseguimos espaço, conseguimos financiamento. O primeiro evento, eu que organizei porque a Eva virou senadora e eu virei coordenadora do núcleo. Mas é muito difícil! Não digo que seja difícil trabalhar com gênero, mas sim trabalhar com as humanas. Eu me escandalizo mais com a falta de respeito dos organismos nacionais com relação às ciências humanas. Por que estou falando isso? Você se lembra do (Programa) Ciência Sem Fronteiras<sup>10</sup>, criado na gestão de uma mulher, criado na gestão do PT (Partido dos Trabalhadores), que tem uma preocupação social, com as classes sociais, as ciências humanas não eram contempladas. As ciências humanas tem fronteira? Como pode uma coisa dessas? Eu esbravejava o tempo todo porque é o fim. E com esse atual governo, sobre o pessoal da academia, da faculdade, só fala abobrinha. Eu me lembro de que a primeira ministra da Alemanha (Angela Merkel), umas reivindicações feita pelos juízes, ela disse: “eu não posso aumentar o salário de vocês, sem aumentar o salário dos professores porque quem ensina vocês são os professores”. E no mundo você vê que, quanto mais civilizado o país, quanto melhor a qualidade de vida e mais baixo os índices de violência e de criminalidade, melhor os professores são remunerados. Você vai à Dinamarca, um professora ganha quase como um ministro de Estado. Você vai ao Japão, o juiz é respeitado, não tem nenhum lugar do mundo onde o príncipe faz referência para o professor. Eu fui dar aula no Japão e os alunos da faculdade se levantam quando a gente entra na sala de aula. Eu orientava, através de um convênio, alunos do Japão e aí, um dia, um aluno chegou pra mim e disse: “professora, dá para senhora fazer uma carta para o meu superior porque eu preciso de um carro para fazer pesquisa de campo?” Eu respondi: “por que eu tenho que fazer uma carta?”. E ele: “é porque se a senhora fizer uma carta, ele libera”. Aí eu fiz, dizendo da importância de ter um carro para o trabalho de campo e chegou

<sup>9</sup> O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher foi fundado, em 1985, por um grupo de docentes e pesquisadoras da Universidade de São Paulo: Eva Alterman Blay, do Departamento de Ciências Sociais, apontada para coordenação do NEMGE; Carmen Barroso (FFLCH); Rosa Ester Rossini (FFLCS); Maria Amélia Azevedo (IP); Ruth Cardoso (FFLCH); Lia de Freitas Garcia Fukui (FFLCH); Maria Célia Paoli (FFLCH); Elizabeth Lobo (FFLCH); Dulcília Helena S. Buitoni (ECA) e; Miriam L. Moreira Leite (FFLCH). Em 1988, adotou-se a denominação Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero - NEMGE (<https://nemgeusp.weebly.com/>)

<sup>10</sup> Ciência sem Fronteiras foi um programa de pesquisa criado em 2011 pelo governo Dilma Rousseff para incentivar a formação acadêmica no exterior, oferecendo bolsas de iniciação científica e incentivando projetos científicos em universidades de excelência em outros países (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>)

o dinheiro. Aí, ele falou: “professora, dá para senhora pedir um telefone - naquela época custava caro - porque é importante para o meu trabalho de campo?”. Pronto, veio o dinheiro para comprar o telefone. Mas a coisa pra mim mais surpreendente é que ele ganhava 5 mil dólares por mês, com a bolsa. Era casado e tinha 3 filhos. Acredita que quando chegava a bolsa, ele via o quanto tinha sobrado do mês anterior e devolvia? E, no Japão, naquela época, mas não deve ter mudado, mas lá só pode ter 2 filhos, se tiver 3 tem que pagar imposto de renda mais alto. E na China, você pode ter só 1 filho. Então, dizem que quando nasce uma mulher, eles jogam na fogueira ou mandam para o campo, para os avós criarem porque o desejo é terem um filho homem. E aí, a China hoje está com dificuldade de casamentos. E até eu defendo uma tese, a expressão que a academia usa, que a miscigenação dos japoneses no Brasil se deu porque nenhuma japonesa queria casar com o filho mais velho, porque ele é o responsável pela família. Então, é muito pesado porque na falta do pai e da mãe, o filho mais velho tem que assumir a família em dinheiro, em atenção, em tudo. Eu me lembro de que estava na antessala de um hospital, onde eu ia ser operada e tinha uma japonesa, ao meu lado, na fila pra ser operada. Aí, eu olhei pra cima e tinha uma mulher loira e ela falou: “estou tão cansada!”. E eu perguntei: “por quê?” Ela falou: “é porque eu cheguei 4 horas da manhã de Belo Horizonte para acompanhar minha sogra”. E eu falei: “mas ela não tem outros filhos”. E ela: “tem 5, mas eu sou casada com o mais velho”. Então isso é interessante.

**ANA RUTE:** *O que pensa sobre o termo “invisibilidade” ou “ajuda” para definir o papel social das mulheres no campo? Concorda com a utilização deles nas pesquisas geográficas? Por quê?*

**ROSA ESTER:** Na realidade, a invisibilidade é na hora da contagem porque as mulheres, realmente... É interessante que no meu questionário eu colocava máquina de costura e isso mudou também porque com o prêt-à-porter<sup>11</sup>, ninguém remenda roupa, ninguém prega botão, ninguém faz roupa em casa. Compra o pré-fabricado. Então, quando eu comecei minha pesquisa, mais de 50% das famílias tinham máquina de costura manual, depois algumas passaram à elétrica e agora virou uma coisa de antiquário, máquina de costura. Agora a palavra ajuda, eu encontrei nas minhas primeiras pesquisas. É muito interessante a evolução do pensamento das mulheres e a sua conscientização. Então, (elas diziam): “eu trabalho para ajudar meu marido”. Aí, já nos anos 1990, elas diziam assim: “eu trabalho porque se eu não trabalhar, a gente não come”. Então, já muda o conceito de ajuda, para necessidade. O Paul Singer, de novo, em um livro fantástico, São Paulo nos anos 70, qualquer coisa assim, ele escreve que o rebaixamento relativo dos salários foi acontecendo

<sup>11</sup> Expressão em francês que significa pronto-a-vestir (<https://dicionario.reverso.net/frances-portugues/pr%C3%AAt-%C3%A0-porter>).

de tal forma que, nem mesmo o homem incorporando todas as horas que podia trabalhar, é impossível ter uma família... de baixa renda. Então, houve a necessidade de a mulher ser incorporada na força de trabalho familiar, para garantir a sobrevivência da família. É interessante porque ele foi colocando 40 horas, 50 horas, 60 horas. Nem 100 horas dava para pagar as despesas da casa. E a outra coisa que ele colocava também era a consciência de que, enquanto morador no campo, o filho era um investimento, enquanto morador urbano, o filho é um gasto. Por que investimento? Porque ele (pai) ia ensinando o filho no trabalho e a criança ia rendendo desde cedo nesta ajuda. E na cidade, essa criança<sup>12</sup>...

**ANA RUTE:** *Mas aí tinha a divisão sexual do trabalho, no campo.*

**ROSA ESTER:** Tinha, a filha ajudava a mãe e os meninos iam com o pai para o campo. Apesar de que as meninas, elas também se iniciavam de certa forma, porque o menino ia cedo ajudar o pai e a menina ia levar comida, ou iam os dois porque começavam o trabalho como uma espécie de brinquedo, depois é que virava coisa séria. Agora, é interessante porque, se você vai ao campo hoje, nos assentamentos, você vê as crianças trabalhando, mas o discurso das mulheres está tão bem elaborado que... porque sabe que se a criança estiver trabalhando, (a família) não pode receber o Bolsa Família. Então, elas dizem: “não, ele (criança) não está trabalhando. Ele está varrendo ali porque ele gosta de brincar com a vassoura”. Coisa desse tipo. Ou então, “ele está puxando o rastelo para abrirem para jogarem bola”. É muito interessante porque fala que criança não pode trabalhar. Mas isso é interessante porque eu acho que a criança não pode trabalhar, mas acho que a criança pode aprender.

**ANA RUTE:** *Tentando entender esse processo que foi o êxodo rural, o que mudou na vida dessas mulheres que se mudaram do campo para a cidade? O que mostrou sua pesquisa?*

**ROSA ESTER:** As mulheres sempre migraram primeiro que os homens. Primeiro, porque elas podiam ser contratadas como domésticas e, segundo, porque se você não tivesse a quitação do serviço militar, os homens não encontravam trabalho. Então, eles migravam mais tarde que as mulheres. As mulheres foram precoces, no ponto de vista da faixa etária, na migração. Agora, eu tenho viajado muito pelo Brasil, por conta do PIBIC<sup>13</sup>. Eu tenho visto coisas absurdas por esse país a fora. Eu examinei uma dissertação de mestrado no Amazonas, da violência sexual contra a mulher. Eu estou chamando de violência sexual, mas era, na verdade, o rapto de mulheres. Chegava uma pessoa, um branco, na aldeia e

<sup>12</sup> Refere-se à obra “São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza”, publicado pela Editora Loyola, em 1976.

<sup>13</sup> Desde 1989, Rosa Ester Rossini tem se dedicado também ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) nos processos de seleção e avaliação de projeto (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783143P7>).



falava com o cacique se ele permitia que um amigo dele, americano, que tinha uma curiosidade enorme de conhecer a aldeia, se ele autorizava a vinda dele. Era para passar uma semana na aldeia. Ele até pagava para poder ficar. O homem branco falava: “com essa gentileza sua, eu gostaria de saber qual a necessidade que o senhor está tendo, para agente pensar em suprir alguma coisa”. Aí é sempre um motor de barco a maior dificuldade (para conseguir). E quando o cara chegava com um americano deslumbrante, corpo escultural e branco desbotado, já vinha com o motor (de barco) e ficava lá. Mas eram visitadas as aldeias onde o cacique tinha filhas adolescentes. Aí, da noite para o dia, o americano se apaixonava perdidamente pela filha do cacique. Em uma semana acontecia isso tudo. E pedia a filha do cacique em casamento, mas dizia que era uma pessoa, um executivo, que tinha um trabalho e que iria levar ela, mas que ela teria toda liberdade de comprar o que quisesse e fazer o que quisesse e que quantas vezes ela quisesse, voltava para a aldeia para visitar os parentes e, se ele pudesse viria junto, e essa história toda. Mas para ela não ficar sozinha, podia levar 2 ou 3 amigas também, que aí ela tinha companhia, no golpe. Aí, em uma semana já estava apaixonava perdidamente e juntava 2, 3 meninas levava e nunca mais se sabia dessas meninas. Isso acontece no Amazonas. Foi a tese de uma ex-freira, que eu examinei. Foi mestrado e é muito comum. Agora outra coisa no Amazonas que é muito interessante, é o pai iniciar a filha. “Vagabundo nenhum vai se aproveitar da minha filha” (fala desses pais). E o que é interessante é que tem a questão do peixe. Como chama? O boto. Quem engravida as meninas é o boto. E o que é interessante é que é uma coisa que passa de geração, em geração. No começo do PIBIC, você era uma autoridade muito bem recebida e até era levada para restaurantes, para passeios. E numa dessas minhas idas ao Pará... Eu estou contando essa história para você ver o fetichismo. O pró-reitor nos levou para um passeio de barco, que tem dança folclórica (no rio Guamá, em Belém). Aí, ele levou a mulher. Quando foi a dança do boto, ela tremia e transpirava e eu fiquei aterrorizada. Uma mulher, que é casada com um pró-reitor... Eu não perguntei qual era o nível (de escolaridade) dela, mas imaginei que fosse nível universitário, mas quando vê o boto se transforma, transpira, quer chorar, umas coisas assim. Aí, eu conversei com uma amiga minha, que é psicóloga e ela disse: “não, isso aí pode ver que teve um pai no meio dessa história”. É incrível! Então, tem umas formas de machismo que são tão arraigadas, que viram um fetichismo.

**ANA RUTE:** *Nessa migração do campo para a cidade, há uma alteração na vida da mulher.*

**ROSA ESTER:** Completamente.

**ANA RUTE:** *E mesmo que ela não seja inserida no mercado de trabalho, que continue apenas com as atividades domésticas, é uma relação diferente.*

**ROSA ESTER:** Olha, eu vou dizer uma coisa para você que me surpreendeu. Nas pesquisas de campo, o que me surpreendeu foram as mulheres falarem que preferem cortar cana a serem empregadas domésticas. Mas eu falei: “mas você trabalha debaixo de um teto, você não toma sol, não toma chuva, você come uma comida saudável. Nunca leva marmitta ou marmitex, que você nunca sabe, o que tem”. Mas ela me respondeu: “mas a minha liberdade vale mais. Numa casa de família eu estou numa prisão. Eu não posso rir, não posso falar, só posso falar: sim”. Eu fiquei impressionada porque não passava pela minha cabeça essa possibilidade de se sentirem prisioneiras. E, na realidade, é muito comum você dizer (para a empregada): “faça isso, faça aquilo”. Apesar de que eu como patroa sou uma negação porque eu sempre tenho empregada que manda em mim, que dizem: “eu não vou fazer isso, não vou fazer aquilo”. Aí, no sábado eu sento (com a empregada) e falo: “o que vamos fazer de almoço hoje?”. Ela olha pra mim e diz: “eu pensei...”. Aí, eu falo: “então, faz a lista que eu vou comprar”. Se eu falo: “mas eu queria...”. Ela responde: “isso não é bom pra hoje”. Eu tenho uma em São Paulo que está comigo há 25 anos e uma no interior que está há 34 anos. Eu sei admitir, não sei mandar embora.

**ANA RUTE:** *De que forma a Geografia pode contribuir para a equidade de gênero?*

**ROSA ESTER:** Bom, a equidade de gênero, na minha concepção, independe da área, depende da consciência porque o que nós entendemos por equidade ou igualdade é um tratamento igual, respeitando algumas diferenças para homens e mulheres. Salário igual para homens e mulheres. Mas, na realidade, é interessante porque eu peguei um recorte de jornal recentemente e o Japão vai fazer uma campanha para aumentar em 3% o salário das mulheres porque os homens ganham 20% a mais que elas. É uma consciência. Olha aí, aumentar 3%! Então, na realidade, o que acontece, um pouco, é culpa nossa (das mulheres). A gente que aprender a exigir mais, a reivindicar mais. No serviço público, em que nós estamos, o salário é o mesmo para as mesmas atividades. Agora, nós somos pouco ousadas. Então, que acaba assumindo a direção são os homens e ganhando mais por assumirem a direção.

**ANA RUTE:** *Mulher reitora, então...*

**ROSA ESTER:** É muito difícil, mas eu acho que nós temos que ter mais ousadia. Agora, eu falei e acho que reforçar é importante, o desejo das mulheres é a laqueadura, na de baixa renda, que é para poder ter emprego porque senão não consegue emprego com facilidade. Isso mudou a cabeça nossa porque é interessante, porque nós tivemos que brigarmos porque as empresas faziam... Os organismos internacionais queriam cuidar até da

fertilidade e laqueavam quando a mulher, quando ela ia ter filho, sem que ela soubesse<sup>14</sup>. E depois, na minha casa, eu que tive que pagar (para a empregada) porque: “ah Rosa, eu quero laquear, mas não tenho como pagar”. E aí, eu paguei. E é interessante porque faziam (a laqueadura) junto com o parto de cesariana. Agora é em outro momento, até mesmo para cobrar o outro preço. É algo interessante porque, antigamente, com certeza minha mãe ficou, as mulheres ficavam 40 dias em um quarto escuro de resguardo (após o parto). Agora, você opera e no outro dia já está comendo frango assado.

**ANA RUTE:** *Como tem visto o crescimento das pesquisas de gênero na geografia?*

**ROSA ESTER:** Eu acho que muito pouco porque eu acho que média não retrata a realidade. Então, tem que distinguir a especificidade do trabalho da mulher, especificidade do trabalho do homem, quanto as mulheres trabalham, quanto os homens trabalham, quanto as mulheres ganham quanto os homens ganham, quanto é feita a divisão do trabalho em casa. Então, isso dá a possibilidade de entender como as coisas vão evoluindo. Parece-me que as pessoas da academia têm uma consciência melhor de colaboração familiar, mas eu tenho percebido... Você vê que hoje os homens carregam as crianças no colo. No passado, não carregavam e hoje para eles é quase um trunfo: “estou carregando meu filho, minha filha”.

**ANA RUTE:** *Quais temas dentro da questão de gênero a senhora considera mais urgente a ser estudada e debatida atualmente?*

**ROSA ESTER:** Olha, na realidade, eu acho que tem que ter de tudo porque nós estamos... Dá para apontar no dedo quem está trabalhando com questão de gênero. Então, acho que nós temos que trabalhar todos os setores. Conforme eu disse, eu estou numa encruzilhada porque eu não tenho mão de obra para trabalhar no campo. Então, eu tenho minhas noites elucubradas. Agora mesmo o CNPq abriu edital para pedir bolsa. Eu tenho bolsa desde 1983, sem nunca ter perdido porque você não pede renovação, é um novo projeto e eu estou aqui gestando um título na modernidade técnico científica, para onde foram as mulheres e os homens cortadores de cana. Porque no campo mesmo está muito difícil (encontrar esse tipo de trabalhador). Uma menina de iniciação científica foi à Serrana para fazer uma pesquisa. Foi um grupo inteiro, foram umas 5 pessoas para ajudá-la, para ensiná-la a fazer

---

<sup>14</sup> A laqueadura tubária é uma prática da esterilização para fins contraceptivos, que ocorreu a partir dos anos 1960 e 1970, expandindo-se fortemente nas duas décadas seguintes, no Brasil, no contexto da política pró-natalista dos governos militares, contando com o apoio de organizações internacionais, como a Sociedade Civil do Bem Estar Familiar – Bemfam, e cujo discurso dominante era o da redução da população nos países periféricos como instrumento de combate à pobreza e à violência urbana (ALVES, A. M. Memória da esterilização feminina: um estudo geracional. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v.07.01, abril, 2017, p. 187–207. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-38752017000100187](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752017000100187). Acesso em 08 jul. 2020).

a pesquisa. Foram 3 pós-doc, mas ela e um menino que era voluntário, eles não acharam cortadores de cana.

**ANA RUTE:** *E nas usinas, em que as mulheres trabalham?*

**ROSA ESTER:** Nas usinas, as mulheres trabalham em suas especificidades. Então, elas são cozinheiras, as mulheres varrem, lavam coisas. Agora, tem esse... A cada 5 homens, tem 1 mulher que é agrônoma, veterinária. Cargo administrativo, bem pouco. No digitar (escritório), tem muitas mulheres também. É interessante que, hoje, a usina tem um sistema de que se o empresário (do grupo da usina) estiver em Nova Iorque, ele é capaz de ver pelo computador se o operador de máquina saiu, se deixou a máquina aberta, se foi fazer um xixi e deixou o ar condicionado ligado. Agora, na usina, a gente não imagina a técnica presente. Até na distância para cortar cana, até 40, 50 km... Antes cortavam cana a 90 km. Então, eles têm uns mapas muito interessantes para saber a renda de cada eito. Agora, eu tenho uma hipótese a partir do trabalho da Elisinha (Elisa Pinheiro de Freitas). Ela fez um trabalho muito cuidadoso, não com relação de gênero, mas com a geopolítica e, por 2 anos ela acompanhou diariamente, no jornal, o antigo O Comércio, atual Agora, quem comprava terra no Brasil, os estrangeiros, a área que compravam, o valor pago, a origem do capital e o interesse de cultivo. Mas a conclusão que ela chegou é a seguinte: eles não estão interessados, efetivamente, na terra, eles estão interessados no aquífero (Guarani) porque nos seus países, a água virou ouro, não tem. Então, eles estão comprando enormes espaços. Aí, no trabalho dela, ela demonstra que depois de você colher a cana, só para fazer o etanol, cada litro de etanol, gasta 100 litros de água. Agora, nas pesquisas que estão sendo feitas, para você colher 1 quilo de soja, são 3.600 litros de água. Agora, para fazer o açúcar, eu ainda não vi nenhum dado. Sabe por quê? Varia, né? Você tem que trabalhar, o primeiro corte é 1 ano e meio, mas depois você pode fazer até 10 cortes, antes fazia 3. O que acontece é o seguinte: em fevereiro começa a colher a cana para plantar e lá para abril ou maio... Antes, quando eu comecei a pesquisar, tocava o sino, no dia de São João (24/06) e começava o corte. Agora, você começa em qualquer período porque você pode cortar o ano inteiro. Agora, o que eles fazem também é entre um plantio e outro... O plantio que durava 3 anos, agora pode colher a qualquer tempo, mas cai a produtividade. Agora, eles plantam alguns produtos que enriquecem o solo, amendoim, que aproveitam o produto químico do solo também e deixam outros, soja. E já cheguei a ver girassol. É uma espécie de rotação de culturas, mas é para exatamente enriquecer o solo. Agora, é interessante que, quando eu estudei, nos anos 1960, o cerrado só servia para o criatório. Em 1955, foi feita a primeira experiência americana do uso do NPK (nitrogênio, potássio e cálcio) e aí, começaram... Foi feito no município de Matão, em São Paulo e aí, começou plantar cana no cerrado. Até então, Haroldo de Azevedo escrevia que o cerrado só servia para pecuária

extensiva. Agora o que está me preocupando muito e que a geografia está atenta a isso é a expansão do cultivo dos eucaliptos. Por exemplo, em São Simão (SP), 70% das terras estão ocupadas com eucalipto. Ele aprofunda o lençol freático, portanto impede que se tenha... Não é um reflorestamento, é florestamento. Reflorestamento se fosse da mesma (espécie). E impede que animais se desenvolvam ali, debaixo... Não tem vida. O que é mais grave é que o corte é feito com máquina rapidamente. Então, o engajamento da força de trabalho é quase nulo. A cada 4, 5 anos você corta, mas é com máquina, utilizando poucas pessoas. Então, eu acho que o problema é que o Brasil está enfrentando, já desde os anos 1990, com a reestruturação produtiva é, exatamente, o preparo das pessoas para os novos tempos. Então, a fome tende a aumentar. Se não fosse a Bolsa Família, que não é quase nada, mas está garantindo a sobrevivência, a população, a baixa renda, já tinha morrido mesmo de fome, porque eu coloco duas coisas: de um lado é exatamente a falta de preparo das população para os novos tempos e, de outro lado, a entrada das drogas no Brasil é avassaladora e é o que está dando muito emprego para a (população de) baixa renda. E a violência aumenta porque a pessoa perde um pouco da sua consciência e a droga faz com que a pessoa não perceba a situação de carestia em que ela vive. Então, o crack está sendo muito consumido pela baixa renda porque é muito barato.

**ANA RUTE:** *Inclusive, pelos trabalhadores rurais.*

**ROSA ESTER:** É, porque agiliza (o trabalho).

**ANA RUTE:** *Já que você disse que já atuou no ensino básico, de que maneira acha que a questão de gênero deveria ser tratada no ensino de Geografia nas escolas?*

**ROSA ESTER:** Olha, o que acontece é o seguinte, eu tenho até um livrinho, que eu fiz com a Sônia Calió, “Ensino e educação com igualdade de gênero para infância e adolescência: guia prático para educadores e educadoras<sup>15</sup>”. Mas o mais interessante é que nós (mulheres) não percebemos que somos machistas. Por exemplo, quantos quadros de mulher tem na sala de aula? Sempre os valores masculinos. Quando aparece uma mulher, é uma mulher de peito de fora. Então, eu acho que a gente tem que começar a se valorizar. Você dificilmente chama uma menina para falar. Você chama um menino, né? Então, eu acho que a gente tem que ter uma consciência de classe, de gênero, para dar atenção igual para meninos e para meninas, para expor leituras que falam de meninos e de meninas, quer dizer, de mulheres e homens. Eu me lembro de que eu fui assistir numa SBPC (Sociedade

<sup>15</sup>[https://www.academia.edu/19541288/ENSINO\\_E\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_COM\\_IGUALDADE\\_DE\\_G%C3%8ANERO\\_NA\\_INF%C3%82NCIA\\_E\\_NA\\_ADOLESC%C3%8ANCIA\\_GUIA\\_PR%C3%81TICO\\_PARA\\_EDUCADORES\\_E\\_EDUCADORAS](https://www.academia.edu/19541288/ENSINO_E_EDUCA%C3%87%C3%83O_COM_IGUALDADE_DE_G%C3%8ANERO_NA_INF%C3%82NCIA_E_NA_ADOLESC%C3%8ANCIA_GUIA_PR%C3%81TICO_PARA_EDUCADORES_E_EDUCADORAS)

Brasileira para o Progresso da Ciência), uma palestra do Mindlin<sup>16</sup>, que é um empresário rico que deixou... Apaixonado por obras raras, ele deixou para a USP, a sua biblioteca de obras raras “baratinha”, avaliada em 2 bi (bilhões de reais). Ele doou, mas exigiu que fosse feito um prédio especial para guardar as suas obras raras. E o Manuel Correia também deixou. Eu acho que o maior acervo particular de Geografia quem tinha era dele porque não só comprava, mas também pedia para todo mundo as teses, as coisas. Então, ele (Mindlin) foi fazer uma palestra e eu levantei a mão (e disse): “eu ouvi com muito carinho e respeito a sua apresentação, mas não tem mulher na sua biblioteca?”. Aí, ele foi muito elegante: “a minha mulher vive me cutucando mesmo porque eu só falo mais dos homens, mas tem fulana, sicrana... Mas eu vou prestar atenção na sua pergunta e daqui pra frente selecionar uma ou duas mulheres para falar sobre elas também”. Então, a gente tem que cutucar sempre.

**ANA RUTE:** *Para encerrarmos, sobre sua participação no V GEOSIMPÓSIO e o III GEOTRANS, na mesa redonda que trata de relações étnico-raciais e gênero, a senhora considera importante tratar da questão de gênero a partir de um recorte étnico-racial? Por quê?*

**ROSA ESTER:** Olha, na realidade, eu acho que nós temos que denunciar as diferenças de tratamento, em relação ao homem, em relação à mulher. E, na realidade, é muito interessante que nós temos duas coisas a atacar. Primeiro, ensinando para uma mulher as “boas maneiras” de como viver nessa sociedade, lutando pela igualdade. Nós temos que ensinar que são elas que convivem mais com os filhos e filhas, para ensinar exatamente como se vive em sociedade, com igualdade. Essa é a coisa mais importante. A segunda coisa é, através do nosso exemplo, nós temos que mostrar a importância das mulheres na sociedade. Então, nós temos que ser sérias, competentes e responsáveis porque é essa a imagem que os homens transmitem e nós transmitimos uma imagem de subalternidade. Nós temos que transmitir uma imagem de igualdade e equidade. Nós somos competentes, nós somos sérias, nós trabalhamos e somos responsáveis. Não podemos deixar para os homens os cargos importantes, as atividades consideradas mais expositivas, públicas. Então, eu acho que essa luta que agente tem de mostrar que nós somos competentes, sérias e responsáveis. E o fato de (a mulher) ser negra, eu digo o seguinte, que o Brasil ainda não aprendeu a distinguir o negro como igual porque viveu sempre na subalternidade. Eu acho que a gente tem que ter um cuidado e eu vou dizer por quê. Na minha classe, no ginásio tinha uma negra, que se chamava Benedita. Ela era a mais viva da sala, nas brincadeiras, jogava papeizinhos nos outros, coisas assim. Nós tratávamos a Benedita com

---

<sup>16</sup> José Mindlin (1914-2010) foi um advogado, empresário e bibliófilo, além de ter sido imortal da Academia Brasileira de Letras (<https://www.usp.br/imprensa/?p=29185>).

o maior carinho, mas hoje deitada, pensando no meu ginásio, eu acho que era uma forma de discriminação porque a gente a tratava com excesso de cuidado para não descriminá-la. Então, esse cuidado a gente tem que ter porque nós temos que ter a justa medida da igualdade e da equidade. Eu acho, por exemplo, que não justifica a cota (racial) para entrar na universidade. Por quê? Porque estão descriminando, porque ao estabelecer cota, você está descriminando. Não está descriminando permitindo o acesso? A USP, por exemplo, eu tenho a impressão que esse foi o primeiro ano (2019) que ela entrou. A gente tem o cursinho de nivelamento, porque o cursinho está pressupondo que a pessoa tem um nível menor, inferior aos outros, dando cotas. E, ao mesmo tempo, eu acho que é mais difícil entrar pela cota do que pela forma normal (vestibular) porque, agora, todo mundo que tem percentual de sangue negro, se declara negra. E aí o que vai acontecer? A competição é muito maior. Mas, o que nós precisamos mesmo é revalorizar o ensino fundamental (público) porque, para mim, a passagem automática<sup>17</sup>, nós não tínhamos amadurecimento para conviver com a passagem automática e aí, os professores relaxaram. Eu tive a intenção de observar quais eram os municípios que tinham as melhores notas no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e os que tinham melhores notas foram os municípios que eu vou chamar de inacessíveis. Então, Barra do Chapéu, em São Paulo, o ônibus só vai uma vez por dia. Ele vai e volta. Então, não para a pessoa ir dar aula, tomar o ônibus e voltar. Então, ela é obrigada a morar lá. Ao morar, ela é indicada com o dedo: “esse é o meu professor, essa é a minha professora”. Então, ele tem que dar aula, porque nós chegamos num ponto que, na pesquisa feita nas Olimpíadas de Matemática, mostraram que de 40 a 60% dos alunos da 1ª a 5ª série, não sabem ler ou não sabem escrever. Como é que você chega até lá sem saber ler ou escrever? Com a passagem automática. Da 6ª à 9ª série, 40 a 60%, mesmo percentual sabem ler, mas não sabem entender o que escrevem. No ensino médio, apenas 7% sabem ler e interpretar um gráfico e ler uma tabela. Então, eu acho que nós precisamos criar vergonha, os professores do ensino... Eu, por mim, os professores... Eu apagava tudo e começava tudo de novo porque estão viciados. Eu fiz um curso que até o ginásio a professora levava o caderno para corrigir em casa. Tinha caderno de caligrafia. Agora, no futuro vai mudar a língua. Meus alunos: o não é o n, o também é tb. Não sabem mais nada. Então, eu acho que eu temo por isso. Agora, eu fico satisfeita porque, a Lucinha<sup>18</sup>, minha aluna, ela concorreu a uma vaga no Instituto Federal e ela passou em

<sup>17</sup> Está se referindo, na verdade, à Progressão Continuada, uma das políticas públicas, implantada pelo governo do estado de São Paulo, em 1998, em todas as escolas públicas, “reorganizando o ensino fundamental em dois ciclos de quatro anos cada (Ciclo I: 1a à 4a ; Ciclo II: 5a à 8a ), nos quais os alunos não podem ser retidos, à exceção dos faltosos” (VIEGAS, L. S.; SOUZA, M. P. R. A progressão continuada no estado de São Paulo: considerações a partir da perspectiva de educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, n. 2, Dec. 2006, p. 247-262. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572006000200008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572006000200008). Acesso em: 08 jul. 2020.)

<sup>18</sup> Lúcia Ferreira Lirbório, que atualmente é professora do Instituto Federal de Pernambuco - campus Belo Jardim (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4243043E8>).

terceiro lugar. Tinha 2 vagas, mas aí, ela entrou na classificação como negra e pegou como segunda vaga. Mas desde o começo ela me disse: “mas, professora, o primeiro não atende aos requisitos, ele não tem o diploma de professor de geografia. Ele é geógrafo, bacharel”. Então, agora eu não sei se ela pegou a segunda vaga porque era negra ou porque destituíram ele. Mas deram a ele uma vaga como professor substituto. Provavelmente para dar tempo de ele fazer a licenciatura.

**ANA RUTE:** *Então, em nome do curso de Geografia da UNIFAL-MG, eu agradeço imensamente a sua disponibilidade para essa entrevista.*

**ROSA ESTER:** Eu fico à disposição para outras informações.

---

### Sobre a autora

---

**Ana Rute do Vale** – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente do curso de Geografia do Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-3921-165X>

---

### Sobre a entrevistada

---

**Rosa Ester Rossini** – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-0429-7767>.

---

### Como citar esta entrevista

---

VALE, Ana Rute do. A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

---

Recebido para publicação em 10 de julho de 2020.  
Aceito para a publicação em 12 de julho de 2020.

---



# Resenha: **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**, de Rob Wallace

**Allan Rodrigo de Campos Silva**

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.

e-mail: allanpos@gmail.com

**Resenha:** WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Tradução: Allan Rodrigo de Campos Silva. Editora Elefante & Igrá Kniga, São Paulo, 2020.

## Sobre o autor

Rob Wallace é um epidemiologista evolutivo da rede de pesquisadores de Economia Rural e Agroecologia (Agroecology and Rural Economics Research Corps). Além de autor do livro “Big Farms make big flu”, traduzido para português como “**Pandemia e agronegócio**”, Wallace é professor do Departamento de Geografia da Universidade de Minnesota (EUA) e foi consultor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e do Centro de Controle e Prevenção de Doenças do governo dos Estados Unidos.

## Sobre a obra

A leitura do recém lançado “**Pandemia e agronegócio**” junta os fios de uma história ainda mal contada. Para o autor, as origens da atual pandemia de COVID-19, assim como diversas outras epidemias dos últimos anos, residem na globalização das práticas predatórias do agronegócio, mais especificamente na pecuária intensiva, hoje caracterizada por um verdadeiro sistema de produção de patógenos integrado à criação de porcos e galinhas. Ou seja, em cada celeiro do agronegócio deveríamos enxergar também uma fábrica de patógenos.

Estrategicamente posicionado na fronteira entre os estudos da Geografia e da Biologia Evolutiva, Wallace constrói cuidadosamente um percurso explicativo, percorrendo décadas de estudos sobre a dinâmica e evolutiva de vírus e bactérias na interface com os sistemas produtivos capitalistas. Em resumo, os efeitos colaterais do agronegócio abrangem a produção de reiteradas catástrofes ecológicas, que fazem com que epidemias e pandemias sejam cada vez mais comuns - e destrutivas.

Wallace remonta o surto de Ebola na África em 2013, quando diversos pesquisadores já alertavam para o avanço das plantações de palmeiras para a produção de

óleo – um ingrediente essencial para a fabricação de alimentos industrializados - em direção às áreas florestais da Guiné e da Libéria. O desmatamento teria atraído populações de morcegos, repositórios naturais de diversos vírus, como o Ebola, em direção às plantações de palmeiras, aumentando assim a interface entre os trabalhadores rurais e os potenciais vetores de contágio da Ebola. Por outro lado, a produção de novas periferias urbanas em interface com o ambiente rural teria garantido o provimento constante de um grupo de humanos suscetíveis. A partir destas condições, uma forte cadeia de transmissão ajudou a estabelecer a epidemia regional de Ebola.

Contudo, o quadro geral do surto de Ebola se repete ao redor do planeta, em ritmo acelerado. A corrida do agronegócio por terras, por meio de grilagens, o chamado *land grabbing*, por pressões políticas internacionais ou através de arrendamentos a preços irrisórios, transforma a terra, antes de tudo em ativo financeiro. Seguindo de perto o conceito de acumulação por despossessão de David Harvey - segundo o qual o capital expropria populações dos seus territórios para conseguir dar curso à sua acumulação (Harvey, 2003), Rob Wallace apresenta o agronegócio em sua relação expropriatória para com as populações, assim como em relação às práticas de cultivo agropecuário tradicionais. Ao mesmo tempo o agronegócio destrói também as áreas florestais, zonas úmidas e cursos de rios, eliminando assim, barreiras ecológicas para a dispersão de patógenos.

Utilizando o exemplo da Ebola da África como explicação arquetípica, o autor nos ajuda a compreender as dinâmicas por trás de outras epidemias, como o surto de gripe aviária (H5N1) em 2003, a gripe suína (H1N1) em 2009 e mesmo a atual pandemia de COVID-19. Todas estas epidemias têm em comum o fato de surgirem nas fronteiras da expansão do agronegócio, que destrói sistemas florestais inteiros e aumenta a interface com vetores de transmissão, facilitando assim o chamado transbordamento (*spillover*) sobre populações humanas.

De acordo com Wallace, a pecuária intensiva cumpre hoje um papel crítico para a proliferação de diversos patógenos, como vírus e bactérias. Nos celeiros de criação de aves e porcos, esse micro-organismos estariam encontrando as melhores condições possíveis para o aprimoramento da sua virulência – a capacidade de infectar um hospedeiro – e para o aumento da sua patogenicidade – a sua capacidade de causar dano ao hospedeiro.

Um dos fatores mais problemáticos da pecuária industrial hoje está ligado ao sistema de monocultivo genético, que encerra a possibilidade de variação genética entre os animais, capaz de acumular uma resistência imunológica à vírus e bactérias. Hoje, cerca de 5 empresas de melhoramento genético controlam aproximadamente 80% das aves produzidas em todo o mundo, fornecendo frangos de corte, galinhas poedeiras, perus e outras aves, a partir de um banco genético unificado.

A baixa variabilidade genética entre os animais produzidos sob confinamento constitui um risco e uma aposta perigosa para a própria agroindústria. Os vírus, que estão em constante mutação, se mostram capazes de desvendar a biologia de aves e porcos e assim abrir caminho para uma infecção. Um novo rearranjo de vírus que tenha sido capaz de abrir caminho da infecção em animais produzidos sob o sistema de monocultivo genético, é capaz de contaminar celeiros, fazendas e regiões inteiras. O sistema é tão crítico que em muitos casos são realizados abates sacrificiais em massa para evitar que um surto incipiente se espalhe por uma região ou até pelo planeta inteiro.

Como o leitor brasileiro bem sabe, as grandes empresas do setor avícola são caracterizadas por sua integração produtiva, do melhoramento genético e da fertilização ao abate, à refrigeração e o transporte. Contudo, a etapa mais arriscada, tanto para a economia quanto para a saúde, é externalizada pelas empresas através do conhecido esquema de contratação de famílias de produtores rurais locais, amplamente disseminado pelo Brasil. Isso ocorre porque as grandes empresas há muito perceberam que a criação de tantas aves confinadas, geneticamente similares e imunologicamente deprimidas, envolve riscos permanentes de adoecimento e morte.

Wallace nos mostra como, as grandes empresas avícolas se relacionam com os produtores rurais pressupondo uma epidemiologia sempre em crise, e cortando fora os produtores que eventualmente sejam atingidos por doenças. Mesmo os investimentos em biotecnologia e biosegurança não parecem ser capazes de evitar a proliferação de epizootias nos próprios celeiros de abate ao redor do mundo. O caso do surto de H5N1 na China em 2009 é paradigmático, já que esta nova cepa do vírus da Influenza parece ter emergido, por meio de mutação genética, debaixo da campanha de vacinação em massa promovida pelo governo chinês.

Contudo, os vírus não se satisfazem infectando unicamente os animais da pecuária intensiva. Em meio às suas mutações constantes, um vírus que até determinado momento circulava unicamente entre aves ou porcos pode encontrar um caminho de infecção em seres humanos. Os primeiros alvos desse novo ciclo de contágio, semelhante ao transbordamento de vírus de morcegos para humanos, via de regra são os trabalhadores rurais que mantêm um contato mais próximo com aves e porcos.

As práticas do agronegócio estariam criando condições que contribuem para o melhoramento dos patógenos. A globalização das cadeias de produção e consumo de alimentos industrializado, em conjunto com a circulação de pessoas, faz a sua parte para a concatenar as cadeias de transmissão na escala planetária.

A destruição das áreas úmidas em todo o planeta oferece um efeito adicional sobre o circuito global de produção de novas doenças. As zonas úmidas, tais como pântanos, turfas e charcos, são naturalmente utilizadas como áreas de pousio e invernada por bandos

de aves migratórias, que também são reservatórios naturais de diversas cepas de vírus. Contudo, dada a alta variabilidade genética dos bandos de aves selvagens, normalmente hospedam apenas vírus de baixa patogenicidade. Na medida em que a produção agrícola e pecuária avança sobre as zonas úmidas, drenadas para a formação de campos de cultivo, esses bandos de aves perdem as suas áreas de pousio e passam a forragear em meio às sobras das fazendas de grãos, cana-de-açúcar entre outras. Essa situação aumenta a interface entre aves migratórias selvagens e aves de criação. Quando os vírus das aves selvagens infectam um celeiro de aves de criação, encontram o caminho livre para ampliar a sua virulência e patogenicidade.

O pantanal brasileiro, uma das maiores planícies alagáveis do planeta, abrigando mais de 600 espécies de aves, sofre com a pressão da destruição ambiental do agronegócio, com seus campos drenados para criação de gado e produção soja, ao mesmo tempo em que se proliferam os celeiros da avicultura industrial por todo o país. Essa dinâmica, em conjunto com as queimadas da Amazônia, o aumento da grilagem e da pressão sobre reservas indígenas alcançaram um patamar catastrófico durante 2019 e início de 2020, sob o governo de Bolsonaro.

O argumento de Rob Wallace também é bastante crítico se voltado ao cenário brasileiro, uma vez que todas as condições econômicas e ambientais que deram origem a surtos de doenças na China ou nos EUA, podem ser encontradas de forma abundante no território brasileiro de forma abundante.

A transmissão do Zika vírus no Brasil entre 2015 e 2016 e que produziu uma taxa anômala de bebês com microcefalia em diversas unidades federativas, apesar de ter se apresentado como uma epidemia eminentemente urbana, tem as suas origens no desmatamento e no aumento da interface com os vetores rurais, que fez o seu curso através das periferias urbanas.

Além da versão integral do original “Big farms make big flu”, o livro “**Pandemia e agronegócio**” contém ainda dois artigos inéditos: “*Sistemas de produção de alimentos globalizados, desigualdade estrutural e a Covid-19*” e “*Agronegócio, poder e doenças infecciosas*”, que investigam as origens do Sars-Cov-2, o vírus por trás da pandemia de 2020, nos meandros dos circuitos regionais de criação de animais no sudeste da China, em interface com a pressão e a degradação ambiental.

Desde os anos 1990, a neoliberalização da economia do país transformou as paisagens agroecológicas da China de maneira radical. Tais transformações fazem dos arranjos produtivos globalizados, presentes em todo o sudeste chinês, um epicentro para a produção de novos patógenos. Um percurso que o Brasil imita a todo custo.

Enfim, a partir de um conjunto vasto de pesquisas, Wallace nos apresenta uma nova perspectiva para o entendimento sobre como as novas epidemias surgem a partir de

suas geografias relacionais, conectando biomas e sistemas de produção agrícola e pecuário em todo o planeta.

Enquanto somos confrontados pela inépcia do governo brasileiro em oferecer uma resposta razoável para o combate à pandemia de COVID-19, a leitura deste livro pode nos oferecer uma perspectiva nova para encararmos com mais firmeza a epidemiologia do agronegócio na produção de novos surtos de doenças, no coração da sua catastrófica ecologia.

## Referências

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Loyola, São Paulo, 2014.

WALLACE, Rob. **A pandemia e o agronegócio**. Doenças infecciosas, capitalismo e ciência. Editora Elefante & Igrá Kniga. São Paulo, 2020.

---

## Sobre a autor

---

**Allan Rodrigo de Campos Silva** – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorando pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0002-6077-1435>

---

## Como citar este artigo

---

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.

---

Recebido para publicação em 18 de maio de 2020.  
Aceito para a publicação em 08 de junho de 2020.

---

## COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14, n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16, n. 22, p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta produtividade: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.



BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil’s agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29, p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano

16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais**. V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCs y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano.** V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial**. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS**. Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária**. Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural**. Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo**. Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la**

**tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djonj; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivano; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campeinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18, n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15, n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro.** V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.



GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo.** V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas.** V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha).** V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde.** V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea.** V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility**. V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST**. Ano 15, n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18, n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil**. Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense**. Ano 17, n. 25, p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum**. Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diógenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo**. V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil**. V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano**. Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México)**. V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas**. Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará**. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária**. Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação**. Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais**. Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais**. V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)**. V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás**. Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul**. Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP**. Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense**. Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará**. Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA)**. Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica**. Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier**. V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica**. Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica**. Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.



NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17, n. 24, p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT**. V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI**. Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial.** V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra**. V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohídronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro**. V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa**. Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala**. Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil**. V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión**. Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico**. Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária**. Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro**. Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya**. Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás.** V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia.** V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo.** V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo:**

**una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá.** V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá.** V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturização territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.



SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT.** V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55,2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitación ao conceito de campesinato.** V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SULZBACHER, A. W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsion universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina**. V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência**. Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula**. Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)**. Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature**. Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil**. Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol**. V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio**. Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS**. V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

## COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.



TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97,

2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along**

**India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação**. Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil**. Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa**. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglia jurídica**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.



VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios**. Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina**. Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA**. Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação**. Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión**. Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Sílvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.



VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrario en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**. Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics**. Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Sílvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility*. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira**. v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense**. v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.



PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”.** V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT.** V. 22, n. 49, p.168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná.** V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás.** V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia.** V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato.** V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio.** V. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro.** V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas.** V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México).** V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina.** V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil.** V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea.** V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia.** V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil.** V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial**. V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.